



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
SECRETARIA EXECUTIVA

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010

<i>Unidade Jurisdicionada</i>	<i>SECRETARIA EXECUTIVA</i>
<i>Consolidadas</i>	<i>Subsecretaria de Planejamento e Orçamento Subsecretaria de Assuntos Administrativos Diretoria de Tecnologia da Informação Diretoria de Projetos Internacionais Corregedoria Ouvidoria</i>
<i>Agregadas</i>	<i>Secretaria de Articulação para Inclusão Produtiva Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza</i>

Brasília - 2011



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
SECRETARIA EXECUTIVA

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010

Relatório de Gestão do exercício de 2010 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 107/2010, da Portaria TCU nº 277/2010 e das orientações do órgão de controle interno.

<i>Unidade Jurisdicionada</i>	<i>SECRETARIA EXECUTIVA</i>
<i>Consolidadas</i>	<i>Subsecretaria de Planejamento e Orçamento</i> <i>Subsecretaria de Assuntos Administrativos</i> <i>Diretoria de Tecnologia da Informação</i> <i>Diretoria de Projetos Internacionais</i> <i>Corregedoria</i> <i>Ouvidoria</i>
<i>Agregadas</i>	<i>Secretaria de Articulação para Inclusão Produtiva</i> <i>Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação</i> <i>Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza</i>

SUMÁRIO

ITEM 1 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27 DE OUTUBRO DE 2010.....	6
RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO E AGREGADO.....	6
2. PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010	10
2.1 Responsabilidades institucionais da unidade	10
2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais.....	21
2.3 Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ.....	52
2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro.....	71
3. PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010.	99
3.1 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recurso	99
3.2 Análise Crítica.....	102
4. PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010	103
4.1 Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores.....	103
4.2 Análise Crítica.....	103
5. PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010.	104
5.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos	104
5.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas.....	106
5.3 Composição do Quadro de Estagiários	107
5.4 Quadro de custos de recursos humanos	107
5.5 Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	109
5.6 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos.....	112
6. PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010.	114
7. PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010.	115
7.1 Estrutura de controles internos da UJ.....	115
8. PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010.	118
8.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	118
9. PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU Nº107, DE 27/10/2010.	120
10. PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010.	121
10.1 Gestão de Tecnologia da Informação (TI).....	121
11. PARTE A, ITEM 14, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/ 10/2010.....	124
12. PARTE A, ITEM 15, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010.	125
12.1 Deliberações do TCU atendidas no exercício	125
12.2 Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício	125
12.3 Recomendações da OCI atendidas no exercício	125
12.4 Recomendações da OCI pendentes de atendimento ao final do exercício.....	140
B. PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010 – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO	172
13. PARTE B, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010.....	172
14. PARTE B, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010.	173
C. PARTE C DO ANEXO II DA DN 107/2010 – CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS.....	174

15. PARTE C, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010.....	174
16. PARTE C, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010.....	174
17. PARTE C, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010.....	174
18. PARTE C, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010.....	174
19. PARTE C, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010.....	174
20. PARTE C, ITEM 16, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010.....	175
20.1 Contratação de consultores na modalidade “produto”, no âmbito dos projetos de cooperação técnica com organismos internacionais.....	175
20.2 Análise Crítica	176
21. PARTE C, ITEM 30, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010.....	177
CONCLUSÃO	178
ANEXO I - RELATÓRIO DOS CONTRATOS VIGENTES.....	179
ANEXO II – RELAÇÃO DE CONTRATOS COM TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO - MDS	196

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – A.1.4 - IDENTIFICAÇÃO – RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO E AGREGADO	6
QUADRO 2 – A.2.1 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO	52
QUADRO 3 - A.2.2 - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ	54
QUADRO 4 - A.2.3 - IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	71
QUADRO 5 - A.2.4 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES	72
QUADRO 6 - A.2.5 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CAPITAL.....	73
QUADRO 7 - A.2.6 - QUADRO RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS.....	74
QUADRO 8 - A.2.7 - MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA.....	78
QUADRO 9 - A.2.8 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ	82
QUADRO 10 - A.2.9 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ .	83
QUADRO 11 - A.2.10 - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ	85
QUADRO 12 - A.2.11 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO	87
QUADRO 13 - A.2.12 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO	88
QUADRO 14 - A.2.13 - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO	89
QUADRO 15 - COMPARATIVO 2009 E 2010 POR TIPO DE AÇÃO E SECRETARIA.....	94
QUADRO 16 - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO MDS EM 2010 POR TIPO DE AÇÃO E SECRETARIA.....	95
QUADRO 17 - A.3.1. - RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS.....	99
QUADRO 18 - A.3.1. - RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS.....	101
QUADRO 19 - A.3.1. - RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS.....	102
QUADRO 20 - A.4.1 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	103

QUADRO 21 - A.5.1 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010	104
QUADRO 22 - A.5.2 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS POR FAIXA ETÁRIA - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010	105
QUADRO 23 - A.5.3 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS POR FAIXA ETÁRIA - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010	105
QUADRO 24 - A.5.4 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010	106
QUADRO 25 - A.5.5 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010	106
QUADRO 26 - A.5.6 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS.....	107
QUADRO 27 - A.5.7 - QUADRO DE CUSTOS DE RECURSOS HUMANOS NOS EXERCÍCIOS DE 2008, 2009 E 2010.....	107
QUADRO 28 - A.5.8 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA.....	109
QUADRO 29 - A.5.9 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA.....	110
QUADRO 30 - A.5.10 - DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL CONTRATADO MEDIANTE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA	111
QUADRO 36 - A.10.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS.....	118
QUADRO 37 - A.12.1 – GESTÃO DE TI DA UJ	121

Item 1 da Parte A do Anexo II da DN TCU nº 107, de 27 de outubro de 2010.

Relatório de Gestão Consolidado e Agregado

Quadro 1 ó A.1.4 - IDENTIFICAÇÃO ó RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO E AGREGADO

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação ou Supervisão: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome		Código SIORG: 001945	
Identificação da Unidade Jurisdicionada consolidadora e agregadora			
Denominação completa: Secretaria Executiva			
Denominação abreviada: SE			
Código SIORG: 001945	Código na LOA: 55101	Código SIAFI: 550003	
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Administração Pública em Geral		Código CNAE: 8411-6	
Telefones/Fax de contato:	(061) 3433-1087	(061) 3433-1088	(061) 3433-2911
Endereço eletrônico: secretaria.executiva@mds.gov.br			
Página da Internet: http://www.mds.gov.br			
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios, Bloco ãCö, 6º Andar, Sala 600, CEP ó 70.046-900 ó Brasília (DF)			
Identificação das Unidades Jurisdicionadas consolidadas			
Nome	Situação	Código SIORG	
Subsecretaria de Planejamento e Orçamento	ativa	-	
Subsecretaria de Assuntos Administrativos	ativa	-	
Diretoria de Tecnologia da Informação	ativa	-	
Diretoria de Projetos Internacionais	ativa	-	
Corregedoria	ativa	-	
Ouvidoria	ativa	-	
Identificação das Unidades Jurisdicionadas agregadas			
Número de Ordem: 1			
Denominação completa: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação			
Denominação abreviada: SAGI			
Código SIORG: -	Código na LOA: -	Código SIAFI: 550010	
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Administração Pública em Geral		Código CNAE: 8411-6	
Telefones/Fax de contato:	(061) 3433-1503	(061) 3433-1504	(061) 3433-1598
Endereço eletrônico: maia.takagi@mds.gov.br			
Página da Internet: http://www.mds.gov.br/sagi/			
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios, Bloco ãAö, 4º Andar, Sala 409, CEP ó 70.046-906 ó Brasília (DF)			

Número de Ordem: 2			
Denominação completa: Secretaria de Articulação para Inclusão Produtiva			
Denominação abreviada: SAIP			
Código SIORG: -	Código na LOA: -	Código SIAFI: 550009	
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Administração Pública em Geral			Código CNAE: 8411-6
Telefones/Fax de contato:	(061)3433-1503	(061)3433-1504	(061) 3433-1650
Endereço eletrônico: anamaria.fonseca@mds.gov.br			
Página da Internet: http://www.mds.gov.br/saip			
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios, Bloco A, Sala 442, CEP 70054-900 ó Brasília ó DF			
Número de Ordem: 3			
Denominação completa: Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza			
Denominação abreviada: FCEP			
Código SIORG: -	Código na LOA: -	Código SIAFI: -	
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Fonte de Recursos			
Principal Atividade: Administração Pública em Geral			Código CNAE: 8411-6
Telefones/Fax de contato:	(061) 3433-2211	(061) 3433-2213	(061) 3433-2276
Endereço eletrônico: dirceu.galao@mds.gov.br			
Página da Internet: http://www.mds.gov.br			
Endereço Postal: Setor de Autarquias Norte, Quadra 3, Lote A, Ed. Núcleo dos Transportes ó DNIT, Sala 2352 ó CEP: 70.040-902 - Brasília ó DF			
Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas			
LEI Nº 10.683, de 28 de Maio de 2003 (DOU 28.05.2003): Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências;			
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 163, de 23 de Janeiro de 2004 (Convertida na Lei Nº 10.869, de 13.5.2004) (DOU 23.01.2004): Altera a Lei Nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências;			
LEI Nº 10.869, de 13 de Maio de 2004 (DOU 14.05.2004): Altera a Lei Nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências;			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas			
DECRETO Nº 5.074, de 13 de Maio de 2004 (DOU 12.05.2004, republicado DOU 14.05.2004): Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e dá outras providências;			
DECRETO Nº 5.550, de 22 de Setembro de 2005 (Revoga o Dec. 5.074/2004) (DOU 23.09.2005): Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e dá outras providências;			
DECRETO Nº 7.079, de 26 de Janeiro de 2010 (Revoga o Dec. 5.550/2005) (DOU 27.01.2010): Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e dá outras providências;			
PORTARIA MDS Nº 416, de 12 de agosto de 2005 (DOU 15.08.2005): Aprovar o Regimento Interno do Ministério			

<i>do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.</i>	
PORTARIA MDS Nº 330, de 11 de outubro de 2006 (DOU 13.10.2006): Aprovar o Regimento Interno do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.	
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas	
GUIA DE POLÍTICAS E PROGRAMAS DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME: http://www.mds.gov.br/portalfederativo/	
PROGRAMA FOME ZERO: http://www.fomezero.gov.br/	
Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Código SIAFI	Nome
135326	Unidade Estoque Estratégico/SP
135461	CONAB Sede Sureg. Rondônia
158092	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
180004	CGRL/SPOA/SE/Min. do Esporte Condoínio. Bloco A
201013	Coordenação de Execução Orç. e Financeira
240017	Escritório Financeiro em Nova Iorque
254450	Escola Nac. de Saúde Pública Sérgio Arouca
364102	CNPQ - Administração Central
420008	Coord.-Geral de Gestão de Pessoas/DGI/SE/MINC
440040	Secret. Extrativismo Desenv. Rural Sustentável
550002	Setorial de Orçamento e Finanças / MDS
550003	Secretaria Executiva ó MDSCF
550005	Coordenação-Geral de Logística e Adm. / MDS
550006	Coordenação-Geral de Recursos Humanos / MDS
550007	Secretaria Nacional de Renda e Cidadania
550008	Secretaria Nacional de Seg. Alim. E Nutricional
550009	Secretaria de Articulação para Inclusão Prod.
550013	Projeto de Operacionaliz. dos Programas da SESAN
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Código SIAFI	Nome
00001	Tesouro Nacional
22211	Companhia Nacional de Abastecimento
25201	Fundação Oswaldo Cruz
26351	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
36201	Conselho Nac. de Desenv. Científico e Tecnol.
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
135326	22211
135461	22211
158092	26351
180004	00001
201013	00001
240017	00001
254450	25201
364102	36201
420008	00001
440040	00001

<i>550002</i>	00001
<i>550003</i>	00001
<i>550005</i>	00001
<i>550006</i>	00001
<i>550007</i>	00001
<i>550008</i>	00001
<i>550009</i>	00001
<i>550013</i>	00001

2. PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010

2.1 Responsabilidades institucionais da unidade

Secretaria Executiva

À Secretaria Executiva - SE compete assistir direta e imediatamente ao Ministro, além de auxiliar na coordenação e, especialmente, na integração das Secretarias da Pasta no sentido de potencializar ações e alcançar, com efetividade, os resultados desejados, que se traduzem na garantia do atendimento adequado das necessidades da população brasileira, especialmente da população de menor renda e maior vulnerabilidade. Neste sentido esta SE tem coordenado o intenso esforço coletivo de integração de políticas e programas nas áreas de assistência social, de renda da cidadania, de segurança alimentar e nutricional e de geração de oportunidades para inclusão produtiva, direcionadas para pessoas, famílias e comunidades pobres e vulneráveis, envolvendo os três entes da federação.

A Secretaria Executiva não executa diretamente os programas e ações finalísticos do MDS, que estão a cargo das Secretarias, mas assiste ao Ministério no sentido de prover os meios para que aquelas possam cumprir sua missão institucional e programática.

Consciente da relevância da proposta do Governo Federal para a construção conjunta de políticas transversais na área social, e visando o desenvolvimento integral e integrado do país, com a eleição de prioridades que impactam na melhoria de vida da população objeto das ações do MDS, a Secretaria Executiva buscou estreitar relações com os demais Ministérios, outras esferas de governo e entidades, objetivando aperfeiçoar a atuação do Ministério no desenvolvimento de suas políticas, em especial a continuidade e o aprimoramento das ações integrantes da Agenda Social.

Com o objetivo de aprimorar a qualidade da gestão empreendida pelo MDS, em 2010, a SE deu continuidade às medidas destinadas à reestruturação do órgão e do modelo organizacional adotado, de modo a readequar sua estrutura aos novos desafios institucionais que lhe tem sido impostos. Nesse contexto, adotou a estratégia de especialização das áreas de Planejamento, Orçamento e Modernização Administrativa, separando-as das demais áreas da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração, que, em essência, caracterizam o provimento de meios às demais unidades, áreas e setores deste Ministério: Recursos Humanos, Logística, Administração e Serviços Gerais. Melhor estruturou a área de Tecnologia da Informação e Informática transformando em Diretoria de Tecnologia da Informação e criou a corregedoria dentro da estrutura da Secretaria Executiva com a Publicação do Decreto nº 7.079, de 26 de janeiro de 2010.

Subsecretaria de Planejamento e Orçamento

A Subsecretaria de Planejamento e Orçamento é a unidade responsável pelo planejamento e gestão dos recursos orçamentários e financeiros necessários ao funcionamento do MDS, bem como dos projetos de organização e inovação institucional.

A competência da SPO foi definida pelo Decreto nº 7.079, de 26 de janeiro de 2010, que aprovou a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Por meio deste instrumento a antiga Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração ó SPOA foi subdividida em Subsecretaria de Planejamento e Orçamento - SPO, Diretoria de Tecnologia da Informação ó DTI e Subsecretaria de Assuntos Administrativos ó SAA, além de acompanhar a execução do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

Neste sentido, com a finalidade de subsidiar a SPO em suas competências institucionais, o Decreto nº 7.079/2010 instituiu as seguintes Coordenações-Gerais:

- a) Coordenação-Geral de Planejamento e Avaliação
- b) Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças
- c) Coordenação-Geral de Organização e Inovação Institucional

A Coordenação-Geral de Planejamento e Avaliação - CGPA atua em dois campos que auxiliam a Secretaria Executiva na gestão integrada das políticas públicas do MDS:

- a) Planejamento Estratégico e Orçamento; e
- b) Avaliação e Monitoramento.

Como unidade setorial do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal, compete à CGPA as atividades de planejamento definidas na Lei nº 10.180/2001 para todas as unidades do Sistema. Assim, o espaço político-institucional da CGPA envolve o apoio à elaboração e supervisão da execução de planos e programas setoriais de desenvolvimento social; coordenação e elaboração dos projetos de lei do PPA sob a ótica setorial; acompanhamento físico e financeiro dos planos e programas, bem como sua avaliação, quanto à eficácia e efetividade, com vistas a subsidiar o processo de alocação de recursos e a coordenação das ações; apoio às unidades administrativas responsáveis pela execução dos programas, projetos e atividades em rotinas de acompanhamento e avaliação da sua programação, como Unidade de Monitoramento e Avaliação do Sistema de Avaliação e Monitoramento do PPA; consolidação de informações relacionadas a indicadores sociais; e, realização de estudos técnicos de análises do financiamento das políticas públicas de assistência social em estados e municípios.

Quanto à Coordenação Geral de Orçamento e Finanças ó CGOF é de sua competência a coordenação, acompanhamento, orientação e supervisão das atividades orçamentárias, de programação financeira e de contabilidade relativas ao orçamento, no âmbito do Ministério.

Dessa forma, a CGOF está encarregada de participar, acompanhar e orientar, em conjunto com as Secretarias de Orçamento Federal e do Tesouro Nacional, os procedimentos necessários à elaboração das Leis de Diretrizes Orçamentárias e de Orçamento Anual, bem como a sua execução orçamentária e financeira.

Compete ainda, à CGOF, o acompanhamento contábil das atividades da Pasta e a formalização e o encaminhamento das Tomadas de Contas Especiais das unidades gestoras do MDS.

A CGOF também auxilia a Subsecretaria de Planejamento e Orçamento e a Secretaria-Executiva em atividades que requeiram articulação com as demais unidades do MDS em matéria de execução orçamentária. Nessa atividade destacam-se os procedimentos de atendimento e elaboração da proposta orçamentária.

A Unidade Gestora 550002 ó Setorial de Orçamento e Finanças / MDS, registra contabilmente os recursos orçamentários da Unidade Orçamentária 55101 ó Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, sendo responsável pela descentralização orçamentária e financeira para as unidades gestoras executoras.

Cabe destacar que o caráter das atividades desenvolvidas pela Coordenação Geral de Orçamento e Finanças não a constitui como área finalística do MDS. Conquanto, o objetivo estratégico da CGOF é estabelecer normas, procedimentos e rotinas que orientem a execução das ações do orçamento, no âmbito do MDS, de modo a proporcionar a obtenção de elevado grau de qualidade na produção das políticas públicas, em face dos recursos orçamentários e financeiros disponibilizados para o MDS, por meio do monitoramento e avaliação da execução orçamentária.

A Coordenação-Geral de Organização e Inovação Institucional - CGOI, por sua vez, contribui para o sistema de gestão do MDS, considerado como o conjunto de sete funções integradas e interatuantes que concorrem para o sucesso da organização no cumprimento de sua missão institucional: Liderança, Estratégias e Planos, Cidadãos e Sociedade, Informação e Conhecimento, Pessoas, Processos e Resultados; conforme o Manual de orientação para arranjo institucional de órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Nesse sentido, além do fomento à Gestão por Processos no MDS, a CGOI também concorre para a construção das atribuições regimentais dos diversos órgãos do Ministério.

A Subsecretaria de Assuntos Administrativos é a unidade responsável pela gestão de logística, dos recursos humanos, de informática, orçamentários e financeiros necessários à execução das atividades-meio essenciais ao funcionamento administrativo do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/MDS.

Em razão da publicação do Decreto nº 7.079, a estrutura organizacional atual estabelece três áreas principais de atuação: Coordenação-Geral de Logística e Administração - CGLA, Coordenação-Geral de Recursos Humanos - CGRH e Coordenação-Geral de Licitações e Contratos - CGLC. Entretanto, como o presente relatório de gestão visa analisar o desempenho da SAA em 2010, serão abordados as ações e atribuições referentes a este exercício.

Com o objetivo de aprimorar a qualidade da gestão empreendida pelo MDS, em 2010, a SAA dará continuidade às medidas destinadas à reestruturação do órgão e do modelo organizacional adotado, de modo a readequar sua estrutura aos novos desafios institucionais que lhe tem sido impostos. Assim, a SAA, que, em essência, caracteriza o provimento de meios às demais unidades, áreas e setores deste Ministério: Recursos Humanos, Licitações e Contratos, Logística, Administração.

Assim, durante o exercício de 2010, a SAA deu continuidade às atividades de provimento de meios às demais unidades fim e meio do MDS, com especial atenção à correção das disfunções apontadas pelos Controles Interno e Externo da União, ao tempo em que se preparou para atuar no cenário de reestruturação organizacional prevista para o curto prazo. Com isso, buscou antecipar-se às dificuldades que poderiam ocasionar risco de solução de continuidade.

Além disso, a SAA atuou estabelecendo rotinas formais e aprimorando práticas e procedimentos de gestão dos recursos alocados à unidade. Dentre as ações desenvolvidas em 2010, destacamos especialmente: execução dos contratos de prestação de serviços de Informática; reformulação das áreas de Compras e Licitações, fortalecendo da equipe que foi devidamente capacitada; revisão de práticas e procedimentos voltados a fortalecer a função de Planejamento e as atividades de acompanhamento das execuções de contratos celebrados pela SAA; estudos realizados para o reordenamento de espaço físico, visando à equalização da ocupação das áreas utilizadas pelo Ministério, corrigindo uma disfunção anterior em que a taxa de ocupação alcançava 7m²/servidor, nível abaixo do padrão considerado ideal, pela Secretaria de Patrimônio da União (9m²/servidor); implementação de sistemas de informação, gestão, acompanhamento e controle nas áreas de telefonia, serviços reprográficos, área de transporte, gestão sobre ações executados pelas suas unidades.

Em relação à recursos humanos, a Coordenação-Geral de Recursos Humanos ó CGRH é a unidade organizacional inserida no âmbito da SAA, que exerce o papel de órgão setorial do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal ó SIPEC, cujo órgão central é a Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Responsabiliza-se pela proposição de diretrizes gerais para a preparação de planos, programas e metas de aperfeiçoamento, desenvolvimento e gestão de recursos humanos; gerenciamento dos planos e programas de

aperfeiçoamento e desenvolvimento de recursos humanos; coordenação, acompanhamento e supervisão das atividades de recrutamento, de seleção, de administração e pagamento de pessoal e das atividades de desenvolvimento de recursos humanos.

Cabe-lhe, por sua vez, propor normas complementares e procedimentos relativos à área de recursos humanos, no âmbito do Ministério, subsidiando a elaboração dos planos anual e plurianual e proposta orçamentária no que se refere aos recursos humanos, bem assim à promoção de ações que visem à valorização do servidor, e à orientação e uniformização de procedimentos decorrentes da avaliação de desempenho individual dos servidores de acordo com a legislação.

As atividades desenvolvidas pela Coordenação-Geral observam as diretrizes emanadas por seu órgão central no que diz respeito às políticas de atuação, buscando oferecer o suporte operacional aos trabalhos das duas coordenações que a compõem: Coordenação de Gestão de Pessoas ó COGEP e Coordenação de Desenvolvimento de Pessoas ó CODEP.

A Coordenação de Gestão de Pessoas exerce a competência específica da administração de Pessoal, por destacar-se com atribuições precípua de gestão de pessoas, notadamente quanto às atividades e procedimentos administrativos que lhe são pertinentes. No campo estratégico, busca adotar medidas de desenvolvimento de sua atuação institucional, elaborando e instituindo novas diretrizes quanto à gestão documental e processamento das informações inerentes às inclusões e exclusões de registros cadastrais e de pagamento, bem assim a ampliação do alcance do serviço de seguridade ao servidor do MDS.

A Coordenação de Desenvolvimento de Pessoas programa estratégias de qualificação da força de trabalho do órgão, mediante capacitações dos profissionais do MDS, consoante as necessidades dos perfis da força de trabalho de cada unidade organizacional, buscando a produção de melhorias qualitativas nos processos de trabalho que geram os aperfeiçoamentos na execução dos programas e projetos nas unidades do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. No intuito de atingir e superar a meta física prevista anualmente para participação de processos de capacitação, busca sempre que possível a realização de cursos em turmas fechadas, de modo a contemplar em um único evento dois ou mais servidores participantes.

Subsidiariamente, a CGRH exerce o papel de gestão dos contratos administrativos de terceirização administrativa e de passagens aéreas, havendo em sua estrutura, relativamente a esta última, o Setor de Passagens, existente na disposição regimental da unidade a partir do advento do Decreto nº 7.079, de 2010.

Os objetivos estratégicos primários da CGRH são a coordenação, orientação, supervisão e controle das atividades relativas aos cadastros, pagamentos e benefícios, bem assim revisão e aplicação periódica dos conceitos e legislações inerentes à remuneração, normas e procedimentos judiciais de servidores ativos, aposentados e beneficiários de pensão (ora inexistentes) do MDS, bem como promoção da orientação quanto a aplicação dos direitos e deveres dos servidores públicos federais.

Em linhas gerais, a Coordenação-Geral de Recursos Humanos busca oferecer às unidades administrativas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome o necessário aporte de recursos humanos, necessários à sua adequada estruturação de forças de trabalho necessária à consecução dos projetos e programas desenvolvidos, bem assim ao alcance das metas buscadas por cada uma das realizações. Nesse contexto, apresenta proposições de incorporação de pessoal por meio dos institutos legais, quais sejam, a realização de concursos públicos e processos seletivos simplificados, o provimento de cargos e funções de confiança por meio da utilização do mecanismo da cessão, bem como o exercício descentralizado de carreira de servidores integrantes de carreira de estado. Atua, ainda, na medida da ocorrência do interesse mútuo, com o processamento de novas lotações e permutas de servidores de acordo com o perfil institucional.

Em decorrência à atuação visando à contínua composição do quadro próprio de pessoal do Órgão, atua no sentido de cumprir a parcela que lhe cabe junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, quanto à extinção dos 116 (cento e dezesseis) postos de trabalho terceirizados em discordância com o Decreto nº 2.271, de 1997, em cumprimento ao Termo de Conciliação Judicial celebrado pela União e Advocacia-Geral da União nos autos do processo nº 00810.2006.017.10.00.7, junto ao Ministério Público do Trabalho. Nesse aspecto, insta consignar a ocorrência do cumprimento da primeira parcela que lhe coube, com a publicação da primeira portaria de nomeação dos candidatos aprovados no concurso público realizado no ano de 2009, para o cargo de Agente Administrativo, nível médio. Concomitante à esta, e em sintonia com o disposto na Portaria Interministerial nº 494-MP/CGU/2009, foi publicada a Portaria MDS nº 13/2010, que tornou pública a relação nominal dos ocupantes de postos de trabalho dispensados em função da ocorrida nomeação de candidatos.

Em atenção ao ingresso de novos servidores mediante a realização de processos seletivos, obtenção de exercício de servidores em decorrência de anistia em outros órgãos e exercício descentralizado de carreira, a unidade busca desenvolver o programa de integração com o Órgão, com o processo de ambientação dessa força de trabalho aos conceitos e metas da missão institucional. O retorno desse trabalho tem sido excelente, com participação cada vez maior das autoridades do Órgão.

Atua recorrentemente, com efeito, no sentido de dar seguimento ao planejamento, coordenação, elaboração e avaliação dos procedimentos e das ações de capacitação, desenvolvimento e aperfeiçoamento dos servidores do MDS, bem assim a supervisão da execução do programa de estágio remunerado. Ainda, monitora as atividades relacionadas com a avaliação de desempenho e avaliação de estágio probatório, no que se refere ao desenvolvimento e valorização do pessoal, mediante a observância às diretrizes do Plano Anual de Capacitação elaborado para o exercício. Ano após ano as expectativas de alcance de meta física têm sido superadas, o que é fruto do exercício das modalidades de cursos em turmas fechadas, contemplando grupo de dois ou mais servidores, ao invés de demandas individualizadas.

Direciona, como diretriz de atuação, as ações de capacitação e desenvolvimento realizadas às disposições do Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, que instituiu a Política Nacional de Capacitação dos Servidores da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional e da Portaria nº 176, de 11 de maio de 2006, que dispõe sobre a capacitação dos servidores públicos em exercício no Ministério, desenvolvendo, para tanto, uma programação para alcançar o objetivo de promover o crescimento das pessoas, nos termos do elaborado para o Plano Anual de Capacitação do exercício.

Diretoria de Tecnologia da Informação

Para balizar suas alternativas de atuação com relação à Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), o MDS produziu Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC), com abrangência entre 2007 e 2011, na tentativa de criar linhas de ação que dotassem a TI do Ministério de capacidade de atendimento às necessidades estratégicas do órgão.

O PETIC, entretanto, embora estabelecesse diretivas gerais para o desenvolvimento da área de TI no Ministério, traçando caminhos de indicavam, por exemplo, a necessidade de reforço da infraestrutura de TI e de estabelecimento de arquitetura orientada a serviços (SOA) que aproximasse a governança de TI da governança institucional, carecia de Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), com planos operativos mais detalhados que indicassem a forma de operacionalização das diretivas estratégicas.

Em 2010, em esforço para mitigar tal deficiência, a criação da Diretoria de TI (DTI), diretamente subordinada à Secretaria Executiva, em substituição à antiga Coordenação Geral de Informática (CGI) subordinada à Subsecretaria e Planejamento, Orçamento e Administração, significou passo importante para aproximar a área de TI das decisões e acompanhamento estratégicos do MDS.

Diretoria de Projetos Internacionais

Cabe à Diretoria de Projetos Internacionais - DPI coordenar, planejar e supervisionar a execução das atividades relativas aos projetos de cooperação técnica internacional.

À Diretoria de Projetos Internacionais ó DPI - compete a coordenação técnica e administrativa de projetos financiados no todo ou em parte por recursos externos ou objeto de acordo de cooperação técnica com organismo internacional, com a competência de coordenar, planejar e supervisionar a execução das atividades relativas àqueles projetos, em conformidade com as diretrizes da Secretaria-Executiva.

São objetivos estratégicos da Diretoria de Projetos Internacionais:

- coordenar a elaboração dos planos de trabalho dos projetos;
- consolidar os planos de trabalho dos componentes dos projetos;
- fornecer as informações referentes à execução dos componentes dos projetos;
- promover a articulação entre as áreas técnicas beneficiárias dos projetos ;
- preparar os planos anuais de aquisições, suas modificações e relatórios demonstrativos de sua execução, para apresentação aos agentes financeiros externos por parte da Coordenação Geral da DPI/SE;
- consolidar as informações necessárias à elaboração dos relatórios periódicos solicitados pelos agentes financeiros externos, pelos organismos internacionais de cooperação técnica e pelos órgãos de controle da administração pública federal;
- acompanhar, monitorar e avaliar o cumprimento das metas previstas nos projetos junto às áreas técnicas executoras.
- coordenar, acompanhar e supervisionar as atividades relativas à administração e execução orçamentária e financeira dos projetos financiados por recursos externos e/ou objeto de cooperação técnica com organismo internacional, inclusive;
- elaborar os planos de trabalho do componente de gestão operacional dos projetos;
- examinar as propostas de contratação de pessoal nas modalidades previstas pela legislação nacional e pelos organismos internacionais de cooperação técnica;
- manter atualizados os dados e registros dos consultores contratados;
- receber, analisar e providenciar as solicitações de passagens e diárias nacionais e internacionais para cumprimento de atividades previstas nos projetos;
- manter arquivo atualizado dos bens patrimoniais adquiridos com recursos dos projetos;
- elaborar e consolidar, a partir dos planos de trabalho encaminhados, dados relativos à suas previsões de gastos;
- acompanhar a execução orçamentária e financeira dos projetos realizada pela Subsecretaria de Planejamento, Orçamento do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome;
- executar financeiramente os projetos, por meio dos sistemas operacionais adotados pelos organismos internacionais de cooperação técnica;
- manter registro dos dados orçamentários e financeiros e fornecê-los aos agentes financeiros externos, organismos internacionais, auditorias internas e externas;
- realizar e/ou acompanhar os procedimentos de contratação de serviços e aquisições de bens, de acordo com as normas e procedimentos dos agentes financeiros externos, compatibilizadas com as dos organismos internacionais de cooperação técnica e com a legislação brasileira, quando for o caso;
- manter registros e controles das compras de bens e serviços contratados e adquiridos com recursos dos projetos;

- promover o desenvolvimento de sistemas informatizados, com a respectiva documentação necessária ao controle e execução dos projetos;
- realizar suporte técnico ao sistema informatizado adotado para a execução e monitoramento dos projetos.

Corregedoria

A Corregedoria deste Ministério foi criada pelo Decreto nº 7.079, de 26 de janeiro de 2010, publicado no DOU de 27 seguinte, que aprovou sua Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas.

A Corregedoria é composta de dois cargos, um Corregedor (DAS 101.4) e um Assessor Técnico (DAS 102.3), respectivamente preenchidos em 19.03.10 (Portaria MDS/GAB nº 243) e 02.02.11 (Portaria MDS/GAB nº 31)

Ressalte-se que a criação de Corregedorias Seccionais, decorreu da necessidade visualizada pela Controladoria-Geral da União ó Órgão Central do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, de ter unidades responsáveis pelo controle das apurações de irregularidades no âmbito dos Ministérios, na forma institucionalizada pelo Decreto nº 5.480, de 30 de junho de 2005.

Esta Corregedoria é uma Unidade Seccional do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, sujeita à sua orientação normativa e supervisão técnica de sua Unidade Setorial, nos termos do § 2º do art. 2º do Decreto nº 5.480, de 2005.

Compete-lhe orientar as atividades institucionais e a conduta funcional dos servidores desta Pasta, planejar e coordenar as correições ordinárias e as extraordinárias, quando for o caso, cadastrar no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares da Controladoria-Geral da União os processos disciplinares, propor medidas para prevenir e corrigir falhas na prestação do serviço público, bem como examinar as representações contra servidores, arquivá-las ou propor sua apuração imediata.

Ouvidoria

A Ouvidoria-Geral, responsável pelo acolhimento e tratamento de críticas, denúncias, elogios, reclamações e sugestões, presta atendimento à sociedade em geral ó beneficiários ou não dos programas deste Ministério - gestores, instituições e público interno (servidores do MDS) por meio dos canais, a saber: carta, e-mail, formulário eletrônico, fax, atendimento presencial e mediante ligação gratuita para o telefone 0800 707 2003 da Central de Relacionamento Fome Zero.

A Ouvidoria-Geral comporta, em seu orçamento, um serviço de Call Center, denominado Central de Relacionamento Fome Zero. Esse serviço é prestado pela Call Tecnologia Ltda., vencedora do processo licitatório ó Contrato nº 002/2006.

Os serviços prestados abrangem operação e gestão de toda a Central de Relacionamento, incluindo os serviços de Telemarketing Receptivo ó nas formas Operador e Eletrônico e Ativo ó na forma

Operador e abrangendo todos os recursos necessários a sua operacionalização, inclusive instalações físicas, infra ó estrutura, rede interna, linhas telefônicas, linhas de comunicação para voz, dados e imagens, circuitos para interligação das redes, adequações ambientais, equipamentos, desenvolvimentos dos aplicativos e softwares básicos e acessórios necessários.

Além disso, fornece estrutura física (em que se encontram posições de atendimento (PA), operadores (atendentes), e equipe de terceiro nível), tecnológica e recursos humanos para o funcionamento da Ouvidoria-Geral e Central de Relacionamento.

A Central de Relacionamento Fome Zero é responsável por prestar informações e/ou esclarecer dúvidas acerca dos projetos, programas, serviços e políticas do MDS, tanto por meio desse canal (telefonia), como por meio de formulários eletrônicos e e-mails institucionais.

Cabe ainda à Ouvidoria as seguintes atribuições:

- Gerenciar a qualidade do atendimento prestado pelos operadores da célula Ouvidoria;
- Responder aos e-mails recebidos pela caixa postal:
- OUVIDORIA: e-mails oriundos do formulário eletrônico da Ouvidoria-Geral no site do MDS, do Gabinete da Ministra, das Secretarias e do próprio e-mail institucional ouvidoria@mds.gov.br;
- Responder às cartas endereçadas à Ouvidoria-Geral do MDS, as encaminhadas pelo Gabinete da Ministra, pelas secretarias do MDS e por outros Órgãos;
- Responder aos fax que chegam pelo telefone 3433-1299 e/ou encaminhados pelo Gabinete da Ministra do MDS;
- Atender presencialmente o público interno e externo que procuram a Ouvidoria-Geral do MDS;
- Elaborar a Matriz de Informação utilizada para auxiliar a realização das respostas aos demandantes da Ouvidoria-Geral; e
- Tratar e finalizar os atendimentos registrados pelos operadores da célula Ouvidoria-Geral.

A Central funciona em Brasília, de 7h as 19h, de segunda a sexta-feira, exceto em feriados nacionais. Além do atendimento humano, conta com o atendimento eletrônico, disponível 24 horas, que possibilita ao cidadão saber as datas de pagamento do Bolsa Família - BF, bem como os procedimentos necessários para a realização do cadastramento junto ao Cadastro Único do Governo Federal.

Além de suas atividades rotineiras, a Central Fome Zero presta assessoria às secretarias do MDS, com a realização de serviços de telemarketing ativo. Nessas atividades, a Central é acionada para contatar um determinado tipo de público (gestores municipais, coordenações estaduais do BF, etc.) visando a captação e/ou disseminação de informações junto aos mesmos. Constitui, ainda, uma das portas de entrada das demandas de Ouvidoria, com os registros de reclamações, denúncias, críticas, sugestões e elogios.

2.2 *Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais*

Secretaria Executiva

Para executar suas atividades na coordenação e supervisão das Secretarias do MDS, a Secretaria Executiva promoveu à sua agenda de trabalho uma atuação pró-ativa, de forma a avançar ainda mais na integração das ações e das Secretarias da Pasta, priorizando as Reuniões de Secretariado ó reuniões periódicas para apresentação de projetos e discussão coletiva de assuntos afetos à Pasta, no entendimento de que tal fórum é elemento permanente de planejamento visando à integração do órgão ó, as reuniões e os despachos internos.

Na sua incumbência de auxiliar o Ministro de Estado na definição de diretrizes e programas e na implementação de ações da área de competência do Ministério, a Secretaria Executiva coordenou o Planejamento Estratégico 2010 do MDS, priorizando e incluindo objetivos e a definição de estratégias para alcançá-los, com ênfase para a integração do MDS na Agenda Social do Governo Federal. Nessa perspectiva, manteve, durante todo o exercício, estreito acompanhamento dos objetivos do Planejamento Estratégico, bem como do andamento das ações inerentes, em sistemáticas avaliações apresentadas e discutidas em Reuniões de Secretariado convocadas com essa finalidade específica.

Igualmente, no desempenho de suas competências, a Secretaria Executiva empreendeu ações de fortalecimento dos fóruns intersetoriais do MDS, participando e monitorando o Comitê de Comunicação, o Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e o Grupo de Trabalho de Monitoramento e Avaliação.

Na perspectiva de fortalecer a capacidade de coordenação do MDS nas ações internas e externas, a Secretaria Executiva coordenou e otimizou as agendas das Secretarias do MDS, em estreita articulação com o Gabinete do Ministro.

Há que se destacar os esforços empreendidos pela Secretaria Executiva no aprofundamento das relações de cooperação com os demais órgãos federais, em todas as instâncias e oportunidades com vistas à conjugação de esforços para melhorar os resultados dos trabalhos realizados em prol do fortalecimento da Agenda Social do Governo Federal, no entendimento de que a intersetorialidade tem papel preponderante no desenvolvimento social, com destaque para:

- Articulações com a Casa Civil, objetivando, em especial, adequações no desenho e na execução do Programa PPlanSeQ Bolsa Família (com a participação do Ministério do Trabalho e Emprego), discussões sobre a expansão do Programa Bolsa Família e a expansão da rede de serviços de proteção social, sempre com vistas à redução das desigualdades;

- Articulações com a Secretaria Nacional de Juventude, objetivando a integração de ações para o Programa ProJovem Adolescente;
- Articulações com a Secretaria Especial de Direitos Humanos para o fortalecimento do Plano Social de Registro de Nascimento e Documentação Básica, ocorrida no âmbito do Compromisso Nacional pela Erradicação do Sub-registro Civil de Nascimento e Ampliação do Acesso à Documentação Básica, bem como participação no Comitê Gestor pertinente;
- Articulações com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, objetivando a integração e a inserção das ações de proteção social, transferência de renda, segurança alimentar e inclusão produtiva previstas no Programa Territórios da Cidadania e seus respectivos municípios, bem como participação no Plano de Ação para o São Francisco e o Plano de Integração de Bacias, além da discussão sobre a participação dos assentados da Reforma Agrária no Programa Bolsa Família;
- Articulações com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, objetivando a integração de ações para o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, e a capacitação dos profissionais dos CRAS e CREAS no tema Violência contra a Mulher, com a participação da Casa Civil;
- Articulações com a Secretaria Especial de Políticas para a Inclusão Racial, com vistas à integração de ações e ao monitoramento da Agenda Quilombola, também com a participação da Casa Civil;
- Articulações com o Ministério da Justiça, objetivando integração de ações para o PRONASCI, bem como de sua apresentação em instâncias diversas, como por exemplo, na Comissão Intergestores Tripartite - CIT;
- Articulações com os Ministérios da Saúde e da Previdência Social, para a realização conjunta da 1ª Conferência Mundial sobre o Desenvolvimento de Sistemas de Seguridade Social, que foi realizada no período de 1 a 5 de dezembro de 2010, bem como participação ativa no Seminário Nacional Preparatório para o evento mundial;
- Interloquções com o Ministério das Cidades e com a Caixa Econômica Federal, objetivando propostas de inclusão no Programa Habitacional para os beneficiários do Programa Bolsa Família; e
- Negociações com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, com vistas ao subsídio do gás de cozinha para a população de baixa renda.

A Secretaria Executiva coordenou, no âmbito do MDS, a integração de ações e a consolidação de dados sobre o andamento das ações pertinentes aos catadores de materiais recicláveis, povos indígenas, comunidades tradicionais e população de rua.

Objetivando o incremento da área de produção do conhecimento sobre Desenvolvimento Social, a Secretaria Executiva priorizou a atuação territorial de forma integrada no MDS nas Regiões Metropolitanas e nos Territórios da Cidadania.

Em conjunto com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a Secretaria Executiva coordenou a reestruturação do MDS, tendo sido tais esforços compensados com a publicação do

Decreto nº 7.079, de 26 de janeiro de 2010, que regulamentou a Lei nº 12.083, de 29.10.2009, que dispôs sobre a criação de 164 (cento e sessenta e quatro) cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores ó DAS para o MDS.

Ainda no que se refere a recursos humanos para o MDS, as ações da Secretaria Executiva se voltaram basicamente para o incremento da força de trabalho, buscando, junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, destacam-se as gestões empreendidas pela Secretaria Executiva para a concretização da Lei nº 12.094-2009, que cria a Carreira de Desenvolvimento de Políticas Públicas Sociais, dos quais 330 (trezentos e trinta) são reservados ao MDS.

Com relação à infra-estrutura para o MDS, a Secretaria Executiva empreendeu esforços no sentido de propiciar um aumento do espaço físico para melhor acomodar os diversos setores da Pasta, ensejando o aluguel de mais uma base física ó o Ed. Ômega, localizado na 515 Norte, no qual foram acomodadas as Secretarias Nacionais de Assistência Social e de Renda de Cidadania, propiciando aos servidores de ambas melhores condições de trabalho.

Subsecretaria de Planejamento e Orçamento

No cumprimento de sua missão organizacional, a SPO realizou o provimento de meios necessários à execução das atividades desenvolvidas pelas unidades fim e meio deste Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome nas áreas de planejamento, orçamento e desenvolvimento institucional.

Na área de Planejamento Estratégico, como ocorre anualmente, a CGPA participou com suporte metodológico e logístico para a realização do Planejamento Estratégico do MDS para 2010 do MDS, ocorrido no dia 2 de junho de 2010, com a presença de sessenta e quatro dirigentes e assessores, incluindo o Sra. Ministra e a Sr. Secretário-Executivo. A partir desse encontro, que foi antecedido por um conjunto de entrevistas com os principais dirigentes do órgão, foi traçado um plano de ação na forma de uma Matriz de Objetivos Estratégicos, que foi acompanhado periodicamente pela Secretária-Executiva. Ressalte-se que o planejamento estratégico tem um estreito vínculo com a administração estratégica nas organizações, por ser considerado um instrumento que estimula os tomadores de decisões a pensarem em termos do que é importante ou relativamente importante, e também a se concentrar sobre assuntos de relevância do Ministério. Nesses seis anos de MDS, a experiência tem mostrado a efetividade desses encontros de Planejamento Estratégico e sua capacidade de orientar toda a atuação da equipe dirigente em torno de diretrizes claras e resultados definidos anualmente.

Com relação às atividades anuais de Monitoramento e Avaliação efetivadas pela CGPA em 2010, ressalta-se: a Mensagem Presidencial que abre a seção legislativa no início do ano, o Balanço Geral da União relativo ao MDS, a avaliação setorial do PPA 2008-2011, a avaliação do Programa Gestão

da Política de Desenvolvimento Social e o acompanhamento das metas físicas alcançadas pelas atividades orçamentárias. Além disso, a CGPA acompanhou todos os resultados de pesquisas relativas aos indicadores socioeconômicos brasileiros, como a Pnad ó Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE e os estudos do Ipea relativos à área social.

A CGPA atua ainda no âmbito do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasses ó SICONV como a responsável pelo cadastramento de programas, assessoria técnica e operacional.

Na área de atuação referente à Organização Institucional, atividade exercida ainda pela CGPA, foi a revisão da estrutura do MDS. O resultado desse trabalho culminou com a regulamentação da Lei nº 12.083, de 29 de outubro de 2009, que dispõe sobre a criação de cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superior - DAS destinados ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e à Fundação Nacional do Índio ó FUNAI com a aprovação do Decreto nº 7079, de 26 de janeiro de 2010.

Com a publicação do Decreto nº 7.079, de 26 de janeiro de 2010, que aprovou a nova estrutura regimental esse trabalho ficou a cargo da nova Coordenação Geral de Organização Institucional. Por fim, a atividade rotineira exercida no âmbito da Organização Institucional foi a atualização permanente dos organogramas de todas as unidades administrativas.

Quanto a administração dos recursos orçamentários e financeiros, o objetivo da SPO é adequar o orçamento às reais necessidades das políticas do Ministério. Neste sentido, são desenvolvidos e implementados instrumentos e quadros gerenciais que visam acompanhar o progresso da peça orçamentária em suas diversas fases: tanto no momento de sua elaboração no âmbito do Poder Executivo; quanto na sua tramitação no Congresso Nacional, no qual sofre alterações de dotação e metas; e, finalmente, na execução, na qual são envidados esforços para a ampliação dos limites orçamentários e financeiros, bem como sua plena execução.

Para tanto, é necessário contato contínuo com órgãos externos ao Ministério, principalmente com as Secretarias de Orçamento Federal e do Tesouro Nacional e o Instituto Nacional do Seguro Nacional, bem como das instituições internas à Pasta, como a Assessoria de Controle Interno, Assessoria Jurídica, Assessoria Parlamentar, Subsecretaria de Assuntos Administrativos e demais secretarias finalísticas do MDS.

No que tange ao orçamento, é disponibilizado um sistema de dados para elaboração da proposta orçamentária, o qual fornece às secretarias subsídios para o detalhamento de suas proposições

Para o acompanhamento da execução orçamentária, procura-se adequar o orçamento às reais necessidades das políticas implementadas pelo Ministério, por intermédio de reformulações a serem viabilizadas por Leis e Decretos do Poder Executivo, bem como por Portarias do MDS.

Visando o cumprimento das diretrizes e metas de política fiscal, estabelecidas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias ó LDO (Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010) e pelo Decreto nº 7.094, de 3 de

fevereiro de 2010, e suas alterações, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo, realizou-se no decorrer do exercício acompanhamento dos limites de empenho e pagamento das programações objeto de contingenciamento, no qual foi objeto de contingenciamento por parte da área econômica do governo, o que impossibilitou o empenho e pagamento de algumas ações da Pasta no final do exercício, especialmente no Fundo Nacional de Assistência Social.

Na oportunidade, registra-se que do orçamento do MDS em 2010, no montante de R\$39,7 bilhões, empenhou-se 99,2%, liquidou-se 98,3% e pagou-se 98,1% do total do orçamento.

Subsecretaria de Assuntos Administrativos

No cumprimento de sua missão organizacional, a SAA realizou o provimento de meios necessários à execução das atividades desenvolvidas pelas áreas do MDS, conforme estratégias abordadas a seguir:

COORDENAÇÃO-GERAL DE LOGÍSTICA E ADMINISTRAÇÃO - CGLA

A) GESTÃO DE ESPAÇOS FÍSICOS e IMÓVEIS: problema que afligiu o MDS desde a sua criação, quando unificou três estruturas preexistentes e distintas em um único órgão, foi-se agravando na medida em que o quadro funcional acolhia novos profissionais, servidores públicos e terceirizados incumbidos de atribuições ampliadas pelo sucesso na execução de programas e ações direcionados à parcela menos favorecida da população brasileira.

De fato, entre 2004 e 2010, o quantitativo de profissionais do MDS aumentou de 409 para 1585 profissionais ao final de 2010, distribuídos atualmente em cerca de 27.250 m² de área construída e/ou 15.633 m² de área de escritórios. Representa dizer que, no período, ocorreu acréscimo proporcional a quase quatro vezes o quadro funcional inicial do MDS para fazer frente a esse incremento, a SAA buscou o apoio da Secretaria de Patrimônio da União (SPU), em especial a cessão de novos espaços físicos que permitisse alojar melhor os profissionais que integram nosso corpo funcional. Como resultado:

a) obtivemos cerca de 600m² de área de escritórios no Edifício DNIT, cedida pela Gerência de Patrimônio da União no DF, que, depois de negociação com a direção do DNIT, foram ampliados para cerca de 900m² (600m² no subsolo + 300m² no 2º pavimento). O novo espaço público,

readequado para o uso do MDS, foi utilizado para alojar o Arquivo Central MDS, originalmente situado no Subsolo do Edifício FNAS, além de: alojar parte de setores da Tecnologia da Informação e de Serviços Gerais; criar área física específica para capacitação profissional no MDS e sala de treinamento em Informática;

b) obtivemos cerca de 450m² no 9º pavimento/Bloco C, cedidos pela SPOA/MP, que foram totalmente reformulados para sua melhor utilização pelos servidores que atuavam na Consultoria Jurídica, quase duplicando seus espaços de atuação, e, ainda, partes dos profissionais das unidades de Comunicação Social e da Ouvidoria MDS;

c) obtivemos um pavimento inteiro no 3º andar do Bloco A, na Esplanada dos Ministérios, com cerca de 1050 m², cuja destinação, aperfeiçoou as condições de uso e de ocupação das secretarias de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI) e de Articulação para Inclusão Produtiva (SAIP). Igualmente, todo o espaço obtido foi objeto de readequação física para melhor alojar nossos servidores;

d) obtivemos terreno público, por cessão permanente de uso da Secretaria de Patrimônio da União (SPU/MP): esta providência possibilitou iniciarmos os processos de instrução da construção de sede administrativa do MDS (Anexo do Bloco C), na qual serão reunidas todas as áreas e setores atualmente distribuídos em 7 (sete) imóveis, públicos e privados: Blocos C, A e F da Esplanada dos Ministérios e Edifício DNIT (públicos) e Edifícios Ômega, FNAS e SAAN (privados). Esta medida importará na redução de despesas de locação de imóveis pelo MDS. Sobre a primeira etapa ó execução do contrato firmado com o escritório Oscar Niemeyer para elaboração de Projeto Arquitetônico e Complementar ó será concluída pela entrega dos produtos finais, até abril de 2011;

e) continuidade da locação de imóvel privado situado no SAAN, que representou aumento de 490m² de área de escritórios, ocupados pelas áreas de Informática, Patrimônio e Almoxarifado, além de Galpão com cerca de 900m² ó ampliado em 2010 sem custos de obra para o MDS ó, utilizado para armazenagem de itens que compõem o Patrimônio deste Ministério. Vale destacar que, anteriormente, os itens patrimoniais foram mantidos sob a guarda graciosa em instalações de outros órgãos federais. Por outro lado, a transferência de setores da SAA (Patrimônio e Almoxarifado) do Edifício FNAS para o imóvel possibilitou-nos ampliar a área de ocupação do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), bem como aperfeiçoar a guarda e arquivo de seus processos, distribuídos em estações modulares que permitem melhor acondicionamento de processos e aproveitamento de espaço físico;

f) continuidade da locação de imóvel situado no SEP 515 (Edifício Ômega), aproveitando as condições contratuais obtidas há dez anos pelo Ministério da Saúde e pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). O local permitiu reunificar os espaços de ocupação, até então dispersos, das secretarias nacionais de Renda de Cidadania (Senarc) e da Assistência Social (SNAS). Ambas as unidades ampliaram seus espaços de ocupação significativamente, na atualidade quase dobrando a área anterior que ocupavam, passando a cumprir os parâmetros de ocupação física

estabelecidos pela SPU. Até janeiro de 2011 o imóvel abrigará também a Diretoria de Tecnologia da Informação da Secretaria Executiva, permitindo à unidade técnica unificar e ampliar o espaço de ocupação atual;

g) com o objetivo de instruir o processo de licitação para a construção do Anexo do Bloco C, onde se localizará a sede do ministério, contratamos os serviços de elaboração de projetos arquitetônicos e complementares (Contrato nº35/2010) junto ao Escritório de Arquitetura e Urbanismo OSCAR NIEMEYER S/C LTDA. O contrato foi estabelecido no valor global de R\$ 3.163.436,00, dividido em 4 parcelas, pagas na proporção da entrega dos produtos. Assinado em 20/07/2010, estabeleceu o prazo de 270 dias para sua conclusão, conforme o Cronograma Físico-Financeiro firmado. Atualmente os trabalhos estão sendo desenvolvidos para a entrega do 2º produto que será analisado pela unidade competente. Restam pendentes, então, duas parcelas subseqüentes, conforme abaixo:

1ª Etapa ó Estudos Preliminares: 20% do valor da contratação com prazo de execução de 90 dias. Fase já concluída e aceita pelo MDS, com a liberação do respectivo pagamento no valor de R\$ 632.669,20.

2ª Etapa ó Projeto Básico: 30% do valor da contratação está em fase avançada, devendo ser concluída na 1ª quinzena de janeiro/2011.

3ª Etapa ó Projeto Executivo: 40% do valor da contratação.

4ª Etapa ó Aprovação Final dos Projetos na Administração do GDF: 10% do valor da contratação. As duas últimas etapas deverão ser concluídas até 16 de abril/2011, término da vigência do referido contrato.

Vale lembrar: resumidamente, a transferência das unidades que atualmente ocupam o Edifício Ômega (SENARC e SNAS), comparativamente ao imóvel que foi proposto originalmente (Edifício Carlton Tower), proporcionou redução de gastos da ordem de quase R\$ 4 milhões/ano, diferença entre os valores dos aluguéis do imóvel contratado relativamente ao preço proposto originalmente. Ademais, a locação daquele imóvel possibilitou ao MDS receber, sob doação, vários itens patrimoniais da ANVISA, tais como: centenas de estações de trabalho e divisórias, equipamento de ar condicionado central, dentre outros.

A dimensão da tarefa empreendida, exigiu da área responsável a implementação de várias ações importantes, listadas resumidamente a seguir, para ajustar o espaço físico às necessidades daquelas unidades:

- Levantamento das situações físicas do Edifício (9.990 m² de área construída), visando a identificar e corrigir possíveis problemas de ocupação (infiltrações, por exemplo);
- Desmontagem e montagem de centenas estações de trabalho para alojar as unidades do MDS (SENARC, SNAS e FNAS);

- Desmontagem e montagem de mais de 3000 m² de divisórias em todos os andares para adequar os layouts às necessidades das unidades do MDS;
- Criação de Grupo de Trabalho e levantamento para recebimento de doação da ANVISA de milhares de itens (divisórias, equipamentos, mobiliário, estações de trabalho);
- Remanejamento de mais de 750 pontos lógicos, elétricos e de telefonia para alojar os profissionais das unidades do MDS, sem custos para o MDS;
- Readequação e ampliação da capacidade da Central Telefônica visando a atender os profissionais no Edifício Ômega;
- Revisão de todas as instalações do aparelho de Ar Condicionado Central recebido em doação da ANVISA, sem custos para o MDS;
- Pintura e recomposição de tetos em gesso em todos os andares (6.000 m² de área de escritórios), sem custos para o MDS;
- Readequação de 6 (seis) banheiros para portadores de necessidades especiais, sem custos para o MDS;
- Revisão dos elevadores sociais e privativos, sem custos para o MDS;
- Contratação de serviços de manutenção predial compatível com a futura demanda de serviços;
- Licitação para aquisição de switches necessários a interligar os equipamentos (micros) dos profissionais das unidades à Rede do MDS;
- Contratação de serviços de Link/Infovia para interligar o Edifício às demais áreas de ocupação do MDS;
- Readequação do 2º subsolo, visando à criação de novas vagas de estacionamento e de refeitório;
- Elaboração de layout para SENARC, SNAS e FNAS para estabelecer as bases das futuras ocupações, já se considerando as expansões de quadros; e
- Readequação de contratos e Licitações para os serviços de Vigilância, Brigadista, Limpeza, Copeiragem, Transporte, Água, Luz etc para atender as novas demandas da edificação.

Outrossim, a transferência da SENARC e SNAS para o novo local de ocupação permitiu a desocupação de espaços no Bloco C, Bloco A e Edifício DNIT, beneficiando os profissionais da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI), da Secretaria de Articulação para Inclusão

Produtiva (SAIP) e da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN), além da Secretaria Executiva (SE) e do Gabinete Ministerial (GM).

Enfim, possibilitou o reordenamento físico de todas as demais unidades que integram o MDS, algumas das quais duplicaram suas áreas de ocupação em escritórios, como indica o quadro abaixo, em que os dados referem-se às áreas de escritórios totais ocupadas por cada unidade, divididos pela quantidade de profissionais:

UNIDADE	SITUAÇÃO ANTERIOR	SITUAÇÃO EM 2010
SNAS	5,3 m ² /servidor	8 m ² /servidor
SESAN	5,2 m ² /servidor	8 m ² /servidor
SENARC	5,2 m ² /servidor	9 m ² /servidor
SAIP	5,2 m ² /servidor	8 m ² /servidor
SAGI	6,9 m ² /servidor	8 m ² /servidor
DFNAS	4,9 m ² /servidor	9 m ² /servidor
CNAS	4,6 m ² /servidor	10 m ² /servidor
SE	8,2 m ² /servidor	8 m ² /servidor
GM	8,2 m ² /servidor	8 m ² /servidor
CONJUR	7,1 m ² /servidor	10m ² /servidor

Fonte: SAA

Em 2010, as despesas com as locações de imóveis privados foram realizadas nos valores anuais indicados abaixo:

R\$ 1,00

Aluguéis ó MDS			
	SAAN	ÔMEGA	FNAS
2010	R\$ 413.717,31	R\$ 3.306.683,76	R\$ 1.695.844,42
TOTAL	R\$ 5.416.245,49		

Fonte: SAA

A CGLA autuou também na modernização da rede de telefonia e lógica de nossas principais instalações, possibilitando a melhoria das condições para acesso à rede informatizada e sistemas do MDS à rede mundial de computadores e à telefonia fixa de curta e longa distância.

Após reformar os espaços destinados ao Gabinete Ministerial, no 5º andar, e reestruturar os espaços físicos destinados a SESAN, no 4º andar do BL C, a SAA, em 2010, concluiu o trabalho de reforma e reordenação física dos espaços de uso da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI), que passou a ocupar o 3º andar do Bloco A da Esplanada dos Ministérios.

B) GESTÃO DE TRANSPORTES: especialmente importante, em razão da alta dispersão física de ocupação atual, o MDS dispõe atualmente de frota de veículos próprios e terceirizados. Relativamente aos primeiros (veículos oficiais), totalizam 17 automóveis em uso, dirigidos por 15 motoristas oficiais. Destes 6 motoristas atendem exclusivamente o Gabinete Ministerial, Secretaria Executiva e Chefia de Gabinete GM, mediante sistema de revezamento. As despesas, em regra, destinam-se à aquisição de combustíveis e execução de serviços de manutenção e reparo de veículos e, em 2010, totalizaram R\$ 104.532,24.

Quanto aos serviços de realizados por 23 veículos terceirizados (incluindo duas motos), são executados por empresa vencedora de licitação pública (Contrato nº 16/2006) e totalizaram, em 2010, gastos da ordem de R\$ 1.379.110,03.

Neste exercício, os gastos apresentaram padrões compatíveis com a dimensão do ano anterior (2009). Vale lembrar: alguns fatores específicos das unidades influenciam a dimensão final dessa despesa: dispersão de setores pelos sete locais de ocupação física do MDS, aumento do número de profissionais cuja atuação depende de alta mobilidade entre os locais de atuação, forma de gerenciamento do uso do serviço para otimizar, em maior ou menor escala, os deslocamentos para transporte de mais de um servidor etc.

C) GESTÃO DE TELEFONIA: os serviços de telefonia fixa e móvel, bem como de acesso a dados e internet ó são executados e controlados por 6 profissionais: 3 servidores e 3 terceirizados, e objetivam propiciar meios para a comunicação telefônica interna e externa das unidades do MDS, entre si, e/ou com os órgãos e entidades parceiros.

O serviço de telefonia fixa, contemplando 1561 linhas, em regra, é prestado aos servidores efetivos e comissionados lotados nas respectivas unidades, além de profissionais terceirizados, cujas funções exijam a necessidade de contato externo à unidade. As ligações de longa distância - nacionais e internacionais - e as ligações locais para rede móvel, de natureza particular, são custeadas pelos respectivos usuários, por meio de ressarcimento ao MDS, em Guia de Recolhimento da União (GRU).

O serviço de Telefonia Móvel de Voz (207 aparelhos distribuídos) é utilizado pelos servidores ocupantes de cargos de Natureza Especial e de Direção e Assessoramento Superior (DAS) Níveis 4, 5 e 6, ou, excepcionalmente, por prévia e expressa autorização da Secretaria-Executiva, por outros servidores, conforme as circunstâncias de necessidade exijam a oferta de meios adequados à comunicação telefônica externa em serviço.

Os serviços de Telefonia Móvel de Acesso a Dados e Internet, por aparelhos do tipo smartphone, são utilizados por servidores ocupantes de cargos de Natureza Especial e de Direção e Assessoramento Superior (DAS) Níveis 5 e 6.

Os gastos mensais para a utilização dos serviços de telefonia móvel de Voz e Dados devem se restringir ao limite máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor da remuneração mensal do cargo comissionado ocupado pelo respectivo usuário, na forma prescrita pela Portaria SE nº 57, de 4/12/2008, exceto para os cargos de natureza especial.

Quanto ao serviço de Call Center, é gerido pela Central de Relacionamento da Secretaria Executiva, sendo prestado pela empresa Call Tecnologia. As ligações são feitas mediante o serviço 0800, por meio do Contrato nº 16/2007, firmado com a Embratel.

Em 2010, os gastos com os serviços de telecomunicações totalizaram a quantia de R\$ 4.585.577,76, na forma do quadro abaixo.

R\$ 1,00

OBJETO	Contrato	Empresa	Valor Anual (R\$)	Média Mensal (R\$)
Locação de Centrais Telefônicas	39/2005	Dígito	429.874,98	35.822,92
Serviço Móvel Pessoal para Internet via Modem	30/2008	Claro	16.970,53	1.542,78
Serviço Móvel Pessoal para ligações Locais	30/2008	Claro	191.034,59	17.366,78
Serviço Móvel Pessoal para ligações de Longa Distância Nacional e Internacional	24/2007	Embratel	380.621,41	31.718,45
Serviço 0800 para Call Center	16/2007	Embratel	2.779.451,57	231.620,96
Serviço Telefônico Fixo Comutado para ligações de Longa Distância Nacional e Internacional	42/2005	Embratel	174.020,48	14.501,71
Serviço Telefônico Fixo Comutado para ligações Locais	42/2005	Embratel	565.847,83	47.153,99
Serviço Telefônico Fixo Comutado para Interligações	42/2005	Embratel	47.756,37	3.979,70

Fonte: SAA

D) GESTÃO DE SERVIÇOS GERAIS: na forma prescrita pelo Decreto nº 2271, de 7/7/1997, o MDS utiliza prestação indireta de serviços de Limpeza, Segurança, Brigadista, Recepcionista, Copeiragem etc. Assim o faz por economia e eficiência, e também para que os servidores lotados neste Ministério possam concentrar-se nas atividades diárias que mais se relacionem com o cumprimento da missão institucional do MDS. Necessário destacar que partes desses serviços são executadas por contratos das administrações condominiais e/ou dos órgãos cedentes, conforme o caso.

Relativamente aos Blocos A e C da Esplanada, na maior parte, os contratos são geridos pelas administrações condominiais, atualmente aos encargos dos ministérios dos Esportes e do Planejamento, respectivamente. Assim, seus custos mensais são rateados, conforme a área de ocupação, cabendo ao MDS apenas proceder à transferência dos recursos orçamentários e financeiros indicados, após conferência. Por outro, quanto às áreas ocupadas no Edifício DNIT e Bloco F, 1 andar do Anexo, têm sido custeadas pelos respectivos órgãos cedentes: DNIT Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte e Ministério da Previdência, sem custos para este Ministério.

Cumprida a SAA, basicamente, o encargo de manutenção de rotinas diárias dos serviços nos edifícios alugados a proprietários privados: Edifício SAAN (Patrimônio e Almoxarifado); Edifício FNAS (Sede do Fundo Nacional de Assistência Social); Edifício Ômega (sedes das secretarias nacionais de Renda e Cidadania e de Assistência Social, além da Diretoria de Tecnologia da Informação, em processo de ocupação). Para tanto, em 2010, a área responsável controlou e acompanhou a prestação de serviços terceirizados de um contingente profissional equivalente a 200 profissionais.

Além dos serviços gerais mencionados, a CGLA realiza a gestão de serviços diversos, como: confecção e manutenção de carimbos, serviços de chaveiro, reprografia e serviços gráficos. Com esses serviços, em 2010, realizamos as despesas anuais a seguir: carimbos (R\$ 38.045,25); chaveiro (R\$ 27.358,20); serviços gráficos (R\$ 4.402.317,60); reprografia (R\$ 430.802,10); brigadista (R\$ 992.155,28); copeiragem (R\$ 2.118.158,19); limpeza (R\$ 606.239,56); recepcionista (R\$ 476.889,57) e vigilância (R\$ 851.054,66). Necessário lembrar: alguns valores desses custos variam de acordo com o local em que os serviços são prestados e com a possibilidade, ou não, de compartilhamento de despesas com outros órgão responsáveis pela gestão condominial dos locais de ocupação.

Outrossim, criamos espaço específico em nosso depósito para armazenagem das publicações, que originalmente ficavam dispersas pelas dependências do MDS, sob a responsabilidade de cada unidade. E, também, desenvolvemos um módulo em nosso sistema de almoxarifado específico para controlar e gerir os materiais impressos, sem custos adicionais para este ministério.

E) **GESTÃO DE DOCUMENTAÇÃO, ACERVO E PATRIMÔNIO**: atualmente prestamos serviços de Protocolo e Documentação por meio de uma unidade central e duas setoriais. Estas unidades totalizam 27 profissionais, incumbidos de realizarem as seguintes atividades: recebimento, cadastramento, autuação e entrega de toda documentação dirigida e/ou expedida pelas unidades do MDS; acompanhamento das execuções contratuais relativas aos serviços de Imprensa Nacional (publicação e assinatura), de ECT Correios e Telégrafos, distribuição de jornais e revistas e da Empresa Brasileira de Comunicação EBC, serviços de logística e manuseio de correspondências, gerenciamento do sistema SISPRO e publicação de matérias pelo sistema INCOM.

Para o aprimoramento da gestão de acervo documental, implantamos o Sistema de Protocolo do MDS (Sispro), instalamos arquivos deslizantes, criamos o Protocolo Setorial do Edifício Ômega, para atender SNAS e SENARC, dentre outras medidas.

A utilização de arquivos deslizantes buscou aperfeiçoar a guarda e armazenagem de processos e documentos de administrativos e de suporte à gestão desta Subsecretaria e do Fundo Nacional de Assistência Social: esta providência aprimorou a sistemática de gerenciamento dos processos, reduzindo a área destinada a essa finalidade e o tempo de tramitação de acesso aos documentos e processos já arquivados.

Para fortalecer a condição de guarda e gestão de Patrimônio, criamos espaços próprios para armazenagem de bens de consumo e permanentes, anteriormente estocados em condições pouco adequadas ou em áreas físicas cedidas por outros órgãos federais.

Aperfeiçoamos, ainda, atividades desenvolvidas pelos setores de Almoxarifado e de Patrimônio, possibilitando a melhoria dos mecanismos e procedimentos de gestão de suprimento de meios às unidades-fim e meio do MDS, eliminando ressalvas e apontamentos dessa natureza, pela Controladoria Geral da União, nos últimos exercícios.

COORDENAÇÃO-GERAL DE LICITAÇÃO E CONTRATOS 6 CGLC

A Coordenação-Geral de Licitações e Contratos (CGLC) implementa as atividades relacionadas à gestão de contratos, compras e licitações e execução orçamentária e financeira de recursos alocados na UG 550005 - CGLA. A CGLC é responsável por coordenar, controlar e acompanhar a execução das atividades relacionadas às compras de materiais, equipamentos e contratações de serviços, além de auxiliar as unidades demandantes na elaboração de termo de referência/projetos básicos e a execução orçamentária e financeira, no âmbito da SAA, fundamentais ao perfeito funcionamento de toda a estrutura organizacional do MDS.

Em 2010, diversos esforços foram efetuados pela CGLC, no sentido de orientar e auxiliar os servidores da área de Contratos, Licitações e Assessoria Financeira no exercício de suas funções regimentais.

Como exemplo, o acompanhamento e a aferição dos resultados, aprimorado, em 2010, pela melhoria dos indicadores de execução, que demonstram o grau de mobilização, nível de participação e taxa de conclusão das atividades executadas, além da recomposição quantitativa das equipes das coordenações de Contratos e de Licitações e participação de eventos internos e externos de capacitação.

Em 2010, foram realizados 34 licitações, na modalidade Pregão Eletrônico, 01 Concorrência (anulada), 73 dispensas de licitação, 17 inexigibilidades, e 06 adesões à atas de Registro de Preços.

COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS 6 CGRH

Em atuação inerente ao adequado exercício dos objetivos primários, a CGRH buscou instituir sistema de administração de seus recursos humanos que permitisse uma visualização rápida e que refletisse o cenário em que se fundamenta a força de trabalho do MDS. Ao trabalho, iniciado em parceria com o Ministério da Saúde, não foi dada continuidade em razão de problemas encontrados na comunicação entre os bancos de dados de ambos os órgãos, bem assim à exaustiva demora na identificação desse fato e das possíveis soluções. Assim, foram idealizadas novas alternativas, sobre as quais se espera efetiva aplicação no exercício de 2011.

Como mecanismo de alternativa, a CGRH procurou orientar sua equipe técnica no sentido de reorganizar os aspectos quantitativos, qualitativos e temporais das atividades exercidas quanto à gestão de pessoal, com alimentação de bancos de dados próprios, unificando as atuações frente a busca de resultados voltados à simplificação e correção do cadastramento e disponibilização dos dados funcionais.

Quanto às incursões objetivando a incorporação de recursos humanos ao quadro de pessoal do MDS, em linhas gerais o sucesso foi alcançado, com exceção ao provimento dos cargos inerentes à Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais de que trata a Lei nº 12.094, de 2009 e Decreto nº 7.191, de 2010, que distribuiu ao Órgão a totalidade de 330 (trezentos e trinta) cargos de Analistas de Políticas Públicas Sociais. O MDS, visando obter o quanto antes o efetivo exercício de tais profissionais, exerceu no exercício, por duas oportunidades distintas, seu direito de petição junto ao Órgão Regulador de RH (MPOG), contextualizando a solicitação para autorização do devido concurso público. Além destas, ao final do exercício de 2009 já havia apresentado tal pleito. Em todas as oportunidades, no entanto, não foi obtido posicionamento conclusivo sobre o momento em que tal autorização seria concedida, o que dificultou ainda mais o planejamento estratégico das ações a serem realizadas para o exercício.

Com a integração ao seu quadro próprio de pessoal dos servidores efetivos advindos da Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais, espera-se dar seguimento ao planejamento de estruturar continuamente o perfil da força de trabalho do MDS, de modo a permitir que o Órgão corrija as disfunções ainda remanescentes do período de sua instituição, quando diante das circunstâncias restritivas de composição de recursos humanos houve a necessidade de contar com servidores requisitados de outros órgãos, ocupantes de cargo em comissão sem vínculo efetivo com a administração, bem assim prestadores de serviço terceirizados alocados em decorrência de celebração de contrato administrativo.

Diretoria de Tecnologia da Informação

Criada em 2010 e subordinada à Secretaria Executiva, a DTI esforçou-se por consolidar sua estrutura, por estabelecer procedimentos de gestão das diversas torres de prestação de serviços contratadas pela extinta CGI, de forma a estabelecer padrão de prestação de serviços compatível com a missão grandiosa do Ministério e por desenvolver Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) que, em consonância com o PETIC e com o Planejamento Estratégico Institucional, estabelecesse princípios básicos a serem seguidos e contribuísse para estabelecer planos operativos que balizassem as aquisições e ações necessárias para aproximar as ações de TI das necessidades estratégicas do Ministério.

No que diz respeito ao PETIC, na tentativa de promover sua aproximação com as necessidades das áreas de negócio do MDS, foi elaborado PDTI que estabeleceu planos operativos para 2010 e 2011, preenchendo lacuna existente no Planejamento de TI. Embora ainda necessite aprimoramento, o PDTI teve duas versões elaboradas em 2010, com discussão e aprovação pelo Comitê Gestor de Tecnologia da Informação (CGTI). Além disto, em esforço para aumentar o nível de governança e segurança do ambiente de TI, Política de Segurança da Informação foi apresentada ao CGTI, tendo recebido parecer inicial favorável e estando pendente de aprovação definitiva, havendo discussões para formação do Comitê de Segurança da Informação. Além disto, como passo inicial para implantação de uma equipe de tratamento e resposta a incidentes em redes computacionais (ETRI) foi criado endereço para comunicação de incidentes csirt@mds.gov.br, com a sigla internacional referente a *Computer Security Incident Response Team*. Tal endereço foi registrado no Grupo de Segurança Institucional da Presidência da República.

A unidade teve muitos problemas, considerando-se que a malha contratual existente era, e ainda é, composta por cerca de 20 principais torres de serviço que deveriam ser gerenciadas, dentre outras atividades, por diminuto corpo de servidores, composto por 13 servidores com gratificação do SISP - Sistema de Administração de Recursos de Informação e Informática (GSISP) e por 5 Analistas de Tecnologia da Informação (ATI), carreira do Ministério do Planejamento, lotados quatro deles na

DTI e um deles na Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI), nenhum deles com experiência significativa de gestão.

Para mitigar a inexperiência do corpo de servidores, durante os meses iniciais de 2010, o grupo de detentores de GSISP e o grupo da classe ATI receberam treinamento na Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), treinamento este composto por quatro módulos: PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação), PCTI (Planejamento da Contratação de TI), SFTI (Seleção de Fornecedores de TI), GCTI (Gestão de Contratos de TI), de forma a capacitá-los a absorver as tarefas de gestão na DTI.

Foi construído um catálogo de Serviços em 2010, reservando-se a 2011 seu estudo e aprimoramento para definição dos Acordos de Nível de Serviço para cada um dos serviços mapeados, ação esta que pretende aumentar o nível de governança de TI da instituição.

Apenas a título ilustrativo, para que se tenha idéia da complexidade da situação, a gestão contratual engloba a gestão integral de 18 principais torres de serviços diretamente sob responsabilidade da DTI (Administração de Dados, Administração de Banco de Dados, Sustentação de Rede, Sustentação de Servidores, Service Desk, Análise de Processos de Negócio, Assessoria Técnica, Execução de Projetos, Serviços de Auditoria dos contratos anteriormente mencionados, Serviços de Suporte a Microinformática, Serviços de Suporte ao Banco de Dados DB2, Serviços de Suporte de Hardware ao Mainframe IBM Z10, Serviços de Suporte aos Sistemas Operacionais do Mainframe IBM Z10, Serviços de Data Center em Regime de Colocation, Serviços de conexão com a INFOVIA Brasília e Internet, Serviços de Suporte e Manutenção de Software para Agenda da Ministra e dos Secretários, Fábrica de Software para Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas com Métrica de Ponto de Função, Serviços de Auditoria de Qualidade e de Métrica dos contratos de tipo Fábrica de Software), e o acompanhamento técnico de outras torres geridas externamente à DTI (Fábrica de Software, em regime de Ponto de Função, contratada pela Secretaria Nacional de Renda de Cidadania ó SENARC para desenvolvimento do Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família ó SIGPBF; Serviços de Desenvolvimento e Manutenção do Cadastro Único ó que dá suporte aos Programas do MDS; Execução da Folha de Pagamento do Programa Bolsa Família).

Para hospedar adequadamente os sistemas de informação do MDS, notadamente o Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família (SIGPBF) e o Sistema SUASWeb, foi definido, anteriormente a 2010, que a infraestrutura computacional do MDS deveria ser reforçada com aquisição de mainframe acoplado por switches a um storage de grande capacidade de armazenamento. Embora a solução de TI fosse o conjunto de componentes, esses componentes foram adquiridos por diferentes fabricantes por força da legislação: o mainframe adquirido foi o IBM Z10, com sete processadores do tipo IFL (Integrated Facility for Linux), os switches foram adquiridos da Brocade e o Storage da Hitachi. Apesar de cada um deles ser de boa qualidade, seu funcionamento conjunto apresentou problemas que, até o momento ainda não foram completamente diagnosticados e solucionados. A demora na aquisição da solução causou atrasos e desequilíbrios operacionais no desenvolvimento e

homologação dos módulos do SIGPBF e, também dos sistemas conexos aos trabalhos da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS). Além disto, a opção técnica pelo uso de mainframe com Sistema de Gerência de Banco de Dados DB2, introduziu necessidades de migração de ambientes Oracle já existentes para ambientes DB2 que acarretaram atrasos nos desenvolvimentos da fábrica de software sob gestão da DTI.

Paralelamente aos esforços despendidos para o equacionamento dos problemas relatados, houve tentativa de melhoria dos processos de gestão, com utilização da torre de Análise de Processos de Negócio para intensificar o mapeamento dos processos de negócio com interface significativa com TI (cargas, que definem o relacionamento do MDS com parceiros externos; processos de homologação de sistemas, que definem a qualidade dos instrumentos associados à execução e acompanhamento das atividades do negócio, etc.). Tais esforços ainda não frutificaram no nível desejado, esperando-se que, em 2011, com o amadurecimento das ações e com o uso progressivo das facilidades do ambiente BPM/SOA adquirido como atualização do ambiente existente desde 2007 no MDS, e que estava defasado e sem suporte, o acompanhamento de contratos e a gestão de demandas de desenvolvimento sejam sensivelmente aperfeiçoados, ajudando, inclusive, nas tarefas de planejamento e acompanhamento de contratos. Nesta atualização, foi incluído ambiente SOA (Service Oriented Architecture - Arquitetura Orientada a Serviços), cumprindo assim etapa já estabelecida no Planejamento Estratégico de TIC (PETIC) do Ministério.

Como resultado do esforço de alinhamento das ações de TI com as necessidades definidas no Planejamento Estratégico Institucional, houve ênfase no desenvolvimento e manutenção dos sistemas de informação declarados prioritários naquele Planejamento, embora, em razão dos problemas mencionados anteriormente, tais atividades tenham apresentado deficiências que ainda não foram sanadas.

Na tentativa de mitigar tais deficiências, modificações foram introduzidas nos procedimentos de gestão das torres de serviços de fábrica, com elaboração de processos de gestão de demandas e de homologação de entregas que ainda estão em fase de finalização e aprimoramento.

Deficiências de infraestrutura que prejudicavam o desenvolvimento dos trabalhos dos servidores do MDS foram mitigadas com aquisição de estações de trabalho tipo desktop e com o aumento da capacidade de armazenamento da rede corporativa. Entretanto, ainda há muito por fazer.

Assim, não obstante a inexperiência do corpo de servidores, foi possível, durante 2010, melhorar a prestação de serviços em TI internamente ao MDS, evoluindo a capacidade de atendimento da Diretoria de TI e os relacionamentos entre as torres de serviço. Embora ainda haja muito a ser feito, a situação existente no início do ano foi razoavelmente mitigada, apesar de persistirem diversos problemas contratuais e de infraestrutura que ainda deverão ser equacionados.

A Diretoria de Projetos Internacionais ó DPI da Secretaria Executiva acompanha a execução de dois acordos de empréstimo e de cinco acordos de cooperação técnica executadas por meio de três organismos internacionais:

a) Acordos de empréstimo com bancos internacionais:

- Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento ó BIRD
- Banco Interamericano de Desenvolvimento ó BID

b) Acordos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais:

- 1 acordo com a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação ó FAO;
- 3 acordos com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD;
- 1 acordo com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura ó UNESCO

Acordo de Empréstimo BIRD 7234-BR

O acordo de empréstimo com o Banco Mundial, intitulado Projeto de Apoio ao Programa Bolsa Família ó PBF teve por objetivo fortalecer tecnicamente o Programa e contribuiu para que a expansão do número de beneficiários corresse paralelamente à concretização do conteúdo qualitativo do PBF. Foi assinado no dia 24 de maio de 2005, com valor original de US\$ 572,2 milhões e uma previsão de aporte local de US\$ 6.174,00 bilhões, para execução das atividades programadas. Como houve um cancelamento do valor da taxa inicial de empréstimo em 50%, um corte de US\$ 1.500.000,00 proposto na prorrogação de 2008 e um corte de mais US\$ 4.000.000,00 no encerramento, o valor passou a US\$ 563.389.000,00. Sua vigência se expirou em 31 de dezembro de 2009 com período de graça, concedido pelo Banco até 30/04/2010.

O empréstimo teve duas etapas: a primeira, denominada parte A, refere-se à Transferência de Benefícios Financeiros do Programa Bolsa Família ó cujos recursos foram 100% executados, ou seja, US\$ 551.478.000,00. A segunda etapa engloba as partes B- Fortalecimento do Sistema de Identificação da População Alvo (CadÚnico); C - Desenvolvimento de um Sistema de Monitoramento e Avaliação; D - Fortalecimento Institucional e E - Gerenciamento do Projeto e têm a função de fortalecer o PBF na consecução das metas técnicas acordadas. Dos US\$ 9.500.000,00 destinados à execução desta fase, 77,23% foram executados, ou seja, US\$ 7.336.669,05. Com relação a essas partes foram apresentados os SOE's ó Statement of Expenditures n°s 39 ao 41 ao BIRD totalizando uma solicitação de reembolso de R\$ 1.676.273,81 sendo R\$ 34.742,68 para categoria bens e serviços, R\$ 1.460.703,55 para categoria consultoria, R\$ 180.827,58 para custos operacionais.

Acordo de Empréstimo BID 1609-OC

O Acordo de Empréstimo BID 1609/OC-BR - Apoio ao Sistema de Proteção Social teve por objetivo apoiar os Programas Bolsa Família ó PBF e Erradicação ao Trabalho Infantil ó PETI, bem como as ações de fortalecimento institucional destinadas à expansão de consolidação do sistema de proteção social. Assinado em 24 de outubro de 2005 teve sua vigência expirada em 31 de agosto de 2010.

Estruturado em dois componentes, quais sejam, transferência de renda condicionada e fortalecimento institucional, o custo total atualizado do Programa foi de US\$ 7.637.500.000,00, sendo US\$ 1 bilhão oriundos do empréstimo firmado com o BID e, US\$ 6.703.661.000,00 de porte local. Houve ainda a participação do BIRD com valor complementar de US\$ 563.389.000,00.

O valor financiado pelo BID relativos ao primeiro componente, na ordem de US\$ 983.400.000,00, foram totalmente desembolsados até o final de 2006, no entanto, até o mês de setembro de 2010 foram custeados com recursos nacionais o valor de US\$ 25.630.838.439,60 ó superior, portanto, ao custo contratual inicialmente previsto.

Já com relação ao segundo componente foram desembolsados, até o mês de setembro de 2010, o valor de R\$ 12.842.966,06, o que corresponde a aproximadamente 78% do orçamento destinado ao componente. A soma dos componentes 1 e 2 atingiu o percentual de 99,6%.

No que se refere aos aspectos de implementação das metas operacionais, o projeto atingiu o nível satisfatório de execução das atividades programadas assim como os resultados alcançados pelo Governo Federal com a execução do Acordo de Empréstimo.

Acordo de Cooperação Técnica com a FAO- UTF/BRA/064/BRA

O Projeto Apoio à implementação e ao alcance de resultados da Estratégia Fome Zero, firmado entre o Governo Brasileiro e a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação ó FAO, foi assinado em 2 de dezembro de 2003 e tem vigência até 31 de dezembro de 2011. Objetiva implementar ações de formulação e gestão de uma Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, instrumentar políticas públicas capazes de reduzir a vulnerabilidade à insegurança alimentar em áreas rurais, urbanas e periurbanas, por meio do Programa de Aquisição de Alimentos, dos Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional (Banco de Alimentos, Cozinhas Comunitárias, Restaurantes Populares), entre outros, além de implantar o Sistema de Avaliação e Monitoramento da Estratégia Fome Zero.

O orçamento atual do Projeto é de US\$ 9.160.954,00, tendo sido executados US\$ 7.292.702,00, dos quais US\$ 884.698,00 no exercício de 2010. Os recursos são oriundos exclusivamente do Tesouro Nacional.

No exercício de 2010, merecem destaque ações como: realização da Oficina Nacional do Programa de Aquisição de Alimentos ó PAA, no período de 3 a 4 de fevereiro de 2010; Seminário Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana para gestores municipais, no período de 25 a 26 de março de 2010, além do Seminário Nacional do PAA, realizado em 24 a 26 de novembro de 2011, que reuniu mais de 400 participantes.

Ressalta-se também a realização de relevantes consultorias, tais como: Avaliação da implantação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional ó SISAN; Avaliação e gestão dos Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional (Bancos de Alimentos, Restaurantes

Populares e Cozinhas Comunitárias); avaliação das ações de implementação das Feiras Populares, Centros de Apoio à Agricultura Urbana e Periurbana e Projetos Produtivos em Regiões Metropolitanas.

No âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos ó PAA foram realizadas consultorias para gestão e mobilização social dos agricultores familiares e produtores de alimentos, nos diversos estados de abrangência do Programa.

Na área de avaliação de programas e políticas sociais, foi contratada a Fundação Euclides da Cunha de Apoio Institucional à Universidade Federal Fluminense para realizar a Pesquisa de Avaliação do Programa Banco de Alimentos, no valor total de R\$ 228.582,00, ainda em curso. A referida pesquisa visa avaliar a implantação e gestão dos Bancos de Alimentos, bem como o perfil dos seus beneficiários diretos, em todos os municípios nos quais os bancos estão em funcionamento.

Acordo de Cooperação Técnica com o PNUD ó BRA 04/028

O Projeto BRA/04/028 de apoio ao Programa Bolsa Família (PBF), viabiliza assistência técnica para identificação das políticas públicas que podem utilizar o Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) para aprimoramento tecnológico e para revisão dos critérios de elegibilidade do Programa Bolsa Família. Possui como objetivo macro a redução da pobreza e a desigualdade no Brasil, por meio do fortalecimento do PBF.

O orçamento do Projeto é de US\$ 17.906.237,15 apresentando uma execução total de US\$ 10.356.388,00 o que representa 57,83% do total. O prazo de vigência teve início em 28 de outubro de 2004 e tem data de encerramento prevista para 31 de dezembro de 2011.

A execução de ações previstas no escopo programático do Projeto, visando o alívio imediato e a contribuição para a superação da pobreza entre gerações, por meio de transferência de renda diretamente às famílias pobres e extremamente pobres, tem possibilitado, ainda, o fortalecimento do exercício de direitos básicos, como saúde e educação.

O Projeto colabora com a contratação de serviços de treinamento, para aperfeiçoamento técnico de gestores na condução do CadÚnico, e de consultoria, para controle de desempenho e informações operacionais do PBF. Colaborou também para a revisão e aperfeiçoamento do formulário de cadastramento, bem como do aplicativo de entrada e manutenção de dados do CadÚnico de modo a facilitar o trabalho das prefeituras no cadastramento e atualização dos dados das famílias. A utilização do Cadastro Único permite contextualizar a situação das famílias, desenvolver ações que explorem as potencialidades econômicas, culturais e naturais específicas de cada localidade, e acompanhar as atividades desenvolvidas pelos gestores municipais, por exemplo.

Trata-se de um processo contínuo: quanto mais se depura a metodologia de trabalho, melhor é a qualidade dos dados obtidos e, conseqüentemente, mais focado e eficaz se torna o Programa Bolsa Família e outros que o utiliza seja para concessão de benefício, seja para a integração de programas. Da mesma forma, vários estados e municípios já utilizam esse cadastro para identificação do público-alvo dos seus programas, evitando sobreposição de programas para uma mesma família. O cadastramento não significa a inclusão automática da família nos programas sociais: a seleção e o atendimento da família por esses programas ocorrem de acordo com os critérios e procedimentos de cada um deles. Mais do que identificar as melhores práticas no PBF, o próprio Programa Bolsa Família é referência para vários países em desenvolvimento que buscam a redução da pobreza.

Acordo de Cooperação Técnica com o PNUD ó BRA 04/046

Assinado em 22 de outubro de 2004 com vigência até 31 de dezembro de 2011, este projeto visa apoiar o fortalecimento institucional para avaliação e gestão da informação. O Projeto BRA/04/046, cujo objetivo macro é contribuir para a efetividade das políticas e programas sociais, promovendo uma melhor e mais efetiva aplicação dos recursos públicos, através do monitoramento e controle de programas de apoio a grupos específicos em situação de insegurança alimentar, como distribuição de cesta básica e bancos de alimentos, o programa de transferência de renda com condicionalidades, o programa Bolsa Família que unificou os benefícios sociais, Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e o Auxílio Gás, entre tantos outros, tem contribuído significativamente para que o Brasil avance no cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, através da execução de ações previstas em seu escopo programático, visando o alívio imediato e a superação da pobreza, através da provisão de transferências monetárias, possibilitando a emancipação sustentada das famílias pobres e seu exercício de direitos básicos, como saúde e educação.

As ações de cooperação técnica com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento ó PNUD têm contribuído para o fortalecimento institucional do Projeto através do aporte de conhecimentos específicos na área de gestão de pública, bem como na constituição de uma rede internacional que permita estabelecer práticas sistemáticas de intercâmbio de experiências internacionais em programas de transferências de renda com condicionalidades, viabilizado ações de políticas complementares de inserção social, contribuindo para o atingimento das metas de desenvolvimento do milênio e a redução da pobreza humana (Second Multi-Year Funding Framework 2004-2007 - Proposed core MYFF goals (pág. 10) e Second Country Cooperation Framework for Brazil - 2002-2006 (pág. 4).

Seu orçamento é de US\$ 31.706.451,71 atingindo execução total de US\$ 18.629.866,74 que representam 58,75% do total. O projeto conta com recursos da fonte Banco Interamericano de Desenvolvimento ó BID, no total de US\$ 13.790.770,28 e US\$ 17.815.681,43 da fonte Tesouro Nacional. O saldo da fonte BID foi executado até agosto de 2010 quando foi encerrado o Acordo de Empréstimo nº 1609-OC/BR.

Na área de formação e disseminação destaca-se o projeto de Capacitação para Controle Social nos Municípios ó Assistência Social e Bolsa Família, com previsão para término em 2011. O projeto prevê a capacitação 21.310 conselheiros de todos os municípios brasileiros nos conhecimentos e atitudes essenciais ao desempenho de suas atribuições, de forma a aprimorar sua capacidade institucional e contribuir para a efetividade do controle social. Por meio de um plano de monitoramento e acompanhamento dos cursos foi possível verificar a qualidade dos cursos, a infraestrutura disponibilizada para as aulas e a identificação e solução dos problemas encontrados ao longo da execução que já conta com 44,61% do total. Além de definir os marcos teóricos para o monitoramento e a avaliação do projeto, o plano permitiu o desenvolvimento e implementação instrumentos para o acompanhamento de inscrições e do cronograma, para as visitas técnicas aos pólos de capacitação, para a avaliação de reação para medir a satisfação dos alunos com o curso e para o acompanhamento da execução da etapa não presencial.

Foram adquiridos os seguintes bens pelo projeto:

- 07 projetores multimídia modelo H312A no valor total de R\$ 13.391,00;

- 06 televisores em cores - 42 Polegadas com cabo HDMI E CABO VG no valor total de R\$ 13.680,00;
- 01 servidor para processamento de dados marca del - modelo poweredge - t 610 no valor de R\$ 34.055,01;
- 50 Microcomputadores , Memória DDR2 02 GB/800 no valor total de R\$ 100.069,00;
- 50 Monitores de Vídeo Policromáticos Modelo D196WA no valor total de R\$ R\$ 17.031,50 ;
- 50 Teclados para Microcomputador Marca Lenovo no valor total de R\$ 2.649,50 (50);
- 04 Microcomputador , marca Dell modelo Precision t 5500 no valor total de R\$ 14.046,25.

Foram firmados contratos com as seguintes empresas:

.Via Pública ó Instituto para o Desenvolvimento da Gestão Pública e das Organizações de Interesse Público.

OBJETO DO CONTRATO: Estudos Qualitativos e Quantitativos do Programa de Atenção Integral à Família ó PAIF.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 1.071.243,43

VIGÊNCIA: 28/08/2008 a 01/03/2010

.Datafolha Instituto de Pesquisa Ltda.

OBJETO DO CONTRATO: Pesquisa de Opinião

VALOR DO CONTRATO: R\$ 305.508,00

VIGÊNCIA: 10/11/2009 a 30/08/2010

.Datamétrica Consultoria Pesquisa e Telemarketing Ltda.

OBJETO DO CONTRATO: Estudos sobre os Centros de Convivência de Idosos financiados pelo Fundo Nacional de Assistência Social

VALOR DO CONTRATO: R\$ 209.704,69

VIGÊNCIA: 16/08/2010 a 30/11/2011

.GESAWORLD do Brasil Consultoria

OBJETO DO CONTRATO: Estudos Qualitativos e Quantitativos do Programa de Atenção Integral à Família ó PAIF.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 267.810,86

PERIODO: 28/08/2008 a 01/03/2010

.Solar Consultoria em Gestão e Pesquisa

OBJETO DO CONTRATO: Capacitação de Conselheiros da Assistência Social Nacionais, Estaduais e do Distrito Federal.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 1.180.470,00

VIGÊNCIA: 12/08/09 a 18/02/10

.Herkenhoff & Prates Tecnologia e Desenvolvimento ó Instituto de Tecnologia e Desenvolvimento de Minas Gerais.

OBJETO DO CONTRATO: realizar diagnóstico das Jornadas Ampliadas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI em municípios brasileiros, para identificação de dificuldades na implantação, bem como de melhores práticas do Programa. Contrato nº 004760/2007.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 402.342,40

VIGÊNCIA: 7/02/2008 a 01/03/2010

Foram realizados os seguintes treinamentos:

.Capacitação de técnicos estaduais e do MDS que prestam apoio técnico aos municípios na utilização e no preenchimento do CadSUAS e o Plano de Ação 2010.

DURAÇÃO: 13 e 14 de abril de 2010.

Nº. DE BENEFICIADOS: 65

CUSTOS: Infraestrutura, passagens e hospedagem.

. Capacitação da nova Política de senhas de acesso a Rede SUAS para técnicos e membros dos conselhos de Assistência Social dos estados e DF.

DURAÇÃO: 13 e 14 de abril de 2010.

Nº. DE BENEFICIADOS: 112

CUSTOS: Infraestrutura, passagens e hospedagem.

. Oficina de apresentação do CREAS ó capacitação

DURAÇÃO: 7 a 9 de outubro de 2010.

Nº. DE BENEFICIADOS: 54

CUSTOS: Infraestrutura, passagens e hospedagem.

. Seminário Internacional do BPC

DURAÇÃO: 8 a 10 de novembro de 2010

Nº. DE BENEFICIADOS: 200

CUSTOS: Infraestrutura, passagens e hospedagem.

. Seminário "Diretrizes Metodológicas e Operacionais do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil ó PETIö

DURAÇÃO: 21 e 22 de junho de 2010

Nº. DE BENEFICIADOS: 79

CUSTOS: Infraestrutura, passagens e hospedagem.

. Oficina Nacional de Capacitação de Gestores ó TCU.

DURAÇÃO: 26 a 28 de outubro de 2010

Nº. DE BENEFICIADOS: 92

CUSTOS: Infraestrutura, passagens e hospedagem.

. Seminário de Encerramento do Programa "Apoio ao Sistema de Proteção Social no Brasil.

DURAÇÃO: 29 e 30 de julho de 2010

Nº. DE BENEFICIADOS: 115

CUSTOS: Infraestrutura.

. Encontro Nacional de Monitoramento do SUAS.

DURAÇÃO: 18 e 20 de agosto de 2010.

Nº. DE BENEFICIADOS: 220

CUSTOS: Infraestrutura.

. Oficina promovida pelo MDS e ENAP de formação de multiplicadores que irão atuar como instrutores ao longo do processo de capacitação de entrevistadores municipais sobre o novo formulário do CADÚNICO, a ser realizado pelas coordenações estaduais do PBF.

DURAÇÃO: 24/01/2010 a 30/01/2010

Nº. DE BENEFICIADOS: 125

CUSTOS: Infraestrutura, passagens e hospedagem.

Publicações pelo projeto:

- Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para crianças e adolescentes, com impressão de 25.000 exemplares (SNAS).
- Cadernos metodológico e operacional do PETI (SAGI).

- Impressão de capa, gravação e replicação de mídia digital para produção da compilação digital das publicações técnicas editadas pela SAGI entre 2004 e 2010, com tiragem de 10.000 exemplares (SAGI).
- Impressão e acabamento de revista sobre o PBF, com tiragem de 35.000 exemplares (SENARC).
- Criação e desenvolvimento de uma série educativa de vídeos de capacitação, objetivando promover a disseminação de conceitos e orientações sobre processos de trabalho e sobre o papel do Conselheiro e dos Conselhos na atuação do Programa Bolsa Família. (SENARC).
- Material informativo Pesquisa de Avaliação da Situação de Segurança Alimentar e Nutricional em Comunidades Quilombolas Tituladas, com tiragem de 1000 exemplares (SAGI).

Acordo de Cooperação Técnica com o PNUD ó BRA 05/028

O Projeto de Apoio ao Programa de Promoção da Inclusão Produtiva de Jovens, com início em setembro de 2006 e vigência até 31 de dezembro de 2011, tem como objetivo apoiar iniciativas que promovam a qualificação de jovens entre 18 e 24 anos para a inserção no mercado de trabalho e ampliar a capacidade do MDS no monitoramento e avaliação de políticas públicas e de programas de redução de pobreza. O orçamento total do Projeto é de US\$ 5.689.158,00. Foi executado o valor de US\$ 2.776.664,96, o que representa 48,81%.

A execução financeira no período de 2010 apresentou resultado negativo de US\$ 91,630.68, em função de devoluções de saldos remanescentes de projetos apoiados no âmbito do PRODOC e encerrados no período.

Houve a publicação a primeira fase do edital nº2/2010 para seleção de entidades executoras. Seis (06) projetos foram selecionados, e o início da execução está previsto para o primeiro semestre de 2011. O processo encontra-se em fase conclusiva. Houve também a contratação de consultores para a execução das fases de admissão, análise e julgamento do processo de seleção de projetos de inclusão produtiva desenvolvidos por instituições superiores de ensino, bem como desenvolvimento e aplicação de metodologia para acompanhamento e avaliação dos projetos selecionados.

Acordo de Cooperação Técnica com a UNESCO ó 914BRA3026

O Projeto 914BRA3026 ó Gestão da Política de Segurança Alimentar, Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza, firmado entre o Ministério e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura ó UNESCO, apresenta como macro objetivo contribuir para eliminar a insegurança alimentar e nutricional da população brasileira e enfrentar as causas estruturais da pobreza, implantando o modelo de Gestão da Política de Segurança Alimentar, Alimentação nos municípios; coordenando a implantação do Cartão-alimentação nos municípios; fortalecendo e ampliando o processo de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local; ampliando

ações locais de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local; e apoiando a implementação de projetos de Segurança Alimentar.

A vigência do projeto teve início em 28.05.2003 e será encerrada em 31.12.2010.

O orçamento total do Projeto é de R\$ 63.681.378,15, integralmente financiado com recursos do Tesouro Nacional, apresentando uma execução total de R\$ 62.613.055,55, correspondente a 98,32%.

Ocorreram as seguintes contratações:

- Empresa especializada para prestação de serviços de consultoria e organização em pesquisa socioeconômica e cultural de povos e comunidades tradicionais de terreiro.
- Empresa para prestação de serviços de tradução simultânea para a Reunião Técnica e Coletiva de Imprensa para a apresentação da 2ª Rodada da Avaliação de Impacto do PBF, a ser realizado em Brasília, nos dias 9 e 10 de agosto, para 50 pessoas.
- Empresa para prestação de serviços de tradução, para o inglês, o espanhol e o francês, de documentos do MDS.
- Empresa para produção de fotografias para comporem o "Inventário Socioeconômico e Cultural das Comunidades Tradicionais de Terreiros".
- Empresa para duplicação de CD, que serão distribuídos no XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais promovido pela Associação de Estudos Populacionais ó ABEP.

Ocorreram os seguintes treinamentos:

- Oficinas de capacitação de radialistas comunitários realizadas em Brasília (13 e 14/3), Belo Horizonte (20 e 21/3), Rio de Janeiro (26 a 28/3), Campinas (9 a 11/4), Salvador (16 a 18/4), Teresina (30/4 a 3/5), Porto Alegre (15 e 16/5), Manaus (18 a 20/5), São Luis (21 a 23/5), Belém (28 a 30/5), Curitiba (11 a 13/6) e Cuiabá (18 a 20/6).
- Oficina Nacional Sobre Segurança Alimentar realizada em Brasília-DF, de 19 a 21/5.
- Seminário de Avaliação do PAA em Áreas de Assentamento realizado em Brasília, de 13 a 15/5.
- Oficina Nacional Sobre Segurança Alimentar realizada em Brasília-DF, de 19 a 21/5.
- Oficina de apresentação e análise da proposta de padronização dos registros dos atendimentos do CRAS e CREAS, elaborada pela fundação Oswaldo Cruz-FIOCRUZ em parceria com a Secretaria Nacional de Assistência Social ó SNAS, realizada em Brasília-DF no dia 14/6.
- Seminário Nacional "A Atuação de Psicólogos no Sistema Único de Assistência Social", realizado em Brasília-DF de 21 a 23/6.
- XIII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, realizado em Brasília, de 31/7 a 5/8.
- Capacitação da nova Política de senhas de acesso a Rede SUAS para técnicos e membros dos conselhos de Assistência Social dos estados e DF, realizado em Brasília, nos dias 18 e 19/10.

- Oficina para apresentar e discutir o Protocolo e estratégias de acompanhamento familiar visando a integração da gestão dos serviços, benefícios e programas de transferência de renda, realizado em Brasília, de 8 a 10/4.
- Reunião Ampliada da Comissão Intergestores Tripartite (CIT) com as 26 CIB (Comissões Intergestores Bipartite), para discussão da proposta de revisão da NOB SUAS 2005, em Brasília, nos dias 12 e 13/5.
- Encontro dos Trabalhadores da Assistência Social, na Região Sul realizado em Curitiba, nos dias 4 e 5/11.
- Oficina de Capacitação de Gestores Sociais, realizada em Brasília, de 26 a 28/10.
- Encontro de gestores dos três entes federados para avaliar e discutir os dados identificados no Questionário do Programa BPC na Escola, em Brasília, de 29 a 30/6.
- Capacitação Sobre o Plano de Ação 2010 e CADSUAS, para Técnicos de Assistência Social dos Estados, realizada em Brasília, de 26 a 28/4.
- Seminário "Diretrizes Metodológicas e Operacionais do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil", realizado em Brasília-DF nos dias 21 e 22/6.
- I Encontro Nacional de Enfrentamento da Desertificação: Estabelecer um pacto pelo desenvolvimento sustentável do semi-árido, realizado em Petrolina-PE e Juazeiro-BA no período de 03 a 05/03/2010.

Foram publicados:

- Projeto gráfico para elaborar e desenvolver as publicações Experiências Premiadas no 2º Prêmio de Boas Práticas do BF, Prêmio Nacional de Estudos sobre o PBF e Prêmio Josué de Castro de boas práticas em Gestão de Projetos de Seg. Alimentar e Nutricional.
- Projeto gráfico da revista com encarte gráfico sobre o Programa Bolsa Família.
- Editoração e diagramação da segunda edição da publicação SUAS.
- Impressão de 1.000 exemplares da publicação da Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua.
- Criação de layout e editoração de documento técnico contendo o registro do Seminário Internacional - Sistemas de proteção social: desafios no contexto latinoamericano.
- Impressão de 12.000 exemplares de catálogo das Experiências Municipais do Programa BPC na Escola.
- Impressão de 3.000 exemplares do livro Políticas Sociais para o Desenvolvimento: Superar a Pobreza e Promover a Inclusão.

Corregedoria

A Corregedoria tem atuação atípica, pois depende das ocorrências e constatações de irregularidades apontadas pelas autoridades que delas tenham conhecimento para desenvolver sua política correicional preventiva ou corretiva.

A partir de maio de 2010, quando teve definido seu espaço físico, a Corregedoria deu início as suas atividades específicas. Assim, em articulação com a Secretaria Executiva, a Assessoria Especial de Controle Interno e a Corregedoria Setorial da Controladoria-Geral da União, obteve informações sobre os processos disciplinares concluídos e/ou em tramitação, bem como as denúncias passíveis de apuração, desde a criação deste Ministério pela Medida Provisória nº 103, de 1º de janeiro de 2003, convertida em Lei nº 10.683, de 29 de maio de 2003, até esta data.

Com essas informações foi instalado o banco de dados da Corregedoria, contendo arquivo físico e eletrônico para facilitar o atendimento de solicitação dos órgãos de controle.

No decorrer desse exercício, tendo em vista as recomendações constantes no Ofício nº 24.559/2009/CGU/PR, de 6 de agosto de 2009, referente ao Relatório de Inspeção Correicional CSMDS nº 01/2009 foram solicitados às diversas Secretarias todos os processos disciplinares para proceder ao seu cadastramento.

Assim, sob a orientação da Corregedoria Setorial realizamos o cadastro dos processos disciplinares no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares da Controladoria-Geral da União, criado pela Portaria CGU nº 1.043, de 24 de julho de 2007, que estabeleceu a Política de Uso para o gerenciamento das informações sobre processos disciplinares no âmbito do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal.

Visando capacitar servidores para integrar comissões disciplinares, foi providenciada a participação de cinco servidores em curso de Formação de Membros de Comissão de Processo Administrativo Disciplinar promovido pela Controladoria-Geral da União nos meses de junho e setembro de 2010.

Por último, cabe registrar que, por meio de pareceres e notas esta Corregedoria orientou as autoridades deste Órgão com relação às recomendações emanadas dos órgãos de Controle sobre indícios de irregularidades ocorridas em processos administrativos.

Ouvidoria

Possui 3 níveis de atendimento ao público em geral. O primeiro nível é formado por operadores da célula Generalista; o segundo nível é formado por operadores da célula Especialista. Já o terceiro nível é formado por profissionais que compõem a Coordenação-Geral da Central de Relacionamento Fome Zero e da Ouvidoria. Além disso, existe uma equipe técnica chamada Posto de Apoio aos Serviços de TI (PASTI) responsável pelo desenvolvimento e manutenção de um sistema de *Customer Relationship Management (CRM)*.

Atualmente, a Central conta com 129 posições de atendimento, sendo divididas da seguinte forma:

- Células Especialistas - 9 posições para o atendimento específico de gestores e técnicos municipais;
- Células Generalistas - 115 posições para o atendimento referente a todos os projetos, programas e políticas do MDS; e
- Célula de Ouvidoria - 5 posições para o atendimento de sugestões, críticas, elogios, reclamações ou denúncias.

Essas PAs são compostas de 258 agentes de relacionamento que se revezam em dois turnos, 10 supervisores, 3 monitores, 1 gerente de monitoria, 1 agente de treinamento, 1 gerente de retaguarda e 1 gerente de operações. A equipe PASTI é formada por 6 profissionais.

Além dessa estrutura, a Central conta com uma equipe formada por 17 profissionais que compõem a Coordenação-Geral da Central de Relacionamento Fome Zero, ou equipe de 3º nível, cujas principais atribuições estão listadas abaixo:

- Gerenciar a qualidade do atendimento prestado pelos operadores das células Generalista e Especialista;
- Acompanhar a evolução do volume de ligações recebidas pela Central de Relacionamento Fome Zero;
- Prover o conteúdo das FAQ - Perguntas e Respostas mais Frequentes utilizadas pelos agentes para prestar atendimento telefônico aos usuários da Central;
- Prover o conteúdo das RP - Respostas-padrão utilizadas para prestar atendimento via e-mail;
- Tratar e finalizar os atendimentos registrados como pendentes, pelos operadores das células Generalista e Especialista, quais sejam: informações não encontradas;
- Propor customizações para o sistema de CRM utilizado pelos operadores para consulta da informação;
- Analisar, testar e propor melhorias no atendimento eletrônico (URA ó Unidade de Resposta Audível);
- Preparar os ativos, elaborar o plano de ação e o script de abordagem, formatar o mailing fornecido pelas áreas solicitantes, treinar os agentes em conjunto com a supervisão, como também realizar um Sumário Executivo contendo os resultados obtidos com a ação.
- Responder aos e-mails recebidos pelas seguintes caixas postais:
 - FOME ZERO: *e-mails* oriundos do ôFale com o MDSö do portal do MDS, Fale Conosco do site do Fome Zero, Fale com o Governo do site da Presidência da República e do próprio e-mail institucional fomezero@mds.gov.br;
 - BOLSA FAMÍLIA: e-mails oriundos do próprio e-mail institucional bolsa.familia@mds.gov.br;
 - SUASWEB: e-mails oriundos do próprio *e-mail* institucional suasweb@mds.gov.br;

- PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA: e-mails oriundos do próprio e-mail institucional protecaosocialbasica@mds.gov.br;
 - PAIF: e-mails oriundos do próprio e-mail institucional paif@mds.gov.br;
 - CADSUAS: e-mails oriundos do próprio e-mail institucional cadsuas@mds.gov.br;
 - JUVENTUDE: e-mails oriundos do próprio e-mail institucional juventude@mds.gov.br;
 - PARCERIAS: e-mails oriundos do próprio e-mail institucional parcerias@mds.gov.br (demandas referentes aos projetos e programas do MDS).
- Auxiliar no gerenciamento do conteúdo, bem como propor melhorias de funcionalidades para os sítios www.fomezero.gov.br e www.mds.gov.br, principalmente no que tange ao Fale Conosco, cujo conteúdo é atualizado semanalmente por esta Coordenação.

Em relação aos serviços de Ouvidoria a equipe de 3º nível é composta por 13 profissionais, dos quais 6 são do contrato 02/2006 , cuja equipe tem as seguintes atribuições, de acordo com o Regimento deste Ministério:

õI - Planejar, coordenar, acompanhar, supervisionar e elaborar normas e procedimentos padrões, para as atividades da Ouvidoria-Geral, no âmbito do Ministério;

II - oficiar as autoridades competentes, cientificando-as das questões apresentadas, e requisitando informações e documentos; e, sendo o caso, recomendando a instauração de procedimentos administrativos para o exame técnico das questões e a adoção de medidas para prevenção de falhas e omissões responsáveis pela inadequada prestação do serviço público;

III - estabelecer canais de comunicação com o cidadão que venha facilitar e agilizar o fluxo das informações e a solução de seus pleitos;

IV - facilitar o acesso do cidadão à Ouvidoria-Geral, simplificando seus procedimentos internos e promovendo a divulgação sistemática de sua missão institucional, bem como dos serviços oferecidos ao cidadão;

V - organizar e interpretar o conjunto das manifestações recebidas e produzir indicativos quantificados do nível de satisfação dos usuários dos serviços públicos prestados no âmbito do MDS e de suas atribuições em conjunto com outros órgãos do governo federal; e

VI - promover de forma permanente e sistemática, a articulação com os órgãos do Ministério.

A Central presta, por meio de telefone, formulário eletrônico e e-mail, informações sobre todos os projetos, programas e políticas do MDS. Entre os programas, encontram-se o Bolsa Família e sua principal ferramenta de seleção de famílias, o Cadastro Único, geradores de mais de 90% de todo atendimento prestado via telefone.

No que tange à forma de contato por meio eletrônico, as dúvidas chegam por diferentes portas: Fale com o MDS do portal do MDS, Fale Conosco do site do Fome Zero, Fale com o Governo do site da Presidência da República, além dos e-mails institucionais, conforme abaixo:

- Fome Zero (fomezero@mds.gov.br) ó em fevereiro de 2003;
- Bolsa Família (bolsafamilia@mds.gov.br) - em setembro de 2004;
- SUASWEB (suasweb@mds.gov.br) - em julho de 2007;
- Proteção Social Básica (protecaosocialbasica@mds.gov.br) - em setembro de 2007;
- PAIF (paif@mds.gov.br) - em agosto de 2008;
- CadSUAS (cadsuas@mds.gov.br) - em janeiro de 2009;
- Juventude (juventude@mds.gov.br) - em outubro de 2009;
- Cadastro Único (cadastrounico@mds.gov.br) - em fevereiro de 2010;
- Gestor PBF (gestorpbf@mds.gov.br) - em março de 2010; e
- Parcerias (parcerias@mds.gov.br).

Além disso, é fundamental explicitar que, a partir do segundo semestre de 2007, todas as ligações então recebidas pelo Departamento de Proteção Social Básica foram direcionadas para a Central Fome Zero.

Mesmo com a absorção crescente de trabalho, a equipe de e-mails tem conseguido aumentar sua produtividade. Em 2009, a média de e-mails respondidos era de 6.597 por mês. Em 2010, a média evoluiu para 8.127 (considerando apenas os meses de janeiro a novembro de 2010), um crescimento na produtividade de 23%.

2.3 Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

2.3.1 Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

Quadro 2 ó A.2.1 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 1006		Denominação: Gestão da Política do Desenvolvimento Social e Combate à Fome				
Tipo do Programa: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais						
Objetivo Geral: Contribuir para a redução da pobreza e da desigualdade						
Objetivos Específicos: Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de Desenvolvimento Social e Combate à Fome						
Gerente: Rômulo Paes de Sousa			Responsável: José Dirceu Galão Junior			
Público Alvo: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
75.588.487	74.238.487	55.642.599	34.561029	21.081.570	34.436.084	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
	Não há					
Fórmula de Cálculo do Índice						
Não há						

Análise do Resultado Alcançado						
<i>Não há</i>						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
	<i>Não há</i>					
Fórmula de Cálculo do Índice						
<i>Não há</i>						
Análise do Resultado Alcançado						
<i>Não há</i>						

Fonte: Sigplan e Siafi Gerencial

Análise crítica

O Programa 1006 - Gestão da Política do Desenvolvimento Social e Combate à Fome empenhou 75% de sua dotação final, e liquidou e pagou 46% dessa dotação.

Parte do atual patamar de execução ocorreu em face do contingenciamento aplicado as ações do MDS, que obrigou a Pasta a contingenciar as ações desse Programa acima da média do Ministério, em face desse Programa conter muitas ações meio, como exemplo, a construção do anexo ao Bloco C, publicidade de utilidade pública.

2.3.2 Execução Física das ações realizadas pela UJ

Quadro 3 - A.2.2 - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

Função	Sub-Função	Programa	Ação	Tipo de Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Execução Física			Execução Financeira		
							Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a Ser Realizada 2011	Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a Ser Realizada 2011
04	122	1006	11JM	P	4	Edifício Construído (% de execução física)	20	0	20	12.150.000	632.669	15.000.000
08	122	0750	09HB	OP	4	Não há	-	-	-	1.905.643	1.852.735	1.629.463
08	122	0750	2000	A	4	Não há	-	-	-	144.372.727	138.663.590	156.156.952
08	125	1006	4907	A	4	Pessoa Atendida (unidade)	3.315.000	3.153.141	3.315.000	12.978.000	12.256.144	12.978.000
08	126	0750	2003	A	4	Não há	-	-	-	22.731.430	16.142.026	0
08	128	1006	4572	A	4	Servidor Capacitado (unidade)	280	360	280	420.000	317.551	420.000
08	131	1006	4641	A	4	Não há	-	-	-	13.500.000	9.719.954	13.500.000
08	301	0750	2004	A	4	Pessoa Beneficiada (unidade)	600	587	987	440.235	435.681	852.768
08	306	0750	2012	A	4	Servidor Beneficiado (unidade)	682	617	757	2.257.988	2.221.011	2.761.536
08	331	0750	2011	A	4	Servidor Beneficiado (unidade)	333	284	420	403.018	333.849	887.040
08	365	0750	2010	A	4	Criança de 0 a 6 Anos Atendida (unidade)	86	90	95	76.603	70.274	108.300
08	122	1006	2272	A	4	Não há	-	-	-	1.600.000	0	1.600.000
09	272	0089	0181	OP	4	Pessoa Beneficiada (unidade)	2	0	0	48.475	0	64.520
28	846	0901	0716	OP	4	Não há	0	0	0	85.080	77.505	89.359

Fonte: SIAFI Gerencial, e LOA 2010 e 2011

Análise crítica

2000-Administração da Unidade (Exclusive despesas com pessoal e encargos)

O quadro a seguir sintetiza a execução da ação 2000 ó Administração da Unidade executadas pela SAA e parceiros para as áreas responsáveis pelas políticas:

R\$ 1,00					
2000 - Administração da Unidade PTRES 007584	Dotação (A)	Empenhado (B)	Liq. e Pago (C)	% (D=B/A)	% (E=C/ A)
ASCOM-Assessoria de Comunicação	4.461.678	4.461.678	4.269.199	100%	96%
CGLA-Cooedenação-Geral de Logística e Administração	60.826.786	60.076.823	57.635.645	99%	95%
CGRH-Coordenação-Geral de Recursos Humanos	14.112.489	14.112.489	14.049.380	100%	100%
DTI-Diretoria de Tecnologia da Informação	21.296.352	21.296.352	20.827.161	100%	98%
TOTAL	100.697.305	99.947.342	96.781.386	99%	96%

Fonte: SISPOAD

Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal temporário; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.

No exercício de 2010 foi concedido a Coordenação de Patrimônio e Administração dos Blocos ãAö e ãCö, da Esplanada dos Ministérios, para composição do débito vinculado a Cotas Condominiais, para cobrir despesas com custeio e manutenção dos blocos:

- Condomínio do Bloco ãAö ó UG 180002: R\$ 3.137.485,86 (PI 12000405030);
- Condomínio do Bloco ãCö ó UG 201002: R\$ 1.577.900,87 (PI 12000405030).

Dos recursos alocados no exercício de 2010 à Coordenação-Geral de Logística e Administração, que incluem os provisionados pelas Secretarias do MDS, resultaram na contratação de inúmeras empresas listadas em no Anexo I ó Relatório dos Contratos Vigentes, deste documento.

Em relação à Diretoria de Tecnologia da Informação, que utilizaram recursos principalmente dessa ação, segue detalhamento desses contratos no Anexo II ó Relação de Contratos com Tecnologia de Informação

Ação 2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes
Ação 2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados
Ação 2011 - Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados
Ação 2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados
Ação 20CW - Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos
Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos federais em Processo de Qualificação

Em verificação aos dados inerentes às metas físicas e orçamentárias previstas e alcançadas para a UJ, nota-se uma proximidade entre as informações, o que caracteriza uma adequação do planejamento à execução das ações inerentes ao servidor. Merecem destaque as ações inerentes à capacitação do servidor (4572) e assistência pré-escolar (2010), que tiveram sua meta física superada sem que a meta orçamentária prevista fosse superada.

Ainda como destaque, cite-se a previsão do relevante aumento das metas a serem realizadas em 2011 quanto à ação 2004 (Assistência Médica). Em razão do MDS haver celebrado contrato administrativo junto à empresa fornecedora de serviços médicos, bem assim deter convênio junto à administradora de benefícios, além da possibilidade legal de se continuar efetuando o ressarcimento de assistência à saúde aos servidores que não optarem pelos benefícios anteriores, previu-se o aumento no interesse e adesão dos potenciais beneficiários, além da expectativa da obtenção de novos servidores integrantes da Carreira de Desenvolvimento de Políticas Públicas Sociais.

Ação 11JM - Construção do Anexo do Bloco C na Esplanada dos Ministérios

Com o objetivo de instruir o processo de licitação para a construção do Anexo do Bloco C, onde se localizará a sede do Ministério, contratou-se os serviços de elaboração de projetos arquitetônicos e complementares (Contrato nº35/2010) junto ao Escritório de Arquitetura e Urbanismo OSCAR NIEMEYER S/C LTDA. O contrato foi estabelecido no valor global de R\$ 3.163.436,00, dividido em 4 parcelas, pagas na proporção da entrega dos produtos. Assinado em 20/07/2010, estabeleceu o prazo de 270 dias para sua conclusão, conforme o Cronograma Físico-Financeiro firmado. Atualmente os trabalhos estão sendo desenvolvidos para a entrega do 2º produto que será analisado pela unidade competente. Restam pendentes, então, duas parcelas subseqüentes, conforme abaixo:

1ª Etapa ó Estudos Preliminares: 20% do valor da contratação com prazo de execução de 90 dias. Fase já concluída e aceita pelo MDS, com a liberação do respectivo pagamento no valor de R\$ 632.669,20.

2ª Etapa ó Projeto Básico: 30% do valor da contratação está em fase avançada, devendo ser concluída na 1ª quinzena de janeiro/2011.

3ª Etapa ó Projeto Executivo: 40% do valor da contratação.

4ª Etapa ó Aprovação Final dos Projetos na Administração do GDF: 10% do valor da contratação. As duas últimas etapas deverão ser concluídas até 16 de abril de 2011, término da vigência do referido contrato.

Ação 4641 - Publicidade de Utilidade Pública

As campanhas de publicidade do MDS são realizadas por duas empresas contratadas desde 2005 cujos contratos se encerraram em 2010, empenhado R\$ 10 milhões, conforme detalhado a seguir:

<i>Número do Contrato</i>	<i>Contratada</i>	<i>Objeto</i>	<i>Início</i>	<i>Término Previsto</i>	<i>Valor pago em</i>
0027/2005	OGILVY BRASIL COMUNICAÇÃO LTDA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE DO MDS: ESTUDO, CONCEPÇÃO, EXECUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE CAMPANHAS E PEÇAS PUBLICITÁRIAS, DESENVOLVIMENTO E EXECUÇÃO DE AÇÕES PROMOCIONAIS, ETC.	09/08/2005	09/08/2010	4.040.715,89
0028/2005	COMPETENCE COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE DO MDS: ESTUDO, CONCEPÇÃO, EXECUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE CAMPANHAS E PEÇAS PUBLICITÁRIAS, DESENVOLVIMENTO E EXECUÇÃO DE AÇÕES PROMOCIONAIS, ETC.	09/08/2005	09/08/2010	5.679.238,53

Fonte: SAA

Ação 4907 - Ouvidoria Geral do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

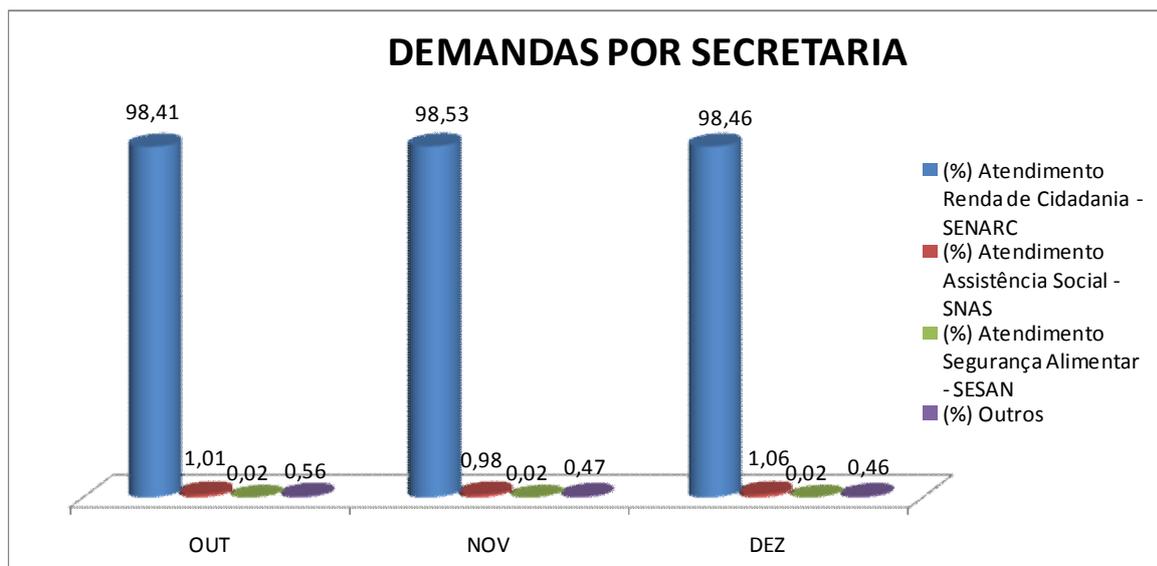
A ação ouvidoria possibilitou as áreas do MDS uma alternativa no acompanhamento e redirecionamento das políticas, com o tratamento dos inúmeros dados que se detalha a seguir:

Demandas Recebidas por Telefone



Total de ligações recebidas: **26.543.246**

Fonte: Dados extraídos em 7 de janeiro de 2011 dos relatórios diários fornecidos pela empresa prestadora dos serviços de Call enter.
Obs.: De 17 de março de 2003 a 07 de maio de 2006 a Central Fome Zero atendeu de segunda a segunda-feira, exceto em feriados nacionais.
De 08 de maio de 2006 em diante a Central passou a atender de segunda a sexta-feira, exceto em feriados nacionais.



Fonte: Dados extraídos em 7 de janeiro de 2011 dos relatórios diários fornecidos pela empresa prestadora dos serviços de Call Center.

LIGAÇÕES - CONSOLIDADO 2010													
REGISTRO / MÊS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Ligações Telefônicas Recebidas	264.794	237.053	275.540	228.918	251.475	256.840	262.589	267.100	239.247	211.196	250.171	245.848	2.990.771
Média Diária de Ligações Recebidas	13.240	12.476	11.980	11.446	11.975	12.230	11.936	12.141	11.393	10.560	12.509	10.689	11.881

Fonte: Dados extraídos em 7 de janeiro de 2011 dos relatórios diários fornecidos pela empresa prestadora dos serviços de Call Center.

GENERALISTA													
REGISTRO / MÊS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Ligações Telefônicas Recebidas	251.676	224.591	260.527	215.081	236.972	238.584	248.395	253.068	225.530	199.277	237.339	231.746	2.822.786
Média Diária de Ligações Recebidas	12.584	11.821	11.327	10.754	11.284	11.361	11.291	11.503	10.740	9.964	11.867	10.076	11.214
Tempo Médio de Espera (Seg.)	100	59	54	35	70	81	18	18	27	20	42	26	46
Tempo Médio de Atendimento (Seg.)	254	256	249	234	247	236	213	216	216	217	220	211	231
Abandono de Ligações (%)	11,54	6,79	7,46	4,81	9,11	15,82	2,53	2,51	4,36	3,34	5,44	3,40	6,43

Fonte: Dados extraídos em 7 de janeiro de 2011 dos relatórios diários fornecidos pela empresa prestadora dos serviços de Call Center.

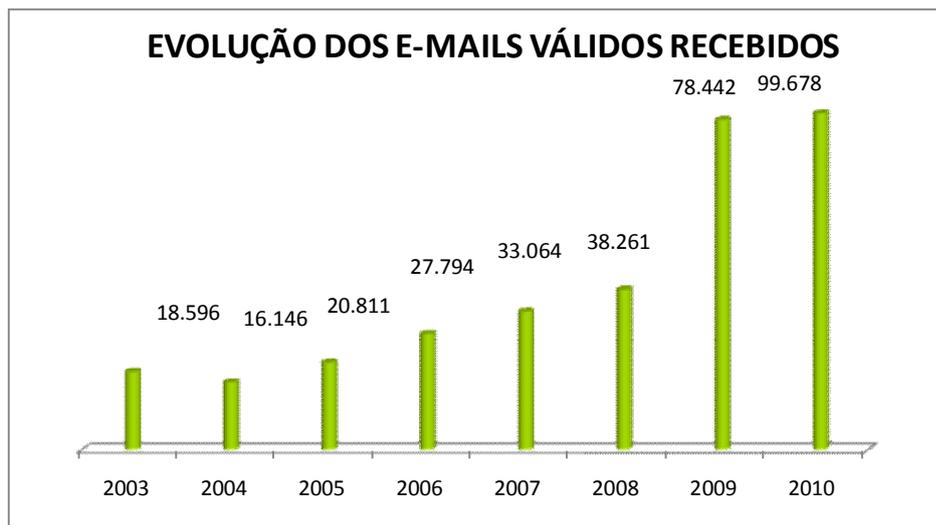
ESPECIALISTA													
REGISTRO / MÊS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Ligações Telefônicas Recebidas	7.730	7.624	9.262	9.178	9.189	13.002	9.426	8.996	9.236	7.761	8.591	10.422	110.417
Média Diária de Ligações Recebidas	387	401	403	459	438	619	428	409	440	388	430	453	438
Tempo Médio de Espera (Seg.)	22	27	16	30	30	118	44	17	25	7	14	25	31
Tempo Médio de Atendimento (Seg.)	267	253	270	262	284	275	274	259	242	239	246	251	260
Abandono de Ligações (%)	3,37	4,01	1,69	4,31	4,46	19,64	6,70	2,34	3,86	1,04	2,15	3,90	4,79

Fonte: Dados extraídos 7 de janeiro de 2011 dos relatórios diários fornecidos pela empresa prestadora dos serviços de Call Center.

OUVIDORIA													
REGISTRO / MÊS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Ligações Telefônicas Recebidas	5.388	4.838	5.751	4.659	5.314	5.254	4.768	5.036	4.481	4.158	4.241	3.680	57.568
Média Diária de Ligações Recebidas	269	255	250	233	253	250	217	229	213	208	212	160	229
Tempo Médio de Espera (Seg.)	39	19	13	4	5	9	7	2	2	2	3	1	9
Tempo Médio de Atendimento (Seg.)	168	163	178	180	159	141	163	181	181	210	195	203	177
Abandono de Ligações (%)	9,19	4,06	3,04	1,08	1,20	3,63	1,85	0,43	0,63	0,78	0,71	0,48	2,26

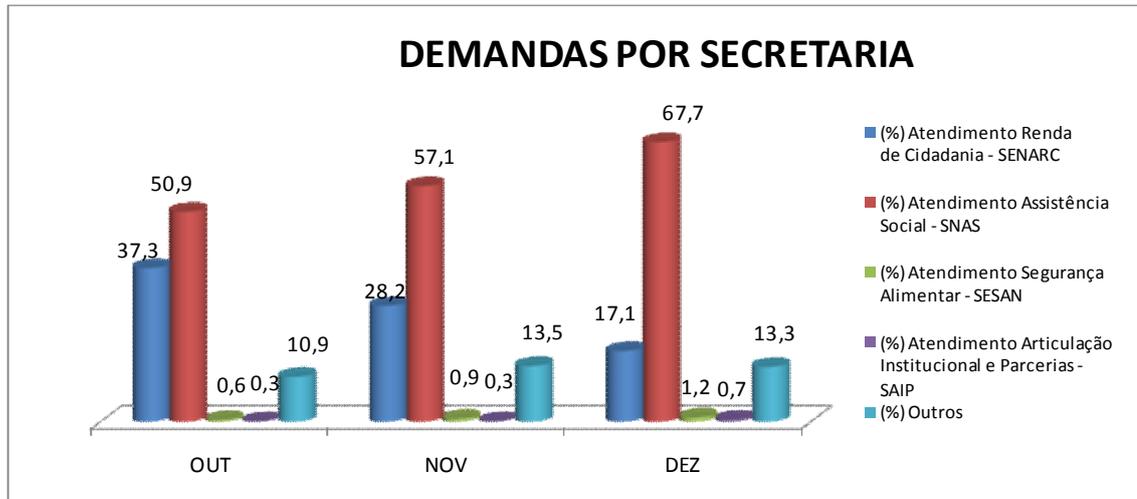
Fonte: Dados extraídos em 7 de janeiro de 2011 dos relatórios diários fornecidos pela empresa prestadora dos serviços de Call Center.

Demandas Recebidas por E-mail



Total de e-mails válidos recebidos: **332.792**

Fonte: Dados extraídos em 7 de janeiro de 2011 dos relatórios diários da Coordenação-Geral da Central de Relacionamento Fome Zero.



Fonte: Dados extraídos em 7 de janeiro de 2011 dos relatórios diários da Coordenação-Geral da Central de Relacionamento Fome Zero.

E-MAILS - CONSOLIDADO 2010													
REGISTRO / MÊS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
E-mails Válidos Recebidos (*)	5.704	5.917	7.047	7.222	8.282	15.450	12.371	8.329	7.224	6.710	6.578	8.844	99.678
E-mails Inválidos Recebidos (**)	2.236	2.259	2.276	1.911	4.082	4.601	5.167	5.469	5.102	5.229	5.710	6.934	50.976
Média Diária dos E-mails Válidos Recebidos	184	211	227	241	267	515	399	269	241	216	219	285	273
E-mails Respondidos aos Demandantes Finais	5.378	5.086	7.581	6.626	8.328	8.978	10.593	8.773	9.740	10.529	7.786	7.533	96.931

Fonte: Dados extraídos em 7 de janeiro de 2011 dos relatórios diários da Coordenação-Geral da Central de Relacionamento Fome Zero.

(*) Recebidos no Período. (**) Duplicidade, endereço inválido, mensagens indevidas.

Obs.: Os e-mails são respondidos de segunda à sexta-feira, exceto feriados, de 08h00min às 19h00min pela Coordenação-Geral da Central Fome Zero

Atendimentos Presenciais e Carta

Durante o ano de 2010 a Coordenação-Geral da Central de Relacionamento Fome Zero realizou **07 (sete)** atendimentos presenciais, conforme exposto abaixo:

- Dia 09/06: atendimento ao município de Buritis/MG, referente a esclarecimentos sobre preenchimento de dados no CADSUAS e migração de dados para o Plano de Ação/2010;
- Dia 16/06: atendimento ao município de Maranhãozinho/MA, referente a dúvidas sobre senha do CADSUAS;
- Dia 29/06: atendimento ao município de Palestina/AL referente a esclarecimentos sobre o preenchimento de dados no CADSUAS, migração de dados para o Plano de Ação/2010 e Demonstrativo/2009;

- Dia 07/07: atendimento ao município de Jequitaiá/MG, no qual foi prestados esclarecimentos sobre preenchimento de dados no CADSUAS e migração de dados para o Plano de Ação/2010 e Demonstrativo 2009;
- Dia 22/07: atendimento ao município de Candeia do Jamari/RO, esclarecimentos de dúvidas sobre as senhas do CADSUAS e SUASWEB (Gestor e Conselho);
- Dia 23/07: atendimento ao município de Morros/MA, dúvidas sobre as senhas do CADSUAS e SUASWEB;
- Dia 28/07: atendimento ao município de Barra/BA, esclarecimentos sobre o preenchimento de dados no CADSUAS e a migração de dados para o Plano de Ação-2010 e Demonstrativo-2009.
- Durante o ano de 2010 a Coordenação-Geral da Central de Relacionamento Fome Zero realizou **01 (um)** atendimento por meio de Carta.

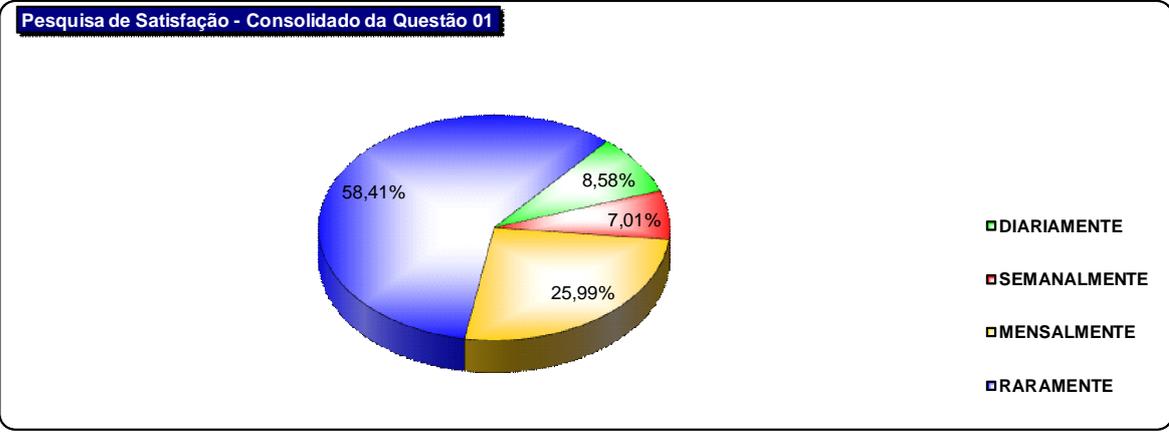
Qualidade do serviço prestado pela Central Fome Zero

Em busca da melhoria contínua da qualidade do atendimento prestado, todos os operadores da Central Fome Zero foram treinados quanto às técnicas de atendimento e ética, bem como, periodicamente, são capacitados acerca das informações sobre os programas, projetos e políticas do MDS.

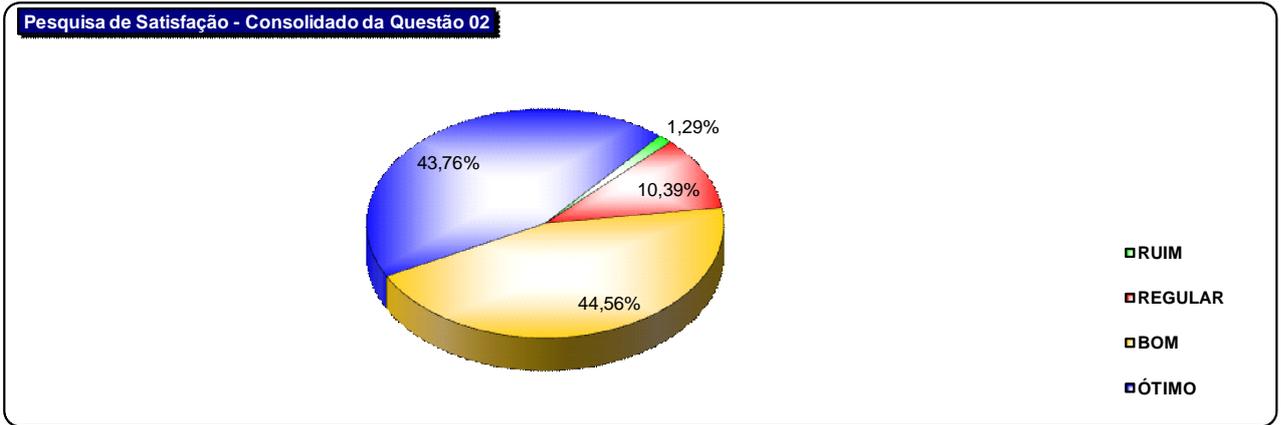
Os operadores são treinados e supervisionados para prestarem um atendimento eficaz e de boa qualidade. Além das capacitações periódicas realizadas, existe uma equipe especializada para realização de monitoria (acompanhamento dos atendimentos) que atua diariamente. Por meio desse processo, os operadores são pontuados quanto aos atendimentos realizados, visando à melhoria da qualidade dos serviços prestados.

Mensalmente é realizada uma Pesquisa de Satisfação com cerca de 1,5% das ligações atendidas no mês anterior. A meta da ISO - International Organization for Standardization é de 1%, no entanto, a meta utilizada é de 1,5%, denominada meta de melhoria. Dessa forma, em dezembro de 2010, a Central Fome Zero realizou a pesquisa de satisfação dos seus usuários, obtendo o resultado que pode ser observado nos gráficos abaixo.

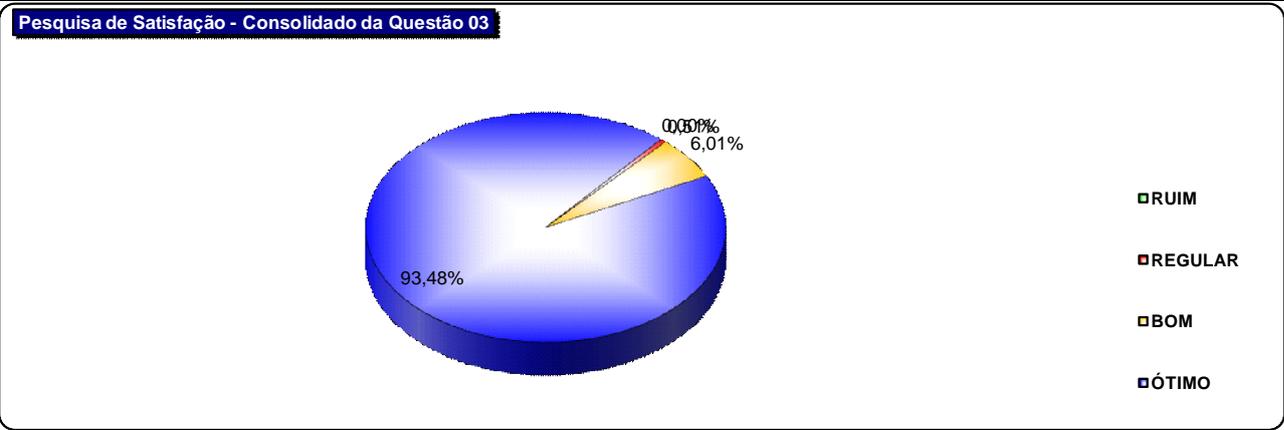
QUESTÃO 01 Com que frequência o Sr.(a) entra em contato com nossa Central de Atendimento?



QUESTÃO 02 Quanto ao tempo de espera para ser atendido o Sr. (a) considera:

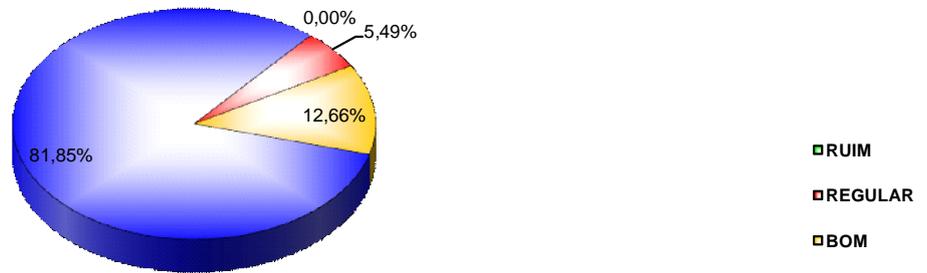


QUESTÃO 03 Como o Sr.(a) julga a atenção, respeito e cortesia demonstrados pelo atendente:



QUESTÃO 04 As informações prestadas pela Central foram:

Pesquisa de Satisfação - Consolidado da Questão 04



Criação de ferramenta de CRM para gerenciar as demandas recebidas

Verificada a necessidade de desenvolvimento de uma solução de software que pudesse automatizar as funções de contatos do cidadão-usuário com o MDS, foi entregue pela empresa contratada em 2008, uma ferramenta de CRM (Customer Relationship Management) desenvolvida em módulos integrados e por canais de comunicação, quais sejam: Módulo de Telefonia, Módulo de E-mail, Módulo de Carta, Módulo de Fax, Módulo Presencial e Módulo Ativo.

Cada módulo foi entregue conforme as datas abaixo:

- Módulo de Telefonia: em fevereiro de 2008;
- Módulo de E-mail, Módulo de Carta, Módulo de Fax, Módulo Presencial: em 2009;
- Módulo Ativo de Telefonia, Módulo de Relatórios e Webcenter: em 2010.

Destaca-se também, no ano de 2010, o início da utilização do sistema CRM pelas áreas técnicas do MDS. Atualmente, as equipes da Coordenação de Atendimento da SENARC (Secretaria Nacional de Renda de Cidadania) e da Rede SUAS da SNAS (Secretaria Nacional de Assistência Social) já respondem as demandas, tanto de e-mail, quanto de telefonia por meio do sistema CRM, tornando o trabalho de interação com a área técnica mais eficiente e a resposta ao demandante mais ágil.

Já estão em pleno funcionamento no sistema CRM cinco das dez Caixas Postais gerenciadas pela Central de Relacionamento Fome Zero. São elas: PAIF, CadSUAS, Cadastro Único, Gestor PBF e Bolsa Família.

O Sistema de CRM foi desenvolvido, exclusivamente, para atender às necessidades do MDS. Uma de suas importantes funções é utilizar-se dos recursos tecnológicos e humanos para proporcionar às secretarias o conhecimento acerca das necessidades dos usuários e não-usuários das políticas

públicas e, também, dos gestores e técnicos municipais e, com isso, nortear as tomadas de decisões do MDS junto aos municípios e estados, visando o alcance do atendimento aos mais necessitados.

Os processos e sistemas de gestão de relacionamento com os cidadãos-usuários permitem que se tenha controle e conhecimento das informações de maneira integrada, principalmente por meio do acompanhamento e registro de todas as interações realizadas com o MDS. Estas interações podem ser consultadas e comunicadas entre os operadores, equipe que realiza a gestão da Central (Equipe 3º Nível), Ouvidoria e área técnica (Secretarias do MDS).

As demandas para as quais os operadores não dispõem de informações previamente definidas (FAQ) no Sistema de CRM são registradas como "Informações não encontradas" e, após analisadas pela equipe 3º Nível são encaminhadas, via sistema, para tratamento das secretarias do MDS. As informações relevantes para as tomadas de decisões podem ser registradas no Sistema de CRM, e analisadas periodicamente, de forma a produzir relatórios de gestão.

Com a implantação do sistema de CRM observaram-se melhoras significativas, que podemos elencar a seguir:

- Realinhamento e simplificação dos processos de atendimento;
- Conhecimento do perfil dos demandantes;
- Padronização dos scripts de procedimentos e orientações que evitam informações distorcidas;
- Inserção da FAQ (Perguntas e Respostas mais Frequentes) que contempla as informações utilizadas pelos operadores para prestar o atendimento, garantindo assim a padronização das respostas;
- Centralização em uma única base de dados de todas as informações geradas no atendimento;
- Acesso ao histórico de contatos dos demandantes disponibilizado em tempo de atendimento;
- Acompanhamento das pendências e manifestações dos cidadãos-usuários;
- Possibilidade de atendimento específico para cada tipo de público;
- Facilidade de acesso, mantendo isonomia no atendimento;
- Adaptação sistêmica por perfil de acesso conforme necessidade dos usuários;
- Agilidade e eficiência na tramitação das solicitações;
- Garantia de resposta a todas as demandas;
- Gestão de Trâmite: monitoramento dos prazos e da qualidade dos serviços.

Premiação recebida pela Central de Relacionamento Fome Zero

A Central de Relacionamento Fome Zero foi premiada pela Associação Brasileira de Telesserviços (ABT) no Prêmio Nacional de Telesserviços ó Edição 2008 na categoria õComunitário/Cidadaniaõ com o case õCentral Fome Zero: Transformando Cidadãos em Verdadeiros Clientesõ.

O Prêmio Nacional de Telesserviços é uma iniciativa anual da ABT cuja finalidade é estimular, reconhecer, premiar e divulgar ações de sucesso, inovadoras e consistentes, empreendidas por organizações, profissionais e colaboradores do setor de telesserviços que primam pela melhor sustentação de seu produto, serviço ou marca, no relacionamento com seu cliente/consumidor.

Já o Prêmio ABT é realizado pela Garrido Marketing com o apoio do GV Cenpro ó Centro de Estudos da Comunicação com o Mercado da Fundação Getulio Vargas. Trata-se do mais importante reconhecimento ao desempenho das empresas que apresentam as melhores práticas de relacionamento com o cliente, através das operações de Call Center próprio e terceirizado. Cada categoria é julgada por uma comissão formada por três profissionais de notório saber no setor de Call Center e, principalmente na gestão de atendimento e relacionamento com o cliente.

Na Edição 2009 do IX PRÊMIO ABT, a Central Fome Zero recebeu duas premiações PRATA pelos cases:

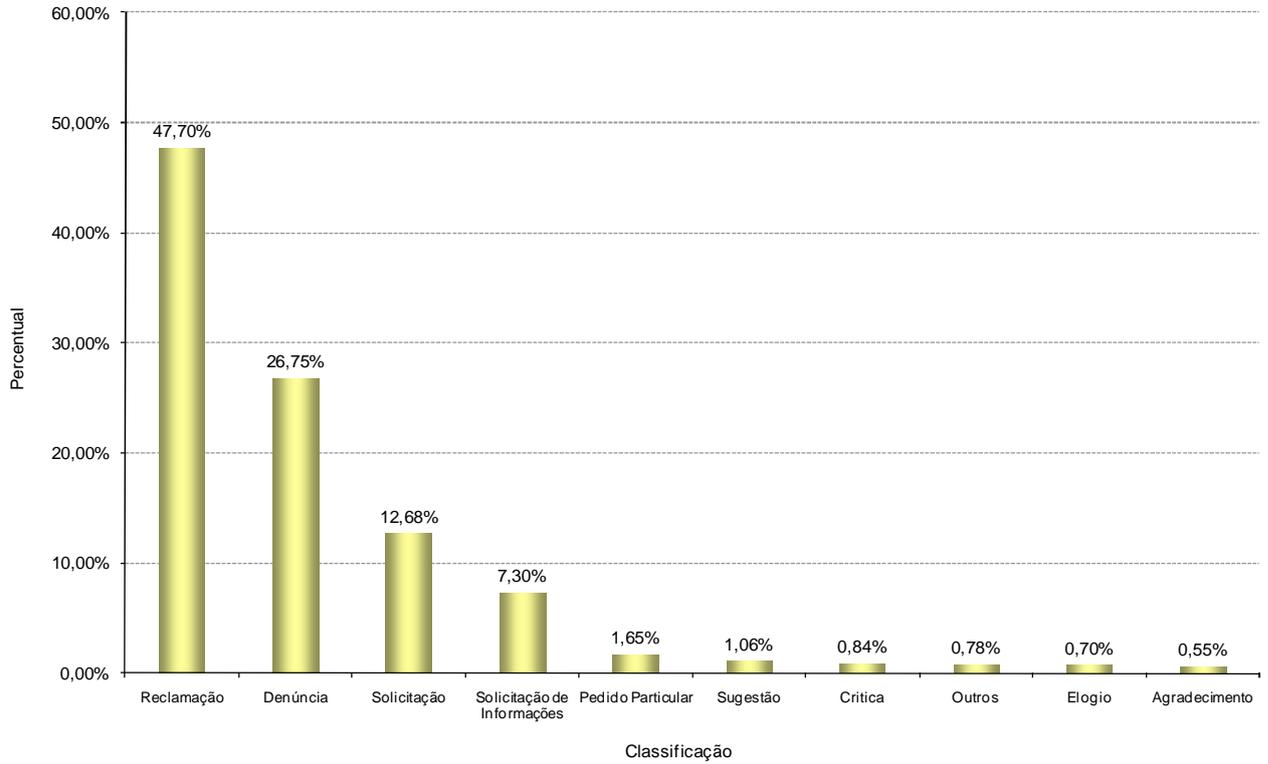
- õCentral de Relacionamento Fome Zero: um grande exemplo de respeito ao cidadãoõ;
- õCRM Fome Zero a serviço de 11 milhões de famílias contra a fomeõ.
- Na **Edição 2010** do X PRÊMIO ABT, o Supervisor da Central Fome Zero, Aluizio Heládio Diego Eterno da Silva, recebeu uma premiação OURO pelo case:
- õA Perseverança de um Brasileiro no Combate à Fomeõ.

Ouvidoria ó dados estatísticos

A Ouvidoria-Geral, no ano de 2010, registrou 12.510 processos demonstrados nos gráficos a seguir:

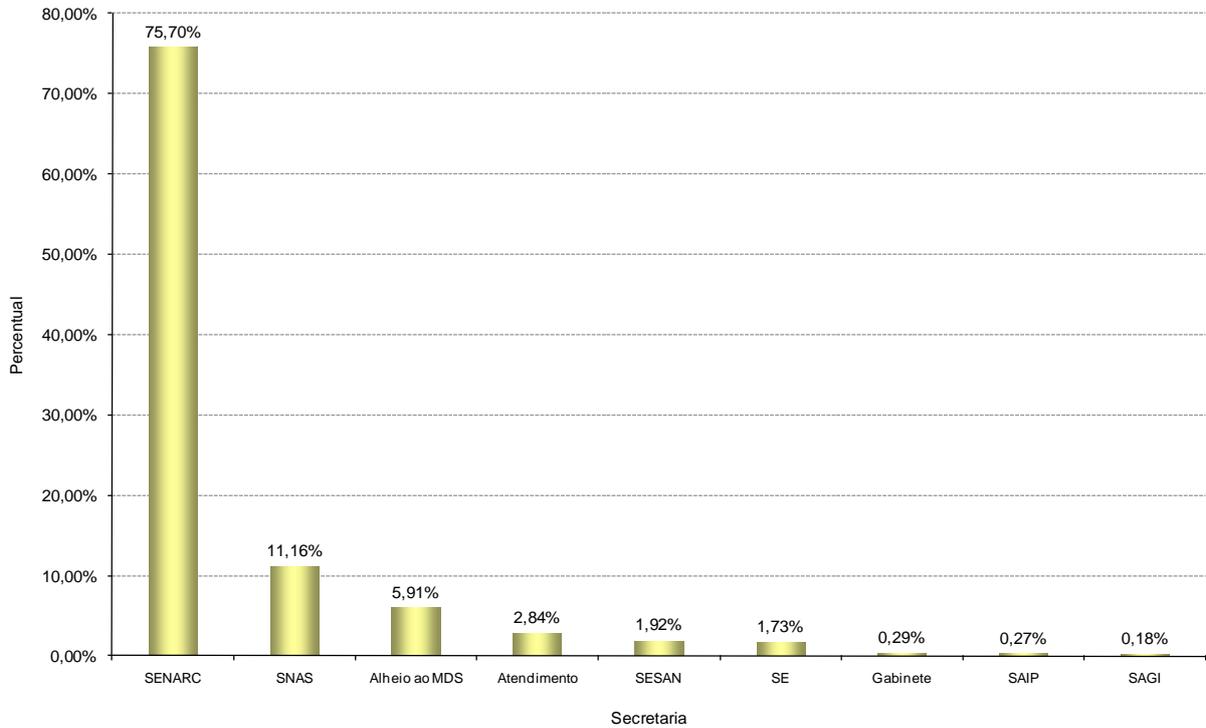
O gráfico 01 apresenta detalhamento dos processos recebidos pela Ouvidoria-Geral do MDS, no ano de 2010. Nele, são expressas as classificações durante o referido período.

Gráfico 01



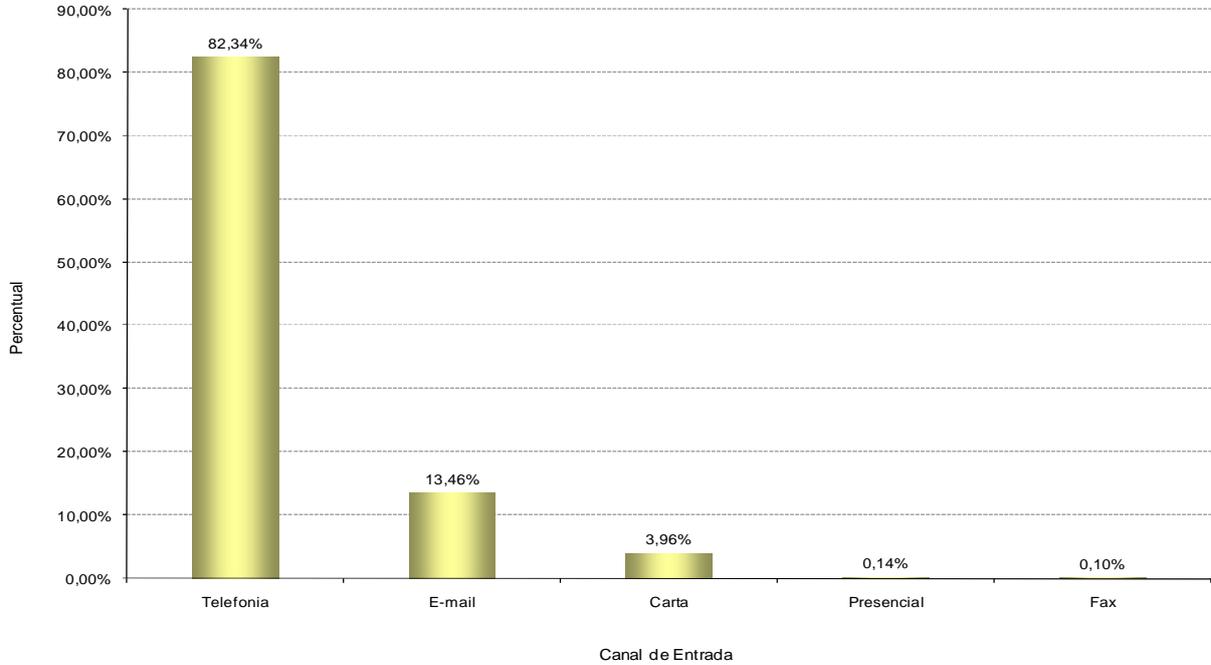
Os processos são analisados, verificando-se a que Secretarias estão relacionadas. O gráfico 02 mostra essa análise.

Gráfico 02



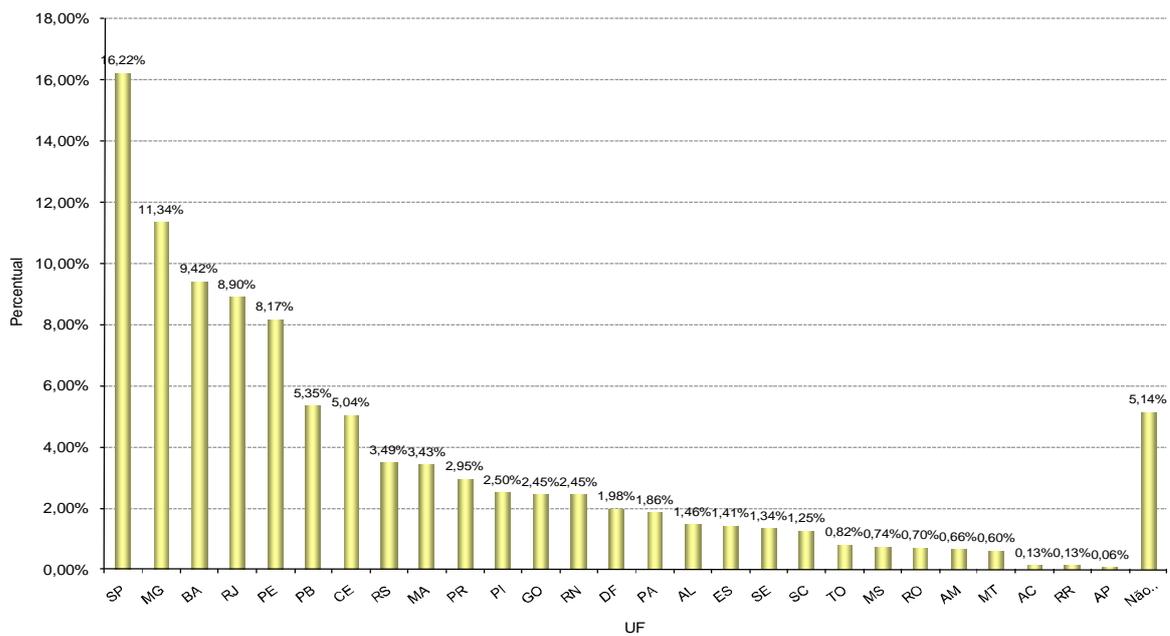
O Gráfico 03 apresenta as formas de contatos utilizadas para comunicação com a Ouvidoria-Geral. Nota-se, facilmente, que o canal mais utilizado foi telefonia, por tratar-se de um meio de fácil acesso para a maioria da população, além de gratuito.

Gráfico 03



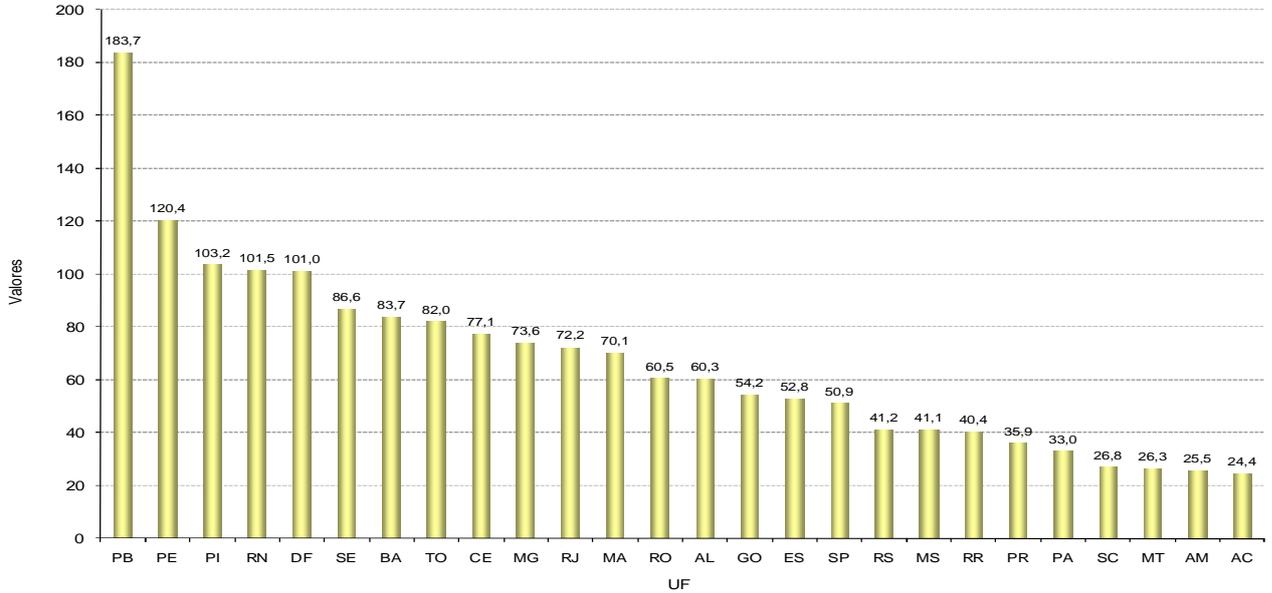
Por meio do gráfico 04, verifica-se a ocorrência de manifestações recebidas por Unidades da Federação ó UF. Os três Estados da Federação que mais entraram em contato com a Ouvidoria-Geral no ano de 2010 foram o Estado de São Paulo, seguido de Minas Gerais e da Bahia.

Gráfico 04



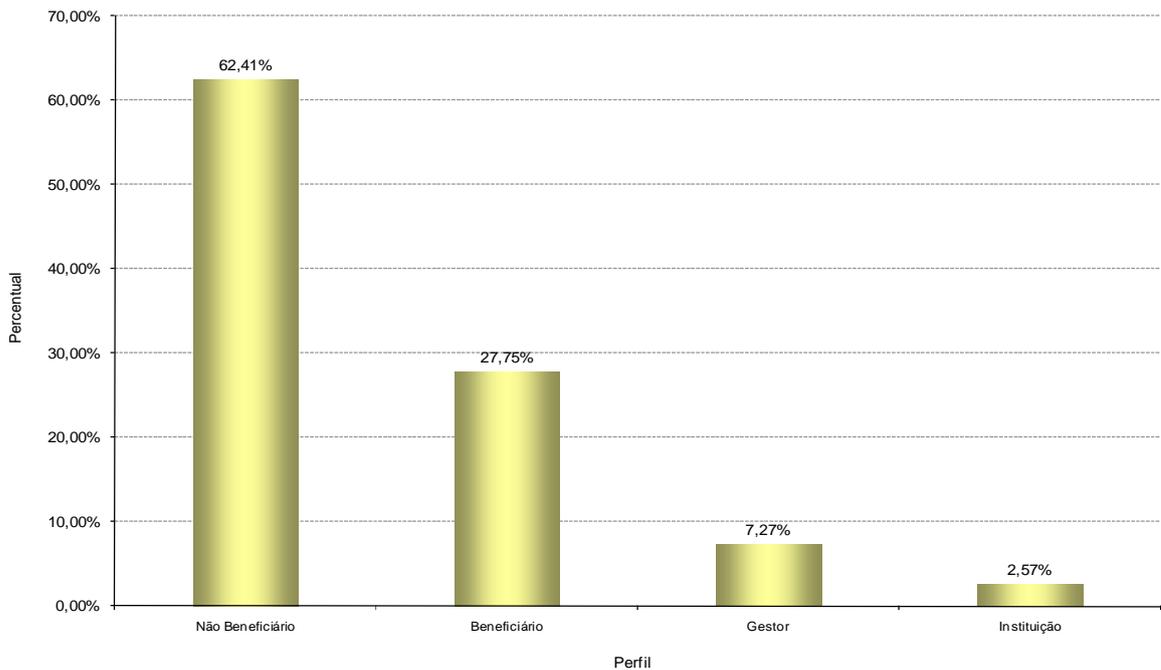
No entanto, ao compararmos o número de contatos por UF com suas respectivas populações, percebe-se outra situação (gráfico 05). O gráfico abaixo apresenta a distribuição dos processos recebidas por UF, proporcional a sua população.

Gráfico 05



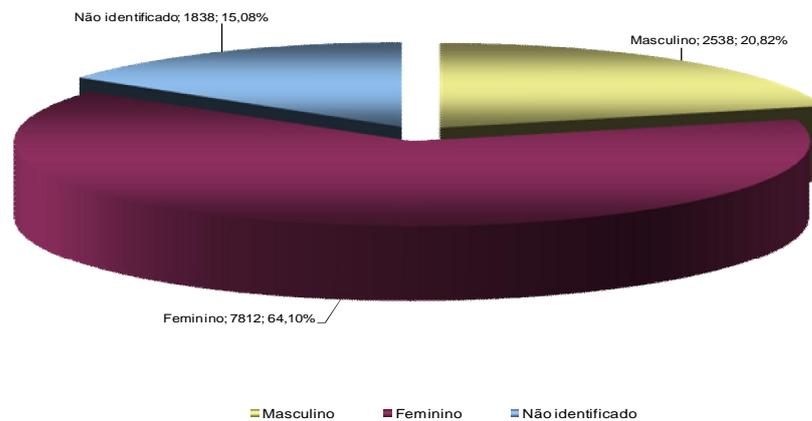
O gráfico 06, apresenta o perfil dos demandantes que entraram em contato: Não Beneficiários, Beneficiários dos programas e ações do MDS, Gestores e técnicos dos programas, e Instituições.

Gráfico 06



O Gráfico 07 informa o gênero dos demandantes. No entanto, como pode ser observado, em 15,08 % dos atendimentos não foi possível determinar o sexo, em razão do contingente de demandantes anônimos.

Gráfico 07



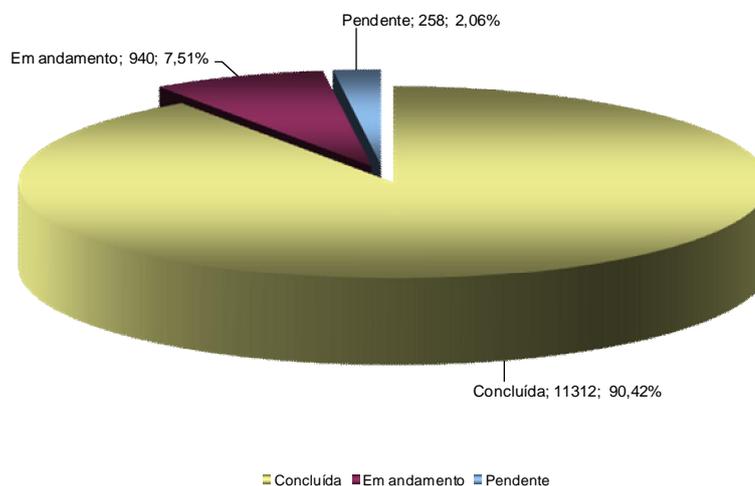
* Não estão contidos neste gráfico as informações de Instituições, já que geralmente são pessoas jurídicas ou associações.

As demandas recebidas pela Ouvidoria-Geral são registradas gerando processo e classificadas quanto à sua situação, podendo ter os status de:

- **Concluído:** o processo já possui uma resposta ao demandante. Essa classificação para os canais de carta, fax, presencial, e-mail e telefone pago indicam que elas já tiveram suas respostas enviadas para o demandante;
- **Pendente:** o processo está aguardando tratamento,
- **Em Andamento:** processo em tratamento, podendo ou não estar aguardando que a área técnica envie uma resposta à Ouvidoria.

Observa-se no gráfico 08 que 90,42% dos processos registrados estão concluídos.

Gráfico 08



Conclusão

É importante destacar que por ser um Ministério presente em todos os municípios brasileiros, com expressiva participação da população menos favorecida em seus programas sociais, a disponibilização desses serviços tem permitido ao cidadão beneficiário e usuário a possibilidade de acompanhar a execução dos Programas da abrangência deste Ministério.

Além disso, os números sobre os atendimentos prestados demonstram a relevância dos canais de atendimento aos cidadãos. A disponibilização de um canal gratuito de fácil acesso, como é o telefone 0800 707 2003 e dos demais canais de atendimento, tem a intenção de promover controle social por meio da participação popular visando aperfeiçoamento da gestão pública, à legalidade, à efetividade das políticas públicas e à eficiência administrativa, bem como cidadania e inclusão social, mediante a universalização da comunicação e do acesso à informação.

Ação 0716 ó Cumprimento de Débitos Judiciais

Esses recursos são utilizados para tratamento médico especial da Suelaine Moreira da Costa, decorrente da decisão judicial, no valor de R\$ 54.480,00, no valor mensal de cinco salários mínimos, além das despesas hospitalares.

2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro

2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa

Quadro 4 - A.2.3 - IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	55101	550002

2.4.1.1 Programação de Despesas Correntes

Quadro 5 - A.2.4 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes						
		1 ó Pessoal e Encargos Sociais		2 ó Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2009	2010	2009	2010	2009	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO		29.673.454	33.985.030	0	0	13.835.474.997	16.527.043.766
	PLOA		29.743.656	33.984.540	0	0	12.947.555.302	14.651.984.083
	LOA		29.743.656	33.984.540	0	0	12.684.800.266	14.665.744.683
CRÉDITOS	Suplementares		3.600.000	11.645.000	0	0	711.545.921	543.684.616
	Especiais	Abertos	0	0	0	0	259.177	0
		Reabertos	0	0	0	0	0	0
	Extraordinários	Abertos	0	0	0	0	0	12.284.696
		Reabertos	0	0	0	0	0	0
Créditos Cancelados		0	0	0	0	-40.359.439	-64.290.515	
Outras Operações		0	0	0	0	0	0	
Total		33.343.656	45.629.540	0	0	13.356.245.925	15.157.423.480	

Fonte: SISPOAD/MDS e SIAFI Gerencial

2.4.1.2 Programação de Despesas de Capital

Quadro 6 - A.2.5 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CAPITAL

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital						
		4 ó Investimentos		5 ó Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2009	2010	2009	2010	2009	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO		361.677.303	314.519.145	0	0	0	0
	PLOA		153.609.560	207.645.073	0	0	0	0
	LOA		168.995.524	222.556.073	0	0	0	0
CRÉDITOS	Suplementares		96.825.258	10.230.778	0	0	0	0
	Especiais	Abertos	0	0	0	0	0	0
		Reabertos	0	0	0	0	0	0
	Extraordinários	Abertos	0	3.592.000	0	0	0	0
		Reabertos	0	0	0	0	0	0
	Créditos Cancelados		-27.047.900	-17.231.906	0	0	0	0
Outras Operações		0	0	0	0	0	0	
Total		238.772.882	219.146.945	0	0	0	0	

Fonte: SISPOAD/MDS e SIAFI Gerencial

2.4.1.3 Quadro Resumo da Programação de Despesas

Quadro 7 - A.2.6 - QUADRO RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 ó Reserva de Contingência		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2009	2010	2009	2010	2009	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO	13.865.148.451	15.561.028.796	361.677.303	314.519.145	0	0	
	PLOA	12.977.298.958	14.685.968.623	153.609.560	207.645.073	0	0	
	LOA	12.714.543.922	14.699.729.223	168.995.524	222.556.073	0	0	
CRÉDITOS	Suplementares	715.145.921	555.329.616	96.825.258	10.230.778	0	0	
	Especiais	Abertos	259.177	0	0	0	0	0
		Reabertos	0	0	0	0	0	0
	Extraordinários	Abertos	0	12.284.696	0	3.592.000	0	0
		Reabertos	0	0	0	0	0	0
Créditos Cancelados		-40.359.439	-64.290.515	-27.047.900	-17.231.906	0	0	
Outras Operações		0	0	0	0	0	0	
Total		13.389.589.581	15.203.053.020	238.772.882	219.146.945	0	0	

Fonte: SISPOAD/MDS e SIAFI Gerencial

Análise Crítica

Inicialmente, cabe destacar que o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome ó MDS possui as seguintes Unidades Orçamentárias:

- 55101 ó Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, administração direta, que está vinculada a Unidade Jurisdicionada - UJ Secretaria Executiva - SE, sendo registrada contabilmente na Unidade Gestora - UG 550002 ó Setorial de Orçamento e Finanças; e
- 55901 ó Fundo Nacional de Assistência Social ó FNAS, integrante da UJ Secretaria Nacional de Assistência Social ó SNAS, por meio da UG 330013 ó FNAS, que esta agregada à UJ SNAS.

O presente relatório de gestão refere-se à Unidade Jurisdicionada Secretaria Executiva, cujos recursos originários da Lei Orçamentária Anual e seus Créditos Adicionais são alocados na Unidade Orçamentária 55101 ó Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome .

Deve-se enfatizar que os recursos constantes desta unidade orçamentária são descentralizados às demais Unidades Gestoras do MDS e a outros Órgãos, nos quais é realizado a execução orçamentária e financeira.

Grupo 1 ó Pessoal e Encargos Sociais

Por se tratar de despesa obrigatória, não ocorreram diferenças substanciais entre a proposta da UO e o projeto de lei encaminhado ao Congresso Nacional neste grupo de despesa, tendo a LOA a mesma dotação encaminhada na PLOA. Entretanto no curso do exercício houve a necessidade de crédito suplementar, no valor de R\$ 11,6 milhões, a fim de ajustar o orçamento deste grupo de despesa às reais necessidades de execução.

Cabe destacar que o Decreto nº 7.079, de 26 de janeiro de 2010, que regulamentou a Lei nº 12.083, de 29.10.2009, criou 164 (cento e sessenta e quatro) cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores ó DAS para o MDS.

Grupo 3 ó Outras Despesas Corretes

A proposta das secretarias que compõem a Unidade Orçamentária foi encaminhada para consolidação da SPOA solicitando R\$ 16,5 bilhões, sendo que deste montante R\$ 13,1 bilhões eram referentes ao benefício do Programa Bolsa Família, o que representa 79,4% da dotação sugerida para este grupo de despesa.

No envio da proposta orçamentária ao Congresso Nacional percebe-se a redução de R\$ 1.875,1 milhões em comparação com o montante proposto pela Unidade Orçamentária. Tal redução ocorreu em função dos referenciais monetários estabelecidos pela Secretaria de Orçamento Federal - SOF que nortearam o MDS na elaboração de sua proposta orçamentária, implicando na adequação da proposta setorial a limites financeiros estabelecidos pelo órgão central de orçamento.

Quanto à tramitação da proposta orçamentária no Congresso Nacional, efetuou-se as seguintes alterações para a Lei Orçamentária Anual:

		R\$ 1,00	
Ação		Emendas Suplementares	Emendas Supressivas
11V1	Construção de Cisternas para Armazenamento de Água	1.550.000	-1.500.000
2798	Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar	2.200.000	
8458	Apoio à Agricultura Urbana, Periurbana e Sistemas Coletivos de Produção para o Autoconsumo	1.090.000	
8894	Melhoria das Condições Socioeconômicas das Famílias	4.293.000	
8929	Apoio à Instalação de Restaurantes e Cozinhas Populares	30.000	
8930	Apoio à Implantação de Bancos de Alimentos e Mercados Públicos	300.000	
4963	Promoção da Inclusão Produtiva	6.120.000	
Total		15.583.000	-1.500.000

Fonte: Congresso Nacional

Neste sentido, o Congresso Nacional fez com que a programação da Administração direta do Ministério fosse acrescida de R\$ 15,6 milhões, especialmente em emendas para a ação de inclusão produtiva.

Grupo 4 ó Investimentos e Despesas de Capital

Inicialmente, cabe citar que o montante deste MDS destinado a investimentos corresponde a 1,4% dos recursos alocados na Unidade Orçamentária 55101 ó Administração Direta do MDS.

No que tange à tramitação da proposta orçamentária no Congresso Nacional, efetuou-se as seguintes alterações para a Lei Orçamentária Anual:

R\$ 1,00

Ação	Emendas Suplementares	Emendas Supressivas
11JM Construção do Anexo do Bloco C na Esplanada dos Ministérios	13.500.000	-15.000.000
11V1 Construção de Cisternas para Armazenamento de Água	3.000.000	
8458 Apoio à Agricultura Urbana, Periurbana e Sistemas Coletivos de Produção para o Autoconsumo	1.490.000	
8894 Melhoria das Condições Socioeconômicas das Famílias	4.057.000	
8929 Apoio à Instalação de Restaurantes e Cozinhas Populares	1.050.000	
8930 Apoio à Implantação de Bancos de Alimentos e Mercados Públicos	550.000	
4963 Promoção da Inclusão Produtiva	6.264.000	
Total	29.911.000	-15.000.000

Fonte: Congresso Nacional

Em relação a ação 11JM - Construção do Anexo do Bloco C na Esplanada dos Ministérios, ocorreu uma troca de fontes de recursos e cancelamento de R\$ 1,5 milhões, nas demais ações ocorreu o acréscimo de emendas parlamentares.

2.4.1.4 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Quadro 8 - A.2.7 - MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes			
				1 ó Pessoal e Encargos Sociais	2 ó Juros e Encargos da Dívida	3 ó Outras Despesas Correntes	
Movimentação Interna	Concedidos	550008	55101.08.511.1049.11V1	0	0	20.035.805	
		550008	55101.08.244.1029.20EL	0	0	12.284.696	
		550008	55101.08.306.1049.2784	0	0	4.400.000	
		550008	55101.08.244.1049.2792	0	0	69.000.000	
		550008	55101.08.306.1049.2798	0	0	671.894.100	
		550008	55101.08.605.1049.2802	0	0	15.400.000	
		550008	55101.08.306.1049.8457	0	0	3.865.429	
		550008	55101.08.306.1049.8458	0	0	11.363.285	
		550008	55101.08.306.1049.8506	0	0	4.809.179	
		550008	55101.08.306.1006.8624	0	0	3.000.000	
		550008	55101.08.306.1049.8894	0	0	14.467.072	
		550008	55101.08.244.1049.8929	0	0	4.770.000	
		550008	55101.08.244.1049.8930	0	0	900.000	
		550008	55101.08.511.1049.8948	0	0	8.740.300,00	
		550007	55101.08.122.1335.2272	0	0	1.520.624	
		550007	55101.08.126.1335.6414	0	0	16.656.828	
		550007	55101.08.244.1335.6524	0	0	288.000.000	
		550007	55101.08.244.1335.8442	0	0	13.457.000.000	
		550007	55101.08.244.1335.8446	0	0	308.300.000	
		550008	55101.08.306.1006.8624	0	0	95.650,00	
	550007	55101.08.122.0750.2000	0	0	434.200		
	550008	55101.08.122.0750.2000	0	0	479.983		
		Recebidos	550008	55101.08.244.1029.20EL	0	0	14.696
			550008	55101.08.306.1049.2784	0	0	3.107.611
			550008	55101.08.244.1049.2792	0	0	2.700.000
			550008	55101.08.306.1049.2798	0	0	47.582.468
			550008	55101.08.306.1049.8458	0	0	780.506
			550008	55101.08.306.1006.8624	0	0	48.569
	550008		55101.08.306.1049.8894	0	0	2.175.571	

		550008	55101.08.244.1049.8929	0	0	754.757
		550008	55101.08.244.1049.8930	0	0	25.000
		550007	55101.08.122.1335.2272	0	0	1.978.958
		550007	55101.08.126.1335.6414	0	0	2.528.831
		550007	55101.08.244.1335.6524	0	0	16.820.127
		550008	55101.08.306.1049.2784	0	0	430.033
		550008	55101.08.306.1049.8506	0	0	7.800
		550008	55101.08.306.1006.8624	0	0	1.528.000
		550008	55101.08.306.1049.8894	0	0	224.080,81
		550007	55101.08.122.0750.2000	0	0	67.719
		550007	55101.08.126.1335.6414	0	0	5.200.000
		550008	55101.08.306.1049.2784	0	0	350.000,00
		550008	55101.08.306.1049.8894	0	0	500.000,00
		550008	55101.08.244.1049.8929	0	0	300.000,00
		550007	55101.08.126.1335.6414	0	0	3.850.000
Movimentação Externa	Concedidos	364102	55101.08.121.1006.4923	0	0	1.500.000
		180002	55101.08.122.0750.2000	0	0	3.137.486
		201002	55101.08.122.0750.2000	0	0	1.577.901
		240005	55101.08.122.0750.2000	0	0	20.764
		254420	55101.08.128.1006.4572	0	0	69.250
		420008	55101.08.128.1006.4572	0	0	10.000
		135100	55101.08.244.1133.4963	0	0	5.918.063
		158092	55101.08.244.1133.4963	0	0	356.811
		440002	55101.08.244.1133.4963	0	0	800.000
	Recebidos	364102	55101.08.121.1006.4923	0	0	57.402,00
		240005	55101.08.122.0750.2000	0	0	523
		135100	55101.08.244.1133.4963	0	0	4.500.000
		158092	55101.08.244.1133.4963	0	0	405.071
		440002	55101.08.244.1133.4963	0	0	200.000
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 ó Investimentos	5 ó Inversões Financeiras	6 ó Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	550008	55101.08.511.1049.11V1	113.550.596	0	0
		550008	55101.08.244.1029.20EL	3.592.000	0	0
		550008	55101.08.306.1049.8457	1.217.686	0	0
		550008	55101.08.306.1049.8458	3.362.000	0	0
		550008	55101.08.306.1049.8506	1.601.946	0	0
		550008	55101.08.306.1049.8894	11.068.320	0	0

		550008	55101.08.244.1049.8929	33.560.000	0	0	
		550008	55101.08.244.1049.8930	4.821.790	0	0	
		550008	55101.08.511.1049.8948	16.259.700	0	0	
		550007	55101.08.126.1335.6414	150.000	0	0	
	Recebidos	550008	55101.08.244.1029.20EL	1.332.000	0	0	
		550008	55101.08.511.1049.11V1	2.776	0	0	
		550008	55101.08.306.1049.8458	621.752	0	0	
		550008	55101.08.306.1049.8894	3.648.873	0	0	
		550008	55101.08.244.1049.8929	911.332	0	0	
		550008	55101.08.244.1049.8930	671.790	0	0	
		550007	55101.08.126.1335.6414	150.000	0	0	
	Movimentação Externa	Concedidos	153037	55101.08.244.1133.4963	1.017.698	0	0
			440002	55101.08.244.1133.4963	200.000	0	0
Recebidos		440002	55101.08.244.1133.4963	50.000	0	0	

Fonte: Siafi Gerencial

Análise crítica

Os recursos orçamentários da Unidade Orçamentária 55101 ó Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome são registrados contabilmente na Unidade Gestora 550002 ó Setorial de Orçamento e Finanças, cuja gestão está a cargo desta Unidade Jurisdicionada Secretaria Executiva.

O quadro acima sintetiza as movimentações de crédito interas e externas da Unidade Jurisdicionada ó SE e as Unidades Gestoras ó UG associadas, ou seja, as movimentações externas as UG's: 550002 ó Set. de Orç. e Finanças, 550003 - SE, 550005 ó CGLA, 550006 ó CGRH, 550009 ó SAIP, 550010 ó SAGI, 550012 ó PAPBF e 550014 ó PASPS.

Em 2010, as unidades gestoras da UJ ó SE não receberam recursos de outros Órgãos, as movimentações externas concedidas e recebidas foram apenas de recursos da própria Pasta.

É importante destacar que quase a totalidade (99%) dos recursos orçamentários disponibilizados à UG 550002 são descentralizados as Unidade Gestoras 550007 ó SENARC e 550008 - SESAN, que por sua vez são responsáveis pela execução destes recursos e vêm continuamente desenvolvendo-se tecnicamente com vistas a melhorar a qualidade de suas atribuições.

A descentralização da execução orçamentária às Secretarias finalísticas visa a consolidar um desenho completo do fluxo orçamentário, no qual o gestor é a responsável pelas fases de elaboração e execução de sua proposta orçamentária no âmbito de suas atribuições regimentais e evidentemente que a Secretaria Executiva opera estas transferências de recursos durante o transcorrer do exercício em consonância com os limites para movimentação e empenho estabelecidos pelo Decreto nº 7.094, de 03 de fevereiro de 2010 e suas alterações.

No que se refere à SNAS, em relação aos recursos que estão na Unidade Orçamentária 55101, e a SAGI os mesmos foram descentralizados entre as Unidades Gestoras integrantes da Unidade

Jurisdicionada à Secretaria Executiva, por isso não constam da tabela acima. A SAIP é considerada associada à UJ à SE, razão pela qual também não consta da supracitada tabela.

O quadro anterior demonstra que a UJ SE também recebe recursos das demais Unidades Gestoras Executoras do MDS. Tal fato decorre da necessidade das secretarias finalísticas em realizar despesas que dependam de licitação e tramitação de contratos para sua execução, cuja atividade compete à Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração desta Secretaria Executiva.

Quanto à pequena parcela de recursos executadas pelas Unidades Gestoras Executoras subordinadas à estrutura da Secretaria Executiva, deve-se observar que se trata de despesas relativas ao apoio administrativo, representando cerca de 1,0% das dotações disponibilizadas à Unidade Orçamentária 55101.

2.4.2 Execução Orçamentária da Despesa

2.4.2.1 Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ

2.4.2.1.1 Despesas por Modalidade de Contratação

Quadro 9 - A.2.8 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	2009	2010	2009	2010
Modalidade de Licitação	185.238.943	177.410.713	185.238.943	177.410.713
Convite	31.983	60.801	31.983	60.801
Tomada de Preços	124.000	37.823	124.000	37.823
Concorrência	27.638.242	27.185.076	27.638.242	27.185.076
Pregão	157.444.717	150.127.014	157.444.717	150.127.014
Concurso	0	0	0	0
Consulta	0	0	0	0
Registro de Preços	0	0	0	0
Contratações Diretas	483.672.351	551.024.557	483.672.351	551.024.557
Dispensa	254.963.002	254.963.002	254.963.002	254.963.002
Inexigibilidade	228.709.349	296.061.555	228.709.349	296.061.555
Regime de Execução Especial	251.146	2.106	251.146	2.106
Suprimento de Fundos	251.146	2.106	251.146	2.106
Pagamento de Pessoal	0	0	0	0
Pagamento em Folha	0	0	0	0
Diárias	0	0	0	0
Outros	12.584.962.330	14.494.025.067	12.584.963.316	14.494.025.067
Licitação Não Aplicável	12.584.962.330	14.494.025.067	12.584.963.316	14.494.025.067

Fonte: Siafi Gerencial

2.4.2.1.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Quadro 10 - A.2.9 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ

Valores em R\$
1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 ó Despesas de Pessoal	31.964.135	45.528.157	31.779.135	43.734.939	31.665	31.665	31.779.135	43.734.939
08 - OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAIS	17.377	4.610	17.377	4.610	0	0	17.377	4.610
11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	24.929.669	34.610.202	24.929.669	34.579.202	4.869	4.869	24.929.669	34.579.202
13 - OBRIGACOES PATRONAIS	5.707.183	7.053.153	5.707.183	7.053.153	0	0	5.707.183	7.053.153
16 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	204.436	289.120	204.436	279.120	0	0	204.436	279.120
92 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.389	1.588.763	2.389	20.217	0	0	2.389	20.217
96 - RESSARCIMENTO DE DESP. DE PESSOAL REQUISITADO	1.103.080	1.982.309	918.080	1.798.636	26.796	26.796	918.080	1.798.636
2 ó Juros e Encargos da Dívida	0	0	0	0	0	0	0	0
Não há	0	0	0	0	0	0	0	0
3 ó Outras Despesas Correntes	13.074.321.465	15.032.192.356	12.964.569.881	14.891.343.425	12.136.987	6.169.906	12.828.059.600	14.824.580.280
04 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	9.786.083	11.032.944	9.786.083	11.032.944	0	0	9.786.083	11.032.944
08 - OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAIS	70.274	88.858	70.274	88.858	0	0	70.274	88.858

14 - DIARIAS - PESSOAL CIVIL	4.023.694	3.582.180	3.976.973	3.579.835	36.034	18.148	3.971.893	3.575.533
18 - AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	292.701	2.547.001	292.701	1.202.585	55.531	0	155.436	1.137.173
20 - AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	637.003	242.598	605.052	51.329	0	0	573.102	0
30 - MATERIAL DE CONSUMO	6.208.144	10.387.116	3.799.628	8.576.022	432.365	12.049	3.618.215	8.419.224
32 - MATERIAL DE DISTRIBUICAO GRATUITA	334.344.911	364.800.476	289.257.113	351.931.556	136.081	13.074	280.967.287	336.324.160
33 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	4.883.996	6.552.175	4.212.043	6.328.475	335.123	237.170	4.184.129	6.326.361
35 - SERVIÇOS DE CONSULTORIA	321.497	0	0	0	0	0	0	0
36 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.374.904	17.757.035	1.052.153	15.847.574	78.548	94.987	1.012.510	15.845.998
37 - LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	35.486.114	37.751.435	35.311.549	37.716.359	417.466	54.201	35.267.628	37.716.359
39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	310.918.820	397.340.626	292.603.209	350.356.957	1.364.146	2.344.976	292.245.334	301.361.379
41 - CONTRIBUICOES	511.570.780	663.558.007	469.458.729	588.354.804	9.267.198	3.379.897	452.251.303	586.502.888
46 - AUXILIO-ALIMENTACAO	986.520	2.221.011	986.520	2.221.011	0	0	986.520	2.221.011
47 - OBRIG.TRIBUT.E CONTRIB-OP.INTRA-ORCAMENTARIAS	5.115.422	4.494.427	4.994.395	4.315.101	232	1.381	4.806.428	4.288.377
48 - OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PESSOA FISICA	11.844.280.000	13.457.000.000	11.844.280.000	13.457.000.000	0	0	11.734.280.000	13.457.000.000
49 - AUXILIO-TRANSPORTE	298.765	333.849	298.765	333.849	0	0	298.765	333.849
91 - SENTENCAS JUDICIAIS	85.003	85.080	72.400	77.505	0	0	72.400	77.505
92 - DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	2.388.260	50.554.368	2.347.536	50.554.152	0	0	2.347.536	50.554.152
93 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	1.248.575	1.863.169	1.164.759	1.774.508	14.263	14.023	1.164.759	1.774.508

Análise crítica

Alterações significativas ocorridas no exercício

Conforme foi atentado nos quadros anteriores referentes à programação e execução dos créditos iniciais recebidos da Lei Orçamentária Anual ó LOA, registra-se que não ocorreram alterações significativas no exercício de 2010 em comparação a 2009.

Contingenciamento no exercício

No que diz respeito ao contingenciamento imposto pelo Decreto nº 7.094, de 03 de fevereiro de 2010, e suas alterações, cabe registrar que tal fato obrigou o MDS a reprogramar todas suas despesas, como exemplo, adiou projetos como a construção do anexo ao Bloco C da Esplanada dos Ministérios e contingenciou recursos para publicidade de utilidade pública e transferiu despesas da competência de dezembro do Fundo Nacional de Assistência Social para janeiro de 2011, mesmo assim destaca-se que foram empenhadas praticamente a totalidade do limite de empenho disponibilizado e 99,2% do total dos recursos orçamentários da Pasta.

Eventos negativos/positivos que prejudicaram/facilitaram a execução orçamentária

Em meio a este cenário restritivo, o MDS reprogramou seus gastos de forma a priorizar as ações finalísticas de caráter continuado. Neste sentido, procurou-se diluir esta falta de recursos entre as ações do MDS, a fim de que o contingenciamento não incorresse somente em áreas específicas, transferindo alguns gastos do final de 2010 para o orçamento de 2011.

2.4.2.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

2.4.2.2.1 Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

Quadro 12 - A.2.11 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	2009	2010	2009	2010
Modalidade de Licitação	17.289.065	25.152.235	7.911.675	16.003.732
Convite	0	0	0	0
Tomada de Preços	0	0	0	0
Concorrência	0	1.193.172	0	1.193.172
Pregão	17.289.065	23.959.063	7.911.675	14.810.560
Concurso	0	0	0	0
Consulta	0	0	0	0
Registro de Preços	0	0	0	0
Contratações Diretas	2.456.002	7.683.532	7.718	7.674.617
Dispensa	2.108.058	18.238	7.718	11.490
Inexigibilidade	347.944	7.665.294	0	7.663.127
Regime de Execução Especial	0	0	0	0
Suprimento de Fundos	0	0	0	0
Pagamento de Pessoal	0	0	0	0
Pagamento em Folha	0	0	0	0
Diárias	0	0	0	0
Outros	445730	15.117917	0	14.810.560
Licitação Não Aplicável	445.730	15.117.917	0	14.810.560

Fonte: Siafi Gerencial

2.4.2.2.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Quadro 13 - A.2.12 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 ó Despesas de Pessoal	0	0	0	0	0	0	0	0
Não há								
2 ó Juros e Encargos da Dívida	0	0	0	0	0	0	0	0
Não há	0	0	0	0	0	0	0	0
3 ó Outras Despesas Correntes	43.108.560	44.514.725	33.484.542	22.862.545	5.062.429	95.518	33.483.328	22.862.545
39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	41.495.152	42.985.578	32.403.697	21.334.859	356.258	83.488	32.402.483	21.334.859
36 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	769.838	743.200	640.475	741.738	0	0	640.475	741.738
33 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	378.496	696.028	378.496	696.028	0	0	378.496	696.028
Demais Elementos do grupo	465.074	89.920	61.874	89.920	4.706.171	12.030	61.874	89.920

Fonte: Siafi Gerencial

2.4.2.2.3 *Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação*

Quadro 14 - A.2.13 - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 ó Investimentos	3.361.600	2.310.000	1.081.600	0	0	0	1.081.600	0
52 - EQUIP.E MATERIAL PERMANENTE - OP.INTRA-ORC.	3.361.600	2.310.000	1.081.600	0	0	0	1.081.600	0
5 ó Inversões Financeiras	0	0	0	0	0	0	0	0
Não há	0	0	0	0	0	0	0	0
6 ó Amortização da Dívida	0	0	0	0	0	0	0	0
Não há	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Siafi Gerencial

Análise crítica

Os recursos das Secretarias Finalísticas descentralizados no exercício de 2010 para execução da Unidade Gestora 550005 - Coordenação-Geral de Logística e Administração foram:

SESAN- Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

8506- Consórcios de Segurança Alimentar ó R\$ 7.800,00

- PI 1850618001 para recolhimento de contribuição a cargo da empresa destinada a Seguridade Social, o valor de R\$ 1.000,00;
- PI 18506108002 para confecção de maquete e tampa do Projeto Pais, no valor de R\$ 6.800,00;

8624- Segurança Alimentar e Nutricional ó R\$ 1.432.350,00

- PI 18624108005 para serviços de digitalização e geração de documentos diversos, no valor de R\$ 428.000,00;
- PI 18624208001 para a organização do evento òIII Seminário Nacional de Programa de Aquisição de Alimentos ó PAAö, no valor de R\$ 1.000.000,00;
- PI 18624108007 para prestação de serviços de copiagem de 3.000 CDs, no valor de R\$ 4.350,00;

2784- Educação Alimentar e Nutricional ó R\$ 430.032,99

- PI 12784208002 para serviços concernentes a organização do evento òEducação Alimentar e Nutricional para Pessoa com Deficiência Auditiva/Visualö, no valor R\$ 423.432,99;
- PI 12787308001 para serviços de digitalização e geração de documentos diversos, no valor R\$ 6.600,00;

8894- Melhorias das Condições Socioeconômicas

- PI 18894208001 foi empenhado R\$ 224.080,81, em complementação ao PI 18624208001, da Ação 8624 para realização do Seminário Nacional ó PPA.

SNAS- Secretaria Nacional de Assistência Social

8893- Organização e Gestão do Sistema Único ó R\$ 4.198.074,46

- PI 18893211002 para festividades e homenagens, serviços gráficos e locação de máquinas e equipamentos, no valor de R\$ 6.748,00;
- PI 18893410001 para Capacitação de Agentes Público Municipais, no valor de R\$ 2.400.000,00;
- PI 18893211001 para prestação de serviços na organização de eventos, no valor de R\$ 269.850,66;
- PI 18893311001 para serviços gráficos e editoriais, no valor de R\$ 1.494.475,80.

8937- Serviços de Vigilância Social

- PI 18937411001 para aquisição de licença de direito de uso de software Statical Package for the Social Sciences, no valor de R\$ 432.760,00;

CNAS- Conselho Nacional de Assistência Social

8249- Funcionamento dos Conselhos ó R\$ 1.872.158,25

- PI 18249411009 para serviços de gravação e degravação, no valor de R\$ 437.977,00;
- PI 18249411010 para fornecimento de passagens aéreas para o país, no valor de R\$ 743.200,00;
- PI 18249411014 para serviços de interprete da língua brasileiro de sinais, no valor de R\$ 80.100,00;
- PI 18249311004 para serviços gráficos e editoriais, no valor de R\$ 610.881,25.

SENARC- Secretaria Nacional de Renda e Cidadania

6524- Transferências Direta de Renda

- PI 16524107004 para prestação de serviços gráficos, impressão, manuseio e entrega de encomendas e correspondência, no valor de R\$ 16.820.127,17;

6414- Programas de Transferência de Renda

- PI 16414107002 para aquisição de licença de direito de uso de software Statical Package for the Social Sciences, serviços gráficos, Fábrica de Software e serviços para atualização e ampliação da plataforma BPM/SOA do MDS, no valor de R\$ 4.764.958,28;

2272- Gestão e Administração do Programa

- PI 122724407007 para serviços de impressão e postagem, material de consumo, apoio administrativos, técnico e operacional, no valor de R\$ 2.654.424,81.

Alterações significativas ocorridas no exercício

Nos quadros elencados referentes à execução de créditos recebidos pela UJ por movimentação, percebe-se que não houve alteração muito significativa de 2009 para 2010.

Contingenciamento no exercício

No caso específico dos créditos recebidos pela UJ por movimentação o contingenciamento não interfere em sua execução, uma que os limites orçamentários e financeiros acompanham a citada descentralização de recursos.

Eventos negativos/positivos que prejudicaram/facilitaram a execução orçamentária

A execução por intermédio de descentralização de recursos auxilia as demais Unidades Gestoras do Ministério, uma vez que estas não necessitam de criar estruturas especializadas em licitações e contratos para dar prosseguimento a seus projetos.

2.4.3 Indicadores Institucionais

Indicadores de desempenho

INDICADOR 1

Indicador: Percentual de Execução do MDS.

Utilidade: Indica e demonstra a eficácia na gestão orçamentária e financeira da Secretaria-Executiva, bem como a supervisão e atendimento das necessidades administrativas das secretarias finalísticas.

Tipo: Eficácia

Método de aferição: Valor absoluto de liquidação de empenho dividido pelo valor absoluto de dotação final, de toda a dotação do MDS.

Área responsável pelo Cálculo: CGOF/SPO/MDS

Resultado do Indicador no Exercício: 98,3% DE LIQUIDAÇÃO DA DOTAÇÃO FINAL CONSTANTE DO ORÇAMENTO DO MDS EM 2010

Descrição das principais disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado neste indicador:

- Instrução processual de contratos e convênios provocou sobrecarga ao final do ano, prejudicando em parte o resultado final, no montante de 0,5%; e
- existência de parte da dotação orçamentária contingenciada e liberada no final do exercício, o que impossibilitou a execução daquela parcela correspondente no indicador, que no caso do MDS poderia melhorar em 0,4%.

Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso nesse indicador e quem são os responsáveis:

Primeiramente, o indicador, de forma absoluta, apresenta o sucesso na consecução da atividade proposta.

Para a obtenção da melhoria restante, em busca do resultado teórico ideal de 100%, algumas medidas foram tomadas:

- Reuniões sucessivas com os órgãos centrais de planejamento e finanças com vistas à melhoria do fluxo orçamentário e financeiro;
- Reuniões promovidas pela Secretaria Executivas com as secretarias finalísticas, juntamente com a Consultoria Jurídica e Assessoria de Controle Interno, a fim melhor planejar a execução;
- Reuniões com os órgãos gestores do SICONV, sistema de convênios, para otimização da ferramenta e facilitação da execução;

- Melhoria dos fluxos dos processos administrativos internos, com vistas à melhoria da execução;
- Melhoria dos fluxos e acompanhamento da atividade de orçamento e planejamento; e
- As atividades acima foram executadas pela SE, em conjunto com a Subsecretaria de Planejamento e Orçamento ó SPO, Subsecretaria de Assuntos Administrativos e Diretoria de Tecnologia da Informação - DTI.

INDICADOR 2

Indicador: Percentual de usuários da Central de Relacionamento Fome Zero/MDS satisfeitos com o atendimento do operador.

Utilidade: Indica o nível de satisfação do usuário com a qualidade do atendimento prestado. Objetiva aferir, por meio da satisfação do usuário, se os atendentes estão corretamente treinados quanto às técnicas de atendimento e ética. Os operadores são treinados e supervisionados para prestarem um atendimento de boa qualidade.

Tipo: Eficiência

Método de aferição: Como o atendimento é um meio, pelo qual o usuário se utiliza para obter um fim, que é ter sua dúvida/reclamação/sugestão sanada ou registrada, um bom atendimento diminui o ônus administrativo entre o objetivo do usuário e sua realização. Por isso é um indicador de eficiência. O indicador é aferido por meio de pesquisa de satisfação junto ao usuário no segundo semestre, realizada com perguntas diretas. A pergunta efetiva desse indicador é: como avalia o atendimento prestado pelo operador? As respostas possíveis são: ótimo, bom, regular ou ruim.

Área responsável pelo Cálculo: OUVIDORIA/SE/MDS

Resultado do Indicador no Exercício:

82,82% de respostas ótimo e bom, no segundo semestre de 2010.

Descrição das principais disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado neste indicador:

Não se aplicam

Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso nesse indicador e quem são os responsáveis:

O indicador, de forma absoluta, apresenta o sucesso na consecução da atividade proposta. Para intensificar a busca do resultado teórico ideal de 100% de satisfação do usuário, algumas medidas foram adotadas:

- Capacitações mais frequentes dos operadores e seu consequente monitoramento;
- Reuniões com os monitores e supervisores no sentido de melhor gerenciar esses resultados;
- Identificação, pela empresa contratada, dos operadores com nota baixa de monitoria, para as devidas correções, ou até, substituições; e

- As atividades foram demandadas pela Ouvidoria e gestoras do contrato pertinente, e executadas pela empresa contratada, sempre com o acompanhamento da Ouvidoria/SE/MDS.

Evolução das receitas e despesas

A tabela a seguir demonstra o comparativo da execução orçamentária do MDS em 2009 e 2010 por tipo de despesa e Secretaria. Verifica-se que em 2010 ocorreu maior eficiência em relação a execução de despesas discricionárias, uma vez que a dotação aumentou 11,3% em relação ao ano anterior e o percentual de gastos se elevou de 70,9% para 82,3%.

O citado aumento em despesas obrigatórias em 2010 deve-se ao reajuste no valor do salário mínimo, em relação ao Benefício de Prestação Continuada - BPC e Renda Mensal Vitalícia - RMV, e reflexo do reajuste no Benefício do Programa Bolsa Família ocorrido a partir de setembro de 2009.

No que tange às despesas discricionárias, ocorreu elevação na dotação, entretanto o contingenciamento de recursos implicou que a execução fosse pouco superior à verificada no exercício anterior. Registra-se que este contingenciamento obrigou o Ministério a reprogramar suas despesas até o final do exercício, a fim de reduzir o impacto nas ações prioritárias do MDS.

Quadro 15 - Comparativo 2009 e 2010 por tipo de ação e secretaria

Valores em R\$ 1,00

Tipo de Ação	2009		2010		Percentual	
	Dot. Final (a)	Liquidado (b)	Dot. Final (c)	Liquidado (d)	(e=c/a)	(f = d/b)
Ações Obrigatórias ou Prioritárias	30.998.930,8	30.590.354,9	36.035.003,4	36.025.696,6	16,2%	17,8%
Renda Mensal Vitalícia	1.892.244,7	1.847.809,8	1.854.455,6	1.854.453,5	-2,0%	0,4%
Benefício de Prestação Continuada	17.226.707,5	16.864.374,9	20.677.833,1	20.670.430,7	20,0%	22,6%
Programa Bolsa Família	11.844.280,0	11.844.280,0	13.457.000,0	13.457.000,0	13,6%	13,6%
Pessoal e Encargos	35.698,7	33.890,2	45.714,6	43.812,4	28,1%	29,3%
Ações Discricionárias	3.236.699,0	2.439.968,8	3.602.416,9	2.952.322,3	11,3%	21,0%
Sec. Nacional de Assistência Social - SNAS	1.601.005,0	1.307.766,8	1.807.839,5	1.458.084,4	12,9%	11,5%
Sec. Nacional de Renda de Cidadania - SENARC	545.086,3	455.544,8	622.025,0	563.068,1	14,1%	23,6%
Sec. de Segurança Alimentar ó SESAN	964.926,7	628.050,1	1.048.457,5	898.099,4	8,7%	43,0%
Sec. de Avaliação e Gestão da Informação - SAGI	11.780,5	2.476,7	16.075,5	5.922,8	36,5%	139,1%
Sec. de Avaliação e Gestão da Informação - SAGI	85.083,0	26.569,0	63.884,0	986,7	-24,9%	-96,3%
Secretaria Executiva ó SE	28.817,6	19.561,4	44.135,4	26.160,9	53,2%	33,7%
Apoio Administrativo / CGLA	95.184,1	85.847,1	100.697,3	96.781,4	5,8%	12,7%
Total MDS	34.330.813,9	33.116.170,7	39.738.117,6	39.074.800,2	15,8%	18,0%

Fonte: SIAFI Gerencial

A tabela a seguir detalha a execução do MDS por secretaria, programa e ação. Pode-se observar que o esforço de execução da Pasta fez com que 98,3% das dotações foram liquidados.

Quadro 16 - Execução Orçamentária do MDS em 2010 por tipo de ação e secretaria

Secretaria / Programa / Ação	Valores em R\$ 1,00				
	Dot. Final	Empenhado	Liquidado	Percentuais	
	(a)	(b)	(c)	(b/a)	(c/a)
I - Ações Obrigatórias	36.035.003.367	36.031.939.609	36.025.696.597	100,0%	100,0%
<i>1 - Secretaria Nacional de Assistência Social - SNAS</i>	<i>22.532.288.747</i>	<i>22.529.326.372</i>	<i>22.524.884.153</i>	<i>100,0%</i>	<i>100,0%</i>
0901 Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	297.885.083	295.186.483	290.745.006	99,1%	97,6%
0005 Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas	36.885.083	36.848.041	36.848.041	99,9%	99,9%
0625 Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado de Pequeno Valor devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas	261.000.000	258.338.442	253.896.965	99,0%	97,3%
1384 Proteção Social Básica	22.234.403.664	22.234.139.888	22.234.139.147	100,0%	100,0%
0561 Renda Mensal Vitalícia por Idade	488.998.139	488.998.139	488.998.139	100,0%	100,0%
0565 Renda Mensal Vitalícia por Invalidez	1.365.457.464	1.365.455.348	1.365.455.348	100,0%	100,0%
0573 Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social à Pessoa Idosa	9.876.589.323	9.876.327.664	9.876.327.164	100,0%	100,0%
0575 Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social à Pessoa com Deficiência	10.503.358.738	10.503.358.738	10.503.358.496	100,0%	100,0%
<i>2 - SENARC - Secretaria Nacional de Renda de Cidadania</i>	<i>13.457.000.000</i>	<i>13.457.000.000</i>	<i>13.457.000.000</i>	<i>100,0%</i>	<i>100,0%</i>
1335 Transferência de Renda com Condiionalidades - Bolsa Família	13.457.000.000	13.457.000.000	13.457.000.000	100,0%	100,0%
8442 Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza (Lei nº 10.836, de 2004)	13.457.000.000	13.457.000.000	13.457.000.000	100,0%	100,0%
<i>3 - Secretaria Executiva</i>	<i>45.714.620</i>	<i>45.613.237</i>	<i>43.812.444</i>	<i>99,8%</i>	<i>95,8%</i>
0089 Previdência de Inativos e Pensionistas da União	48.475	0	0	0,0%	0,0%
0181 Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis	48.475	0	0	0,0%	0,0%
0750 Apoio Administrativo	45.581.065	45.528.157	43.734.939	99,9%	95,9%
09HB Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	1.905.643	1.852.735	1.852.735	97,2%	97,2%
2000 Administração da Unidade	43.675.422	43.675.422	41.882.204	100,0%	95,9%
0901 Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	85.080	85.080	77.505	100,0%	91,1%
0716 Cumprimento de Débitos Judiciais Periódicos Vincendos Devidos pela União, Autarquias e Fundações Públicas Federais	85.080	85.080	77.505	100,0%	91,1%
II - Ações Discricionárias	3.703.114.214	3.378.616.395	3.049.103.645	91,2%	82,3%
<i>1 - Secretaria Nacional de Assistência Social - SNAS</i>	<i>1.807.839.530</i>	<i>1.623.514.501</i>	<i>1.458.084.396</i>	<i>89,8%</i>	<i>80,7%</i>
<i>1.1 - SNAS - Dotações do Fundo de Assistência Social -</i>	<i>1.783.628.869</i>	<i>1.608.244.591</i>	<i>1.453.841.406</i>	<i>90,2%</i>	<i>81,5%</i>

FNAS						
0068	Erradicação do Trabalho Infantil	306.000.000	280.937.705	268.152.980	91,8%	87,6%
2060	Ações Socioeducativas e de Convivência para Crianças e Adolescentes em Situação de Trabalho	276.000.000	261.181.500	249.509.000	94,6%	90,4%
8662	Concessão de Bolsa para Crianças e Adolescentes em Situação de Trabalho	30.000.000	19.756.205	18.643.980	65,9%	62,1%
0073	Enfrentamento da Violência Contra Crianças e Adolescentes	62.078.400	58.611.900	54.620.300	94,4%	88,0%
2383	Serviços de Proteção Social a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias	62.078.400	58.611.900	54.620.300	94,4%	88,0%
0152	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo de Adolescente em Conflito com a Lei - Pró-SINASE	42.696.248	34.590.484	34.588.700	81,0%	81,0%
20EV	Enfrentamento ao Crack e Outras Drogas	18.365.600	18.365.600	18.363.816	100,0%	100,0%
8524	Serviços de Proteção Social aos Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas	24.330.648	16.224.884	16.224.884	66,7%	66,7%
1006	Gestão da Política de Desenvolvimento Social e Combate à Fome	1.325.000	1.325.000	230.071	100,0%	17,4%
2272	Gestão e Administração do Programa	1.325.000	1.325.000	230.071	100,0%	17,4%
1029	Atendimento Emergencial em Assistência Social e Segurança Alimentar e Nutricional	32.195.000	29.538.800	23.018.167	91,7%	71,5%
20EL	Atendimento Emergencial em Assistência Social e Segurança Alimentar e Nutricional	32.195.000	29.538.800	23.018.167	91,7%	71,5%
1384	Proteção Social Básica	667.088.046	619.042.427	550.866.622	92,8%	82,6%
20EV	Enfrentamento ao Crack e Outras Drogas	33.728.500	33.728.500	33.719.400	100,0%	100,0%
2583	Serviço de Processamento de Dados do Benefício de Prestação Continuada e da Renda Mensal Vitalícia	23.101.069	23.101.069	23.018.325	100,0%	99,6%
2589	Avaliação e Operacionalização do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social e Manutenção da Renda Mensal Vitalícia	10.000.000	8.853.978	8.761.201	88,5%	87,6%
2A60	Serviços de Proteção Social Básica às Famílias	406.063.701	394.245.482	390.710.612	97,1%	96,2%
2A61	Serviços Específicos de Proteção Social Básica	104.501.386	94.571.378	94.557.083	90,5%	90,5%
2B30	Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica	89.693.390	64.542.021	100.000	72,0%	0,1%
1385	Proteção Social Especial	316.988.180	255.137.712	210.937.986	80,5%	66,5%
20EV	Enfrentamento ao Crack e Outras Drogas	47.905.900	47.905.900	47.632.800	100,0%	99,4%
2A65	Serviços de Proteção Social Especial a Indivíduos e Famílias	31.148.000	16.515.000	16.502.200	53,0%	53,0%
2A69	Serviços Específicos de Proteção Social Especial	143.006.150	142.532.986	142.532.986	99,7%	99,7%
2B31	Estruturação da Rede de Serviços da Proteção Social Especial	94.928.130	48.183.826	4.270.000	50,8%	4,5%
8034	Nacional de inclusão de Jovens - ProJovem	355.257.995	329.060.563	311.426.581	92,6%	87,7%
20B8	Serviço Socioeducativo para Jovens de 15 a 17 anos	355.257.995	329.060.563	311.426.581	92,6%	87,7%
I.2 - SNAS - Dotações da Administração Direta do MDS		24.210.661	15.269.910	4.242.990	63,1%	17,5%
1006	Gestão da Política de Desenvolvimento Social e Combate à Fome	12.390.001	9.269.910	4.242.990	74,8%	34,2%
8249	Funcionamento dos Conselhos de Assistência Social	3.684.196	2.639.075	2.562.576	71,6%	69,6%
8893	Apoio à Organização e Gestão do Sistema Único de Assistência Social - SUAS	7.390.001	6.198.074	1.247.654	83,9%	16,9%
8937	Serviço de Vigilância Social no Território	1.315.804	432.760	432.760	32,9%	32,9%
8034	Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem	11.820.660	6.000.000	0	50,8%	0,0%
2272	Gestão e Administração do Programa	7.980.660	2.160.000	0	27,1%	0,0%
86AB	Produção, Aquisição e Distribuição de Material Pedagógico	500.000	500.000	0	100,0%	0,0%
86AD	Formação de Profissionais	3.340.000	3.340.000	0	100,0%	0,0%

2 - SENARC - Secretaria Nacional de Renda de Cidadania		622.025.000	616.804.209	563.068.081	99,2%	90,5%
1335	Transferência de Renda com	622.025.000	616.804.209	563.068.081	99,2%	90,5%
	Condiionalidades - Bolsa Família					
2272	Gestão e Administração do Programa	2.725.000	2.654.425	2.543.718	97,4%	93,3%
6414	Sistema Nacional para Identificação e Seleção de Público-Alvo para os Programas Sociais do Governo Federal - Cadastro Único	18.000.000	17.849.784	12.130.000	99,2%	67,4%
6524	Serviços de Concessão, Manutenção, Pagamento e Cessação dos Benefícios de Transferência Direta de Renda	293.000.000	288.000.000	275.291.252	98,3%	94,0%
8446	Serviço de Apoio à Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família	308.300.000	308.300.000	273.103.110	100,0%	88,6%
3 - Secretaria de Segurança Alimentar - SESAN		1.048.457.488	964.960.084	898.099.352	92,0%	85,7%
1006	Gestão da Política de Desenvolvimento Social e Combate à Fome	3.000.000	2.855.781	579.446	95,2%	19,3%
8624	Apoio à Implantação e Gestão do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN	3.000.000	2.855.781	579.446	95,2%	19,3%
1029	Atendimento Emergencial em Assistência Social e Segurança Alimentar e Nutricional	15.876.696	14.530.000	11.000.000	91,5%	69,3%
20EL	Atendimento Emergencial em Assistência Social e Segurança Alimentar e Nutricional	15.876.696	14.530.000	11.000.000	91,5%	69,3%
1049	Acesso à Alimentação	1.029.580.792	947.574.303	886.519.905	92,0%	86,1%
11V1	Construção de Cisternas para Armazenamento de Água	133.742.676	133.583.625	131.113.613	99,9%	98,0%
2784	Educação Alimentar e Nutricional	4.200.000	879.387	423.433	20,9%	10,1%
2792	Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos	69.000.000	65.531.901	63.470.358	95,0%	92,0%
2798	Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar	686.632.086	623.850.991	598.858.441	90,9%	87,2%
2802	Operacionalização de Estoques Estratégicos de Segurança Alimentar	16.940.000	15.259.181	12.690.354	90,1%	74,9%
8457	Apoio a Projetos de Segurança Alimentar e Nutricional para Povos e Comunidades Tradicionais	5.083.115	5.082.734	4.251.467	100,0%	83,6%
8458	Apoio à Agricultura Urbana, Periurbana e Sistemas Coletivos de Produção para o Autoconsumo	14.620.000	13.485.873	8.209.346	92,2%	56,2%
8506	Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local	6.411.125	6.411.125	6.266.709	100,0%	97,7%
8894	Melhoria das Condições Socioeconômicas das Famílias	23.350.000	17.067.432	12.209.295	73,1%	52,3%
8929	Apoio à Instalação de Restaurantes e Cozinhas Populares	38.030.000	36.397.054	19.226.889	95,7%	50,6%
8930	Apoio à Implantação de Bancos de Alimentos e Mercados Públicos	6.571.790	5.025.000	4.800.000	76,5%	73,0%
8948	Acesso à Água para Produção de Alimentos para o Autoconsumo	25.000.000	25.000.000	25.000.000	100,0%	100,0%
4 - Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação - SAGI		16.075.486	14.945.977	5.922.825	93,0%	36,8%
1006	Gestão da Política de Desenvolvimento Social e Combate à Fome	16.075.486	14.945.977	5.922.825	93,0%	36,8%
4923	Avaliação de Políticas de Desenvolvimento Social e Combate à Fome	4.650.486	3.550.486	1.298.308	76,3%	27,9%
6877	Capacitação de Agentes Públicos e Sociais em Políticas de Desenvolvimento Social e Combate à Fome	11.425.000	11.395.491	4.624.517	99,7%	40,5%
5 - Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias - SAIP		63.884.000	28.646.478	986.670	44,8%	1,5%
1133	Economia Solidária em Desenvolvimento	63.884.000	28.646.478	986.670	44,8%	1,5%
4963	Promoção da Inclusão Produtiva	63.884.000	28.646.478	986.670	44,8%	1,5%
6 - Secretaria Executiva		144.832.710	129.745.147	122.942.321	89,6%	84,9%
1006	Gestão da Política de Desenvolvimento Social e	40.228.000	26.141.346	22.608.767	65,0%	56,2%

Combate à Fome						
11JM	Construção do Anexo do Bloco C na Esplanada dos Ministérios	12.150.000	3.163.346	632.669	26,0%	5,2%
2272	Gestão e Administração do Programa	1.600.000	0	0	0,0%	0,0%
4641	Publicidade de Utilidade Pública	13.500.000	10.000.000	9.719.954	74,1%	72,0%
4907	Ouvidoria Geral do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	12.978.000	12.978.000	12.256.144	100,0%	94,4%
6.1 - Coordenação Geral de Logística e Administração - CGLA		100.697.305	99.947.342	96.781.386	99,3%	96,1%
0750	Apoio Administrativo	100.697.305	99.947.342	96.781.386	99,3%	96,1%
2000	Administração da Unidade	100.697.305	99.947.342	96.781.386	99,3%	96,1%
6.2 - Coordenação Geral de Recursos Humanos		3.907.405	3.656.459	3.552.168	93,6%	90,9%
0750	Apoio Administrativo	3.487.405	3.244.618	3.234.617	93,0%	92,8%
2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes	651.526	600.900	590.899	92,2%	90,7%
2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados	97.783	88.858	88.858	90,9%	90,9%
2011	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	403.018	333.849	333.849	82,8%	82,8%
2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	2.257.988	2.221.011	2.221.011	98,4%	98,4%
20CW	Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos	77.090	0	0	0,0%	0,0%
1006	Gestão da Política de Desenvolvimento Social e Combate à Fome	420.000	411.841	317.551	98,1%	75,6%
4572	Capacitação de Servidores Públicos federais em Processo de Qualificação	420.000	411.841	317.551	98,1%	75,6%
TOTAL		39.738.117.581	39.410.556.003	39.074.800.243	99,2%	98,3%

Fonte: SIAFE Gerencial

3. PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010.

3.1 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recurso

Quadro 17 - A.3.1. - RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
21.211.11.00		Fornecedores por Insuficiência de Créditos/Recursos			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2009	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2010
550005	26428219000180	0	37.500,45	37.500,45	0
550005	00000000425109	0	296,22	296,22	0
550005	00000000425109	0	1.064,11	1.064,11	0
550005	61067492000984	0	116.064,53	116.064,53	0
550005	83451323168	0	80,00	80,00	0
550005	35134526168	0	47,30	47,30	0
550005	36934291620	0	139,33	139,33	0
550005	01306682576	0	177,10	177,10	0
550005	06911451728	0	51,90	51,90	0
550005	50125397100	0	139,50	139,50	0
550005	63921952549	0	135,17	135,17	0
550005	03244551947	0	91,34	91,34	0
550005	22169466991	0	91,34	91,34	0
550005	00167459651	0	149,85	149,85	0
550005	04100651961	0	273,80	273,80	0
550005	68035462415	0	182,60	182,60	0
550005	10534190740	0	94,00	94,00	0
550005	70275947149	0	85,31	85,31	0
550005	55357091153	0	81,01	81,01	0
550005	26010549809	0	600,00	600,00	0
550005	01476590516	0	93,30	93,30	0
550005	80079458220	0	33,14	33,14	0
550005	33530486000129	0	214.498,63	214.498,63	0
550005	34028316000707	0	342.818,50	342.818,50	0
550005	19138940000412	0	773.025,79	773.025,79	0

550005	00854687000122	0	152.661,24	152.661,24	0
550005	21246699000144	0	275.476,74	275.476,74	0
550005	28712123000336	0	317.444,25	317.444,25	0
550005	04963136000158	0	1.190.112,27	1.190.112,27	0
550005	04622116000113	0	539.398,51	539.398,51	0
550005	01968073000134	0	2.277,79	2.277,79	0
550005	00379172000118	0	308.705,84	308.705,84	0
550005	66052242000137	0	525,00	525,00	0
550005	115406	0	2.784,99	2.784,99	0
550005	110245	0	10.910,26	10.910,26	0
550005	42422253000101	0	53.830,74	53.830,74	0
550006	92963560000160	0	0	70.663,15	70.663,15
550006	550006	0	0	611.499,43	611.499,43
550006	00360305000104	0	0	886.382,90	886.382,90

Razões e Justificativas:

Em relação à UG 550005, os maiores montantes são reconhecimento de passivos de fornecedores que foram reconhecidos após o encerramento do exercício. Os valores de pequena monta referem-se à ressarcimento de viagem a servidores a serviço do MDS em face excesso de bagagem ou transporte terrestre.

Para a CGRH, UG 550006, o montante de R\$ 70.633,15 refere-se a pagamento de reembolso de despesas com salário e encargos sociais, do funcionário da Prefeitura de Porto Alegre relativamente ao período de 16/12/2005 a 22/06/2006, quando esteve cedido a este Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Este passivo foi pago a essa Prefeitura em 31/01/2011.

O montante de R\$ 886.382,90, é referente a reconhecimento de passivos com remuneração e encargos sociais de servidores cedidos pela Caixa Econômica Federal a este Ministério, no período de outubro de 2004 a março de 2006. Salienta-se que este passivo já foi pago no início de 2011.

Quanto ao passivo de R\$ 611.499,43, refere-se reconhecimento de passivo da diferença da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo ó GDPGE, referente ao exercício de 2009.

Fonte: SIAFI Gerencial

Quadro 18 - A.3.1. - RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
21.212.11.00		Pessoal a Pagar por Insuficiência de Créditos/Recursos			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2009	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2010
550006	35267070734	0	470,08	470,08	0
550006	17740150304	0	2.204,61	2.204,61	0
550006	22507973153	0	4.000,00	4.000,00	0
550006	41042093687	0	4.000,00	4.000,00	0
550006	53281756700	0	160,32	160,32	0
550006	00167122185	0	3.233,64	3.233,64	0
550006	00208734171	0	4.000,00	4.000,00	0
550006	30190673320	0	2.148,67	2.148,67	0
Razões e Justificativas:					
Os valores relativos às despesas com pessoal foram alguns poucos pagamentos correspondentes a substituições de exercícios anteriores e outras despesas com remuneração de servidor, paga na folha de pagamento do fevereiro de 2010.					
Para o exercício de 2010, foram empenhados recursos, que estão inscritos em RAP, visando custear estas despesas.					

Fonte: SIAFI Gerencial

Quadro 19 - A.3.1. - RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
21.219.22.00		Débito Diversos por Insuficiência de Créditos/Recursos			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2009	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2010
550006	01961821745	0	225,78	225,78	0
550006	27482076883	0	437,96	437,96	0
550006	10626387272	0	413,60	413,60	0
550006	03254201655	0	97,70	97,70	0
550006	12937339620	0	506,46	506,46	0
550006	39877159104	0	250,84	250,84	0
550006	26707772104	0	311,22	311,22	0
550006	03674809800	0	263,37	263,37	0
550006	39261212115	0	303,39	303,39	0
550006	32247982115	0	165,69	165,69	0
550006	40989089304	0	626,00	626,00	0
550006	12779469811	0	659,83	659,83	0
550006	45707910425	0	163,95	163,95	0
550006	39124002704	0	280,04	280,04	0
550006	10626387272	0	314,52	314,52	0
550006	37608339187	0	209,45	209,45	0
550006	81409281787	0	180,46	180,46	0
Razões e Justificativas:					
Estes valores referem-se à ressarcimento de diárias a servidores a serviço do MDS, uma vez que foram solicitadas após o encerramento do exercício.					
Para o exercício de 2010, foram empenhados recursos, que estão inscritos em RAP, visando custear estas despesas.					

Fonte: SIAFI Gerencial

3.2 Análise Crítica

Primeiramente, os quadros referentes as contas contábeis 21213.11.00 ó Encargos por Insuficiência de Créditos/Recursos e 21215.22.00 ó Obrigações tributárias por insuficiência de Créditos/Recursos não foram preenchidos em face de não ter sido movimentadas em 2009 e 2010, conforme consulta ao SIAFI.

Quando aos quadros acima, os valores não representaram massa crítica ao Ministério em comparação com o volume de operações e pagamentos realizados no decorrer de 2010, apenas representaram algumas poucas circunstâncias emergenciais em períodos de encerramento ou início de exercício que prontamente foram registradas e sanadas em 2010.

4. PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010

4.1 Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores

Quadro 20 - A.4.1 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	42	-42	0	0
2008	0	0	0	0
2007	858	-858	0	0
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	19.687.988	-249.290	18.395.934	1.042.764
2008	0	-6.474.009	30.902	0
2007	0	-336.275	0	0

Fonte: SIAFI Gerencial

4.2 Análise Crítica

Percebe-se pela tabela anterior que os saldos de restos a pagar das Unidades Gestoras componentes da Unidade Jurisdicionada Secretaria Executiva são mínimos, concentrando-se na UG 550005 - Coordenação-Geral de Logística e Administração.

As ações com maior saldo de restos a pagar em 2009 são: 4641 ó Publicidade de Utilidade Pública e 2000 ó Administração da Unidade. Cabe salientar que em relação à ação 4641, os saldos apurados foram cancelados em R\$ 740.932,32 no início do exercício de 2011.

Em relação ao montante inscrito e pago em 2009 de restos a pagar não processados, foram concentrados nas seguintes ações: 4641 ó Publicidade de Utilidade Pública, 6877 ó Capacitação de Agentes Públicos e Sociais e 2272 ó Gestão e Administração do Programa.

5. PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010.
5.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos
Quadro 21 - A.5.1 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Autorizada	Efetiva		
1 Provimento de cargo efetivo	*	83	30	45
1.1 Membros de poder e agentes políticos	01	01	01	01
1.2 Servidores de Carreira	*	66	28	39
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	*	37	17	13
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	*	04	09	01
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório	*	00	00	00
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	*	25	02	08
1.3 Servidores com Contratos Temporários	*	12	01	05
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença	*	04	00	00
1.4.1 Cedidos	*	04	00	00
1.4.2 Removidos	*	00	00	00
1.4.3 Licença remunerada	*	00	00	00
1.4.4 Licença não remunerada	*	00	00	00
2 Provimento de cargo em comissão	*	249**	93	74
2.1 Cargos Natureza Especial	01	01	00	00
2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior	221	210	78	44
2.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	*	21	01	01
2.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	*	34	09	04
2.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas	*	46	14	11
2.2.4 Sem vínculo	*	106	54	28
2.2.5 Aposentado	*	00	00	00
2.2.6 Exerc. §7º Art. 93 Lei nº 8.112/90	*	03	00	00
2.3 Funções gratificadas	*	14	01	01
2.3.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	*	02	01	00
2.3.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	*	02	00	00
2.3.3 Servidor de outros órgãos e esferas	*	09	00	01
2.3.4 Servidor de carreira em exercício provisório	*	01	00	00
2.4 Estagiários	*	18	14	28
2.5 Exerc. §7º Art. 93 Lei nº 8.112/90	*	06	00	01
3 Total	*	332	123	119

Fonte: Sistema Date

Warehouse ó DW/SIAPE ó

CGRH/SAA/SE/MDS

*Inexiste quota

individualizada para a UJ

**Os servidores de carreira que ocupam cargo em comissão ou função gratificada encontram-se somados nas linhas 2

Quadro 22 - A.5.2 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS POR FAIXA ETÁRIA - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010

Tipologias do Cargo**	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1. Provimento de cargo efetivo	29	13	18	19	04
1.1. Membros de poder e agentes políticos	00	00	00	01	00
1.2. Servidores de Carreira	25	08	12	17	04
1.3. Servidores com Contratos Temporários	02	04	05	01	00
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	02	01	01	00	00
2. Provimento de cargo em comissão	63	74	51	44	19
2.1. Cargos de Natureza Especial	00	00	00	01	00
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	44	72	47	35	12
2.3. Funções gratificadas	01	01	03	06	03
2.4. Estagiários	18	00	00	00	00
2.5. Exerc. §7º Art. 93 Lei nº 8.112/90	00	00	00	02	04

Fonte: Sistema Date Warehouse

– DW/SIAPE –

CGRH/SAA/SE/MDS

Quadro 23 - A.5.3 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS POR FAIXA ETÁRIA - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010

Tipologias do Cargo**	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo	00	01	05	08	26	43	00	00	00
1.1. Membros de poder e agentes políticos	00	00	00	00	00	01	00	00	00
1.2. Servidores de Carreira	00	01	05	08	24	28	00	00	00
1.3. Servidores com Contratos Temporários	00	00	00	00	00	12	00	00	00
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	00	00	00	00	02	02	00	00	00
2. Provimento de cargo em comissão	00	02	02	13	73	159	00	00	00
2.1. Cargos de Natureza Especial	00	00	00	00	00	01	00	00	00
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	00	00	01	02	54	153	00	00	00
2.3. Funções gratificadas	00	02	01	05	05	01	00	00	00
2.4. Estagiários	00	00	00	06	12	00	00	00	00
2.5. Exerc. §7º Art. 93 Lei nº 8.112/90	00	00	00	00	02	04	00	00	00

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.

Fonte: Sistema Date Warehouse ó

DW/SIAPE ó

CGRH/SAA/SE/MDS

5.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

Quadro 24 - A.5.4 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010

<i>Regime de proventos / Regime de aposentadoria</i>	<i>Quantitativo de Servidores</i>	<i>Aposentadorias em 2010</i>
1 Integral	00	00
1.1 Voluntária	00	00
1.2 Compulsório	00	00
1.3 Invalidez Permanente	00	00
1.4 Outras	00	00
2 Proporcional	00	00
2.1 Voluntária	00	00
2.2 Compulsório	00	00
2.3 Invalidez Permanente	00	00
2.4 Outras	00	00

Fonte: Sistema Data Warehouse ó DW/SIAPE ó CGRH/SAA/SE/MDS

Quadro 25 - A.5.5 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010

<i>Regime de proventos originário do servidor</i>	<i>Quantitativo de Beneficiários</i>	<i>Pensões concedidas em 2010</i>
1. Integral	00	00
2. Proporcional	00	00

Fonte: Sistema Data Warehouse ó DW/SIAPE ó CGRH/SAA/SE/MDS

5.3 Composição do Quadro de Estagiários

Quadro 26 - A.5.6 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício (Valores em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
Nível superior	09	08	08	08	91.605,68
Área Fim	00	00	00	00	
Área Meio	09	08	08	08	
Nível Médio	08	10	10	10	
Área Fim	00	00	00	00	
Área Meio	08	10	10	10	

Fonte: Sistema Data Warehouse ó DW/SIAPE ó CGRH/SAA/SE/MDS

5.4 Quadro de custos de recursos humanos

Quadro 27 - A.5.7 - QUADRO DE CUSTOS DE RECURSOS HUMANOS NOS EXERCÍCIOS DE 2008, 2009 E 2010.

Tipologias / Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis	
<i>Membros de poder e agentes políticos</i>								
2008	0,00	128.981,16	21.496,85	3.582,81	0,00	0,00	70.836,85	224.897,67
2009	0,00	128.981,16	21.496,85	3.582,81	0,00	0,00	70.868,54	224.929,36
2010	0,00	129.339,44	18.809,75	7.762,76	0,00	0,00	55.645,64	211.557,59
<i>Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão</i>								
2008	267.392,84	296.869,23	248.345,44	41.622,75	0,00	12.866,95	1.347.830,70	2.214.927,91
2009	481.459,77	307.082,40	212.286,20	42.464,93	0,00	26.818,63	824.549,01	1.894.660,94
2010	877.614,73	305.794,93	496.614,90	103.215,11	0,00	92.155,90	2.398.276,20	4.273.671,77
<i>Servidores com Contratos Temporários</i>								
2008	572.462,31	0,00	92.520,00	13.608,86	0,00	2.741,71	211.478,12	892.811,00
2009	1.261.038,30	0,00	204.857,41	14.643,31	0,00	11.546,62	394.628,05	1.886.713,69

2010	1.191.795,30	0,00	191.825,83	35.143,54	0,00	16.556,06	444.556,18	1.879.876,91
<i>Servidores Cedidos com ônus ou em Licença</i>								
2008	18.514,02	0,00	15.825,32	1.492,61	0,00	684,32	89.637,96	126.154,23
2009	55.437,09	0,00	13.372,70	3.707,11	0,00	2.137,88	91.190,81	165.845,59
2010	125.438,22	0,00	42.551,15	5.622,88	0,00	11.277,86	221.654,87	406.544,98
<i>Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial</i>								
2008	0,00	78.789,62	13.269,52	2.136,80	0,00	0,00	29.763,34	123.959,28
2009	0,00	52.309,44	13.718,24	4.572,74	0,00	0,00	65.275,50	135.875,92
2010	0,00	167.140,53	24.578,54	381,06	0,00	0,00	56.638,69	248.738,82
<i>Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior</i>								
2008	46.224,03	5.644.698,60	954.873,52	145.780,83	0,00	49.352,27	1.716.436,04	8.557.365,29
2009	145.857,21	5.897.109,60	995.052,83	173.438,14	0,00	79.095,69	1.963.010,90	9.253.564,37
2010	229.746,68	7.928.470,40	1.443.417,60	233.691,46	0,00	170.180,14	2.921.182,90	12.926.689,18
<i>Servidores ocupantes de Funções gratificadas</i>								
2008	20.919,77	25.749,94	24.515,20	5.482,35	0,00	1.319,58	167.672,27	245.659,11
2009	34.967,48	24.435,85	21.895,49	4.250,74	0,00	1.969,91	103.931,07	191.450,54
2010	33.769,18	25.216,42	19.162,16	4.047,59	0,00	4.360,22	110.765,06	197.320,63

Fonte: Sistema Data Warehouse ó DW/SAPE ó CGRH/SAA/SE/MDS

5.5 Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Quadro 28 - A.5.8 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante													
Nome: COORDENAÇÃO-GERAL DE LOGÍSTICA E ADMINISTRAÇÃO/SAA/SECRETARIA EXECUTIVA													
UG/Gestão: 550005/00001							CNPJ: 05756246000454						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	L	O	054/2009	04944460/0001-29	28/12/2009	28/12/2011	30	30	00	00	00	00	P
2009	V	O	032/2009	04559666/0001-35	25/08/2009	25/08/2011	24	24	00	00	00	00	P

Observação:
Descentralização de recursos orçamentário para atender despesas do condomínio do Bloco "A"
UG Favorecida: 180002-SPOA/MINIST.ESPORTE BLOCO "A"
Limpeza e Conservação: R\$ 345.017,40 e Vigilância: R\$ 655.265,65
Descentralização de recursos orçamentário para atender despesas do condomínio do Bloco "C":
UG Favorecida: 201002-GGPOF/MP BLOCO "C"
Limpeza e Conservação: R\$ 223.340,08 e Vigilância: R\$ 475.296,84

LEGENDA
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: CGLA/SAA/SE/MDS

Quadro 29 - A.5.9 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante													
Nome: COORDENAÇÃO-GERAL DE LOGÍSTICA E ADMINISTRAÇÃO e COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS/SAA/SECRETARIA EXECUTIVA													
UG/Gestão: 550005/00001 e 550006/00001							CNPJ: 05756246000454 e 05756246000373						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2005	01	O	003	01.596.964/0001-07	1º/03/2005	28/02/2011	44	44	236	236	116	110	P
2009	03	O	049	06.091.637/0001-17	24/11/2009	23/11/2011	106	106	0	0	0	0	P
2009	07	O	031	01.596.964/0001-07	26/08/2009	26/08/2011	20	20	0	0	0	0	P
2009	05	O	033	37.077.716/0001-05	02/09/2009	03/09/2011	18	18	0	0	0	0	P
2009	07	O	051	01.204.100/0001-53	16/12/2009	15/12/2011	14	14	01	01	00	00	P

Observação: As informações consolidam as Unidades Jurisdicionadas Sec. Nacional de Assistência Social, de Renda de Cidadania e de Segurança Alimentar e Nutricional.

LEGENDA

Área:

1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis
3. Serviços de Copa e Cozinha;
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;
5. Serviços de Brigada de Incêndio;
6. Apoio Administrativo ó Menores Aprendizizes;
7. Outras.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: CGLA-CGRH/SAA/SE/MDS

Quadro 30 - A.5.10 - DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL CONTRATADO MEDIANTE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

<i>Identificação do Contrato</i>	<i>Área</i>	<i>Qtd.</i>	<i>Unidade Administrativa</i>
03/2005	01	33	GM/MDS
		86	SE/MDS
		57	SNAS/MDS
		96	DEFNAS/MDS
		30	CNAS/MDS
		49	SENARC/MDS
		18	SESAN/MDS
		15	SAIP/MDS
031/2009	09	06	SAGI/MDS
		04	SNAS/MDS
		04	DEFNAS/MDS
		04	SENARC/MDS
032/2009	08	08	CGLA/SAA/SE/MDS
		04	DEFNAS/MDS
033/2009	05	20	CGLA/SAA/SE/MDS
		04	DEFNAS/MDS
049/2009	03	14	CGLA/SAA/SE/MDS
		13	GM/MDS
		7	SE/MDS
		12	SNAS/MDS
		19	DEFNAS/MDS
		2	CNAS/MDS
		13	SENARC/MDS
		9	SESAN/MDS
051/2009	09	4	CONJUR/MDS
		27	CGLA/SAA/SE/MDS
054/2009	07	15	CGLA/SAA/SE/MDS
		05	DEFNAS/MDS
		25	CGLA/SAA/SE/MDS
LEGENDA			
Área:			
1.	Apoio Administrativo Técnico e Operacional;	5.	Serviços de Brigada de Incêndio;
2.	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis;	6.	Apoio Administrativo ó Menores Aprendizizes;
3.	Serviços de Copa e Cozinha;	7.	Higiene e Limpeza;
4.	Manutenção e conservação de Bens Móveis;	8.	Vigilância Ostensiva;
		9.	Outras.

Fonte: CGLA-CGRH/SAA/SE/MDS

5.6 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

No âmbito da UJ, continua presente a necessidade de incorporação quantitativa e qualitativa de força de trabalho, que permita a absorção de pessoal com perfil adequado à execução das atribuições da Unidade. De modo geral, entende-se que a execução realizada das atribuições institucionais está em sintonia com o quantitativo e competência da força de trabalho da Unidade, devendo-se considerar que em muitas oportunidades a eficiência e a sobrecarga de trabalho compensam o baixo quantitativo de pessoal. Com efeito, considera-se que a ampliação do quadro de pessoal com o provimento dos cargos inerentes à Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais, auxiliará no saneamento dessa distorção, permitindo o cumprimento da missão institucional da UJ a contento.

Com relação à estrutura, importa destacar o rearranjo disposto pelo Decreto nº 7.079/2010, que incorporou à UJ o número totalizado de 221 (duzentos e vinte e um) cargos em comissão, considerando-se quantificadas as estruturas do Gabinete da Ministra e respectivas assessorias, Consultoria Jurídica, bem assim a própria Secretaria Executiva e diretorias e subsecretarias.

Ainda no que diz respeito à carência de força de trabalho, a terceirização da mão-de-obra administrativa do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome objetiva a prestação de serviços de atividades auxiliares, de suporte e de apoio técnico-administrativo aos servidores federais lotados no Órgão. No âmbito da UJ, à vista de contar com as atividades de 121 (cento e vinte e um) terceirizados, em atividades de apoio e suporte administrativo, tal circunstância é ainda melhor observada.

Nesse contexto, considerando que dentre o total de prestadores de serviços terceirizados da UJ, 30(trinta) desenvolviam atividades em desacordo com o Decreto nº 2.271/1997, o que é objeto do Termo de Conciliação Judicial para substituição dessa mão-de-obra por servidores públicos de carreira, fica mais evidente a necessidade da assunção de compromissos mútuos entre o órgão regulador de recursos humanos, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Este, por atuação ativa, de fato abster-se de utilizar prestador de serviço terceirizado para execução de atividades finalísticas. Aquele, em decorrência, autorizar a realização de concurso público e o provimento de cargos efetivos de nível superior que supram as lacunas que restarão com a não utilização das atividades terceirizadas.

Em que pese toda a indicação da UJ quanto à necessidade de incorporação de força de trabalho, este MDS têm a expectativa de ser contemplado com servidores efetivos da Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais de que tratam a Lei nº 12.094, de 2009 e o Decreto nº 7.191, de 2010, para que se possa compor um quadro de pessoal mais estável. A esse respeito, aguarda-se autorização do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para realização do pertinente concurso público para o provimento dos 330 cargos já distribuídos, o que acarretará na substituição dos referidos serviços terceirizados, garantindo a continuidade da execução das ações e programas federais que o Órgão executa.

Em linhas gerais, não se observa freqüência motivada ou não de faltas e atrasos dos servidores e demais colaboradores da UJ, tampouco ocorrência de acidentes do trabalho e doenças ocupacionais, o que afasta a ocorrência de danos para a produção das atividades ocasionados pelo absenteísmo.

No que diz respeito à rotatividade, merece destaque a força de trabalho de servidores efetivos vinculados ao Plano Geral do Poder Executivo ó PGPE, única carreira que integra o quadro de pessoal do MDS. Em razão da precariedade de sua estrutura remuneratória, não emana condições de

oferecer segurança e conseqüentemente maior permanência do servidor no cargo público. Convocado e empossado no cargo público, o servidor do MDS não se abstém de continuar buscando aprovação em outros concursos, além daqueles que já ingressam no quadro de pessoal aprovados e aguardando a convocação para outro ente público. Ainda a esse respeito, o MDS, em sede de todas as seleções públicas já realizadas desde o ano de 2006, sofreu com o mesmo problema: impossibilidade de provimento de todos os cargos oferecidos, principalmente em razão do baixo índice de interesse dos candidatos aprovados e nomeados. De cada 10 (dez) candidatos nomeados, em média 50% (cinquenta por cento) não comparecem aos atos de posse e exercício.

Por fim, inerentemente à aplicabilidade dos conceitos de educação continuada, satisfação e motivação, disciplina e desempenho funcional, a UJ, dentro de sua atuação institucional e nos limites da sobrecarga de trabalho, busca alcançá-los principalmente sob a forma de realização de periódicas reuniões, gerando a reciprocidade de instruções, conhecimentos e experiências entre seus colaboradores. Na medida do possível, a Coordenação-Geral de Recursos Humanos, que integra a UJ Secretaria Executiva, exerce sua atribuição regimental no sentido de manter uma estrutura de treinamentos voltada às atuações meio e fim dos colaboradores, investindo na constante busca pela atualização dos conteúdos necessários à execução do trabalho.

6. PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010.

Não se aplica, uma vez que ocorrem transferências voluntárias por parte das Unidades Gestoras componentes desta Unidade Jurisdicionada.

7. PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010.
7.1 Estrutura de controles internos da UJ

<i>Aspectos do sistema de controle interno</i>	<i>Avaliação</i>				
	<i>1</i>	<i>2</i>	<i>3</i>	<i>4</i>	<i>5</i>
<i>Ambiente de Controle</i>					
<i>1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.</i>					<i>x</i>
<i>2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.</i>			<i>x</i>		
<i>3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.</i>				<i>x</i>	
<i>4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.</i>					<i>x</i>
<i>5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.</i>				<i>x</i>	
<i>6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.</i>				<i>x</i>	
<i>7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.</i>				<i>x</i>	
<i>8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.</i>					<i>x</i>
<i>9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.</i>					<i>x</i>
<i>Avaliação de Risco</i>					
<i>10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.</i>				<i>x</i>	
<i>11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.</i>					<i>x</i>
<i>12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.</i>					<i>x</i>
<i>13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.</i>					<i>x</i>
<i>14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.</i>				<i>x</i>	
<i>15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.</i>				<i>x</i>	

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				x	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					x
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					x
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				x	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.					x
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			x		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				x	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					x
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					x
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				x	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				x	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				x	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					x
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				x	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					x
Considerações gerais: Não há					
<u>LEGENDA</u>					
Níveis de Avaliação:					

<i>Aspectos do sistema de controle interno</i>	<i>Avaliação</i>
	<p><i>(1) Totalmente inválida:</i> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p><i>(2) Parcialmente inválida:</i> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p><i>(3) Neutra:</i> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p><i>(4) Parcialmente válida:</i> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p><i>(5) Totalmente válido.</i> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>

8. PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010.
8.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis
Quadro 31 - A.10.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? - Nas aquisições de bens que sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, que cumpram os requisitos ambientais para a certificação do INMETRO (Ex: Equipamentos eletro-eletrônicos).		X			
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.		X			
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).		X			
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	X				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?	X				
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	X				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	X				
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	X				
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.					X

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.					X
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.				X	
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	X				
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? - No âmbito da implantação da Coleta Seletiva, foi realizada campanha de conscientização dos usuários, na qual a base foi a proteção do meio ambiente, a preservação dos recursos naturais.				X	
Considerações Gerais:					
LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

9. PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU Nº107, DE 27/10/2010.

Não há bens de uso especial no âmbito da Unidade Jurisdicionada.

10. PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010.
10.1 Gestão de Tecnologia da Informação (TI)
Quadro 32 - A.12.1 ó GESTÃO DE TI DA UJ

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.					X
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.					X
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.					X
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	Servidores: 22 Terceirizados: 119				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	X				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.		X			
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.				X	
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.		X			
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.					X
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.			X		
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.				X	
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	100,00%				
13. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.			X		
14. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.			X		
15. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?		X			
Considerações Gerais:					
1. O Planejamento Estratégico do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) é realizado anualmente sob a coordenação da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento (SPO), subordinada à Secretaria Executiva do Ministério. Por conseguinte, todas as Unidades Jurisdicionais (UJ) estão incluídas neste Planejamento Estratégico Institucional.					

2. A área de Tecnologia da Informação (TI) conta com Planejamento Estratégico (PETIC) elaborado em 2007, com abrangência até 2011. Adicionalmente, a partir de 2010, conta com Plano Diretor de TI (PDTI), atualmente em sua versão 1.2, aprovado pelo Comitê Gestor de TI do Ministério (CGTI) e compatível com o PETIC.
3. Existe Comitê Gestor de TI (CGTI) órgão definido em Portaria específica e presidido pela Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI), com participação de representantes de todas as Secretarias do MDS.
4. Servidores: 22 servidores em tarefas de gestão.
Terceirizados: 119 terceirizados que prestam serviços ao MDS por meio da DTI.
5. Não há carreira de TI no órgão. Existem apenas servidores com gratificação do SISP (GSISP) e da carreira de Analista de TI do Ministério do Planejamento (ATI) alocados ao MDS.
6. A Coordenação Geral de Sustentação e Segurança (CGSS) da Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI) está aparelhada para tratar operacionalmente com questões de segurança, grupo informalmente constituído com características de CSIRT (Computer Security Incident Response Team) ou CERT (Computer Emergency Response Team), presidido pelo Coordenador Geral de Sustentação e Segurança, com endereço eletrônico informado ao Grupo de Segurança Institucional (GSI) do Planalto. A criação de Comitê de Segurança da Informação está proposta no PDTI 2010-2011 e está em análise pelo CGTI para decisão sobre sua composição.
7. Documento com proposta de PSI (Política de Segurança da Informação) foi apresentado ao CGTI para análise e aprovação. Em Ata de Reunião, definiu-se seu uso provisório, sempre que aplicável, até que haja posicionamento definitivo sobre ele.
8. Está em estágio inicial a avaliação dos contratos vis-à-vis as necessidades do MDS, conforme determinado pelo CGTI.
9. Conforme estabelecido no PDTI 2010-2011, adotam-se duas metodologias de desenvolvimento: OpenUp (Open Unified Process), para os desenvolvimentos de fábrica de software sob gestão da DTI; SCRUM para as atividades da fábrica responsável pelo desenvolvimento do SIGPBF (Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família), sob gestão da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC).
10. Em 2010, desenvolveu-se Catálogo de Serviços de TI, tendo por objetivo a estabelecimento de Níveis de Serviço (NS) da área de TI com seus clientes. Tais NS estão sendo discutidos, com objetivo de estabelecê-los em definitivo.
11. A maioria dos contratos de TI possui definição de níveis de serviço. Entretanto, tais níveis nem sempre são adequados a uma gestão efetiva dos contratos. Por tal razão, está-se discutindo mudanças para melhorá-los.
12. Os servidores da área de TI não possuem, com raras exceções, formação em TI. Por tal razão, a capacidade interna é praticamente nula, exigindo a participação de terceirizados em 100% dos casos.
13. A partir de 2010, contratações de TI passaram a ser feitas apoiadas por documentação aderente às recomendações da IN 04 SLTI (tanto para serviços como para bens). Nos documentos de planejamento da contratação, procura-se avaliar os benefícios para o MDS ou para a área usuária sendo endereçada. Entretanto, como a ação é recente, a documentação ainda pode ser aperfeiçoada.
14. A gestão de contratos, em sua maioria, é feita pelo pessoal que recebe a gratificação do SISP (Sistema de Administração de Recursos de Informação e Informática), denominada GSISP, e, neste contexto, existe tentativa de estabelecer processo formal de gestão. Modelagem de processo está em andamento, com ferramenta BPM/BPEL (Business Process Management/ Business Process Execution Language), para estabelecer ambiente de gestão com acompanhamento automatizado.
15. Tendo em vista a quase inexistência de pessoal com formação específica de TI na DTI, a transferência tecnológica é incipiente, por inviável. Existe transferência em relação à operação dos produtos.

LEGENDA

Níveis de avaliação:

- (1) **Totalmente inválida:** Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.
- (2) **Parcialmente inválida:** Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.
- (3) **Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
- (4) **Parcialmente válida:** Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.
- (5) **Totalmente válida:** Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.

11. PARTE A, ITEM 14, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/ 10/2010.

Não há renúncias tributárias sob gestão da UJ

12. PARTE A, ITEM 15, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010.

12.1 Deliberações do TCU atendidas no exercício

Não houve deliberações do TCU.

12.2 Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício

Não houve deliberações do TCU.

12.3 Recomendações da OCI atendidas no exercício

QUADRO A.15.3 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
SECRETARIA EXECUTIVA - SE			-
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	255504	1.1.1.1	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS / Diretoria de Projetos Internacionais - DPI			1945
Descrição da Recomendação:			
<p>Fragilidades nos controles internos da Unidade, no que se refere aos pagamentos relativos a diárias e passagens utilizadas no âmbito do Projeto. Fragilidades nos controles internos da Unidade, no que se refere aos pagamentos relativos a diárias e passagens utilizadas no âmbito do Projeto.</p> <p>No âmbito de análise realizada em planilha utilizada pela Diretoria de Projetos Internacionais – DPI para controle de pagamentos relativos a diárias e passagens utilizadas pelo Projeto e fornecida à equipe de auditoria, foram</p>			

<i>constatadas as ocorrências a seguir registradas:</i>	
<i>b) Ausência de registro da entrega do relatório de viagem no campo próprio, para os seguintes PVs:</i>	
29, 32, 44, 73, 91, 107, 115, 120, 174, 207, 234, 246, 251, 258, 263, 268, 270, 271, 273, 277, 279, 282, 306, 319, 324, 331, 333, 341, 344, 351, 353, 358, 367, 369, 379, 415, 423, 456, 464, 465, 479, 494, 497, 505, 515, 519, 549, 550, 581, 582, 607, 627, 660, 665, 690, 714, 744, 748, 749, 751, 752, 759, 761, 762, 828, 834, 858, 859, 860, 861, 862, 863, 864, 865, 866, 867, 868, 870, 871, 873, 874, 883, 885, 888, 932.	
<i>c) Pendências relativas a devoluções de valores de diárias registradas na planilha nos PVs adiante enumerados:</i>	
73, 154, 184, 198, 199, 245, 253, 303, 309, 323, 330, 334, 345, 346, 359, 361, 365, 369, 379, 383, 392, 403, 404, 410, 418, 430, 440, 441, 445, 447, 449, 451, 474, 480, 483, 484, 485, 486, 500, 504, 518, 520, 527, 558, 588, 651.	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Diretoria de Projetos Internacionais - DPI	-
Síntese da providência adotada:	
<i>b) Quando o campo está em branco, conforme o controle interno da área de passagens da DPI, significa que o relatório não foi entregue, ou seja, não houve prestação de contas. A Diretoria anexou à resposta alguns exemplos das providências adotadas no sentido de regularizar as pendências.</i>	
<i>c) Quanto a este item, a Unidade forneceu alguns exemplos das providências adotadas no sentido de cobrar a solução para as pendências.</i>	
Síntese dos resultados obtidos	
A DPI passou a utilizar o SIAIN – Sistema de Informações de Acordos Internacionais – para controlar os dados relativos à diárias e passagens.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Demanda reprimida de documentos para serem atualizados e falta de pessoal para alimentar o sistema.	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
SECRETARIA EXECUTIVA - SE			-
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	241015	3.1.1.2	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS / Diretoria de Projetos Internacionais - DPI		1945
Descrição da Recomendação:		
Planejamento orçamentário incompatível com a capacidade de execução.		
Providências Adotadas		
Setor responsável pela implementação		Código SIORG
Diretoria de Projetos Internacionais - DPI		-
Síntese da providência adotada:		
As revisões posteriores contemplaram ajustes nos valores dos orçamentos.		
Síntese dos resultados obtidos		
Orçamento compatível com a capacidade de execução.		
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor		
Não se aplica		

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
SECRETARIA EXECUTIVA - SE			-
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	241015	3.1.6.3	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS / Diretoria de Projetos Internacionais - DPI			1945
Descrição da Recomendação:			
Dispositivos inconsistentes na Revisão "J".			
Providências Adotadas			

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Diretoria de Projetos Internacionais - DPI	-
Síntese da providência adotada:	
As revisões posteriores contemplaram ajustes nos valores dos orçamentos.	
Síntese dos resultados obtidos	
Revisão 'M' contemplou os acertos.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não se aplica	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
SECRETARIA EXECUTIVA – SE			-
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4	241015	3.1.6.4	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS / Diretoria de Projetos Internacionais - DPI			1945
Descrição da Recomendação:			
Existência de classificação de gastos inconsistentes.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Diretoria de Projetos Internacionais - DPI			-
Síntese da providência adotada:			
Acompanhamento semanal da classificação dos gastos nos sistema.			

Síntese dos resultados obtidos
<i>Enquadramento correto das despesas.</i>
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
<i>Quando do encerramento do exercício, o sistema do organismo internacional não pode ser alterado. Recomendação futura de caráter continuado.</i>

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
SECRETARIA EXECUTIVA – SE			-
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
5	241014	3.1.14.2	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS / Diretoria de Projetos Internacionais - DPI			1945
Descrição da Recomendação:			
<i>Contratação de consultor para o desenvolvimento de atividades não vinculadas ao PRODOC.</i>			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Diretoria de Projetos Internacionais - DPI			-
Síntese da providência adotada:			
<i>A DPI acatou a recomendação e informa que quando da contratação dos consultores observa ao que está estabelecido nas atividades vinculadas ao PRODOC.</i>			
Síntese dos resultados obtidos			
<i>Contratação de consultores conforme as atividades descritas no documento do projeto.</i>			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Não se aplica

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
SECRETARIA EXECUTIVA – SE			-
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
6	241014	3.1.14.3	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS / Diretoria de Projetos Internacionais - DPI			1945
Descrição da Recomendação:			
Estabelecimento de critérios subjetivos para a contratação relacionada ao Edital 4/2009.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Diretoria de Projetos Internacionais - DPI			-
Síntese da providência adotada:			
A DPI faz constar no Termo de Referência a metodologia aplicada na avaliação curricular como nas entrevistas detalhando os aspectos que serão considerados para eliminar ou classificar o candidato.			
Síntese dos resultados obtidos			
Critérios Objetivos para contratação de consultores.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não se aplica			

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa:	Código SIORG

SECRETARIA EXECUTIVA – SE			-
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
7	241014	3.1.14.4	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS / Diretoria de Projetos Internacionais - DPI			1945
Descrição da Recomendação:			
Não entrega, por consultores contratados no âmbito do projeto, dos produtos constantes do termo de referência vinculado ao contrato.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Diretoria de Projetos Internacionais - DPI			-
Síntese da providência adotada:			
A DPI adota o controle de entrega dos produtos por meio de email's e memorandos para as Secretarias.			
Síntese dos resultados obtidos			
Produtos entregues conforme o cronograma estabelecido no termo de referência vinculado ao contrato.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não se aplica			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
SECRETARIA EXECUTIVA – SE			-
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida

8	241014	3.1.14.5	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS / Diretoria de Projetos Internacionais - DPI			1945
Descrição da Recomendação:			
Ausência de evidenciação da metodologia utilizada na apuração da pontuação para classificação dos candidatos.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Diretoria de Projetos Internacionais - DPI			-
Síntese da providência adotada:			
A DPI já adota metodologia na apuração da pontuação para classificação dos candidatos.			
Síntese dos resultados obtidos			
Metodologia aprimorada para apuração da pontuação para classificação de candidatos.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não se aplica.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
SECRETARIA EXECUTIVA – SE			-
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
9	241014	3.1.15.2	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS / Diretoria de Projetos Internacionais - DPI			1945
Descrição da Recomendação:			
Risco de contratação antieconômica de empresa especializada em educação a distância para execução de projeto de			

<i>capacitação continuada de agentes públicos municipais e estaduais no âmbito do Projeto PNUD BRA/04/046, cujo beneficiário é o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome.</i>	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Diretoria de Projetos Internacionais - DPI	-
Síntese da providência adotada:	
<i>A contratação foi cancelada.</i>	
Síntese dos resultados obtidos	
<i>Não houve o risco de contratação antieconômica.</i>	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
<i>Não se aplica</i>	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
SECRETARIA EXECUTIVA – SE			-
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
10	241014	3.1.15.3	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS / Diretoria de Projetos Internacionais - DPI			1945
Descrição da Recomendação:			
<i>Registros de Despesas classificados de forma equivocada no sistema Atlas por desvirtuamento do controle de atividades na gestão orçamentária.</i>			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Diretoria de Projetos Internacionais - DPI			-

Síntese da providência adotada:
<i>A DPI passou a adotar mecanismos para que falhas dessa natureza não mais aconteçam.</i>
Síntese dos resultados obtidos
<i>Registro adequado de despesas no sistema.</i>
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
<i>As falhas foram reconhecidas, porém não puderam ser corrigidas, pois, quando do encerramento do exercício, na há como abrir o sistema do organismo para qualquer alteração.</i>

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
SECRETARIA EXECUTIVA – SE			-
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
11	241014	3.1.15.4	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS / Diretoria de Projetos Internacionais - DPI			1945
Descrição da Recomendação:			
<i>Alíquota de ISS - Imposto sobre Serviços cobrada em percentual menor do que a prevista na planilha de custos em que se fundamentou o contrato.</i>			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Diretoria de Projetos Internacionais - DPI			-
Síntese da providência adotada:			
<i>A diferença foi descontada no pagamento do último produto.</i>			
Síntese dos resultados obtidos			
<i>Valores corretos.</i>			

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Não se aplica

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
SECRETARIA EXECUTIVA – SE			-
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
12	222063	3.1.14.4	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS / Diretoria de Projetos Internacionais - DPI			1945
Descrição da Recomendação:			
Não atendimento à recomendações referentes à impropriedade em pagamento de diárias.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Diretoria de Projetos Internacionais - DPI			-
Síntese da providência adotada:			
A DPI passou a adotar mecanismos para que falhas dessa natureza não mais aconteçam.			
Síntese dos resultados obtidos			
Melhoria no controle de concessão de diárias.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Dificuldade para encontrar o beneficiário que recebeu a diária.			

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa:	Código SIORG

SECRETARIA EXECUTIVA – SE			
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
13	222063	3.1.8.4	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS / Diretoria de Projetos Internacionais - DPI			1945
Descrição da Recomendação:			
Impropriedades na Gestão Financeira, com o registro a menor no ACTI 298451, no sistema SIAFI, do valor repassado ao PNUD no exercício e, divergência no sistema MAERA do PNUD, do saldo de encerramento de exercício de 2008 e o saldo de abertura de 2009.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Diretoria de Projetos Internacionais - DPI			-
Síntese da providência adotada:			
A DPI adotou a providência para o acerto do registro			
Síntese dos resultados obtidos			
Registro corrigido.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
A DPI não opera o SIAFI e depende da SPO para fazer qualquer acerto dessa natureza.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
SECRETARIA EXECUTIVA			-
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida

14	255504	1.1.1.3	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS / Diretoria de Projetos Internacionais - DPI			1945
Descrição da Recomendação:			
<p>Ausência de evidências que comprovem reembolsos de passagens aéreas adquiridas no âmbito do projeto. A DPI/SE/MDS firmou Termo de Adesão ao contrato nº BRA10LTA001/2009, celebrado entre o PNUD e a Flytour American Express Business Travel, cujo objeto é o fornecimento de passagens aéreas. Considerando a ausência da cópia do instrumento contratual por parte da Direção do Projeto, utilizamos para análise do processo de pagamento as informações contidas no Ofício nº 163/DPI/SE, de 3.3.2010, onde constam as características mínimas dos serviços a serem prestados. Entre elas, destaca-se o preço por transação, no valor unitário de R\$ 58,32, com a aplicação das tarifas acordadas com as Companhias Aéreas por meio de Acordos Corporativos já firmados ou a serem firmados pelo PNUD. Por transação entende-se toda operação de emissão, re-emissão, cancelamento, alteração, reembolso ou outros que gerem trabalho adicional ao já realizado no momento da emissão do bilhete aéreo. Além disso, para cálculo da quantidade de transações a serem cobradas, o ofício em referência cita, como exemplo, a aquisição de uma passagem de ida e volta junto a uma mesma companhia, onde será cobrado o valor de 01 (uma) transação. Por outro lado, caso o trecho de ida e de volta se processe por meio de duas companhias aéreas distintas, será cobrado o valor de 02 (duas) transações. Neste sentido, atendo-se as informações que foram disponibilizadas à equipe de auditoria, procedemos a análise da amostra inicialmente solicitada à DPI/SE, além de outros 03 (três) planos de viagem, escolhidos aleatoriamente e solicitados por meio da SA nº 255504/05 (item 2, b), de 18/11/2010. O objetivo da análise foi verificar a conformidade do quantitativo de transações cobradas pela contratada pelos deslocamentos previstos em cada Plano de Viagem (PV) e promover o confronto entre os valores das passagens informados nas faturas com os discriminados nos Planos de Viagens (PVs), comparando, ainda, com as informações registradas na planilha utilizada pela Unidade para controlar os pagamentos. Dos PVs analisados foram encontradas duas impropriedades no PV nº 847/2010. Neste PV, o trecho de retorno inicialmente adquirido foi de Brasília-DF para Vilhena-RO, no dia 20/8/2010. A pedido, esse trecho de retorno foi alterado para o dia 22/8/2010, contemplando agora somente o trecho de Cuiabá-MT para Vilhena-RO. Essa alteração, resultou em um crédito de R\$ 240,00, conforme email do dia 16/8/2010 constante da documentação disponibilizada. Adicionalmente, foi comprada uma nova passagem para a volta da viagem contemplando o trecho de Brasília-DF para Cuiabá-TO, no valor total de R\$ 644,00. Em resumo, após as alterações, o trecho de volta Brasília-Vilhena ficou assim configurado:</p> <p>a) Brasília – Cuiabá : nova passagem no valor de R\$ 644,00.</p> <p>b) Cuiabá – Vilhena : alteração do retorno do vôo inicialmente previsto (Brasília – Vilhena), que resultou em um reembolso de R\$ 240,00. A partir desses eventos e considerando que na planilha de controle da DPI entregue à equipe de auditoria não constava nenhum indicativo de pendências para o referido PV, verificaram-se as seguintes impropriedades:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Ausência de comprovante de embarque para o trecho de volta, de Cuiabá-MT para Vilhena-RO, tal como consta no bilhete eletrônico da documentação apresentada à equipe de auditoria. 2. Ausência, nos autos, de documentação comprobatória da efetivação do reembolso de R\$ 240,00 na conta do projeto. 			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Diretoria de Projetos Internacionais – DPI			-
Síntese da Providência Adotada:			

<i>Documentação providenciada e reembolso efetivado.</i>
<i>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</i>
<i>Dificuldade em contatar o beneficiário para resgatar a documentação comprobatória, assim como demora da empresa em efetuar o reembolso.</i>

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
SECRETARIA EXECUTIVA			-
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
15	255504	1.1.2.1	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS / Diretoria de Projetos Internacionais - DPI			1945
Descrição da Recomendação:			
<p><i>Ausência de justificativa para a não avaliação de candidato a cargo de consultor. Com relação ao processo seletivo realizado no âmbito do Edital nº 29/2009, para a contratação de cinco consultores na área de suporte às simulações, análises e cálculo de indicadores e cenários que permitam monitorar a execução e gestão de programas, ações e projetos sociais (Processo nº 71000.110219/2009-19), foi constatado o seguinte:</i></p> <p><i>a) Classificação dos candidatos C. B. C. e V. D. L. para a fase de entrevista, sem que constasse de seus currículos, na informação relativa à sua experiência profissional, a implementação de solução utilizando PHP, PostgreSQL, SQL, XML, UML, nos moldes definidos no referido Termo de Referência. Segundo o Termo, seria fundamental a descrição dos projetos em que o candidato esteve envolvido, pois a pontuação estaria relacionada a esse dado mais descritivo da atividade;</i></p> <p><i>b) Existência de currículo anexado aos autos do processo em nome de H. R. S. (fls. 80-81), que não foi considerado para análise pela Comissão Julgadora, não tendo sido apresentada justificativa para tal. O referido currículo, a princípio, colocaria o postulante em condição de se classificar para a fase de entrevistas, posto que satisfaz as condições eliminatórias.</i></p>			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG

Diretoria de Projetos Internacionais – DPI	-
Síntese da providência adotada:	
<p>A comissão julgadora classificou os candidatos C. B. C. e V. D. L. para a fase de entrevista, pois ambos possuem mais de 2 anos de experiência em análise/programação e conhecimento nas tecnologias correlatas. No caso da C., ela possui mais de 3 anos de experiência em programação e mais de 3 anos de experiência em análise de sistemas, participando de implementações de sistemas utilizando UML, XML, SQL, Server (correlato ao Postgresql e sql), C# e Visual Basic (correlato ao PHP) (fls. 150-151). Em relação ao candidato V. D. L., ele possui mais de 20 anos de experiência em programação e análise, incluindo conhecimentos em UML, PHP, SQL, banco de dados (SQL Server, MySQL, DB2, correlatos ao PostgreSQL), XML (pertencente às linguagens PHP, Java, Delphi e ferramentas Microsoft) (fls. 171-173).” Referindo-se ao item “b” desta constatação, a Unidade informou: “(...) a DGI recebeu 20 currículos o que não incluía o currículo do candidato H. R. S., conforme memorando nº 987 DP/SE (fl. 23). A lista dos currículos recebidos está disponível na folha 161 do processo seletivo do Edital 29/2009. O currículo do candidato H. R. possivelmente foi recebido em atraso pela Diretoria de Programas.”</p>	
Síntese dos Resultados Obtidos:	
Justificativa apresentada e acatada pelo OCI	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
SECRETARIA EXECUTIVA			-
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
16	255504	1.1.2.4	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS / Diretoria de Projetos Internacionais - DPI			1945
Descrição da Recomendação:			
<p>Impropriedades na execução de serviços de consultoria. Em relação aos produtos do consultor A. D. C. – Contrato nº 2009/000812 - TOR 132268 - Processo nº 71000.028523/2003-13, a equipe de auditoria constatou as ocorrências a seguir:</p> <p>a) Os produtos entregues 3, 4 e 5, que pelo Termo de Referência deveriam apresentar propostas de melhorias ao</p>			

<i>funcionamento de setores e de processos da então UIP, não atendem a tal comando. As documentações apresentadas como produtos retratam os diversos elementos de procedimentos e processos das áreas, porém, não evidenciam as propostas de melhoria, componente principal dos produtos.</i>	
<i>b) Os produtos 2 e 6 do contrato em referência, cujo prazo de entrega foi firmado para 15/10/2010, não constam junto à documentação entregue referente ao consultor.'</i>	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Diretoria de Projetos Internacionais – DPI	-
Síntese da Providência Adotada:	
<i>Foi acordado com o consultor que as propostas de melhoria seriam apresentadas na produto final.</i>	
Síntese dos Resultados Obtidos:	
<i>Produtos pendentes entregues e observação quanto ao prazo para a entrega dos mesmos nas datas constantes no Termo de Referência.</i>	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
<i>Não se aplica</i>	

12.4 Recomendações da OCI pendentes de atendimento ao final do exercício

QUADRO A.15.4 - SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
SECRETARIA EXECUTIVA			-
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	255504	1.1.1.1	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS / Diretoria de Projetos			1945

Internacionais - DPI	
Descrição da Recomendação:	
<p><i>Fragilidades nos controles internos da Unidade, no que se refere aos pagamentos relativos a diárias e passagens utilizadas no âmbito do Projeto. Fragilidades nos controles internos da Unidade, no que se refere aos pagamentos relativos a diárias e passagens utilizadas no âmbito do Projeto.</i></p> <p><i>No âmbito de análise realizada em planilha utilizada pela Diretoria de Projetos Internacionais – DPI para controle de pagamentos relativos a diárias e passagens utilizadas pelo Projeto e fornecida à equipe de auditoria, foram constatadas as ocorrências a seguir registradas:</i></p> <p><i>a) Ausência de registro do número da fatura e respectivo valor nas linhas referentes aos Planos de Viagem (PVs) listados a seguir:</i></p> <p><i>1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 4041, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 125, 127, 138, 169, 183, 187, 188, 195, 203, 205, 206, 209, 211, 212, 213, 220, 245, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 258, 260, 261, 262, 264, 265, 266, 268, 324, 409, 411, 412, 413, 414, 416, 417, 418, 419, 420, 421, 422, 425, 426, 429, 430, 431, 432, 433, 434, 436, 437, 438, 442, 443, 444, 445, 446, 448, 450, 451, 452, 453, 454, 455, 456, 458, 460, 461, 463, 466, 467, 468, 469, 471, 472, 473, 475, 476, 478, 480, 481, 484, 485, 490, 493, 495, 496, 498, 499, 500, 503, 508, 509, 512, 514, 521, 522, 523, 524, 526, 583, 584, 585, 587, 589, 590, 591, 592, 593, 594, 595, 596, 597, 598, 599, 601, 602, 603, 604, 605, 606, 607, 617, 651, 655, 665, 670, 727, 743, 744, 745, 746, 750, 751, 752, 753, 759, 769, 761, 762, 763, 764, 765, 766, 767, 768, 769, 770, 772, 773, 774, 775, 776, 777, 778, 779, 780, 781, 783, 784, 785, 786, 788, 789, 790, 791, 793, 794, 797, 798, 799, 800, 802, 803, 805, 806, 807, 808, 813, 814, 815, 816, 817, 818, 819, 820, 821, 822, 823, 824, 825, 826, 827, 828, 830, 831, 832, 833, 834, 835, 836, 837, 838, 839, 842, 843, 844, 845, 846, 848, 849, 850, 851, 852, 853, 855, 856, 857, 869, 872, 873, 874, 878, 883, 885.</i></p> <p><i>d) Pendências relativas à devolução de bilhetes de passagem pela empresa Flytour, nas informações referentes aos seguintes PVs: 508, 511, 558, 633, 713, 725, 741, 770, 790, 792, 793, 800, 807, 851, 884, 894.</i></p>	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Diretoria de Projetos Internacionais – DPI	-
Justificativa para o seu não cumprimento:	
<p><i>Item “a”:</i>Conforme declarou a Diretoria, serão adotadas providências para que falhas dessa natureza não mais ocorram.</p> <p><i>Item “d”:</i>A Diretoria informou o seguinte: “Não há a informação na planilha, pois o PNUD nos informa por email conforme o Anexo V.”</p>	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Demanda reprimida de documentos para serem atualizados e falta de pessoal para alimentar o sistema.	

Unidade Jurisdicionada

Denominação completa:			Código SIORG
SECRETARIA EXECUTIVA			-
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	255504	1.1.1.2	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS / Diretoria de Projetos Internacionais - DPI			1945
Descrição da Recomendação:			
<p>Realização de despesa não elegível com recursos do Projeto BRA 04/046. Da análise de planilha de controle de pagamentos relativos a diárias e passagens utilizadas no âmbito do projeto PNUD-04/046 a cargo da DPI/SE/MDS, a equipe de auditoria constatou a existência de registro de pagamento de passagens aéreas para participação em evento denominado “Campeonato Brasileiro de Basquetebol em Cadeiras de Rodas Feminino”, feito por intermédio dos PVs de números 858 a 868.</p> <p>Por meio de nossa Solicitação de Auditoria nº 255504/06, de 18/11/2010, requisitamos à Unidade a demonstração da pertinência de tal despesa se realizar no âmbito do projeto BRA/04/046, com justificativa quanto à sua vinculação na Atividade 3.3.3 – Participar de congressos, seminários e eventos nacionais e internacionais, do Produto 3.3 – Estudos analíticos de políticas e programas sociais.</p>			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Diretoria de Projetos Internacionais – DPI			-
Justificativa para o seu não cumprimento:			
A DPI adotou providências no sentido de solicitar posicionamento da área responsável pela demanda.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
A área responsável pela demanda não se posicionou.			

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa:	Código SIORG

SECRETARIA EXECUTIVA			-																		
Recomendações do OCI																					
Recomendações expedidas pelo OCI																					
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida																		
3	255504	1.1.2.2																			
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG																		
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS / Diretoria de Projetos Internacionais - DPI			1945																		
Descrição da Recomendação:																					
<p>Falhas na atuação de processos de contratação de consultores e de aquisição de bens e serviços. Da análise de diversos processos relativos à contratação de consultores e aquisição de bens e serviços pela Unidade, detectou-se a ocorrência de fragilidades na atuação dos referidos processos, as quais descrevemos a seguir:</p> <p>a) Inexistência dos comprovantes de regularidade perante a Seguridade Social e a Receita Federal referentes às empresas listadas a seguir:</p> <p style="text-align: center;"><i>Quadro 01 - Processos com falha de documentação - Seguridade Social e Receita Federal</i></p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Processo</th> <th>Empresa</th> <th>CNPJ</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>71000.043703/2010-51</td> <td>Abra Informática Ltda.</td> <td>07.495.271/0001-77</td> </tr> <tr> <td>71000.043703/2010-51</td> <td>IMR Tecnologia e Marketing Ltda.</td> <td>09.656.438/0001-05</td> </tr> <tr> <td>71000.027690/2010-72</td> <td>LGE Editora Ltda.</td> <td>03.307.528/0001-04</td> </tr> <tr> <td>71000.033039/2010-31</td> <td>Vitória Distribuidora de Jornais Ltda.</td> <td>01.914.093/0001-22</td> </tr> <tr> <td>71000.063013/2009-84</td> <td>Dell Computadores do Brasil Ltda.</td> <td>72.381.189/0001-10</td> </tr> </tbody> </table> <p>b) Inexistência, nos autos do processo 71000.063013/2009-84 - Dell Computadores do Brasil Ltda., dos seguintes documentos:</p> <p>i) propostas de todas as empresas constantes no relatório de registro de recebimento (fl. 90);</p> <p>ii) comprovação de que foi providenciada a divulgação do Aviso de Licitação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da abertura das propostas, conforme previsto no item 8.3.1 do Manual de Execução Nacional;</p> <p>iii) documento técnico (Termo de Recebimento Definitivo, Nota Técnica, etc.), elaborado à época, que tenha dado suporte ao aceite constante dos documentos comprobatórios do crédito em favor do credor (fls.129-132), nos termos do item 4.5.3 do Manual de Execução Nacional, bem como a descrição dos procedimentos que foram adotados pela Unidade para garantir que o bem entregue pelo fornecedor contemplava todas as especificações constantes no Termo de Referência (fls. 3-7) que norteou a aquisição.</p> <p>c) Ausência dos documentos relativos à contratação do consultor C. P. S., quais sejam: SIGAP, SAP e PHF – Processo 71000.110219/2009-19.</p> <p>d) Falta, no processo nº 71000.078971/2009-50 – Adesão ao contrato da Flytour, dos seguintes documentos:</p> <p>i) ficha cadastral atualizada, com a listagem das pessoas autorizadas a solicitar passagens junto à empresa Flytour em nome do Projeto BRA/04/046, nos moldes daquela encontrada às fls. 386-387.</p>				Processo	Empresa	CNPJ	71000.043703/2010-51	Abra Informática Ltda.	07.495.271/0001-77	71000.043703/2010-51	IMR Tecnologia e Marketing Ltda.	09.656.438/0001-05	71000.027690/2010-72	LGE Editora Ltda.	03.307.528/0001-04	71000.033039/2010-31	Vitória Distribuidora de Jornais Ltda.	01.914.093/0001-22	71000.063013/2009-84	Dell Computadores do Brasil Ltda.	72.381.189/0001-10
Processo	Empresa	CNPJ																			
71000.043703/2010-51	Abra Informática Ltda.	07.495.271/0001-77																			
71000.043703/2010-51	IMR Tecnologia e Marketing Ltda.	09.656.438/0001-05																			
71000.027690/2010-72	LGE Editora Ltda.	03.307.528/0001-04																			
71000.033039/2010-31	Vitória Distribuidora de Jornais Ltda.	01.914.093/0001-22																			
71000.063013/2009-84	Dell Computadores do Brasil Ltda.	72.381.189/0001-10																			

<p>ii) notas fiscais originais relativas aos serviços prestados, visto que nos autos constam apenas faturas.</p> <p>e) Não comprovação de realização de consulta, para efeito de verificação da regularidade fiscal do fornecedor junto à Seguridade Social e à Receita Federal, pela Agência Executora, por ocasião dos pagamentos realizados às empresas Flytour (processo nº 71000.078971/2009-50) e Datafolha Instituto de Pesquisa (processo nº 71000.028577/2009-71).</p> <p>f) Ausência, no processo nº 71000.028577/2009-71, relativo à contratação da empresa Datafolha Instituto de Pesquisa Ltda., dos seguintes documentos:</p> <p>i) comprovação de que foi promovida a divulgação do Aviso de Licitação; destaca-se que, às fls. 50-53 dos autos, consta orçamento para a referida publicação, mas não há evidência desta providência;</p> <p>ii) planilha de orçamento detalhado dos preços para realização dos serviços a serem contratados; ressalta-se que, nos autos, consta apenas a indicação de que o custo estimado é de R\$ 350.000,00.</p>	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Diretoria de Projetos Internacionais – DPI	-
Justificativa para o seu não cumprimento	
As providências foram tomadas para o processo em questão e serão observadas para a formalização de processos futuros.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não se aplica	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
SECRETARIA EXECUTIVA			-
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4	255504	1.1.2.3	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS / Diretoria de Projetos Internacionais - DPI			1945
Descrição da Recomendação:			

Ausência de definição, no Termo de Referência, dos critérios de avaliação dos candidatos, na etapa relativa à entrevista. - Edital 39/2010.

Da análise do processo nº 71000.043936/2010-53, referente ao edital de seleção de consultores nº 39/2010, que resultou na contratação da consultora C. A. P. S., contrato 2010/000596, a equipe de auditoria constatou a ausência de definição prévia, quando da elaboração do Termo de Referência, dos critérios para julgamento dos candidatos na etapa de entrevista do certame.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Diretoria de Projetos Internacionais – DPI	-

Justificativa para o seu não cumprimento:

Os critérios utilizados para a etapa de entrevista dos candidatos foram especificados no Edital de Seleção nº 39/2010, nos seguintes termos: “Será avaliado durante a entrevista o domínio dos conhecimentos especificados no referido Termo de Referência e experiências profissionais semelhantes ao objeto de trabalho da consultoria, A entrevista terá caráter classificatório e eliminatório”.

b) Os critérios utilizados para a pontuação das entrevistas realizadas foram adotados em consonância com os itens especificados no Quadro de Pontuação de avaliação dos currículos, previamente publicado como parte integrante do Edital nº 39/2010. Conforme previa o referido Edital de Seleção, foram analisados os domínios dos conteúdos referentes a publicações ou produções técnicas e acadêmicas nas áreas de interesse.”

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Termo de Referência adequado conforme as recomendações do órgão de controle interno

Unidade Jurisdicionada

Denominação completa:	Código SIORG
SECRETARIA EXECUTIVA	-

Recomendações do OCI

Recomendações expedidas pelo OCI

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
5	255504	1.1.2.5	

Órgão/entidade objeto da recomendação	Código SIORG
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS / Diretoria de Projetos Internacionais - DPI	1945

Descrição da Recomendação:

Impropriedades na classificação e seleção de candidatos a cargo de consultor – Edital nº 26/2010 - Processo nº 71000.043808/2010-18.

Analisando o processo nº 71000.043808/2010-18, referente ao edital de seleção de consultores nº 26/2010, identificamos o que segue:

1 – No que concerne ao item “C – Avaliação dos Currículos Classificados”, constante do documento que contém a síntese do processo seletivo (fls. 99 a 101), constatamos que a atribuição de pontuação aos candidatos foi efetivada considerando os parâmetros estabelecidos no Termo de Referência às fls. 5 a 11, em detrimento do constante às fls. 14 a 20, que continha os ajustes solicitados pela DPI/SE/MDS (fls. 21) e que deveria nortear o processo de contratação, conforme demonstrado a seguir:

Quadro 02 – Comparativo dos critérios de avaliação – Edital 026/2010

<i>Quesito</i>	<i>Pontuação fixada no TR (fls.5-11) e demonstrada no documento Síntese do Processo Seletivo (fls.99 a 101)</i>	<i>Pontuação fixada no TR (fls. 14-20 que continha os ajustes solicitada pela DPI/SE/MDS.</i>
<i>Trabalhos que envolvam desenvolvimento/análise de sistemas</i>	<i>5 pontos para cada projeto (até 25)</i>	<i>5 pontos para cada ano completo partir do segundo ano de trabalho (até quinto ano). O primeiro ano não será pontuado por ser obrigatório para a consultoria (total de 20 pontos)</i>
<i>Experiência em manipulação e análise de dados relativos a políticas públicas sociais</i>	<i>2 pontos para cada ano completo (até 10 anos) - total de 20 pontos</i>	<i>3 pontos para cada ano completo (até 5 anos) –total de 15 pontos</i>

Fonte: Processo nº 71000.043808/2010-18

2 – Ausência, no documento que apresenta a síntese do processo seletivo (fls. 98 a 101), dos motivos que ensejaram a eliminação dos demais candidatos que enviaram currículos e que não foram selecionados para continuarem na disputa das vagas oferecidas.

3 - Eliminação dos candidatos relacionados a seguir, excluídos do processo de seleção quando da realização, por parte da Comissão Julgadora, do item “B – Triagem dos currículos recebidos segundo critérios obrigatórios do edital” (fls. 99-101), sendo que, a princípio, tais candidatos atendiam aos requisitos obrigatórios previstos no edital:

Quadro 03 – Candidatos excluídos, mas que atendiam aos requisitos.

<i>currículo</i>	<i>Candidato</i>	<i>Formação Acadêmica do candidato</i>	<i>Enquadramento na formação acadêmica exigida no edital e ano de conclusão do curso.</i>	<i>Possui experiência mínima de 1 ano em trabalhos que envolvam desenvolvimento/ análise de sistemas</i>	<i>(fls)</i>
<i>CV2</i>	<i>D R B</i>	<i>Bacharel em Ciência da Computação</i>	<i>Sim(08/2008)</i>	<i>8/09 a 5/2010</i>	<i>35-38</i>

CV5	E I da S L	Ciência da Computação	Sim (1998)	1997-2001	44-46
CV7	F S A	Graduação em Sistemas da Informação	Sim (2006)	2007-2010	50-52
CV9	M O C	Bacharel em Análise de Sistemas	Sim (2003)	2003-2006	57-59
CV10	M R S	Tecnologia de Processamento de dados	Sim (2001)	2005-2008	60-62
CV14	R G N	Bacharel em Sistemas de Informação	Sim (2007)	2009-2010	79-82
CV17	W G P	Matemática	Sim (1987)	2000-2010	89-93

Fonte: 71000.043808/2010-18

4 - Contratação da candidata D. S. G. S. - TOR 134046 - Contrato 2010/000478, considerando que a mesma não possuía a experiência profissional mínima de 1 ano em trabalhos que envolvam desenvolvimento/análise de sistemas, requisito obrigatório exigido pelo Edital nº 26/2010, conforme

informações constantes em seu currículo (fls. 40) e no documento síntese do processo seletivo (fls. 98-101).

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação

Código SIORG

Diretoria de Projetos Internacionais – DPI

-

Justificativa para o seu não cumprimento:

Não observância aos critérios de seleção, estabelecidos na versão final do Termo de Referência. Ausência de informações, no documento síntese elaborado pela comissão julgadora, de atos praticados durante o processo de seleção, em especial a comunicação prévia, por telefone, com os candidatos e o registro inadequado do motivo da triagem dos candidatos, referido no item B do citado documento.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Não e aplica

Unidade Jurisdicionada

Denominação completa:

Código SIORG

SECRETARIA EXECUTIVA

-

Recomendações do OCI

Recomendações expedidas pelo OCI

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
--------------	--	-------------------	-----------------------------

6	255504	1.1.2.6	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS / Diretoria de Projetos Internacionais - DPI			1945
Descrição da Recomendação:			
<p>Falhas nos controles internos da Unidade destinados a garantir que os dados dos consultores do Projeto, a época das respectivas contratações, fossem comunicados à ABC/MRE, em cumprimento do disposto no inciso VI do art. 16 da Portaria MRE nº 717/2006. Analisando os processos dos consultores integrantes da amostra, verificamos a ausência de comprovação, nos autos, de que foi promovida, à época, a comunicação à ABC/MRE dos dados dos consultores contratados, em observância ao disposto no inciso VI do art. 16 da Portaria MRE nº 717/2006.</p> <p>Desta forma, realizamos pesquisa junto ao SIGAP - Sistema de Informações Gerenciais de Acompanhamento de Projetos, gerido pela ABC/MRE, no intuito de verificar se as informações dos consultores contratados pelo Projeto estavam devidamente registradas na base de dados do Sistema.</p> <p>Como resultado, observamos que dentre os 8 (oito) consultores pesquisados apenas 1 (um) constava na base de dados (contrato nº 2009/000812-03). Em função das situações observadas, por meio da SA nº 255504/02, de 11/11/2010, solicitamos à Unidade evidenciar que foi efetivada a comunicação à ABC/MRE. Em resposta, apresentada por meio do Ofício nº 1449 DPI/SE, de 18.11.2010, a Unidade apresentou telas individuais do SIGAP, relativas a cada um dos consultores, sendo que o campo “última atualização” consta preenchido com a data de 12/11/2010 ou 16/11/2010, posterior, portanto, à data de emissão da citada SA. Tendo em vista a documentação apresentada pelo gestor, que apresentou discrepância com as pesquisas efetivadas pela equipe de auditoria, ampliamos a amostra, selecionando outros 7 (sete) consultores, contratados no fim de 2009 e no exercício de 2010, e procedemos nova pesquisa ao SIGAP. Os resultados estão demonstrados no quadro a seguir:</p>			
Quadro 04 – Resultados da Pesquisa da amostra complementar			
Nome	Contrato	CPF	Resultado da Consulta no SIGAP
ARC	2010/000453-00	032470757-63	Consultor não localizado.
CSP	2010/000812-00	223830261-15	Não consta registro deste contrato. Consta apenas os dados de outro instrumento contratual – BRA/01/024 2009/001276.
DO	2010/000542-00	705330830-87	Não consta registro deste contrato. Consta apenas os dados de outro instrumento contratual – UNESC 914BRA3026 – 2538/2009.
HFL	2009/001295-00	002543677-55	Consultor não localizado.
JSL	2010/000154-00	721342671-00	Consultor não localizado.
RCSPA	2009/000199-01	606319531-91	Consultor registrado na base de dados
VPS	2010/000163-00	040356078-00	Não consta registro deste contrato. Consta apenas registro de outros instrumentos, celebrados junto UNESCO e ao PNUD, este último relativo ao BRA-04/046 - 2008/000224-00
Fonte: SIGAP – pesquisa realizada em 25.11.2010.			

<i>Conforme se observa, dos 7 (sete) outros consultores pesquisados, apenas 1 (um) teve seu contrato registrado no SIGAP, sendo que os demais não foram localizados na base de dados ou não tiveram os atuais contratos cadastrados no sistema. Os fatos relatados indicam fragilidades nos controles internos da Unidade, tendo em vista que o repasse das informações à ABC/MRE é fundamental para que as Agências Executoras de Projetos internacionais possam observar o cumprimento, pelos consultores, dos interstícios mínimos previstos no §5º do art. 21 da Portaria MRE nº 717/2006.</i>	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Diretoria de Projetos Internacionais – DPI	-
Justificativa para o seu não cumprimento:	
<i>A Unidade não estabeleceu controles internos confiáveis, no sentido de garantir uma sistemática permanente de atuação, de forma que tão logo os consultores fossem contratados, ocorresse o repasse das informações à ABC/MRE.</i>	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
<i>Não se aplica.</i>	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
SECRETARIA EXECUTIVA			-
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
7	255504	1.1.2.7	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS / Diretoria de Projetos Internacionais - DPI			1945
Descrição da Recomendação:			
<i>Inobservância de requisitos necessários à correta formalização processual e de disposições estabelecidas na legislação nacional. De uma amostra não probabilística, a equipe de auditoria analisou o Processo nº 71000.109189/2009-90, relativo à contratação de 1 (um) consultor nacional com capacidade técnica para elaboração de textos didáticos de acordo com requisitos de qualificação profissional estabelecidos no Termo de Referência nº 133473. Numa primeira publicação do edital, somente a candidata C. M. S. C. atendeu aos requisitos</i>			

mínimos; no entanto, foi desclassificada na entrevista, por declarar que cumpria contrato de consultoria por produto em outro projeto de cooperação técnica internacional. Foi então realizada uma segunda publicação do edital, nas mesmas condições da primeira, tendo como vencedora a candidata B. D. G.. Da análise do processo, verificamos as seguintes impropriedades:

1. Ausência de duas assinaturas da comissão julgadora na nota técnica sobre o resultado da seleção (folha 56).
2. Além da consultora contratada, B. D. G., a elaboração dos textos foi atribuída a uma segunda autora, C. M. S. C., que fora desclassificada na primeira publicação do edital por estar, à época, cumprindo contrato de consultoria por produto em outro projeto de cooperação técnica internacional.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Diretoria de Projetos Internacionais – DPI	
Justificativa para o seu não cumprimento:	
Inobservância dos requisitos necessários à correta formalização processual e Inobservância ao disposto no Art. 3º da Lei nº 8666/93.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não se aplica	

Unidade Jurisdicionada

Denominação completa:	Código SIORG		
SECRETARIA EXECUTIVA			
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
8	255504	1.1.3.3	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS / Diretoria de Projetos Internacionais - DPI			1945
Descrição da Recomendação:			
Falhas, impropriedades e irregularidades verificadas na execução do contrato de prestação de serviços BRA10-8746/2009 - Processo n.º 71000.083492010-46 – Contratada: Sun & Tour Viagens e Eventos.			
No que concerne ao contrato de prestação de serviços BRA10-8746/2009 - Processo n.º 27 de 32 71000.083492010-			

46, celebrado com a Sun & Tour Viagens e Eventos, tendo em vista a ausência em poder da DPI da documentação comprobatória do evento, solicitamos por meio da Solicitação de Auditoria n.º 255504/04, de 17.11.2010, a seguinte documentação:

- a) cópia dos Termos de Recebimentos (Provisório e Definitivo);
- b) documentação da efetiva prestação dos serviços, em contrapartida aos pagamentos das Notas Fiscais n.º 928 e 948, respectivamente, às fls. 405 e 485, por força das disposições da letra (i) "Serviços" das disposições gerais, item 1.1 das definições, fls. 357;
- c) lista de presença dos participantes do evento; e
- d) relação dos participantes do Seminário que utilizaram os serviços de hotelaria, cujo pagamento ocorreu por conta do Contrato em referência.

Em resposta aos questionamentos, a DPI encaminhou o Ofício n.º 1486/DPI/SE, de 23.11.2010, capeando o Memorando n.º 65/2010/DFD/SAGI/MDS, de 19.10.2010, contendo os seguintes documentos: a) cópia da prestação de contas da Sun & Tour Eventos Ltda.; b) cópia das notas fiscais atestadas; c) cópia da lista de credenciamento com assinatura dos participantes do Seminário; e

e) cópia do relatório emitido pelos hotéis Tryp Convention Brasil 21 e Meliá Brasil 21. Considerando que a documentação encaminhada suscitou dúvidas quanto ao efetivo acompanhamento do contrato, por parte do MDS, bem como sobre a participação dos inscritos no evento, solicitamos os seguintes informes e documentação adicional, por meio da Solicitação de Auditoria n.º 255504/07, de 25.11.2010:

- f) cópia da programação do evento;
- g) informar se as listagens de credenciamento encaminhadas constitui-se no único documento que comprova a participação de inscritos no Seminário Internacional;
- h) considerando que as listagens de credenciamento indicam nos campos DIA 1, 2 e 3, as codificações 1.1, 1.2, 1.1, 2.1, 2.2, 2.3, 3.1, 3.2, 3.3, ausente, (null), esclarecer qual o significado dessas codificações;
- i) apresentar cópia do ato de designação do fiscal do contrato;
- j) informar se o fiscal do contrato produziu algum documento. Em caso afirmativo, anexar cópia. Por meio do Ofício n.º 1.511/DPI/SE, de 29.11.2010, a DPI comunicou que encaminhou memorando à SAGI/MDS requerendo a documentação. As respostas encaminhadas pela SAGI/MDS não foram incorporadas ao Relatório Preliminar, haja vista que quando do recebimento, os trabalhos relacionados a esta fase já haviam sido concluídos.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Diretoria de Projetos Internacionais – DPI	
Justificativa para o seu não cumprimento:	
Controles deficientes no acompanhamento da execução do contrato.	

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Não se aplica

Unidade Jurisdicionada									
Denominação completa:			Código SIORG						
SECRETARIA EXECUTIVA									
Recomendações do OCI									
Recomendações expedidas pelo OCI									
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida						
9	255504	1.1.3.4							
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG						
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS / Diretoria de Projetos Internacionais - DPI			1945						
Descrição da Recomendação:									
<p>Pagamento de hospedagem a participantes do Seminário Internacional Sistemas de Proteção Sociais: Desafios no contexto latinoamericano, sem evidências de que as pessoas participaram do evento. O MDS realizou o Seminário Internacional Sistemas de Proteção Sociais: Desafios no contexto</p> <p>latinoamericano, cuja abertura ocorreu na noite do dia 8.12.2009 e o encerramento no dia 11.12.2009, conforme programação do evento. Tendo em vista solicitação da equipe, a DPI encaminhou o Ofício n.º 1486/DPI/SE, de 23.11.2010, capeando o Memorando n.º 265/2010 /DFD/SAGI/MDS, de 19.10.2010, contendo a listagem dos participantes do evento, inclusive daqueles que se utilizaram dos serviços de hospedagens pagos por conta do contrato de prestação de serviços BRA10-8746/2009, cujos serviços de hotelaria alcançaram o montante de R\$ 90.000,00 – objeto do Processo n.º 71000.083492010-46, celebrado com a Sun & Tour Viagens e Eventos, no valor total de R\$ 420.729,00. Por meio do Ofício n.º 1.577/DPI/SE, de 08.11.2010, a DPI encaminhou o MEMO N.º 300/2010/DFP/SAGI-MDS, de 02.12.2010, ratificando a informação de que a listagem de redenciamento encaminhada à equipe constituía-se no único documento que comprova a participação de inscritos no evento.</p> <p>Em função dos cruzamentos efetuados, verificamos que as pessoas abaixo relacionadas, que utilizaram os serviços de hotelaria, por conta do contrato em referência, não tiveram seus nomes localizados nas relações de credenciados do referido Seminário:</p> <p>Hotel: MÉLIA BRASIL 21</p> <table> <thead> <tr> <th>Hóspedes</th> <th>Pernoites</th> <th>Apto</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>				Hóspedes	Pernoites	Apto			
Hóspedes	Pernoites	Apto							

A. V. C.	4	612
A. B. F. A.	4	1108
A. M. B.	3	2020
A. O. S.	3	2019
B. P. B.	4	1801
C. M. P.	2	1214
C. R. T. C.	5	2010
E. F. de A.	8	712
E. B. R.	4	2013
F. da C.	2	1214
R. H. da S.	5	1117
R. B.	2	1214
R. D. da S.	2	2011
<i>Subtotal 48</i>		
<i>Hotel: TRYP CONVENTION BRASIL 21</i>		
D. O.	7	301
C. I. N. V	5	420
<i>Subtotal 12</i>		
<i>Total 60</i>		
<p><i>Obs.: a) A Relação de Credenciamentos, em ordem alfabética, apresentada à equipe, não indica usuários com as iniciais “b” e “c” e algumas cópias estão ilegíveis; b) na documentação comprobatória das despesas, a cópia que relaciona os hóspedes do Trip Convention Brasil 21 apresenta as folhas 1 (um) e 3 (três) não sendo encaminhada a folha 2 (dois).</i></p>		
<p><i>Fonte: a) Ofício n.º 1.577/DPI/SE, de 08.11.2010; b) MEMO N.º 300/2010/DFP/SAGI-MDS, de 02.12.2010. Outro aspecto suscitado é o de que além da Sra. D. O. (apto. 301), a relação de usuários da Trip Convention Brasil 21, indica a utilização de sete pernoites para os hóspedes Y. G. (apto. 903), G. W. (apto. 913), B. E. M. (apto. 1204), quantitativo este, em princípio, incompatível com o período de realização do evento. Em contraponto a essa situação, de pagamentos superiores a 5 (cinco) pernoites, o Memorando n.º 265/2010/DFD/SAGI/MDS, de 19.11.2010, aponta que 2 (dois) hóspedes que utilizaram o serviço de hotelaria por mais de cinco pernoites, no Mélia Brasil 21, pagaram a diferença a suas expensas, no entanto, a relação de hóspedes deste mesmo Hotel indica a utilização de 8 (oito) pernoites pelo Sr. E. F de A. (apto 705), sem que tenha havido qualquer observação sobre o fato.</i></p>		

Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Diretoria de Projetos Internacionais – DPI	-
Justificativa para o seu não cumprimento:	
Em função da documentação apresentada, infere-se que os procedimentos de controles relativos ao acompanhamento da execução do contrato mostraram-se deficientes.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não se aplica	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
SECRETARIA EXECUTIVA			-
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
10	241015	3.1.11.1	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS / Diretoria de Projetos Internacionais - DPI			1945
Descrição da Recomendação:			
Impropriedades/inconsistências na concessão de diárias.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Diretoria de Projetos Internacionais – DPI			-
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Não observância das formalidades exigidas para a concessão de diárias.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Falha nos controles internos da Unidade

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
SECRETARIA EXECUTIVA			-
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
11	241015	3.1.11.2	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS / Diretoria de Projetos Internacionais - DPI			1945
Descrição da Recomendação:			
Impropriedades/inconsistências na concessão de diárias, relativas às contas do exercício de 2006.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Diretoria de Projetos Internacionais – DPI			-
Justificativa para o seu não cumprimento:			
A DPI não acompanhou a adoção de providências requeridas no Relatório de Auditoria de 2008.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Falta de acompanhamento das providências relativas às constatações de auditoria levantadas ao longo do exercício.			

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa:	Código SIORG
SECRETARIA EXECUTIVA	-
Recomendações do OCI	
Recomendações expedidas pelo OCI	

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
12	241015	3.1.11.3	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS / Diretoria de Projetos Internacionais - DPI			1945
Descrição da Recomendação:			
Falha na concessão de diárias pagas pelo projeto			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Diretoria de Projetos Internacionais – DPI			-
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Intempestividade na cobrança dos comprovantes de viagem.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não se aplica			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
SECRETARIA EXECUTIVA			-
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
13	241014	3.1.15.5	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS / Diretoria de Projetos Internacionais - DPI			1945
Descrição da Recomendação:			
Descumprimento das condições de pagamento estabelecidas nos termos de referência relacionados à contratação			

<i>das empresas TT Eventos - CNPJ 10.172.130/0001-65 e Boeing Eventos - CNPJ 07.506.241/001-56.</i>			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Diretoria de Projetos Internacionais – DPI			-
Justificativa para o seu não cumprimento:			
<i>Deficiência nos controles relacionados à liquidação /atesto de notas fiscais/ despesas, além, da inobservância ou ausência de acompanhamento do disposto nos respectivos termos de referência.</i>			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
<i>Apesar das comandas não terem sido apresentadas, o serviço previsto no termo de referência foi prestado pela contratada e atestado na nota fiscal.</i>			
Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
SECRETARIA EXECUTIVA			-
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
14	241014	3.1.15.6	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS / Diretoria de Projetos Internacionais - DPI			1945
Descrição da Recomendação:			
<i>Falta de discriminação abrangente e completa de todos os custos referentes à prestação de serviços quando da fixação do modelo das propostas de preço em editais de licitação.</i>			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Diretoria de Projetos Internacionais – DPI			-
Justificativa para o seu não cumprimento:			

Inobservância do disposto no Manual de Convergência de Normas Licitatórias do PNUD, ausência de controle que estabeleça a adoção de padrão mínimo para definição do que deve constar nos editais e termos de referência, em especial no que se refere às planilhas de custos de empresas licitantes.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Apesar da constatação a DPI atentou-se para as recomendações de modo a não repetir as falhas para contratações futuras.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
SECRETARIA EXECUTIVA			
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
15	222063	1.2.10	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS / Diretoria de Projetos Internacionais - DPI			1945
Descrição da Recomendação:			
<i>Impropriedades referentes ao acompanhamento da execução do contrato de prestação de serviços nº 05/47-1870 – Sphaera Turismo e Representação LTDA.</i>			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Diretoria de Projetos Internacionais – DPI			
Justificativa para o seu não cumprimento:			
<i>Falha nos controles internos da DPI.</i>			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
<i>Dificuldade do resgate de informações por tratar-se de um processo antigo, porém a DPI atentou-se para as recomendações de modo a não repetir as falhas para contratações futuras.</i>			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria Executiva do MDS – Subsecretaria de Assuntos Administrativos (SAA)			-
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
902183	Relatório de Auditoria de Gestão TCA Exercício 2008	Constatação 507	Nota Técnica CGU 2506
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS / SAA			1945
Descrição da Recomendação:			
<p>Adicionar aos autos dos Processos nºs 71000.009194/2007-31 e 71000.573305/2008-40, cópias dos relatórios técnicos e outros levantamentos relacionados ao diagnóstico da infraestrutura, análise da viabilidade técnica e financeira da aquisição dos microcomputadores, levantamento das máquinas obsoletas, bem como cópias de documentos correlatos do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação - PETIC elaborado pela Fundação CPqD por intermédio do Contrato nº 03/2006.</p> <p>Apensar, aos autos, documento elaborado pela Coordenação-Geral de Recursos Humanos que corrobore a informação apresentada pela DTI sobre o quantitativo de funcionários no MDS.</p>			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Coordenação-Geral de Licitações e Contratos e Diretoria de Tecnologia da Informação do MDS			-
Síntese da providência adotada:			
<p>A DTI e CGLC/SAA estão atentas para que os próximos procedimentos sejam realizados à luz dos apontamentos e considerações emanadas pelo Controle Inter, em atenção e respeito ao trabalho dessa Auditoria CGU, uma vez que se destinam a aperfeiçoar os atos de gestão praticados por este MDS.</p> <p>A CCLIC atentarà também para que a utilização do Sistema de Registro de Preço ó SRP, atas de registro de preço, atenda à necessidade das compras, à vista da realização prévia de levantamento indicativo, visando à melhoria da relação custo x benefício, em atenção aos princípios da Eficiência, Eficácia e Economicidade dos gastos públicos, na forma preconizada no</p>			

Acórdão TCU nº 304/2006 ó Plenário.

Por outro, a CCLIC já está aprimorando suas atividades para aumentar seus cuidados na adesão de atas de registros de preços, de maneira a evitar riscos à contratação, em cumprimento ao Acórdão TCU nº 1487/2007 ó Plenário.

Síntese dos resultados obtidos

As medidas adotadas possibilitarão melhor instrução de processos de contratação e fornecimento de bens e serviços, bem como o aperfeiçoamento das rotinas e fluxos de trabalho para maximização dos recursos alocados ao Ministério do desenvolvimento Social e Combate à Fome.

A medida foi adotada pela Diretoria de Tecnologia da Informação, conforme informação que prestada no Memorando DTI nº 347/2010, de 19 de novembro de 2010.

Em resposta à solicitação da Diretoria de Tecnologia da Informação, a CGRH elaborou nota técnica explicitando o incremento de profissionais ocorrido entre outubro/2007 e dezembro/2008, além da expectativa de outros aumentos de Pessoal: anistiados, aumento de cargos comissionados pela reestruturação do MDS, que ampliou em 164 os cargos de DAS deste órgão etc. Esses dados subsidiaram a adoção da estratégia de compra para evitar a falta de equipamentos dos profissionais ingressos no MDS. Os dados constam em documento da Diretoria de Tecnologia da Informação.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Além do contexto da ocasião, em que a maior parte do pessoal do MDS ainda utilizava máquinas oriundas das secretarias e órgãos de origem, com as garantias expiradas e em número insuficiente ao atendimento da necessidade e da garantia de eficiência, efetividade e segurança à execução dos programas sociais do MDS, indicava-se a necessidade de substituição dos equipamentos, o aumento do quadro de servidores e colaboradores do MDS e a complexidade de execução e gerenciamento dos programas do MDS, visto que as máquinas existentes já não suportavam novos sistemas operacionais, aplicativos de automação de escritório e aplicativos operacionais importantes ao cumprimento da missão organizacional do MDS.

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa:	Código SIORG
Secretaria Executiva do MDS – Subsecretaria de Assuntos Administrativos (SAA)	-
Recomendações do OCI	

Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
902183	Relatório de Auditoria de Gestão TCA Exercício 2009	Constatação 508	Nota Técnica CGU 2506
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS / SAA			1945
Descrição da Recomendação:			
<p>-Reveja a Estratégia relacionada com a estruturação da área de TI do órgão, mantendo gestões junto ao Ministério do Planejamento, solicitando vagas para o cargo de Analista de Tecnologia da Informação, com preenchimento por meio de concurso público, com vistas a substituir os terceirizados ocupantes dos postos de Assessor Técnico e de Executor de Projetos.</p> <p>-No que tange ao Contrato nº 02/2009, celebrado com a empresa Módulo Security Solutions S/A, solicite da referida empresa a apresentação de planilhas de custo e formação de preço escoimadas dos vícios relatados, em conformidade com o Anexo III-C da IN/SLTI/MP nº 02/2008 e elabore termo aditivo no sentido de alterar os valores mensais e globais do contrato em tela, no sentido de respaldar a cobrança dos valores corretos, promovendo ainda a glosa dos valores pagos a mais nas próximas faturas da empresa.</p>			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Coordenação-Geral de Licitações e Contratos e Diretoria de Tecnologia da Informação do MDS			-
Síntese da providência adotada:			
<p>Na Nota Técnica CGI nº 24/2009, a Coordenação-Geral de Informática informou que (item 1), em 2008, foi efetuado concurso público para a contratação temporária de servidores, quando foram alocados à CGI três novos servidores.</p> <p>Ainda em 2008, iniciou-se gestão no sentido de trazer ao MDS servidores anistiados com proficiência em tecnologia, o que somente se concretizou em 2009, com a vinda de 04 anistiados. Esses servidores, juntamente com os demais profissionais que ocupam cargos em comissão na CGI, após a adaptação e o treinamento, foram alocados às funções de gestão de contratos, visando a garantir melhorias na gestão e acompanhamento dos contratos vigentes, necessária devido à contratação de empresas para a prestação de serviços de TIC no MDS.</p> <p>Com relação às divergências e inconsistências (item 3, informamos que, para regularizar as falhas e divergências entre as Planilhas de Custo e Formação de Preços das empresas contratadas,</p>			

a CGLC/SAA enviou o Ofício nº156/2009, solicitando que a empresa Módulo Security Solutions S/A, reelabore a sua Planilha de Custos e Formação de Preços, corrigidas dos vícios relatados e informando, ainda, que os valores pagos a maior serão glosados dos pagamentos a realizar à contratada.

Síntese dos resultados obtidos

As medidas adotadas possibilitarão melhor instrução dos processos de contratação e fornecimento de bens e serviços, bem como o aperfeiçoamento das rotinas e fluxos de trabalho para maximização dos recursos alocados ao Ministério do desenvolvimento Social e Combate à Fome.

A matéria solicitando que a empresa Módulo Security Solutions S/A, reelabore a sua Planilha de Custos e Formação de Preços, corrigidas dos vícios relatados e informando, ainda, que os valores pagos a maior serão glosados dos pagamentos foi reexaminada pela CCLIC/CGLA. Os resultados dessa reanálise poderão ser avaliados nos próximos trabalhos de avaliação desta Subsecretaria.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Ademais, em razão de a SLTI prever a possibilidade de concurso público para o preenchimento de vagas para a carreira de TI, o MDS tem feito repetidas gestões junto aos dirigentes daquele órgão para a alocação de profissionais neste órgão, em consonância à recomendação formulada pela CGU.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria Executiva do MDS – Subsecretaria de Assuntos Administrativos (SAA)			-
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
243942	Relatório de Auditoria de Gestão TCA Exercício 2009	Constatação 004	Nota Técnica CGU 2507
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS / SAA			1945
Descrição da Recomendação:			
Adotar as providências consubstanciadas no Acórdão nº 4.827 - Segunda Câmara, em especial ao item 9.6.5.2, efetuando o cumprimento das decisões proferidas nos processos de			

sindicância instaurados pela Secretaria Executiva do MDS sob os números 71000.000699/2004-79, 71000.012609/2005-92, 71000.001169/2004-67 e 71000.008248/2004-07.	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Secretaria Executiva do MDS	-
Síntese da providência adotada:	
A Unidade não apresentou nova resposta no Plano de Providência.	
Síntese dos resultados obtidos	
A Unidade não apresentou nova resposta no Plano de Providência.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
<p>À vista dos apontamentos desse Controle Interno, esta Subsecretaria estará atenta para o cumprimento das recomendações que nos foram formuladas.</p>	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria Executiva do MDS – Subsecretaria de Assuntos Administrativos (SAA)			-
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
243938	Relatório de Auditoria de Gestão TCA Exercício 2009	Constatação 010	Nota Técnica CGU 2507
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS / SAA			1945
Descrição da Recomendação:			
<p>a) tentar para a fiscalização da execução do contrato, em cumprimento aos ditames do art. 67 da Lei nº 8.666/93, e b) Cumprir o que determina o inc. II, art. 78 c/c os arts. 86 e 87, da Lei</p>			

8.666/93, no que tange às sanções por inexecução de contrato.	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Coordenação-Geral de Logística e Administração/SAA, à vista da manifestação da SENARC	-
Síntese da providência adotada:	
<p>No que se refere ao Contrato nº 48/2009 - Pregão nº 40/2009 (Processo nº 71000. 0704435/ /2009-14), para produzir 64.000 mochilas promocionais para os materiais instrucionais (CadÚnico), a SAA solicitou e recebeu a manifestação da Secretaria Nacional de Renda e Cidadania (Senarc) sobre a execução do contrato.</p> <p>À vista das informações daquela secretaria-fim, responsável pela gestão e acompanhamento da execução contratual, SAA iniciou procedimento para penalizar a contratada por descumprimento de obrigações contratuais.</p>	
Síntese dos resultados obtidos	
A SAA oficiou a empresa sobre o cumprimento de todos os termos contratuais, bem como iniciou procedimento visando à aplicação de penalidade, na forma contratualmente estabelecida.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Manteve a constatação até que seja comprovada a aplicação de sanções à empresa contratada. À vista dos apontamentos desse Controle Interno, esta Subsecretaria estará atenta para o cumprimento das recomendações que nos foram formuladas.	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria Executiva do MDS – Subsecretaria de Assuntos Administrativos (SAA)			-
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
243938	Relatório de Auditoria de Gestão TCA Exercício 2009	Constatação 023	Nota Técnica CGU 2507

Órgão/entidade objeto da recomendação	Código SIORG
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS / SAA	1945
Descrição da Recomendação:	
<p>Com fulcro no inc. VI do art. 78 da Lei nº 8.666/93 e na jurisprudência do TCU, que fundamentaram a recomendação exarada pela CJ/MDS constante do Parecer CJ/MDS nº 0489/2009, de 17.6.2009, recomendamos à Unidade que:</p> <p>a) promova diligência à CTBC MULTIMÍDIA DATA NET S/A (CNPJ nº 04.622.116/0001-13), ou à empresa ALGAR TECNOLOGIA E CONSULTORIA S/A (CNPJ nº 21.246.699/0001-44); b) após a diligência, se for constatado o não cumprimento dos quantitativos e condições técnicas dos serviços dispostos no Contrato nº 39/2007; c) adote providências para a realização de uma nova licitação com vistas à manutenção dos serviços de hospedagem de serviços em regime de "CO Location" e d) abstenha-se de prorrogar o Contrato nº 39/2007, em virtude de manifestação contrária exarada pela assessoria jurídica do MDS, por meio do Parecer CJ/MDS nº 0489/2009.</p>	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Coordenação-Geral de Logística e Administração/SAA.	-
Síntese da providência adotada:	
<p>Item (a): a diligência efetuada pelo gestor do contrato foi realizada por meio do Ofício nº 04/2010 - CGS/DTI/SPOA/MDS, de 12 de julho de 2010 (folha 890 a 895 do processo (...)). Em resposta à diligência, a empresa CTBC declara, em carta enviada ... às folhas 896 e 897 do processo, que os serviços de Data Center, objeto do contrato Administrativo nº 39/2007, são executados pela empresa CTBC, não tendo havido nenhuma alteração no escopo fornecido no início da prestação do contrato. Além da resposta, de 16 de julho de 2010, enviou farta documentação, respondendo satisfatoriamente a todos os quesitos. Além disto, da documentação depreende-se que manteve o quantitativo de serviço contratado e todas as condições técnicas e contratuais dispostas no Termo de Referência do Contrato nº 39/2007.</p> <p>Paralelamente, e de forma independente, por meio do Ofício nº 044/2010/SAA/SE/MDS, de 02/7/2010, fl. 996), a SAA diligenciou a empresa CTBC, solicitando manifestação conclusiva sobre qual empresa executa os serviços contratados. A empresa CTBC declarou, em carta endereçada à SAA (fls. 994 a 995), que os serviços de Data Center, Objeto do Contrato Administrativo 39/2007 continuavam a ser executados pela empresa CTBC Multimídia Data Net, não tendo havido a sua transmissão para a Algar Tecnologia e Consultoria S/A, anexando documentação comprobatória</p>	

Item (b): empresa CTBC Multimídia Data Net S/A comprovou que continuava a executar o contrato, em nada tendo modificado seu andamento e condições, entendeu-se que não há sanções a aplicar.

c) analisando o Processo nº 71000.003233/2007-97, tem-se que a recomendação da Consultoria Jurídica consta do Parecer CJ/MDS nº 0489/2009, de 17/06/2009, às folhas 785 a 790, cuja conclusão, à folha 790, estabelece o seguinte: "Ante o exposto, opina-se pela impossibilidade de efetivação da alteração contratual correspondente, devendo a contratada original continuar a executar os serviços para os quais foi contratada. Tal recomendação pareceu-nos estabelecer, principalmente, que a contratada original devesse continuar a executar os serviços para os quais foi contratada. d) nos termos dos argumentos apresentados anteriormente, o contrato em questão poderia ser prorrogado, na hipótese de que seus serviços continuassem sendo necessários e restasse demonstrado que as condições contratuais ainda representariam vantajosidade para este MDS.

Síntese dos resultados obtidos

Documentos produzidos pelas análises e vistorias pela Diretoria de Tecnologia da Informação demonstraram continuidade da prestação dos serviços pela mesma empresa que foi originalmente contratada: CTBC MULTIMÍDIA DATA NET S/A, conforme instrução atual do processo.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

É recomendável que o Contrato nº 39/2007, por ocasião da proximidade de seu término, seja prorrogado por mais 12 meses e, considerando que julgamos haver demonstrado que não existe impedimento legal para fazê-lo, exceto pelo item (c) da recomendação da CGU, rogamos que tal recomendação seja reavaliada à luz das novas informações e dos novos documentos acostados ao processo.

À vista dos apontamentos desse Controle Interno, esta Subsecretaria estará atenta para o cumprimento das recomendações que nos foram formuladas.

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa:	Código SIORG
Secretaria Executiva do MDS – Subsecretaria de Assuntos Administrativos (SAA)	-

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
243938	Relatório de Auditoria de Gestão TCA Exercício 2009	Constatação 021	Nota Técnica CGU 2507
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS / SAA			1945
Descrição da Recomendação:			
<p>Documentos que serviram de subsídio para solicitação de compra de 70 (setenta) notebooks, e na elaboração do Memorando nº CGI/SPOA/MDS, tais como: relação de máquinas obsoletas, acompanhado de número de patrimônio, localização atual e configuração; ata de reunião do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação (CGTI/MDS) contendo tratativas e discussões sobre o assunto, em conjunto com representantes das áreas finalísticas; documentos técnicos e outros levantamentos realizados pela área técnica responsável (na ocasião, a CGI/SPOA); documento que comprove que a aquisição alinha-se com os objetivos estratégicos de Tecnologia da Informação do MDS e com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (art. 3º da IN SLTI/MPOG nº 04/2008).</p>			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Coordenação-Geral de Logística e Administração/SAA.			-
Síntese da providência adotada:			
<p>À vista dos apontamentos de auditoria, a Diretoria de Tecnologia da Informação da Secretaria Executiva (DTI/SE/MDS) já providenciou o apensamento de Nota Técnica 014/2010 ao Processo nº 71000.015586/2009-00, com explicações relacionadas à aquisição dos 70 notebooks, acompanhada da relação de máquinas obsoletas, com número do patrimônio MDS, a localização atual e a configuração. Embora não existam atas CGTI que mencionem explicitamente a necessidade, apensou-se ao processo o Relatório Final do Planejamento Estratégico de TIC (PETIC) que faz referência a Projeto de Revisão e Atualização das Estações de Trabalho. As aquisições em questão foram consideradas partes de tal atualização, como explicita a Nota Técnica. Quanto ao PDTI, informamos que até 2010 não existia documento com este nome, sendo o PETIC a base de alinhamento estratégico da TI. Tal documentação pode ser vista às folhas 296 a 326 do processo. Assim, sendo o PETIC o instrumento que dava a base de alinhamento estratégico de TI do MDS, a DTI considerou que as aquisições foram feitas em consonância com o PETIC e</p>			

que atendem ao art. 3º da IN SLTI/MPOG nº 04/2008.
Síntese dos resultados obtidos
A DTI providenciou o acostamento ao processo dos documentos solicitados, quais sejam: relação de máquinas obsoletas, ata de reunião do Comitê de TI, documentos técnicos e outros levantamentos realizados pela área técnicas responsável.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
No que se refere aos certames futuros, a SAA atende já a recomendação, de maneira a que, no presente exercício de 2010, todas as medidas recomendadas sejam devidamente cumpridas, à vista das justificativas aceitas pela CGU. A recomendação foi cumprida pela DTI/SE, conforme os Memorandos nºs 345 e 347/2010.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria Executiva do MDS – Subsecretaria de Assuntos Administrativos (SAA)			-
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
243943	Relatório de Auditoria de Gestão TCA Exercício 2009	Constatação 006	Nota Técnica CGU 2507
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS / SAA			1945
Descrição da Recomendação:			
Providenciar a exoneração da servidora e acompanhar o devido ressarcimento dos valores pagos indevidamente, aplicando, se for o caso, o que determina o Art. 47 da Lei 8.112/90.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Coordenação-Geral de Recursos Humanos/SAA.			-
Síntese da providência adotada:			

Quanto à recomendação "b", o julgamento ministerial absolveu a servidora na sindicância instaurada, segundo proposição da Consultoria Jurídica. Igualmente, notificada pela CGRH, a servidora restituiu o valor indevidamente recebido, como demonstra o comprovante apresentado. Contudo, deixou de incluir os juros mensais sobre o valor final de restituição.

Síntese dos resultados obtidos

Após absolvição da servidora na sindicância instaurada, ela foi notificada para restituir o valor recebido indevidamente.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

A informação consta no Memorando CGRH nº 802/2010, de 17/11/2010. As medidas foram adotadas em cumprimento à recomendação. Realizou-se o cálculo de apuração dos valores pagos indevidamente à servidora pela elaboração de planilha de débitos, conjuntamente à SPO Subsecretaria de Planejamento e Orçamento, culminando com a expedição da Carta nº 9/CGRH, com anexo de GRU, de 11/5/2010.

O período considerado para a restituição partiu da data inicialmente comprovada de ausência da servidora ao trabalho, sem exercício de atividades: de 01/02/2008 a 30/05/2009 e de 01/01/2009 a 30/04/2010. Sistemáticamente, suspendeu-se o pagamento no período compreendido entre os meses de junho e dezembro/2008 e a partir do mês de maio de 2010, não considerado, portanto, no cálculo de reposição. Assim, o valor principal corrigido foi restituído pela servidora, como poderá confirmar a equipe de Auditoria CGU em seu próximo trabalho.

À vista dos apontamentos desse Controle Interno, esta Subsecretaria estará atenta para o cumprimento das recomendações que nos foram formuladas.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria Executiva do MDS – Subsecretaria de Assuntos Administrativos (SAA)			-
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
243943	Relatório de Auditoria de Gestão TCA Exercício 2009	Constatação 011	Nota Técnica CGU 2507

Órgão/entidade objeto da recomendação		Código SIORG	
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS / SAA		1945	
Descrição da Recomendação:			
Providenciar o cancelamento de um dos Auxílios Moradia, considerando o ressarcimento ao servidor que não mais fazia jus à indenização de moradia, em função da proibição imposta pelo inciso IV do Art. 60-B da Lei 8.112/90.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação		Código SIORG	
Coordenação-Geral de Recursos Humanos/SAA.		-	
Síntese da providência adotada:			
Para fins de apuração de responsabilidade, a Secretaria Executiva examina a possibilidade de instaurar sindicância investigativa. No que se refere ao cancelamento de um dos benefícios e reposição de quantia recebida ao erário, as medidas estão sendo implementadas à vista da decisão, e após análise conjunta com a área de Controle Interno deste Ministério e Consultoria Jurídica.			
Síntese dos resultados obtidos			
A Coordenação-Geral de Recursos Humanos/CGRH, por meio de Memorando nº 802, de 17/11/2010, cancelou o pagamento do benefício.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Após o cancelamento do benefício, medidas estão sendo implantadas junto a área de Controle Interno e Consultoria Jurídicas. O resultado poderá ser avaliado no próximo exame de auditoria realizado por este órgão.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria Executiva do MDS – Subsecretaria de Assuntos Administrativos (SAA)			-
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida

243943	Relatório de Auditoria de Gestão TCA Exercício 2009	Constatação 009	Nota Técnica CGU 2507
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS / SAA			1945
Descrição da Recomendação:			
Adoção de providências no sentido de regularizar a requisição dos outros servidores cedidos ao MDS que se encontram na mesma situação.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Coordenação-Geral de Recursos Humanos/SAA.			-
Síntese da providência adotada:			
Sobre a apuração de responsabilidades, a Secretaria Executiva examina a possibilidade de instaurar sindicância investigativa. No que se refere ao cancelamento de um dos benefícios e reposição do valor recebido ao erário, as medidas estão sendo implementadas à vista da decisão superior, após a análise conjunta com a área de Controle Interno e Consultoria Jurídica do Ministério.			
Síntese dos resultados obtidos			
O resultado da medida poderá ser avaliado no próximo exame de auditoria realizado por aquele órgão de Controle Interno.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Na forma do Memorando CGRH nº 802, de 17/11/2010, a CGRH/SAA elaborou levantamento detalhado das situações funcionais dos servidores que compuseram a força de trabalho do MDS, no ato de sua criação, relacionando os respectivos atos de cessão e publicação			

B. PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU N° 107/2010 6 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO

13. PARTE B, ITEM I, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010

DECLARAÇÃO PLENA DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)		Código da UG	
Secretaria Executiva		550003	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis do exercício de 2010, constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada Secretaria Executiva que agrega a Secretaria de Articulação para Inclusão Produtiva, a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação e o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, e consolida as demais unidades de sua estrutura, exceto aquelas relacionadas para apresentação de relatórios individuais, conforme Parte B, Item I, do Anexo II da Decisão Normativa TCU n° 107, de 27 de outubro de 2010.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília	Data	25 de março de 2011
Contador Responsável	Hudson Magno de Rezende	CRC n°	8409/O-3 DF

14. PARTE B, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010.

Não se aplica.

C. PARTE C DO ANEXO II DA DN 107/2010 ó CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS

15. PARTE C, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010.

Não se aplica.

16. PARTE C, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010.

Não há fundos constitucionais de financiamento.

17. PARTE C, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010.

Não se aplica.

18. PARTE C, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010.

Não se aplica.

19. PARTE C, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010.

Não se aplica.

20. PARTE C, ITEM 16, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010.

20.1 Contratação de consultores na modalidade *õ*produtoõ, no âmbito dos projetos de cooperação técnica com organismos internacionais

<i>identificação da Organização Internacional Cooperante</i>					
<i>Nome da Organização</i>			<i>Sigla</i>		
<i>Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação</i>			<i>FAO</i>		
<i>Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica</i>					
<i>Título do Projeto</i>				<i>Código</i>	
<i>.Apoio à implementação e ao alcance dos resultados do Programa Fome Zero</i>				<i>UTF/BRA/064/BRA</i>	
<i>Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade <i>õ</i>Produtoõ</i>					
<i>Código do Contrato: 83818-1/2010</i>			<i>Secretaria Executiva</i>		
<i>Objetivo da consultoria: Realizar análise e avaliação da gestão da execução do Projeto FAO, bem como monitorar a execução das cartas de acordo vinculadas e suas respectivas prestações de conta.</i>					
<i>Período de Vigência</i>		<i>Remuneração</i>			
<i>Início</i>	<i>Término</i>	<i>Total Previsto no contrato</i>	<i>Total previsto no exercício</i>	<i>Total pago no exercício</i>	<i>Total pago até o final do exercício</i>
<i>09/03/2010</i>	<i>08/02/2011</i>	<i>78.000,00</i>	<i>65.000,00</i>	<i>65.000,00</i>	<i>65.000,00</i>
<i>Insumos Externos</i>					
<i>Não</i>					
<i>Produtos Contratados</i>					
<i>Descrição</i>			<i>Data prevista de entrega</i>	<i>Valor</i>	
<i>Documento técnico contendo estudo da execução físico-financeira do Projeto FAO durante o primeiro semestre de 2009, acompanhado de gráficos e planilhas demonstrativas.</i>			<i>02/04/2010</i>	<i>14.000,00</i>	
<i>Documento técnico contendo estudo da execução físico-financeira do Projeto FAO durante o segundo semestre de 2009, acompanhado de gráficos e planilhas demonstrativas.</i>			<i>07/06/2010</i>	<i>14.000,00</i>	

<i>Documento técnico contendo estudo dos bens adquiridos no âmbito do Projeto FAO até o exercício de 2009.</i>	<i>06/08/2010</i>	<i>12.500,00</i>
<i>Documento técnico contendo análise do planejamento e a execução físico-financeira do Projeto FAO/MDS ó UTF/BRA/064/BRA no Sistema de Informação de Acordos Internacionais ó SIAIN, bem como seu cruzamento com o sistema oficial do organismo, com propostas de aprimoramento.</i>	<i>07/10/2010</i>	<i>12.000,00</i>
<i>Documento técnico contendo levantamento do estágio de implementação das cartas de acordo, com indicação dos encaminhamentos necessários para a conclusão dos processos.</i>	<i>06/12/2010</i>	<i>12.500,00</i>
<i>Documento técnico contendo análise das prestações de contas das cartas de acordo encerradas, com recomendações relativas às providências necessárias à sua conclusão.</i>	<i>08/02/2011</i>	<i>13.000,00</i>
Consultor contratado		
Nome do consultor: Helbe Carvalho Delmondez		CPF: 084.891.901-78

20.2 Análise Crítica

Os produtos pagos aos consultores de todos os acordos de cooperação técnica acima listados foram aprovados e atestados pelas Secretarias Finalísticas (vide código do projeto) e atenderam ao estabelecido no termo de referência.

21. PARTE C, ITEM 30, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010.

Não se aplica.



CONCLUSÃO

Este relatório deverá compor o Processo de Tomada de Contas da Unidade Jurisdicionada Secretaria Executiva do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, relativo ao exercício 2010, consolidando as informações sobre a gestão das unidades de sua estrutura e agregando a gestão da Secretaria de Articulação para Inclusão Produtiva, da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação e do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, nos termos da Decisão Normativa TCU nº 107, de 27 de outubro de 2010.

Brasília-DF, 31 de março de 2011.

RÔMULO PAES DE SOUSA

Secretário-Executivo

ANEXO I - RELATÓRIO DOS CONTRATOS VIGENTES

<i>Número do Contrato</i>	<i>Contratada</i>	<i>Objeto</i>	<i>Início</i>	<i>Término Previsto</i>	<i>Valor pago em</i>
0003/2005	PATRIMONIAL SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATIVIDADES AUXILIARES E DE APOIO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO.	01/03/2005	28/08/2010	27.315.122,31
0027/2005	OGILVY BRASIL COMUNICAÇÃO LTDA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE DO MDS: ESTUDO, CONCEPÇÃO, EXECUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE CAMPANHAS E PEÇAS PUBLICITÁRIAS, DESENVOLVIMENTO E EXECUÇÃO DE AÇÕES PROMOCIONAIS, ETC.	09/08/2005	09/08/2010	4.040.715,89
0028/2005	COMPETENCE COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE DO MDS: ESTUDO, CONCEPÇÃO, EXECUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE CAMPANHAS E PEÇAS PUBLICITÁRIAS, DESENVOLVIMENTO E EXECUÇÃO DE AÇÕES PROMOCIONAIS, ETC.	09/08/2005	09/08/2010	5.679.238,53
0031/2005	IRMÃO SARKIS LTDA	LOCAÇÃO DE IMÓVEL	08/09/2005	08/03/2013	1.888.729,41
0037/2005	MELLO SOARES E CIA LTDA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE ASSINATURA DE UM BANCO DE DADOS, ATUALIZADO DIARIAMENTE, CONTENDO IMAGENS, SONS E TEXTOS DO INTERESSE DO MDS.	29/11/2005	29/11/2010	96.800,00
0039/2005	DÍGITRO TECNOLOGIA LTDA	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO, INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE CENTRAIS DE COMUNIC. TELEFONICA.	14/12/2005	13/12/2010	429.874,98

0042/2005	EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES -EMBRATEL	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA LOCAL, NACIONAL E INTERNACIONAL.	01/01/2006	01/07/2011	768.495,49
0049/2005	MAXETRON SERVIÇOS INFORMAÇÕES E REPRESENTAÇÕES LTDA.	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MAILING DE IMPRENSA	12/12/2005	13/12/2010	5.775,00
0002/2006	CALL TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA	SERVIÇOS DESTINADOS À IMPLANTAÇÃO, OPERAÇÃO E GESTÃO DA CENTRAL DE RELACIONAMENTO DO FOME ZERO, INCLUINDO SERVIÇOS DE TELEMARKETING NAS FORMAS OPERADOR ELETRÔNICO E ATIVO.	23/02/2006	23/02/2012	9.476.692,22
0006/2006	ECT - EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS	COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS POSTAIS, SERVIÇOS POSTAIS, TELEMÁTICOS E ADICIONAIS, NAS MODALIDADES NACIONAL E INTERNACIONAL QUE SÃO DISPONIBILIZADOS EM UNIDADES DA ECT, P/ VENDA AVULSA NA REDE DE VAREJO.	18/05/2006	17/05/2011	3.102.164,47
0016/2006	IPANEMA EMPRESA DE SERVIÇOS GERAIS E TRANSPORTES LTDA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES.	16/08/2006	13/08/2011	1.379.110,03
0018/2006	ITAUTEC S.A - GRUPO ITAUTEC	AQUISIÇÃO DE 200 (DUZENTOS) MICROCOMPUTADORES DE GERENCIAMENTO REMOTO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA	31/08/2006	30/08/2011	----
0019/2006	SARUSKA	AQUISIÇÃO DE JORNAIS E REVISTAS	05/12/2006	05/12/2010	21.860,82
0020/2006	A. ACCREW EMILY TRADUÇÕES	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACOMPANHAMENTO E REGISTRO DE REUNIÕES COM GRAVAÇÃO E	09/10/2006	09/10/2011	410.880,00

		DEGRAVAÇÃO.			
0016/2007	EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES -EMBRATEL	SERVIÇO TELEFÔNICO FIXO COMUTADO (STFC), NA MODALIDADE DDG, UTILIZANDO O PREFIXO 0800, PARA ATENDER AOS USUÁRIOS DA CENTRAL FOME ZERO.	30/04/2007	30/04/2011	2.779.451,57
0018/2007	RRN COMUNICAÇÕES E MARKETING LTDA	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL E RELAÇÕES PÚBLICAS, MEDIANTE CONSULTORIA, ANÁLISE, PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E ASSESSORAMENTO À ASCOM.	04/06/2007	04/06/2011	3.364.079,38
0019/2007	UNIQUE RENT A CAR LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA N PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS, PARA TRANSPORTE DE PESSOAL, DOCUMENTOS E PEQUENAS CARGAS, COM MOTORISTA, COMBUSTÍVEL E SEGURO TOTAL (SEM FRANQUIA), EM ÂMBITO NACIONAL.	25/07/2007	24/07/2011	150.165,00
0020/2007	CTIS TECNOLOGIA S/A	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE SOLUÇÃO DE CÓPIA/IMPRESSÃO CORPORATIVA, COM ACESSO VIA REDE LOCAL, CESSÃO DE DIREITO DE USO DE EQUIPAMENTOS, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO, FORNECIMENTO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE OPERACIONALIZAÇÃO DA SOLUÇÃO.	27/06/2007	27/06/2011	430.802,11
0024/2007	EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES -EMBRATEL	PRESTAÇÃO SERVIÇO DE TELEFONIA FIXA COMUTADA DE LONGA DISTÂNCIA NACIONAL E INTERNACIONAL PARA CHAMADAS ORIGINADOS POR APARELHOS CELULARES DO SMP DO DF E EM ROAMING NACIONAL.	24/07/2007	23/07/2011	350.747,03
0033/2007	SERPRO - SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E DE GERENCIAMENTO DE CONEXÕES À INFOVIA BRASÍLIA.	10/10/2007	10/10/2011	401.522,67

	DADOS				
0034/2007	CONBRAL-PAR EMPREENHIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA	LOCAÇÃO DE IMÓVEL LOCALIZADO NO SAAN,QD.4, LOTE 916 - ASA NORTE	16/10/2008	17/10/2011	378.540,31
0037/2007	POLO CLIMA ENGENHARIA LTDA ME	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E MANUTENÇÃO, EM CARÁTER PREVENTIVO E CORRETIVO, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, MATERIAIS E COMPONENTES, DE AR- CONDICIONADOS.	23/10/2007	22/10/2011	93.186,19
0038/2007	POLO CLIMA ENGENHARIA LTDA ME	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA NAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS.	19/10/2007	18/10/2011	85.500,34
0039/2007	CTBC MULTIMÍDIA DATA NET S/A	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM DE SERVIDORES EM REGIME DE COLOCATION COM SERVIÇOS AGREGADOS EM INFRA-ESTRUTURA DE INTERNET DATA CENTER - IDC, INCLUINDO REDE DE COMUNICAÇÃO DE DADOS E ACESSO À REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES - INTERNET	25/10/2007	24/10/2011	2.078.802,46
0058/2007	GRÁFICA E EDITORA BRASIL LTDA	FORNECIMENTO, SOB DEMANDA, DE SOLUÇÃO DE GERENCIAMENTO DE DOCUMENTOS COM SISTEMA DE BUSCA.	28/12/2007	27/12/2011	4.392.432,96
0006/2008	EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO - EBC	AQUISIÇÃO DE 19 ASSINATURAS DIÁRIAS DE MÍDIA IMPRESSA	04/04/2008	04/04/2011	181.479,99
0011/2008	SOLUÇÃO SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO DE INFORMÁTICA DENOMINADA SUPORTE À MICROINFORMÁTICA.	07/04/2008	16/06/2011	581.213,16
0013/2008	MELLO SOARES E CIA LTDA	SERVIÇOS DE "CLIPPING ELETRÔNICO" DE MÍDIA E "SITES", COM ENVIO DIÁRIO.	05/06/2008	04/06/2011	71.133,26
0014/2008	FRANCAR AUTO	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO	10/06/2008	09/06/2011	43.681,33

	PEÇAS LTDA	PREVENTIVA E CORRETIVA DA FROTA DE VEÍCULOS DO MDS.			
0017/2008	EVOLUÇÃO DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS LTDA	AQUISIÇÃO DE LICENÇA E SERVIÇO CONTÍNUO DE SUPORTE TÉCNICO PARA SUPORTE ÀS ATIVIDADES DO GABINETE DO MINISTRO.	05/07/2008	04/07/2011	56.361,16
0018/2008	SOLUÇÃO SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA	SERVIÇO DE SUPORTE TÉCNICO PARA PARA LICENÇA DO SOFTWARE GERENCIADOR DE BANCO DE DADOS IBM DB2 UDB.	08/07/2008	08/07/2011	1.642.999,92
0021/2008	AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE - PAS.	29/07/2008	28/09/2010	341.344,00
0022/2008	INTERODONTO SISTEMA DE SAÚDE ODONTOLÓGICA LTDA	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA.	04/08/2008	03/08/2011	----
0029/2008	ODIR SANTA ROSA - ME	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CHAVEIRO.	16/10/2008	16/10/2011	24.139,50
0030/2008	AMERICEL S/A.	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TELEFÔNICO MÓVEL PESSOAL - SMP.	16/10/2008	15/10/2011	192.359,25
0031/2008	TRIPS PASSAGENS E TURISMO LTDA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE PASSAGENS AÉREAS, POR MEIO DE DESCONTO SOBRE O VALOR ESTIMADO, DE 8,1850% SOBRE O VALOR DAS PASSAGENS NACIONAIS; E, 20% SOBRE O VALOR DAS PASSAGENS INTERNACIONAIS.	07/11/2008	06/11/2011	3.580.313,97
0033/2008	Datamétrica	INSTITUIÇÃO DE PESQUISA PARA AVALIAÇÃO DO IMPACTO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA (BPC) PARA IDOSOS E DEFICIENTES.	18/12/2009	21/05/2010	68.100,00
0037/2008	CONTROL	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DE DESINSTALAÇÃO DE REDE LÓGICA ESTRUTURADA SEM FIO (WIRELESS), ÓPTICA E ELÉTRICA.	25/12/2008	25/12/2011	250.397,55

TC-IN 91	CEB	FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA NO SAAN	03/10/2009	03/10/2010	32.522,58
TC-IN	IMPrensa NACIONAL	FORNECIMENTO DE JORNAL PELA IMPrensa NACIONAL	02/10/2009	02/10/2010	12.724,40
TC- 06	Stylos Engenharia LTDA e Espaço Engenharia	CONTRATO DE LOCAÇÃO DO EDIFÍCIO ÔMEGA - ASA NORTE - BRASÍLIA - BRASÍLIA/DF.	01/07/2009	30/06/2011	3.387.614,56
0002/2009	MÓDULO SECURITY SOLUTIONS S/A.	SERVIÇOS DE TIC - AUDITORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO.	24/01/2009	23/01/2010	1.375.591,75
0003/2009	ALGAR TECNOLOGIA E CONSULTORIA S/A.	SERVIÇOS DE TIC - ASSESSORIA TÉCNICA E DE EXECUÇÃO DE PROJETOS.	24/01/2009	23/01/2012	3.763.092,95
0004/2009	SOLUÇÃO SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA	SERVIÇOS DE TIC - ANÁLISE DE PROCESSOS DE NEGÓCIOS.	24/01/2009	23/01/2012	1.491.666,58
0005/2009	SOLUÇÃO SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA	SERVIÇOS DE TIC - "SERVICE DESK".	24/01/2009	23/01/2012	599.554,48
0006/2009	SOLUÇÃO SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA	SERVIÇOS DE TIC - ADMINISTRAÇÃO DE DADOS E DE ADMINISTRAÇÃO DE BANCO DE DADOS.	24/01/2009	24/01/2012	1.778.713,30
0007/2009	SOLUÇÃO SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA	SERVIÇOS DE TIC - SUSTENTAÇÃO DE REDES E DE SUSTENTAÇÃO DE SERVIDORES.	24/01/2009	23/01/2012	830.833,30
0011/2009	MSA Infor Sistemas e Automação Ltda	FÁBRICA DE SOFTWARE	18/02/2010	18/02/2012	4.260.642,00
0012/2009	EBC - EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO S/A	DISTRIBUIÇÃO, PELA EBC, DE PUBLICIDADE LEGAL IMPRESA E/OU ELETRÔNICA.	17/03/2009	16/03/2011	58.071,69
0016/2009	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA -	OPERACIONALIZAÇÃO DO PROGRAMA DE ESTAGIÁRIO DO MDS.	06/04/2009	03/04/2011	9.381,33

	CIEE.				
0017/2009	JAC TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGA - BAGAGEM, MOBILIARIOS, MATERIAIS, VEÍCULOS, ETC., EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL.	02/04/2009	01/04/2011	54.232,49
0018/2009	INSTITUTO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO E GESTÃO AMBIENTAL - IBEG.	SERVIÇOS DE INTÉRPRETE DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS).	07/04/2009	06/04/2011	64.417,10
0019/2009	CLIAMA - CLINICA DE ATENDIMENTO PSICOLÓGICO A CRIANÇAS ESPECIAIS LTDA	TRATAMENTO MÉDICO DA MENOR SUELAINÉ MOREIRA DA COSTA.	05/06/2009	05/06/2011	46.905,22
0024/2009	CEB DISTRIBUIÇÃO S/A	FORNECIMENTO ENERGIA ELÉTRICA ED. ÔMEGA.	16/06/2009	15/06/2010	469.708,35
0030/2009	CENTERPRINTING GRÁFICA DIGITAL LTDA.	SERVIÇOS DE IMPRESSÃO E POSTAGEM DE CARTAS PADRONIZADAS ÀS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DO PBF.	12/08/2009	11/08/2011	723.859,46
0031/2009	PATRIMONIAL SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA	SERVIÇOS DE RECEPCIONISTAS.	26/08/2009	25/08/2011	527.228,37
0032/2009	PATRIMONIAL SEGURANÇA INTEGRADA LTDA.	SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA ARMADA DIURNA E NOTURNA.	26/08/2009	25/08/2011	952.122,09
0033/2009	CITY SERVICE SEGURANÇA LTDA.	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BRIGADA DE INCÊNDIO.	03/09/2009	03/09/2011	992.155,28
0035/2009	GRÁFICA E EDITORA POSIGRAF S/A.	IMPRESSÃO DE JORNAL DO MDS.	22/09/2009	21/09/2011	342.750,00

0049/2009	WR COMERCIAL DE ALIMENTOS E SERVIÇOS LTDA.	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COPEIRAGEM.	24/11/2009	24/11/2011	2.332.418,55
0051/2009	LYON - SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AUXILIARES DE CARREGADOR DE MOVEIS E ENCARREGADO GERAL.	16/12/2009	16/12/2011	263.875,14
0053/2009	LOGISTICA E DISTRIBUIÇÃO VIP/DF LTDA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO JORNAL MDS, DEMANDADO PELA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO - ASCOM, REFERENTE AO ENVELOPAMENTO, ETIQUETAGEM, CONTAGEM, COPIAGEM, TRIAGEM, CARIMBAGEM, DOBRAGEM, EMISSÃO DE RELATÓRIO E DEMAIS TRABALHOS QUE REQUEIRAM O TRATAMENTO DE CORRESPONDÊNCIAS JUNTAMENTE COM O FORNECIMENTO DE MATERIAIS NECESSÁRIO PARA A EXECUÇÃO DO SERVIÇO.	25/12/2009	25/12/2011	209.966,75
0054/2009	ROVER - ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE LIMPEZA, ASSEIO E CONSERVAÇÃO DIARIA.	24/12/2009	28/12/2011	600.834,36
TC-IN	CAESB	FORNECIMENTO DE ÁGUA TRATADA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO AO IMÓVEL LOCALIZADO NO SAF SUL (FNAS)	04/04/2010	04/04/2011	28.148,34
TC-01	IMPrensa NACIONAL	SERVIÇO DE PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS DE CARÁTER OFICIAL ANS CONDIÇÕES NORMAIS, EXTRAS E SUPLEMENTARES DO DOU E DJ	16/04/2010	16/04/2011	128.594,01
TC-02	IMPrensa NACIONAL	SERVIÇO DE ENTREGA DE 13 EXEMPLARES DAS SECÇÕES 1, 2 E 3 DO DOU E RESPECTIVAS EDIÇÕES EXTRAS, POR 12 MESES.	29/10/2010	29/10/2011	70.762,10
D/21	CEB DISTRIBUIÇÃO S.A	FORNECIMENTO DE ENERGIA AO FNAS	30/04/2010	30/04/2011	112.188,02
0001/2010	PROVER SAÚDE E	CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO PÚBLICA OU	20/01/2010	20/04/2011	932.499,75

	MEIO AMBIENTE	PRIVADA PARA A EXECUÇÃO DE PROJETO DE CAPACITAÇÃO DE AGENTES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CONTROLE SOCIAL DO PBF			
0002/2010	UNIMONTES	CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO PÚBLICA OU PRIVADA PARA A EXECUÇÃO DE PROJETO DE CAPACITAÇÃO DE AGENTES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CONTROLE SOCIAL DO PBF	20/01/2010	20/04/2011	500.000,00
0003/2010	IMBRAPE	CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO PÚBLICA OU PRIVADA PARA A EXECUÇÃO DE PROJETO DE CAPACITAÇÃO DE AGENTES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CONTROLE SOCIAL DO PBF	20/01/2010	20/04/2011	1.376.075,00
0004/2010	IMBRAPE	CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO PÚBLICA OU PRIVADA PARA A EXECUÇÃO DE PROJETO DE CAPACITAÇÃO DE AGENTES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CONTROLE SOCIAL DO PBF	20/01/2010	20/04/2011	1.376.075,00
0005/2010	CIMCORP	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS PARA EXPANSÃO DA CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO E DISPONIBILIDADE DE DADOS EM REDE STORAGE.	07/01/2010	07/06/2010	----
0006/2010	SOLUTI COMÉRCIO E SERVIÇOS	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS PARA EXPANSÃO DA CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO E DISPONIBILIDADE DE DADOS EM REDE STORAGE.	07/01/2010	07/06/2010	----
0007/2010	TOTAL EDITORA LTDA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS PARA IMPRESSÃO E MANUSEIO DO BOLSA-FAMÍLIA	29/01/2010	31/12/2010	8.864.181,00
0008/2010	RIBEIRO E ALBURQUEQUE COMÉRCIO DE LUBRIFICANTES	FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL (GASOLINA) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA FROTA OFICIAL DO MDS.	26/01/2010	31/12/2010	61.685,70

	LTDA				
0009/2010	META CONSULTORIA EMPRESARIAL	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TIC	11/02/2010	10/02/2012	843.374,25
0010/2010	A. OLIVEIRA CARIMBOS	FORNECIMENTO DE CARIMBOS DE DIVERSOS TIPOS E MODELOS	11/02/2010	10/02/2011	39.891,24
0011/2010	SPSS BRASIL DESENVOLVIMENTO E COMERCIALIZAÇÃO DE SOFTWARE	ATUALIZAÇÃO (UPGRADE) E AQUISIÇÃO DE LICENÇAS DO SOFTWARE SPSS	18/02/2010	31/12/2010	1.301.416,00
0012/2010	DATAMÉTRICA CONSULTORIA PESQUISA E TELEMARKETING	CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO DE PESQUISA PARA REALIZAR A IMPLANTAÇÃO DO SERVIÇO PRO JOVEM ADOLESCENTE	24/03/2010	21/03/2011	887.340,00
0013/2010	FJ PRODUÇÕES LTDA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA REALIZAÇÃO DO EVENTO PRÊMIO ROSANI CUNHA	23/03/2010	23/09/2010	144.631,18
0014/2010	ECT	DISTRIBUIÇÃO DE EXEMPLARES DO MATERIAL AGENDA FAMÍLIA	13/05/2010	31/12/2010	3.330.398,42
0015/2010	PAPELARIA E REVISTARIA SARUSKA	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE JORNAIS E REVISTAS	31/03/2010	30/03/2011	21.860,82
0016/2010	TRANSFER LOGÍSTICA E TRANSPORTES	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA O MANUSEIO DE 3.600.000 CORRESPONDÊNCIAS E PUBLICAÇÕES DO MDS	03/05/2010	03/05/2011	305.989,79
0017/2010	ST SOLUÇÕES E TECNOLOGIA	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE SUPRIMENTOS PARA IMPRESSORAS XEROX, SAMSUNG, OKIDATA E EPSON	30/04/2010	31/12/2010	148.560,99

0018/2010	SANTA CLARA ENGENHARIA EMPREENDEMENTOS	SERVIÇOS DE FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PISOS NO MDS	29/04/2010	29/04/2011	253.567,00
0019/2010	TERRAGIGA INFORMÁTICA LTDA	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE SUPRIMENTOS PARA IMPRESSORAS XEROX, SAMSUNG, OKIDATA E EPSON	14/04/2010	31/12/2010	74.969,56
0020/2010	TOROS TECNOLOGIA EM INFORMÁTICA LTDA	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE SUPRIMENTOS PARA IMPRESSORAS XEROX, SAMSUNG, OKIDATA E EPSON	20/04/2010	31/12/2010	131.459,11
0021/2010	VALE TECNOLOGIA LTDA	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE SUPRIMENTOS PARA IMPRESSORAS XEROX, SAMSUNG, OKIDATA E EPSON	26/04/2010	31/12/2010	100.262,34
0022/2010	VALADARES COMÉRCIO E SERVIÇOS	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE SUPRIMENTOS PARA IMPRESSORAS XEROX, SAMSUNG, OKIDATA E EPSON	14/04/2010	31/12/2010	70.109,41
0023/2010	BRISI	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE SUPRIMENTOS PARA IMPRESSORAS XEROX, SAMSUNG, OKIDATA E EPSON	14/04/2010	31/12/2010	2.168,54
0024/2010	MARIA APARECIDA RODRIGUES DE OLIVEIRA	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE SUPRIMENTOS PARA IMPRESSORAS XEROX, SAMSUNG, OKIDATA E EPSON	14/04/2010	31/12/2010	23.507,58
0025/2010	VIBHUTI COMÉRCIO LTDA	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE SUPRIMENTOS PARA IMPRESSORAS XEROX, SAMSUNG, OKIDATA E EPSON	14/04/2010	31/12/2010	11.196,99
0026/2010	LINKDATA INFORMÁTICA E SERVIÇOS	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM SUPORTE TÉCNICO E MANUTENÇÃO CONTINUADA DA SOLUÇÃO INTEGRADA EM TECNOLOGIA WEB.	22/04/2010	22/04/2011	40.024,80
0027/2010	ECT	PRESTAÇÃO E VENDA DE SERVIÇOS PELA ECT QUE ATENDAM AS NECESSIDADES DO MDS	13/10/2010	13/10/2011	----

0028/2010	C & P SOLUÇÕES EM TELEMARKETING LTDA	CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO DE ENSINO PARA REALIZAÇÃO DE PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO EM INFORMÁTICA OFFICE 2007	17/05/2010	31/12/2010	6.062,50
0029/2010	FÁBIO NUNES CABRAL - ME	CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO DE ENSINO PARA REALIZAÇÃO DE CAPACITAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA PARA 80 SERVIDORES EM EXERCÍCIO NO MDS.	18/05/2010	31/12/2010	27.584,00
0030/2010	FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - ENAP	CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO DE ENSINO PARA REALIZAÇÃO DE DISCIPLINAS DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	17/06/2010	17/12/2011	55.011,62
0031/2010	EAQD SOLUÇÕES EM EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESENVOLVIMENTO DE PLATAFORMA VIRTUAL DE ENSINO À DISTÂNCIA	08/06/2010	08/06/2011	23.630,19
0034/2010	IBM BRASIL	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE HARDWARE PARA IBM - Z10 BC 2098 - E10	21/07/2010	21/07/2011	----
0035/2010	ESCRITÓRIO DE ARQUITETURA E URBANISMO OSCAR NIEMEYER S/C LTDA	CONTRATAÇÃO DA EMPRESA DE ARQUITETURA E URBANISMO OSCAR NIEMEYER PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS PARA A ELABORAÇÃO E FORNECIMENTO DE PROJETOS ARQUITETÔNICOS	20/07/2010	20/04/2011	632.669,20
0036/2010	HWC EMPREENDIMENTOS LTDA	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS, VISANDO O PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO, EXECUÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE TODAS AS ATIVIDADES DE INFRA-ESTRUTURA LÓGICA E OPERACIONAL	15/07/2010	15/08/2010	423.432,99
0037/2010	B2BR BUSINESS TO BUSINESS	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇAS TEMPORÁRIAS DE	24/08/2010	31/12/2010	767.649,46

	INFORMÁTICA DO BRASIL S.A	USO DE SOFTWARE APLICATIVO E SISTEMA OPERACIONAL			
0038/2010	META INSTITUTO DE PESQUISA DE OPINIÃO LTDA	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA/INSTITUIÇÃO DE PESQUISA APTA A REALIZAR COLETA DOMICILIAR DE DADOS PARA OS BENEFICIÁRIOS DO BPC	30/08/2010	30/04/2011	843.374,25
0039/2010	GODOFREDO GONÇALVES FILHO_ME	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA/INSTITUIÇÃO DE PESQUISA APTA A REALIZAR COLETA DOMICILIAR DE DADOS PARA OS BENEFICIÁRIOS DO BPC	30/08/2010	30/04/2011	----
0040/2010	FUNDAÇÃO EUCLIDES DA CUNHA DE APOIO À UFF - DATAUFF	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA/INSTITUIÇÃO DE PESQUISA APTA A REALIZAR COLETA DOMICILIAR DE DADOS PARA OS BENEFICIÁRIOS DO BPC	30/08/2010	30/04/2011	----
0041/2010	IBM BRASIL - INDÚSTRIA, MÁQUINAS E SERVIÇOS LTDA	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE SUPORTE COM ATUALIZAÇÃO DE VERSÕES PARA SISTEMAS OPERACIONAIS.	05/11/2010	05/11/2011	----
0042/2010	KOLLER & SINDICIC - TELECOMUNICAÇÕES E TECNOLOGIA LTDA	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A AQUISIÇÃO, INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE 01 TELEFONE ESPECIAL PARA DEFICIENTE AUDITIVO NA CNAS	09/08/2010	09/08/2011	5.619,47
0043/2010	SOLAR CONSULTORIA E GESTÃO E PESQUISA LTDA - EPP	CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO PÚBLICA OU PRIVADA PARA A EXECUÇÃO DE PROJETO DE CAPACITAÇÃO DE AGENTES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CONTROLE SOCIAL DO PBF	31/08/2010	01/12/2011	1.205.800,00
0044/2010	CHARLES KELDAY CONSTRUTORA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE GESSO, PINTURA DE PAREDES E ESQUADRIAS COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA	27/08/2010	30/04/2011	----
0045/2010	RC TEC ENGENHARIA E CONSULTORIA	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DE	27/08/2010	30/04/2011	1.047,80

	LTDA	VIDROS COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA			
0046/2010	D&M CONSTRUTORA LTDA	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE APLICAÇÃO DE FILME DE CONTROLE SOLAR COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA	27/08/2010	30/04/2011	----
0047/2010	YP PERSIANAS LTDA	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PERSIANAS VERTICAIS, HORIZONTAIS, ROLO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, MÃO DE OBRA E DEMAIS PEÇAS, COMPONENTES E ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS PARA O CUMPRIMENTO DO REFERIDO OBJETO.	13/10/2010	13/10/2011	32.340,40
0049/2010	FÓRUM NACIONAL DE SECRETARIAS DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FONSEAS	CESSÃO DO DIREITO DE USO, COM RESSARCIMENTO DE DESPESAS, DA SALA 458 DE 37,92 M², LOCALIZADA NO 4º ANDAR DO BLOCO A DA ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS.	29/09/2010	29/09/2011	----
0050/2010	MKS COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ESPECIALIZADA EM SISTEMA DE CLIMATIZAÇÃO PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RETIRADA DE CONDICIONADORES DE AR DE JANELA - ACJ, INSTALAÇÃO E REMANEJAMENTO DE CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT, INCLUÍDOS O FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E MATERIAIS.	22/10/2010	22/10/2011	----
0051/2010	ANNT COMUNICAÇÃO LTDA	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CLIPPING ELETRÔNICO DE MATÉRIAS JORNALÍSTICAS E TELEVISIVAS	26/10/2010	26/10/2011	----
0052/2010	CAESB	PRESTAÇÃO D E FORMA CONTÍNUA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E	05/11/2010	05/11/2011	16.878,50

		ESGOTAMENTO SANITÁRIO - SAAN			
0053/2010	AMIL ASSIST. MÉDICA INTER. AS	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA.	04/11/2010	03/11/2011	----
0054/2010	EBC - EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO S/A	PRODUÇÃO/REALIZAÇÃO DE 7 TELECONFERÊNCIAS COM DURAÇÃO DE 1 HORA E 30 MIN	05/11/2010	31/12/2010	----
0055/2010	PROVISÃO JC COMÉRCIO DE ELETRO ELETRÔNICOS LTDA	AQUISIÇÃO DE CÂMERA FOTOGRÁFICA PROFISSIONAL	14/02/2010	31/12/2010	----
0056/2010	MARIO LUIZ FREIRE DOS SANTOS ME	AQUISIÇÃO DE LENTES PARA CÂMERA FOTOGRÁFICA PROFISSIONAL	14/12/2010	31/12/2010	----
0058/2010	A3 BRASIL PROMOÇÕES E ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS LTDA	ORGANIZAÇÃO DO EVENTO DO PAA DE 24 A 26 DE NOVEMBRO	23/11/2010	23/01/2011	----
0059/2010	PREMIER EVENTOS LTDA	<i>CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO LOGÍSTICO, CONTEMPLANDO AS ATIVIDADES DE LOCAÇÃO DE ESPAÇO FÍSICO, EQUIPAMENTOS, SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO, RECEPÇÃO NO AEROPORTO, HOSPEDAGEM, TRANSLADO AEROPORTO/HOTEL/AEROPORTO, ABRANGENDO SERVIÇOS DE MONTAGEM E DESMONTAGEM, RECURSOS MATERIAIS E HUMANOS, SERVIÇOS DE APOIO E OUTROS, DE MODO A ATENDER AS DIVERSAS NECESSIDADES PARA A PERFEITA REALIZAÇÃO DO EVENTO "PROJOVEM ADOLESCENTE ó AVANÇOS E DESAFIOS", QUE SE REALIZARÁ NOS DIAS 13 E 14 DE DEZEMBRO DE 2010, NA CIDADE DE BRASÍLIA/DF.</i>	13/12/2010	31/12/2010	----

0060/2010	PREMIER EVENTOS LTDA.	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE ESPAÇO FÍSICO, EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURA DE APOIO À ORGANIZAÇÃO E REALIZAÇÃO DO EVENTO "REVIRAVOLTA EXPO CATADORES 2010" NOS DIAS 21 A 23 DE DEZEMBRO DE 2010, NA CIDADE DE SÃO PAULO.	20/12/2010	31/12/2010	----
0061/2010	COMUNIQUE-SE COMUNICAÇÃO CORPORATIVA LTDA	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MAILING DE IMPRENSA. TAMBÉM DEVEM SER INCLUÍDOS NESTE MAILING CONTATOS DA MÍDIA NACIONAL E REGIONAL, ABRANGENDO EMISSORAS DE TELEVISÃO, JORNAIS IMPRESSOS, REVISTAS, RÁDIOS, AUTÔNOMOS, BLOGS E AGÊNCIAS DE NOTÍCIAS VIA INTERNET	28/12/2010	28/12/2011	----
0063/2010	HWC EMPREENDIMENTOS LTDA	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ATIVIDADES LOGÍSTICAS PARA ATENDER À GARANTIA DE PRODUTOS E SERVIÇOS ÀS DIVERSAS NECESSIDADES ESPECÍFICAS DO MDS, SERVIÇOS CORRELACIONADOS E SUPORTE, COMPREENDENDO O PLANEJAMENTO OPERACIONAL, ORGANIZAÇÃO, EXECUÇÃO, ACOMPANHAMENTO, ATÉ A FINALIZAÇÃO DA CERIMÔNIA DE ENTREGA DE CERTIFICADOS AOS FORMANDOS DO PROGRAMA PRÓXIMO PASSO ó CONSTRUÇÃO CIVIL, DO MESMO, A SER REALIZADO NO DIA 1º DE JUNHO DE 2010, NA CIDADE DE SÃO PAULO/SP.	31/05/2010	31/12/2010	----
0065/2010	INDAGO PESQUISA, MARKETING &	CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO DE PESQUISA, EMPRESA, FUNDAÇÃO OU CONSÓRCIO DE	31/12/2010	31/05/2011	----

	EVENTOS LTDA-EPP	INSTITUIÇÕES SUPRACITADAS, APTA A REALIZAR PESQUISA DE CAMPO DESTINADA À COLETA DE DADOS SOBRE OS CONHECIMENTOS, ATITUDES E PRÁTICAS DAS FAMÍLIAS INSCRITAS NO CADASTRO ÚNICO PARA PROGRAMAS SOCIAIS (CADÚNICO) EM RELAÇÃO ÀS SUAS FINANÇAS, AOS SEUS ORÇAMENTOS FAMILIARES E AO SEU RELACIONAMENTO COM O SISTEMA FINANCEIRO FORMAL E INFORMAL, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2010.			
0066/2010	NTC - NÚCLEO DE TECNOLOGIA E CONHECIMENTO EM INFORMÁTICA LTDA	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ATUALIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA PLATAFORMA BPM/SOA DO MDS, INCLUINDO A GARANTIA POR 12 MESES.	31/12/2010	31/12/2011	----

Fonte: CCONT/CGLC/MDS

ANEXO II 6 RELAÇÃO DE CONTRATOS COM TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO - MDS

NE UG 550005	TIPO	DATA	PROCESSO	OBJETO	BENEFICIÁRIO	EMPENHADO	LIQUIDADADO	SALDO
2010NE000029	1	11/jan/10	71000.516242/2008-24	1º Termo Aditivo ao Contrato 11/2009	MSA INFOR SISTEMAS E AUTOMAÇÃO LTDA CNPJ:19138940/0004-12	124.759,63	124.759,63	0,00
2010NE000033	1	13/jan/10	71000.555107/2008-02	Contrato 02/2009 - Auditoria TIC	MODULO SECURITY SOLUTIONS S/A CNPJ: 28712123/0003-36	211.629,50	211.629,50	0,00
2010NE000036	1	13/jan/10	71000.555107/2008-02	Contrato 03/2009 - Assistência Técnica	ALGAR TECNOLOGIA E CONSULTORIA S/A CNPJ:21246699/0001-44	125.552,04	125.552,04	0,00
2010NE000037	1	13/jan/10	71000.555107/2008-02	Contrato 04/2009- Análise de Processo de Negócios.	SOLUÇÃO SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA CNPJ:0496316/0001-58	147.869,96	147.869,96	0,00
2010NE000038	1	13/jan/10	71000.555107/2008-02	Contrato 05/2009- Service desk.	SOLUÇÃO SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA CNPJ:0496316/0001-58	60.000,00	60.000,00	0,00

2010NE000039	1	13/jan/10	71000.555107/2008-02	Contrato 06/2009 - Serviços de Administração de Dados	SOLUÇÃO SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA CNPJ:0496316/0001-58	108.333,33	108.333,33	0,00
2010NE000040	1	13/jan/10	71000.555107/2008-02	Contrato 07/2009- Serviço de Sustentação de Rede.	SOLUÇÃO SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA CNPJ:0496316/0001-58	83.333,33	83.333,33	0,00
2010NE000041	1	13/jan/10	71000.555107/2008-02	Contrato 07/2009 - Serviço de Sustentação de Servidores Item 09 Lote 6.	SOLUÇÃO SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA CNPJ:0496316/0001-58	152.238,11	152.238,11	0,00
2010NE000050	1	14/jan/10	71000.500369/2008-21	1º Termo Aditivo ao Contrato 18/2008.	SOLUÇÃO SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA CNPJ:0496316/0001-58	136.916,66	136.916,66	0,00
2010NE000051	1	14/jan/10	71000.003233/2007-97	2º Termo Aditivo ao Contrato 39/2007.	CTBC MULTIMIDIA DATA NET S/A CNPJ:04622116/0001-13	118.275,00	118.275,00	0,00
2010NE000052	1	15/jan/10	71000.008604/2006-46	4º Termo Aditivo ao Contrato 11/2008.	SOLUÇÃO SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA CNPJ:0496316/0001-58	52.837,56	52.837,56	0,00
2010NE000059	1	18/jan/10	7100.516093/2008-01	1º Termo Aditivo ao Contrato 17/2008 - Aquisição de Licença de Uso definitivo de	EVOLUÇÃO DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS LTDA CNPJ:01968073/0001-34	2.277,79	2.277,79	0,00

				Software E Suporte Técnico.				
2010NE000081	1	13/fev/10	71000.516242/2008-24	1º Termo Aditivo ao Contrato 11/2009	MSA INFOR SISTEMAS E AUTOMAÇÃO LTDA CNPJ:19138940/0004-12	46.582,82	46.582,82	0,00
2010NE000082	1	3/fev/10	71000500369/2008-21	1º Termo Aditivo ao Contrato 18/2008.	SOLUÇÃO SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA CNPJ:0496316/0001-58	136.916,66	136.916,66	0,00
2010NE000084	1	3/fev/10	71000.003233/2007-97	2º Termo Aditivo ao Contrato 39/2007.	CTBC MULTIMIDIA DATA NET S/A CNPJ:04622116/0001-13	293.881,85	293.881,85	0,00
2010NE000095	1	4/fev/10	71000.003233/2007-97	2º Termo Aditivo ao Contrato 39/2007.	CTBC MULTIMIDIA DATA NET S/A CNPJ:04622116/0001-13	127.241,66	127.241,66	0,00
2010NE000106	1	11/fev/10	71000.516242/2008-24	1º Termo Aditivo ao Contrato 11/2009	MSA INFOR SISTEMAS E AUTOMAÇÃO LTDA CNPJ:19138940/0004-12	203.860,06	203.860,06	0,00
2010NE000125	1	22/fev/10	71000.555107/2008-02	Contrato 06/2009- Administração de Banco de Dados .	SOLUÇÃO SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA CNPJ:0496316/0001-58	70.000,00	70.000,00	0,00
2010NE000126	1	22/fev/10	71000.555107/2008-02	Execução de Projetos	ALGAR TECNOLOGIA E CONSULTORIA S/A CNPJ:21246699/0001-44	149.924,70	149.924,70	0,00

2010NE000127	1	22/fev/10	71000.555107/2008-02	Auditoria TIC	MODULO SECURITY SOLUTIONS S/A CNPJ: 28712123/0003-36	105.814,75	105.814,75	0,00
2010NE000128	1	22/fev/10	71000.555107/2008-02	Serviço de Sustentação de Rede	SOLUÇÃO SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA CNPJ:0496316/0001-58	83.333,33	83.333,33	0,00
2010NE000129	1	22/fev/10	71000.555107/2008-02	Serviço de Sustentação de Servidores.	SOLUÇÃO SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA CNPJ:0496316/0001-58	158.333,33	158.333,33	0,00
2010NE000174	1	24/mar/10	71000.516242/2008-24	2º Termo Aditivo ao Contrato 11/2009	MSA INFOR SISTEMAS E AUTOMAÇÃO LTDA CNPJ:19138940/0004-12	264.369,53	264.369,53	0,00
2010NE000187	1	31/mar/10	71000.516242/2008-24	2º Termo Aditivo ao Contrato 11/2009	MSA INFOR SISTEMAS E AUTOMAÇÃO LTDA CNPJ:19138940/0004-12	126.677,15	126.677,15	0,00
2010NE000240	1	29/abr/10	71000.516242/2008-24	2º Termo Aditivo ao Contrato 11/2009	MSA INFOR SISTEMAS E AUTOMAÇÃO LTDA CNPJ:19138940/0004-12	6.776,60	6.776,60	0,00
2010NE000658	1	30/nov/10	71000.102648/2010-48	Prestação de Serviços de Link de Comunicação de Dados.	EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÃO DA PREVIDENCIA SOCIAL - DATAPREV CNPJ: 42422253/0001-01	53.830,74	53.830,74	0,00
2010NE000659	1	30/nov/10	71000.102648/2010-48	Prestação de Serviços de Link de Comunicação de Dados.	EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÃO DA PREVIDENCIA SOCIAL - DATAPREV CNPJ: 42422253/0001-01	44.858,95	44.858,95	0,00

2010NE900049	3	18/jan/10	71000.516093/2008-01	1º Termo Aditivo ao Contrato 17/2008-Aquisição de Licença de Uso definitivo de Software E Suporte Técnico .Proc Origem: 05000202008	EVOLUÇÃO DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS LTDA CNPJ:01968073/0001-34	59.000,04	54.083,37	4.916,67
2010NE900055	3	20/jan/10	71000.008927/2006-30	2º Termo Aditivo ao Contrato 33/2007 .Proc Origem :06000372007	SERPRO-REGIONAL BRASILIA CNPJ:806030/17205	401.372,67	401.372,67	0,00
2010NE900082	3	3/fev/10	71000.516242/2008-24	1º Termo Aditivo ao Contrato 11/ 2009 .Proc Origem:03000012 008	MSA INFOR SISTEMAS E AUTOMAÇÃO LTDA CNPJ:19138940/0004-12	2.150.981,18	2.150.981,18	0,00
2010NE900083	3	3/fev/10	71000.500369/2008-21	1º Termo Aditivo ao Contrato 18/2008. Proc Origem:05002220 08	SOLUÇÃO SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA CNPJ:0496316/0001-58	1.232.249,94	1.232.249,94	0,00
2010NE900084	3	3/fev/10	71000.003233/2007-97	2º Termo Aditivo ao Contrato 39/2007.Proc Origem 05000362007	CTBC MULTIMIDIA DATA NET S/A CNPJ:04622116/0001-13	1.372.758,28	1.372.758,28	0,00

2010NE900085	3	3/fev/10	71000.573371/2008-10	Serviços de Tecnologia da Informação -TIC, para Homologação e Garantia da Qualidade dos Sistemas de Informações Desenvolvidos e Mantidos para o MDS .Proc Origem:2009pr00 046	META CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA EPP CNPJ:10834799/0001-75	843.374,25	843.374,25	0,00
2010NE900087	3	4/fev/10	71000.008604/2006-46	4º Termo Aditivo ao Contrato 11/2008. Proc Origem 06000142008	SOLUÇÃO SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA CNPJ:0496316/0001-58	475.538,04	475.538,04	0,00
2010NE900139	3	19/fev/10	71000.555107/2008-02	Auditoria TIC- Proc Origem:05000452 008	MODULO SECURITY SOLUTIONS S/A CNPJ: 28712123/0003-36	392.209,25	392.209,25	0,00
2010NE900140	3	19/fev/10	71000.555107/2008-02	Assessoria Técnica- Item 02 - Lote 2 .Proc Origem: 05000452008	ALGAR TECNOLOGIA E CONSULTORIA S/A CNPJ:21246699/0001-44	1.159.241,87	1.159.241,87	0,00

2010NE900141	3	19/fev/10	71000.555107/2008-02	Execução de Projeto- Item 03 - Lote 02.Proc Origem: 0500045008	ALGAR TECNOLOGIA E CONSULTORIA S/A CNPJ:21246699/0001-44	1.031.220,54	1.031.220,54	0,00
2010NE900142	3	19/fev/10	71000.555107/2008-02	Análise de Processos de Negócios -Item 04 -Lote 3 .Proc Origem: 05000452008	SOLUÇÃO SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA CNPJ:0496316/0001-58	1.342.499,92	1.342.499,92	0,00
2010NE900143	3	19/fev/10	71000.555107/2008-02	Service deck - Item 05- Lote 4.	SOLUÇÃO SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA CNPJ:0496316/0001-58	539.346,15	539.346,15	0,00
2010NE900144	3	19/fev/10	71000.555107/2008-02	Serviços de Administração de Dados.	SOLUÇÃO SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA CNPJ:0496316/0001-58	974.999,97	974.999,97	0,00
2010NE900145	3	19/fev/10	71000.555107/2008-02	Administração de Banco de Dados.	SOLUÇÃO SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA CNPJ:0496316/0001-58	625.380,00	625.380,00	0,00
2010NE900146	3	19/fev/10	71000.555107/2008-02	Serviço de Sustentação de Rede.	SOLUÇÃO SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA CNPJ:0496316/0001-58	630.833,30	630.833,30	0,00
2010NE900147	3	19/fev/10	71000.555107/2008-02	Serviço de Sustentação de Servidores.	SOLUÇÃO SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA CNPJ:0496316/0001-58	1.319.061,80	1.319.061,80	0,00

2010NE900155	1	24/fev/10	71000.030125/2010-92	Aquisição de Conectores Rj45 Cat 5e E Cabos de Rede Utp Cat 5e.	KRISTA TECNOLOGIA CNPJ: 38058475/0001-01	600,40	600,40	0,00
2010NE900167	1	15/mar/10	71000.094129/2009-65	Aquisição de 02 (Dois) Data Show - Dispensa 15/2010 - CGI/SENARC	VISARTE AUDIOVISUAIS LTDA-EPP CNPJ:01695887/0001-05	4.400,00	4.400,00	0,00
2010NE900317	3	8/jul/10	71000.036461/2010-49	Serviço de Manutenção Preventiva E Corretiva de Hardware Para Maquina Ibm- Z 10	IBM BRASIL- INDUSTRIA MAUINAS E SERVIÇOS CNPJ: 33372251/0001-56	47.338,30	0,00	47.338,30
2010NE900364	3	10/ago/10	71000.096931/2009-90	Contratação de Licença de Software e Aplicativos para Automação de Escritório e Licenças de Software Compatíveis com a Tecnologia Atualmente Implantada no Ambiente da Informática.	B2BR- BUSINESS TO BUSINESS INFORMATICA CNPJ: 01162636/0001-00	767.649,46	767.649,46	0,00

2010NE900509	3	26/out/10	71000.003443/2010-81	Aquisição de Suporte Para Maquina Z10	IBM BRASIL- INDUSTRIA MAUINAS E SERVIÇOS CNPJ: 33372251/0001-56	416.935,96	0,00	416.935,96
2010NE900510	1	26/out/10	71000.102660/2010-52	Aquisição de 462 Microcomputadores	HEWLETT- PACKARD BRASIL LTDA CNPJ: 61797924/0007-40	936.936,00	936.936,00	0,00
2010NE900511	1	26/out/10	71000.102660/2010-52	Aquisição de 10 Microcomputadores	HEWLETT- PACKARD BRASIL LTDA CNPJ: 61797924/0007-40	26.000,00	26.000,00	0,00
2010NE900526	3	29/out/10	71000.555107/2008-02	1º Termo Aditivo ao Contrato 04/2009 - Análise de Processos de Negócios - Item 04 - Lote 3. Proc. de Origem 05000452008	SOLUÇÃO SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA CNPJ:0496316/0001-58	149.166,66	149.166,66	0,00
2010NE900527	3	29/out/10	71000.555107/2008-02	1º Termo Aditivo ao Contrato 05/2009 - Service desk - Item 06 - Lote 4. Proc. de Origem 05000452008	SOLUÇÃO SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA CNPJ:0496316/0001-58	60.208,33	60.208,33	0,00
2010NE900528	3	29/out/10	71000.555107/2008-02	1º Termo Aditivo ao Contrato 06/2009 - Serviços de Administração	SOLUÇÃO SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA CNPJ:0496316/0001-58	108.333,33	108.333,33	0,00

				de Dados - Item 06 - Lote 5. Proc. de Origem 05000452008				
2010NE900529	3	29/out/10	71000.555107/2008-02	1º Termo Aditivo ao Contrato 06/2009 - Administração de Banco de Dados - Item 07 - Lote 5. Proc. de Origem 05000452008	SOLUÇÃO SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA CNPJ:0496316/0001-58	70.000,00	70.000,00	0,00
2010NE900530	3	29/out/10	71000.008604/2006-46	5º Termo Aditivo ao Contrato 11/2008 - Prestação de Serviços de Apoio A Atividade de Informática. Proc. de Origem 06000142008	SOLUÇÃO SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA CNPJ:0496316/0001-58	52.837,56	52.837,56	0,00
2010NE900531	3	29/out/10	71000.500369/2008-21	2º Termo Aditivo ao Contrato 18/2008. Proc. de Origem 05000222008	SOLUÇÃO SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA CNPJ:0496316/0001-58	136.916,66	136.916,66	0,00
2010NE900533	3	29/out/10	71000.555107/2008-02	2º Termo Aditivo ao Contrato 02/2009 - Auditoria TIC -	MODULO SECURITY SOLUTIONS S/A CNPJ: 28712123/0003-36	317.444,25	317.444,25	0,00

				Item 01 - Lote 01. Proc. de Origem 05000452008				
2010NE900537	3	29/out/10	71000.555107/2008-02	2º Termo Aditivo ao Contrato 03/2009 - Assessoria Técnica - Item 02 - Lote 02. Proc. de Origem 05000452008	ALGAR TECNOLOGIA E CONSULTORIA S/A CNPJ:21246699/0001-44	144.984,51	144.984,51	0,00
2010NE900532	3	29/out/10	71000.003233/2007-97	2º Termo Aditivo ao Contrato 39/2007. Proc. de Origem 05000362007	CTBC MULTIMÍDIA DATA NET S/A CNPJ:04622116/0001-13	166.645,67	166.645,67	0,00
2010NE900534	3	29/out/10	71000.516242/2008-24	1º Termo Aditivo ao Contrato 11/2009. Proc. de Origem 03000012008	MSA INFOR SISTEMAS E AUTOMAÇÃO LTDA CNPJ:19138940/0004-12	143.463,03	143.463,03	0,00
					TOTAL CGI	21.296.352,36	20.827.161,43	469.190,93



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
SECRETARIA EXECUTIVA

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010

AGREGADO I

Unidade Jurisdicionada	SECRETARIA EXECUTIVA
<i>Agregadas</i>	Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010

Relatório de Gestão do exercício de 2010 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 108/2010, da Portaria TCU nº 277/2010 e das orientações do órgão de controle interno.

Consolidada	SECRETARIA EXECUTIVA
Agregadas	Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza

SUMÁRIO

ITEM 1 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27 DE OUTUBRO DE 2010.....	6
RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO E AGREGADO	6
2. PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010	8
2.1 Responsabilidades institucionais da unidade.....	8
2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais	11
2.3 Programas de Governo sob a responsabilidade da Unidade	13
2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro.....	44
3. PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010.	46
4. PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010	46
4.1 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	46
5. PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010.	47
5.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos.....	47
5.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas	48
5.3 Composição do Quadro de Estagiários	49
5.4 Quadro de Custos de Recursos Humanos.....	49
5.5 Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra.....	51
5.6 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos.....	51
6. PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010.	53
7. PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010.	53
8. PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010.	53
9. PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU Nº107, DE 27/10/2010.	53
10. PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010.	54
10.1 Gestão de Tecnologia da Informação (TI).....	54
11. PARTE A, ITEM 14, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/ 10/2010.....	56
12. PARTE A, ITEM 15, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010.	56
12.1 Deliberações do TCU atendidas no exercício	56
12.2 Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício.....	58
12.3 Recomendações do OCI atendidas no exercício	58
12.4 Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício.....	59
B. PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010 – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO.....	60
13. PARTE B, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010	60
13.1 Declaração Plena, com Ressalva ou Adversa	60
14. PARTE B, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN Nº 107, DE 27/10/2010.	60
C. PARTE C DO ANEXO II DA DN 107/2010 – CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS.....	60
15. PARTE C, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010.	60
16. PARTE C, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010.	60
17. PARTE C, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010.	60
18. PARTE C, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010.....	61
19. PARTE C, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010.....	61
20. PARTE C, ITEM 16, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010.....	61
20.1 Contratação de consultores na modalidade òprodutoõ, no âmbito dos projetos de cooperação técnica com organismos internacionais.....	61

20.2	Análise crítica.....	167
21.	PARTE C, ITEM 30, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010.....	167

LISTA DE QUADROS

QUADRO I - A.1.4 - IDENTIFICAÇÃO – RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO E AGREGADO.....	6
QUADRO II - ATRIBUIÇÕES INSTITUCIONAIS DA SAGI, DEFINIDAS NO ART. 26 DO DECRETO N.º 7.079/2010.....	8
QUADRO III - OBJETIVOS E ATIVIDADES ESTRATÉGICAS DA SAGI.....	11
QUADRO IV - A.2.1 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO.....	13
QUADRO V - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (2010).....	14
QUADRO VI - DETALHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (2010) – AÇÃO 4923.....	14
QUADRO VII - DETALHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (2010) – AÇÃO 6877.....	15
QUADRO VIII - A.2.2 - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ.....	16
QUADRO IX - EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DA AÇÃO 4923 - AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME.....	16
QUADRO X - ESTUDOS E PESQUISAS DE AVALIAÇÃO CONCLUÍDAS EM 2010.....	18
QUADRO XI - ESTUDOS E PESQUISAS DE AVALIAÇÃO EM ANDAMENTO EM 2010, COM CONTINUIDADE EM 2011.....	19
QUADRO XII - FERRAMENTAS DESENVOLVIDAS OU APRIMORADAS EM 2010.....	23
QUADRO XIII - AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO OPERACIONAL - AÇÃO 4923, ANOS 2008, 2009 E 2010.....	28
QUADRO XIV - EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DA AÇÃO 6877: CAPACITAÇÃO DE AGENTES PÚBLICOS E SOCIAIS EM POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME.....	29
QUADRO XV - RECURSOS PROVENIENTES DA AÇÃO 8893 - APOIO À ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SUAS.....	29
QUADRO XVI - RESULTADOS QUANTITATIVOS PARCIAIS DA CAPACITAÇÃO PARA CONTROLE SOCIAL NOS MUNICÍPIOS – ASSISTÊNCIA SOCIAL E BOLSA FAMÍLIA POR ALUNOS PARTICIPANTES E POR VALORES EXECUTADOS (DEZEMBRO DE 2010).....	31
QUADRO XVII - ATIVIDADES DE CAPACITAÇÃO (2010).....	33
QUADRO XVIII - RELAÇÃO DAS PUBLICAÇÕES EDITADAS EM 2010.....	35
QUADRO XIX - CONTEMPLADOS DO PRÊMIO ROSANI CUNHA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL.....	37
QUADRO XX - RELAÇÃO DAS MISSÕES TÉCNICAS INTERNACIONAIS.....	38
QUADRO XXI - RELAÇÃO DAS MISSÕES TÉCNICAS INTERNACIONAIS RECEBIDAS.....	38
QUADRO XXII - A.2.3 - IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS.....	44
QUADRO XXIII - A.2.4 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES.....	44
QUADRO XXIV - A.2.5 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CAPITAL.....	44
QUADRO XXV - A.2.6 - QUADRO RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS.....	44
QUADRO XXVI - A.2.7 - MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA.....	44
QUADRO XXVII - A.2.8 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ.....	45
QUADRO XXVIII - A.2.9 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ.....	45
QUADRO XXIX - A.2.10 - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ.....	45

QUADRO XXX - A.2.11 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO	45
QUADRO XXXI - A.2.12 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO	46
QUADRO XXXII - A.2.13 - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO	46
QUADRO XXXIII - A.5.1 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010 ...	47
QUADRO XXXIV - A.5.2 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS POR FAIXA ETÁRIA - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010	48
QUADRO XXXV - A.5.3 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS POR FAIXA ETÁRIA - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010	48
QUADRO XXXVI - A.5.4 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010 ..	48
QUADRO XXXVII - A.5.5 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010	49
QUADRO XXXVIII - A.5.6 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS	49
QUADRO XXXIX - A.5.7 - QUADRO DE CUSTOS DE RECURSOS HUMANOS NOS EXERCÍCIOS DE 2008, 2009 E 2010.....	49
QUADRO XL - A.5.8 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA.....	51
QUADRO XLI - A.5.9 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA	51
QUADRO XLII - A.5.10 - DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL CONTRATADO MEDIANTE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA.....	51
QUADRO XLIII - A.12.1 – GESTÃO DE TI DA UJ.....	54
QUADRO XLIV - A.15.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO	56
QUADRO XLV - A.15.2 - SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO	58
QUADRO XLVI - A.15.3 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI	58
QUADRO XLVII - A.15.4 - SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO.....	59
QUADRO XLVIII - B.1.1 - DECLARAÇÃO PLENA DO CONTADOR	60
QUADRO XLIX - C.16.1 - CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS	61

Item 1 da Parte A do Anexo II da DN TCU nº 107, de 27 de outubro de 2010.

Relatório de Gestão Consolidado e Agregado

Quadro XXXIII - A.1.4 - IDENTIFICAÇÃO ó RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO E AGREGADO

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação ou Supervisão: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome			Código SIORG: 001945
Identificação da Unidade Jurisdicionada consolidadora e agregadora			
Denominação completa: Secretaria Executiva			
Denominação abreviada: SE			
Código SIORG: 001945	Código na LOA: 55101		Código SIAFI: 550003
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Administração Pública em Geral			Código CNAE: 8411-6
Telefones/Fax de contato:	(061) 3433-1087	(061) 3433-1088	(061) 3433-2911
Endereço eletrônico: secretaria.executiva@mds.gov.brt			
Página da Internet: http://www.mds.gov.br			
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios, Bloco 6C6, 6º Andar, Sala 600, CEP 670.046-900 6 Brasília (DF)			
Identificação das Unidades Jurisdicionadas consolidadas			
Nome	Situação	Código SIORG	
Subsecretaria de Planejamento e Orçamento	ativa	-	
Subsecretaria de Assuntos Administrativos	ativa	-	
Diretoria de Tecnologia da Informação	ativa	-	
Diretoria de Programas	ativa	-	
Ouvidoria	ativa	-	
Corregedoria	ativa	-	
Identificação das Unidades Jurisdicionadas Agregadas			
Número de Ordem: 1			
Denominação completa: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação			
Denominação abreviada: SAGI			
Código SIORG: -	Código na LOA: -		Código SIAFI: 550010
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Administração Pública em Geral			Código CNAE: 8411-6
Telefones/Fax de contato:	(061) 3433-1502	(061) 3433-1501	(061) 3433-1598
Endereço eletrônico: paulo.jannuzzi@mds.gov.br			
Página da Internet: http://www.mds.gov.br/sagi/			
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios, Bloco 6A6, 3º Andar, Sala 307, CEP 670.046-906 6 Brasília (DF)			
Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas			

LEI Nº 10.683, de 28 de Maio de 2003 (DOU 28.05.2003): Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências;	
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 163, de 23 de Janeiro de 2004 (Convertida na Lei Nº 10.869, de 13.5.2004) (DOU 23.01.2004): Altera a Lei Nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências;	
LEI Nº 10.869, de 13 de Maio de 2004 (DOU 14.05.2004): Altera a Lei Nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências;	
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas	
DECRETO Nº 5.074, de 13 de Maio de 2004 (DOU 12.05.2004, republicado DOU 14.05.2004): Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e dá outras providências;	
DECRETO Nº 5.550, de 22 de Setembro de 2005 (Revoga o Dec. 5.074/2004) (DOU 23.09.2005): Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e dá outras providências;	
DECRETO Nº 7.079, de 26 de Janeiro de 2010 (Revoga o Dec. 5.550/2005) (DOU 27.01.2010): Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e dá outras providências;	
PORTARIA MDS Nº 416, de 12 de agosto de 2005 (DOU 15.08.2005): Aprovar o Regimento Interno do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.	
PORTARIA MDS Nº 330, de 11 de outubro de 2006 (DOU 13.10.2006): Aprovar o Regimento Interno do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.	
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas	
GUIA DE POLÍTICAS E PROGRAMAS DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME: http://www.mds.gov.br/portalfederativo/	
PROGRAMA FOME ZERO: http://www.fomezero.gov.br/	
Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
A UG Executora referente à Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação está classificada no SIAFI com o código 550010. Entretanto, apesar da Unidade Gestora estar ativa, as ações orçamentárias sob a responsabilidade desta Secretaria são executadas por diversas Unidades Gestoras, listadas a seguir:	
Código SIAFI	Nome
364102	CNPQ ó Administração Central
550002	Setorial de Orçamento E Finanças/MDS
550005	Coordenação Geral de Logística e Adm/M.D.S.
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Código SIAFI	Nome
00001	Tesouro Nacional
36201	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
364102	36201
550002	00001
550005	00001

2. PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010

2.1 Responsabilidades institucionais da unidade

Competência Institucional

Criada em 2004, a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (SAGI/MDS) filia-se a uma concepção gerencial que reconhece a centralidade estratégica da provisão de informações aos gestores públicos para que eles disponham dos subsídios analíticos necessários ao aperfeiçoamento das ações sob sua responsabilidade. As atribuições institucionais da SAGI, previstas no art. 26 do Decreto n.º 7.079, de 26 de janeiro de 2010, voltam-se, pois, para essa diretriz primordial, qual seja, difundir, entre os gestores do MDS, informações, confiáveis e tempestivas, que fundamentem tecnicamente suas decisões. Conforme estabelecido nesse mesmo dispositivo infralegal, a SAGI deve também promover a formação e a capacitação de agentes públicos e sociais nos três níveis de governo ó federal, estadual e municipal. O fortalecimento da capacidade de atuação dos atores e instituições nos diversos níveis que compõem o arranjo federativo do país é perseguido, assim, pela Secretaria como uma forma de mobilizar e otimizar os esforços e recursos despendidos nacionalmente em favor das políticas sociais implementadas pelo MDS.

Quadro XXXIV - ATRIBUIÇÕES INSTITUCIONAIS DA SAGI, DEFINIDAS NO ART. 26 DO DECRETO N.º 7.079/2010

I. Desenvolver e implementar instrumentos de avaliação e monitoramento das políticas e programas de desenvolvimento social e combate à fome e a gestão da informação no âmbito do Ministério;
II. Elaborar, propor, coordenar e apoiar a implementação de planos, programas, projetos e ações de desenvolvimento social e combate à fome, voltados à promoção: <ul style="list-style-type: none"> a) da capacidade de formulação estratégica, incluindo-se desenvolvimento de sistemas de identificação de populações e áreas vulneráveis, acompanhamento, avaliação e divulgação de resultados e do desempenho organizacional; b) de provimento de informações à formulação de políticas voltadas ao desenvolvimento social e combate à fome; c) de concepções de modelos de gestão voltados para resultados; d) de transparência, controle social e conduta ética na gestão pública; e) da otimização de alocação de recursos para o alcance dos resultados visados; f) de sistemas de informações, aprendizado, competências e conhecimento necessários à excelência dos processos organizacionais; e g) de metodologias de avaliação e monitoramento de políticas de desenvolvimento social e combate à fome;
III. Promover a formação e a capacitação de agentes públicos e sociais nos níveis federal, estadual e municipal;
IV. Promover a gestão do conhecimento, o diálogo das políticas e a cooperação técnica em gestão pública de forma articulada com órgãos, entidades, poderes e esferas federativas e outros países;
V. Apoiar a proposição, avaliação, validação, cálculo e disseminação de indicadores no âmbito das políticas de desenvolvimento social e combate à fome.

Fonte: Decreto n.º 7.079/2010

Objetivos estratégicos

As despesas decorrentes das atividades desenvolvidas pela SAGI inscrevem-se em duas ações do programa 1006 (Gestão da Política de Desenvolvimento Social e Combate à Fome) constante do Plano Plurianual ó PPA do governo federal:

- Ação 4923: Avaliação de Políticas de Desenvolvimento Social e Combate à Fome;
- Ação 6877: Capacitação de Agentes Públicos Sociais em Políticas de Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Os objetivos estratégicos da unidade dialogam com as duas ações orçamentárias assinaladas, sendo assim expressos:

- Desenvolver e implementar atividades de avaliação, monitoramento e gestão da informação, consideradas instrumentos a serviço do aprimoramento da gestão das políticas sociais;
- Promover ações de formação, capacitação e disseminação da informação com vistas ao fortalecimento da capacidade de atuação dos atores e instituições envolvidos na implementação e gestão das políticas sociais nos vários níveis de governo.

As realizações da Secretaria no exercício de referência deste relatório serão detalhadas à frente. Algumas delas, contudo, serão apresentadas nesta seção introdutória, agrupadas por área de atuação da Unidade, para que seja possível, desde já, apreciar o volume de trabalho assumido pela SAGI em 2010.

Na área de avaliação, ressaltam-se a conclusão de dez estudos e pesquisas de avaliação; a divulgação pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) dos dados referentes aos Suplementos de Assistência Social da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC 2009) e de Segurança Alimentar da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD 2009); bem como, a celebração de Termo de Cooperação Técnica com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que resultou no lançamento do Edital CNPq 036/2010 e, conseqüentemente, na contratação de trinta e nove projetos de pesquisa sobre temas afetos às políticas sociais do MDS, a serem executados no primeiro semestre de 2011. Justifica-se a menção à divulgação dos resultados de pesquisas conduzidas pelo IBGE dentre as realizações da SAGI no ano passado, pois esta unidade estabeleceu a interlocução entre o MDS e o Instituto de forma a introduzir os suplementos temáticos na MUNIC 2009 e PNAD 2009.

Em 2010, iniciou-se a reestruturação da área de monitoramento determinada, em grande medida, pelo Decreto n.º 7.079/10, que dividiu em dois o antigo Departamento de Avaliação e Monitoramento (DAM) da SAGI, criando os departamentos de Avaliação (DA) e de Monitoramento (DM) em janeiro de 2010. O processo não impediu, todavia, que a área lograsse êxito na implantação de uma nova metodologia de monitoramento dos programas do MDS, que envolve a consecução das seguintes etapas: mapeamento preliminar e seleção do programa a ser monitorado; elaboração do modelo lógico do programa; elaboração de fluxo detalhado das atividades inerentes ao programa; construção de indicadores; identificação e/ou desenvolvimento de ferramentas de coleta de dados que alimentem os indicadores; e elaboração de relatórios e publicações técnicas. Pretende-se que a evolução dos indicadores resultantes do processo descrito seja apresentada em painéis cuja interface gráfica foi desenvolvida pela área da SAGI encarregada da gestão da informação. Além disso, essas duas áreas, monitoramento e gestão da informação,

atuaram de maneira coordenada para aprimorar, no ano passado, as ferramentas e indicadores referentes aos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), equipamentos públicos nos quais são atendidas, no âmbito do SUAS, famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e de risco social ou pessoal. Os resultados advindos dessas e de outras iniciativas empreendidas pela SAGI, nas áreas de monitoramento e gestão da informação, concorrem para a afirmação de um sistema de acompanhamento do SUAS em sua completude.

Com relação à área de formação/capacitação, a SAGI implementou, em 2010, uma agenda que procurava atender essencialmente às necessidades decorrentes dos vários estágios de desenvolvimento em que se situavam as políticas sociais do MDS. Nesse sentido, cumpre destacar a execução do Projeto "Capacitação para Controle Social nos Municípios", cujo objetivo era oferecer aos membros dos Conselhos Municipais de Assistência Social (CMAS) e das Instâncias de Controle Social do Programa Bolsa Família (ICS/PBF) conhecimentos e atitudes essenciais ao desempenho de suas atribuições legais, por meio de uma série de aulas expositivas e oficinas de aprendizagem. Apenas em 2010, o Projeto respondeu pela capacitação de 9.506 (nove mil, quinhentos e seis) alunos, distribuídos em todos os municípios brasileiros, o que constitui, inegavelmente, uma notável contribuição para o fortalecimento da capacidade de atuação dos atores envolvidos com a operacionalização das políticas do MDS em nível local.

A SAGI possui ainda uma área inteiramente dedicada à disseminação de suas ações, sejam elas pesquisas de avaliação, relatórios de monitoramento ou esforços de capacitação de agentes públicos e sociais. Essa é uma área estratégica, pois atua no sentido da promoção da transparência da gestão dos programas do MDS e da difusão do conhecimento acumulado pela Secretaria entre gestores e técnicos nos diversos níveis de governo e outros tantos potenciais interessados nesse conhecimento, como, por exemplo, pesquisadores, representantes de órgãos de comunicação e auditores dos órgãos de controle interno e externo aos quais o Ministério está submetido. Sobre as ações da área em 2010, destaca-se a produção de oito publicações impressas, 14 publicações eletrônicas e um *cd-rom* com todas as avaliações e monitoramento do período 2004-2010, que tratam de temas diversos, que vão dos benefícios eventuais da Assistência Social à rede de equipamentos públicos de alimentação e nutrição. Além de publicações de responsabilidade da própria Secretaria, a SAGI dissemina o conteúdo de suas ações também em obras de outros órgãos, tendo, em 2010, participado da redação de artigos ou capítulos relativos a publicações do IPEA, IBGE, Presidência da República e de outras unidades do MDS.

A participação em eventos também é instrumento importante de disseminação dos resultados alcançados pelas políticas do MDS e de discussão sobre gargalos identificados, de forma a fazer uso do conteúdo desses debates ampliados na crítica interna das ações do Ministério. Em 2010, a SAGI expôs o resultado de pesquisas de monitoramento e avaliação em eventos promovidos pelo IBGE, IPEA, Defensoria Pública, além de encontros de associações profissionais como a Associação Latinoamericana de População (ALAP), Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP) e ANPOCS. Destacando-se ainda a participação na implantação do Instituto Social do Mercosul em Assunção no Paraguai.

2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais

Para atingir os objetivos estratégicos, a SAGI desenvolve atividades articuladas em suas áreas de atuação: Avaliação, Monitoramento, Formação de Agentes Públicos e Sociais, Disseminação e Gestão da Informação. Na consecução dessas atividades, a SAGI tem fortalecido o relacionamento com os responsáveis pelos programas no MDS, estados e municípios; agentes de auditoria, fiscalização e controle social; pesquisadores e especialistas, favorecendo a transparência da gestão e o intercâmbio de informações que possibilitem ampliar a eficiência e a efetividade das políticas e dos programas sob a responsabilidade do MDS.

O empenho da SAGI no cumprimento de seus objetivos traduz-se, na prática, em uma série de atividades, dispostas esquematicamente no quadro a seguir:

Quadro XXXV - OBJETIVOS E ATIVIDADES ESTRATÉGICAS DA SAGI

<u>Objetivo Estratégico I:</u>
Desenvolver e implementar atividades de avaliação, monitoramento e gestão da informação, consideradas instrumentos a serviço do aprimoramento da gestão das políticas sociais.
<p>Atividades estratégicas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Pactuar com as Secretarias finalísticas agendas de atividades de avaliação, monitoramento e gestão da informação; - Desenvolver análises e estudos com bases de dados secundários, provenientes, inclusive, de pesquisas concluídas, contratadas pela SAGI; - Promover a formação continuada dos técnicos da SAGI em diferentes níveis de aprofundamento e áreas temáticas relacionadas ao monitoramento e avaliação de políticas públicas e metodologias de pesquisa; - Intensificar as relações de cooperação e intercâmbio interinstitucional que aportem conhecimentos técnicos à SAGI; - Estabelecer canais internos de comunicação no MDS por meio da identificação de pontos focais e da criação de grupos de trabalho; - Identificar necessidades e problemas relativos à gestão da informação em nível estratégico e gerencial; - Elaborar metodologia de construção e implementação de instrumentos de monitoramento e gestão da informação, considerando a integração das ferramentas de coleta, visualização e utilização de dados; - Definir níveis de acesso aos instrumentos de monitoramento; - Criar instrumentos específicos para facilitar a atualização dos dados dos programas sociais a partir das Secretarias; - Ampliar a disseminação das ferramentas da SAGI para as áreas finalísticas do MDS, estados, municípios e outros órgãos interessados; - Sistematizar fluxos e processos de trabalho que fomentem o compartilhamento dos dados e informações; - Realizar avaliações periódicas sobre a apropriação de conhecimento gerado pela SAGI.
<u>Objetivo Estratégico II:</u>
Promover ações de formação, capacitação e disseminação da informação com vistas ao fortalecimento da capacidade de atuação dos atores e instituições envolvidos na implementação e gestão das políticas sociais nos vários níveis de governo.
<p>Atividades estratégicas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Construir agenda e elaborar os projetos de capacitação de forma compartilhada com as Secretarias finalísticas; - Propor atividades de capacitação destinadas à difusão de competências de avaliação e monitoramento nos estados e municípios;

- Elaborar linha editorial de capacitação em avaliação e monitoramento voltada para agentes públicos e sociais em nível local;
- Fortalecer a Rede Nacional de Capacitação Descentralizada;
- Definir novos meios de disseminação e de mecanismos que garantam sua operacionalização;
- Institucionalizar regras e procedimentos internos para o acesso aos dados e resultados de pesquisas e estudos e às ferramentas informacionais do MDS;
- Fomentar a disseminação das informações, por meio de iniciativas de divulgação e treinamento, do acesso e da utilização dos resultados das avaliações e das ferramentas informacionais.

Fonte: SAGI/MDS

A estrutura organizacional da SAGI abriga quatro departamentos (Avaliação; Monitoramento; Formação e Disseminação; e Gestão da Informação), além do Gabinete. Os departamentos operam segundo uma lógica que privilegia o compartilhamento interno de dados, informações e competências técnicas, potencializando, com isso, o uso que a Secretaria faz dos recursos humanos e materiais de que dispõe. O funcionamento da unidade busca superar, portanto, a obsoleta concepção de divisão do trabalho em compartimentos com pouca ou nenhuma interação entre si. Explica-se, deste modo, por que as atividades da SAGI são apresentadas neste relatório agregadas por áreas de atuação, e não por departamentos. De fato, o objetivo é apoiar as demais Secretarias no aperfeiçoamento de suas atividades, por meio da utilização de metodologias de monitoramento, cujos indicadores mensurem, adequadamente, a correspondência esperada entre as atividades desempenhadas, os resultados imediatos das ações implementadas, bem como, os impactos de médio e longo prazo na população, o que será possível com avaliações de maior amplitude desses programas e ações propiciadas por pesquisas quantitativas e qualitativas.

Com isso, a SAGI intensificou suas relações com as Secretarias finalísticas do MDS (Secretaria Nacional de Renda de Cidadania, Secretaria Nacional de Assistência Social, Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; e Secretaria de Articulação para Inclusão Produtiva), clientes prioritários dos processos de avaliação, monitoramento, capacitação e gestão da informação, por ela desenvolvidos.

As atividades da SAGI têm sido complementadas pelas atividades de capacitação, que têm por objetivo a consolidação das políticas de proteção e promoção social não contributiva, a identificação das competências necessárias ao aprimoramento de serviços e benefícios oferecidos, e o efetivo exercício do controle e da participação social. Isso inclui desde capacitações para o controle social dos Conselheiros Municipais e Estaduais até cursos de Especialização em Gestão de Políticas Públicas de Proteção Social. Integram, ainda, essa estratégia as atividades de disseminação dos resultados das pesquisas e das ações de monitoramento dos programas e políticas, por meio de publicações impressas e eletrônicas e, também, o Prêmio Rosani Cunha de Desenvolvimento Social que, identificou, premiou e divulgou práticas e estudos acadêmicos sobre ações de proteção e promoção social.

Vale notar que a SAGI atua fortemente com duas outras unidades do MDS: a Subsecretaria de Assuntos Administrativos (SAA) e a Diretoria de Projetos Internacionais (DPI). A primeira é responsável pela execução direta dos recursos do Tesouro Nacional garantidos à SAGI; a segunda mantém a interlocução com os Organismos Internacionais do Sistema ONU (FAO, PNUD e UNESCO) com os quais o MDS tem firmado projetos de cooperação técnica. As duas vias citadas apoiam a SAGI na contratação, por meio de processos licitatórios amplamente divulgados, pesquisas de avaliação e monitoramento e atividades de capacitação junto a instituições externas, em estrita observância às disposições da Lei n.º 8.666/93 e dos Manuais de Convergência dos Organismos Internacionais, quando é o caso. Registre-se que o trâmite administrativo inerente às

contratações, dificultado por contingências de recursos - financeiros e humanos ó, ainda implicam em certa morosidade para a efetivação dos processos.

Essa estratégia propicia a conjugação entre as competências do quadro funcional da SAGI e competências ofertadas no mercado ou encontradas no meio acadêmico, possibilitado pelas atividades contratadas. Na tentativa de aportar conhecimento especializado aos seus projetos, a SAGI vale-se também da contratação de serviços técnicos de consultoria nos projetos de cooperação técnica internacional, seguindo as orientações do Decreto n.º 5.151/04 e da Portaria MRE n.º 717/06. E mais, apóia-se ainda em parceiros externos que incluem, entre outros, a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP); a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS); o IPEA, o IBGE e o CNPq, tendo, inclusive, conduzido as negociações que antecederam a celebração de acordos e termos de cooperação entre o MDS e os três últimos parceiros citados.

Como resultado desse esforço, verifica-se a crescente valorização da SAGI, principalmente, pelo aumento do interesse dos gestores do MDS de utilizar informações quantitativas e qualitativas para orientar a tomada de decisão e de representantes de governos estrangeiros, sobretudo, de países latino-americanos, o que pode ser verificado pelo número de 6 (seis) missões internacionais recebidas em 2010. Momentos de intercâmbio de experiências como os descritos são valorizados pela Secretaria como oportunidades para o aprofundamento de formas de cooperação Sul-Sul, diferenciadas pelo fluxo bilateral de conhecimentos.

2.3 Programas de Governo sob a responsabilidade da Unidade

Relação dos programas e suas principais ações

2.3.1 Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

Quadro XXXVI - A.2.1 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO

A SAGI executa duas ações do programa 1006 ó Gestão da Política de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que não está sob sua gestão. Neste sentido, não cabe o preenchimento do presente quadro.

As atividades desenvolvidas pela SAGI inscrevem-se em duas ações do programa 1006:

- Ação 4923: Avaliação de Políticas de Desenvolvimento Social e Combate à Fome;
- Ação 6877: Capacitação de Agentes Públicos Sociais em Políticas de Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Quadro XXXVII - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (2010)

Informações Orçamentárias e Financeiras das Ações da SAGI do Programa 1006 ó Gestão da Política de Desenvolvimento Social e Combate à Fome						Em R\$ 1,00
Ação	Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
	Inicial	Final				
4923	4.650.486	4.650.486	3.550.486	1.298.308	2.252.178	1.246.979
6877	11.425.000	11.425.000	11.395.491	4.624.517	6.770.974	4.624.517

Fonte: SIAFI Gerencial

Quadro XXXVIII - DETALHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (2010) ó AÇÃO 4923

Programa 1006 - Gestão da Política de Desenvolvimento Social e Combate à Fome					R\$ 1,00
Ação	Cretores Fonte	Valor Empenhado	Valor Pago	Finalidade	
4923	DATAMETRICA - CONSULTORIA, PESQUISA E TELEMARKETING LTD ¹	1.478.900,00	887.340,00	Avaliação Quantitativa da Implementação do PJA - Projovem Adolescente - Serviço Sócioeducativo	
	INDAGO PESQUISAS, MARKETING & EVENTOS LTDA - EPP	211.747,82	0,00	Coleta de Dados sobre Educação e Inclusão Financeira das Famílias Inscritas no CadÚnico	
	CNPQ ó DESTAQUE ORÇAMENTÁRIO	1.442.598,00	0,00	Termo de Cooperação entre o MDS e o CNPq	
	F.J. PRODUCOES LTDA	202.232,18	144.631,18	Prestação de serviços relacionados à infra-estrutura do evento òPrêmio Rosani Cunha de Desenvolvimento Socialö	
	SPSS BRASIL DESENVOLVIMENTO E COMERCIALIZACAO DE SOFTW	146.908,00	146.908,00	Aquisição de licenças do SPSS	
	DATAMETRICA - CONSULTORIA, PESQUISA E TELEMARKETING LTD	68.100,00	68.100,00	Avaliação de Impacto do Benefício de Prestação Continuada (BPC/Primeira rodada)	
Total da Ação		3.550.486,00	1.246.979,18		

Fonte: SIAFI e SISPOAD

¹ Mudanças no plano amostral da pesquisa sobre a implementação do Projovem Adolescente (PJA), ocorridas após a formalização do contrato n.º 12/2010 com a empresa Datamétrica - Consultoria, Pesquisa e Telemarketing, determinaram uma redução no valor da contratação da ordem de R\$91.702,57, passando esta de R\$1.478.900,00 para R\$1.387.197,43, conforme consta do primeiro termo aditivo ao contrato referido, publicado à página 229, seção 3, do D.O.U. de 1º de julho de 2010. A supressão não foi, no entanto, registrada em momento oportuno pela Coordenação Geral de Orçamento e Finanças do MDS. O erro foi detectado por ocasião da elaboração deste relatório e já foi devidamente saneado, mediante cancelamento em valor computado em Restos a Pagar, o que pode ser constatado com a extração de relatórios atualizados do SIAFI gerencial.

Quadro XXXIX - DETALHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (2010) ó AÇÃO 6877**Programa 1006 - Gestão da Política de Desenvolvimento Social e Combate à Fome****R\$ 1,00**

Ação	Credores Fonte	Valor Empenhado	Valor Pago	Finalidade
6877	Gráfica e Editora Brasil Ltda.	502.848,56	502.848,56	Serviços gráficos (Contrato SPOA)
	Fundação Escola Nacional de Administração Pública (ENAP)	264.231,89	55.011,62	Curso de especialização em Gestão de Políticas Públicas de Proteção e Desenvolvimento Social - ENAP
	Fundação Escola Nacional de Administração Pública (ENAP)	28.651,98	28.651,98	Curso de aperfeiçoamento em Avaliação e Monitoramento em Programas Sociais - ENAP
	EAQD LORENO SOLUCOES EM EDUCACAO E TECNOLOGIA LTDA.	291.893,95	23.630,19	Criação de núcleo virtual de capacitação de agentes públicos municipais
	Prover Saúde e Meio Ambiente Ltda.	2.051.499,45	932.499,75	Capacitação de Agentes Públicos Municipais de Controle Social da Política de Assistência Social e do Programa Bolsa Família (Lote 1)
	SOLAR CONSULTORIA EM GESTAO E PESQUISA LTDA - EPP	3.628.999,98	1.205.800,00	Capacitação de Agentes Públicos Municipais de Controle Social da Política de Assistência Social e do Programa Bolsa Família (Lotes 2 e 3)
	Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES)	1.600.000,00	500.000,00	Capacitação de Agentes Públicos Municipais de Controle Social da Política de Assistência Social e do Programa Bolsa Família (Lote 4)
	Instituto Brasileiro de Estudos e Pesquisas (INBRAPE)	3.027.365,00	1.376.075,00	Capacitação de Agentes Públicos Municipais de Controle Social da Política de Assistência Social e do Programa Bolsa Família (Lotes 5 e 6)
	Total da Ação	11.395.490,81	4.624.517,10	
	Total Geral (Ações 4923 e 6877)	14.945.976,81	5.871.496,28	

Fonte: SIAFI e SISPOAD

2.3.2 Execução Física das ações realizadas pela UJ

Quadro XL - A.2.2 - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

Valores em R\$ 1,00

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
08	121	1006	4923	A	4	Unidade	3	3	3*
08	244	1006	6877	A	4	Unidade	10.000	9523	25.000

Fonte: LOA 2010 e 2011 e SIGPLAN

*Em 2011, a meta física da ação 4923 é Programa avaliado (unidade) e 2010 é Política avaliada (unidade).

Considerações sobre o atingimento das metas físicas e financeiras

Ação 4923 - Avaliação de Políticas de Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Quadro XLI - EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DA AÇÃO 4923 - AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME

META	PREVISÃO (LOA+Créditos)	EMPENHADO	%	REALIZADO	%	PAGO	%
Financeira	R\$ 4.650.486	R\$ 3.550.486	76,34	R\$ 1.298.308	27,91	R\$ 1.246.979	26,81
Física	03 (políticas avaliadas)	-	-	03 (políticas avaliadas)	100%	-	-

Fonte: SIGPLAN

As políticas implementadas pelo MDS podem ser agrupadas em quatro áreas ó transferência de renda; articulação para inclusão produtiva; assistência social; segurança alimentar e nutricional. Para 2010, a SAGI havia previsto a realização de pesquisas sobre programas, benefícios e serviços afetos a três dessas áreas, indiscriminadamente. A meta foi alcançada com a conclusão no ano de referência de pesquisas nas seguintes áreas:

- Transferência de renda: Pesquisa Qualitativa sobre Educação e Inclusão Financeira das Famílias Inscritas no CadÚnico;
- Assistência social: Avaliação de Impacto do Benefício de Prestação Continuada; Manuais Operativos do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil; Estudo sobre Metodologias de Trabalho Social no Âmbito do Programa de Atenção Integral à Família; Avaliação Qualitativa da Implementação do ProJovem Adolescente;

- Segurança alimentar e nutricional: Avaliação da Sustentabilidade do Programa Cisternas em parceria com a ASA; Pesquisa de Avaliação Continuada do Projeto de Produção Agroecológica Integrada Sustentável.

O contraste entre o nível de execução física e financeira das metas estabelecidas para a ação 4923 decorre, em grande medida, do fato da SAGI realizar suas duas ações (4923 e 6877) por meio da descentralização de recursos da Setorial de Orçamento/MDS para outras Unidades Gestoras, que executam diretamente os recursos ou o fazem por meio de projetos de cooperação técnica internacional. Como já registrado, a morosidade dos trâmites administrativos, que necessariamente antecedem a assinatura dos contratos e a efetivação dos pagamentos pelos serviços prestados à unidade, comprometem, todavia, a execução dos valores empenhados a seu pedido. Além disso, alternativas anteriormente aventadas para agilizar tais trâmites não se provaram tão eficazes, ainda que economicamente vantajosas. Os pregões eletrônicos destinados à contratação de empresas encarregadas da Avaliação Quantitativa da Implementação do Projovem Adolescente PJA e da Coleta de Dados sobre Educação e Inclusão Financeira das Famílias Inscritas no CadÚnico prolongaram-se por meses, pois as empresas classificadas nas primeiras posições da etapa de lances dos certames não conseguiram demonstrar o atendimento a condições editalícias diversas, em especial, àquelas relacionadas à capacidade técnica profissional e operacional exigidas. Diante dessa constatação e da recomendação legal para que sejam utilizados pregões na aquisição de bens e serviços que possam ser considerados comuns, nos termos da Lei n.º 10.520/02, a SAGI tem se dedicado ao mapeamento dos fluxos administrativos pelos quais passam seus processos de contratação e pagamento, para identificar pontos críticos nesses fluxos e reconhecer alternativas, sob sua ingerência, para agilizá-los. Esse esforço tem sido facilitado pelo bom relacionamento que a Secretaria mantém com a área de compras da SAA e com a DPI.

Avaliação

A área de avaliação concluiu dez estudos e pesquisas de avaliação e contratou doze outros projetos dessa natureza junto a instituições externas e consultores técnicos em 2010, como pode ser observado nos quadros abaixo. A SAGI tem priorizado, nessa fase do seu desenvolvimento institucional, em que já acumulou experiência na sistemática de contratações via SAA ou DPI, projetos de maior vulto e complexidade; ao contrário do que ocorria nos primeiros anos decorridos de sua fundação, quando centrava seus recursos na contratação de estudos e pesquisas de curta duração e de menor complexidade técnico-metodológica. Os projetos aos quais a área de avaliação hoje se dedica tratam, em sua maioria, de problemas de gestão já bem delineados ou de áreas em que o MDS precisa avançar. Esse é o caso, por exemplo, dos três projetos contratados no âmbito da Agenda do Conhecimento, cooperação firmada com o Banco Interamericano de Desenvolvimento e financiada com recursos do BID revertidos ao MDS a fundo perdido. Mais além, ressalta-se a preocupação da SAGI com a apropriação dos resultados de suas pesquisas pelas secretarias finalísticas e da contribuição dos mesmos para o enfrentamento dos desafios impostos à implementação de políticas pelo MDS, refletida na contratação de dois estudos a esse respeito, um deles já concluído, conforme mostram os quadros.

Quadro XLII - ESTUDOS E PESQUISAS DE AVALIAÇÃO CONCLUÍDAS EM 2010

Identificação do Estudo/ Pesquisa de Avaliação		Fonte de recursos/Forma de execução	Responsável pela execução
SENARC	Pesquisa Qualitativa sobre Educação e Inclusão Financeira das Famílias Inscritas no CadÚnico	Tesouro ¹	Equipe do Departamento de Avaliação
SNAS	Avaliação de Impacto do Benefício de Prestação Continuada (BPC/Primeira rodada)	Tesouro/SAA	Datamétrica
	Manuais Operativos do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI / Cadernos Metodológico e Operacional)	BID/PNUD	Pessoa Física (2 consultores)
	Estudo sobre Metodologias de Trabalho Social no Âmbito do Programa de Atenção Integral à Família (PAIF)	Tesouro/PNUD	Pessoa Física (3 consultores)
	Avaliação Qualitativa da Implementação do ProJovem Adolescente (PJA)	Tesouro/Unesco	Pessoa Física (5 consultores)
SESAN	Avaliação da Sustentabilidade do Programa Cisternas em parceria com a ASA	Tesouro/FAO	FUNDER / EMBRAPA
	Pesquisa de Avaliação Continuada do Projeto de Produção Agroecológica Integrada Sustentável (PAIS) ²	Não se aplica	Equipe do Departamento de Avaliação
TEMAS TRANSVERSAIS	Estudos sobre as Contribuições das Pesquisas da SAGI nos Campos da Transferência de Renda e de Serviços Socioassistenciais	Tesouro/PNUD	Pessoa Física (1 consultor)
	Pesquisa de opinião pública ó Conhecimento e avaliação dos programas sociais	Tesouro/PNUD	Datafolha
	Pesquisa de opinião pública ó Conhecimento e avaliação dos programas sociais (renda até dois salários mínimos)		

1. Passagens e diárias pelo SCPD.

2. Concepção desenvolvida pelo DA/SAGI; atividade de monitoramento contínua.

Fonte: DA/SAGI/MDS

A relação de estudos e pesquisas de avaliação concluídas reflete, em grande medida, o Plano Anual de Monitoramento e Avaliação (PAMA) para o ano de 2010, proposto pelo Grupo de Trabalho (GTMA) encarregado dessa tarefa, nos termos da Portaria n.º 160, de 9 de maio de 2008. Natural que isso tenha ocorrido, considerando que o planejamento foi concluído quando muitas das pesquisas listadas já se encontravam em estágio avançado de andamento. Desde já, reconhece-se o atraso na elaboração do PAMA para 2011 e atribui-se tal fato à rotatividade dos membros do GTMA, verificada com maior intensidade nos últimos meses do mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva. A dinâmica estabelecida em meio ao processo de transição de governo, marcada por alterações nos quadros funcionais das secretarias e na própria estrutura organizacional do MDS, repercutiram sobre o GTMA, esvaziando as discussões nele travadas, uma vez que diversos membros do grupo se desligaram do Ministério ou mudaram de área dentro da instituição, inviabilizando, portanto, a sua continuidade como representantes das unidades originais e o êxito da construção coletiva do grupo. A retomada do trabalho de elaboração do PAMA de 2011, no âmbito do GTMA, está condicionada, portanto, à indicação de novos representantes para o referido grupo de trabalho (processo atualmente em curso). Ressalte-se, contudo, que o atraso assinalado terá, ao menos, uma implicação positiva ó possibilitará a convergência entre o planejamento das ações de avaliação e monitoramento do MDS e as novas diretrizes traçadas para as iniciativas sob responsabilidade da pasta, sobretudo, o conjunto de ações que tem sido chamado de Programa de Erradicação da Extrema Pobreza.

Quadro XLIII - ESTUDOS E PESQUISAS DE AVALIAÇÃO EM ANDAMENTO EM 2010, COM CONTINUIDADE EM 2011

Identificação do Estudo/Pesquisa de Avaliação		Ano de contratação	Fonte de recursos/Forma de execução	Responsável pela execução	% Execução
SENARC	Avaliação de Impacto do Programa Bolsa Família (AIBF/Segunda Rodada)	2009	BIRD/PNUD	Consórcio IFPRI/Datamétrica	75
	Elaboração de Instrumento para a Pesquisa Nacional sobre a Educação e Inclusão Financeira das Famílias Inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico)	2010	Tesouro/PNUD	Pessoa Física (1 consultor)	90
SENARC	Coleta de Dados sobre Educação e Inclusão Financeira das Famílias Inscritas no CadÚnico	2010	Tesouro/SAA	Indago	10
	Estudo sobre os Programas Municipais de Transferência de Renda (PMTR)	Não se aplica	Não se aplica	Equipe do Departamento de Avaliação	60
SNAS	Avaliação da Nova Modalidade de concessão do BPC a Pessoa com Deficiência	2010	IFCI/AECID	Pessoa Física (1 consultor) ¹	10
	Avaliação Quantitativa da Implementação do PJA	2010	Tesouro/SAA	Datamétrica	90
	Avaliação dos Centros de Convivência de Idosos (CCIs)	2010	Tesouro/PNUD	Datamétrica	90
	Estudo sobre Capacidade Protetiva das Famílias	2010	Tesouro/PNUD	Pessoa Física (3 consultores)	50
SESAN	Avaliação do Programa Banco de Alimentos	2010	Tesouro/FAO	FEC/DATAUFF	90
	Estudos sobre as Contribuições das Pesquisas Implementadas pela SAGI no Campo da Segurança Alimentar e Nutricional	2010	Tesouro/FAO	Pessoa Física (1 consultor)	90
TEMAS TRANS-VERSAIS	Avaliação da Situação de Segurança Alimentar e Nutricional em Comunidades Quilombolas Tituladas	2010	BIRD/PNUD	FEC/DATAUFF	10
AGENDA DO CONHECIMENTO (BID) ²	Estudo a respeito das Potencialidades de Inclusão Produtiva de Inscritos no CadÚnico Residentes em Municípios que Receberam Investimentos Recentes na Cadeia do Petróleo e Mineração	2010	BID	Consórcio SACES	80
	Articulação Programa Bolsa Família (PBF) e do BPC com os Serviços do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em Espaços Metropolitanos de Pobreza e Vulnerabilidade Social	2010	BID	CEBRAP	95
	Avaliação das Famílias Consumidoras e dos Beneficiários da Distribuição do Leite do Programa de Aquisição de Alimentos Modalidade Leite (PAA Leite)	2010	BID	Datamétrica	80

1: A consultora foi contratada pela ENAP com recursos de acordo de cooperação entre essa escola de governo, o MDS e a Agência Espanhola de Cooperação (AECID).

2: Projetos contratados com recursos provenientes do BID revertidos ao MDS, a fundo perdido, sob responsabilidade administrativa da DPI/SE.

Fonte: DA/SAGI/MDS

Dentre as realizações da área de avaliação da SAGI em 2010, merece destaque a divulgação pelo IBGE dos dados coletados por meio dos suplementos temáticos de Assistência Social da MUNIC 2009 e de Segurança Alimentar da PNAD 2009. Os suplementos resultaram de Planos de Trabalho estabelecidos entre o MDS e o IBGE; graças a eles, pesquisadores e outros eventuais interessados contam atualmente com ricas bases de dados sobre as principais características dos serviços socioassistenciais ofertados no âmbito da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) nos municípios e sobre o quadro de segurança alimentar da população brasileira. As vantagens da parceria com IBGE são muitas, todas elas derivadas da inquestionável expertise e capacidade operacional dessa instituição para o levantamento de dados em âmbito nacional.

A SAGI espera beneficiar-se também de sua aproximação, em 2010, a outro parceiro estratégico, o CNPq, com quem o MDS celebrou termo de cooperação para o lançamento de edital de seleção de projetos de pesquisa sobre temas afetos à pasta. Por meio desse edital, foram contratadas trinta e nove propostas de estudos a serem executados no primeiro semestre de 2011.

O ano de 2010 foi ainda marcado pelo início da divulgação dos resultados da segunda rodada da Avaliação de Impacto do Programa Bolsa Família (AIBF II), cujos produtos finais encontram-se em revisão para dar lugar a uma segunda etapa de divulgação. Sinteticamente, a respeito dos impactos encontrados, menciona-se que o PBF aumenta a frequência escolar em 4,4 pontos percentuais, aumenta a progressão escolar em 6,0 pontos percentuais e destaca-se que os resultados são ainda mais expressivos para a região Nordeste.

Monitoramento

Em 2010, a SAGI constituiu formalmente o Departamento de Monitoramento ó DM visando a implementar, sistematizar e consolidar os processos de monitoramento no âmbito do MDS.

Fundamentalmente, o objetivo era subsidiar os gestores das secretarias finalísticas com informações tempestivas para a tomada de decisão, inclusive concernentes a eventuais correções de trajetória na gestão de suas ações. Destarte, o monitoramento norteia-se por buscar colaborar no aprimoramento permanente de ações já existentes por meio de melhorias graduais, em contraposição à avaliação, a qual, por se pautar em pesquisas aprofundadas, compreensivas e, geralmente, de longo prazo de execução, visa a analisar sobretudo o mérito de programas governamentais, subsidiando, dessa forma, eventuais redesenhos destas iniciativas ou justificando sua própria existência.

Dentre as atividades de monitoramento destaca-se o monitoramento do SUAS. Em 2010, realizou-se pela terceira vez o Censo SUAS, desta vez abarcando, para além de dados referentes aos Centros de Referência da Assistência Social ó CRAS e Centros de Referência Especializada da Assistência Social ó CREAS, também informações concernentes aos Conselhos Municipais e Gestores Estaduais e Municipais de Assistência Social.

No decurso de 2010 procedeu-se também à análise extensiva dos dados coletados em 2009, reunidos nos dois volumes do Relatório Censo SUAS 2009, um relativo aos CRAS e o segundo referente aos CREAS.

Em adição, a SAGI, conjuntamente com a SNAS, está fazendo estudos para a elaboração do indicador de desenvolvimento dos CREAS. O objetivo é sistematizar as características de funcionamento do CREAS, bem como avaliar as necessidades de intervenções. Em relação ao indicador ID CRAS, em 2010, foram calculados os patamares 2009/2010 com o Banco de Dados do Censo 2009.

Distintamente das análises eminentemente descritivas realizadas em anos anteriores, o Censo 2009 passou a abarcar dados da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios ó PNAD e da Pesquisa de Informações Básicas Municipais ó MUNIC de 2009, de forma a caracterizar o contexto em que operam as unidades da assistência social supracitadas, bem como melhor embasar as inferências realizadas no estudo.

Para além disso, toda a análise foi empreendida a partir de uma perspectiva histórica, buscando-se, sempre que possível, a comparação entre as séries de dados anuais disponíveis para os anos de 2007, 2008 e 2009.

Na análise do Censo SUAS 2010, expandido para um total de cinco áreas, em oposição às duas anteriormente abarcadas, a meta é um aprofundamento das duas vertentes supracitadas, com uma maior inserção e análise cruzada de dados oriundos de diferentes bases, bem como a utilização intensiva de séries temporais.

No âmbito do desenvolvimento de uma nova sistemática de monitoramento dos programas/ações/serviços sociais do MDS, a execução dos trabalhos está dividida em sete fases, agregadas em três etapas que, conjuntamente, constituem o ciclo de monitoramento. A etapa inicial é constituída das fases de mapeamento preliminar e seleção de programas a serem monitorados; construção do modelo lógico.

Por sua vez, a etapa de desenvolvimento engloba a construção de indicadores, alimentação de indicadores e identificação e/ou apoio no desenvolvimento de ferramentas para a coleta de dados estratégicos de programas. Por fim, a etapa final do ciclo ou nova sistemática de monitoramento é composta pelas atividades de elaboração de relatórios e publicações. Estas atividades visam garantir ao gestor informações consistentes e tempestivas para a tomada de decisões.

Em relação aos indicadores a SAGI, em parceria com as Secretarias finalísticas, vem desenvolvendo a construção de indicadores de produtos e resultados dos programas/ações/serviços, a partir da percepção comum que os gestores já monitoram de alguma forma os insumos e atividades necessárias à implementação dos programas, cabendo à SAGI dar suporte a essa ação.

A partir da premissa que o monitoramento deve ser capaz de acompanhar a evolução temporal dos programas/ações/serviços, oferecendo análises comparativas, a SAGI tem investido em painéis de monitoramento. Esses painéis permitirão ao gestor visualizar de forma rápida e simples os indicadores, facilitando sua análise para a tomada de decisões.

De forma complementar aos processos de monitoramento, a SAGI fomentou a revitalização da Rede de Monitoramento da Assistência Social ó RENMAS visando criar mecanismos internos e externos de participação e circulação de informações, bem como compartilhar a cultura entre gestores municipais e estaduais, de que o Monitoramento é uma importante ferramenta na consolidação das Políticas Sociais.

A RENMAS é um espaço virtual que reúne fóruns para discussão de teoria, prática, avanços e desafios relativos ao Monitoramento. O objetivo é disseminar boas práticas e o intercâmbio de informações, dificuldades e idéias entre os gestores municipais e estaduais, bem como servir de plataforma para divulgação de dados importantes como os resultados anuais do Censo SUAS.

Gestão da Informação

Seguindo uma linha de trabalho evolutivo, em busca do aprimoramento dos processos de trabalho e do desenvolvimento de soluções tecnológicas, em 2010, a Secretaria investiu na gestão da informação, com ampliação de suas atividades de desenvolvimento e implementação de soluções tecnológicas e ferramentas eletrônicas, bem como na coleta, organização e publicização dos dados dos programas, ações e projetos. Por meio da consolidação eficiente e dinâmica de um grande repositório de dados, o que se oferece agora é uma diversificação de serviços de visualização e utilização desses dados. Nesse sentido, as consultas sobre as ações MDS disponíveis nos formatos já consolidados pela Matriz de Informações Sociais - MI Social ó ganham maior diversificação com o desenvolvimento e aprimoramento de outras ferramentas integradas:

- **MI Social** ó acesso às informações das ações MDS (uma ou mais) em um determinado tempo (ano ou mês) e espaço pré-selecionados (municípios, estados, Brasil, regiões ou áreas especiais) - tabelas (HTML e Excel) e fichas;
- **MI Vetor** ó acesso às informações de uma ação MDS em tabelas dinâmicas para diferentes tempos (anos e meses) em diferentes espaços territoriais (estados e municípios) ó tabelas e gráficos;
- **RI (Relatório de Informações)** ó visualização das informações de diferentes ações e características de um estado ou município em um ponto no tempo, em formato de relatório, com flexibilidade de seleção de itens para composição do mesmo;
- **Atlas Social** ó produção e edição de mapas, com a distribuição geográfica de uma ação específica, em um ponto no tempo, com possibilidade de seleções técnicas de apresentação (cores, legendas; zoom, etc.) e de diferentes áreas territoriais. A ferramenta também permite o acesso aos dados pré-selecionados em outros formatos, como fichas de uma localidade ou mesmo dos seus vizinhos de fronteira física, e até mesmo, para uma localidade, uma série temporal da informação;
- **MDS em Mapas** ó com temas pré-definidos, possibilita a visualização de mapas com a distribuição geográfica de uma ou mais ações do MDS, sendo essa seleção ações flexível;
- **Painéis de monitoramento** ó painéis temáticos de visualização de diferentes informações, sistemas e ferramentas. Alternativa diferenciada de acesso e visualização de informações de um tema específico.
- **DiciVIP (Dicionário de Variáveis, Indicadores e Programas Sociais)** ó garante o registro e acesso integrado às informações dos dados armazenados, mantidos e atualizados pela Secretaria. A ferramenta passa por constantes atualizações das informações disponibilizadas;

Além do amadurecimento na perspectiva de gestão da informação, com a diversificação das opções de visualização das informações, outro importante incremento para essa área foram os significativos avanços efetivados no processo de atualização e validação das informações publicadas nessas ferramentas; nesse sentido, os estatísticos vêm calculando e aprofundando os estudos dos indicadores no âmbito das políticas sociais.

Ainda em 2010, a SAGI consolidou o apoio efetivo ao processo de monitoramento de equipamentos sociais, como os CRAS e CREAS, nesse sentido diversas ferramentas foram desenvolvidas com vistas a aprimorar a coleta de dados dos Censos, bem como auxiliar no processo de decisão de expansão dos serviços. Além de auxiliar no processo de monitoramento de equipamentos da Assistência Social, a SAGI tem concentrado esforços para utilizar as informações geradas e armazenadas no Ministério.

O conjunto de ferramentas desenvolvido pela SAGI tem sido utilizado não só para a gestão interna, mas também por gestores estaduais e municipais, pesquisadores, órgãos de controle, imprensa, entre

outros. Vale destacar que esses recursos tecnológicos, baseados em software livre, têm sido disponibilizados tanto para o MDS, quanto para os estados e municípios. O quadro a seguir apresenta uma listagem das ferramentas que foram desenvolvidas ou aprimoradas em 2010.

Quadro XLIV - FERRAMENTAS DESENVOLVIDAS OU APRIMORADAS EM 2010

	Ferramenta	Execução / Produto	Situação / Serviço
SNAS	Aprimoramento da Ferramenta Rede Nacional de Monitoramento da Assistência Social (RENMAS)	Elaborado o sistema eletrônico e disponibilizado em junho 2010	Serviço em pleno funcionamento à disposição do usuário
	Preparação Censo SUAS 2010	Elaborado o sistema eletrônico, disponibilizado no período de maio a dezembro 2010	Executada a coleta de dados do CENSO SUAS: CRAS, CREAS, CREAS Regional, Gestão Estadual, Gestão Municipal, Conselho Estadual, Conselho Municipal, Rede Privada e IDCRAS.
	Módulo para acompanhamento da Expansão dos serviços PAIF, Idoso e Criança	Elaborado o sistema eletrônico, disponibilizado em julho 2010	Executada as fases de coleta de dados. Executada fase de aprovação do Conselho Municipal Assistência Social.
	Módulo de Acompanhamento e Monitoramento pelos Estados	Elaborado o sistema eletrônico, disponibilizado junho 2010	O módulo está sendo preenchido pelos estados.
	Módulo de Demonstração da Execução dos Serviços pelos municípios e DF	Elaborado o sistema eletrônico, disponibilizado abril 2010	O módulo está sendo preenchido pelos municípios.
	Módulo Expansão dos Serviços Socioassistenciais 2010 - 1ª e 2ª Etapa	Elaborado o sistema eletrônico, disponibilizado maio 2010	Executada as fases de coleta de dados do município. Executada fase de aprovação do Conselho Municipal Assistência Social.
	Apoio à definição e montagem do IDCREAS	Elaborado e disponibilizado a primeira versão do IDREAS em Agosto de 2010. Segunda versão em novembro de 2010.	Discussão iniciada. Elaboração da nota técnica com a proposta da metodologia de cálculo. Ainda sem previsão de término das discussões
	Manutenção Ferramentas Gerente (Manutenções evolutivas, módulo do IDCRAS, articulação, e correções)	Tarefa contínua	Manutenções evolutivas, módulo IDCRAS, articulação e correções. Rede privada está em fase de coleta de dados.
SESAN	Ferramentas para definição dos Editais SAN	Configurado o sistema eletrônico, disponibilizado em fevereiro de 2010	Finalizado. Foram cadastrados os editais 2/2010 (83 Propostas), 3/2010 (9 Propostas), 7/2010 (25 Propostas), 8/2010 (176 Propostas), 9/2010 (15 Propostas).
MDS	Geração de dados e informações sob demandas em	Tarefa contínua	Tarefa contínua

	diferentes formatos		
	Alimentação de informações	Tarefa contínua	Manutenção evolutiva e desenvolvimento de novos módulos para obtenção de dados.
	Produção de Mapas e Relatórios personalizados	Tarefa contínua	Tarefa contínua
	Ferramentas de Suporte ao Processo do CENSO, monitores, integradores.	Tarefa contínua	Em andamento. Sendo utilizado para acompanhamento do CENSO SUAS.
	Produção de material de apoio à utilização das ferramentas, oficinas on line	Tarefa contínua	Concluídos materiais Tabelas Sociais, Relatórios de Informação e MI Vetor.

Fonte: DGI/SAGI/MDS

Indicadores de desempenho da ação 4923

Neste documento, o desempenho da SAGI nas áreas de avaliação e monitoramento é aferido a partir dos indicadores empregados em 2008 e 2009, baseados nas iniciativas de avaliação e monitoramento (IAeM) do conjunto de programas ou ações (CPA) contempladas no PPA 2008-2011 referentes a três políticas do MDS: Política Nacional de Assistência Social, Política Nacional de Renda de Cidadania e Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. A adoção do mesmo conjunto de indicadores justifica-se, no mínimo, sob dois aspectos: possibilita a comparação do desempenho da unidade nos últimos três anos e por se tratar de indicadores já submetidos ao crivo (e aprovados) por equipes de auditores da Controladoria-Geral da União. A esse respeito, reproduz-se, abaixo, trecho do Relatório de Auditoria Anual de Contas de 2009 no qual os auditores descrevem os principais aspectos dos indicadores em tela:

- a) A fonte dos dados primários utilizada para o cálculo dos indicadores é uniforme, visto que os dados são informados seguindo os mesmos parâmetros de unidade e tempo e não deixam margem a interpretações divergentes;
- b) São a expressão dos produtos essenciais das ações e as refletem;
- c) Constituem-se de variáveis homogêneas;
- d) Permitem a tomada de decisões gerenciais e estão sendo utilizados para tal;
- e) Refletem correta e independentemente os fenômenos a monitorar;
- f) São de fácil compreensão, não envolvendo dificuldades no seu cálculo, uso e entendimento;
- g) Representam a amplitude de características do fenômeno a medir e modificar;
- h) Seu cálculo não é dispendioso;

- i) As informações primárias são de fácil acesso.

Indicador de Eficácia

a) Utilidade

O indicador de nível de Eficácia Global (Efg) é dado pela relação entre as IAeM concluídas e o CPA do ano base e mede o grau de completude de programas ou ações que foram avaliadas no ano base e reflete o fluxo das iniciativas.

b) Tipo

Eficácia

c) Fórmula de cálculo

Indicador Global de Eficácia

$$Efg = \frac{\sum_{s=1}^3 \sum_{x=1}^m Pj_{s,x}}{\sum_{s=1}^3 \sum_{x=1}^n Pg_{s,y}}$$

onde:

$Pj_{s,x}$ = Iniciativas x: {1..m} de avaliação e monitoramento das ações ou programas da política s: {PNAS, PENARC, PESAN}, concluídas no ano base.

$Pg_{s,y}$ = Ações ou programas y: {1..n} da política s: {PNAS, PENARC, PESAN} do PPA do ano base

d) Método de Aferição

Efg = Muito bom, se	$Efg \geq 0,5$
Bom, se	$0,4 \leq Efg < 0,5$
Regular, se	$0,3 \leq Efg < 0,4$
Ruim, se	$0,2 \leq Efg < 0,3$
Muito ruim, se	$Efg < 0,2$

e) Áreas responsáveis pelo cálculo e/ou medição: DA e DM.

f) Resultado do indicador no exercício: Efg = 2,35

g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador: Não se aplica.

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis: Não se aplica.

Indicador de Eficiência

a) Utilidade

O indicador de eficiência pondera os indicadores específicos de eficácia pela relação custo das iniciativas de avaliação e monitoramento dos programas ou ações pelo custo global do conjunto de programas e ações das políticas sociais do MDS:

b) Tipo

Eficiência

c) Fórmula de cálculo

$$FC_s = \frac{\sum_{x=1}^m Cj_{s,x}}{\sum_{x=1}^m Cg_{s,x}}$$

Onde:

$Cj_{s,x}$ = custo total das iniciativas de avaliação e monitoramento das ações e programas

$Cg_{s,x}$ = custo total das destas ações e programas das políticas

s: { política nacional de assistência social, política nacional de transferência de renda de cidadania e política nacional de segurança alimentar e nutricional }

e considerando as categorias de FCs, o indicador de relação de custos(FCA) será dado por:

$$FCA_s = \begin{array}{ll} 1, & \text{se } FC_s \geq 0,05 \\ 2, & \text{se } 0,01 \leq FC_s < 0,05 \\ 3, & \text{se } FC_s < 0,01 \end{array}$$

O indicador de eficiência Ec será medido pela ponderação dos indicadores de eficácia específicos (Ef_s) pelos FCA_s

$$Ec = \sum_{s=1}^3 Ef_s * FCA_s$$

d) Método de Aferição

$$\begin{array}{ll} Ec = \text{Muito bom, se} & Ec \geq 4,5 \\ \text{Bom, se} & 3,5 \leq Ec < 4,5 \\ \text{Regular, se} & 2,5 \leq Ec < 3,5 \end{array}$$

Ruim, se $1,5 \leq E_c < 2,5$

Muito ruim, se $E_c < 1,5$

e) Áreas responsáveis pelo cálculo e/ou medição: DA e DM.

f) Resultado do indicador no exercício: $E_c = 7,50$

g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador: Não se aplica.

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis: Não se aplica.

Indicador de Efetividade

a) Utilidade

O indicador de efetividade é mensurado pela relação entre o número de iniciativas concluídas com repasse dos resultados (devolutiva) para as Secretarias responsáveis pelas políticas sociais no sentido de instrumentá-las nas ações de ajustes necessários e o total da demanda de iniciativas que incluem aquelas concluídas e aquelas não executadas, por cancelamento ou interrupção.

b) Tipo: Efetividade

c) Fórmula de cálculo

$$Et = \frac{\sum_{s=1}^3 \sum_{x=1}^m Pc_{s,x}}{\sum_{s=1}^3 \sum_{y=1}^n Pd_{s,y}}$$

Onde

$Pc_{s,x}$ = Iniciativas (x) de avaliação e monitoramento das ações e programas das políticas (s) sociais do MDS com repasse de resultados às Secretarias responsáveis, no ano base

$Pd_{s,y}$ = Demanda (y) realizada (concluída) de avaliação e monitoramento das ações ou programas das políticas sociais (s) acrescidas das iniciativas que por algum motivo tenha sido cancelada ou interrompida.

d) Método de Aferição

Et = Muito bom, se $Et \geq 0,75$

Bom, se $0,65 \leq Et < 0,75$

Regular, se $0,55 \leq Et < 0,65$

Ruim, se $0,45 \leq Et < 0,55$

Muito ruim, se $Et < 0,45$

e) Áreas responsáveis pelo cálculo e/ou medição: DA e DM.

f) Resultado do indicador no exercício: $E_t = 0,72$

g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador: Não se aplica.

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis: Não se aplica.

Análise do desempenho - Ação 4923

Quadro XLV - AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO OPERACIONAL - AÇÃO 4923, ANOS 2008, 2009 E 2010

Indicadores	2008	2009	2010
Eficácia Global (Efg)	0,41 (Bom)	0,47 (Bom)	2,35 (Muito Bom)
Eficiência (Ec)	3,83 (Bom)	4,50 (Muito Bom)	7,50 (Muito Bom)
Efetividade (Et)	0,79 (Muito Bom)	0,89 (Muito Bom)	0,72 (Bom)

Fonte: DA e DM/SAGI/MDS

A evolução dos indicadores apresentada no Quadro XII resulta de decisões gerenciais que, dentre outros objetivos, perseguiram uma maior racionalização da aplicação dos recursos da SAGI às pesquisas de avaliação. A queda no indicador relativo à efetividade deve, por seu turno, ser relativizada à luz das informações apresentadas anteriormente. O Quadro XI ó Estudos e Pesquisas de Avaliação em Andamento em 2010, com Continuidade em 2011 mostra que mais da metade das pesquisas e estudos em curso encontra-se em fase final de desenvolvimento, com execução igual ou superior a 80%. Já as atividades de monitoramento deverão avançar no sentido de consolidar as atividades desenvolvidas em 2010, passando pelo crivo da mudança de gestão das diferentes áreas para as quais vem desenvolvendo novos indicadores. No entanto, o indicador de efetividade, assim como os demais, não é sensível a estágios intermediários de desenvolvimento das pesquisas e estudos. Houve, pois, uma pequena diminuição da efetividade, mas é preciso reconhecer igualmente o estágio avançado de desenvolvimento da maioria dos projetos iniciados em 2010.

Ação 6877: Capacitação de Agentes Públicos Sociais em Políticas de Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Quadro XLVI - EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DA AÇÃO 6877: CAPACITAÇÃO DE AGENTES PÚBLICOS E SOCIAIS EM POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME

META	PREVISÃO (LOA+Créditos)	EMPENHADO	%	REALIZADO	%	PAGO	%
Financeira	R\$ 11.425.000,00	R\$ 11.395.491,00	99,74	R\$ 4.624.517,00	40,48	R\$ 4.624.517,00	40,48
Física	10.000 (agentes capacitados)	-	-	9.546	95,46	-	-

Fonte: Sigplan

O valor empenhado relativo à Ação 6877 no exercício de 2010 foi de R\$ 11.395.491,00, correspondente a 99,74% do total da ação. Desse montante, R\$ 4.624.517,00 foram pagos no exercício de referência e a diferença, equivalente a R\$ 6.770.974,00, foi inscrita em Restos a Pagar em 2011. A execução financeira de 40,48% no exercício reflete, em alguma medida, a dinâmica e complexidade da execução física das ações de capacitação, sendo que os pagamentos, no âmbito dos contratos, são efetuados à medida que os produtos são concluídos e apresentados. Os recursos previstos na Ação 6877 foram projetados para cumprir, entre outras atividades, com compromissos advindos da contratação, por meio do Pregão Eletrônico nº38/2009, das instituições executoras do Projeto de Capacitação de Agentes Públicos Municipais de Controle Social da Política de Assistência Social e do Programa Bolsa Família. Este Projeto iniciou-se em janeiro de 2010 e tem previsão de encerramento em setembro de 2011.

Cumpra observar que, por meio de descentralização interna ó PI 18893410001, o orçamento correspondente ao Projeto de Capacitação de Agentes Públicos Municipais de Controle Social recebeu o aporte de R\$ 2.400.000,00, provenientes da ação 8893, a cargo da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS). Tal aporte se justifica pelo fato do Projeto resultar de parceria entre a SAGI, a SNAS e a SENARC, uma vez que se destina ao aperfeiçoamento do exercício do controle social de políticas e programas sob responsabilidade institucional destas duas últimas Secretarias. Vale dizer que os recursos aportados pela SNAS foram empenhados prevendo-se o pagamento dos contratos relativos à execução dos lotes 2 e 3 do Projeto de Capacitação sob responsabilidade da Solar Consultoria em Gestão e Pesquisa LTDA ó EPP, conforme detalhado no quadro abaixo.

Quadro XLVII - RECURSOS PROVENIENTES DA AÇÃO 8893 - APOIO À ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL ó SUAS

\$ 1,00

Ação	Credores Fonte	Valor Empenhado	Valor Pago	Finalidade
8893	SOLAR CONSULTORIA EM GESTAO E PESQUISA LTDA ó EPP	2.400.000,00	0,00	Capacitação de Agentes Públicos Municipais de Controle Social da Política de Assistência Social e do Programa Bolsa Família (Lotes 2 e 3)
Total da Ação		2.400.000,00	0,00	

Fonte: SIAFI e SISPOAD

No âmbito da ação 6877 foram executados, ainda em 2010, os recursos inscritos em restos a pagar relativos a 2009, da ordem de R\$4.596.159,14, referentes à Capacitação de Agentes Públicos Municipais de Controle Social da Política de Assistência Social e do Programa Bolsa Família (Lotes 1, 4, 5 e 6) e Curso de formação de multiplicadores e de gerentes sociais para constituição de rede descentralizada de capacitação (ENAP).

Capacitação

O Departamento de Formação e Disseminação (DFD) foi responsável pela gestão e pela implementação das ações de capacitação que visam a ampliar as competências profissionais das áreas de assistência social e transferência de renda, a partir da disseminação de conceitos e metodologias de intervenção, demandados por políticas e programas de proteção social, e de instrumentos de planejamento, gerenciamento e operacionalização de serviços e benefícios, vinculados à proteção social não contributiva.

Dentre os projetos implementados por este Departamento, destaca-se a Capacitação para Controle Social nos Municípios de Assistência Social e Bolsa Família. O projeto visa a oferecer aos membros dos Conselhos Municipais de Assistência Social (CMAS) e das Instâncias de Controle Social do Programa Bolsa Família (ICS/PBF) de todos os municípios brasileiros os conhecimentos e atitudes essenciais ao desempenho de suas atribuições legais, de forma a aprimorar sua capacidade institucional e contribuir para a efetividade do controle social. A execução do projeto de capacitação teve início dia 20 de janeiro de 2010 e já conta com quase 50% de sua execução efetuada. A Oficina de Alinhamento de Conteúdos, realizada em 13 de abril do mesmo ano, inaugurou as atividades do projeto e teve o propósito de harmonizar as equipes técnicas das quatro instituições executoras contratadas por meio de licitação pública sobre os objetivos da capacitação; promover o alinhamento conceitual a respeito dos conteúdos e planejar as oficinas de aprendizagem. Serão ofertadas no total 21.310 vagas, distribuídas em 6 lotes de capacitação de acordo com cada região brasileira. A gestão do projeto é responsabilidade do DFD/SAGI com apoio da SNAS, SENARC e CNAS. Também em 2010, foi finalizado o projeto de Capacitação de Conselheiros de Assistência Social Nacionais, Estaduais e do Distrito Federal. Com 430 vagas ofertadas, esse projeto capacitou os membros dos Conselhos Nacional, Estaduais e do Distrito Federal de Assistência Social para os conhecimentos e atitudes essenciais ao desempenho de suas atribuições legais, de forma a contribuir para a efetividade do controle social da política de proteção social não contributiva.

Os lotes dos cursos da Capacitação para Controle Social nos Municípios de Assistência Social e Bolsa Família foram divididos da seguinte maneira: Lote 1 ó Acre, Amapá, Amazonas, DF, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins; Lote 2 ó Ceará, Maranhão, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte; Lote 3 ó Alagoas, Bahia, Espírito Santo, Paraíba e Sergipe; Lote 4 ó Minas Gerais e Rio de Janeiro; Lote 5 ó Santa Catarina e São Paulo; e Lote 6 ó Paraná e Rio Grande do Sul. Os lotes são executados pelas seguintes empresas contratadas: a) Instituto Brasileiro de Estudos e Pesquisas Sócio-Econômicos S/S LTDA (INBRAPE) ó lote 5 e 6; b) Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES) lote 4; c) Prover Saúde e Meio Ambiente Ltda. ó lote 1; e d) Solar Consultoria em Gestão e Pesquisa Ltda. (EPP) ó lotes 2 e 3. Em dezembro de 2010 o projeto já contava com o lote 1 e o lote 6 encerrados. A Capacitação compreende uma Etapa Presencial, organizada em aulas expositivas e oficinas de aprendizagem, com carga horária total de 24 horas e duração de três dias, seguida e complementada de uma Etapa Não Presencial, destinada à elaboração de Relatório de Conclusão da Capacitação, com duração de

45 (quarenta e cinco) dias contados a partir do encerramento da etapa presencial. Apresentamos, a seguir, uma tabela com os números de execução física do projeto de capacitação. É importante salientar que o período entre a assinatura do contrato, em janeiro de 2010, e o início das aulas, em maio de 2010, foi destinado à organização da infraestrutura, divulgação e contratação dos cursos por parte das empresas executoras. Igualmente importante é ratificar o período de duração da capacitação que foi iniciada em 2010 e será encerrada apenas em 2011, quando as metas de estipuladas poderão ser cumpridas como previsto em contrato.

Quadro XLVIII - RESULTADOS QUANTITATIVOS PARCIAIS DA CAPACITAÇÃO PARA CONTROLE SOCIAL NOS MUNICÍPIOS Ó ASSISTÊNCIA SOCIAL E BOLSA FAMÍLIA POR ALUNOS PARTICIPANTES E POR VALORES EXECUTADOS (DEZEMBRO DE 2010)

Empresa Executora	Lote	Previsão de Alunos Total de vagas	Nº de Alunos Capacitados	Porcentagem de Execução (em nº de alunos)
Prover	1	3501	2275	64,98%
Solar*	2	3565	852	23,90%
	3	3380	0	0%
Unimontes	4	3598	1308	36,35%
Inbrape**	5	3654	2336	63,93%
	6	3612	2735	75,72%
	Total	21310	9506	44,61%

Fonte: DFD/SAGI, 2010

A edição do material didático da capacitação ficou sob responsabilidade do MDS. A produção dos textos e o desenho instrucional ficaram a cargo da SAGI, SNAS, SENARC. A produção gráfica da publicação e a sua distribuição ficaram sob a responsabilidade da SAGI.

Devido à abrangência do projeto, presente em todos os municípios brasileiros e contemplando mais de 20 mil alunos, foi elaborado um Plano de Monitoramento e Avaliação. Para sua implementação foram contratadas, por meio de Acordo de Cooperação Técnica entre o MDS e o PNUD, consultorias técnicas para o desenvolvimento das atividades de monitoramento das etapas presencial (01 consultor para cada Lote) e não presencial (01 consultor para cada 2 Lotes). Durante o processo, foram contratados por meio do Acordo de Cooperação Técnica entre o MDS e o PNUD consultores da Etapa Presencial para o acompanhamento dos cursos *in loco* e produção de relatórios técnicos, e consultores da Etapa Não Presencial, responsáveis pelo acompanhamento da Etapa Não Presencial e produção de relatórios técnicos.

Outros projetos de formação relevantes são a Especialização em Gestão de Políticas Públicas de Proteção, o Aperfeiçoamento em Monitoramento e Avaliação de Programas do MDS, e Desenvolvimento Social, a Criação de Núcleo Virtual de Capacitação e o Estudo de Competências Básicas da Formação de Profissionais que Atuam na Execução e Implementação do Sistema Único de Assistência Social ó SUAS.

Com o objetivo de capacitar servidores públicos para a gestão estratégica de políticas de proteção e desenvolvimento social, aprimorando habilidades para trabalhar no âmbito dessas políticas sob distintos arranjos institucionais e contextos políticos, curso de Especialização em Gestão de Políticas Públicas de Proteção e Desenvolvimento Social foi iniciada em 16 de março de 2010, com término programado em maio de 2011. Executada pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), por meio de descentralização de recursos, a especialização com 418 horas/aulas está sendo

ministrada para 35 (trinta e cinco) servidores públicos do Executivo Federal com graduação em nível superior em cursos reconhecidos pelo MEC, sendo 25 (vinte e cinco) servidores do MDS e outros 10 (dez) dos seguintes órgãos parceiros: Casa Civil da Presidência da República; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG); Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH); Secretaria Especial de Mulheres (SPM) e Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Social (SEPPIR). Em 2010 foram pagos 20,83% do valor do contrato.

O Aperfeiçoamento em Monitoramento e Avaliação de Programas do MDS, também executado em parceria com a ENAP foi dividido em 2 projetos. O primeiro foi composto por aulas expositivas presenciais sobre o tema, que aconteceram em 16 horas divididas nos dias 14, 15 e 16 de junho de 2010. O segundo foi uma oficina com duração de 8 horas, no dia 30 de junho de 2010. Foram oferecidas 70 vagas, sendo que 40 servidores foram capacitados, para atuação direta no monitoramento de políticas e programas do MDS e, também, nas atividades de desenho, contratação e análise de pesquisas de avaliação de programa. Entre seus objetivos destacam-se capacitar os recursos humanos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) nas temáticas de monitoramento e avaliação, a fim de consolidar as práticas de acompanhamento estruturado das políticas e programas do Ministério, bem como a mensuração de resultados, nas áreas de segurança alimentar e nutricional, assistência social, transferência de renda (Programa Bolsa Família) e inclusão produtiva.

A Criação de Núcleo Virtual de Capacitação visa a desenvolver uma plataforma de ensino a distância para a disponibilização de cursos através de Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). A empresa EAQD Loreno Soluções em Educação e Tecnologia Ltda., contratada por meio de adesão de ata de registro de preços do Ministério da Defesa pelo MDS, é responsável pela criação do Núcleo, iniciada em maio de 2010. A execução dos serviços capacitará 41.730 pessoas, dentre as quais: membros dos conselhos estaduais de assistência social, gestores públicos e técnicos que atuam diretamente com a Política de Proteção Social desenvolvida pelo MDS, especificamente nos CRAS e CREAS e técnicos lotados em municípios pertencentes ao Programa Territórios da Cidadania. Serão disponibilizados cursos de Elaboração de Projetos Sociais, de Capacitação para Controle Social da Política de Assistência Social e Capacitação de Gerentes Sociais que atuam na Proteção Social não contributiva. Como o contrato tem duração de 12 (doze) meses, com término previsto para maio de 2011, os indicadores de eficiência, eficácia e efetividade somente poderão ser computados em 2011. O contrato é pago de forma parcelada a partir da entrega de 7 (sete) produtos comprobatórios da execução dos serviços. O primeiro produto, no valor de R\$ 23.630,19, foi recebido em 09 de agosto de 2010. O segundo produto, recebido em 23 de setembro de 2010 e referente ao ambiente virtual de aprendizagem, não foi ainda aprovado para pagamento. É importante deixar registrado que na avaliação do segundo produto, pela turma piloto formada por 26 técnicos do MDS e Casa Civil, foram identificados problemas técnicos e pedagógicos no ambiente virtual de aprendizagem. Problemas esses que, até o final do exercício de 2010 ainda não tinham sido sanados satisfatoriamente pela empresa contratada. Os problemas identificados são: fragilidade no processo de mobilização dos alunos durante a execução da turma piloto; falta de informação no sistema de recuperação de senha; dificuldades para acesso inicial do curso; falta de formatação ou atualização dos arquivos disponíveis para download; recursos instrucionais que não satisfazem as necessidades pedagógicas do público.

Por último, destaca-se o Estudo de Competências Básicas da Formação de Profissionais que Atuam na Execução e Implementação do Sistema Único de Assistência Social ó SUAS. Com o objetivo de Identificar e analisar os saberes que se vinculam a política de assistência social contidos nos cursos de graduação dos profissionais de nível superior com presença mais significativa no SUAS, o estudo caracteriza-se por ser uma pesquisa quanti-qualitativa realizada nas áreas de Serviço Social, Pedagogia, Direito e Psicologia. Para sua execução foram contratados 4 (quatro) consultores com

Pós-graduação na modalidade produto. O projeto encontra-se em fase de elaboração do produto final da consultoria, a qual trata da investigação através de estudo de caso de 5 (cinco) Instituições de Ensino Superior distribuídas no território nacional.

Apresentamos a seguir um quadro resumo com todas as ações de capacitação executadas em 2010, bem como o respectivo número de pessoas capacitadas por meio destas ações.

Quadro XLIX - ATIVIDADES DE CAPACITAÇÃO (2010)

Ação	Descrição	Pessoas Capacitadas
Capacitação para Controle Social nos Municípios ó Assistência Social e Bolsa Família	Foram capacitados os membros dos Conselhos Municipais de Assistência Social (CMAS) e das Instâncias de Controle Social do Programa Bolsa Família (ICS/PBF) para o desempenho de suas atribuições legais. De 28/5/2010 até 31/12/2010 (o término está previsto para ocorrer em setembro de 2011).	9.506 (número parcial para 2010)
Aulas de Aperfeiçoamento em Monitoramento e Avaliação de Programas do MDS	O projeto foi executado em parceria com a ENAP e realizado de 14 a 16 de junho de 2010, com duração de 16 horas e foi ofertado a 35 servidores com atuação direta no monitoramento de políticas e programas do MDS e atuação nas atividades de desenho, contratação e análise de pesquisas de avaliação de programa.	29
Oficina de Aperfeiçoamento em Monitoramento e Avaliação de Programas do MDS	O projeto foi executado em parceria com a ENAP e realizado dia 30 de junho de 2010, teve duração de 8 horas e foi ofertado a 35 servidores com atuação direta no monitoramento de políticas e programas do MDS e atuação nas atividades de desenho, contratação e análise de pesquisas de avaliação de programa.	11
Especialização em Gestão de Políticas Públicas de Proteção e Desenvolvimento Social	O projeto visou capacitar servidores públicos para a gestão estratégica de políticas de proteção e desenvolvimento social, aprimorando habilidades para trabalhar no âmbito dessas políticas sob distintos arranjos institucionais e contextos políticos. A Especialização foi iniciada em 16 de março de 2010, será finalizada em maio de 2011 e está sendo ofertada para 35 (trinta e cinco) servidores públicos do Executivo Federal). Em 2010 foram pagos 20,81% do valor do contrato, ou seja, R\$ 55.011,62.	0 (o número de pessoas capacitadas será computado em 2011, ano em que o curso será finalizado)
Criação de Núcleo Virtual de Capacitação	Prestação de serviços de desenvolvimento de plataforma virtual de ensino à distância para disponibilização de cursos à distância na área de Proteção e Desenvolvimento Social, totalizando 41.730 vagas para membros dos conselhos estaduais de assistência social, gestores públicos e técnicos que atuam diretamente com a Política de Proteção Social desenvolvida pelo MDS, especificamente nos CRAS e CREAS e técnicos lotados em municípios pertencentes ao Programa Territórios da Cidadania. Vigência de maio/2010 a maio/2011.	0 (os indicadores serão computados em 2011, quando os cursos forem iniciados)
Total		9.546

Ao longo do ano de 2010, 9.546 pessoas foram capacitadas, sendo cumprida praticamente 95,5% da meta planejada para o exercício.

Disseminação

Os ciclos gerenciais de atividades da SAGI compreendem desde o processo de definição da atividade a ser realizada, passando por várias etapas que envolvem o desenho, a contratação e o acompanhamento dos trabalhos até a divulgação dos resultados, recorrendo a diversas estratégias, dentre elas, a produção e a disseminação de publicações. Portanto, o esforço de edição do conjunto de publicações sobre avaliação, monitoramento e capacitação promovidos pela SAGI, representa um dos componentes deste ciclo.

A disseminação do conhecimento produzido pelas ações de avaliação, monitoramento e capacitação, cumpre a dupla função de contribuir para a transparência da gestão pública e sistematizar e registrar as informações fundamentais para a retroalimentação dos programas.

Para a consecução desse componente são envidados recursos que compreendem a contratação de pessoas física e jurídica para a prestação de serviços gráficos, para a execução de serviços de revisão, diagramação, criação e outros. As referidas contratações foram realizadas por meio de licitações e seleções públicas conduzidas pela Administração Direta e pela Diretoria de Projetos Internacionais da Secretaria Executiva do MDS, que gerencia os Acordos de Cooperação Técnica com organismos internacionais, a exemplo do PNUD e da UNESCO. No processo de disseminação também são destinados recursos para o deslocamento de servidores na representação do MDS em eventos externos afetos à política de avaliação e monitoramento desenvolvida pela SAGI.

Entre as ações realizadas para alcançar esses objetivos, destacam-se: publicação de periódicos e livros, organização de eventos e a participação em missões internacionais.

Em 2010, foram lançadas 9 novas publicações, uma reimpressão e produzidos 14 Sumários Executivos. Além da segunda tiragem de *ÔRua: aprendendo a contar: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua*, entre as novas publicações destacam-se: o material didático *ÔCapacitação para Controle Social nos Municípios: Assistência Social e Programa Bolsa Família*; o Catálogo de Práticas e Estudos vencedores do *ÔPrêmio Rosani Cunha de Desenvolvimento Social*; o *ÔMonitoramento SUAS: Censo CRAS 2008*; os números 12, 13 e 14 dos Cadernos de Estudos *ó Desenvolvimento Social em Debate*; o livro *ÔPolíticas Sociais para o Desenvolvimento: Superar a Pobreza e Promover a Inclusão*, resultante do Simpósio Internacional realizado em 2009 pelo MDS em Brasília e o CD-ROM *ÔPublicações de Avaliação e Monitoramento das Políticas e Programas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome ó 2004/2010*, que contém todas as publicações já produzidas pela SAGI entre 2004 e 2010; e o livro *ÔDesenvolvimento Social e Combate à Fome no Brasil ó Balanço e Desafios*, que se propõe a resgatar toda a memória do MDS até o ano de 2010.

A ação de divulgação constitui-se em ferramenta para a retroalimentação dos gestores responsáveis pelos programas, subsidia estudos e pesquisas conduzidos por instituições acadêmicas, e atividades de fiscalização e de controle social. Assim, a transparência e a consolidação das políticas públicas são fortalecidas.

Quadro L - RELAÇÃO DAS PUBLICAÇÕES EDITADAS EM 2010

Item	Execução	Publicação	Descrição
Livros	UNESCO/SAA	Prêmio Rosani Cunha de Desenvolvimento Social ó 1ª Edição - 2009 Catálogo de Práticas e estudos vencedores	Vários integrantes: Publicação apresenta as práticas e estudos vencedores da 1ª Edição do Prêmio Rosani Cunha de Desenvolvimento Social. Tiragem 1.000 exemplares
	Consultor do PNUD, Impressão SAA	Capacitação para Controle social nos Municípios: Assistência Social e Programa Bolsa Família	Vários autores. Visa subsidiar as aulas presenciais e a elaboração do relatório de conclusão do curso de capacitação, constituindo-se em instrumento de consulta para conselheiros municipais de assistência social e membros de instâncias de controle social do PBF. Tiragem: 20.000 exemplares.
	SAA	Monitoramento SUAS: Censo CRAS 2008	Vários autores. Ação articulada entre entes federais, estaduais e municipais que monitorou 5.142 CRAS cadastrados em 3.151 municípios brasileiros durante o ano de 2008. Tiragem: 7.000 exemplares.
	UNESCO	Rua: Aprendendo a Contar Pesquisa Nacional sobre a População em situação de rua ó 2ª tiragem	Organização: Júnia Valéria Quiroga da Cunha e Monica Rodrigues. Esta obra materializa o resultado de um trabalho integrado desenvolvido pelo MDS, por meio da Secretaria Nacional de assistência Social (SNAS) e da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI). 2ª Tiragem: 1.000 exemplares.
	PNUD/UNESCO	Políticas Sociais para Desenvolvimento: Superar a pobreza e Promover a Inclusão	Vários autores nacionais e internacionais: Resultado do Simpósio Internacional Políticas Sociais para Desenvolvimento: Superar a pobreza e promover a inclusão, ocorrido em agosto de 2007. Tiragem: 3.000
	PNUD/UNESCO	Desenvolvimento Social e Combate à Fome no Brasil ó Balanços e desafios	Organização: Monica Rodrigues e Adriana Aranha. Registro das políticas sociais no Brasil, a partir de 2003, a construção da política de proteção e promoção social, avanços da legislação e a reestruturação do MDS para atender aos desafios da nova realidade. A publicação está planejada para se impressa no ano de 2011.
Cadernos de Estudos	SAA/PNUD Obs: Consultor do PNUD	Nº 12 ó Benefícios Eventuais da Assistência Social	Vários autores. Reflexão sobre os benefícios eventuais previstos na política de assistência social e as ações que asseguram a proteção em momentos emergenciais no país. Tiragem: 12.000 exemplares.
	SAA/PNUD Obs: Consultor do PNUD	Nº13 - Síntese das Pesquisas de Avaliação de Programas Sociais do MDS	Organização: Luziele Tapajós e Júnia Quiroga ó Sistematização de informações sobre pesquisas concluídas entre 2006 e 2010, no âmbito da SAGI. Publicação contempla instituições contratadas, as metodologias, os resultados encontrados e as recomendações aos gestores dos programas. Tiragem: 5.000
Cadernos de Estudos	SAA/PNUD	Nº 14 ó Rede de Equipamentos Públicos de Alimentação e Nutrição: Resultados de Avaliações	Vários autores. Resultados de pesquisas de avaliações de algumas ações implementadas pela SESAN. Os artigos, de natureza técnico-científica, objetivam oferecer subsídios para aperfeiçoamento da gestão das ações analisadas. Tiragem: 5.000 exemplares.
Outras Mídias	PNUD	Publicações de Avaliação e Monitoramento das Políticas e programas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome ó 2004/2010.	Vários autores. CD-ROM contendo todas as Publicações de Avaliação e Monitoramento das Políticas e programas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome entre os anos de 2004 e 2010. Tiragem: 10.000 exemplares.

Sumários Executivos de Pesquisas	Versão somente <i>online</i> .	Construção de Metodologia de Monitoramento, Avaliação e Indicadores dos Programas _FIPE ó 2008
		Pesquisa de Opinião Pública - Desigualdade, Pobreza e Políticas Sociais do Governo na Opinião dos Brasileiros
		Pesquisa de Opinião Pública - I - Crise Econômica Mundial e Políticas Sociais do Governo; II Campanha de Recadastramento dos Beneficiários do Bolsa Família
		Pesquisa para Avaliação do Impacto dos Programas Sociais Administrados pelo MDS no Vale do Jequitinhonha - MG
		Bolsa Família Implementação - IBF ó 2008
		Estudos de Caso sobre Controle Social do Programa Bolsa Família
		Avaliação da Implementação do Projeto Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local ó 2008
		Levantamento do Perfil dos Usuários de Restaurantes Populares ó 2005
		Pesquisa de Avaliação do Programa Bancos de Alimentos ó 2006
		Pesquisa de Avaliação do Programa Cozinhas Comunitárias - 2006
		Pesquisa de Avaliação do Programa Cozinhas Comunitárias ó 2008
		Pesquisa de Avaliação dos Centros da Juventude ó 2009
		Pesquisa Quantitativa de Avaliação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)
		Avaliação Final da Inclusão Produtiva de Jovens ó Fase 1

Fonte: DFD/SAGI, 2010

O Prêmio Rosani Cunha de Desenvolvimento Social foi lançado pelo MDS em 2009 com o objetivo de identificar e divulgar práticas e estudos acadêmicos sobre ações de proteção e promoção social. O MDS tem outras experiências de Prêmios em suas Secretarias, como o Prêmio de Estudos e Boas Práticas do Programa Bolsa Família e o Prêmio Josué de Castro. A proposta do Prêmio Rosani Cunha é a de ter uma premiação que envolva todo o Ministério, reunindo o conjunto de experiências, mas sem ocupar o espaço dessas outras iniciativas. A coordenação do Prêmio Rosani Cunha foi da Secretaria de Gestão da Informação que atuou por meio de um Grupo de Trabalho, com a participação de todas as Secretarias do MDS.

O Prêmio foi dividido em três modalidades: I. práticas governamentais dos municípios, estados e do Distrito Federal; II. práticas da sociedade civil ; III. e, estudos acadêmicos, nas categorias estudante e profissional. O Prêmio contou com mais de 800 inscrições. Ao todo, foram 21 premiados: 12 práticas de gestão de governos estaduais, municipais e do Distrito Federal, sendo 8 para governos municipais e 4 para governos estaduais e do Distrito Federal; 4 práticas da sociedade civil; e 5 estudos acadêmicos, sendo 3 na categoria profissional e 2 na categoria estudante. O evento de premiação, realizado dia 25 de março, foi executado via SAA. O quadro abaixo relaciona as práticas e estudos contemplados com o Prêmio Rosani Cunha:

Quadro LI - CONTEMPLADOS DO PRÊMIO ROSANI CUNHA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Contemplados do Prêmio Rosani Cunha de Desenvolvimento Social				
Práticas de Gestão e Estudos Vencedores				
Colocação	Categorias	Nome do Projeto	UF	Prêmio
1º	Prática Municipal	Acesso à água em comunidades rurais do Território da Cidadania no médio sertão alagoano	Pão de Açúcar/AL	Missão Internacional
2º	Prática Municipal	Programa Bem Nutrir	Santo Ângelo/RS	Missão Internacional
3º	Prática Municipal	Incubando Empreendimentos populares, tecendo uma estratégia de desenvolvimento socioeconômico justo	Osasco/SP	Missão Nacional
4º	Prática Municipal	Programa BPC na escola, uma experiência inovadora na cidade de São Paulo.	São Paulo/SP	Missão Nacional
5º	Prática Municipal	Hortas Comunitárias	Maringá/PR	Missão Nacional
6º	Prática Municipal	Acolhimento familiar: a experiência do programa Sapeco	Campinas/SP	Missão Nacional
7º	Prática Municipal	Ações integradas para proteção e promoção social	Cruz Alta/RS	Missão Nacional
8º	Prática Municipal	Ação e Cidadania	Ipaussu/SP	Missão Nacional
1º	Prática Estadual	Segunda água e PAA-Alimentos integram ações em Marçionílio Souza	Bahia	Missão Internacional
2º	Prática Estadual	Grupo de Envelhescentes	Amazonas	Missão Nacional
3º	Prática Estadual	Programa de volta para casa	Minas Gerais	Missão Nacional
4º	Prática Estadual	Implantação da política estadual de segurança alimentar e nutricional (PESAN) e estruturação dos sistemas de segurança alimentar (SISAN) no Paraná	Paraná	Missão Nacional
1º	Prática da Sociedade Civil	Convivência com a realidade semiárida, promovendo o acesso a água, solidariedade e cidadania	Teixeira/PB	Missão Internacional
2º	Prática da Sociedade Civil	Agência de desenvolvimento local	Pentecoste/CE	Missão Nacional
3º	Prática da Sociedade Civil	Inclusão profissional de pessoas com deficiência	São Paulo/SP	Missão Nacional
4º	Prática da Sociedade Civil	Projeto Semeando Vidas	Formiga/MG	Missão Nacional
1º	Estudo Acadêmico Profissional	UNIMONTES ó Autor: Fabrício Fontes de Andrade - Mudanças institucionais na política de assistência social: a implantação do SUAS no norte de Minas Gerais	Minas Gerais	Missão Internacional
2º	Estudo Acadêmico Profissional	UNESP ó Autores: Sérgio Braz Magaldi e Paula Vanessa Lima ó Informação para o desenvolvimento social: construindo metodologia participativa de representação do território com auxílio de técnicas geográficas e cartográficas (territórios dos CRAS de Presidente Prudente/SP)	São Paulo	Missão Nacional

3º	Estudo Acadêmico Profissional	Universidade Federal de Palmas ó Autores: Fernanda D B Abadio Finco, Marcus Vinícius A Finco e Ana Flávia S Coelho ó Avaliação do Programa de Rede Solidária de Restaurantes populares de Palmas ó TO como ação integrada de segurança alimentar e saúde	Tocantins	Missão Nacional
1º	Estudo Acadêmico Estudante	USP ó Autora: Luciana Catarina S. de Melo - Avaliação nutricional de crianças e adolescentes de escola municipal do estado de São Paulo	São Paulo	Missão Internacional
2º	Estudo Acadêmico Estudante	Centro Universitário Newton Paiva ó Autora: Daniella T Carmo de Oliveira ó A agroecologia como prática para o desenvolvimento socioambiental e melhoria da qualidade de vida dos agricultores do assentamento Pastorinhas em Minas Gerais	Minas Gerais	Missão Nacional

Fonte: DFD/SAGI, 2010

Destaca-se a participação da SAGI na implantação do Instituto Social do Mercosul - ISM em Assunção, Paraguai; em conjunto com a Assessoria Internacional do MDS, o Departamento de Formação e Disseminação designou um servidor para integrar o Comitê de Seleção do ISM, para a seleção de 4 diretores de seu corpo diretivo, 2 técnicos em pesquisa e 2 estagiários.

Quadro LII - RELAÇÃO DAS MISSÕES TÉCNICAS INTERNACIONAIS

REALIZADAS PELA SAGI (2010)

Missão Técnica	Data	Local	Participantes SAGI
Moçambique	25 a 30/04/2010	Maputo	Depto. de Gestão da Informação
Chile	13 e 14/05/2010	Santiago	Gabinete e Departamento de Avaliação
Bolívia	05 a 09/07/2010	La Paz	Departamento de Gestão da Informação
Colômbia	26 a 30/07/2010	Bogotá	Depto. de Informação e Disseminação
Uruguai	30/08 a 03/09/2010	Montevidéu e Sacramento	Departamento de Avaliação
Cuba	16 a 19/11/2010	Havana	Departamento de Avaliação
Paraguai	27/08/2010; 11 e 12/11/2010; 29/11 a 03/12/2010	Assunção	Gabinete e Dept de Informação e Disseminação

Fonte: SAGI, 2010

Quadro LIII - RELAÇÃO DAS MISSÕES TÉCNICAS INTERNACIONAIS RECEBIDAS PELA SAGI (2010)

Missão Técnica	Data	Local	Participantes SAGI
Índia	05/04/2010	MDS/Brasília	Departamento de Gestão da Informação
El Salvador	05/08/2010	MDS/Brasília	Departamento de Avaliação
Bolívia	26/08/2010	MDS/Brasília	Departamento de Avaliação, Departamento de Monitoramento e Departamento de Gestão da Informação
Quênia (videoconferência)	30/09/2010	Embaixada Britânica/Brasília	Departamento de Gestão da Informação
Uruguai	08/10/2010	MDS/Brasília	Departamento de Avaliação
Noruega	22/10/2010	Palácio do Itamaraty/Brasília	Gabinete

Fonte: SAGI, 2010

Indicadores de desempenho da ação 6877

Indicador de eficácia

a) Utilidade

Medir o grau de interesse (mobilização), o nível de participação e a taxa de conclusão de um projeto de capacitação.

b) Tipo: Eficácia

c) Fórmula de Cálculo

$$\text{Ind}_1 = \alpha * I_{\text{Matr}} + \beta * I_{\text{Part}} + \gamma * I_{\text{Concl}}$$

Onde:

α , β e γ representam os fatores de ponderação de cada um dos índices que compõem o indicador Ind_1 , podem variar de um projeto para outro e obedecem à seguinte relação: $\alpha + \beta + \gamma = 1$.

Todos os índices I_{Matr} , I_{Part} , e I_{Concl} têm valores compreendidos entre 0 e 1.

Índice de Matrícula I_{Matr}

$$I_{\text{Matr}} = \text{Matr} / V$$

Onde:

Matr é o número de matrículas alcançado pela ação de capacitação de agentes públicos e sociais e V é o número de vagas ofertadas pela mesma ação. Caso $\text{Matr} > V$, o Índice de Matrícula será igual a 1: esta situação sinaliza a existência de uma demanda maior do que o número de vagas ofertadas e enseja a possibilidade de criação de um cadastro de reservas para suprir eventuais desistências e possibilitar o remanejamento das vagas assim liberadas.

Índice de Participação I_{Part}

$$I_{\text{Part}} = \text{Part} / M$$

Onde:

Part é o número de participantes efetivos da ação de capacitação de agentes públicos e sociais, e M representa a meta quantitativa do projeto, qual seja o número de participantes a ser alcançado. Se $\text{Part} > M$, terá havido superação da meta e o Índice de Participação será igual a 1.

Índice de Conclusão I_{Concl}

$$I_{\text{Concl}} = \text{Concl} / \text{Part}$$

Onde:

Concl é o número de participantes concluintes (ou aprovados) segundo critérios de avaliação de aprendizagem especificados pela ação de capacitação de agentes públicos e sociais e Part é o

número de participantes efetivos mencionados anteriormente. O Índice de Conclusão nunca poderá ser superior a 1.

d) Método de Aferição

Os valores de V (vagas ofertadas) e M (resultado a ser alcançado pela ação de capacitação) deverão constar nos Termos de Referência da respectiva ação.

Os fatores de ponderação α , β e γ serão determinados para cada projeto de capacitação em função das suas características.

O valor de Matr (número de matrículas) será apurado a partir da constituição de um cadastro contendo as informações de perfil dos agentes público ou sociais que constituem o público alvo da ação de capacitação e que, ao preencher o cadastro, manifestarão o desejo de participar da ação. A montagem e atualização deste cadastro serão de responsabilidade da(s) instituição(ões) encarregada(s) da execução da ação de capacitação, de acordo com modelo estabelecido pela SAGI.

O valor de Part (número de participantes efetivos do projeto de capacitação) será apurado a partir de registros de frequência estabelecidos para a ação. Tratando-se de capacitação presencial, o registro será feito em folha de frequência assinada pelos participantes de acordo com os critérios fixados (por aula, por expediente, etc.). No caso de capacitação a distância, a frequência será registrada a partir da medição de tempo de conexão feita pelo Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). No caso de capacitação mista (envolvendo as duas modalidades), os dois poderão ser utilizados. Os registros de frequência serão de responsabilidade da(s) instituição(ões) encarregada(s) da execução da ação de capacitação, de acordo com modelo e procedimentos estabelecidos pela SAGI.

O valor de Concl (número de concluintes) será apurado a partir dos critérios definidos na ação de capacitação para o processo de avaliação de aprendizagem. A avaliação de aprendizagem será de responsabilidade da(s) instituição(ões) encarregada(s) da execução da ação de capacitação, de acordo com os termos estabelecidos pela SAGI.

e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição

O Departamento de Formação e Disseminação ó DFD/SAGI é responsável pelo cálculo do indicador, a partir dos dados coletados e dos registros efetuados pela(s) instituição(ões) encarregada(s) da execução da ação de capacitação.

f) Resultado do indicador no exercício

O indicador Ind1 para a ação de capacitação de agentes públicos e sociais foi obtido a partir dos valores a seguir apresentados e em função de parâmetros, alguns estabelecidos nos instrumentos contratuais com as Agências Capacitadoras responsáveis pela execução do projeto e outros definidos pela SAGI.

$$M = 10.000$$

$$V = 11.350$$

$$\alpha = 0,3; \quad \beta = 0,5 \text{ e } \gamma = 0,2$$

$$\text{Matr} = 9.554$$

$$\text{Part} = 9.554$$

$$\text{Concl} = 9.546$$

$$\text{Ind}_1 = \quad * I_{\text{Matr}} + \quad * I_{\text{Part}} + \quad * I_{\text{Concl}}$$

$$\text{Ind}_1 = 0,3 * 9.554/11.350 + 0,5 * 9.554/10.000 + 0,2 * 9.546/9.554 =$$

$$0,25 + 0,47 + 0,199 = 0,919$$

Ou 91,9% de eficácia

g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador: Não se aplica.

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis: Não se aplica.

i) Observação

Propõe-se a criação da seguinte escala para qualificar a eficácia da ação de capacitação da SAGI.

$\text{Ind}_1 \geq 80\%$ - muito bom

$60\% \leq \text{Ind}_1 < 80\%$ - bom

$40\% \leq \text{Ind}_1 < 60\%$ - regular

$20\% \leq \text{Ind}_1 < 40\%$ - ruim

$\text{Ind}_1 < 20\%$ - muito ruim

A meta da SAGI é de que a ação de capacitação atinja, no mínimo, o conceito bom em eficácia.

Indicador de eficiência

a) Utilidade

Medir o custo por participante e por mês da ação de capacitação

b) Tipo

Eficiência

c) Fórmula de Cálculo

$$\text{Ind}_2 = \text{CP}_{\text{Realizado}} / \text{CP}_{\text{Planejado}} * \text{T}_{\text{Realizado}} / \text{T}_{\text{Planejado}}$$

Onde:

$\text{CP}_{\text{Planejado}}$ é o custo por participante que foi orçado

$\text{CP}_{\text{Realizado}}$ é o custo efetivo por participante

$\text{T}_{\text{Planejado}}$ é o prazo de execução da ação de capacitação tal como foi planejada

$\text{T}_{\text{Realizado}}$ é o prazo efetivo de execução da ação de capacitação

CP é o custo total CT (planejado ou realizado) dividido pelo quantitativo de participantes Part (planejado ou realizado)

O valor de Ind₂ igual a 1 significa que os recursos utilizados e o prazo despendido corresponderam ao planejado. A eficiência será tanto maior quanto o indicador Ind₂ for menor, sendo inferior a 1 e a eficiência será tanto menor quanto o indicador Ind₂ for maior, sendo superior a 1.

d) Método de Aferição

Os valores planejados para CP e T são parte do planejamento da SAGI, ao passo que os valores realizados para as mesmas variáveis são aferidos no final da execução da ação de capacitação.

e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição

O Departamento de Formação e Disseminação ó DFD/SAGI é responsável pelo cálculo do indicador, a partir dos dados planejados e dos registros efetuados ao final da execução da ação de capacitação.

f) Resultado do indicador no exercício

O indicador Ind₂ para a ação de capacitação de agentes públicos e sociais foi obtido a partir dos valores a seguir apresentados.

$$CT_{\text{Planejado}} = 9.179.777,52$$

$$Part_{\text{Planejado}} = 11.350$$

$$CP_{\text{Planejado}} = 9.179.777,52/11.350 = 808,79$$

$$T_{\text{Planejado}} = 7 \text{ meses}$$

$$CT_{\text{Realizado}} = 8.598.461,28$$

$$Part_{\text{Realizado}} = 9.554$$

$$CP_{\text{Realizado}} = 8.598.461,28/9.554 = 899,98$$

$$T_{\text{Realizado}} = 7 \text{ meses}$$

$$Ind_2 = CP_{\text{Realizado}} / CP_{\text{Planejado}} * T_{\text{Realizado}} / T_{\text{Planejado}}$$

$$Ind_2 = 899,98 / 808,79 * 7 / 7 = 1,11$$

Para cálculo do Custo Total Realizado considerou-se, além dos valores pagos em 2010, os valores advindos de Restos a Pagar do exercício anterior, correspondentes à ação em questão. O Custo Total Planejado resultou do produto do número de vagas planejadas para 2010 pelo Custo por Participante Planejado.

g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador: **Não se aplica.**

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis: **Não se aplica.**

Observação:

Propõe-se a criação da seguinte escala para qualificar a eficiência a ação de capacitação da SAGI.

$0,9 < \text{Ind}_2 < 1,1$ ó muito bom

$\text{Ind}_2 < 0,9$ ou $\text{Ind}_2 > 1,1$ - bom

$\text{Ind}_2 < 0,8$ ou $\text{Ind}_2 > 1,2$ - regular

$\text{Ind}_2 < 0,7$ ou $\text{Ind}_2 > 1,3$ - ruim

$\text{Ind}_2 < 0,6$ ou $\text{Ind}_2 > 1,4$ ó muito ruim

A meta da SAGI é de que a ação de capacitação atinja, no mínimo, o conceito õbomö em eficiência.

Indicador de efetividade

Dada a natureza da ação, a formulação de um indicador de efetividade exigiria a realização de uma pesquisa capaz de avaliar os efeitos da capacitação sobre o desempenho das atividades institucionais desenvolvidas pelos capacitados.

Uma pesquisa com este objetivo teria que ter um desenho extremamente complexo, além de ser longitudinal. Por um lado, seria necessário diagnosticar a situação dos serviços de assistência social e o de transferência de renda antes da capacitação, a importância relativa desse profissional selecionado na operacionalização dos serviços; acompanhar mudanças político-administrativas nos estados e municípios; procurar captar, após um período de tempo, as alterações ocorridas e separar os efeitos da capacitação de três ou quatro conselheiros ou coordenadores na execução dos serviços. Portanto, seria necessário contratar uma pesquisa para cada município para o qual se realizou a capacitação.

Em razão do custo e do tempo exigido para realização de tal pesquisa, a SAGI considera inadequada a elaboração de um indicador de efetividade para a ação em questão.

Análise do desempenho - Ação 6877

Os resultados da ação apresentam um hiato entre o número de vagas disponibilizadas (11.350) e o número de efetivamente capacitados (9.546). Esse hiato corresponde à negativa de parte dos municípios em enviarem o quantitativo de agentes públicos correspondente ao número de vagas que lhes foram disponibilizadas, no que pese o esforço desenvolvido pelo MDS, Conselho Nacional de Assistência Social e instituições executoras dos projetos de capacitação na divulgação e mobilização do público alvo. Apesar do hiato acima referido, vale observar que os indicadores de eficácia e de eficiência registraram respectivamente os desempenhos õmuito bomö e õbomö.

2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro

2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa

Quadro LIV - A.2.3 - IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	55101	550002

2.4.1.1 Programação de Despesas Correntes

Quadro LV - A.2.4 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES

A SAGI não é uma Unidade Orçamentária ou Unidade Gestora Orçamentária, assim, não se aplica o preenchimento deste quadro. Salienta-se que as dotações orçamentárias relativas à SAGI estão inclusas no Relatório de Gestão da UJ Secretaria Executiva.

2.4.1.2 Programação de Despesas de Capital

Quadro LVI - A.2.5 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CAPITAL

A SAGI não é uma Unidade Orçamentária ou Unidade Gestora Orçamentária, assim, não se aplica o preenchimento deste quadro. Salienta-se que as dotações orçamentárias relativas à SAGI estão inclusas no Relatório de Gestão da UJ Secretaria Executiva.

2.4.1.3 Quadro Resumo da Programação de Despesas

Quadro LVII - A.2.6 - QUADRO RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS

A SAGI não é uma Unidade Orçamentária ou Unidade Gestora Orçamentária, assim, não se aplica o preenchimento deste quadro. Salienta-se que as dotações orçamentárias relativas à SAGI estão inclusas no Relatório de Gestão da UJ Secretaria Executiva.

2.4.1.4 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Quadro LVIII - A.2.7 - MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA

A SAGI não é uma Unidade Orçamentária ou Unidade Gestora Orçamentária, assim, não se aplica o preenchimento deste quadro. Salienta-se que as dotações orçamentárias relativas à SAGI estão inclusas no Relatório de Gestão da UJ Secretaria Executiva.

2.4.2 Execução Orçamentária da Despesa

2.4.2.1 Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ

2.4.2.1.1 Despesas por Modalidade de Contratação

Quadro LIX - A.2.8 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ

A SAGI não é uma Unidade Orçamentária ou Unidade Gestora Orçamentária, assim, não se aplica o preenchimento deste quadro. Salienta-se que as dotações orçamentárias relativas à SAGI estão inclusas no Relatório de Gestão da UJ Secretaria Executiva.

2.4.2.1.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Quadro LX - A.2.9 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ

A SAGI não é uma Unidade Orçamentária ou Unidade Gestora Orçamentária, assim, não se aplica o preenchimento deste quadro. Salienta-se que as dotações orçamentárias relativas à SAGI estão inclusas no Relatório de Gestão da UJ Secretaria Executiva.

2.4.2.1.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Quadro LXI - A.2.10 - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ

A SAGI não é uma Unidade Orçamentária ou Unidade Gestora Orçamentária, assim, não se aplica o preenchimento deste quadro. Salienta-se que as dotações orçamentárias relativas à SAGI estão inclusas no Relatório de Gestão da UJ Secretaria Executiva.

2.4.2.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

2.4.2.2.1 Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

Quadro LXII - A.2.11 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

A SAGI não é uma Unidade Orçamentária ou Unidade Gestora Orçamentária, assim, não se aplica o preenchimento deste quadro. Salienta-se que as dotações orçamentárias relativas à SAGI estão inclusas no Relatório de Gestão da UJ Secretaria Executiva.

2.4.2.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Quadro LXIII - A.2.12 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

A SAGI não é uma Unidade Orçamentária ou Unidade Gestora Orçamentária, assim, não se aplica o preenchimento deste quadro. Salienta-se que as dotações orçamentárias relativas à SAGI estão inclusas no Relatório de Gestão da UJ Secretaria Executiva.

2.4.2.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Quadro LXIV - A.2.13 - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

A SAGI não é uma Unidade Orçamentária ou Unidade Gestora Orçamentária, assim, não se aplica o preenchimento deste quadro. Salienta-se que as dotações orçamentárias relativas à SAGI estão inclusas no Relatório de Gestão da UJ Secretaria Executiva.

3. PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010.

Não há.

4. PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010

4.1 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Como a Unidade Gestora 550010 não executa diretamente suas ações, os valores de restos a pagar das ações anexas à SAGI constam do Relatório de Gestão da Secretaria Executiva e das demais entidades que executaram estas dotações, em face da SAGI ser UG apenas responsável e não executora.

5. PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010.

5.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos

Quadro LXV - A.5.1 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010*	Egressos em 2010
	Autorizada	Efetiva		
1 Provimento de cargo efetivo	*	22	06	07
1.1 Membros de poder e agentes políticos	*	00	00	00
1.2 Servidores de Carreira	*	08	05	05
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	*	07	04	04
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	*	01	01	01
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório	*	00	00	00
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	*	00	00	00
1.3 Servidores com Contratos Temporários	*	13	01	02
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença	*	01	00	00
1.4.1 Cedidos	*	01	00	00
1.4.2 Removidos	*	00	00	00
1.4.3 Licença remunerada	*	00	00	00
1.4.4 Licença não remunerada	*	00	00	00
2 Provimento de cargo em comissão	*	41	20	10
2.1 Cargos Natureza Especial	*	00	00	00
2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior	37	37**	17	07
2.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	*	04	00	00
2.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	*	06	05	00
2.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas	*	05	03	01
2.2.4 Sem vínculo	*	22	09	06
2.2.5 Aposentado	*	00	00	00
2.3 Funções gratificadas	*	00	00	00
2.3.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	*	00	00	00
2.3.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	*	00	00	00
2.3.3 Servidor de outros órgãos e esferas	*	00	00	00
2.4 Estagiários	*	04	03	03
2.5 Anistiados	*	00	00	00
3 Total	*	63	26	17

Fonte: Sistema Data Warehouse ó DW/SIAPEó CGRH/SAA/SE/MDS

*Inexiste quota individualizada para a UJ

** Os servidores de carreira que ocupam cargo em comissão ou função gratificada encontram-se somados nas linhas 2.

Quadro LXVI - A.5.2 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS POR FAIXA ETÁRIA - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1. Provedimento de cargo efetivo	05	12	04	01	00
1.1. Membros de poder e agentes políticos	00	00	00	00	00
1.2. Servidores de Carreira	04	02	02	00	00
1.3. Servidores com Contratos Temporários	01	09	02	01	00
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	00	01	00	00	00
2. Provedimento de cargo em comissão	12	18	08	02	01
2.1. Cargos de Natureza Especial	00	00	00	00	00
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	08	18	08	02	01
2.3. Funções gratificadas	00	00	00	00	00
2.4. Estagiários	04	00	00	00	00

Fonte: Sistema Date Warehouse ó DW/SIAPEó CGRH/SAA/SE/MDS

Quadro LXVII - A.5.3 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS POR FAIXA ETÁRIA - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provedimento de cargo efetivo	00	00	00	00	01	21	00	00	00
1.1. Membros de poder e agentes políticos	00	00	00	00	00	00	00	00	00
1.2. Servidores de Carreira	00	00	00	00	01	07	00	00	00
1.3. Servidores com Contratos Temporários	00	00	00	00	00	13	00	00	00
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	00	00	00	00	00	01	00	00	00
2. Provedimento de cargo em comissão	00	00	00	02	05	34	00	00	00
2.1. Cargos de Natureza Especial	00	00	00	00	00	00	00	00	00
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	00	00	00	00	03	34	00	00	00
2.3. Funções gratificadas	00	00	00	00	00	00	00	00	00
2.4. Estagiários	00	00	00	02	02	00	00	00	00

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 ó Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.

Fonte: Sistema Date Warehouse ó DW/SIAPEó CGRH/SAA/SE/MDS

5.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

Quadro LXVIII - A.5.4 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantitativo de Servidores	Aposentadorias em 2010
1 Integral	00	00
1.1 Voluntária	00	00
1.2 Compulsório	00	00

1.3	Invalidez Permanente	00	00
1.4	Outras	00	00
2	Proporcional	00	00
2.1	Voluntária	00	00
2.2	Compulsório	00	00
2.3	Invalidez Permanente	00	00
2.4	Outras	00	00

Fonte: Sistema Date Warehouse ó DW/SIAPE ó CGRH/SAA/SE/MDS

Quadro LXIX - A.5.5 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010

Regime de proventos originário do servidor	Quantitativo Beneficiários	de	Pensões concedidas em 2010
1. Integral	00		00
2. Proporcional	00		00

Fonte: Sistema Date Warehouse ó DW/SIAPE ó CGRH/SAA/SE/MDS

5.3 Composição do Quadro de Estagiários

Quadro LXX - A.5.6 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício (Valores em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
Nível superior					18.581,57
Área Fim	00	00	00	00	
Área Meio	02	02	02	02	
Nível Médio					
Área Fim	00	00	00	00	
Área Meio	02	02	02	02	

Fonte: Sistema Date Warehouse ó DW/SIAPE ó CGRH/SAA/SE/MDS

5.4 Quadro de Custos de Recursos Humanos

Quadro LXXI - A.5.7 - QUADRO DE CUSTOS DE RECURSOS HUMANOS NOS EXERCÍCIOS DE 2008, 2009 E 2010.

Valores em R\$ 1,00

Tipologias / Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis	
Membros de poder e agentes políticos								
2008	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão								

2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior								
2008	834,86	1.182.515,63	189.037,56	25.217,79	0,00	9.602,68	316.793,92	1.724.002,44
2009	19.991,10	1.257.096,23	198.402,06	42.442,66	0,00	23.355,91	389.944,19	1.931.232,15
2010	29.537,10	1.727.866,79	312.223,97	35.856,39	0,00	38.119,10	645.068,57	2.788.671,92
Servidores ocupantes de Funções gratificadas								
2008	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Sistema Data Warehouse ó DW/SIAPE ó CGRH/SAA/SE/MDS

*Não se aplica. Os dados inerentes as indenizações, nas modalidades ajuda de custo, diárias, transporte e auxílio-moradia existem, mas não são desmembrados por UJ, tampouco por categoria funcional. Serão totalizados na ação respectiva, que constará no relatório da UJ Secretaria Executiva.

5.5 Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra

Quadro LXXII - A.5.8 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Não se aplica

Quadro LXXIII - A.5.9 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Não se aplica

Quadro LXXIV - A.5.10 - DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL CONTRATADO MEDIANTE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Não se aplica

5.6 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

No âmbito da SAGI, na qualidade de agregada à UJ Secretaria Executiva, nota-se a necessidade de fortalecimento quantitativo e qualitativo da equipe, que permita a incorporação de pessoal com perfil adequado à execução das atribuições da Unidade Organizacional, à vista principalmente do recorrente aumento do volume de trabalho.

De modo geral, entende-se que a execução realizada das atribuições institucionais está em sintonia com o quantitativo e competência da força de trabalho da Unidade, devendo-se considerar que em muitas oportunidades a eficiência e a sobrecarga de trabalho compensam o baixo quantitativo de pessoal. Com efeito, considera-se que a ampliação do quadro de pessoal em número a ser determinado, auxiliaria no saneamento dessa distorção, permitindo o cumprimento de sua missão institucional a contento.

Com relação à estrutura, importa destacar o rearranjo disposto pelo Decreto nº 7.079/2010, que incorporou à SAGI o número totalizado de 37 (trinta e sete) cargos em comissão.

Ainda, no que diz respeito à carência de força de trabalho, a terceirização da mão-de-obra administrativa do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, especialmente no âmbito da SAGI, objetiva a prestação de serviços de atividades auxiliares, de suporte e de apoio técnico-administrativo aos servidores federais lotados no Órgão, para que, como benefício, concentrem suas atenções e esforços no aperfeiçoamento das práticas, procedimentos e resultados obtidos nas ações desenvolvidas, em cumprimento à missão institucional. À vista de contar com as atividades de 06(seis) terceirizados, em atividades de apoio e suporte administrativo, tal circunstância é ainda melhor observada e, por isso, enseja preocupação ante a perspectiva de encerramento do Contrato Administrativo nº 03/2005.

Nesse contexto, considerando que dentre o total de prestadores de serviços terceirizados, 04(quatro) desenvolviam atividades em desacordo com o Decreto nº 2.271/1997, o que é objeto do Termo de Conciliação Judicial para substituição dessa mão-de-obra por servidores públicos de carreira, fica mais evidente a necessidade da assunção de compromissos mútuos entre o órgão regulador de recursos humanos, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Este, por atuação ativa, de fato abster-se de utilizar prestador de serviço terceirizado para execução de atividades finalísticas. Aquele, em decorrência, autorizar a realização de concurso público e o provimento de cargos efetivos de nível superior que supram as lacunas que restarão com a não utilização das atividades terceirizadas.

A esse respeito, aguarda-se autorização do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para realização do concurso público para o provimento dos cargos inerentes à Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais de que tratam a Lei nº 12.094, de 2009 e o Decreto nº 7.191, de 2011, o que acarretará na substituição dos referidos serviços terceirizados, garantindo a continuidade da execução das ações e programas federais que o Órgão legalmente executa.

Em linhas gerais, não se observa frequência motivada ou não de faltas e atrasos dos servidores e demais colaboradores da SAGI, tampouco ocorrência de acidentes do trabalho e doenças ocupacionais, o que afasta a ocorrência de danos para a produção das atividades ocasionados pelo absenteísmo.

No que diz respeito à rotatividade, merece destaque a força de trabalho de servidores efetivos vinculados ao Plano Geral do Poder Executivo ó PGPE, única carreira que integra o quadro de pessoal do MDS. Em razão da precariedade de sua estrutura remuneratória, não emana condições de oferecer segurança e conseqüentemente maior permanência do servidor no cargo público. Convocado e empossado no cargo público, o servidor do MDS não se abstém de continuar buscando aprovação em outros concursos, além daqueles que já ingressam no quadro de pessoal aprovados e aguardando a convocação para outro ente público. Ainda a esse respeito, o MDS, em sede de todas as seleções públicas já realizadas desde o ano de 2006, sofreu com o mesmo problema: impossibilidade de provimento de todos os cargos oferecidos, principalmente em razão do baixo índice de interesse dos candidatos aprovados e nomeados. De cada 10 (dez) candidatos nomeados, em média 50% (cinquenta por cento) não comparecem aos atos de posse e exercício.

Por fim, inerentemente à aplicabilidade dos conceitos de educação continuada, satisfação e motivação, disciplina e desempenho funcional, a SAGI, dentro de sua atuação institucional e nos limites da sobrecarga de trabalho, busca alcançá-los principalmente sob a forma de realização de periódicas reuniões, gerando a reciprocidade de instruções, conhecimentos e experiências entre seus colaboradores. Na medida do possível, a Coordenação-Geral de Recursos Humanos, que integra a UJ Secretaria Executiva, exerce sua atribuição regimental no sentido de manter uma estrutura de treinamentos voltada às atuações meio e fim dos colaboradores, investindo na constante busca pela

atualização dos conteúdos necessários à execução do trabalho. A SAGI, nesse contexto, buscou e busca contribuir com o estabelecimento das diretrizes dessas capacitações, oferecendo subsídios à CGRH sob a forma de indicação de cursos e modalidades do gênero de aperfeiçoamento.

6. PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010.

Não se aplica; não há transferências efetuadas pela SAGI (não é unidade executora).

7. PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010.

Não se aplica, conforme orientação recebida da DSDES/DS/SFC/CGU-PR, ao considerar que a unidade não possui sistema de controle interno.

8. PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010.

Não se aplica.

9. PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010.

Os dados referentes a este tópico são de responsabilidade da UJ Secretaria Executiva ó SE e constarão em seu respectivo relatório.

10. PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU N° 107, DE 27/10/2010.

10.1 Gestão de Tecnologia da Informação (TI)

Quadro LXXV - A.12.1 ó GESTÃO DE TI DA UJ

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.					X
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.					X
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.					X
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	Servidores: 3 (sendo 2 efetivos e 1 temporário) Terceirizados: 4 (sendo que 2 prestam serviços à SAGI e outros 2 não exclusivamente à SAGI, mas a todas as unidades do MDS no bloco 0A0 da Esplanada).				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	X				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.		X			
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.				X	
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.		X			
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.					X
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.			X		
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.				X	
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	100,00%				
13. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.			X		
14. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.			X		
15. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?		X			
Considerações Gerais:					
1. O Planejamento Estratégico do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) é realizado anualmente sob a coordenação da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento (SPO), subordinada à Secretaria Executiva do Ministério. Por conseguinte, todas as Unidades Jurisdicionais (UJ) estão incluídas neste Planejamento Estratégico Institucional.					

2. A área de Tecnologia da Informação (TI) conta com Planejamento Estratégico (PETIC) elaborado em 2007, com abrangência até 2011. Adicionalmente, a partir de 2010, conta com Plano Diretor de TI (PDTI), atualmente em sua versão 1.2, aprovado pelo Comitê Gestor de TI do Ministério (CGTI) e compatível com o PETIC.
3. Existe Comitê Gestor de TI (CGTI) órgão definido em Portaria específica e presidido pela Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI), com participação de representantes de todas as Secretarias do MDS.
4. Servidores: 1 ATI.
Terceirizados: 7 terceirizados sob gestão DTI designados para prestar serviços à SAGI.
5. Não há carreira de TI no órgão. Existem apenas servidores com gratificação do SISP (GSISP) e da carreira de Analista de TI do Ministério do Planejamento (ATI) alocados ao MDS.
6. A Coordenação Geral de Sustentação e Segurança (CGSS) da Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI) está aparelhada para tratar operacionalmente com questões de segurança, grupo informalmente constituído com características de CSIRT (Computer Security Incident Response Team) ou CERT (Computer Emergency Response Team), presidido pelo Coordenador Geral de Sustentação e Segurança, com endereço eletrônico informado ao Grupo de Segurança Institucional (GSI) do Planalto. A criação de Comitê de Segurança da Informação está proposta no PDTI 2010-2011 e está em análise pelo CGTI para decisão sobre sua composição.
7. Documento com proposta de PSI (Política de Segurança da Informação) foi apresentado ao CGTI para análise e aprovação. Em Ata de Reunião, definiu-se seu uso provisório, sempre que aplicável, até que haja posicionamento definitivo sobre ele.

Está em estágio inicial a avaliação dos contratos vis-à-vis as necessidades do MDS, conforme determinado pelo CGTI.

8. Conforme estabelecido no PDTI 2010-2011, adotam-se duas metodologias de desenvolvimento: OpenUp (Open Unified Process), para os desenvolvimentos de fábrica de software sob gestão da DTI; SCRUM para as atividades da fábrica responsável pelo desenvolvimento do SIGPBF (Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família), sob gestão da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC).
9. Em 2010, desenvolveu-se Catálogo de Serviços de TI, tendo por objetivo a estabelecimento de Níveis de Serviço (NS) da área de TI com seus clientes. Tais NS estão sendo discutidos, com objetivo de estabelecê-los em definitivo.
10. A maioria dos contratos de TI possui definição de níveis de serviço. Entretanto, tais níveis nem sempre são adequados a uma gestão efetiva dos contratos. Por tal razão, está-se discutindo mudanças para melhorá-los.
11. Os servidores da área de TI não possuem, com raras exceções, formação em TI. Por tal razão, a capacidade interna é praticamente nula, exigindo a participação de terceirizados em 100% dos casos.
12. A partir de 2010, contratações de TI passaram a ser feitas apoiadas por documentação aderente às recomendações da IN 04 SLTI (tanto para serviços como para bens). Nos documentos de planejamento da contratação, procura-se avaliar os benefícios para o MDS ou para a área usuária sendo endereçada. Entretanto, como a ação é recente, a documentação ainda pode ser aperfeiçoada.
13. A gestão de contratos, em sua maioria, é feita pelo pessoal que recebe a gratificação do SISP (Sistema de Administração de Recursos de Informação e Informática), denominada GSISP, e, neste contexto, existe tentativa de estabelecer processo formal de gestão. Modelagem de processo está em andamento, com ferramenta BPM/BPEL (Business Process Management/ Business Process Execution Language), para estabelecer ambiente de gestão com acompanhamento automatizado.
14. Tendo em vista a quase inexistência de pessoal com formação específica de TI na DTI, a transferência tecnológica é incipiente, por inviável. Existe transferência em relação à operação dos produtos.

LEGENDA

Níveis de avaliação:

- (1) **Totalmente inválida:** Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.
- (2) **Parcialmente inválida:** Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.
- (3) **Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
- (4) **Parcialmente válida:** Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.

(5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.
 Fonte: DTI/SE/MDS

11. PARTE A, ITEM 14, DO ANEXO II DA DN TCU N° 107, DE 27/ 10/2010.

Não se aplica.

12. PARTE A, ITEM 15, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010.

12.1 Deliberações do TCU atendidas no exercício

Quadro LXXVI - A.15.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação - SAGI/MDS (unidade agregada à UJ Secretaria Executiva)					-
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	Processo TC 021.280/2006-3	Nº 4827/2009 ó TCU ó 2ª Câmara	9.6.4.1, 9.6.4.2 e 9.6.4.3	Determinação (DE)	SA nº. 243940/002 (CGU)
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI)					-
Descrição da Deliberação:					
<p>Item 9.6.4.1: atentar ao cumprimento das recomendações efetuadas pela SFC no item 4.1.14.2 do Relatório de Auditoria de Gestão 175317, de 30.06.2006, no que se refere a falhas na formalização da contratação de consultores, em especial no que tange à publicação dos extratos dos contratos realizados, à manifestação do órgão de recursos humanos desta Unidade anteriormente à contratação do consultor, a fim de comprovar que os serviços não poderiam ser desempenhados por seus próprios servidores, e à presença, na pasta de cada consultor, de toda documentação referente aos respectivos contrato e processo seletivo;</p> <p>Item 9.6.4.2: abster-se de contratar classificados em processo seletivo para consultores com base em determinado termo de referência cujo edital não disponha sobre o número de vagas, para que executem produto relacionado a termo de referência diverso, sem a elaboração de novo processo seletivo, em respeito aos princípios da publicidade, transparência e isonomia, ao art. 5º do Decreto 5.151/2004 e ao Manual de Execução Nacional do PNUD;</p>					

<p>Item 9.6.4.3: atentar para o cumprimento das recomendações efetuadas pela SFC no item 4.1.15.2 do Relatório de Auditoria de Gestão 175317, de 30.06.2006, no que se refere á observância do Acórdão TCU 1.918/2004 ó Plenário, que trata da utilização do Manual de Convergência de Normas Licitatórias.</p>	
<p>Providências Adotadas</p>	
<p>Setor responsável pela implementação</p>	<p>Código SIORG</p>
<p>Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI/MDS) e Diretoria de Projetos Internacionais da Secretaria Executiva</p>	<p>-</p>
<p>Síntese da providência adotada:</p>	
<p>Em resposta, a SAGI informou, por meio do Ofício nº 271/SE/MDS, de 05 de maio de 2010, que:</p> <p style="padding-left: 40px;">õTodas as recomendações contidas no Acórdão 4.827/2009 ó 2ª Câmara do TCU -, foram acatadas e cumpridas pela Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI/MDS). Cabe destacar que desde janeiro de 2007 todos os processos de contratação de pessoas física e jurídica relacionados a Organismos Internacionais passaram a ser conduzidos pela Diretoria de Projetos Internacionais, anteriormente denominada Diretoria de Programas, da Secretaria Executiva deste MDS, e foram executados em consonância com o Manual de Convergência de Normas Licitatórias.ö</p>	
<p>Síntese dos resultados obtidos</p>	
<p>A esse respeito, destaque-se que no Relatório de Auditoria Anual de Contas CGU nº 243942, referente ao exercício de 2009, a conduta da SAGI foi avaliada da seguinte forma:</p> <p style="padding-left: 40px;">õNo que se refere à resposta do gestor, referente aos itens 9.6.4.1 e 9.6.4.2 do citado Acórdão, registre-se que, em decorrência de atividades de auditoria no âmbito das Tomadas de Contas dos anos 2006 e 2007, foi atestada a busca de adequação às recomendações da SFC, conforme relatos inseridos nos respectivos Relatórios: Relatório nº 19028 ó TC 2006 ó Auditoria de Recursos Externos.ö (Página 124).</p> <p style="padding-left: 40px;">No tocante ao item 9.6.4.3, o supracitado documento descreve:</p> <p style="padding-left: 40px;">õ...Quanto a isto, manifestação emitida pela equipe de auditoria, nos trabalhos de Tomada de Contas de 2006, deram conta da regularização da impropriedade quanto da não ocorrência de fato semelhante que caracterizasse reincidência.ö (Páginas 125 e 126).</p> <p style="padding-left: 40px;">Mais adiante, o Relatório conclui:</p> <p style="padding-left: 40px;">õSendo assim, atestam-se, diante dos trabalhos de auditorias, as providências por parte do gestor, no intuito de cumprir as recomendações emanadas desta CGU, agora corroboradas pelas determinações da Corte de Contas. Porém, resta a incumbência da unidade, em atenção ao Acórdão nº 4.827/2009 ó Segunda Câmara, proceder à devida apresentação de informações ao TCU concernentes às tarefas por ele demandadas, não obstante fato do tempo decorrido desde sua implementação.ö (Página 126).</p>	
<p>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</p>	
<p>A SAGI sempre pautou a execução de seus processos pela transparência e correta aplicação dos recursos públicos, adotando as orientações e deliberações dos órgãos de controle. A condução pela Diretoria de Projetos Internacionais (DPI/SE) de todos os processos de contratação de pessoas física e jurídica relacionados a Organismos Internacionais, a partir de 2007, representou, no âmbito do MDS, uma maior padronização dos procedimentos, em atenção às normas vigentes, favorecendo a qualificação destes processos. A DPI tornou-se, ademais, o ponto focal do Ministério na interlocução com os organismos internacionais, estabelecendo fluxos corretos e ágeis de informação e execução.</p>	

12.2 Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício

Quadro LXXVII - A.15.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Não se aplica.

12.3 Recomendações do OCI atendidas no exercício

Quadro LXXVIII - A.15.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação - SAGI/MDS (unidade agregada à UJ SE)			-
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	Nota de Auditoria nº 2024/DSDES/DS/SFC/CGU-PR	-	Of. n.º 29635/DSDES/DS/SFC/CGU-PR, de 08/09/2010
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI)			
Descrição da Recomendação:			
Nota de Auditoria nº 2024/DSDES/DS/SFC/CGU-PR, dirigida à SAGI, referente ao Pregão 18/2010, tendo por objeto a contratação de instituições públicas ou privadas para execução de capacitação de profissionais dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) no Tema da Violência contra as Mulheres (Processo n.º 71000.036771/2010-63).			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação - SAGI/MDS			-
Síntese da providência adotada:			
Os processos da SAGI são implementados pela SE, SAA ou DPI, dessa forma, eventuais constatações e recomendações de Relatórios de Auditoria foram dirigidas àquelas unidades e a SAGI subsidiou as respostas sempre que demandada.			
Em relação ao processo em questão, como informado à DSDES/DS/SFC/CGU-PR no Ofício nº 76/2010 ó SAGI/MDS, de 11.11.2010, acerca da tomada de providências para a revogação do Pregão nº 18/2010, este certame foi oficialmente revogado mediante publicação no Diário Oficial da União - DOU em 26/11/2010. A revogação foi motivada pela necessidade de adequações no Termo de Referência e respectivo edital, de acordo com as recomendações da CGU.			
Síntese dos resultados obtidos			
O Pregão foi revogado.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Como as recomendações foram tratadas no final do ano, não houve tempo hábil para saná-las e levar adiante o certame no mesmo exercício. Os apontamentos da CGU constantes da referida Nota Técnica continuam pautando os novos processos do Departamento responsável pelas ações de capacitação.			

12.4 Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício

Quadro LXXIX - A.15.4 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Não se aplica.

B. PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU N° 107/2010 6 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO**13. PARTE B, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010****13.1 Declaração Plena, com Ressalva ou Adversa*****Quadro LXXX - B.1.1 - DECLARAÇÃO PLENA DO CONTADOR***

O preenchimento deste quadro foi feito no âmbito do relatório da UJ Secretaria Executiva.

14. PARTE B, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN N° 107, DE 27/10/2010.

Não há.

C. PARTE C DO ANEXO II DA DN 107/2010 6 CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS**15. PARTE C, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N° 107, DE 27/10/2010.**

Não há.

16. PARTE C, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N° 107, DE 27/10/2010.

Não há.

17. PARTE C, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU N° 107, DE 27/10/2010.

Não há.

18. PARTE C, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010.

Não há.

19. PARTE C, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010.

Não há.

20. PARTE C, ITEM 16, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010.**20.1 Contratação de consultores na modalidade ãprodutoö, no âmbito dos projetos de cooperação técnica com organismos internacionais*****Quadro LXXXI - C.16.1 - CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE ãPRODUTOö NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS***

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização			Sigla		
Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação			FAO		
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto			Código		
Apoio à implementação e ao alcance dos resultados do Programa Fome Zero			UTF/BRA/064/BRA		
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade ãProdutoö					
Código do Contrato: 84934-1/2010			Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação		
Objetivo da consultoria: Contratação de Consultor na modalidade Produto para realização de estudos sobre as contribuições das pesquisas implementadas pela SAGI/MDS na área da segurança alimentar e nutricional.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
21/06/2010	18/02/2011	48.000,00	48.000,00	24.000,00	24.000,00
Insumos Externos					

Diária = R\$ 2.433,20		
Passagem = R\$ 3.098,10		
Produtos Contratados		
Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Produto 1 ó Documento técnico contendo análise reflexiva sobre o conjunto dos principais resultados dos estudos realizados pela SAGI a respeito dos programas de Segurança Alimentar e Nutricional ó PAA e Cisternas	31/07/2010	12.000,00
Produto 2 ó Documento técnico contendo análise reflexiva sobre o conjunto dos principais resultados dos estudos realizados pela SAGI a respeito dos programas de Segurança Alimentar e Nutricional ó Equipamentos de SAN (Cozinhas Comunitárias, Restaurantes Populares e Bancos de Alimentos).	09/09/2010	12.000,00
Produto 3 ó Documento contendo avaliação crítica sobre as contribuições das pesquisas realizadas pela SAGI para gestão e expansão dos programas de segurança alimentar e nutricional, bem como propondo estratégias para que os resultados das pesquisas sejam disseminados e internalizados pela SESAN / MDS.	19/10/2010	13.000,00
Produto 4 ó Documento técnico contendo texto destinado à publicação com os pontos principais dos produtos anteriores, incorporando contribuições advindas do momento de apresentação e discussão dos resultados em reuniões internas com o MDS.	19/11/2010	11.000,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Anne Walleser Kepple		CPF: 248.147.528-30
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: A vigência inicial do contrato era de 21/06/2010 a 21/11/2010, sendo prorrogado a primeira vez até 21/12/2010 e a segunda até 18/02/2011.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	PNUD
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
Projeto de Apoio ao Programa Bolsa Família	BRA/04/028/BRA
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade Produto	

Código do Contrato:2009/000553			Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação		
Objetivo da consultoria: Construção de indicadores sobre a incidência da pobreza e desigualdade.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
08/06/2009	04/06/2010	42.500,00	0,00	0,00	24.285,70
Insumos Externos					
Não					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Relatório contendo análise comparativa das definições e categorizações das variáveis do Censo Demográfico 2000 e PNAD 2006			26/06/2009	6.071,42	
Relatório contendo resultados dos testes de igualdade estatística entre as variáveis do Censo Demográfico 2000 e PNAD 2006			07/07/2009	6.071,42	
Relatório contendo descrição e análise dos ajustes de modelos de previsão da renda per capita para as 27 Unidades da Federação brasileiras na PNAD 2006.			24/07/2009	6.071,42	
Relatório contendo descrição da metodologia utilizada e estimativa da renda per capita equivalente para os domicílios do Censo Demográfico 2000			30/08/2009	6.071,42	
Relatório contendo descrição da metodologia e estimativas do número de pessoas abaixo da linha de pobreza para os municípios brasileiros, com base na renda estimada			11/10/2009	6.071,42	
Relatório contendo descrição da metodologia e estimativas dos principais indicadores de pobreza e desigualdade para os municípios brasileiros			30/11/2009	6.071,42	
Relatório contendo análise comparativa da pobreza e desigualdade para as Grandes Regiões e Unidades da Federação			20/12/2009	6.071,48	
Consultor contratado					
Nome do consultor: Aline R. P. das Chagas Castelúcio				CPF: 077.613.327-62	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: A vigência inicial do contrato era de 08/10/2009 a 20/12/2009, sendo prorrogado até 30/06/2010.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização			Sigla		
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento			PNUD		
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto			Código		
Projeto de Apoio ao Programa Bolsa Família			BRA/04/028/BRA		
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade Produto					
Código do Contrato: 2009/001137			Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação		
Objetivo da consultoria: Avaliação e monitoramento de programas de desenvolvimento social e combate à pobreza					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
16/11/2009	17/01/2011	60.000,00	22.000,00	24.000,00	30.000,00
Insumos Externos					
Diárias = R\$ 362,90					
Passagem = R\$ 876,24					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico com a avaliação do desempenho da amostra da Avaliação de Impacto do BPC e indicação de seus fatores de expansão			15/12/2009	8.000,00	
a) Documento técnico detalhado contendo estudo do universo a ser investigado na Pesquisa de Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar- PAA; b) Documento técnico detalhado contendo plano de amostragem da Pesquisa de avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PAA, <ol style="list-style-type: none"> i. determinar o tamanho da amostra; ii. especificar as unidades amostrais; e especificar suas respectivas probabilidades de seleção. 			Cancelado	16.000,00	
a) Documento técnico detalhado com estudo do universo a ser investigado na Pesquisa de Avaliação da Qualidade dos dados do CadÚnico. b) Documento técnico detalhado contendo plano de amostragem da pesquisa de Avaliação da Qualidade dos dados do CadÚnico: <ol style="list-style-type: none"> i. determinar o tamanho da amostra; ii. especificar as unidades amostrais; e 			30/09/2010	18.000,00	

especificar suas respectivas probabilidades de seleção.		
Documento técnico com a avaliação do desempenho da amostra da Avaliação do ProJovem Adolescente e indicação dos seus fatores de expansão.	16/11/2010	6.000,00
Relatório com a avaliação do desempenho da amostra da Pesquisa de avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos e indicação dos seus fatores de expansão.	Cancelado	6.000,00
Relatório com a avaliação do desempenho da amostra da Avaliação da Qualidade dos dados do CadÚnico e indicação dos seus fatores de expansão.	Cancelado	6.000,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Wilton de Oliveira Bussab	CPF: 007.891.008-00	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Projeto de Fortalecimento Institucional para Avaliação e Gestão da Informação do MDS				BRA/04/046/BRA	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade Produto					
Código do Contrato: 2010/000141			Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação		
Objetivo da consultoria: Atender as demandas do ministério, no que diz respeito a sistematização dos processos das atividades de levantamento de informações estratégicas relacionadas às ações promovidas pelo ministério com proposição de melhorias nos processos de obtenção dos dados.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
17/03/2010	03/01/2011	116.000,00	96.000,00	0,00	0,00
Insumos Externos					
Não					

Produtos Contratados		
Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico contendo o levantamento das principais informações estratégicas existentes, bem como mapeamento da origem desses dados.	29/03/2010	14.000,00
Documento técnico contendo o mapeamento dos processos para obtenção dos dados atualmente utilizados pela equipe da alta-gestão.	29/04/2010	15.000,00
Documento técnico contendo proposta de padronização dos dados referente aos itens e indicadores que deverão ser coletados para alta-gestão.	17/06/2010	13.000,00
Documento técnico contendo o levantamento das ações estratégicas prioritárias e definição de novos indicadores/Itens de Coleta por ação.	27/07/2010	18.000,00
Documento técnico contendo a proposta de melhoria dos processos de obtenção dos dados atualmente utilizados pela equipe da alta-gestão.	15/09/2010	19.000,00
Documento técnico contendo as propostas de sistematização para melhoria/ inovação dos processos realizados para obtenção de informações gerenciais	04/11/2010	17.000,00
Documento técnico contendo a proposta final contendo uma síntese do material produzido, referente a obtenção de dados estratégicos, contendo as alterações sugeridas pelas áreas envolvidas.	03/01/2011	20.000,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Adonias Rosada Malosso	CPF: 923.784.471-91	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: O contrato encerrou sem a entrega de nenhum produto.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	PNUD
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
Projeto de Fortalecimento Institucional para Avaliação e Gestão da Informação do MDS	BRA/04/046/BRA

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade Produto					
Código do Contrato: 2010/000924			Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação		
Objetivo da consultoria: Realização de estudo sobre capacidade protetiva de famílias beneficiárias de transferência de renda em regiões metropolitanas vulneráveis no âmbito do ciclo de avaliação dos programas do MDS.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
01/12/2010	31/05/2011	60.000,00	30.000,00	0,00	0,00
Insumos Externos					
Não					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Relatório técnico contendo metodologia de elaboração de indicadores e índices para análise da capacidade protetiva das famílias e resultados das respectivas variáveis pesquisadas.			20/12/2010	30.000,00	
Relatório Final e Sumário Executivo do estudo, contendo os dados e resultados da pesquisa, além de indicadores e índices para análise da capacidade protetiva das famílias, objeto deste estudo.			13/05/2011	30.000,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: Aldaíza de Oliveira Sposati				CPF: 610.073.318-87	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: O produto pago à consultora foi aprovado pela Secretaria finalística (vide código do contrato) e atendeu ao estabelecido no termo de referência.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	PNUD
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
Projeto de Fortalecimento Institucional para Avaliação e Gestão da Informação do MDS	BRA/04/046/BRA
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade Produto	

Código do Contrato: 2010/000954			Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação		
Objetivo da consultoria: Criação de identidade visual, projeto gráfico e editoração eletrônica da Publicação sobre Inventário Socioeconômico e Cultural das Comunidades Tradicionais de Terceiros.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
14/12/2010	29/04/2011	43.400,00	0,00	0,00	0,00
Insumos Externos					
Não					
Produtos Contratados					
Descrição		Data prevista de entrega	Valor		
CD com os arquivos abertos, incluindo links e fontes, arquivo em PDF em alta resolução preparado para envio a gráfica e arquivo PDF em baixa resolução para visualização na Web do volume 1 contendo art		14/01/2011	12.100,00		
CD com os arquivos abertos, incluindo links e fontes, arquivo em PDF em alta resolução preparado para envio a gráfica e arquivo PDF em baixa resolução para visualização na Web do volume 2 contendo apr		14/02/2011	17.150,00		
CD com os arquivos abertos, incluindo links e fontes, arquivo em PDF em alta resolução preparado para envio a gráfica e arquivo PDF em baixa resolução para visualização na Web do volume 4 contendo apr		11/03/2011	14.150,00		
Consultor contratado					
Nome do consultor: Alessandro Mendes Ribeiro				CPF: 806.707.411-91	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	PNUD
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
Projeto de Fortalecimento Institucional para Avaliação e Gestão da Informação do MDS	BRA/04/046/BRA

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade Produto					
Código do Contrato: 2010/000344			Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação		
Objetivo da consultoria: Criação de projeto gráfico, editoração eletrônica e identidade visual para o desenvolvimento de peças de divulgação e para o material didático do Projeto de Capacitação de Agentes Públicos Municipais de Controle Social da Política de Assistência Social e do Programa Bolsa Família (PBF).					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
24/05/2010	26/07/2010	32.000,00	32.000,00	32.000,00	32.000,00
Insumos Externos					
Não					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Criação de logomarca do curso de capacitação; manual de utilização da identidade visual, e projeto gráfico do material didático d Projeto de Capacitação de Agentes Públicos Municipais de Controle Social da Política de Assistência Social e do Programa Bolsa Família (PBF).			08/06/2010	11.700,00	
Criação de Modelo de folder, Cartaz, Papel timbrado e pasta para comportar o material didático.			24/06/2010	5.900,00	
Editoração eletrônica do material didático do Projeto de Capacitação de Agentes Públicos Municipais de Controle Social da Política de Assistência Social e do Programa Bolsa Família (PBF); e editoração eletrônica do conteúdo do mesmo material em Power point.			26/07/2010	14.500,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: Alessandro Mendes Ribeiro			CPF: 806.707.411-91		
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Os produtos pagos ao consultor foram aprovados pela Secretaria finalística (vide código do contrato) e atenderam ao estabelecido no termo de referência.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	PNUD

Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Projeto de Fortalecimento Institucional para Avaliação e Gestão da Informação do MDS				BRA/04/046/BRA	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade Produto					
Código do Contrato: 2010/000634			Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação		
Objetivo da consultoria: Monitoramento de programas de desenvolvimento social e combate à pobreza					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
06/08/2010	05/08/2011	72.000,00	26.000,00	26.000,00	26.000,00
Insumos Externos					
Não					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico contendo análise diagnóstica das bases de dados e sistemas de informações disponíveis na SAGI e MDS visando identificar indicadores relevantes para o monitoramento das ações da SAGI.			27/08/2010	12.000,00	
Documento técnico detalhado propondo metodologia de controle estatístico dos processos de monitoramento das ações da SAGI, bem como definição dos conceitos utilizados.			26/11/2010	14.000,00	
Documento técnico detalhado contendo o manual operativo do processo de controle estatístico dos processos de monitoramento das ações da SAGI.			02/02/2011	11.000,00	
Documento técnico detalhado contendo escolha dos indicadores relevantes ao monitoramento das ações da SAGI, validação, categorização dos mesmos.			28/03/2011	12.000,00	
Documento técnico detalhado contendo proposta de metodologia de análise dos indicadores com modelagem, desempenho e previsão.			23/05/2011	11.000,00	
Relatório técnico contendo a avaliação do desempenho dos indicadores.			20/07/2011	12.000,00	
Consultor contratado					

Nome do consultor: Alessandro Oliveira da Conceição	CPF: 831.302.891-91
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Os produtos pagos ao consultor foram aprovados pela Secretaria finalística (vide código do contrato) e atenderam ao estabelecido no termo de referência.	

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização			Sigla		
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento			PNUD		
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto			Código		
Projeto de Fortalecimento Institucional para Avaliação e Gestão da Informação do MDS			BRA/04/046/BRA		
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade Produto					
Código do Contrato: 2010/000633			Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação		
Objetivo da consultoria: Monitoramento de programas de desenvolvimento social e combate à pobreza					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
06/08/2010	05/08/2011	72.000,00	26.000,00	26.000,00	26.000,00
Insumos Externos					
Diárias = R\$ 228,95					
Passagens = R\$ 554,36					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico contendo reflexão sobre fontes e metodologias de coleta de informações para análise dos programas da Assistência Social.			27/08/2010	12.000,00	
Documento técnico contendo análise da dinâmica demográfica em relação à política de Assistência Social.			16/11/2010	14.000,00	
Documento técnico contendo análise de series históricas sobre indicadores de processo, resultado e sócio demográficos voltados para o Programa Benefício de Prestação Continuada - BPC.			02/02/2011	11.000,00	
Documento técnico contendo estudo da evolução da qualidade de vida das pessoas beneficiárias do Programa Benefício de			28/03/2011	12.000,00	

Prestação Continuada - BPC.		
Documento técnico contendo referencias à ampliação da análise de series históricas sobre indicadores do CRAS e CREAS.	23/05/2011	11.000,00
Documento técnico contendo análise de séries históricas sobre indicadores do programa bolsa Família, em particular de gestão municipal e estadual	20/07/2011	12.000,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Alexander Cambraia Nascimento Vaz	CPF: 053.370.046-34	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Os produtos pagos ao consultor foram aprovados pela Secretaria finalística (vide código do contrato) e atenderam ao estabelecido no termo de referência.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Projeto de Fortalecimento Institucional para Avaliação e Gestão da Informação do MDS				BRA/04/046/BRA	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade Produto					
Código do Contrato: 2009/000870			Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação		
Objetivo da consultoria: Realização de estudo de campo sobre metodologias de trabalho social com famílias no âmbito do serviço de atenção integral a família - PAIF					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
08/09/2009	29/01/2010	15.000,00	0,00	15.000,00	15.000,00
Insumos Externos					
Não					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Relatório descritivo e analítico da metodologia empregada para o trabalho social com famílias no âmbito do PAIF (Sul e Sudeste).			08/11/2009	15.000,00	

Consultor contratado	
Nome do consultor: Alice Dianezi Gambarella	CPF: 315.111.108-48
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: O produto pago à consultora foi aprovado pela Secretaria finalística (vide código do contrato) e atendeu ao estabelecido no termo de referência.	

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização			Sigla		
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento			PNUD		
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto			Código		
Projeto de Fortalecimento Institucional para Avaliação e Gestão da Informação do MDS			BRA/04/046/BRA		
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade Produto					
Código do Contrato: 2010/000346			Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação		
Objetivo da consultoria: Desenvolvimento de pesquisas no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
04/06/2010	16/07/2010	72.000,00	32.000,00	10.000,00	10.000,00
Insumos Externos					
Diárias = R\$ 1.387,50					
Passagens = R\$ 1.911,12					
Produtos Contratados					
Descrição		Data prevista de entrega	Valor		
Documento técnico contendo modelo de Termo de Consentimento Informado e relatório sobre o processo de realização do pré-teste do instrumento de coleta de dados da Chamada Nutricional no Semiárido e Região Norte.		04/07/2010	10.000,00		
Documento técnico contendo mapeamento da situação dos equipamentos existentes e em funcionamento nos municípios selecionados aleatoriamente para		04/09/2010	12.000,00		

participação na Chamada Nutricional no Semiárido e Região Norte e disponibilidade de equipamentos reserva com parceiros (UNICEF, MS, IBGE, etc.).		
Documento técnico contendo versão final do instrumento de coleta de dados, modelo de Termo de Consentimento Informado e relatório sobre o processo de realização do pré-teste da pesquisa com comunidades remanescentes de quilombos.	04/11/2010	10.000,00
Documento técnico analítico utilizando a base de dados da pesquisa Avaliação de Impacto do Programa de Benefício de Prestação Continuada (BPC) para idosos e pessoas com deficiência no âmbito de Segurança Alimentar e Nutricional	04/01/2011	15.000,00
Documento técnico analítico utilizando a base de dados da pesquisa Avaliação de Impacto do Bolsa Família 1º e 2º rodada em aspectos de avaliação do estado nutricional utilizando o novo padrão antropométrico OMS - 2005.	04/03/2011	15.000,00
Documento técnico analítico do Suplemento de Segurança Alimentar da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - PNAD 2004 e 2009.	04/05/2011	10.000,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Aline Brandão Mariath	CPF: 041.141.109-84	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: O contrato foi rescindido, após a entrega do produto 1. O produto pago à consultora foi aprovado pela Secretaria finalística (vide código do contrato) e atendeu ao estabelecido no termo de referência.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	PNUD
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código

Projeto de Fortalecimento Institucional para Avaliação e Gestão da Informação do MDS				BRA/04/046/BRA	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade Produto					
Código do Contrato: 2009/001322			Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação		
Objetivo da consultoria: Sistematizar e analisar o material no acervo de pesquisas do MDS a respeito do PETI.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
24/12/2009	17/05/2010	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00
Insumos Externos					
Diárias = R\$ 1.261,60					
Passagens = R\$ 1.544,32					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico contendo a sistematizações e análise do material do acervo de pesquisas do MDS a respeito do PETI.			25/01/2010	6.500,00	
Documento técnico contendo versão preliminar das orientações metodológicas para o atendimento socioassistencial a crianças e adolescentes afastados do trabalho precoce.			26/03/2010	6.500,00	
Documento técnico contendo a descrição do teste da aplicação metodológica e a versão final das orientações para o atendimento socioassistencial a crianças e adolescentes afastados do trabalho precoce.			07/05/2010	7.000,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: André Viana Custódio				CPF: 893.825.369-49	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Os produtos pagos ao consultor foram aprovados pela Secretaria finalística (vide código do contrato) e atenderam ao estabelecido no termo de referência.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	PNUD
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	

Título do Projeto		Código			
Projeto de Fortalecimento Institucional para Avaliação e Gestão da Informação do MDS		BRA/04/046/BRA			
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade Produto					
Código do Contrato: 2010/000969			Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação		
Objetivo da consultoria: Contratação de consultor, na modalidade produto, para acompanhamento da etapa não presencial da Capacitação de Agentes Públicos Municipais de Controle Social da Política de Assistência Social e do Programa Bolsa Família.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
17/12/2010	16/12/2011	43.500,00	0,00	0,00	0,00
Insumos Externos					
Não					
Produtos Contratados					
Descrição		Data prevista de entrega	Valor		
Relatório técnico contendo apresentação e análise da forma pela qual as instituições executoras estão organizadas para a execução da etapa não presencial da Capacitação nos Lotes acompanhados pelo con		27/01/2011	5.300,00		
Relatório técnico contendo os resultados do acompanhamento da execução da fase não presencial da capacitação, realizado nos Lotes acompanhados pelo consultor: a) por meio eletrônico, no primeiro quart		13/03/2011	7.800,00		
Relatório técnico contendo os resultados do acompanhamento da execução da fase não presencial da capacitação, realizado nos Lotes acompanhados pelo consultor: a) por meio eletrônico, no segundo quarto		12/05/2011	7.800,00		
Relatório técnico contendo a apresentação e análise das alterações e adequações realizadas nas equipes técnicas alocadas na execução da etapa não presencial e nos demais aspectos relacionados à forma		11/07/2011	3.500,00		
Relatório técnico contendo os resultados do acompanhamento da execução da fase não presencial da capacitação, realizado nos Lotes acompanhados pelo consultor: a) por meio eletrônico, no terceiro quart		30/08/2011	7.800,00		

Relatório técnico contendo a apresentação e análise das alterações e adequações realizadas nas equipes técnicas alocadas na execução da etapa não presencial e nos demais aspectos relacionados à forma	29/10/2011	3.500,00
Relatório técnico contendo os resultados do acompanhamento da execução da fase não presencial da capacitação, realizado nos Lotes acompanhados pelo consultor: a) por meio eletrônico, no último quarto	08/12/2011	7.800,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Andrea Fernanda Borges de Oliveira	CPF: 358.542.861-49	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Projeto de Fortalecimento Institucional para Avaliação e Gestão da Informação do MDS				BRA/04/046/BRA	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade Produto					
Código do Contrato: 2010/000705			Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação		
Objetivo da consultoria: Contratação de um profissional para identificar e analisar a regulamentação municipal existente sobre os benefícios eventuais e verificar sua consonância com as diretrizes nacionais					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
09/09/2010	09/12/2010	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00
Insumos Externos					
Diárias = R\$ 1.088,70					
Passagens = R\$ 1.742,10					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	

Documento contendo projeto do estudo a ser elaborado, composto de contextualização, objetivos, justificativa, referencial teórico, metodologia, atividades e cronogramas e resultados esperados	09/10/2010	6.000,00
Documento contendo dados quantitativos referente ao mapeamento das legislações	09/11/2010	14.000,00
Relatório final do estudo contendo os resultados obtidos e conclusões, bem como documento orientativo que subsidie os municípios no processo de regulamentação, oferta e concessão dos benefícios eventuais	09/12/2010	20.000,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Angela Maria Siman	CPF: 186.010.816-49	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Os produtos pagos à consultora foram aprovados pela Secretaria finalística (vide código do contrato) e atenderam ao estabelecido no termo de referência.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Projeto de Fortalecimento Institucional para Avaliação e Gestão da Informação do MDS				BRA/04/046/BRA	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade Produto					
Código do Contrato: 2009/001032			Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação		
Objetivo da consultoria: consultor para o desenvolvimento de procedimentos operacionais para implementação e execução do PETI					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
16/10/2009	07/05/2010	20.000,00	0,00	10.000,00	20.000,00
Insumos Externos					
Não					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de	Valor	

		entrega	
Documento técnico contendo análise do material do acervo do MDS a respeito da gestão do PETI		25/11/2009	10.000,00
Documento técnico contendo os procedimentos normativos e operacionais para subsidiar a implementação e execução do PETI		14/12/2009	10.000,00
Consultor contratado			
Nome do consultor: Angela Maria Siman		CPF: 186.010.816-49	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Os produtos pagos à consultora foram aprovados pela Secretaria finalística (vide código do contrato) e atenderam ao estabelecido no termo de referência.			

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Projeto de Fortalecimento Institucional para Avaliação e Gestão da Informação do MDS				BRA/04/046/BRA	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade Produto					
Código do Contrato: 2010/000119			Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação		
Objetivo da consultoria: Elaborar textos que formarão parte do material didático destinado a apoiar a capacitação dos profissionais dos Centros de referência de Assistência Social (CRAS) e dos Centros Especializados de Referência da Assistência Social (CREAS) no tema da violência contra as mulheres.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
12/03/2010	28/05/2010	13.800,00	13.800,00	0,00	0,00
Insumos Externos					
Não					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Texto didático, de 15 a 18 páginas, sobre o tema "Situando a violência contra as mulheres", conforme especificações da Matriz de Conteúdos e Objetivos Instrucionais e orientações do MDS e			20/03/2010	7.500,00	

da SPM quanto à perspectiva pedagógica e ao formato do referido texto.		
Texto didático, de 12 a 15 páginas sobre o tema "A rede de serviços sociassistenciais como parte integrante da rede de proteção social às mulheres em situação de violência", conforme especificações da Matriz de Conteúdos e Objetivos Instrucionais e orientações do MDS e da SPM quanto à perspectiva pedagógica e ao formato do referido texto.	10/04/2010	6.300,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Betânia Diniz Gonçalves	CPF: 475.289.826-87	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Os produtos pagos à consultora foram aprovados pela Secretaria finalística (vide código do contrato) e atenderam ao estabelecido no termo de referência.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Projeto de Fortalecimento Institucional para Avaliação e Gestão da Informação do MDS				BRA/04/046/BRA	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade Produto					
Código do Contrato: 2010/000347			Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação		
Objetivo da consultoria: Suporte ao monitoramento e documentação de ferramentas de gestão da informação.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
07/06/2010	06/06/2011	108.000,00	54.000,00	54.000,00	54.000,00
Insumos Externos					
Não					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico sobre as tecnologias existentes para georreferenciamento das informações do MDS/SAGI utilizando a			22/07/2010	13.000,00	

tecnologia WEB.		
Documento analítico sobre as informações armazenadas na Matriz de Informações Sociais (MI Social) desenvolvida pela SAGI/MDS.	29/09/2010	19.000,00
Documento descritivo sobre a estrutura de dados para armazenar as informações dos territórios do Atlas Social.	14/12/2010	22.000,00
Documento técnico sobre a infra-estrutura do sistema, tecnologia utilizada, formas de manipulação dos dados do Atlas Social.	14/01/2011	10.000,00
Manual de desenvolvimento do módulo, instalação e guia do usuário do Atlas Social.	04/04/2011	24.000,00
Documento técnico contendo a reação dos usuários com a proposta de solução apresentada e implementadas do Atlas Social.	06/06/2011	20.000,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Carlos Eduardo de Andrade Brasileiro	CPF: 656.333.933-68	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Os produtos pagos ao consultor foram aprovados pela Secretaria finalística (vide código do contrato) e atenderam ao estabelecido no termo de referência.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Projeto de Fortalecimento Institucional para Avaliação e Gestão da Informação do MDS				BRA/04/046/BRA	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade Produto					
Código do Contrato: 2010/000164			Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação		
Objetivo da consultoria: Propor avaliação e monitoramento para apoiar a Capacitação de Agentes Públicos Municipais de Controle Social da Política de Assistência Social e do Programa Bolsa Família					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
26/03/2010	25/03/2011	72.000,00	59.760,00	59.760,00	59.760,00
Insumos Externos					

Diárias = R\$ 3.404,45

Passagens = R\$ 3.248,72

Produtos Contratados		
Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico contendo a proposta de plano de avaliação e monitoramento do Projeto de Capacitação de Agentes Públicos Municipais de Controle Social da Política de Assistência Social e do Programa Bolsa Família.	26/04/2010	18.000,00
Documento técnico contendo a proposta de curso de aperfeiçoamento de Avaliação e Monitoramento para servidores públicos sociais	25/07/2010	10.800,00
Documento técnico resultante da oficina de alinhamento de conteúdos, indicando pontos fortes e pontos fracos e sugestões de ajustes e contribuições para subsidiar conteúdos no decorrer da capacitação	27/08/2010	9.360,00
Documento técnico contendo a análise quantitativa e qualitativa do perfil dos agentes públicos municipais de controle social da Política de Assistência Social e do Programa Bolsa Família (PBF), participantes do Projeto de Capacitação.	05/09/2010	10.080,00
Documento técnico consolidado da implementação dos cursos nos lotes 1, 4, 5 e 6: preparação; mobilização; divulgação; inscrição e realização dos cursos na modalidade presencial nas primeiras 8 turmas, sendo 2 de cada lote.	24/12/2010	11.520,00
Documento técnico parcial de monitoramento e avaliação da etapa presencial da Capacitação dos Conselheiros Municipais para subsidiar a avaliação do Projeto.	11/03/2011	12.240,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Carmela Morena Zigoni	CPF: 049.451.576-77	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Os produtos pagos à consultora foram aprovados pela Secretaria finalística (vide código do contrato) e atenderam ao estabelecido no termo de referência.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	PNUD
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	

Título do Projeto		Código			
Projeto de Fortalecimento Institucional para Avaliação e Gestão da Informação do MDS		BRA/04/046/BRA			
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade Produto					
Código do Contrato: 2010/000812			Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação		
Objetivo da consultoria: Subsidiar ações de monitoramento de programas na área de Segurança Alimentar promovidas pelo ministério com proposição de melhorias nos processos de obtenção dos dados.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
13/10/2010	13/10/2011	72.000,00	12.000,00	0,00	0,00
Insumos Externos					
Não					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico contendo análise da dinâmica demográfica em relação à política de Segurança Alimentar e nutricional - Programa Aquisição de Alimentos.			13/11/2010	12.000,00	
Documento técnico contendo estudo do público-alvo do Programa Aquisição de Alimentos, abrangendo aspectos como condições de insegurança alimentar.			13/02/2011	14.000,00	
Documento técnico contendo análise da dinâmica demográfica em relação à política de Segurança Alimentar e nutricional - Programa Cisternas.			20/04/2011	11.000,00	
Documento técnico contendo estudo do público-alvo do Programa Cisternas, abrangendo aspectos como condições de insegurança alimentar.			20/06/2011	12.000,00	
Documento técnico contendo análise da dinâmica demográfica em relação à política de Segurança Alimentar e nutricional - Rede de Equipamentos de Segurança Alimentar e Nutricional (Restaurantes Populares, Cozinhas Comunitárias e Banco de Alimentos)			20/08/2011	11.000,00	
Documento técnico contendo estudo do público-alvo dos programas pertencentes à Rede de Equipamentos de Segurança Alimentar e Nutricional (Restaurantes Populares, Cozinhas Comunitárias e Banco de Alimentos), abrangendo aspectos como a urbanização e condições de insegurança alimentar.			13/10/2011	12.000,00	
Consultor contratado					

Nome do consultor: Célio da Silva Pereira	CPF: 223.830.261-15
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Foi solicitado a rescisão do contrato. Nenhum pagamento foi efetuado até o momento.	

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização			Sigla		
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento			PNUD		
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto			Código		
Projeto de Fortalecimento Institucional para Avaliação e Gestão da Informação do MDS			BRA/04/046/BRA		
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade Produto					
Código do Contrato: 2010/000465			Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação		
Objetivo da consultoria: Desenvolvimento de pesquisas e produção de material informativo junto à Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, no âmbito do Projeto BRA 04/046 Fortalecimento Institucional da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação do MDS.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
30/06/2010	29/06/2011	72.000,00	40.000,00	24.000,00	24.000,00
Insumos Externos					
Não					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico contendo sistematização e avaliação de oficina realizada com técnicos do Departamento de Avaliação a respeito da temática racial.			16/08/2010	10.000,00	
Texto teórico elaborado para publicação, que trate de políticas públicas, em especial de assistência social e segurança alimentar e nutricional, no que dizem respeito à temática racial.			11/10/2010	14.000,00	
Documento técnico contendo análise dos dados da "Pesquisa socioeconômica e cultural de povos e comunidades tradicionais de terreiro", com discussão teórica sobre a temática racial.			24/12/2010	16.000,00	

Documento técnico contendo análise do relatório final da "Avaliação da situação de segurança alimentar e nutricional em comunidades quilombolas tituladas", fazendo uma discussão teórica a respeito da temática racial.	08/04/2011	16.000,00
Materiais informativos para divulgação dos resultados da Pesquisa socioeconômica e cultural de povos e comunidades tradicionais de terreiro, fazendo uma discussão teórica a respeito da temática racial.	09/05/2011	8.000,00
Materiais informativos para divulgação dos resultados da Avaliação da situação de segurança alimentar e nutricional em comunidades quilombolas tituladas, fazendo uma discussão teórica a respeito da temática racial.	10/06/2011	8.000,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Cristiane dos Santos Pereira	CPF: 896.972.271-87	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Os produtos pagos à consultora foram aprovados pela Secretaria finalística (vide código do contrato) e atenderam ao estabelecido no termo de referência.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Projeto de Fortalecimento Institucional para Avaliação e Gestão da Informação do MDS				BRA/04/046/BRA	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade Produto					
Código do Contrato: 2010/000334			Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação		
Objetivo da consultoria: Desenvolver atividades de sistematização de dados e avaliação de programas e projetos de desenvolvimento social e combate à pobreza, no âmbito do Projeto BRA 04/046 - Fortalecimento Institucional da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação do MDS.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
20/05/2010	29/04/2011	72.000,00	49.000,00	35.000,00	35.000,00
Insumos Externos					
Diárias = R\$ 1.046,75					

Passagens = R\$ 742,56		
Produtos Contratados		
Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Produto 1: Documento técnico contendo proposta metodológica de avaliação da introdução da CIF como ferramenta de seleção para concessão do BPC para pessoas com deficiência.	05/07/2010	12.000,00
Produto 2: Documento técnico contendo a sistematização dos resultados da pesquisa qualitativa de avaliação da implementação do ProJovem Adolescente, referente às cinco regiões brasileiras.	28/08/2010	14.000,00
Produto 3: Documento técnico sobre os processos capacitação promovidos pela SAGI, contendo: Síntese das avaliações das experiências, gargalos identificados e lições aprendidas.	28/10/2010	9.000,00
Produto 4: Documento técnico sobre a evolução do monitoramento dos CRAS, contendo: histórico, pontos para avaliação a partir do acompanhamento sistemático, e sugestões para aperfeiçoamento	28/12/2010	14.000,00
Produto 5: Documento técnico descritivo e analítico dos resultados da avaliação da introdução da CIF como ferramenta de seleção para concessão do BPC para pessoas com deficiência.	28/02/2011	9.000,00
Produto 6: Documento técnico contendo cotejamento dos resultados da avaliação quantitativa e qualitativa do PAIF com resultados dos Censos CRAS.	28/04/2011	14.000,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Cristiane Torisu Ramos		CPF: 013.592.096-54
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Os produtos pagos à consultora foram aprovados pela Secretaria finalística (vide código do contrato) e atenderam ao estabelecido no termo de referência.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	PNUD
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
Projeto de Fortalecimento Institucional para Avaliação e Gestão da Informação do MDS	BRA/04/046/BRA
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade Produto	

Código do Contrato: 2010/000092			Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação		
Objetivo da consultoria: Desenvolvimento evolutivo das ferramentas de monitoramento de programas sociais, Censo SUAS no âmbito do CRAS e CREAS.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
02/03/2010	01/03/2011	54.000,00	44.000,00	32.000,00	32.000,00
Insumos Externos					
Não					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento analítico com a estrutura de dados dos sistemas que compõem a solução do Censo CRAS 2009.			16/04/2010	6.500,00	
Documento técnico com os casos de uso, diagrama de estado do instrumento de coleta de dados, gerenciador de estado e painel de monitoramento do processo Censo CRAS 2010.			21/06/2010	9.500,00	
Documento técnico sobre a infra-estrutura do sistema, tecnologia utilizada para o instrumento de coleta de dados do Censo CRAS 2010.			06/09/2010	11.000,00	
Documento descritivo sobre a estrutura de dados para armazenar as informações necessárias o instrumento de coleta de dados do Censo CRAS 2010.			04/10/2010	5.000,00	
Manual de desenvolvimento dos módulos, instalação e guia do usuário do instrumento de coleta de dados do Censo CRAS 2010.			24/12/2010	12.000,00	
Documento técnico contendo a reação dos usuários com a proposta de solução apresentada e implementada na aplicação de o instrumento de coleta de dados do Censo CRAS 2010.			11/02/2011	10.000,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: Cristiano Pereira Silva				CPF: 602.351.441-34	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Os produtos pagos ao consultor foram aprovados pela Secretaria finalística (vide código do contrato) e atenderam ao estabelecido no termo de referência.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante

Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Projeto de Fortalecimento Institucional para Avaliação e Gestão da Informação do MDS				BRA/04/046/BRA	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade Produto					
Código do Contrato: 2010/000096			Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação		
Objetivo da consultoria: Análises estatísticas descritivas.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
02/03/2010	01/03/2011	72.000,00	56.500,00	56.500,00	56.500,00
Insumos Externos					
Não					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico com análise estatística da identificação do CREAS.			16/04/2010	8.000,00	
Documento técnico com análise estatística da estrutura física do CREAS.			21/06/2010	12.500,00	
Documento técnico com análise estatística do horário de funcionamento, serviços e atendimento do CREAS.			06/09/2010	13.500,00	
Documento técnico com análise estatística da Informação, registro e documentação do CREAS.			04/10/2010	8.000,00	
Documento técnico com análise estatística da Articulação do CREAS.			24/12/2010	14.500,00	
Documento técnico com análise estatística dos Recursos Humanos do CREAS			11/02/2011	15.500,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: Daniel Klinger Vianna				CPF: 000.578.451-40	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Os produtos pagos ao consultor foram aprovados pela					

Secretaria finalística (vide código do contrato) e atenderam ao estabelecido no termo de referência.

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização			Sigla		
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento			PNUD		
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto			Código		
Projeto de Fortalecimento Institucional para Avaliação e Gestão da Informação do MDS			BRA/04/046/BRA		
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade Produto					
Código do Contrato: 2010/000542			Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação		
Objetivo da consultoria: Acompanhamento da fase presencial da Capacitação de Agentes Públicos Municipais de Controle Social da Política de Assistência Social e do Programa Bolsa Família; compete a supervisão e acompanhamento da capacitação no LOTE 5, compreendendo os municípios dos estados de Santa Catarina e São Paulo.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
26/07/2010	06/06/2011	60.000,00	25.400,00	25.400,00	25.400,00
Insumos Externos					
Diárias = R\$ 8.151,75					
Passagens = R\$ 11.358,19					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico contendo a análise do processo de inscrição dos alunos no Lote de Capacitação sob sua responsabilidade, de acordo com roteiro fornecido pelo MDS			26/08/2010	7.000,00	
Documento técnico contendo os resultados do acompanhamento in loco quanto aos aspectos organizacionais, infraestruturais e pedagógicos da execução da capacitação, realizado no primeiro quarto das turmas selecionadas para a amostra relativamente ao Lote sob sua responsabilidade e de acordo com o instrumento de acompanhamento fornecido pelo MDS;			06/10/2010	9.200,00	

Documento técnico contendo os resultados do acompanhamento in loco quanto aos aspectos organizacionais, infraestruturais e pedagógicos da execução da capacitação, realizado no segundo quarto das turmas selecionadas para a amostra relativamente ao Lote sob sua responsabilidade e de acordo com o instrumento de acompanhamento fornecido pelo MDS;	06/12/2010	9.200,00
Documento técnico contendo os resultados do acompanhamento in loco quanto aos aspectos organizacionais, infraestruturais e pedagógicos da execução da capacitação, realizado no terceiro quarto das turmas selecionadas para a amostra relativamente ao Lote sob sua responsabilidade e de acordo com o instrumento de acompanhamento fornecido pelo MDS;	20/01/2011	9.200,00
Documento técnico contendo os resultados do acompanhamento in loco quanto aos aspectos organizacionais, infraestruturais e pedagógicos da execução da capacitação, realizado no último quarto das turmas selecionadas para a amostra relativamente ao Lote sob sua responsabilidade e de acordo com o instrumento de acompanhamento fornecido pelo MDS;	10/03/2011	9.200,00
Documento técnico contendo a análise consolidada dos resultados da amostra das avaliações de reação realizadas nas turmas do Lote sob sua responsabilidade, de acordo com metodologia e roteiro fornecido pelo MDS;	10/04/2011	8.700,00
Documento técnico contendo a análise do procedimento de registro acadêmico utilizado pela executora da capacitação, do quantitativo de alunos concluintes da fase presencial, dos procedimentos utilizados pela executora para a substituição de alunos desistentes, e indicação dos problemas, das dificuldades e das alternativas encontradas no sistema de registro acadêmico.	06/06/2011	7.500,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Daniela Oliveira	CPF: 705.330.830-87	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Os produtos pagos à consultora foram aprovados pela Secretaria finalística (vide código do contrato) e atenderam ao estabelecido no termo de referência.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	PNUD

Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Projeto de Fortalecimento Institucional para Avaliação e Gestão da Informação do MDS				BRA/04/046/BRA	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade Produto					
Código do Contrato: 2010/000737			Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação		
Objetivo da consultoria: Manipulação e análise de base de dados no âmbito do ciclo de avaliação dos programas do MDS.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
13/09/2010	12/09/2011	72.000,00	26.000,00	26.000,00	26.000,00
Insumos Externos					
Diárias = R\$ 1.899,45					
Passagens = R\$ 2.991,28					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico sintético contendo: análise da consistência do banco de dados das Pesquisas de Avaliação dos Programas de Restaurante Popular e Cozinhas Comunitárias			13/10/2010	12.000,00	
Documento técnico sintético contendo: análise da consistência do banco de dados da Pesquisa de Avaliação do Programa Banco de Alimentos.			12/12/2010	14.000,00	
Relatório Analítico contendo proposta de um Sistema que tem objetivo de disponibilizar os microdados das pesquisas do acervo SAGI.			28/02/2011	11.000,00	
Documento técnico sintético contendo: análise da consistência do banco de dados da Pesquisa de Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos - modalidade Leite (PAA-Leite).			18/05/2011	12.000,00	
Documento técnico sintético contendo: análise da consistência do banco de dados da Avaliação Quantitativa do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI Quantitativo).			13/07/2011	11.000,00	
Documento técnico sintético contendo: análise da consistência do banco de dados sobre as Pesquisas de Opinião para avaliação dos Programas do MDS (três rodadas: "Desigualdade e pobreza na opinião dos brasileiros"; "Crise Econômica Mundial e Políticas			02/09/2011	12.000,00	

Sociais do Governo" e "Campanha de Recadastramento dos Beneficiários do Programa Bolsa Família").		
Consultor contratado		
Nome do consultor: Daniela Sherring Siqueira	CPF: 015.495.497-74	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Os produtos pagos à consultora foram aprovados pela Secretaria finalística (vide código do contrato) e atenderam ao estabelecido no termo de referência.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Projeto de Fortalecimento Institucional para Avaliação e Gestão da Informação do MDS				BRA/04/046/BRA	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade Produto					
Código do Contrato: 2009/001272			Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação		
Objetivo da consultoria: Promover a revisão de material didático para a montagem de roteiros de vídeo-aulas dos sistemas SIGSUAS- Sistema de Gerenciamento de Informações do SUAS e CADSUAS - Cadastro Nacional do SUAS.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
11/12/2009	22/02/2010	38.000,00	38.000,00	38.000,00	38.000,00
Insumos Externos					
Não					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico A contendo levantamento de material didático já existente e identificação de as necessidades em foco para a montagem de roteiros vídeo-aula			04/01/2010	8.000,00	
Documento técnico B com roteiro vídeo-aula da sistema SigSUAS			24/01/2010	15.000,00	

Documento técnico C com roteiro vídeo-aula da sistema CadSUAS	12/02/2010	15.000,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Deborah Cristina Amorim	CPF: 520.857.759-34	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Os produtos pagos à consultora foram aprovados pela Secretaria finalística (vide código do contrato) e atenderam ao estabelecido no termo de referência.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Projeto de Fortalecimento Institucional para Avaliação e Gestão da Informação do MDS				BRA/04/046/BRA	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade Produto					
Código do Contrato: 2010/000540			Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação		
Objetivo da consultoria: Desenvolver as atividades e gerar os produtos descritos nos tópicos subsequentes.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
26/07/2010	04/07/2011	43.500,00	20.900,00	24.400,00	24.400,00
Insumos Externos					
Diárias = R\$ 2.170,70					
Passagens = R\$ 2.528,12					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Relatório técnico contendo apresentação e análise da forma pela qual as instituições executoras estão organizadas para a execução da etapa não presencial da Capacitação nos Lotes acompanhados pelo consultor, quanto a: quantidade, qualificação e função desempenhada pelos profissionais envolvidos; infraestrutura disponibilizada; protocolo de atendimento aos alunos, entre outros definidos pelo MDS.			06/09/2010	5.300,00	

Relatório técnico contendo os resultados do acompanhamento da execução da fase não presencial da capacitação, realizado nos Lotes acompanhados pelo consultor: a) por meio eletrônico, no primeiro quarto das turmas dos Lotes sob sua responsabilidade; e b) in loco, em uma amostra de alunos definida pelo MDS entre o primeiro quarto das turmas dos Lotes sob sua responsabilidade;	16/10/2010	7.800,00
Relatório técnico contendo os resultados do acompanhamento da execução da fase não presencial da capacitação, realizado nos Lotes acompanhados pelo consultor: a) por meio eletrônico, no segundo quarto das turmas dos Lotes sob sua responsabilidade; e b) in loco, em uma amostra de alunos definida pelo MDS entre o segundo quarto das turmas dos Lotes sob sua responsabilidade;	20/12/2010	7.800,00
Relatório técnico contendo a apresentação e análise das alterações e adequações realizadas nas equipes técnicas alocadas na execução da etapa não presencial e nos demais aspectos relacionados à forma de organização da execução da referida etapa da Capacitação, até a conclusão desta em metade (50%) das turmas previstas, relativas aos Lotes acompanhados pelo consultor;	15/01/2011	3.500,00
Relatório técnico contendo os resultados do acompanhamento da execução da fase não presencial da capacitação, realizado nos Lotes acompanhados pelo consultor: a) por meio eletrônico, no terceiro quarto das turmas dos Lotes sob sua responsabilidade; e b) in loco, em uma amostra de alunos definida pelo MDS entre o terceiro quarto das turmas dos Lotes sob sua responsabilidade;	05/03/2011	7.800,00
Relatório técnico contendo a apresentação e análise das alterações e adequações realizadas nas equipes técnicas alocadas na execução da etapa não presencial e nos demais aspectos relacionados à forma de organização da execução da referida etapa da Capacitação, até a conclusão desta na segunda metade (50%) das turmas previstas, relativas aos Lotes acompanhados pelo consultor;	25/05/2011	3.500,00
Relatório técnico contendo os resultados do acompanhamento da execução da fase não presencial da capacitação, realizado nos Lotes acompanhados pelo consultor: a) por meio eletrônico, no último quarto das turmas dos Lotes sob sua responsabilidade; e b) in loco, em uma amostra de alunos definida pelo MDS entre o último quarto de turmas dos Lotes sob sua responsabilidade.	02/07/2011	7.800,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Demian de Assis Sampaio Campos Nery		CPF: 761.780.131-91
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Os produtos pagos ao consultor foram aprovados pela Secretaria finalística (vide código do contrato) e atenderam ao estabelecido no termo de referência.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Projeto de Fortalecimento Institucional para Avaliação e Gestão da Informação do MDS				BRA/04/046/BRA	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade Produto					
Código do Contrato: 2010/000478			Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação		
Objetivo da consultoria: Suporte às simulações, análises e cálculo de indicadores e cenários que permitam monitorar a execução e gestão de programas, ações e projetos sociais.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
05/07/2010	05/07/2011	54.000,00	16.000,00	27.000,00	27.000,00
Insumos Externos					
Não					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento analítico dos sistemas existentes de armazenamento de informações, dicionários e indicadores, descrevendo as funcionalidades, estrutura de dados, os módulos disponíveis.			20/08/2010	6.500,00	
- Documento técnico contendo o inventário dos dados existentes no DiciVIP (Dicionário de Variáveis, Indicadores e Programas Sociais) versão 1.0, fazendo uma classificação, ordenamento e hierarquização.			22/10/2010	9.500,00	
Documento descritivo sobre a estrutura de dados para armazenar as informações com as novas funcionalidades propostas.			05/01/2011	11.000,00	
Documento técnico sobre a infra-estrutura do sistema, tecnologia utilizada, formas de manipulação e obtenção dos relatórios.			15/02/2011	5.000,00	
Manual de desenvolvimento do módulo, instalação e guia do usuário do DiciVIP versão 2.0.			30/04/2011	12.000,00	
Documento técnico contendo a reação dos usuários com a proposta de solução apresentada e implementadas da aplicação			05/07/2011	10.000,00	

DiciVIP versão 2.0.		
Consultor contratado		
Nome do consultor: Dionete de Sousa Gonçalves Sabate	CPF: 004.537.351-50	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Os produtos pagos à consultora foram aprovados pela Secretaria finalística (vide código do contrato) e atenderam ao estabelecido no termo de referência.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização			Sigla		
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento			PNUD		
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Projeto de Fortalecimento Institucional para Avaliação e Gestão da Informação do MDS				BRA/04/046/BRA	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade Produto					
Código do Contrato: 2010/000914			Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação		
Objetivo da consultoria: Realização de estudo sobre capacidade protetiva de famílias beneficiárias de transferência de renda em regiões metropolitanas vulneráveis no âmbito do ciclo de avaliação dos programas do MDS					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
24/11/2010	31/05/2011	45.000,00	0,00	0,00	0,00
Insumos Externos					
Não					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Painel de indicadores e índices para análise da capacidade protetiva da família de baixa renda residente em territórios vulneráveis de metrópoles e beneficiárias de programas de transferência de renda.			07/01/2011	25.000,00	
Relatório técnico contendo formulação de instrumento de pesquisa aplicável em famílias residentes em territórios de alta e muito alta vulnerabilidade de metrópoles.			14/02/2011	20.000,00	

Consultor contratado	
Nome do consultor: Dirce Harue Ueno Koga	CPF: 029.249.678-80
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:	

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização			Sigla		
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento			PNUD		
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto			Código		
Projeto de Fortalecimento Institucional para Avaliação e Gestão da Informação do MDS			BRA/04/046/BRA		
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade Produto					
Código do Contrato: 2010/000475			Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação		
Objetivo da consultoria: Suporte às simulações, análises e cálculo de indicadores e cenários que permitam monitorar a execução e gestão de programas, ações e projetos sociais.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
05/07/2010	05/07/2011	54.000,00	16.000,00	27.000,00	27.000,00
Insumos Externos					
Não					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento analítico com a estrutura de dados dos sistemas que compõem a solução do Censo CREAS 2009.			20/08/2010	6.500,00	
Documento técnico com os casos de uso, diagrama de estado do instrumento de coleta de dados, gerenciador de estado e painel de monitoramento do processo Censo CREAS 2010.			22/10/2010	9.500,00	
Documento técnico sobre a infra-estrutura do sistema, tecnologia utilizada para o instrumento de coleta de dados do Censo CREAS 2010.			05/01/2011	11.000,00	
Documento descritivo sobre a estrutura de dados para armazenar as informações necessárias o instrumento de coleta de dados do			15/02/2011	5.000,00	

Censo CRAS 2010.		
Manual de desenvolvimento dos módulos, instalação e guia do usuário do instrumento de coleta de dados do Censo CREAS 2010.	30/04/2011	12.000,00
Documento técnico contendo a reação dos usuários com a proposta de solução apresentada e implementada na aplicação de o instrumento de coleta de dados do Censo CREAS 2010.	05/07/2011	10.000,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Fábio Alves Freire de Carvalho	CPF: 702.120.071-49	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Os produtos pagos ao consultor foram aprovados pela Secretaria finalística (vide código do contrato) e atenderam ao estabelecido no termo de referência.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Projeto de Fortalecimento Institucional para Avaliação e Gestão da Informação do MDS				BRA/04/046/BRA	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade Produto					
Código do Contrato: 2010/000629			Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação		
Objetivo da consultoria: Acompanhar fase presencial da Capacitação de Agentes Públicos Municipais de Controle Social.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
06/08/2010	11/11/2010	60.000,00	25.400,00	0,00	0,00
Insumos Externos					
Não					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico contendo a análise do processo de inscrição dos alunos no Lote de Capacitação sob sua responsabilidade, de			06/09/2010		

acordo com roteiro fornecido pelo MDS.		7.000,00
Documento técnico contendo os resultados do acompanhamento in loco quanto aos aspectos organizacionais, infraestruturais e pedagógicos da execução da capacitação, realizado no primeiro quarto das turmas selecionadas para a amostra relativamente ao Lote sob sua responsabilidade e de acordo com o instrumento de acompanhamento fornecido pelo MDS.	06/10/2010	9.200,00
Documento técnico contendo os resultados do acompanhamento in loco quanto aos aspectos organizacionais, infraestruturais e pedagógicos da execução da capacitação, realizado no segundo quarto das turmas selecionadas para a amostra relativamente ao Lote sob sua responsabilidade e de acordo com o instrumento de acompanhamento fornecido pelo MDS.	06/12/2010	9.200,00
Documento técnico contendo os resultados do acompanhamento in loco quanto aos aspectos organizacionais, infraestruturais e pedagógicos da execução da capacitação, realizado no terceiro quarto das turmas selecionadas para a amostra relativamente ao Lote sob sua responsabilidade e de acordo com o instrumento de acompanhamento fornecido pelo MDS.	20/01/2011	9.200,00
Documento técnico contendo os resultados do acompanhamento in loco quanto aos aspectos organizacionais, infraestruturais e pedagógicos da execução da capacitação, realizado no último quarto das turmas selecionadas para a amostra relativamente ao Lote sob sua responsabilidade e de acordo com o instrumento de acompanhamento fornecido pelo MDS.	10/03/2011	9.200,00
Documento técnico contendo a análise consolidada dos resultados da amostra das avaliações de reação realizadas nas turmas do Lote sob sua responsabilidade, de acordo com metodologia e roteiro fornecido pelo MDS.	10/04/2011	8.700,00
Documento técnico contendo a análise do procedimento de registro acadêmico utilizado pela executora da capacitação, do quantitativo de alunos concludentes da fase presencial, dos procedimentos utilizados pela executora para a substituição de alunos desistentes, e indicação dos problemas, das dificuldades e das alternativas encontradas na operacionalização do sistema de registro acadêmico.	06/06/2011	7.500,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Fábio Júnior do Carmo		CPF: 046.566.196-39
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: rescisão de contrato a pedido do contratado.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização			Sigla		
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento			PNUD		
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto			Código		
Projeto de Fortalecimento Institucional para Avaliação e Gestão da Informação do MDS			BRA/04/046/BRA		
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade Produto					
Código do Contrato: 2010/000543			Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação		
Objetivo da consultoria: Acompanhamento da fase presencial da Capacitação de Agentes Públicos Municipais de Controle Social da Política de Assistência Social e do Programa Bolsa Família; - compete a supervisão e acompanhamento da capacitação no LOTE 6, compreendendo os municípios dos estados do Paraná e Rio Grande do Sul.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
26/07/2010	06/06/2011	60.000,00	25.400,00	25.400,00	25.400,00
Insumos Externos					
Diárias = R\$ 9.970,30					
Passagens = R\$ 9.258,11					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1 - Documento técnico contendo a análise do processo de inscrição dos alunos no Lote de Capacitação sob sua responsabilidade, de acordo com roteiro fornecido pelo MDS;			26/08/2010	7.000,00	
Produto 2 - Documento técnico contendo os resultados do acompanhamento in loco quanto aos aspectos organizacionais, infraestruturais e pedagógicos da execução da capacitação, realizado no primeiro quarto das turmas selecionadas para a amostra relativamente ao Lote sob sua responsabilidade e de acordo com o instrumento de acompanhamento fornecido pelo MDS;			06/10/2010	9.200,00	
Produto 3 - Documento técnico contendo os resultados do acompanhamento in loco quanto aos aspectos organizacionais, infraestruturais e pedagógicos da execução da capacitação, realizado no segundo quarto das turmas selecionadas para a			06/12/2010	9.200,00	

amostra relativamente ao Lote sob sua responsabilidade e de acordo com o instrumento de acompanhamento fornecido pelo MDS;		
Produto 4 - Documento técnico contendo os resultados do acompanhamento in loco quanto aos aspectos organizacionais, infraestruturais e pedagógicos da execução da capacitação, realizado no terceiro quarto das turmas selecionadas para a amostra relativamente ao Lote sob sua responsabilidade e de acordo com o instrumento de acompanhamento fornecido pelo MDS;	20/01/2011	9.200,00
Produto 5 - Documento técnico contendo os resultados do acompanhamento in loco quanto aos aspectos organizacionais, infraestruturais e pedagógicos da execução da capacitação, realizado no último quarto das turmas selecionadas para a amostra relativamente ao Lote sob sua responsabilidade e de acordo com o instrumento de acompanhamento fornecido pelo MDS;	10/03/2011	9.200,00
Produto 6 - Documento técnico contendo a análise consolidada dos resultados da amostra das avaliações de reação realizadas nas turmas do Lote sob sua responsabilidade, de acordo com metodologia e roteiro fornecido pelo MDS;	10/04/2011	8.700,00
Produto 7 - Documento técnico contendo a análise do procedimento de registro acadêmico utilizado pela executora da capacitação, do quantitativo de alunos concludentes da fase presencial, dos procedimentos utilizados pela executora para a substituição de alunos desistentes, e indicação dos problemas, das dificuldades e das alternativas encontradas na operacionalização do sistema de registro acadêmico.	06/06/2011	7.500,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Fernanda Teixeira Reis	CPF: 008.626.525-37	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Os produtos pagos à consultora foram aprovados pela Secretaria finalística (vide código do contrato) e atenderam ao estabelecido no termo de referência.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	PNUD
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código

Projeto de Fortalecimento Institucional para Avaliação e Gestão da Informação do MDS				BRA/04/046/BRA	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade Produto					
Código do Contrato: 2010/000158			Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação		
Objetivo da consultoria: Elaborar textos que formarão parte do material didático destinado a apoiar a capacitação dos profissionais dos Centros de referência de Assistência Social (CRAS) e dos Centros Especializados de Referência da Assistência Social (CREAS) sobre a Lei Maria da Penha (Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006).					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
29/03/2010	30/04/2010	7.500,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00
Insumos Externos					
Não					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Texto didático, de 15 a 18 páginas, sobre o tema "Tráfico de Mulheres", conforme especificações da Matriz de Conteúdos e Objetivos Instrucionais e orientações do MDS e da SPM quanto à perspectiva pedagógica e ao formato do referido texto.			09.04.2010	7.500,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: Frans Willem Pieter Marie Nedeerstigt				CPF: 052.383.607-46	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: O produto pago ao consultor foi aprovado pela Secretaria finalística (vide código do contrato) e atendeu ao estabelecido no termo de referência.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	PNUD
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
Projeto de Fortalecimento Institucional para Avaliação e Gestão da Informação do MDS	BRA/04/046/BRA
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade Produto	
Código do Contrato: 2010/000670	Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação

Objetivo da consultoria: Levantamento, tabulação e análise de dados para os cursos de Serviço Social, oriundos das instituições de ensino superior, públicas e/ou privadas, compreendendo, por amostragem, todas as regiões brasileiras.

Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
27/08/2010	30/03/2011	43.000,00	43.000,00	26.000,00	26.000,00
Insumos Externos					
Não					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1 - Documento técnico contendo Plano de Pesquisa/Trabalho, metodologia a ser utilizada para o estudo de competências básicas de capacitação para profissionais de assistência social.			27/09/2010	12.500,00	
Produto 2 - Documento técnico contendo o levantamento e a análise das disciplinas das áreas relacionadas à Política Nacional de Assistência Social indicadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome nos cursos de graduação descritos acima, objetivando subsidiar estudo de caso em amostra definida por este Ministério.			27/10/2010	13.500,00	
Produto 3 - Documento técnico contendo os resultados do diagnóstico presencial - levantamento e análise dos conteúdos e competências aplicados pelas Instituições de Ensino Superior em todas as regiões do país, por amostragem, em instituições públicas e privadas com ou sem fins lucrativos de acordo com a área do saber definido pelo MDS.			26/11/2010	17.000,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: Gabriela Noemi Schreiner				CPF: 087.395.398-30	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Os produtos pagos à consultora foram aprovados pela Secretaria finalística (vide código do contrato) e atenderam ao estabelecido no termo de referência.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	PNUD
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	

Título do Projeto		Código			
Projeto de Fortalecimento Institucional para Avaliação e Gestão da Informação do MDS		BRA/04/046/BRA			
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade Produto					
Código do Contrato: 2010/000630			Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação		
Objetivo da consultoria: Acompanhamento da fase presencial da Capacitação de Agentes Públicos Municipais de Controle Social da Política de Assistência Social e do Programa Bolsa Família; compete a supervisão e acompanhamento da capacitação no LOTE 1, compreendendo os municípios dos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
06/08/2010	06/06/2011	60.000,00	25.400,00	25.400,00	25.400,00
Insumos Externos					
Diárias = R\$ 10.746,15					
Passagens = R\$ 10.401,17					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico contendo a análise do processo de inscrição dos alunos no Lote de Capacitação sob sua responsabilidade, de acordo com roteiro fornecido pelo MDS.			06/09/2010	7.000,00	
Documento técnico contendo os resultados do acompanhamento in loco quanto aos aspectos organizacionais, infraestruturais e pedagógicos da execução da capacitação, realizado no primeiro quarto das turmas selecionadas para a amostra relativamente ao Lote sob sua responsabilidade e de acordo com o instrumento de acompanhamento fornecido pelo MDS.			06/10/2010	9.200,00	
Documento técnico contendo os resultados do acompanhamento in loco quanto aos aspectos organizacionais, infraestruturais e pedagógicos da execução da capacitação, realizado no segundo quarto das turmas selecionadas para a amostra relativamente ao Lote sob sua responsabilidade e de acordo com o instrumento de acompanhamento fornecido pelo MDS.			06/12/2010	9.200,00	
Documento técnico contendo os resultados do acompanhamento in loco quanto aos aspectos organizacionais, infraestruturais e pedagógicos da execução da capacitação, realizado no terceiro quarto das turmas selecionadas para a amostra relativamente ao Lote sob sua responsabilidade e de acordo com o instrumento de			20/01/2011	9.200,00	

acompanhamento fornecido pelo MDS.		
Documento técnico contendo os resultados do acompanhamento in loco quanto aos aspectos organizacionais, infraestruturais e pedagógicos da execução da capacitação, realizado no último quarto das turmas selecionadas para a amostra relativamente ao Lote sob sua responsabilidade e de acordo com o instrumento de acompanhamento fornecido pelo MDS.	10/03/2011	9.200,00
Documento técnico contendo a análise consolidada dos resultados da amostra das avaliações de reação realizadas nas turmas do Lote sob sua responsabilidade, de acordo com metodologia e roteiro fornecido pelo MDS.	10/04/2011	8.700,00
Documento técnico contendo a análise do procedimento de registro acadêmico utilizado pela executora da capacitação, do quantitativo de alunos concludentes da fase presencial, dos procedimentos utilizados pela executora para a substituição de alunos desistentes, e indicação dos problemas, das dificuldades e das alternativas encontradas na operacionalização do sistema de registro acadêmico.	06/06/2011	7.500,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Gildene Soares Carvalho	CPF: 626.646.031-91	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Os produtos pagos à consultora foram aprovados pela Secretaria finalística (vide código do contrato) e atenderam ao estabelecido no termo de referência.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Projeto de Fortalecimento Institucional para Avaliação e Gestão da Informação do MDS				BRA/04/046/	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade Produto					
Código do Contrato: 2009/000726-00			Secretaria de Avaliação de Gestão da Informação		
Objetivo da consultoria: Monitorar a execução e gestão de programas, ações e projetos sociais.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício

15/09/2010	12/09/2011	R\$ 54.000,00	R\$ 6.500,00	R\$ 16.000,00	R\$ 16.000,00
Insumos Externos					
Não					
Produtos Contratados					
Descrição		Data prevista de entrega		Valor	
Documento analítico com a estrutura de dados e módulos que compõem o sistema de autenticação do CRAS / CREAS.		27/11/2010		R\$ 6.500,00	
Documento analítico com a estrutura de dados e módulos que compõem o sistema de autenticação da SAGI/DGI.		01/01/2011		R\$ 9.500,00	
Documento analítico com a estrutura de dados e módulos que compõem o sistema de autenticação do RENMAS.		18/03/2011		R\$ 11.000,00	
Documento técnico com os casos de uso, diagrama de estado dos sistema de autenticação integrada do SAGI/DGI.		18/04/2011		R\$ 5.000,00	
Documento técnico sobre a infraestrutura do sistema, tecnologia utilizada para o sistema de autenticação integrada do SAGI/DGI.		08/07/2011		R\$ 12.000,00	
Manual de desenvolvimento dos módulos, instalação e guia do usuário do sistema de autenticação integrada do SAGI/DGI.		12/09/2011		R\$ 10.000,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: Helbert de Sousa Arruda				CPF: 373.114.681-91	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Os produtos pagos ao consultor foram aprovados pela Secretaria finalística (vide código do contrato) e atenderam ao estabelecido no termo de referência.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	PNUD
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
Projeto de Fortalecimento Institucional para Avaliação e Gestão da Informação do MDS	BRA/04/046/
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade Produto	
Código do Contrato: 2010/001295-01	Secretaria de Avaliação de Gestão da Informação
Objetivo da consultoria: Avaliação e monitoramento de programas de desenvolvimento social e combate à pobreza	

Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
18/12/2009	17/01/2011	R\$ 72.000,00	R\$ 72.000,00	R\$ 61.000,00	R\$ 72.000,00
Insumos Externos					
Diárias = R\$ 2.551,40					
Passagens = R\$ 3.242,93					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico contendo instrumento para coleta das informações sobre as ações e sistemas de monitoramento existentes nas Secretarias do MDS (SESAN, SNAS, SENARC, SAIP) e realizar pré-teste;			18/01/2010	R\$ 12.000,00	
Documento técnico contendo relatório descritivo sobre o diagnóstico da situação atual das ações e sistemas de monitoramento existentes nas secretarias do MDS (SESAN, SNAS, SENARC, SAIP).			18/04/2010	R\$ 14.000,00	
Documento técnico contendo relatório descritivo do levantamento e sistematização de alguns indicadores dos programas sociais do MDS, a partir das informações contidas nos sistemas de monitoramento			23/06/2010	R\$ 11.000,00	
Relatório descritivo contendo proposta de construção de um boletim de monitoramento para uso e distribuição interno e externo ao MDS.			23/08/2010	R\$ 12.000,00	
Documento técnico contendo a proposta de painel de indicadores para a pesquisa de impacto do BPC visando o monitoramento dos resultados do programa.			18/10/2010	R\$ 11.000,00	
Documento técnico contendo estudo da oferta de serviço da proteção social básica do SUAS.			18/12/2010	R\$ 12.000,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: Helena Ferreira de Lima				CPF: 002.543.677-55	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Os produtos pagos à consultora foram aprovados pela Secretaria finalística (vide código do contrato) e atenderam ao estabelecido no termo de referência.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante

Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Projeto de Fortalecimento Institucional para Avaliação e Gestão da Informação do MDS				BRA/04/046/	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade Produto					
Código do Contrato: 2009/001239-00			Secretaria de Avaliação de Gestão da Informação		
Objetivo da consultoria: Criação e desenvolvimento de projeto para montagem e ambientação da mostra de boas práticas e experiências do Seminário Internacional "Sistemas de Proteção Social: Desafios no Contexto Latino americano"					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
04/12/2009	28/01/2010	R\$ 25.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ 0,00	R\$ 25.000,00
Insumos Externos					
Não					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Dos. tec. contendo a concepção dos espaços destinados a mostra de boas praticas e experiências do Seminário Internacional " sistemas de proteção social: desafios no contexto latino americano", layout..			19/12/2009	R\$ 10.000,00	
Projeto de montagem com detalhamento de materiais, objetos, formas e painéis para mostra de boas praticas e experiências do Seminário Internacional "sistemas de proteção social: desafios no"			18/01/2010	R\$ 15.000,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: José Humberto Macedo Góis				CPF: 087.082.405-82	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Os produtos pagos ao consultor foram aprovados pela Secretaria finalística (vide código do contrato) e atenderam ao estabelecido no termo de referência.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Projeto de Fortalecimento Institucional para Avaliação e Gestão da Informação do MDS				BRA/04/046	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade Produto					
Código do Contrato: 2010/000310-03			Secretaria de Avaliação de Gestão da Informação		
Objetivo da consultoria: Desenvolvimento de atividades de pesquisa, no âmbito do PRODOC BRA/04/046, de modo a contribuir com a elaboração da estratégia nacional de educação financeira para a população inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
07/05/2010	29/10/2010	R\$ 18.000,00	R\$ 18.000,00	R\$ 12.000,00	R\$ 12.000,00
Insumos Externos					
Diárias = R\$ 813,75					
Passagens = R\$ 1.700,28					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Sistematização e análise dos resultados dos grupos focais.			26/06/2010	R\$ 6.000,00	
Instrumentos de coleta de dados sobre inclusão bancária e nível de educação financeira da população inscrita no CadÚnico			24/08/2010	R\$ 6.000,00	
Relatório analítico sobre o pré-teste das versões preliminares dos instrumentos de coleta de dados e versão definitiva destes instrumentos.			24/09/2010	R\$ 6.000,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: Juliana Estrella Valladares				CPF: 915.162.266-15	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Os produtos pagos à consultora foram aprovados pela Secretaria finalística (vide código do contrato) e atenderam ao estabelecido no termo de referência.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento					PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica						
Título do Projeto					Código	
Projeto de Fortalecimento Institucional para Avaliação e Gestão da Informação do MDS					BRA/04/046	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade Produto						
Código do Contrato: 2009/001283-00				Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação		
Objetivo da consultoria: Organização e coordenação dos eixos temáticos do Seminário Internacional Sistemas de Proteção Social: Desafios no Contexto Latino americano".						
Período de Vigência			Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício	
07/12/2009	21/01/2010	R\$ 18.000,00	R\$ 0,00	R\$ 18.000,00	R\$ 18.000,00	
Insumos Externos						
Não						
Produtos Contratados						
Descrição				Data prevista de entrega	Valor	
Artigo contendo as reflexões sobre as apresentações e debates do eixo 2 abordando os avanços identificados e desafios a serem enfrentados em meio ao processo de estruturação de sistemas de proteção.				11/01/2009	R\$ 9.000,00	
Documento técnico contendo registro do Eixo 2 do Seminário Internacional "Sistemas de Proteção Social: Desafios no Contexto Latino Americano", a partir da sistematização dos temas abordados na conferência...				21/12/2009	R\$ 9.000,00	
Consultor contratado						
Nome do consultor: Laura da Veiga				CPF: 071.481.786-49		
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Os produtos pagos à consultora foram aprovados pela Secretaria finalística (vide código do contrato) e atenderam ao estabelecido no termo de referência.						

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	PNUD

Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Projeto de Fortalecimento Institucional para Avaliação e Gestão da Informação do MDS				BRA/04/046	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: 2009/000356-00			Secretaria de Avaliação de Gestão da Informação		
Objetivo da consultoria: Desenvolvimento de atividades de pesquisa, no âmbito do Projeto, de modo a contribuir com a formulação de sistemáticas de monitoramento dos diversos programas operacionalizados pelo MDS.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
04/06/2010	03/06/2011	R\$ 100.000,00	R\$ 60.000,00	R\$ 60.000,00	R\$ 60.000,00
Insumos Externos					
Diárias = R\$ 729,50					
Passagens = R\$ 768,56					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento Técnico contendo a análise das ferramentas de monitoramento da SAGI, incluindo formas de coleta de dados, bases de dados e indicadores			18/06/2010	R\$ 15.000,00	
Documento Técnico contendo diagnóstico e Análise das ferramentas e necessidades de monitoramento da SNAS/SENARC/SESAN			19/07/2010	R\$ 10.000,00	
Relatório analítico contendo os modelos lógicos dos programas do MDS selecionados a serem monitorados			03/09/2010	R\$ 17.000,00	
Relatório analítico com os indicadores propostos para os programas selecionados do MDS a serem monitorados, com ênfase no Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferências de Rend			18/10/2010	R\$ 18.000,00	
Relatório analítico contendo orientações e procedimentos sistematizados para coleta de dados para monitoramento dos programas do MDS			03/02/2011	R\$ 18.000,00	
Relatório final contendo os avanços no processo de monitoramento dos programas, e exposição / introdução das etapas seguintes para transformação/viabilização do			03/06/2011	R\$ 22.000,00	

monitoramento dos programas do MDS via		
Consultor contratado		
Nome do consultor: Lauro Stocco	CPF: 269.487.808-30	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Os produtos pagos ao consultor foram aprovados pela Secretaria finalística (vide código do contrato) e atenderam ao estabelecido no termo de referência.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Projeto de Fortalecimento Institucional para Avaliação e Gestão da Informação do MDS				BRA/04/046	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade Produto					
Código do Contrato: 2010/000329-00			Secretaria de Avaliação de Gestão da Informação		
Objetivo da consultoria: Elaborar textos que formarão parte do material didático destinado a apoiar a capacitação dos profissionais dos Centros de referência de Assistência Social (CRAS) e dos Centros Especializados de Referência da Assistência Social (CREAS) sobre a Lei Maria da Penha (Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006).					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
14/05/2010	14/06/2010	R\$ 4.500,00	R\$ 4.500,00	R\$ 4.500,00	R\$ 4.500,00
Insumos Externos					
Não					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Texto didático, de 8 a 10 páginas, sobre o tema "Lei Maria da Penha", conforme especificações da Matriz de Conteúdos da capacitação e orientações do MDS e da SPM quanto à perspectiva pedagógica e ao f			30/05/2010	R\$ 4.500,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: Leila de Andrade Linhares Barsted			CPF: 373.142.627-72		
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: O produto pago à consultora foi aprovado pela Secretaria					

finalística (vide código do contrato) e atendeu ao estabelecido no termo de referência.

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização			Sigla		
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento			PNUD		
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Projeto de Fortalecimento Institucional para Avaliação e Gestão da Informação do MDS				BRA/04/046	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade Produto					
Código do Contrato: 2010/000329-00			Secretaria de Avaliação de Gestão da Informação		
Objetivo da consultoria: Subsidiar a construção e análise de indicadores dos programas de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
29/10/2010	28/10/2011	R\$ 72.000,00	R\$ 11.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Insumos Externos					
Não					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico contendo proposta de validação, alimentação e análise de indicadores do programa Restaurante Popular			30/11/2010	R\$ 11.000,00	
Documento técnico contendo proposta de validação, alimentação e análise de indicadores do programa cisternas.			28/02/2011	R\$ 12.000,00	
Documento técnico contendo construção do Modelo Lógico do Programa Aquisição de Alimentos			04/05/2011	R\$ 11.000,00	
Documento técnico contendo proposta de validação, alimentação e análise de indicadores do programa Cozinhas Comunitárias			04/07/2011	R\$ 12.000,00	
Documento técnico contendo proposta de validação, alimentação e análise de indicadores do Programa Aquisição de Alimentos.			30/08/2011	R\$ 14.000,00	
Documento técnico contendo proposta de validação, alimentação			28/10/2011	R\$ 12.000,00	

e análise de indicadores do programa Banco de Alimentos.		
Consultor contratado		
Nome do consultor: Leonardo Ventura de Araújo	CPF: 012.231.615-01	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: O produto pago ao consultor foi aprovado e atendeu ao estabelecido no termo de referência. O contrato foi rescindido a pedido do consultor.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização			Sigla		
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento			PNUD		
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Projeto de Fortalecimento Institucional para Avaliação e Gestão da Informação do MDS				BRA/04/046	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade Produto					
Código do Contrato: 2010/000567-01			Secretaria de Avaliação de Gestão da Informação		
Objetivo da consultoria: Acompanhamento da etapa não presencial da Capacitação de Agentes Públicos Municipais de Controle Social da Política de Assistência Social e do Programa Bolsa Família.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
26/07/2010	04/07/2011	R\$ 43.500,00	R\$ 20.900,00	R\$ 24.400,00	R\$ 32.200,00
Insumos Externos					
Diárias = R\$ 3.316,15					
Passagens = R\$ 5.829,09					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Relatório técnico contendo apresentação e análise da forma pela qual as instituições executoras estão organizadas para a execução da etapa não presencial da Capacitação nos Lotes acompanhados pelo con			06/09/2010	R\$ 5.300,00	
Relatório técnico contendo os resultados do acompanhamento da execução da fase não presencial da capacitação, realizado nos Lotes acompanhados pelo consultor: a) por meio eletrônico, no			16/10/2010	R\$ 7.800,00	

primeiro quart		
Relatório técnico contendo os resultados do acompanhamento da execução da fase não presencial da capacitação, realizado nos Lotes acompanhados pelo consultor: a) por meio eletrônico, no segundo quarto	20/12/2010	R\$ 7.800,00
Relatório técnico contendo a apresentação e análise das alterações e adequações realizadas nas equipes técnicas alocadas na execução da etapa não presencial e nos demais aspectos relacionados à forma	15/01/2011	R\$ 3.500,00
Relatório técnico contendo os resultados do acompanhamento da execução da fase não presencial da capacitação, realizado nos Lotes acompanhados pelo consultor: a) por meio eletrônico, no terceiro quart	05/03/2011	R\$ 7.800,00
Relatório técnico contendo a apresentação e análise das alterações e adequações realizadas nas equipes técnicas alocadas na execução da etapa não presencial e nos demais aspectos relacionados à forma	25/05/2011	R\$ 3.500,00
Relatório técnico contendo os resultados do acompanhamento da execução da fase não presencial da capacitação, realizado nos Lotes acompanhados pelo consultor: a) por meio eletrônico, no último quarto	02/07/2011	R\$ 7.800,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Letícia Morais Detoni		CPF: 005.563.596-23
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Os produtos pagos à consultora foram aprovados pela Secretaria finalística (vide código do contrato) e atenderam ao estabelecido no termo de referência.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	PNUD
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
Projeto de Fortalecimento Institucional para Avaliação e Gestão da Informação do MDS	BRA/04/046
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade Produto	
Código do Contrato: 2010/000329-00	Secretaria de Avaliação de Gestão da Informação
Objetivo da consultoria: Compete o levantamento, tabulação e análise de dados para o curso de Direito, oriundos das instituições de ensino superior, públicas e/ou privadas, compreendendo, por amostragem, todas as regiões brasileiras.	

Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
27/08/2010	30/03/2011	43.000,00	R\$ 43.000,00	R\$ 26.000,00	R\$ 26.000,00
Insumos Externos					
Diárias = R\$ 228,95					
Passagens = R\$ 742,66					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico contendo Plano de Pesquisa/Trabalho, metodologia a ser utilizada para o estudo de competências básicas de capacitação para profissionais de assistência social.			27/09/2010	R\$ 12.500,00	
Documento técnico contendo o levantamento e a análise das disciplinas das áreas relacionadas à Política Nacional de Assistência Social indicadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à F			27/10/2010	R\$ 13.500,00	
Documento técnico contendo os resultados do diagnóstico in loco - levantamento e análise dos conteúdos e competências aplicados pelas Instituições de Ensino Superior em todas as regiões do país, por a			26/11/2010	R\$ 17.000,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: Ligia Rosa de Rezende Pimenta				CPF: 022.051.618-90	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Os produtos pagos à consultora foram aprovados pela Secretaria finalística (vide código do contrato) e atenderam ao estabelecido no termo de referência.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	PNUD
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
Projeto de Fortalecimento Institucional para Avaliação e Gestão da Informação do MDS	BRA/04/046
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade Produto	

Código do Contrato: 2010/000234-00			Secretaria de Avaliação de Gestão da Informação		
Objetivo da consultoria: Desenvolvimento evolutivo das ferramentas de monitoramento de programas sociais, Censo SUAS no âmbito do CRAS e CREAS.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
22/04/2010	20/04/2011	R\$ 54.000,00	R\$ 32.000,00	R\$ 32.000,00	R\$ 32.000,00
Insumos Externos					
Não					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento analítico da instalação e configuração dos serviços disponibilizados no RENMAS			05/06/2010	6.500,00	
Documento descritivo com o inventário dos dados existentes no RENMAS fazendo uma classificação, ordenamento e hierarquização			11/08/2010	9.500,00	
Documento descritivo dos serviços que serão disponibilizados no âmbito do RENMAS.			26/10/2010	11.000,00	
Documento técnico com a infra-estrutura necessária para os novos serviços do RENMAS			26/11/2010	5.000,00	
Manual de instalação e guia do usuário do RENMAS versão 2.0			16/02/2011	12.000,00	
Documento técnico contendo a reação dos usuários com a proposta de solução apresentada e implementada no RENMAS versão 2.0			20/04/2011	10.000,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: Lino Vaz Moniz				CPF: 697.377.971-91	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Os produtos pagos ao consultor foram aprovados pela Secretaria finalística (vide código do contrato) e atenderam ao estabelecido no termo de referência.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	PNUD

Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Projeto de Fortalecimento Institucional para Avaliação e Gestão da Informação do MDS				BRA/04/046	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade Produto					
Código do Contrato: 2009/000911-02			Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação		
Objetivo da consultoria: Realização de estudo de campo sobre metodologias de trabalho social com famílias no âmbito do serviço de atenção integral a família - PAIF					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
18/09/2009	31/12/2009	R\$ 15.000,00	R\$ 0,00	R\$ 15.000,00	R\$ 15.000,00
Insumos Externos					
Não					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Relatório descritivo e analítico da metodologia empregada para o trabalho social com famílias no âmbito do PAIF (regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste).			18/11/2009	R\$ 15.000,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: Kellen Alves Gutierrez			CPF: 283.915.218-50		
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: O produto pago à consultora foi aprovado pela Secretaria finalística (vide código do contrato) e atendeu ao estabelecido no termo de referência.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	PNUD
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
Projeto de Fortalecimento Institucional para Avaliação e Gestão da Informação do MDS	BRA/04/046
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade Produto	

Código do Contrato: 2010/000971			Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação		
Objetivo da consultoria: Acompanhamento da etapa presencial da Capacitação de Agentes Públicos Municipais de Controle Social da Política de Assistência Social e do Programa Bolsa Família					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
20/12/2010	20/12/2011	R\$ 60.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Insumos Externos					
Não					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico contendo a análise do processo de inscrição dos alunos no Lote de Capacitação, de acordo com roteiro fornecido pelo MDS.			27/01/2011	R\$ 7.000,00	
Documento técnico contendo os resultados do acompanhamento in loco quanto aos aspectos organizacionais, infraestruturais e pedagógicos da execução da capacitação, realizado no primeiro quarto das turmas.			14/03/2011	R\$ 9.200,00	
Documento técnico contendo os resultados do acompanhamento in loco quanto aos aspectos organizacionais, infraestruturais e pedagógicos da execução da capacitação, realizado no segundo quarto das turmas			12/05/2011	R\$ 9.200,00	
Documento técnico contendo os resultados do acompanhamento in loco quanto aos aspectos organizacionais, infraestruturais e pedagógicos da execução da capacitação, realizado no terceiro quarto das turmas			11/07/2011	R\$ 9.200,00	
Documento técnico contendo os resultados do acompanhamento in loco quanto aos aspectos organizacionais, infraestruturais e pedagógicos da execução da capacitação, realizado no último quarto das turmas			30/08/2011	R\$ 9.200,00	
Documento técnico contendo a análise do procedimento de registro acadêmico utilizado pela executora da capacitação, do quantitativo de alunos concludentes da fase presencial, dos procedimentos utiliz.			27/10/2011	R\$ 8.700,00	
Documento técnico contendo a análise do procedimento de registro acadêmico utilizado pela executora da capacitação, do quantitativo de alunos concludentes da fase presencial, dos			08/12/2011	R\$ 7.500,00	

procedimentos utiliz.		
Consultor contratado		
Nome do consultor: Maikon Cristiano Glasenapp	CPF: 028.410.849-90	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Os produtos pagos à consultora foram aprovados pela Secretaria finalística (vide código do contrato) e atenderam ao estabelecido no termo de referência.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização			Sigla		
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento			PNUD		
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Projeto de Fortalecimento Institucional para Avaliação e Gestão da Informação do MDS				BRA/04/046/BRA	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade Produto					
Código do Contrato: 2010/000857			Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação		
Objetivo da consultoria: Identificar profissional apto a auxiliar a construção e análise de indicadores para o monitoramento das ações de inclusão produtiva e PAIS do MDS, no âmbito do Projeto PNUD BRA/04/046 - FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL PARA A AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO DO MDS.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
01/11/2010	01/11/2011	72.000,00	12.000,00	0,00	0,00
Insumos Externos					
Diárias = R\$ 348,80					
Passagens = R\$ 838,08					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico contendo mapeamento das ações de Inclusão Produtiva.			02/12/2010	12.000,00	
Documento técnico contendo proposta de indicadores (construção e validação) do PAIS.			02/03/2011	14.000,00	
Documento técnico contendo análise das informações coletadas			07/05/2011	11.000,00	

na linha de base, momento T0 do PAIS, incluindo os indicadores.		
Documento técnico contendo análise das informações coletadas no momento T1 do PAIS incluindo os indicadores	07/07/2011	12.000,00
Documento técnico contendo análise dos procedimentos de coleta do programa PAIS	02/09/2011	11.000,00
Documento técnico contendo análise e proposta de aperfeiçoamento do Sistema de Monitoramento do PAIS.	01/11/2011	12.000,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Marcel Petrocino Esteves	CPF: 287.862.878-00	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: O produto pago ao consultor foi aprovado pela Secretaria finalística (vide código do contrato) e atendeu ao estabelecido no termo de referência.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Projeto de Fortalecimento Institucional para Avaliação e Gestão da Informação do MDS				BRA/04/046/BRA	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade Produto					
Código do Contrato: 2010/000198			Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação		
Objetivo da consultoria: Elaborar textos que formarão parte do material didático destinado a apoiar a Capacitação de servidores públicos municipais que atuam no Programa Territórios da Cidadania e elaborar proposta de capacitação para gerentes municipais e estaduais que atuam na execução de políticas públicas de desenvolvimento social implementadas pelo MDS.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
08/04/2010	07/04/2011	72.000,00	48.240,00	48.240,00	48.240,00
Insumos Externos					
Diárias = R\$ 941,00					
Passagens = R\$ 1.384,52					
Produtos Contratados					

Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Relatório técnico contendo o desenho do projeto de capacitação em elaboração de projetos sociais, dirigido aos técnicos lotados em municípios que compõem o Programa Territórios da Cidadania e responsáveis pela elaboração dos projetos destinados à captação de recursos disponibilizados pelos ministérios via convênios.	09/05/2010	18.000,00
Texto de conteúdos básicos da capacitação em elaboração de projetos sociais dirigido aos técnicos lotados em municípios que compõem o Programa Territórios da Cidadania e responsáveis pela elaboração dos projetos destinados à captação de recursos disponibilizados pelos ministérios via convênios.	08/07/2010	10.800,00
Relatório contendo os resultados do processo de adaptação do texto de conteúdos básicos da capacitação à linguagem e à plataforma de Educação a Distância.	09/09/2010	9.360,00
Relatório técnico contendo o levantamento e a análise das iniciativas de capacitação desenvolvidas pelas diferentes secretarias do MDS, identificando as necessidades de capacitação de gerentes sociais dos estados e municípios, conforme as expectativas dos gestores e técnicos do MDS.	18/11/2010	10.080,00
Relatório contendo a quantificação e a identificação da lotação, por estado e município, dos gerentes sociais que atuam na implementação das políticas desenvolvidas pelo MDS.	06/01/2011	11.520,00
Relatório contendo o escopo (público, abrangência territorial, número de vagas, composição de Lotes de Capacitação), os objetivos, e o conteúdo (temas), do projeto de capacitação dirigido aos gerentes sociais, dos estados e municípios, que atuam na implementação das políticas desenvolvidas pelo MDS.	21/03/2011	12.240,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Marcílio Marquesini Ferrari		CPF: 013.420.996-64
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Os produtos pagos ao consultor foram aprovados pela Secretaria finalística (vide código do contrato) e atenderam ao estabelecido no termo de referência.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	PNUD
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	

Título do Projeto				Código	
Projeto de Fortalecimento Institucional para Avaliação e Gestão da Informação do MDS				BRA/04/046/BRA	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade Produto					
Código do Contrato: 2009/000669-02			Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação		
Objetivo da consultoria: Desenho e realização de estudo sobre metodologias de trabalho social com famílias no âmbito do Serviço de Atenção Integral à Família o PAIF.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
08/07/2009	30/06/2010	70.000,00	55.000,00	55.000,00	70.000,00
Insumos Externos					
Diárias = R\$ 228,95					
Passagens = R\$ 323,56					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico contendo o delineamento de todo o estudo, incluindo fontes bibliográficas, roteiro dos instrumentos para atividades de campo; relação dos sítios consultados para identificação de experiências relevantes e critérios utilizados para a seleção de sítios e de experiências; relação de experiências, distribuídas regionalmente, para a seleção a ser feita, em conjunto com a equipe do MDS.			08/08/2009	15.000,00	
Documento técnico contendo ampla revisão bibliográfica sobre metodologias de trabalho social com famílias e análise do estado da arte do emprego das mesmas.			08/09/2009	12.000,00	
Documento técnico parcial, descritivo e analítico, das metodologias de trabalho com famílias identificadas pela equipe de trabalho de campo.			21/10/2009	18.000,00	
Documento técnico final, descritivo e analítico, que contemple: a) o estado das artes sistematizando a pesquisa sobre trabalho social com famílias vis a vis o realizado com famílias no âmbito do PAIF nos CRAS pesquisados; b) descrição das metodologias que se destacaram, indicando as potencialidades delas para a melhoria do serviço, seu potencial de replicabilidade em outros contextos, bem como demandas por recursos necessários à sua implantação em termos de pessoal e condições de funcionamento			20/11/2009	20.000,00	

do CRAS; c) desafios e contribuições identificadas durante a Oficina de Validação do estudo; d) Sumário Executivo para divulgação da experiência em outros fóruns governamentais ou de interesse da área.		
Documento técnico contendo texto destinado à publicação no formato de caderno de experiências de implementação do PAIF.	24/12/2009	5.000,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Maria Lúcia Miranda Afonso	CPF: 392.889.196-00	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Os produtos pagos à consultora foram aprovados pela Secretaria finalística (vide código do contrato) e atenderam ao estabelecido no termo de referência.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Projeto de Fortalecimento Institucional para Avaliação e Gestão da Informação do MDS				BRA/04/046/BRA	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade Produto					
Código do Contrato: 2009/000996-01			Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação		
Objetivo da consultoria: Organização dos textos básicos do material didático que orientará a Capacitação de Agentes Públicos Municipais de Controle Social da área da Assistência Social e do Programa Bolsa Família, englobando a totalidade dos municípios brasileiros. Para desenvolver as atividades e gerar os produtos a seguir descritos, o(a) consultor(a) trabalhará sob orientação da Coordenação Geral de Formação e Treinamento da Secretaria de Avaliação e Monitoramento - SAGI do MDS.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
09/10/2009	19/03/2010	18.000,00	0,00	10.000,00	10.000,00
Insumos Externos					
Diárias = R\$ 228,95					
Passagens = R\$ 649,56					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de	Valor	

	entrega	
Produto 1 - (a) Texto básico do Módulo 1, elaborado de acordo com a Matriz de Conteúdos e Objetivos Instrucionais definidos pelo MDS, com os conteúdos norteadores da Capacitação dos Agentes Públicos Municipais de Controle Social da Assistência Social e do Programa Bolsa Família; e (b) Dez exercícios de fixação de aprendizagem relativos ao conteúdo do Módulo 1. O texto será organizado e estruturado de maneira integrada entre as áreas de Assistência Social, do Programa Bolsa Família e do controle social a partir de bibliografias disponibilizadas pelo MDS.	25/10/2009	5.000,00
Produto 2 - (a) Texto básico do Módulo 2, elaborado de acordo com a Matriz de Conteúdos e Objetivos Instrucionais definidos pelo MDS, com os conteúdos norteadores da Capacitação dos Agentes Públicos Municipais de Controle Social da Assistência Social e do Programa Bolsa Família; e (b) Dez exercícios de fixação de aprendizagem relativos ao conteúdo do Módulo 2. O texto será organizado e estruturado de maneira integrada entre as áreas de Assistência Social, do Programa Bolsa Família e do controle social a partir de bibliografias disponibilizadas pelo MDS.	10/11/2009	5.000,00
Produto 3 - (a) Texto básico do Módulo 3, elaborado de acordo com a Matriz de Conteúdos e Objetivos Instrucionais definidos pelo MDS, com os conteúdos norteadores da Capacitação dos Agentes Públicos Municipais de Controle Social da Assistência Social e do Programa Bolsa Família; e (b) Dez exercícios de fixação de aprendizagem relativos ao conteúdo do Módulo 3. O texto será organizado e estruturado de maneira integrada entre as áreas de Assistência Social, do Programa Bolsa Família e do controle social a partir de bibliografias disponibilizadas pelo MDS.	25/11/2009	5.000,00
Produto 4 - Textos básicos e exercícios de fixação de aprendizagem relativos aos Módulos 1, 2 e 3, revisados de acordo com as reformulações definidas pelo MDS com base na análise dos dados e informações coletadas na atividade de acompanhamento da aplicação do material didático.	14/12/2009	3.000,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Maria Virginia Richetti Fernandes Camilo		CPF: 471.452.938-20
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Os produtos pagos à consultora foram aprovados pela Secretaria finalística (vide código do contrato) e atenderam ao estabelecido no termo de referência.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante

Nome da Organização			Sigla		
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento			PNUD		
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Projeto de Fortalecimento Institucional para Avaliação e Gestão da Informação do MDS				BRA/04/046/BRA	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade Produto					
Código do Contrato: 2010/000111-01			Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação		
Objetivo da consultoria: Elaborar texto que formará parte do material didático destinado a apoiar a capacitação dos profissionais dos Centros de referência de Assistência Social (CRAS) e dos Centros Especializados de Referência da Assistência Social (CREAS) no tema da violência contra as mulheres.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
11/03/2010	30/06/2010	14.000,00	14.000,00	14.000,00	14.000,00
Insumos Externos					
Não					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
PRODUTO 1 - Texto didático, de 13 a 15 páginas, sobre o tema "Proteção social e direitos sexuais e reprodutivos, com ênfase na violência contra as mulheres", conforme especificações da Matriz de Conteúdos da capacitação e orientações do MDS e da SPM quanto à perspectiva pedagógica e ao formato do referido texto.			10/05/2010	6.500,00	
PRODUTO 2 - Texto didático, de 15 a 18 páginas, sobre o tema "Apoio psicossocial à mulher em situação de violência", conforme especificações da Matriz de Conteúdos da capacitação e orientações do MDS e da SPM quanto à perspectiva pedagógica e ao formato do referido texto.			20/05/2010	7.500,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: Miriam Pondaag				CPF: 792.371.776-15	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Os produtos pagos à consultora foram aprovados pela Secretaria finalística (vide código do contrato) e atenderam ao estabelecido no termo de referência.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização			Sigla		
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento			PNUD		
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto			Código		
Projeto de Fortalecimento Institucional para Avaliação e Gestão da Informação do MDS			BRA/04/046/BRA		
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade Produto					
Código do Contrato: 2010/000849			Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação		
Objetivo da consultoria: Subsidiar ações de monitoramento de programas de desenvolvimento social e combate à fome, no âmbito do PRODOC BRA/04/046.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
27/10/2010	27/10/2011	72.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
Insumos Externos					
Não					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico contendo o Mapeamento dos Fluxos, relacionados com o Modelo Logico dos mesmos acordados como prioritários pelas Secretarias SNAS, SAGI e SENARC.			27/11/2010	10.000,00	
Documento Técnico contendo os Fluxos (PGP - Padrões Gerenciais de Processos) acordados como prioritários pelas Secretarias Finalísticas identificando tarefas críticas e elaboração dos POPs - Procedimentos Operacionais Padrões na SNAS, SAGI e SENARC			27/01/2011	12.000,00	
Documento Técnico contendo metodologia de apuração, alimentação e divulgação dos indicadores dos programas monitorados pelo DM na SNAS, SAGI e SENARC.			27/03/2011	12.000,00	
Documento Técnico contendo os Planos de Ação elaborados para a Implantação das melhorias identificadas nos Redesenhos dos Padrões Gerenciais de Processos e entrega de Ferramenta Gerencial para acompanhamento dos mesmos na SNAS, SAGI e SENARC.			10/05/2011	13.000,00	

Documento Técnico contendo o acompanhamento das ações dos planos de ação e construção de Relatórios de 3 Gerações para as ações que estiverem fora do prazo e atualização do status de implantação na Ferramenta Gerencial na SNAS, SAGI e SENARC.	27/07/2011	10.000,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Miucha Michelli Figueiredo Magalhães	CPF: 590.210.202-20	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: O produto pago à consultora foi aprovado pela Secretaria finalística (vide código do contrato) e atendeu ao estabelecido no termo de referência.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Projeto de Fortalecimento Institucional para Avaliação e Gestão da Informação do MDS				BRA/04/046/BRA	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade Produto					
Código do Contrato: 2010/000679-01			Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação		
Objetivo da consultoria: Desenvolver plano de pesquisa, as atividades de análise, levantamento de dados e gerar os produtos descritos nos tópicos subsequentes. Cada consultor será responsável pelo levantamento, tabulação e análise de dados referentes às áreas de conhecimento/competência e instituições de ensino superior definidas pelo contratante					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
27/08/2010	30/03/2011	43.000,00	43.000,00	12.500,00	12.500,00
Insumos Externos					
Não					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico contendo Plano de Pesquisa/Trabalho, metodologia a ser utilizada para o estudo de competências básicas de capacitação para profissionais de assistência social.			27/09/2010	12.500,00	

Documento técnico contendo o levantamento e a análise das disciplinas das áreas relacionadas à Política Nacional de Assistência Social indicadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à F	27/10/2010	13500,00
Documento técnico contendo os resultados do diagnóstico in loco - levantamento e análise dos conteúdos e competências aplicados pelas Instituições de Ensino Superior em todas as regiões do país, por a	27/11/2010	17000,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Niura Silva Bettim	CPF: 292.040.110-68	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: O produto pago à consultora foi aprovado pela Secretaria finalística (vide código do contrato) e atendeu ao estabelecido no termo de referência.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Projeto de Fortalecimento Institucional para Avaliação e Gestão da Informação do MDS				BRA/04/046/BRA	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade Produto					
Código do Contrato: 2009/000883-02			Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação		
Objetivo da consultoria: Realizar análise sistemática sobre os desafios para implementar, expandir e consolidar, programas e políticas de transferência de renda e de proteção social não contributiva, principalmente à luz das informações das pesquisas já realizadas pela SAGI, além de outros textos da literatura especializada.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
14/09/2009	24/05/2010	60.000,00	0,00	60.000,00	60.000,00
Insumos Externos					
Diárias = R\$ 323,95					
Passagens = R\$ 2.219,00					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de	Valor	

	entrega	
Documento técnico contendo análise reflexiva sobre o conjunto dos principais resultados dos estudos realizados pela SAGI a respeito do Benefício de Prestação Continuada e do Programa Bolsa Família	08/10/2009	12.000,00
Documento técnico contendo análise reflexiva sobre o conjunto dos principais resultados dos estudos realizados pela SAGI a respeito do Sistema Único da Assistência Social	07/11/2009	12.000,00
Documento síntese que apresente avaliação crítica sobre as estratégias adotadas pelo MDS para fazer frente aos seus desafios (policy oriented) a partir das pesquisas realizadas pela SAGI	20/11/2009	12.000,00
Documento técnico contendo a sistematização das discussões e contribuições do Painel sobre Transferência de Renda do Seminário Internacional organizado pelo MDS/BID	05/12/2009	12.000,00
Documento técnico contendo texto destinado à publicação com os pontos principais dos produtos anteriores, incorporando contribuições advindas do momento de apresentação e discussão dos resultados em r	17/12/2009	12.000,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Otávio Soares Dulci	CPF: 119.012.766-00	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Os produtos pagos ao consultor foram aprovados pela Secretaria finalística (vide código do contrato) e atenderam ao estabelecido no termo de referência.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	PNUD
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
Projeto de Fortalecimento Institucional para Avaliação e Gestão da Informação do MDS	BRA/04/046/BRA
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade Produto	
Código do Contrato: 2010/000979	Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação
Objetivo da consultoria: Acompanhamento da etapa presencial da Capacitação de Agentes Públicos Municipais de Controle Social da Política de Assistência Social e do Programa Bolsa Família	
Período de Vigência	Remuneração

Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
23/12/2010	23/12/2011	60.000,00	0,00	0,00	0,00
Insumos Externos					
Não					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico contendo a análise do processo de inscrição dos alunos no Lote de Capacitação, de acordo com roteiro fornecido pelo MDS.			27/01/2011	R\$ 7.000,00	
Documento técnico contendo os resultados do acompanhamento in loco quanto aos aspectos organizacionais, infraestruturais e pedagógicos da execução da capacitação, realizado no primeiro quarto das turmas			14/03/2011	R\$ 9.200,00	
Documento técnico contendo os resultados do acompanhamento in loco quanto aos aspectos organizacionais, infraestruturais e pedagógicos da execução da capacitação, realizado no segundo quarto das turmas			12/05/2011	R\$ 9.200,00	
Documento técnico contendo os resultados do acompanhamento in loco quanto aos aspectos organizacionais, infraestruturais e pedagógicos da execução da capacitação, realizado no terceiro quarto das turmas			11/07/2011	R\$ 9.200,00	
Documento técnico contendo os resultados do acompanhamento in loco quanto aos aspectos organizacionais, infraestruturais e pedagógicos da execução da capacitação, realizado no último quarto das turmas			30/08/2011	R\$ 9.200,00	
Documento técnico contendo a análise do procedimento de registro acadêmico utilizado pela executora da capacitação, do quantitativo de alunos concludentes da fase presencial			27/10/2011	R\$ 8.700,00	
Documento técnico contendo a análise do procedimento de registro acadêmico utilizado pela executora da capacitação, do quantitativo de alunos concludentes da fase presencial			08/12/2011	R\$ 7.500,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: Queli Flach Ansehau				CPF: 684.541.719-91	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização			Sigla		
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento			PNUD		
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto			Código		
Projeto de Fortalecimento Institucional para Avaliação e Gestão da Informação do MDS			BRA/04/046/BRA		
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade Produto					
Código do Contrato: 2010/000090-01			Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação		
Objetivo da consultoria: Diagramação das novas edições dos Cadernos de Estudos da SAGI e criação de projeto gráfico em formato eletrônico multimídia das obras já publicadas pela secretaria pronto para ser reproduzido em CD.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
02/03/2010	15/07/2010	14.000,00	14.000,00	14.000,00	14.000,00
Insumos Externos					
Não					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Cadernos de Estudos - Desenvolvimento Social em Debate - Volume 12 diagramado e CD com os arquivos abertos da publicação, incluindo links e fontes, arquivo em PDF em alta resolução preparado para envio a gráfica e arquivo PDF em baixa resolução para visualização na Web			22/03/2010	4.000,00	
Cadernos de Estudos - Desenvolvimento Social em Debate - Volume 13 diagramado e CD com os arquivos abertos da publicação, incluindo links e fontes, arquivo em PDF em alta resolução preparado para envio a gráfica e arquivo PDF em baixa resolução para visualização na Web.			12/04/2010	4.000,00	
Projeto gráfico de formato eletrônico multimídia pronto para ser reproduzido em CD para organização das publicações e informações já publicadas pela SAGI com aproximadamente 30 títulos adaptados para exibição no formato proposto.			15/07/2010	6.000,00	
Consultor contratado					

Nome do consultor: Rafael Diniz Lobo	CPF: 848.564.401-87
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Os produtos pagos ao consultor foram aprovados pela Secretaria finalística (vide código do contrato) e atenderam ao estabelecido no termo de referência.	

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização			Sigla		
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento			PNUD		
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto			Código		
Projeto de Fortalecimento Institucional para Avaliação e Gestão da Informação do MDS			BRA/04/046/BRA		
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade Produto					
Código do Contrato: 2010/000668-01			Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação		
Objetivo da consultoria: Desenvolver plano de pesquisa, as atividades de análise, levantamento de dados e gerar os produtos descritos nos tópicos subsequentes. Cada consultor será responsável pelo levantamento, tabulação e análise de dados referentes às áreas de conhecimento/competência e instituições de ensino superior definidas pelo contratante					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
27/08/2010	30/03/2011	43.000,00	43.000,00	12.500,00	12.500,00
Insumos Externos					
Diárias = R\$ 228,95					
Passagens = R\$ 742,66					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico contendo Plano de Pesquisa/Trabalho, metodologia a ser utilizada para o estudo de competências básicas de capacitação para profissionais de assistência social.			27/09/2010	12.500,00	
Documento técnico contendo o levantamento e a análise das disciplinas das áreas relacionadas à Política Nacional de Assistência Social indicadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à F			27/10/2010	13.500,00	
Documento técnico contendo os resultados do diagnóstico in loco - levantamento e análise dos conteúdos e competências aplicados			26/11/2010	17.000,00	

pelas Instituições de Ensino Superior em todas as regiões do país, por a		
Consultor contratado		
Nome do consultor: Regina Conrado Melo	CPF: 155.576.426-68	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: O produto pago à consultora foi aprovado pela Secretaria finalística (vide código do contrato) e atendeu ao estabelecido no termo de referência.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Projeto de Fortalecimento Institucional para Avaliação e Gestão da Informação do MDS				BRA/04/046/BRA	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade Produto					
Código do Contrato: 2010/000363-01			Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação		
Objetivo da consultoria: Elaborar diagnósticos contendo competências e atribuições dos profissionais que atuam na execução dos serviços sociais no âmbito do Sistema Único de Assistência Social ó SUAS e propor desenhos para a formação de recursos humanos na área.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
31/05/2010	07/12/2010	78.000,00	40.660,00	40.660,00	40.660,00
Insumos Externos					
Diárias = R\$ 228,95					
Passagens = R\$ 547,36					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico contendo o diagnóstico do profissional - Assistente Social - identificando suas principais características e atribuições no âmbito profissional e educacional de acordo com a legislação vigente;			30/06/2010	18.000,00	
Documento técnico contendo o diagnóstico do profissional -			30/08/2010	11.800,00	

Orientador Social - identificando suas principais características e atribuições no âmbito profissional e educacional de acordo com a legislação vigente;		
Documento técnico contendo a descrição dos conteúdos/competências necessários para a realização do curso de pós-graduação latu sensu - especialização na área de Assistência Social;	29/10/2010	10.860,00
Documento técnico contendo a descrição dos conteúdos/competências necessários para a realização do curso técnico para o profissional Orientador Social;	07/01/2011	11.830,00
Documento técnico norteador para a certificação dos profissionais na área da Assistência Social de nível técnico, tecnológico e superior	04/03/2011	13.020,00
Documento técnico norteador para a Estratégia de Implementação dos cursos técnicos para Orientador Social e cursos de pós-graduação latu sensu no âmbito da Assistência Social.	13/05/2011	12.490,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Renato Rillos Mendes	CPF: 550.610.793-53	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Os produtos pagos ao consultor foram aprovados pela Secretaria finalística (vide código do contrato) e atenderam ao estabelecido no termo de referência.. Rescisão de contrato a pedido do contratado.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Projeto de Fortalecimento Institucional para Avaliação e Gestão da Informação do MDS				BRA/04/046/BRA	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade Produto					
Código do Contrato: 2010/000245-01			Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação		
Objetivo da consultoria: Edição e revisão dos textos do material didático do Projeto de Capacitação de Agentes Públicos Municipais de Controle Social da Política de Assistência Social e do Programa Bolsa Família e edição dos textos das oficinas realizadas na VII Conferência Nacional de Assistência Social.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto	Total previsto	Total pago no	Total pago até o final

		no contrato	no exercício	exercício	do exercício
23/04/2010	08/11/2010	45.000,00	45.000,00	45.000,00	45.000,00
Insumos Externos					
Não					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico contendo o texto final do Módulo 1, 2 e 3 da publicação do material			08/06/2010	15.000,00	
Documento técnico contendo o primeiro módulo com cinco textos finais das oficinas			02/07/2010	14.500,00	
Documento técnico contendo o segundo módulo com cinco textos finais das oficinas			06/08/2010	15.500,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: Richelly Ferreira				CPF: 806.467.949-49	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Os produtos pagos à consultora foram aprovados pela Secretaria finalística (vide código do contrato) e atenderam ao estabelecido no termo de referência.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Projeto de Fortalecimento Institucional para Avaliação e Gestão da Informação do MDS				BRA/04/046/BRA	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade Produto					
Código do Contrato: 2010/000197			Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação		
Objetivo da consultoria: Tratamento e validação de banco de dados					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
08/04/2010	07/04/2011	72.000,00	42.000,00	42.000,00	72.000,00

Insumos Externos		
Não		
Produtos Contratados		
Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico sobre a metodologia usada na verificação e tratamento do banco de dados da Identificação do CRAS.	24/05/2010	8.000,00
Documento técnico sobre a metodologia usada na verificação e tratamento do banco de dados da Estrutura física do CRAS.	28/07/2010	12.500,00
Documento técnico sobre a metodologia usada na verificação e tratamento do banco de dados do Horário de funcionamento, serviços e atendimento do CRAS.	13/10/2010	13.500,00
Documento técnico sobre a metodologia usada na verificação e tratamento do banco de dados da Informação, registro e documentação do CRAS.	12/11/2010	8.000,00
Documento técnico sobre a metodologia usada na verificação e tratamento do banco de dados da Articulação do CRAS.	04/02/2011	14.500,00
Documento técnico sobre a metodologia usada na verificação e tratamento do banco de dados dos Recursos Humanos do CRAS.	21/03/2011	15.500,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Sabrina Borges		CPF: 751.127.104-97
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Os produtos pagos à consultora foram aprovados pela Secretaria finalística (vide código do contrato) e atenderam ao estabelecido no termo de referência.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	PNUD
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
Projeto de Fortalecimento Institucional para Avaliação e Gestão da Informação do MDS	BRA/04/046/BRA
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade Produto	
Código do Contrato: 2010/000915	Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação
Objetivo da consultoria: Realização de estudos e análise de programas	

Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
24/11/2010	18/01/2011	45.000,00	0,00	0,00	0,00
Insumos Externos					
Não					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Relatório descritivo e analítico contendo avaliação junto a agentes institucionais com atuação em áreas periféricas de metrópoles sobre a capacidade protetiva de famílias beneficiárias de programas de transferência de renda.			21/01/2011	25.000,00	
Relatório técnico contendo estudo das categorias que compõem a capacidade protetiva de famílias de baixa renda com base em fontes internacionais e nacionais de pesquisa e a consulta a especialistas nacionais e internacionais sobre a questão.			14/03/2011	20.000,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: Silvina Maria Carro				CPF: 227.650.878-73	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	PNUD
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
Projeto de Fortalecimento Institucional para Avaliação e Gestão da Informação do MDS	BRA/04/046/BRA
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade Produto	
Código do Contrato: 2010/000163	Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação
Objetivo da consultoria: Avaliação das atividades do Projeto de Capacitação de Agentes Públicos Municipais de Controle Social da Política de Assistência Social e do PBF, que tem como objetivo geral oferecer aos membros dos Conselhos Municipais de Assistência Social (CMAS) e das Instâncias de Controle Social do Programa Bolsa Família (ICS/PBF) de todos os municípios brasileiros os conhecimentos e atitudes essenciais ao desempenho de suas atribuições legais.	

Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
26/03/2010	25/03/2011	78.000,00	64.740,00	64.740,00	64.740,00
Insumos Externos					
Não					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico contendo análise comparada das propostas apresentadas pelas empresas vencedoras do pregão 38/2009, para execução dos serviços de capacitação junto aos lotes 1, 4, 5 e 6, sugerindo adequações nos Planos de Trabalho.			26/04/2010	15.600,00	
Documento técnico apresentando a análise comparada do processo de mobilização e divulgação da capacitação pelas instituições contratadas para execução dos serviços junto aos lotes 1, 4, 5 e 6; identificação de pontos fortes, pontos fracos e lições aprendidas.			25/07/2010	14.040,00	
Documento técnico apresentando a análise da Oficina de Alinhamento e da implementação dos cursos nos lotes 1, 4, 5 e 6; identificando pontos fracos, pontos fortes e sugestões de ajustes.			27/08/2010	12.480,00	
Documento técnico contendo a análise do processo de acompanhamento da capacitação nos lotes 1, 4, 5 e 6 apresentando uma síntese dos relatórios de visita técnica.			05/09/2010	11.700,00	
Documento técnico contendo a análise comparada da gestão acadêmica (inscrição, frequência e evasão dos participantes) nos 4 lotes.			24/12/2010	10.920,00	
Documento técnico contendo um balanço de todo o processo da execução da capacitação até dezembro de 2010, destacando os seguintes pontos: (1) planejamento; (2) fase de preparação; (3) implementação. Lições aprendidas.			07/03/2011	13.260,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: Valdir Pereira Santos				CPF: 040.356.078-00	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Os produtos pagos ao consultor foram aprovados pela Secretaria finalística (vide código do contrato) e atenderam ao estabelecido no termo de referência.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Projeto de Fortalecimento Institucional para Avaliação e Gestão da Informação do MDS				BRA/04/046/BRA	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade Produto					
Código do Contrato: 2010/000091			Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação		
Objetivo da consultoria: consultar na área de desenvolvimento evolutivo das ferramentas de monitoramento de programas sociais, Censo SUAS no âmbito do CRAS e CREAS.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
02/03/2010	01/03/2011	54.000,00	44.000,00	44.000,00	44.000,00
Insumos Externos					
Não					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento analítico com as estruturas de dados das ferramentas de coleta eletrônica			16/04/2010	6.500,00	
Documento técnico com uma proposta de integração da estrutura de dados dos			21/06/2010	9.500,00	
Documento descritivo das soluções existentes de editores, geradores de questionário			06/09/2010	11.000,00	
Documento descritivo sobre a estrutura de dados para armazenar as informações			04/10/2010	5.000,00	
Manual de utilização da estrutura integrada de coleta de dados com a estrutura de			24/12/2010	12.000,00	
Documento técnico com o levantamento da reação dos desenvolvedores da solução de			11/02/2011	10.000,00	
Consultor contratado					

Nome do consultor: Vanderley Domingos de Lima	CPF: 148.143.581-72
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Os produtos pagos ao consultor foram aprovados pela Secretaria finalística (vide código do contrato) e atenderam ao estabelecido no termo de referência.	

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização			Sigla		
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento			PNUD		
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Projeto de Fortalecimento Institucional para Avaliação e Gestão da Informação do MDS				BRA/04/046/BRA	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade Produto					
Código do Contrato: 2010/000931			Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação		
Objetivo da consultoria: Acompanhamento da fase presencial da Capacitação de Agentes Públicos Municipais de Controle Social da Política de Assistência Social e do Programa Bolsa Família; compete a supervisão e acompanhamento da capacitação no LOTE 4 compreendendo os municípios dos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
03/12/2010	30/09/2011	60.000,00	0,00	7.000,00	7.000,00
Insumos Externos					
Diárias = R\$ 1.032,65					
Passagens = R\$ 1.174,88					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico contendo a análise do processo de inscrição dos alunos no Lote de Capacitação sob sua responsabilidade, de acordo com roteiro fornecido pelo MDS;			03/01/2011	7.000,00	
Documento técnico contendo os resultados do acompanhamento in loco quanto aos aspectos organizacionais, infraestruturais e pedagógicos da execução da capacitação, realizado no primeiro quarto das turmas selecionadas para a amostra relativamente ao Lote sob sua responsabilidade e de acordo com o instrumento de			03/02/2011	9.200,00	

acompanhamento fornecido pelo MDS;		
Documento técnico contendo os resultados do acompanhamento in loco quanto aos aspectos organizacionais, infraestruturais e pedagógicos da execução da capacitação, realizado no segundo quarto das turmas selecionadas para a amostra relativamente ao Lote sob sua responsabilidade e de acordo com o instrumento de acompanhamento fornecido pelo MDS;	01/04/2011	9.200,00
Documento técnico contendo os resultados do acompanhamento in loco quanto aos aspectos organizacionais, infraestruturais e pedagógicos da execução da capacitação, realizado no terceiro quarto das turmas selecionadas para a amostra relativamente ao Lote sob sua responsabilidade e de acordo com o instrumento de acompanhamento fornecido pelo MDS;	16/05/2011	9.200,00
Documento técnico contendo os resultados do acompanhamento in loco quanto aos aspectos organizacionais, infraestruturais e pedagógicos da execução da capacitação, realizado no último quarto das turmas selecionadas para a amostra relativamente ao Lote sob sua responsabilidade e de acordo com o instrumento de acompanhamento fornecido pelo MDS;	06/07/2011	9.200,00
Documento técnico contendo a análise consolidada dos resultados da amostra das avaliações de reação realizadas nas turmas do Lote sob sua responsabilidade, de acordo com metodologia e roteiro fornecido pelo MDS;	05/08/2011	8.700,00
Documento técnico contendo a análise do procedimento de registro acadêmico utilizado pela executora da capacitação, do quantitativo de alunos concludentes da fase presencial, dos procedimentos utilizados pela executora para a substituição de alunos desistentes, e indicação dos problemas, das dificuldades e das alternativas encontradas na operacionalização do sistema de registro acadêmico.	19/09/2011	7.500,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Wagner Gonçalves Saltorato		CPF: 200.231.618-09
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: O produto pago ao consultor foi aprovado pela Secretaria finalística (vide código do contrato) e atendeu ao estabelecido no termo de referência.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura	UNESCO

Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Gestão da Política de Segurança Alimentar, Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza.				914/BRA/3026	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade Produto					
Código do Contrato: SHS00530/2010			Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação		
Objetivo da consultoria: Exercer a função de parecerista dos estudos acadêmicos inscritos para o Prêmio Rosani Cunha de Desenvolvimento Social.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
25/03/2010	16/04/2010	R\$ 3.000,00	R\$ 3.000,00	R\$ 2.100,00	R\$ 2.100,00
Insumos Externos					
Não					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Parecer técnico de avaliação realizada acerca de estudos analíticos acadêmicos inscritos no prêmio Rosani Cunha, pontuando-os, conforme metodologia descrita no Edital N° 1, que regulamenta o prêmio, datado de 19 de novembro de 2009 e publicado no Diário Oficial da União em 23 de novembro de 2009.			16/04/2010	R\$ 3.000,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: Abigail Silvestre Torres			CPF: 347.109.490-34		
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: O produto pago à consultora foi aprovado pela Secretaria finalística (vide código do contrato) e atendeu ao estabelecido no termo de referência.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura	UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código

Gestão da Política de Segurança Alimentar, Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza.			914/BRA/3026		
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade Produto					
Código do Contrato: SHS01110/2009			Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação		
Objetivo da consultoria: Criação de projeto gráfico, editoração eletrônica e desenvolvimento de peças de divulgação referentes à publicação da Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua e folder institucional de divulgação das publicações técnicas do Ministério.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
08/06/2009	07/08/2009	R\$ 20.500,00	R\$ 12.000,00	R\$ 12.000,00	R\$ 20.500,00
Insumos Externos					
Não					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Projeto gráfico da publicação da Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua e folder institucional de divulgação das publicações técnicas do Ministério diagramado e pronto para envio a gráfica para impressão.			08/07/2009	R\$ 8.500,00	
Documento técnico com a Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua diagramada de acordo com o projeto gráfico e as especificações propostas para publicação e peças de divulgação da publicação da Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, todos prontos para envio a gráfica para impressão.			07/08/2009	R\$ 12.000,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: Alessandro Mendes Ribeiro			CPF: 806.707.411-91		
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Os produtos pagos ao consultor foram aprovados pela Secretaria finalística (vide código do contrato) e atenderam ao estabelecido no termo de referência.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura	UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	

Título do Projeto				Código	
Gestão da Política de Segurança Alimentar, Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza.				914/BRA/3026	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade Produto					
Código do Contrato: SHS00644/2009			Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação		
Objetivo da consultoria: Desenvolvimento e aprimoramento dos indicadores de gestão do Programa Bolsa Família (PBF) e do Cadastro Único de Políticas Sociais (CadÚnico).					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
05/03/2009	04/03/2010	R\$ 78.500,00	R\$ 27.000,00	R\$ 27.000,00	R\$ 78.500,00
Insumos Externos					
Diária = R\$ 471,01					
Passagem = R\$ 985,56					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico analítico dos resultados da comparação das bases do CadÚnico e da RAIS ano base 2006.			06/04/2009	R\$ 8.000,00	
Documento técnico analítico dos resultados consolidados das comparações da base CadÚnico com as bases RAIS 2005 e 2006			20/04/2009	R\$ 11.000,00	
Documento técnico analítico contendo avaliação de cenários visando à implementação de ações sobre Cadastro e Benefícios a partir dos resultados das comparações CadÚnico / RAIS 2006/ BPC 2006			15/05/2009	R\$ 10.000,00	
Documento técnico analítico dos resultados do processo de monitoramento das alterações/atualizações cadastrais do CadÚnico e dos bloqueios, cancelamentos e averiguações de benefícios do PBF decorrentes das ações implementadas a partir dos resultados da comparação CadÚnico / RAIS 2006.			22/02/2010	R\$ 14.500,00	
Documento técnico analítico contendo propostas de regras para o processo anual de comparação do CadÚnico / RAIS, consolidação das regras e processos de monitoramento em formato de Caso de Uso.			04/03/2010	R\$ 12.500,00	
Documento técnico com análise dos dados encontrados pela comparação RAIS e CadÚnico vis a vis as informações disponíveis nas bases do IBGE para mercado de trabalho com o objetivo de identificar o perfil das pessoas cadastradas e inseridas			20/10/2009	R\$ 9.500,00	

no mercado de trabalho		
Documento técnico com a análise do cruzamento das informações contidas na base de dados do Cadastro e bases do Ministério da Educação, disponibilizados ao MDS/Senarc.	07/12/2009	R\$ 13.000,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Alexandre Ribeiro Leichsenring	CPF: 287.637.198-78	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Os produtos pagos ao consultor foram aprovados pela Secretaria finalística (vide código do contrato) e atenderam ao estabelecido no termo de referência.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização					Sigla
Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura					UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto					Código
Gestão da Política de Segurança Alimentar, Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza.					914/BRA/3026
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade Produto					
Código do Contrato: SHS00520/2010			Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação		
Objetivo da consultoria: Parecerista dos estudos acadêmicos inscritos para o Prêmio Rosani Cunha de Desenvolvimento Social.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
25/03/2010	16/04/2010	R\$ 3.000,00	R\$ 3.000,00	R\$ 2.100,00	R\$ 2.100,00
Insumos Externos					
Não					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Parecer técnico de avaliação realizada acerca de estudos analíticos acadêmicos inscritos no prêmio Rosani Cunha, pontuando-os, conforme metodologia descrita no Edital n. 1, que regulamenta o prêmio, datado de 19 de novembro de 2009 e publicado no Diário Oficial da União em 23 de novembro de 2009.				16/04/2010	R\$ 3.000,00

Consultor contratado	
Nome do consultor: Cláudia de Souza	CPF: 011.730.797-18
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato encerrado com valor a pagar. O produto pago à consultora foi aprovado pela Secretaria finalística (vide código do contrato) e atendeu ao estabelecido no termo de referência.	

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Gestão da Política de Segurança Alimentar, Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza.				914/BRA/3026	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade Produto					
Código do Contrato: SHS02230/2009			Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação		
Objetivo da consultoria: Elaboração de conteúdos técnicos, pedagógicos e metodológicos.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
12/10/2009	28/12/2009	R\$ 17.000,00	R\$ 0.00	R\$ 11.000,00	R\$ 17.000,00
Insumos Externos					
Não					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento com objetivos, justificativa, referencial teórico, metodologia: definição de conteúdo a ser elaborado para a capacitação dos radialistas comunitários, com indicação de bibliografia e de que maneira os temas serão abordados.			27/10/2009	R\$ 6.000,00	
Documento que apresente as principais políticas e programas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e formatos radiofônicos que podem ser utilizados no contexto de uma rádio comunitária. Os textos devem ser voltados para a realidade do público-alvo.			11/11/2009	6.000,00	

CD com exemplos de formatos radiofônicos. Este material acompanha os cadernos e será utilizado pelos capacitadores durante o encontro com os comunicadores. Conterá formatos como radio novela, entrevista, debate, spot, noticiário. Deverá ser gravado por atores, e apresentando as possibilidades viáveis para uma programação de rádio comunitária. Uma cópia máster será entregue para que o MDS possa fazer a reprodução. Tanto a cópia máster como o material pedagógico serão cedidos em caráter permanente ao MDS.	28/12/2009	5.000,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Daniella Goulart Rodrigues Silva	CPF: 488.298.971-91	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Os produtos pagos à consultora foram aprovados pela Secretaria finalística (vide código do contrato) e atenderam ao estabelecido no termo de referência.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Gestão da Política de Segurança Alimentar, Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza.				914/BRA/3026	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade Produto					
Código do Contrato: SHS01279/2009			Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação		
Objetivo da consultoria: Avaliar o processo de implementação do ProJovem Adolescente - Serviço Socioeducativo.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
06/07/2009	29/03/2010	R\$ 40.000,00	R\$ 33.000,00	R\$ 33.000,00	R\$ 40.000,00
Insumos Externos					
Não					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico contendo a descrição do planejamento do trabalho de campo na Região Centro-Oeste			17/08/2009	R\$ 7.000,00	

Documento parcial descritivo e analítico do trabalho de campo e sistematização dos dados relativos à coleta de dados realizada no município de grande porte/metrópole da Região Centro-Oeste	18/01/2010	R\$ 15.000,00
Documento descritivo e analítico do trabalho de campo para o conjunto dos municípios visitados na Região Centro-oeste contendo recomendações para o aprimoramento da implementação, além de apresentação oral para a equipe técnica do MDS.	29/03/2010	R\$ 18.000,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Danielle Oliveira Valverde	CPF: 783.110.201-91	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Os produtos pagos à consultora foram aprovados pela Secretaria finalística (vide código do contrato) e atenderam ao estabelecido no termo de referência.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Gestão da Política de Segurança Alimentar, Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza.				914/BRA/3026	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade Produto					
Código do Contrato: SHS00529/2010			Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação		
Objetivo da consultoria: Parecerista dos estudos acadêmicos inscritos para o Prêmio Rosani Cunha de Desenvolvimento Social.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
25/03/2010	16/04/2010	R\$ 3.000,00	R\$ 3.000,00	R\$ 2.100,00	R\$ 2.100,00
Insumos Externos					
Não					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Parecer técnico de avaliação realizada acerca de estudos analíticos acadêmicos inscritos no prêmio Rosani Cunha, pontuando-os, conforme metodologia descrita no Edital n. 1, que			16/04/2010	R\$ 2.100,00	

regulamenta o prêmio, datado de 19 de novembro de 2009 e publicado no Diário Oficial da União em 23 de novembro de 2009.		
Consultor contratado		
Nome do consultor: Dirce Harue Ueno Koga	CPF: 029.249.678-80	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato encerrado com valor a pagar. O produto pago à consultora foi aprovado pela Secretaria finalística (vide código do contrato) e atendeu ao estabelecido no termo de referência.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização					Sigla
Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura					UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto					Código
Gestão da Política de Segurança Alimentar, Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza.					914/BRA/3026
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade Produto					
Código do Contrato: SHS00519/2010			Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação		
Objetivo da consultoria: Parecerista dos estudos acadêmicos inscritos para o Prêmio Rosani Cunha de Desenvolvimento Social.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
25/03/2010	16/04/2010	R\$ 3.000,00	R\$ 3.000,00	R\$ 1.800,00	R\$ 1.800,00
Insumos Externos					
Não					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Parecer técnico de avaliação realizada acerca de estudos analíticos acadêmicos inscritos no prêmio Rosani Cunha, pontuando-os, conforme metodologia descrita no Edital n. 1, que regulamenta o prêmio, datado de 19 de novembro de 2009 e publicado no Diário Oficial da União em 23 de novembro de 2009.				16/04/2010	R\$ 3.000,00

Consultor contratado	
Nome do consultor: Fábio Junior do Carmo	CPF: 046.566.196-39
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato encerrado com valor a pagar. O produto pago ao consultor foi aprovado pela Secretaria finalística (vide código do contrato) e atendeu ao estabelecido no termo de referência.	

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Gestão da Política de Segurança Alimentar, Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza.				914/BRA/3026	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade Produto					
Código do Contrato: SHS00513/2010			Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação		
Objetivo da consultoria: Prospecção, identificação, sistematização e análise de práticas e estudos referentes ao Prêmio Rosani Cunha de Desenvolvimento Social, em âmbito municipal e estadual.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
25/03/2010	25/10/2010	R\$ 45.500,00	R\$ 45.500,00	R\$ 45.500,00	R\$ 45.500,00
Insumos Externos					
Diária = R\$ 701,76					
Passagem = R\$ 633,84					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico contendo proposta de instrumentos, critérios e processo de seleção e avaliação a ser empregado no âmbito do Prêmio Rosani Cunha de Desenvolvimento Social.			26/04/2010	R\$ 9.500,00	
Documento técnico contendo proposta de conteúdo e estrutura das publicações das experiências selecionadas Prêmio Rosani Cunha de Desenvolvimento Social.			26/06/2010	R\$ 8.400,00	

Documento técnico contendo relatório sobre o processo de realização do Prêmio práticas inovadoras na gestão do Programa Bolsa Família, abrangendo questões conceituais, metodologias e instrumentos empregados, e ainda, recomendações de aperfeiçoamento para as próximas edições do Prêmio.	26/07/2010	R\$ 9.100,00
Documento técnico com proposta de metodologia para a criação do observatório de desenvolvimento social (instrumentos, critérios, indicadores, periodicidade) e estratégias de prospecção, identificação e sistematização de iniciativas.	05/09/2010	9.000,00
Documento técnico contendo análise e sistematização das práticas e estudos do Premio Rosani Cunha de Desenvolvimento Social, definidas segundo critérios e indicadores pré-definidos, extraídos, quando possível, dos sistemas de informação disponíveis.	25/10/2010	9.500,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Flávio Alberto Goulart	CPF: 098.657.566-68	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Os produtos pagos ao consultor foram aprovados pela Secretaria finalística (vide código do contrato) e atenderam ao estabelecido no termo de referência.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Gestão da Política de Segurança Alimentar, Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza.				914/BRA/3026	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade Produto					
Código do Contrato: SHS00516/2010			Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação		
Objetivo da consultoria: Parecerista dos estudos acadêmicos inscritos para o Prêmio Rosani Cunha de Desenvolvimento Social.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
25/03/2010	16/04/2010	R\$ 3.000,00	R\$ 3.000,00	R\$ 2.100,00	R\$ 2.100,00
Insumos Externos					

Não		
Produtos Contratados		
Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Parecer técnico de avaliação realizada acerca de estudos analíticos acadêmicos inscritos no prêmio Rosani Cunha, pontuando-os, conforme metodologia descrita no Edital n. 1, que regulamenta o prêmio, datado de 19 de novembro de 2009 e publicado no Diário Oficial da União em 23 de novembro de 2009.	16/04/2010	R\$ 3.000,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Iraci de Andrade		CPF: 678.821.029-20
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato encerrado com valor a pagar. O produto pago à consultora foi aprovado pela Secretaria finalística (vide código do contrato) e atendeu ao estabelecido no termo de referência.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Gestão da Política de Segurança Alimentar, Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza.				914/BRA/3026	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade Produto					
Código do Contrato: SHS00953/2010			Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação		
Objetivo da consultoria: Criação de projeto gráfico e editoração dos livros "Catálogo de Experiências Vencedoras do Prêmio Rosani Cunha de Desenvolvimento Social" e "Balanço Estratégico do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (título provisório)".					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
26/07/2010	30/11/2010	R\$ 30.500,00	R\$ 30.500,00	R\$ 30.500,00	R\$ 30.500,00
Insumos Externos					
Diária = R\$ 466,45					

Passagem = R\$ 1.483,66		
Produtos Contratados		
Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico contendo o projeto gráfico e a publicação Catálogo de Experiência Vencedoras do Prêmio Rosani Cunha de Desenvolvimento Social editorada CD contendo os arquivos abertos da publicação com links e fontes e arquivos PDFs preparados para o envio à gráfica	26/08/2010	R\$ 13.500,00
Documento técnico contendo projeto gráfico e a publicação Balanço estratégico do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome título provisório editorada. CD contendo os arquivos abertos da publicação com links e fontes e arquivos PDFs preparados para o envio à gráfica	30/11/2010	R\$ 17.000,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Kátia Rovana Ozório		CPF: 804.083.890-87
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Os produtos pagos à consultora foram aprovados pela Secretaria finalística (vide código do contrato) e atenderam ao estabelecido no termo de referência.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Gestão da Política de Segurança Alimentar, Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza.				914/BRA/3026	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade Produto					
Código do Contrato: SHS00982/2010			Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação		
Objetivo da consultoria: Diagramação do livro "Políticas Sociais para o Desenvolvimento: Superar a Pobreza e Promover a Inclusão", promovido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), em agosto de 2009.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
21/07/2010	30/09/2010	R\$ 6.000,00	R\$ 6.000,00	R\$ 6.000,00	R\$ 6.000,00

Insumos Externos		
Não		
Produtos Contratados		
Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico contendo o livro Políticas Sociais para o Desenvolvimento Superar a Pobreza e Promover a Inclusão diagramado, CD contendo os arquivos abertos da publicação, com links e fontes, e arquivos PDFs preparados para o envio a gráfica e para publicação na internet.	30/09/2010	R\$ 6.000,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Luiz Carlos Eduardo Meneses de Souza Costa		CPF: 471.601.441-04
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: O produto pago ao consultor foi aprovado pela Secretaria finalística (vide código do contrato) e atendeu ao estabelecido no termo de referência.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Gestão da Política de Segurança Alimentar, Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza.				914/BRA/3026	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade Produto					
Código do Contrato: SHS01011/2010			Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação		
Objetivo da consultoria: Organização de conteúdo, redação e edição de textos para a publicação do Balanço Estratégico do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
06/07/2010	30/11/2010	R\$ 30.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ 30.000,00
Insumos Externos					
Não					
Produtos Contratados					

Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico contendo o texto do primeiro capítulo da publicação sobre a construção política do MDS.	06/08/2010	R\$ 15.000,00
Documento técnico contendo o texto do segundo capítulo da publicação sobre a construção institucional do MDS.	30/11/2010	R\$ 15.000,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Marco Antônio de Castilhos Acco	CPF: 560.050.089-00	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Os produtos pagos ao consultor foram aprovados pela Secretaria finalística (vide código do contrato) e atenderam ao estabelecido no termo de referência.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Gestão da Política de Segurança Alimentar, Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza.				914/BRA/3026	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade Produto					
Código do Contrato: SHS01466/2010			Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação		
Objetivo da consultoria: Organização de conteúdo, redação e edição de textos para a publicação Balanço Estratégico do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
18/10/2010	30/11/2010	R\$ 30.000,00	30.000,00R\$	R\$ 30.000,00	30.000,00R\$
Insumos Externos					
Não					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega		Valor
Documento técnico contendo o texto do terceiro capítulo da publicação sobre a construção e participação social nas políticas e			05/11/2010		R\$ 15.000,00

programas do MDS.		
Documento técnico contendo o texto do quarto capítulo da publicação sobre os principais resultados obtidos pelas políticas e programas do MDS e os desafios institucionais e de gestão que se apresentam para o futuro.	30/11/2010	15.000,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Marco Aurélio Weissheimer	CPF: 347.109.490-34	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: O produto pago à consultora foi aprovado pela Secretaria finalística (vide código do contrato) e atendeu ao estabelecido no termo de referência.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Gestão da Política de Segurança Alimentar, Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza.				914/BRA/3026	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade Produto					
Código do Contrato: SHS00289/2009			Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação		
Objetivo da consultoria: Avaliar o processo de implementação do ProJovem Adolescente - Serviço Socioeducativo.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
01/02/2009	24/07/2009	R\$ 40.000,00	R\$ 0,00	R\$ 18.000,00	R\$ 40.000,00
Insumos Externos					
Não					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico contendo a descrição do planejamento do trabalho de campo na Região Norte. Elaborar documento técnico contendo a descrição do planejamento do trabalho de campo na Região Norte.			12/03/2009	R\$ 7.000,00	

Documento parcial descritivo e analítico do trabalho de campo e sistematização dos dados relativos à coleta de dados realizada no município de grande porte/metrópole da Região Norte Elaborar documento parcial descritivo e analítico do trabalho de campo e sistematização dos dados relativos à coleta de dados realizada no município de grande porte/metrópole da Região Norte	12/04/2009	15.000,00
Documento técnico contendo relatório final descritivo e analítico do trabalho de campo para o conjunto dos municípios visitados na Região Norte contendo recomendações para o aprimoramento da implementação, além de apresentação oral para a equipe técnica do MDS. Elaborar documento técnico contendo relatório final descritivo e analítico do trabalho de campo para o conjunto dos municípios visitados na Região Norte contendo recomendações para o aprimoramento da implementação, além de apresentação oral para a equipe técnica do MDS	24/07/2009	18.000,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Marcos Luis Grams	CPF: 420.071.600-30	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Os produtos pagos ao consultor foram aprovados pela Secretaria finalística (vide código do contrato) e atenderam ao estabelecido no termo de referência.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Gestão da Política de Segurança Alimentar, Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza.				914/BRA/3026	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade Produto					
Código do Contrato: SHS00527/2010			Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação		
Objetivo da consultoria: Parecerista dos estudos acadêmicos inscritos para o Prêmio Rosani Cunha de Desenvolvimento Social.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
25/03/2010	16/04/2010	R\$ 3.000,00	R\$ 3.000,00	R\$ 2.100,00	R\$ 2.100,00
Insumos Externos					
Não					

Produtos Contratados		
Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Parecer técnico de avaliação realizada acerca de estudos analíticos acadêmicos inscritos no prêmio Rosani Cunha, pontuando-os, conforme metodologia descrita no Edital n. 1, que regulamenta o prêmio, datado de 19 de novembro de 2009 e publicado no Diário Oficial da União em 23 de novembro de 2009.	16/04/2010	R\$ 3.000,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Mari Aparecida Bortoli	CPF: 719.598.589-04	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato encerrado com valor a pagar. O produto pago à consultora foi aprovado pela Secretaria finalística (vide código do contrato) e atendeu ao estabelecido no termo de referência.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Gestão da Política de Segurança Alimentar, Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza.				914/BRA/3026	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade Produto					
Código do Contrato: SHS00525/2010			Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação		
Objetivo da consultoria: Parecerista dos estudos acadêmicos inscritos para o Prêmio Rosani Cunha de Desenvolvimento Social.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
25/03/2010	16/04/2010	R\$ 3.000,00	R\$ 3.000,00	R\$ 1.200,00	R\$ 1.200,00
Insumos Externos					
Não					
Produtos Contratados					
Descrição		Data prevista de		Valor	

	entrega	
Parecer técnico de avaliação realizada acerca de estudos analíticos acadêmicos inscritos no prêmio Rosani Cunha, pontuando-os, conforme metodologia descrita no Edital n. 1, que regulamenta o prêmio, datado de 19 de novembro de 2009 e publicado no Diário Oficial da União em 23 de novembro de 2009.	16/04/2010	3.000,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Maria Salete Kern Machado	CPF: 101.653.121-49	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato encerrado com valor a pagar. O produto pago à consultora foi aprovado pela Secretaria finalística (vide código do contrato) e atendeu ao estabelecido no termo de referência.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Gestão da Política de Segurança Alimentar, Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza.				914/BRA/3026	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade Produto					
Código do Contrato: SHS00524/2010			Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação		
Objetivo da consultoria: Sistematizar dados e informações para o monitoramento dos CRAS e do PAIF no processo de implantação dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e de implementação do Programa de Atenção Integral às Famílias (PAIF) pelos municípios nas regiões Sul e Sudeste.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
25/03/2010	16/04/2010	R\$ 3.000,00	R\$ 3.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 1.500,00
Insumos Externos					
Não					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega		Valor

Parecer técnico de avaliação realizada acerca de estudos analíticos acadêmicos inscritos no prêmio Rosani Cunha, pontuando-os, conforme metodologia descrita no Edital n. 1, que regulamenta o prêmio, datado de 19 de novembro de 2009 e publicado no Diário Oficial da União em 23 de novembro de 2009.	16/04/2010	R\$ 3.000,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Marília Soeiro de Souza Pastuk	CPF: 722.104.357-49	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato encerrado com valor a pagar. O produto pago à consultora foi aprovado pela Secretaria finalística (vide código do contrato) e atendeu ao estabelecido no termo de referência.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Gestão da Política de Segurança Alimentar, Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza.				914/BRA/3026	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade Produto					
Código do Contrato: SHS00523/2010			Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação		
Objetivo da consultoria: Parecerista dos estudos acadêmicos inscritos para o Prêmio Rosani Cunha de Desenvolvimento Social.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
25/03/2010	16/04/2010	R\$ 3.000,00	R\$ 3.000,00	R\$ 1.200,00	R\$ 1.200,00
Insumos Externos					
Não					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Parecer técnico de avaliação realizada acerca de estudos analíticos acadêmicos inscritos no prêmio Rosani Cunha, pontuando-os, conforme metodologia descrita no Edital n. 1, que regulamenta o prêmio, datado de 19 de novembro de 2009 e			16/04/2010	3.000,00	

publicado no Diário Oficial da União em 23 de novembro de 2009.		
Consultor contratado		
Nome do consultor: Neuma Figueiredo de Aguiar	CPF: 203.871.647-15	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato encerrado com valor a pagar. O produto pago à consultora foi aprovado pela Secretaria finalística (vide código do contrato) e atendeu ao estabelecido no termo de referência.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Gestão da Política de Segurança Alimentar, Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza.				914/BRA/3026	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade Produto					
Código do Contrato: SHS00522/2010			Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação		
Objetivo da consultoria: Parecerista dos estudos acadêmicos inscritos para o Prêmio Rosani Cunha de Desenvolvimento Social.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
25/03/2010	16/04/2010	R\$ 3.000,00	R\$ 3.000,00	R\$ 2.100,00	R\$ 2.100,00
Insumos Externos					
Não					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Parecer técnico de avaliação realizada acerca de estudos analíticos acadêmicos inscritos no prêmio Rosani Cunha, pontuando-os, conforme metodologia descrita no Edital n. 1, que regulamenta o prêmio, datado de 19 de novembro de 2009 e publicado no Diário Oficial da União em 23 de novembro de 2009.			16/04/2010	R\$ 3.000,00	

Consultor contratado	
Nome do consultor: Renata Rios	CPF: 091.654.767-19
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato encerrado com valor a pagar. O produto pago à consultora foi aprovado pela Secretaria finalística (vide código do contrato) e atendeu ao estabelecido no termo de referência.	

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Gestão da Política de Segurança Alimentar, Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza.				914/BRA/3026	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade Produto					
Código do Contrato: SHS00521/2010			Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação		
Objetivo da consultoria: Exercer a função de parecerista dos estudos acadêmicos inscritos para o Prêmio Rosani Cunha de Desenvolvimento Social.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
25/03/2010	16/04/2010	R\$ 3.000,00	R\$ 3.000,00	R\$ 1.200,00	R\$ 1.200,00
Insumos Externos					
Não					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega		Valor
Parecer técnico de avaliação realizada acerca de estudos analíticos acadêmicos inscritos no prêmio Rosani Cunha, pontuando-os, conforme metodologia descrita no Edital n. 1, que regulamenta o prêmio, datado de 19 de novembro de 2009 e publicado no Diário Oficial da União em 23 de novembro de 2009.			16/04/2010		R\$ 3.000,00
Consultor contratado					
Nome do consultor: Ricardo Andrés Cifuentes Silva				CPF: 260.398.788-78	

Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato encerrado com valor a pagar. O produto pago ao consultor foi aprovado pela Secretaria finalística (vide código do contrato) e atendeu ao estabelecido no termo de referência.

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização			Sigla		
Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura			UNESCO		
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Gestão da Política de Segurança Alimentar, Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza.				914/BRA/3026	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade Produto					
Código do Contrato: SHS00702/2009			Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação		
Objetivo da consultoria: Desenvolvimento (codificação) dos módulos cadastro de coletivos, cadastro de profissionais, cadastro de oficinas e atividades e emissão de certificado do sistema de gestão do programa PROJOVEM Adolescente do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, de acordo com os padrões e técnicas indicadas pela Coordenação Geral de Informática ó CGI do ministério em questão					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
06/03/2009	05/11/2009	R\$ 70.000,00	R\$ 0,00	R\$ 70.000,00	R\$ 70.000,00
Insumos Externos					
Não					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento Técnico A contendo os códigos fonte do desenvolvimento (em CD-ROM) do módulo de Cadastro de coletivos (incluir detalhes de coletivos, alterar detalhes dos coletivos) do SISJOVEM - Sistema de Gestão do Programa PROJOVEM Adolescente.			03/04/2009	R\$ 10.000,00	
Documento Técnico B contendo os códigos fonte do desenvolvimento (em CD-ROM) do módulo de Cadastro de profissionais (cadastro de profissionais, vinculação aos coletivos e vinculação de profissionais do CADSUAS) do SISJOVEM - Sistema de Gestão do Programa PROJOVEM Adolescente.			18/05/2009	R\$ 11.000,00	
Documento Técnico C contendo os códigos fonte do desenvolvimento (em CD-ROM) do módulo de Cadastro de oficinas e atividades			01/07/2009	R\$ 14.000,00	

(descrição da metodologia, cadastro das oficinas e das atividades) do SISJOVEM - Sistema de Gestão do Programa PROJOVEM Adolescente.		
Documento Técnico D contendo os códigos fonte do desenvolvimento (em CD-ROM) do módulo de Emissão de certificado (cadastro do projeto e emissão do certificado) do SISJOVEM - Sistema de Gestão do Programa PROJOVEM Adolescente.	17/07/2009	R\$ 9.000,00
Documento Técnico E contendo os códigos fontes do desenvolvimento das eventuais correções, não conformidades, existentes nos módulos já desenvolvidos do SISJOVEM - sistema de gestão do programa PROJOVEM adolescente.	28/09/2009	R\$ 16.000,00
Documento Técnico F contendo a especificação dos procedimentos de implantação dos módulos desenvolvidos e a documentação do código fonte, gerada por meio do JAVADOC e termo de aceite do trabalho, referentes ao SISJOVEM - sistema de gestão do programa PROJOVEM adolescente.	05/11/2009	R\$ 10.000,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Romeu Eduardo Kreutz	CPF: 446.871.760-20	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Os produtos pagos ao consultor foram aprovados pela Secretaria finalística (vide código do contrato) e atenderam ao estabelecido no termo de referência. Todos os produtos foram pagos após o fim do contrato.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização			Sigla		
Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura			UNESCO		
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Gestão da Política de Segurança Alimentar, Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza.				914/BRA/3026	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade Produto					
Código do Contrato: SHS00713/2009			Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação		
Objetivo da consultoria: Avaliação das atividades do segundo ciclo de capacitações do ProJovem Adolescente, inserindo e avaliando o Serviço no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
24/03/2009	28/12/2009	R\$ 64.000,00	R\$ 9.000,00	R\$ 9.000,00	R\$ 64.000,00

Insumos Externos		
Não		
Produtos Contratados		
Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico apresentando o levantamento das avaliações do primeiro ciclo de capacitações apontando as sugestões para o segundo ciclo.	13/04/2009	R\$ 14.000,00
Documento técnico apresentando o planejamento do segundo ciclo de capacitações contendo: estratégias, público alvo, proposta de cronograma e resultados esperados.	15/06/2009	R\$ 11.000,00
Documento técnico apresentando a formulação de um plano de monitoramento e avaliação das estratégias do segundo ciclo de capacitação contemplando mecanismos de aprimoramento de conteúdos, de estratégias, de recursos didáticos, e potencialidades.	21/08/2009	R\$ 12.000,00
Documento técnico contendo relato da execução da segunda etapa da capacitação nos 26 estados e no DF e avaliação do processo.	16/11/2009	R\$ 8.000,00
Documento técnico contendo avaliação da inserção do ProJovem Adolescente no SUAS com destaque para: articulação com os demais serviços de proteção social básica, recursos humanos disponíveis e necessários e capacidade de gestão de Estados e Municípios na sua implantação.	28/12/2009	R\$ 9.000,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Valdir Pereira Santos		CPF: 040.356.078-00
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Os produtos pagos ao consultor foram aprovados pela Secretaria finalística (vide código do contrato) e atenderam ao estabelecido no termo de referência.		

20.2 Análise crítica

Os consultores contratados no âmbito dos acordos de cooperação técnica internacional entre o MDS e as agências especializadas vinculadas à ONU têm contribuído com conhecimentos técnicos especializados inexistentes no quadro de servidores que compõem as equipes dos departamentos da SAGI, agregando conhecimentos específicos e complementares àqueles possuídos pela equipe multidisciplinar da Secretaria.

Na área de gestão da informação, diante da qualidade dos produtos alcançados, esse modelo de contratação representou uma economia de tempo e recursos financeiros, pois de outra forma não seria possível a rápida apropriação de metodologias e práticas com a mesma economicidade. Ainda na lógica da agregação e de transferência de tecnologia/conhecimento, a contratação de consultores na modalidade *produto* permitiu o desenvolvimento e aprimoramento de metodologias que serão utilizadas na implementação das ações do Departamento de Monitoramento, recém criado na nova estrutura do Ministério.

Ademais, os conhecimentos agregados pela atuação dos consultores têm contribuído para o bom desempenho das ações de capacitação e disseminação, além de enriquecer as pesquisas e estudos conduzidos pela SAGI, sobretudo, quando enfocados projetos recentemente implementados pelo Ministério ou que envolvem as temáticas de gênero e raça. De outro modo, a atuação dos consultores tem se voltado também para a consolidação das pesquisas e estudos desenvolvidos pela SAGI sobre programas e serviços socioassistenciais já consolidados. Os achados resultantes de avaliações sobre o PETI e o PAIF foram, por exemplo, sistematizados por consultores e convertidos em manuais operacionais e metodológicos direcionados aos gestores dessas ações. Em 2010, cumpre registrar ainda que a SAGI recorreu ao olhar externo de consultores para ajudá-la a refletir sobre a apropriação dos resultados de suas avaliações pelas secretarias finalísticas do MDS, clientes (*stakeholders*) prioritários desses esforços.

21. PARTE C, ITEM 30, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010.

Não há.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
SECRETARIA EXECUTIVA

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010

AGREGADO II

Unidade Jurisdicionada	SECRETARIA EXECUTIVA
<i>Agregadas</i>	Secretaria de Articulação para Inclusão Produtiva

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 108/2010, da Portaria TCU nº 277/2010 e das orientações do órgão de controle interno.

Consolidada	SECRETARIA EXECUTIVA
Agregadas	Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza

SUMÁRIO

ITEM 1 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27 DE OUTUBRO DE 2010.....	6
RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO E AGREGADO.....	6
2. PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010	10
2.1 Responsabilidades institucionais da unidade.....	10
2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais.....	15
2.3 Programas de Governo sob a responsabilidade da Unidade.....	22
2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro.....	27
3. PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010.	35
4. PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010	35
4.1 Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores.....	35
5. PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010.	37
5.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos.....	37
5.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas.....	39
5.3 Composição do Quadro de Estagiários.....	40
5.4 Quadro de custos de recursos humanos	40
5.5 Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	41
5.6 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos.....	42
6. PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010.	44
6.1 Transferências efetuadas no exercício.....	44
7. PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010.	51
7.1 Estrutura de controles internos da UJ.....	51
8. PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010.	54
8.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	54
9. PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU Nº107, DE 27/10/2010.	56
10. PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010.	57
10.1 Gestão de Tecnologia da Informação (TI).....	57
11. PARTE A, ITEM 14, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/ 10/2010.....	60
11.1 Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ.....	60
11.2 Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida.....	61
11.3 Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoa Jurídica e Física	61
11.4 Beneficiários da Contrapartida da Renúncia Tributária - Pessoas Físicas e Jurídica	63
11.5 Programas Orçamentários Financiados com Contrapartida de Renúncia de Receita Tributária	63
11.6 Prestações de Contas de Renúncia de Receitas.....	63
11.7 Comunicações à RFB	63
11.8 Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas.....	63
11.9 Declaração.....	63
12. PARTE A, ITEM 15, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010.	64
12.1 Deliberações do TCU atendidas no exercício	64
12.2 Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício	64
12.3 Recomendações do OCI atendidas no exercício	65
12.4 Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício.....	78
B. PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010 – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO	79

13.	PARTE B, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010.....	79
14.	PARTE B, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN N.º 107, DE 27/10/2010.	79
C.	PARTE C DO ANEXO II DA DN 107/2010 – CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS.....	80
15.	PARTE C, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010.....	80
16.	PARTE C, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010.....	80
17.	PARTE C, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010.....	80
18.	PARTE C, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010.....	80
19.	PARTE C, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010.....	80
20.	PARTE C, ITEM 16, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010.....	81
20.1	Contratação de consultores na modalidade “produto”, no âmbito dos projetos de cooperação técnica com organismos internacionais.....	81
	Análise Crítica.....	96
21.	PARTE C, ITEM 30, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010.....	97

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – A.1.4 - IDENTIFICAÇÃO – RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO E AGREGADO	6
QUADRO 2 – A.2.1 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO	23
QUADRO 3 - A.2.2 - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ	23
QUADRO 4 - A.2.3 - IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	27
QUADRO 5 - A.2.4 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES	27
QUADRO 6 - A.2.5 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CAPITAL.....	27
QUADRO 7 - A.2.6 - QUADRO RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS.....	27
QUADRO 8 - A.2.7 - MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA.....	28
QUADRO 9 - A.2.8 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ	29
QUADRO 10 - A.2.9 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ .	29
QUADRO 11 - A.2.10 - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ	29
QUADRO 12 - A.2.11 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO	30
QUADRO 13 - A.2.12 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO	31
QUADRO 14 - A.2.13 - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO	32
QUADRO 15 - A.4.1 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	35
QUADRO 16 - A.5.1 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010	37
QUADRO 17 - A.5.2 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS POR FAIXA ETÁRIA - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010	38
QUADRO 18 - A.5.3 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS POR FAIXA ETÁRIA - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010	38
QUADRO 19 - A.5.4 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010	39
QUADRO 20 - A.5.5 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010	39
QUADRO 21 - A.5.6 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS.....	40
QUADRO 22 - A.5.7 - QUADRO DE CUSTOS DE RECURSOS HUMANOS NOS EXERCÍCIOS DE 2008, 2009 E 2010.....	40

QUADRO 23 - A.5.8 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA.....	41
QUADRO 24 - A.5.9 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA.....	41
QUADRO 25 - A.5.10 - DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL CONTRATADO MEDIANTE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA	41
QUADRO 26 - A.6.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	44
QUADRO 27 - A.6.2 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS	48
QUADRO 28 - A.6.3 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA QUE VIGERÃO EM 2011 E EXERCÍCIOS SEGUINTE.....	49
QUADRO 29 - A.6.4 – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO E DE CONTRATOS DE REPASSE.	50
QUADRO 30 - A.6.5 - VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE	50
QUADRO 31 - A.10.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS.....	54
QUADRO 32 - A.12.1 – GESTÃO DE TI DA UJ	57
QUADRO 33 - A.14.3 - CONTRIBUINTES BENEFICIADOS PELA RENÚNCIA – PESSOAS FÍSICAS.....	61
QUADRO 34 - A.14.4 - CONTRIBUINTES BENEFICIADOS PELA RENÚNCIA – PESSOAS JURÍDICAS	61
QUADRO 35 - A.15.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO	64
QUADRO 36 - A.15.3 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI	65
QUADRO 37 - C.16.1 - CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS	81

Item 1 da Parte A do Anexo II da DN TCU nº 107, de 27 de outubro de 2010.

Relatório de Gestão Consolidado e Agregado

Quadro 82 ó A.1.4 - IDENTIFICAÇÃO ó RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO E AGREGADO

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação ou Supervisão: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome		Código SIORG: 001945	
Identificação da Unidade Jurisdicionada consolidadora e agregadora			
Denominação completa: Secretaria Executiva			
Denominação abreviada: SE			
Código SIORG: 001945	Código na LOA: 55101	Código SIAFI: 550003	
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Administração Pública em Geral		Código CNAE: 8411-6	
Telefones/Fax de contato:	(061) 3433-1087	(061) 3433-1088	(061) 3433-2911
Endereço eletrônico: secretaria.executiva@mds.gov.br			
Página da Internet: http://www.mds.gov.br			
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios, Bloco "C", 6º Andar, Sala 600, CEP – 70.046-900 – Brasília (DF)			
Identificação das Unidades Jurisdicionadas consolidadas			
Nome	Situação	Código SIORG	
Subsecretaria de Planejamento e Orçamento	ativa	-	
Subsecretaria de Assuntos Administrativos	ativa	-	
Diretoria de Tecnologia da Informação	ativa	-	
Diretoria de Programas	ativa	-	
Ouvidoria	ativa	-	

Corregedoria		ativa	-
Identificação das Unidades Jurisdicionadas agregadas			
Número de Ordem: 2			
Denominação completa: Secretaria de Articulação para Inclusão Produtiva			
Denominação abreviada: SAIP			
Código SIORG: -	Código na LOA: -	Código SIAFI: 550009	
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Administração Pública em Geral		Código CNAE: 8411-6	
Telefones/Fax de contato:	(061) 3433-1503	(061) 3433-1504	(061) 3433-1650
Endereço eletrônico: anamaria.fonseca@mds.gov.br			
Página da Internet: http://www.mds.gov.br/saip/			
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios, Bloco "A", 4º Andar, Sala 442, CEP – 70.054-900 – Brasília (DF)			
Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas			
LEI Nº 10.683, de 28 de Maio de 2003 (DOU 28.05.2003): Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências;			
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 163, de 23 de Janeiro de 2004 (Convertida na Lei Nº 10.869, de 13.5.2004) (DOU 23.01.2004): Altera a Lei Nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências;			
LEI Nº 10.869, de 13 de Maio de 2004 (DOU 14.05.2004): Altera a Lei Nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências;			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas			
DECRETO Nº 5.074, de 13 de Maio de 2004 (DOU 12.05.2004, republicado DOU 14.05.2004): Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e dá outras providências;			

DECRETO Nº 5.550, de 22 de Setembro de 2005 (Revoga o Dec. 5.074/2004) (DOU 23.09.2005): Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e dá outras providências;

DECRETO Nº 7.079, de 26 de Janeiro de 2010 (Revoga o Dec. 5.550/2005) (DOU 27.01.2010): Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e dá outras providências;

PORTARIA MDS Nº 416, de 12 de agosto de 2005 (DOU 15.08.2005): Aprovar o Regimento Interno do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

PORTARIA MDS Nº 330, de 11 de outubro de 2006 (DOU 13.10.2006): Aprovar o Regimento Interno do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas

GUIA DE POLÍTICAS E PROGRAMAS DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME: <http://www.mds.gov.br/portalfederativo/>

PROGRAMA FOME ZERO: <http://www.fomezero.gov.br/>

Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas

Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas

A UG Executora Secretária de Articulação para Inclusão Produtiva está classificada no SIAFI com o código 550009. No exercício de 2010 a ação orçamentária sob a responsabilidade desta Secretária foi executada, também pelas Unidades Gestoras, listadas a seguir:

Código SIAFI	Nome
135326	Unidade Estoque Estratégico/SP
135461	CONAB Sede Sureg. Rondônia
158092	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
440040	Secretaria Extrativismo Desenv. Rural Sustentável
550002	Setorial de Orçamento E Finanças/MDS
550009	Secretaria de Articulação para Inclusão Produtiva
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Código SIAFI	Nome

00001	<i>Tesouro Nacional</i>	
22211	<i>Companhia Nacional de Abastecimento</i>	
26351	<i>Universidade Federal do Recôncavo da Bahia</i>	
<i>Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões</i>		
	<i>Código SIAFI da Unidade Gestora</i>	<i>Código SIAFI da Gestão</i>
	<i>135326</i>	<i>22211</i>
	<i>135461</i>	<i>22211</i>
	<i>158092</i>	<i>26351</i>
	<i>440040</i>	<i>00001</i>
	<i>550002</i>	<i>00001</i>
	<i>550009</i>	<i>00001</i>

2. PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010

2.1 Responsabilidades institucionais da unidade

Competência Institucional

Em 2010 foi aprovada a nova estrutura regimental do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome pelo Decreto nº 7.079, de 26 de Janeiro de 2010. Este Decreto cria a Secretaria de Articulação para Inclusão Produtiva que assume as funções e a estrutura da antiga Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias. Cabe destacar que desde 2007 a antiga secretaria centrava a sua atuação na inclusão produtiva de beneficiários dos programas do MDS.

Segundo o artigo 31 deste Decreto compete à Secretaria de Articulação para Inclusão Produtiva:

- I - fomentar, planejar, executar e acompanhar projetos de inclusão produtiva para o público beneficiário dos programas do Ministério, em articulação com as suas demais unidades;
- II - apoiar, assistir e acompanhar a implementação e consolidação de projetos de inclusão produtiva, no âmbito do Compromisso Nacional pelo Desenvolvimento Social, estabelecido pelo Decreto nº 6.393, de 12 de março de 2008;
- III - manter estreita cooperação com as demais Secretarias do Ministério, com o objetivo de expandir e otimizar as ações de inclusão produtiva;
- IV - fomentar projetos de inclusão produtiva, promovendo o protagonismo e cooperação do público beneficiário dos programas do Ministério e suas organizações;
- V - estimular a participação social no planejamento, implementação e acompanhamento dos projetos de inclusão produtiva apoiados pelo Ministério;
- VI - contribuir com outros órgãos do governo federal na formulação de projetos e atividades de inclusão produtiva;
- VII - planejar e apoiar, juntamente com governos estaduais, do Distrito Federal e municipais, entidades da sociedade civil e da iniciativa privada a implementação de ações que promovam a inclusão produtiva dos beneficiários das políticas do Ministério;
- VIII - identificar e aproveitar oportunidades geradas por grandes investimentos e financiamentos públicos que contribuam para a inclusão produtiva dos beneficiários dos programas do Ministério;
- IX - articular apoio aos empreendimentos produtivos de segmentos e comunidades sociais, em situação de particular vulnerabilidade social;
- X - articular parcerias com a iniciativa privada visando à inclusão produtiva do público beneficiário dos programas do Ministério;
- XI - estabelecer diretrizes, em consonância com os demais órgãos do Ministério, e proceder ao recebimento e destinação dos bens doados e destinados à Estratégia Fome Zero; e
- XII - subsidiar a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação na elaboração de indicadores de desempenho, para desenvolver o monitoramento e avaliação dos projetos de inclusão produtiva.

Objetivos estratégicos

A Secretaria de Articulação para a Inclusão Produtiva - SAIP atua na ampliação, qualificação e implementação de ações integradas com outros órgãos do governo federal, governos estaduais, bem como junto ao setor empresarial e a organizações da sociedade civil visando à inclusão produtiva de beneficiários dos programas sociais do MDS.

Para tanto, a SAIP, no ano de 2010, estabeleceu os seguintes objetivos:

- Elaborar proposta da Política Nacional de Inclusão Produtiva de beneficiários das políticas do MDS e no exercício de 2010 foi elaborada a minuta desta política que foi disponibilizada para discussão no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Social;
- Normatizar o fluxo de doações para a Estratégia Fome Zero visando à inclusão produtiva, onde podemos ressaltar a elaboração do Termo de Cooperação firmado com a Companhia Nacional de Abastecimento ó CONAB, para assegurar a logística das operações com doações;
- Estreitar parcerias institucionais para potencializar as doações à Estratégia Fome Zero, com resultados na consecução de doações de semoventes, madeiras e grãos por parte do MMA e de itens de vestuário, ferramentas e outros por parte da Receita Federal;
- incrementar a interlocução com governos estaduais visando o cumprimento do Compromisso Nacional pelo Desenvolvimento Social, onde ocorreu a elaboração de mais dois convênios com Estados da Federação;
- qualificar os beneficiários dos programas sociais do MDS para o mercado de trabalho, em ações ocorridas por meio da ação direta do MDS por meio de convênios com entidades não governamentais e por meio de ações de promoção à essa qualificação, como no caso do Próximo Passo, Projeto Acreditar e reforço escolar do PROMINP;
- formular projetos de inclusão produtiva articuladamente com outros órgãos do Governo Federal, onde foi possível a elaboração do termo de cooperação com o MMA, com a descentralização de crédito para ações junto ao público do CadÚnico em municípios abrangidos pela operação arco verde.

Ações da SAIP no ano de 2010.

A Secretaria de Articulação para Inclusão Produtiva (SAIP), criada em janeiro de 2010 formulou e desenvolveu estratégias e ações visando ampliar as oportunidades de trabalho digno para populações em situação de vulnerabilidade econômica e social, em especial para beneficiários dos programas sociais do MDS. A Secretaria elaborou uma estratégia de atuação que englobou seis eixos: elaboração das bases de uma Política Nacional de Inclusão Produtiva; implementação e fortalecimento do Compromisso Nacional pelo Desenvolvimento Social; apoio a projetos de inclusão produtiva desenvolvidos por entidades sem fins lucrativos; estímulo a emendas parlamentares para projetos de inclusão produtiva; doações de bens e mercadorias para estímulo a Estratégia Fome Zero; e ações de apoio a catadores de materiais recicláveis.

Em relação ao primeiro eixo, a SAIP desenvolveu uma plataforma de trabalho para gerar novas idéias sobre o conceito de inclusão produtiva. Nessa direção uma alteração formal de suas atribuições foi aprovada, resultando na criação do Departamento de Prospecção para Inclusão Produtiva (DPIP) que lançou as bases de uma proposta de Política Nacional de Inclusão Produtiva.

A Secretaria elaborou levantamentos, diagnóstico e estudos que resultaram em um anteprojeto de lei prevendo a criação da Política Nacional de Inclusão Produtiva ó PNIP. Este anteprojeto está em discussão no governo, a partir de uma iniciativa do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Destina-se a apoiar um ambiente favorável à preparação para o mundo do trabalho de pessoas em situação de vulnerabilidade social e com baixos níveis de renda e de escolaridade, identificados no CadÚnico. Nele estão propostos conceitos, princípios e diretrizes para a inclusão produtiva, a formalização de novas relações de produção voltadas para empreendimentos hoje informais, a instituição do Sistema Nacional de Inclusão Tecnológica e Extensão Urbana (SINTEUR), a montagem de linhas de crédito para empreendimentos que comprovadamente promovam a inclusão produtiva.

O objetivo do projeto é o de intensificar o virtuoso processo de redução da pobreza e das desigualdades sociais aberto pelos programas de transferência de renda, adotando medidas que potencializem a incorporação de mais brasileiros à produção de bens e serviços e, portanto, à renda monetária duradoura fruto do trabalho. O projeto é orientado para dinamizar um processo econômico e social que conduza à formação de cidadãos, integrados ao mundo através do trabalho e que proporcione autonomia para as pessoas sobreviverem de maneira digna e sustentável.

A Política Nacional de Inclusão Produtiva (PNIP) busca superar as principais dificuldades que os trabalhadores não assalariados enfrentam em uma economia de mercado com as características da brasileira. Ela busca criar soluções para aqueles que produzem bens e serviços autonomamente, enfrentando, todos os dias, a inexistência de um serviço de inclusão tecnológica, a falta de assistência técnica e extensão urbana capaz de lidar com as especificidades dos empreendimentos produtivos dos setores populares, a insuficiência de linhas de financiamento apropriadas, obstáculos para o acesso aos mercados e às compras públicas, entre outros.

Um dos vetores propostos de atuação do PNIP é o aproveitamento do novo ciclo de investimentos públicos e privados de grande porte em curso no País nos setores de infra-estrutura, transportes e energéticos com fortes impactos territoriais. O novo ciclo vem sendo promovido pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o Programa Minha Casa, Minha Vida, entre outros. A implantação desses projetos, requer articulação, planejamento e ação multissetorial, que aproveite plenamente o potencial de inclusão produtiva do público do CadÚnico, associado a um processo de dinamização do território. O governo federal precisa tornar mais potentes metodologias para a atuação multissetorial em coordenação com as demais esferas de governo - estaduais e municipais. Como exemplos de ações em curso que aproveitam as oportunidades de inclusão produtiva gerada pelos grandes investimentos cabe citar o Programa Próximo Passo e o reforço escolar para beneficiários de políticas sociais.

O Próximo Passo é uma ação de qualificação e de inserção profissional voltada para os beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF), realizada pelo Governo Federal ó por meio dos ministérios do Trabalho e Emprego (MTE) responsável pelas ações de qualificação profissional; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), responsável pela mobilização dos beneficiários, e Turismo (MTur); com apoio da Casa Civil ó em parceria com estados, municípios, empresários e trabalhadores. Trata-se de uma ação complementar ao Bolsa Família que busca gerar oportunidades de inserção profissional, para os titulares e dependentes, nos setores da economia de maior crescimento.

Em 2009 e 2010, foram oferecidos cursos nos setores da construção civil, impulsionados pelas obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e Minha Casa, Minha Vida, e do turismo, em decorrência dos investimentos realizados para a Copa de 2014 e para as Olimpíadas de 2016. Na construção civil, o Programa beneficia famílias em todas as regiões metropolitanas. No setor de turismo, são atendidos beneficiários de 22 capitais brasileiras.

Desde 2009, 154.770 mil vagas foram ofertadas, 95.466 por meio de convênios firmados com entidades privadas sem fins lucrativos, portanto, com execução direta pelo Governo Federal ó Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). As outras 59.304 mil vagas referem-se à execução descentralizada por meio de parcerias entre MTE, estados e municípios, com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Das 154.770 vagas conveniadas, 79.324 foram preenchidas com alunos em sala de aula ou formados por todo o Brasil.

Ainda na área de qualificação profissional, também merece destaque o reforço escolar promovido para beneficiários de programas sociais visando ao 5º Ciclo do Plano Nacional de Qualificação do Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás ó Prominp. O processo seletivo para este ciclo foi realizado em outubro de 2010 e selecionou 27.915 pessoas que serão qualificadas para este setor em 2011. O MDS, em parceria com a Petrobras, SESI, MEC, governos estaduais (BA, CE, ES, PE e RJ) e Prefeituras (Mossoró/RN e São Luís/MA), apoiou cursos de reforço escolar para cerca de 30 mil alunos. Aproximadamente 20.000 pessoas solicitaram isenção do pagamento da taxa visando concorrer às vagas oferecidas. Em 2011 está prevista a ampliação deste reforço escolar para todos os Estados nos quais está programada a realização do 6º Ciclo do Plano Nacional de Qualificação do Prominp.

O segundo eixo da estratégia de atuação da secretaria foi o fortalecimento da integração de ações conjuntas com governos estaduais visando a inclusão produtiva de beneficiários de programas sociais do MDS. Foram priorizados os governos estaduais que aderiram ao Compromisso Nacional pelo Desenvolvimento Social, instituído pelo Decreto nº 6.393, de 12 de março de 2008 que tem como uma de suas metas a inclusão produtiva e estabelecida nos artigos 2º e artigo 3º, verbis:

õArt. 2º O Compromisso Nacional tem como objetivo a conjugação de esforços entre a União, os Estados e o Distrito Federal para pactuar metas de desenvolvimento social e combate à fome, direcionadas à inclusão social e promoção da cidadania.

Parágrafo único. O Compromisso Nacional perseguirá as seguintes metas:

...

...

III - inclusão produtiva; e

õ3º No âmbito do Compromisso Nacional caberá:

I ó à União oferecer aos Estados e ao Distrito Federal fornecer apoio técnico e financeiro ou mecanismos de incentivo para o cumprimento das metas definidas no parágrafo único do artigo 2º, especialmente para:

...

g. implementação de políticas que promovam oportunidades de trabalho e renda nos meios urbano e rural.õ

Para atingir este objetivo, a Secretaria formalizou convênios com governos estaduais. Até novembro de 2010, 25 estados, e o Distrito Federal, aderiram a esse Compromisso. Foram celebrados convênios com nove unidades da Federação visando à execução de projetos de inclusão produtiva,

nos quais foram aprovados recursos na ordem de R\$ 139.655.730,26 para atender projetos com vigência de até três anos.

O compromisso com o desenvolvimento social e a inclusão produtiva é compartilhado também por universidades federais e institutos federais de educação, ciência e tecnologia. A proposta de articulação com a Rede de Ensino Federal foca-se no desenvolvimento de projetos de inclusão produtiva, por meio das linhas de extensão, cujas ações têm como público os beneficiários das políticas sociais e como estratégia o apoio técnico às ações de inclusão produtiva já desenvolvidas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome ó MDS em parceria com os Estados conveniados ao Compromisso Nacional pelo Desenvolvimento Social.

Nesse contexto, a SAIP firmou Termo de Cooperação Técnica com a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), descentralizando R\$ 36.670,48 para a execução de ações direcionadas à inclusão produtiva de agricultores familiares produtores de sisal na região semi-árida do Estado da Bahia, no total de 500 beneficiários inscritos no Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo. Houve dificuldades para a formalização de Termos de Cooperação Técnica com outras universidades e institutos federais.

O terceiro eixo de atuação da secretaria foi o apoio a entidades da sociedade civil que desenvolvessem ações de inclusão produtiva. Em 2009 foram formalizados quatro convênios com organizações não governamentais (ONGs) para o desenvolvimento de ações de capacitação e qualificação profissional com vistas à inserção no mercado de trabalho e/ou à formação de empreendimentos econômicos produtivos.

Os projetos têm por objetivo a inclusão sócio-produtiva de 2.380 jovens nos municípios do Rio de Janeiro e São Paulo, além do Distrito Federal, e serão executados pelas seguintes entidades: Instituto de Tecnologia Social - ITS, Centro de Atendimento ao Trabalhador - CEAT, Instituto de Qualidade de Vida - IQUAVI (Convênio nº 005/2009) e Ação Comunitária do Brasil - ACB (Convênio nº 001/2009). Os recursos destinados para essas entidades totalizam R\$ 6.312.414,98.

O quarto eixo de atuação foi o apoio a ações de inclusão produtiva financiadas a partir de emendas parlamentares. Na LOA/2010 foram aprovados recursos, no valor total de R\$ 12.384.000,00, referentes a 34 emendas parlamentares apresentadas para a Ação 4963 ó Promoção da Inclusão Produtiva. Através de comunicação oficial dos parlamentares ao MDS, 68 entes públicos e privados foram indicados como beneficiários das emendas, mas apenas 67 enviaram propostas para a análise da área técnica da SAIP.

Ao final do exercício, após o atendimento dos ajustes solicitados pela SAIP e diante das limitações orçamentárias impostas, 36 convênios foram empenhados, no valor de R\$ 7.299.769,58 (sete milhões, duzentos e noventa e nove mil, setecentos e sessenta e nove reais e cinquenta e oito centavos), representando 58% do montante originalmente aprovado na LOA/2010. No entanto, somente R\$ 710.000,00 (setecentos e dez mil reais) foram pagos, representando 5 convênios e 9% do valor total empenhado, beneficiando os seguintes entes: Prefeitura de Caiçara/RS = R\$ 100.000,00; Prefeitura de Guarantã do Norte/MT = R\$ 150.000,00; Prefeitura de Pompéu/MG = R\$ 110.000,00; Prefeitura de Riozinho/RS = R\$ 150.000,00; e Fazenda Esperança/PE = R\$ 200.000,00.

O gerenciamento de doações à Estratégia Fome Zero constituiu outro eixo de atuação da SAIP. A Estratégia Fome Zero, coordenada pelo MDS, atendeu no último ano com doações de vestuário e alimento, todos os municípios nos estados de Pernambuco e Alagoas atingidos pelas enchentes. Outra ação já realizada refere-se à destinação de bovinos resultantes da apreensão pelo ICMBio de 341 semoventes do interior da Reserva Extrativista do rio Xingu, no Município de Altamira, no Estado do Pará. Em virtude da necessidade de destinação urgente, os semoventes foram repassados a Secretaria de Desenvolvimento Social do estado do Pará para execução de projetos de segurança

alimentar, direcionados a agricultores familiares e comunidades tradicionais, especialmente quilombolas, passíveis de enquadramento nos programas sociais.

Cabe destacar ainda as doações eventuais ao Fome Zero, que ocorrem de forma voluntária, por pessoas físicas ou jurídicas, visando beneficiar entidades e/ou comunidades em situação de vulnerabilidade. O valor aproximado das doações efetuadas de 2003 a 2010, de acordo com as prestações de contas finalizadas, chega a R\$ 43 milhões.

Durante o exercício de 2010 foi repassado o montante de R\$1.000.000,00 por meio de descentralização de crédito (Termo de Cooperação) para o Ministério do Meio Ambiente. O Termo de Cooperação foi desenhado de modo que o recurso repassado para o MMA financie projetos de Inclusão Produtiva em municípios que são abrangidos pela Operação Arco Verde (foram selecionados 04 municípios, Tailândia, Paragominas, Marabá e Juína). Houve a execução de R\$750.000,00.

Também durante o exercício foi elaborado Termo de Cooperação com a Conab visando buscar o ressarcimento da participação da empresa na execução das ações de cunho logístico e outras relacionadas à realização de leilões de mercadorias doadas à estratégia Fome Zero. Do montante de recursos previstos para esta ação (R\$ 12.213.000,00) foram repassados R\$ 690.781,68 por meio de descentralização de crédito. Este acordo foi estabelecido para ser executado em dois anos (2010 e 2011) e houve a execução de R\$ 36.500,00.

Outro eixo de atuação é a inclusão social dos catadores de materiais recicláveis. Foram implementados projetos para a melhoria do processo de trabalho dos catadores. Em 2009, foram disponibilizados recursos na ordem de R\$ 2 milhões para projetos de apoio à organização dos catadores, por meio de projeto de cooperação junto à UNESCO e executado pelo Instituto PANGEA, visando ao fortalecimento institucional da categoria e estudos relacionados ao custo da coleta seletiva realizada pelos diferentes atores públicos e privados. O projeto, que se encerrou em dezembro 2010, visa à instalação de 27 Centros de Referência para conexão dos catadores com o mundo da informação, além de mobilizar, articular e capacitar 1.200 catadores em todo país.

Destaca-se também a parceria do MDS com o BNDES para o fortalecimento da cadeia produtiva da reciclagem em 5 estados, com a previsão do aporte de R\$ 8 milhões em investimentos por meio do Compromisso Nacional pelo Desenvolvimento Social, para contemplação de projetos de inclusão produtiva e articulação de redes de comercialização nas associações e cooperativas de catadores.

Outro projeto em destaque é o denominado "Integração Socioeconômica dos Catadores de Materiais Recicláveis" (CATAÇÃO), que visa à inserção econômica da população em situação de vulnerabilidade e melhorar a geração de renda dos catadores e famílias. O CATAÇÃO, que beneficia 12 mil famílias das regiões metropolitanas de Belém, Recife, Distrito Federal, Salvador e Aracaju, conta com investimento de US\$ 7,9 milhões.

2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais

A Secretaria de Articulação para Inclusão Produtiva (SAIP), criada em janeiro de 2010 formulou e desenvolveu estratégias e ações visando ampliar as oportunidades de trabalho digno para populações em situação de vulnerabilidade econômica e social, em especial para beneficiários dos programas sociais do MDS. A Secretaria elaborou uma estratégia de atuação que englobou seis eixos: elaboração das bases de uma Política Nacional de Inclusão Produtiva; implementação e fortalecimento do Compromisso Nacional pelo Desenvolvimento Social; apoio a projetos de inclusão produtiva desenvolvidos por entidades sem fins lucrativos; estímulo a emendas

parlamentares para projetos de inclusão produtiva; doações de bens e mercadorias para estímulo a Estratégia Fome Zero; e ações de apoio a catadores de materiais recicláveis.

Em relação ao primeiro eixo, a SAIP desenvolveu uma plataforma de trabalho para gerar novas idéias sobre o conceito de inclusão produtiva. Nessa direção uma alteração formal de suas atribuições foi aprovada, resultando na criação do Departamento de Prospecção para Inclusão Produtiva (DPIP) que lançou as bases de uma proposta de Política Nacional de Inclusão Produtiva.

A Secretaria elaborou levantamentos, diagnóstico e estudos que resultaram em um anteprojeto de lei prevendo a criação da Política Nacional de Inclusão Produtiva ó PNIP. Este anteprojeto está em discussão no governo, a partir de uma iniciativa do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Destina-se a apoiar um ambiente favorável à preparação para o mundo do trabalho de pessoas em situação de vulnerabilidade social e com baixos níveis de renda e de escolaridade, identificados no CadÚnico. Nele estão propostos conceitos, princípios e diretrizes para a inclusão produtiva, a formalização de novas relações de produção voltadas para empreendimentos hoje informais, a instituição do Sistema Nacional de Inclusão Tecnológica e Extensão Urbana (SINTEUR), a montagem de linhas de crédito para empreendimentos que comprovadamente promovam a inclusão produtiva.

O objetivo do projeto é o de intensificar o virtuoso processo de redução da pobreza e das desigualdades sociais aberto pelos programas de transferência de renda, adotando medidas que potencializem a incorporação de mais brasileiros à produção de bens e serviços e, portanto, à renda monetária duradoura fruto do trabalho. O projeto é orientado para dinamizar um processo econômico e social que conduza à formação de cidadãos, integrados ao mundo através do trabalho e que proporcione autonomia para as pessoas sobreviverem de maneira digna e sustentável.

A Política Nacional de Inclusão Produtiva (PNIP) busca superar as principais dificuldades que os trabalhadores não assalariados enfrentam em uma economia de mercado com as características da brasileira. Ela busca criar soluções para aqueles que produzem bens e serviços autonomamente, enfrentando, todos os dias, a inexistência de um serviço de inclusão tecnológica, a falta de assistência técnica e extensão urbana capaz de lidar com as especificidades dos empreendimentos produtivos dos setores populares, a insuficiência de linhas de financiamento apropriadas, obstáculos para o acesso aos mercados e às compras públicas, entre outros.

Um dos vetores propostos de atuação do PNIP é o aproveitamento do novo ciclo de investimentos públicos e privados de grande porte em curso no País nos setores de infra-estrutura, transportes e energéticos com fortes impactos territoriais. O novo ciclo vem sendo promovido pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o Programa Minha Casa, Minha Vida, entre outros. A implantação desses projetos, requer articulação, planejamento e ação multissetorial, que aproveite plenamente o potencial de inclusão produtiva do público do CadÚnico, associado a um processo de dinamização do território. O governo federal precisa tornar mais potentes metodologias para a atuação multissetorial em coordenação com as demais esferas de governo - estaduais e municipais. Como exemplos de ações em curso que aproveitam as oportunidades de inclusão produtiva gerada pelos grandes investimentos cabe citar o Programa Próximo Passo e o reforço escolar para beneficiários de políticas sociais.

O Próximo Passo é uma ação de qualificação e de inserção profissional voltada para os beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF), realizada pelo Governo Federal ó por meio dos ministérios do Trabalho e Emprego (MTE) responsável pelas ações de qualificação profissional; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), responsável pela mobilização dos beneficiários, e Turismo (MTur); com apoio da Casa Civil ó em parceria com estados, municípios, empresários e trabalhadores. Trata-se de uma ação complementar ao Bolsa Família que

busca gerar oportunidades de inserção profissional, para os titulares e dependentes, nos setores da economia de maior crescimento.

Em 2009 e 2010, foram oferecidos cursos nos setores da construção civil, impulsionados pelas obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e Minha Casa, Minha Vida, e do turismo, em decorrência dos investimentos realizados para a Copa de 2014 e para as Olimpíadas de 2016. Na construção civil, o Programa beneficia famílias em todas as regiões metropolitanas. No setor de turismo, são atendidos beneficiários de 22 capitais brasileiras.

Desde 2009, 154.770 mil vagas foram ofertadas, 95.466 por meio de convênios firmados com entidades privadas sem fins lucrativos, portanto, com execução direta pelo Governo Federal ó Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). As outras 59.304 mil vagas referem-se à execução descentralizada por meio de parcerias entre MTE, estados e municípios, com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Das 154.770 vagas conveniadas, 79.324 foram preenchidas com alunos em sala de aula ou formados por todo o Brasil.

Ainda na área de qualificação profissional, também merece destaque o reforço escolar promovido para beneficiários de programas sociais visando ao 5º Ciclo do Plano Nacional de Qualificação do Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás ó Prominp. O processo seletivo para este ciclo foi realizado em outubro de 2010 e selecionou 27.915 pessoas que serão qualificadas para este setor em 2011. O MDS, em parceria com a Petrobras, SESI, MEC, governos estaduais (BA, CE, ES, PE e RJ) e Prefeituras (Mossoró/RN e São Luís/MA), apoiou cursos de reforço escolar para cerca de 30 mil alunos. Aproximadamente 20.000 pessoas solicitaram isenção do pagamento da taxa visando concorrer às vagas oferecidas. Em 2011 está prevista a ampliação deste reforço escolar para todos os Estados nos quais está programada a realização do 6º Ciclo do Plano Nacional de Qualificação do Prominp.

O segundo eixo da estratégia de atuação da secretaria foi o fortalecimento da integração de ações conjuntas com governos estaduais visando a inclusão produtiva de beneficiários de programas sociais do MDS. Foram priorizados os governos estaduais que aderiram ao Compromisso Nacional pelo Desenvolvimento Social, instituído pelo Decreto nº 6.393, de 12 de março de 2008 que tem como uma de suas metas a inclusão produtiva e estabelecida nos artigos 2º e artigo 3º, verbis:

Art. 2º O Compromisso Nacional tem como objetivo a conjugação de esforços entre a União, os Estados e o Distrito Federal para pactuar metas de desenvolvimento social e combate à fome, direcionadas à inclusão social e promoção da cidadania.

Parágrafo único. O Compromisso Nacional perseguirá as seguintes metas:

...

...

III - inclusão produtiva; e

3º No âmbito do Compromisso Nacional caberá:

I ó à União oferecer aos Estados e ao Distrito Federal fornecer apoio técnico e financeiro ou mecanismos de incentivo para o cumprimento das metas definidas no parágrafo único do artigo 2º, especialmente para:

...

g. implementação de políticas que promovam oportunidades de trabalho e renda nos meios urbano e rural.ö

Até dezembro de 2010, 25 estados e o Distrito Federal aderiram ao Compromisso Nacional pelo Desenvolvimento Social ó CNDS, delegando a diferentes Secretarias de Governo, a

responsabilidade de participar das negociações com o MDS, restando apenas o estado do Amazonas. Vale ressaltar que a SAIP, em duas oportunidades, instou autoridades do estado à adesão.

A seguir, a lista dos Estados que aderiram ao CNDS, contendo a referência aos Ofícios de adesão bem como a indicação do Interlocutor designado:

Adesão ao Compromisso Nacional pelo Desenvolvimento Social (Ofício Circular nº. 22/GM/MDS, de 27 de junho de 2008, enviado aos 27 Governadores)

	Expediente	Data de envio	Remetente	Cargo	Interlocutor designado - Cargo
AC	OFÍCIO/GC/Nº. 354	27/08/2008	Edson Américo Mancini	Chefe do Gabinete Civil	Secretário Adjunto da Secretaria do Governo do Gabinete do Governador
AL	OG nº. 200/08.01.1	20/08/2008	Teotônio Vilela Filho	Governador	Secretária Estadual da Assistência Social
AP	Ofício nº. 291/CA	22/08/2008	Artur de Jesus Barbosa Sotão	Chefe Adjunto de Gabinete do Governador	Secretária Adjunta Estadual da Inclusão e Mobilização Social
BA	Ofício nº. 116/2008-GE	11/08/2008	Jaques Wagner	Governador	Secretário Estadual de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza
					Secretário Estadual de Desenvolvimento e Integração Regional
CE	OFÍCIO GG-Nº. 182/08	29/08/2008	Cid Ferreira Gomes	Governador	Secretária Estadual Interina do Trabalho e Desenvolvimento Social
DF	OFÍCIO Nº. 257/2008-GAG	29/08/2008	José Roberto Arruda	Governador	Subsecretária de Assistência Social da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda
ES	EME Nº. 022/09	08/06/2009	Paulo Cesar Hartung Gomes	Governador	Subsecretária Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social
GO	Ofício nº. 124	07/04/2009	Alcides Rodrigues Filho	Governador	Secretária Estadual de Cidadania e Trabalho
M A	Ofício nº. 162/2009-GG	31/07/2009	Roseana Sarney	Governadora	Secretário Estadual do Desenvolvimento Social
					Suplentes
M G	OF.GAB.SEC. ADJ/763/2008	23/07/2008	Juliano Fiscaro Borges	Secretário-Adjunto de Desenvolvimento Social	Subsecretária Estadual de Assistência Social
MS	OF/GABGOV/MS/Nº. 547/2008	04/08/2008	André Puccinelli	Governador	Secretária Estadual de Trabalho e Assistência Social

MT	Ofício nº. 099/2008-GG	11/08/2008	Blairo Borges Maggi	Governador	Secretário Adjunto de Assistência Social
PA	Ofício nº. 532/08-GG	08/09/2008	Ana Júlia Carepa	Governadora	Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social
PB	Ofício 069 GG/2009	16/04/2009	José Targino Maranhão	Governador	Secretária Estadual de Desenvolvimento Humano
PE	Ofício nº. 456/2008 - GG/PE	07/08/2008	Eduardo Henrique Accioly Campos	Governador	Secretário Executivo Estadual de Assistência Social
PI	OF. Nº. 091/GG	26/03/2009	José Wellington Barroso de Araújo Dias	Governador	Secretária Estadual de Assistência Social e Cidadania
PR	OF CEE/G 099/09	16/12/2009	Roberto Requião	Governador	Secretaria Estadual do Trabalho, Emprego e Promoção Social
RJ	OF. GAB. Nº. 387/2008	31/07/2008	Sérgio Cabral	Governador	Secretária Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos
RN	Ofício nº. 318/2009-GE	22/06/2009	Wilma Maria de Faria	Governadora	Secretário Estadual do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social
RO	Ofício nº. 0143/GG/09	27/05/2009	João Aparecido Cahulla	Governador	Secretário Estadual de Assistência Social Coordenadora de Desenvolvimento Social da Secretaria Estadual de Assistência Social
RR	CASA CIVIL/OF. Nº. 229/08- GAB.GOV	26/11/2008	José de Anchieta Junior	Governador	Secretária Estadual do Trabalho e Bem-Estar Social
RS	Ofício nº. 1005 GAB/SJDS	09/10/2008	Fernando Schüler	Secretário Estadual de Justiça e do Desenvolviment o Social	Diretora do Departamento de Assistência Social da Secretaria Estadual de Justiça e do Desenvolvimento Social
SC	Ofício GABGOV nº. 259/2008	18/08/2008	Luiz Henrique da Silveira	Governador	Secretária Estadual de Assistência Social, Trabalho e Habitação
SE	Ofício 1607/08	06/11/2008	Marcelo Déda Chagas	Governador	Secretária Estadual da Inclusão, Assistência Social e do Desenvolvimento Social
SP	CE/Ofício GG. JS. Nº. 029/08	05/08/2008	José Serra	Governador	Assessora da Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social

TO	Ofício n°. 093/2009-GG	06/02/2009	Marcelo de Carvalho Miranda	Governador	Secretária Estadual do Trabalho e Desenvolvimento Social
-----------	------------------------	------------	-----------------------------	------------	--

Uma das metas do Compromisso Nacional, expressa no inciso III do parágrafo único do artigo 2º, é a inclusão produtiva. Em atenção a esta meta, a SAIP formaliza Termos de Convênio com os Estados para a execução de projetos que propiciem a inclusão sócio-produtiva das famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.

O parâmetro adotado para a seleção dos estados consiste na classificação obtida em função da ordem que se inicia pelo de maior percentual de beneficiários do Programa Bolsa Família, segundo o Cadastro Único para os Programas Sociais do Governo Federal ó CadÚnico, em relação à população total do Estado, conforme a contagem populacional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE/2007), e em acordo com a disponibilidade orçamentário-financeira.

Foram celebrados convênios com nove unidades da Federação visando à execução de projetos de inclusão produtiva, nos quais foram aprovados recursos na ordem de R\$ 139.655.730,26 para atender projetos com vigência de até três anos.

O compromisso com o desenvolvimento social e a inclusão produtiva é compartilhado também por universidades federais e institutos federais de educação, ciência e tecnologia. A proposta de articulação com a Rede de Ensino Federal foca-se no desenvolvimento de projetos de inclusão produtiva, por meio das linhas de extensão, cujas ações têm como público os beneficiários das políticas sociais e como estratégia o apoio técnico às ações de inclusão produtiva já desenvolvidas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome ó MDS em parceria com os Estados conveniados ao Compromisso Nacional pelo Desenvolvimento Social.

Nesse contexto, a SAIP firmou Termo de Cooperação Técnica com a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), descentralizando R\$ 36.670,48 para a execução de ações direcionadas à inclusão produtiva de agricultores familiares produtores de sisal na região semi-árida do Estado da Bahia, no total de 500 beneficiários inscritos no Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo. Houve dificuldades para a formalização de Termos de Cooperação Técnica com outras universidades e institutos federais.

O terceiro eixo de atuação da secretaria foi o apoio a entidades da sociedade civil que desenvolvessem ações de inclusão produtiva. Em 2009 foram formalizados quatro convênios com organizações não governamentais (ONGs) para o desenvolvimento de ações de capacitação e qualificação profissional com vistas à inserção no mercado de trabalho e/ou à formação de empreendimentos econômicos produtivos.

Os projetos têm por objetivo a inclusão sócio-produtiva de 2.380 jovens nos municípios do Rio de Janeiro e São Paulo, além do Distrito Federal, e serão executados pelas seguintes entidades: Instituto de Tecnologia Social - ITS, Centro de Atendimento ao Trabalhador - CEAT, Instituto de Qualidade de Vida - IQUAVI (Convênio n° 005/2009) e Ação Comunitária do Brasil - ACB (Convênio n° 001/2009). Os recursos destinados para essas entidades totalizam R\$ 6.312.414,98.

O quarto eixo de atuação foi o apoio a ações de inclusão produtiva financiadas a partir de emendas parlamentares. Na LOA/2010 foram aprovados recursos, no valor total de R\$ 12.384.000,00, referentes a 34 emendas parlamentares apresentadas para a Ação 4963 ó Promoção da Inclusão Produtiva. Através de comunicação oficial dos parlamentares ao MDS, 68 entes públicos e privados foram indicados como beneficiários das emendas, mas apenas 67 enviaram propostas para a análise da área técnica da SAIP.

O objetivo dos projetos apresentados por meio de Emendas Parlamentares é apoiar e estimular iniciativas que apresentem alternativas para a geração de trabalho e renda, em áreas vulnerabilizadas pela pobreza. O público alvo são as famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CADÚnico.

O repasse de recursos financeiros do MDS é feito exclusivamente para Estados, Distrito Federal, Municípios e entidades privadas sem fins lucrativos, por meio de convênios, em parcela única.

Ao final do exercício, após o atendimento dos ajustes solicitados pela SAIP e diante das limitações orçamentárias impostas, 36 convênios foram empenhados, no valor de R\$ 7.299.769,58 (sete milhões, duzentos e noventa e nove mil, setecentos e sessenta e nove reais e cinquenta e oito centavos), representando 58% do montante originalmente aprovado na LOA/2010. No entanto, somente R\$ 710.000,00 (setecentos e dez mil reais) foram pagos, representando 5 convênios e 9% do valor total empenhado, beneficiando os seguintes entes: Prefeitura de Caiçara/RS = R\$ 100.000,00; Prefeitura de Guarantã do Norte/MT = R\$ 150.000,00; Prefeitura de Pompéu/MG = R\$ 110.000,00; Prefeitura de Riozinho/RS = R\$ 150.000,00; e Fazenda Esperança/PE = R\$ 200.000,00.

Nos quadros abaixo estão as principais informações sobre os convênios firmados no ano de 2010, oriundos das Emendas Parlamentares para projetos de inclusão produtiva:

Emendas Parlamentares (2010)

Ano	Propostas Conveniadas	Valor Total Pago (parcela única) (R\$)	Tipo de Ações das Propostas*			Conveniente		
			Obras	Equipamentos	Capacitação	Estado	Município	Entidade Privada
2010	36	7.299.769,58	9	25	12	1	32	3

*Algumas propostas englobam mais de um tipo de ação

Quantidade de convênios, beneficiários e municípios atingidos por Estado ó Emendas Parlamentares (2010)

Região	Estado	Convênios	Beneficiários	Municípios
		2010	2010	2010
Nordeste	PB	5	594	7
	PE	3	2170	7
Centro-Oeste	MT	3	775	3
	GO	1	1120	1
Sul	PR	1	300	1
	RS	17	3591	17
	SC	1	120	1
Sudeste	MG	1	98	1
	SP	4	1104	4
TOTAL	10	36	9.872	42

O gerenciamento de doações à Estratégia Fome Zero constituiu outro eixo de atuação da SAIP. A Estratégia Fome Zero, coordenada pelo MDS, atendeu no último ano com doações de vestuário e alimento, todos os municípios nos estados de Pernambuco e Alagoas atingidos pelas enchentes. Outra ação já realizada refere-se à destinação de bovinos resultantes da apreensão pelo ICMBio de

341 semoventes do interior da Reserva Extrativista do rio Xingu, no Município de Altamira, no Estado do Pará. Em virtude da necessidade de destinação urgente, os semoventes foram repassados a Secretaria de Desenvolvimento Social do estado do Pará para execução de projetos de segurança alimentar, direcionados a agricultores familiares e comunidades tradicionais, especialmente quilombolas, passíveis de enquadramento nos programas sociais.

Cabe destacar ainda as doações eventuais ao Fome Zero, que ocorrem de forma voluntária, por pessoas físicas ou jurídicas, visando beneficiar entidades e/ou comunidades em situação de vulnerabilidade. O valor aproximado das doações efetuadas de 2003 a 2010, de acordo com as prestações de contas finalizadas, chega a R\$ 43 milhões.

Durante o exercício de 2010 foi repassado o montante de R\$1.000.000,00 por meio de descentralização de crédito (Termo de Cooperação) para o Ministério do Meio Ambiente. O Termo de Cooperação foi desenhado de modo que o recurso repassado para o MMA financie projetos de Inclusão Produtiva em municípios que são abrangidos pela Operação Arco Verde (foram selecionados 04 municípios, Tailândia, Paragominas, Marabá e Juína). Houve a execução de R\$750.000,00.

Também durante o exercício foi elaborado Termo de Cooperação com a Conab visando buscar o ressarcimento da participação da empresa na execução das ações de cunho logístico e outras relacionadas à realização de leilões de mercadorias doadas à estratégia Fome Zero. Do montante de recursos previstos para esta ação (R\$ 12.213.000,00) foram repassados R\$ 690.781,68 por meio de descentralização de crédito. Este acordo foi estabelecido para ser executado em dois anos (2010 e 2011) e houve a execução de R\$ 36.500,00.

Outro eixo de atuação é a inclusão social dos catadores de materiais recicláveis. Foram implementados projetos para a melhoria do processo de trabalho dos catadores. Em 2009, foram disponibilizados recursos na ordem de R\$ 2 milhões para projetos de apoio à organização dos catadores, por meio de projeto de cooperação junto à UNESCO e executado pelo Instituto PANGEA, visando ao fortalecimento institucional da categoria e estudos relacionados ao custo da coleta seletiva realizada pelos diferentes atores públicos e privados. O projeto, que se encerrou em dezembro 2010, visa à instalação de 27 Centros de Referência para conexão dos catadores com o mundo da informação, além de mobilizar, articular e capacitar 1.200 catadores em todo país.

Destaca-se também a parceria do MDS com o BNDES para o fortalecimento da cadeia produtiva da reciclagem em 5 estados, com a previsão do aporte de R\$ 8 milhões em investimentos por meio do Compromisso Nacional pelo Desenvolvimento Social, para contemplação de projetos de inclusão produtiva e articulação de redes de comercialização nas associações e cooperativas de catadores.

Outro projeto em destaque é o denominado *Integração Socioeconômica dos Catadores de Materiais Recicláveis* (CATAÇÃO), que visa à inserção econômica da população em situação de vulnerabilidade e melhorar a geração de renda dos catadores e famílias. O CATAÇÃO, que beneficia 12 mil famílias das regiões metropolitanas de Belém, Recife, Distrito Federal, Salvador e Aracaju, conta com investimento de US\$ 7,9 milhões.

2.3 *Programas de Governo sob a responsabilidade da Unidade*

A SAIP executa a ação 4963 *Promoção da Inclusão Produtiva* no âmbito do programa 1133 *Economia Solidária em Desenvolvimento*, que não está sob sua gestão. Neste sentido, não cabe o preenchimento do presente quadro.

Relação dos programas e suas principais ações;

2.3.1 Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

Quadro 83 ó A.2.1 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO

Tendo em vista que o Programa 1133 ó Economia Solidária em Desenvolvimento não é da gestão da SAIP, e sim do Ministério do Trabalho e Emprego, não é possível o preenchimento deste quadro.

2.3.2 Execução Física das ações realizadas pela UJ

Quadro 84 - A.2.2 - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

<i>Função</i>	<i>Subfunção</i>	<i>Programa</i>	<i>Ação</i>	<i>Tipo da Ação</i>	<i>Prioridade</i>	<i>Unidade de Medida</i>	<i>Meta prevista</i>	<i>Meta realizada</i>	<i>Meta a ser realizada em 2011</i>
08	244	1133	4963	A	4	Unidade	16*	11	17*

Fonte: LOA 2010 e 2011

*Em 2010 e 2011, a meta física da ação 4963 é o do localizador nacional, ou seja, exclusive emendas parlamentares.

Convênios com Estados no âmbito do Compromisso Nacional pelo Desenvolvimento Social

Do total dos recursos executados, R\$ 18.577.217,16 foram destinados ao cumprimento da meta estabelecida no inciso III do parágrafo único do artigo 2º do Decreto nº. 6.393, de 12 de março de 2008, que estabelece o Compromisso Nacional pelo Desenvolvimento Social (CNDS).

Este compromisso visa à conjugação de esforços entre a União, os Estados e o Distrito Federal para pactuar metas de desenvolvimento social, geração de renda e combate à fome, direcionados à inclusão produtiva e a promoção da cidadania tendo obtido a adesão do Distrito Federal e de 25 Estados. (AC, AL, AP, BA, CE, ES, GO, MA, MG, MT, MS, PA, PB, PE, PI, PR, RJ, RN, RO, RR, RS, SC, SE, SP e TO). Em 2008, o MDS celebrou convênios plurianuais com os Estados do Acre, Bahia, Ceará e Alagoas, e, em 2009, com Pará, Minas Gerais, Sergipe e Pernambuco. Em 2010 foi celebrado convênio com uma única unidade da federação por meio do Edital de 10 de maio de 2010, visando dar continuidade ao processo de formalização de convênio não realizados no ano anterior.

Nessa perspectiva ô e considerando as questões de ordem técnica e financeira ô , apenas o estado do Espírito Santo formalizou convênio (Convênio nº 008/2010) no valor de R\$ 19.539.360,00, dos quais R\$ 15.631.488,00 perfazem o valor do repasse e R\$ 3.907.872,00 é o valor da contrapartida. A atuação se dará em 13 municípios e beneficiando 85.550 famílias por meio de uma rede de inclusão produtiva com base na qualificação profissional e na inserção no mercado de trabalho.

No Acre (Convênio nº 006/2008 SAIP) a atuação dá-se por meio do fortalecimento de cadeias produtivas sustentáveis no Estado (mandioca, borracha natural, produtos não madeireiros, grãos, madeira, pescado, frutas, hortaliças e artesanato). O projeto atua em 12 municípios do Estado que apresentam menor Índice de Desenvolvimento da Família ó IDF e tem como meta atender 6.000 famílias, sendo 4.000 na zona urbana e 2.000 na zona rural, por meio de um convênio no valor total de R\$ 22.031.732,00, dos quais R\$ 19.784.710,00 correspondem ao valor de repasse e R\$ 2.247.022,00 perfazem o valor da contrapartida. Em 2008, foram disponibilizados pelo concedente R\$ 6.619.135,00, em 2009 foram disponibilizados R\$ 6.452.178,00, e em 2010, R\$ 6.713.397,00. Quanto à execução, registre-se que o valor total de R\$ 4.409.088,74 da aba "Pagamento" do SICONV corresponde a 33% do valor desembolsado pelo Concedente. Consta também no SICONV o montante de R\$ 11.015.628,98 em contratos firmados pelo Conveniente com prestadores de serviços e fornecedores, os quais representam cerca de 84% de comprometimento referente à soma das duas primeiras parcelas recursos do Convênio.

Na Bahia (Convênio nº 005/2008) são apoiados projetos de fortalecimento da economia dos pequenos produtores familiares do semi-árido baiano por meio da estruturação da caprinocultura leiteira, do melhor aproveitamento das frutíferas existentes na região e do fortalecimento da cadeia produtiva do sisal, estimulando o associativismo e a solidariedade. O projeto tem como meta atender 7.950 famílias de pequenos produtores rurais, distribuídas em 51 municípios do semi-árido baiano. O convênio tem o valor total de R\$ 13.241.747,66, dos quais R\$ 11.819.107,50 correspondem ao valor de repasse e R\$ 1.422.640,16 ao valor da contrapartida. Em 2008, foram disponibilizados pelo concedente R\$ 5.939.983,00, em 2009 foram disponibilizados R\$ 2.672.026,50, e em 2010, R\$ 3.207.098,00.

No Estado do Ceará (Convênio nº 007/2008) a atuação se faz por meio do desenvolvimento de cadeias produtivas da cajucultura e apicultura, da caprinocultura leiteira, do artesanato, da reciclagem de resíduos sólidos, de óleos e gorduras residuais, em um convênio no valor total de R\$ 16.805.366,00, dos quais R\$ 14.570.018,00 perfazem o valor de repasse e R\$ 2.235.348,00 correspondem ao valor da contrapartida, beneficiando 10.938 famílias em 20 municípios do estado. Em 2008, foram disponibilizados pelo concedente R\$ 6.318.343,00, em 2009 foram disponibilizados R\$ 4.964.920,00, e não foram disponibilizados recursos em 2010.

Em Alagoas (Convênio nº 004/2008) são apoiados projetos de fortalecimento da cadeia produtiva da ovinocaprinocultura em convênio no valor total de R\$ 3.615.523,00, dos quais R\$ 3.252.593,00 é o valor de repasse e R\$ 362.930,00 o valor da contrapartida. O projeto tem atuação em 4 municípios de Alagoas: São José da Tapera, Pão de Açúcar, Maravilha e Batalha e a meta é atender cerca de 650 famílias residentes nesses municípios. Em 2008, foram disponibilizados pelo concedente R\$ 1.636.797,00, em 2009 foram disponibilizados R\$ 1.615.796,00.

Em Minas Gerais (Convênio nº 010/2009 SAIP) serão apoiadas as cadeias produtivas de costura, reciclagem de materiais, artesanato, alimentação, serviços de autônomos, beneficiando 13.500 famílias em 75 municípios, A SAIP aguarda a solicitação, de parte da SEDESE, de ajustes no plano de Trabalho para aprimoramento da execução nos municípios, conforme fora informado nas reuniões entre conveniente e concedente ocorridas maio e agosto de 2010. O valor total do convênio é de R\$ 19.243.009,00, dos quais R\$ 15.380.509,00 é o valor do repasse do MDS, sendo R\$ 3.862.500,00 o valor da contrapartida. Em 2009 foram disponibilizados pelo concedente R\$ 4.715.281,00, e não foram disponibilizados recursos em 2010.

No Pará (Convênio nº 011/2009 SAIP) são beneficiadas 11.218 famílias em 29 municípios nas cadeias produtivas de Pesca, Açaí, Reciclagem de Materiais, Caranguejo-Uçá, Mandioca, Serviços de autônomos. Nesse estado o convênio tem o valor global de R\$ 20.000.000,00, dos quais R\$ 18.000.000,00 correspondem ao valor de repasse e R\$ 2.000.000,00 é o valor da contrapartida. Em

2009 foram disponibilizados pelo concedente R\$ 900.944,50, e não foram disponibilizados recursos em 2010.

No Estado de Sergipe (Convênio nº 012/2009 SAIP) são beneficiadas 5.800 famílias em 24 municípios nas cadeias produtivas de Piscicultura e Apicultura, 14 Centros de Serviços de Inclusão Produtiva, 6 Centros de Inclusão Produtiva (Confecção/SilkScreen, Carpintaria/Marcenaria e Confeitaria/Padaria). Os recursos do convênio totalizam R\$ 10.747.900,36, sendo R\$ 9.673.110,32 o valor do repasse e R\$ 1.074.790,04 o valor da contrapartida. O Conveniente concluiu os ajustes no Plano de Trabalho exigidos pela SAIP, incluindo as recomendações precisas da Assessoria Especial de Controle Interno AECI. A previsão para o próximo trimestre é a adequação do Projeto Básico aos ajustes efetuados e, no que toca à execução, haverá o lançamento de editais licitatórios. Em 2009 foram disponibilizados pelo concedente R\$ 931.995,00, e em 2010, R\$ 2.838.093,24.

Em Pernambuco (Convênio nº 013/2009 SAIP) são apoiadas as cadeias produtivas de produtos têxteis, piscicultura e pesca marítima, agroindústria ó fruticultura e laticínios, agricultura familiar ó horticultura, e reciclagem de materiais, contemplando 10.000 famílias em 41 municípios com recursos na ordem de R\$ 14.431.092,24, dos quais R\$ 12.987.092,24 é o valor do repasse e R\$ 1.444.000,00 o valor da contrapartida. A execução teve início com a aquisição de veículos e a seguir as demais metas do projeto serão iniciadas. Em 2009 foram disponibilizados pelo concedente R\$ 4.743.534,05, e em 2010, R\$ 4.738.628,92.

Pelo fato dos convênios citados serem plurianuais, as prestações de contas serão apresentadas pelos convenientes em 2011 e em 2012, a depender da vigência de cada um dos projetos. Ao todo os convênios com os estados somam R\$ 139.655.730,26 com a abrangência em 269 municípios brasileiros, beneficiando 151.606 famílias.

Convênios com Organizações não Governamentais

Em 2009 foram formalizados quatro convênios com organizações não governamentais (ONGs) para o desenvolvimento de ações de inclusão produtiva, prevendo o atendimento de 2.380 jovens, vigentes em 2010, com as seguintes entidades: Instituto de Tecnologia Social ITS, Centro de Atendimento ao Trabalhador - CEAT, Instituto de Qualidade de Vida ó IQUAVI (Convênio nº 005/2009) e Ação Comunitária do Brasil ó ACB (Convênio nº 001/2009). Os recursos destinados para essas entidades totalizam R\$ 6.312.414,98.

O projeto com a ACB tem recursos na ordem de R\$ 593.934,00 e tem como objetivo capacitar 240 jovens famílias residentes em áreas faveladas e periféricas na zona norte do Rio de Janeiro, em cursos de gastronomia, beleza e estética, moda e acessórios e inserir-los no mercado de trabalho (mínimo de 72 jovens) e em empreendimentos produtivos (mínimo de 60 jovens). Em 2009 foram disponibilizado pelo concedente R\$ 225.901,00, e em 2010, R\$ 349.036,00.

O IQUAVI tem um projeto muito similar que também visa capacitar jovens de áreas periféricas (Acari, Costa Barros, Pavuna, Jardim América, Pavão-Pavãozinho, Vigário-Geral) a meta é qualificar 540 jovens e inserir 30% no mercado de trabalho nas áreas de corte e costura, cabeleireiro afro, maquiador, depilador, chapista, azulejista, auxiliar de cozinha, gesseiro e pintor os recursos previstos são de R\$ 1.677.825,62. Em 2009 foram disponibilizado pelo concedente R\$ 900.098,36, e não foram disponibilizados recursos em 2010.

O CEAT pretende atender 1.000 jovens de 18 a 30 anos na capital São Paulo por meio da capacitação e do desenvolvimento de habilidades produtivas dos beneficiários com base na identificação dos mesmos a partir do CadÚnico. Há a previsão de promover 10 formas cooperativas

de produção e incubação de pequenos empreendimentos. O total dos recursos do convênio com o CEAT são R\$ 2.173.215,36. Em 2009 foram disponibilizado pelo concedente R\$ 999.604,50, e em 2010 R\$ 999.604,50.

O projeto do ITS atua em Brasília, na região do Paranoá, especificamente na localidade do Itapuã ó bairro originado por uma invasão há cerca de 10 anos - visa atender a 600 jovens por meio de cinco tipos de oficinas: Produção Digital (Webdesign e Multimídia), Fotografia, Malharia e Confeção, Jardinagem e Paisagismo e Confeitaria/Panificação. Os recursos do convênio totalizam R\$ 1.867.440,00. Em 2009 foram disponibilizados pelo concedente R\$ 597.680,00, no exercício de 2010 R\$ 597.680,00.

Emendas Parlamentares

Em 2009, primeiro ano de execução orçamentária das emendas parlamentares da Ação 4963, na unidade SAIP, foram aprovadas 31 emendas, no valor total de R\$ 14.010.000,00. Por decisão dos parlamentares, 61 entes públicos e privados foram indicados como beneficiários dessas emendas e, com isso, igual número de propostas foi apresentada no Siconv para a análise da área técnica da SAIP. Entretanto, em razão do não atendimento às solicitações de ajustes sugeridos por esta Secretaria, 15 propostas (representando o valor de R\$ 4.750.000,00) não tiveram prosseguimento e, assim, o universo de propostas aprovadas ficou reduzido a 46, no montante global de R\$ 9.260.000,00, que foi o valor originalmente empenhado pela unidade gestora.

Após esse primeiro filtro, em função de outras pendências não concluídas no prazo legal estabelecido pela SAIP, mais 13 propostas foram canceladas. Sendo assim, estão em execução apenas 33 convênios, no valor total de R\$ 6.910.000,00, tendo como objeto a seguinte configuração: execução de obras (construção de centros de geração de renda ou de capacitação profissional) = 16; aquisição de equipamentos = 08 e capacitação profissional = 09.

Os 33 convênios beneficiam diretamente 37 municípios, uma vez que existem projetos atendendo mais de um município, sendo que estes estão distribuídos entre as seguintes unidades da federação: Minas Gerais = 3; Paraíba = 2; Pernambuco = 6; Paraná = 4; Rio de Janeiro = 2; Rio Grande do Sul = 17 e São Paulo = 3. Em relação ao público atendido pelos projetos, 7.150 beneficiários dos programas sociais do Ministério foram contemplados diretamente, localizados nos seguintes estados: Minas Gerais = 564; Paraíba = 180; Pernambuco = 1150; Paraná = 480; Rio de Janeiro = 1177; Rio Grande do Sul = 3259 e São Paulo = 340.

Os 33 entes convenientes estão distribuídos da seguinte forma: Governo de Estado = 01; Prefeituras = 30 e entidades privadas sem fins lucrativos = 02. O valor total pago é de R\$ 4.460.000,00 e ainda não foram pagos convênios no valor de R\$ 2.450.000,00. Os convênios não pagos traduzem o principal entrave na execução da SAIP: a inexistência de profissionais da engenharia para a realização da análise dos projetos básicos que são apresentados. Em função disso, vários projetos da Secretaria de 2009 ainda se encontram paralisados.

O orçamento aprovado para emendas em 2010 foi de R\$ 12.384.000,00, correspondendo a 34 emendas, as quais geraram 68 propostas de convênios.

Dessas, 32 foram canceladas, devido a: Proponente não realizou os ajustes solicitados pelo MDS (28 propostas); Proponente desistiu (2 propostas); Proponente não efetuou cadastro das propostas (01 proposta); Alteração de GND necessária não foi aprovada pelo Congresso (01 proposta).

Foram então realizados 32 convênios, sendo que R\$ 710.000,00 foram pagos e R\$ 6.590.000,00 foram empenhados. Ressalte-se que em 9 desses existe a previsão de obras de engenharia, o que dificulta a análise técnica devido a não existência de engenheiros na secretaria.

Os 32 convênios beneficiaram 42 municípios e 9872 pessoas, sendo; 17 municípios e 3591 pessoas no RS; 7 municípios e 594 pessoas na PB; 7 municípios e 2170 pessoas em PE; 4 municípios e 1104 pessoas em SP; 3 municípios e 775 pessoas em MT; 1 município e 1120 pessoas em GO; 1 município e 300 pessoas no PR; 1 município e 120 pessoas em SC.

2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro

2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa

Quadro 85 - A.2.3 - IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	55101	550002

2.4.1.1 Programação de Despesas Correntes

Quadro 86 - A.2.4 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES

Tendo em vista que a SAIP não é constituída como Unidade Orçamentária e, conseqüentemente, não possui orçamento próprio, não há necessidade do preenchimento deste quadro.

2.4.1.2 Programação de Despesas de Capital

Quadro 87 - A.2.5 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CAPITAL

Tendo em vista que a SAIP não é constituída como Unidade Orçamentária e, conseqüentemente, não possui orçamento próprio, não há necessidade do preenchimento deste quadro.

2.4.1.3 Quadro Resumo da Programação de Despesas

Quadro 88 - A.2.6 - QUADRO RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS

Tendo em vista que a SAIP não é constituída como Unidade Orçamentária e, conseqüentemente, não possui orçamento próprio, não há necessidade do preenchimento deste quadro.

2.4.1.4 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Quadro 89 - A.2.7 - MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 ó Pessoal e Encargos Sociais	2 ó Juros e Encargos da Dívida	3 ó Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos	55002/SOF-MDS	8244113349630000	0,00	0,00	19.567.314,97
Movimentação Externa	Concedidos	135100/CONAB	8244113349630000	0	0	36.500,00
	Concedidos	158092/UFRB	8244113349630000	0	0	36.670,48
	Concedidos	440002/SPOA/MMA	8244113349630000	0	0	600.000,00
	Recebidos					
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 ó Investimentos	5 ó Inversões Financeiras	6 ó Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos	55002/SOF-MDS	8244113349630000	0,00	0,00	9.154.552,03
Movimentação Externa	Concedidos	440002/SPOA/MMA	8244113349630000	150.000,00	0	
	Recebidos					

A movimentação de crédito foi realizada para atender aos Termos de Cooperação celebrados com a CONAB, a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e o Ministério do Meio Ambiente.

Termo de Cooperação firmado com a Conab

O Termo de Cooperação com a Conab teve como objetivo o ressarcimento da participação da empresa na execução das ações de cunho logístico e outras relacionadas à realização de leilões de mercadorias doadas à estratégia Fome Zero. Do montante de recursos previstos para esta ação (R\$ 12.213.000,00) foram descentralizados R\$ 36.500,00.

Termo de Cooperação firmado com a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia-UFRB

Para atender ao Termo de Cooperação com a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), foram descentralizados R\$ 36.670,48 para a execução de ações direcionadas à

inclusão produtiva de agricultores familiares produtores de sisal na região semi-árida do Estado da Bahia, no total de 500 beneficiários inscritos no Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo.

Termo de Cooperação firmado com o MMA

No exercício de 2010 foram descentralizados R\$750.000,00 para o Ministério do Meio Ambiente, para atender ao Termo de Cooperação com objetivo de apoiar projetos de Inclusão Produtiva e de desenvolvimento sustentável em municípios que são abrangidos pela Operação Arco Verde (foram selecionados 04 municípios, Tailândia, Paragominas, Marabá e Juína).

2.4.2 Execução Orçamentária da Despesa

2.4.2.1 Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ

2.4.2.1.1 Despesas por Modalidade de Contratação

Quadro 90 - A.2.8 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ

Tendo em vista que a SAIP não é constituída como Unidade Orçamentária e, conseqüentemente, não possui orçamento próprio, não há necessidade do preenchimento deste quadro.

2.4.2.1.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Quadro 91 - A.2.9 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ

Tendo em vista que a SAIP não é constituída como Unidade Orçamentária e, conseqüentemente, não possui orçamento próprio, não há necessidade do preenchimento deste quadro.

2.4.2.1.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Quadro 92 - A.2.10 - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ

Tendo em vista que a SAIP não é constituída como Unidade Orçamentária e, conseqüentemente, não possui orçamento próprio, não há necessidade do preenchimento deste quadro.

2.4.2.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

2.4.2.2.1 Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

Quadro 93 - A.2.11 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	2009	2010	2009	2010
Modalidade de Licitação	0	0	0	0
Convite	0	0	0	0
Tomada de Preços	0	0	0	0
Concorrência	0	0	0	0
Pregão	0	0	0	0
Concurso	0	0	0	0
Consulta	0	0	0	0
Registro de Preços	0	0	0	0
Contratações Diretas	0	0	0	0
Dispensa	0	0	0	0
Inexigibilidade	0	0	0	0
Regime de Execução Especial	0	0	0	0
Suprimento de Fundos	0	0	0	0
Pagamento de Pessoal	0	0	0	0
Pagamento em Folha	0	0	0	0
Diárias	0	0	0	0
Outros	38.979.959	38.979.959	27.823.307	27.823.307
Licitação Não Aplicável	38.979.959	38.979.959	27.823.307	27.823.307

Fonte: Siafi Gerencial

Os dados acima referem a execução de recursos orçamentários por movimentação da Unidade Gestora 550009 ó SAIP, que executou recursos exclusivamente da ação 4963 ó Promoção da Inclusão Produtiva em 2009 e 2010. Esses recursos foram executados por meio de convênios, por isso classificado como licitação não aplicável.

2.4.2.2.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Quadro 94 - A.2.12 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 ó Despesas de Pessoal								
Não há								
2 ó Juros e Encargos da Dívida								
Não há								
3 ó Outras Despesas Correntes								
39- Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	106.000,00	0	105.263,96	0	0	0	105.263,96	0
41 - Contribuições	27.767.679,88	19.492.156,11	20.683.451,52	6.382.845,36	7.084.228,36	18.718.985,63	11.710.638,00	17.578.384,88

Fonte: SIAFI Gerencial

2.4.2.2.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Quadro 95 - A.2.13 - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 ó Investimentos								
41 - Contribuições	11.212.279,03	9.154.321,61	5.780.284,03	2.331.995,00	5.431.995,00	10.004.321,61	7.200.558,00	5.964.194,03
5 ó Inversões Financeiras								
Não há								
6 ó Amortização da Dívida								
Não há								

Fonte: SIAFI

Análise Crítica

Em relação à execução orçamentária da SAIP, a Lei Orçamentária Anual de 2010 autorizou recursos no montante de R\$ 63.884.000,00 (sessenta e três milhões e oitocentos e oitenta e quatro mil reais), assim distribuídos:

- R\$ 12.000.000,00 da fonte 151 (Contribuição Social Sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas);
- R\$ 39.500.000,00, da fonte 194 (Doações para Combate à Fome); e
- R\$ 12.384.000,00, na fonte 153 (Contribuição para financiamento da seguridade Social) para atender Emendas Parlamentares.

Em razão da frustração na arrecadação da receita prevista para atender a fonte 194 não houve utilização destes recursos, desta forma, no final do exercício houve a devolução de R\$ 30.078.133,00 desta fonte, correspondentes a 47% do orçamento disponibilizado.

A dotação inicial sofreu as seguintes alterações:

- mediante a Portaria SOF Nº 43/2010, ocorreu à troca de Fonte de Recursos de 194 para a Fonte 394 no valor R\$ 1.036.000,00;
- mediante a Portaria SOF Nº 120/2010, foi realizada a alteração de Fonte 194 para a Fonte 151, no valor R\$ 8.355.867,00.
- dos recursos aprovados para atender Emendas Parlamentares, na fonte 153, foram liberados pela Secretaria de Planejamento e Orçamento do MDS R\$ 7.300.000,00.

Dos recursos iniciais disponibilizados para execução que eram inicialmente da ordem de 63.884.000,00, na prática foram reduzidos para R\$ 28.721.867,00 (vinte e oito milhões setecentos e vinte e um mil oitocentos e sessenta e sete reais), sendo que R\$ 21.421.867,00 era para atender os convênios do CNDS, das Organizações não Governamentais e os Termos de Cooperações e R\$ 7.300.000,00 para atender as Emendas Parlamentares. Deste total dos recursos efetivamente disponíveis houve a execução orçamentária de R\$ 28.646.477,72 (vinte e oito milhões, cento e seis mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e setenta e dois centavos). Este valor corresponde a 44% do orçamento inicialmente previsto da secretaria e a 99% dos recursos efetivamente disponíveis no orçamento da Secretaria.

A inscrição em Restos a Pagar processados no valor de R\$ 240.000,00 refere-se aos empenhos para atender convênios oriundos de emendas parlamentares, cuja formalização foi concluída em 31/12/2010, porém, por insuficiência de recursos financeiros no MDS não foi possível a realização do pagamento. A inscrição dos Restos a Pagar Não Processados no valor de R\$ 28.723.307,24 está fundamentada no inciso III do artigo 35 do Decreto nº 93.872/86, cujos recursos se destinam a atender transferências a instituições públicas e privadas, por meio de convênios, cuja despesa se encontrava em estágio de liquidação, com análise técnica do plano de Trabalho concluída e não foram processadas devido, processos em fase final de instrução, atraso na liberação da primeira parcela para as entidades privadas sem fins lucrativos, bem como, o crédito orçamentário ter sido disponibilizado no final do exercício.

2.4.3 Indicadores Institucionais

Em relação aos indicadores institucionais, entende-se que estes compreendem medidas que demonstram a atuação de uma determinada instituição no que tange aos produtos, serviços e resultados alcançados no exercício. Estes indicadores devem ser úteis e mensuráveis. A Secretaria de Articulação para Inclusão Produtiva em sua estratégia de atuação privilegiou seis eixos principais: elaboração das bases de uma Política Nacional de Inclusão Produtiva; implementação e fortalecimento do Compromisso Nacional pelo Desenvolvimento Social; apoio a projetos de inclusão produtiva desenvolvidos por entidades sem fins lucrativos; estímulo a emendas parlamentares para projetos de inclusão produtiva; doações de bens e mercadorias para estímulo a Estratégia Fome Zero; e ações de apoio a catadores de materiais recicláveis. Para cada um dos eixos foram criados indicadores institucionais a fim de avaliar os seus processos:

- 1) Elaboração das bases de uma Política Nacional de Inclusão Produtiva:
Indicador Institucional: Número de minuta de projeto de lei: 1
- 2) Fortalecimento do Compromisso Nacional pelo Desenvolvimento Social:
Indicador Institucional: Número de Convênios Assinados em 2010 ó 1
- 3) Apoio a projetos de inclusão produtiva desenvolvidos por entidades sem fins lucrativos:
Indicador Institucional: Número de convênios com entidades sem fins lucrativos apoiados em 2010: 4
- 4) Estímulo a emendas parlamentares para projetos de inclusão produtiva; doações de bens e mercadorias para estímulo a Estratégia Fome Zero
Indicador Institucional: Número de Emendas Parlamentares de Inclusão Produtiva em 2010 ó 36.
- 5) Doações de bens e mercadorias para estímulo a Estratégia Fome Zero
Indicador Institucional: Número de Termos de Doação à Estratégia Fome Zero em 2010 ó 5;
Indicador Institucional: Número de Atos de Destinação de Mercadorias - 14
- 6) Ações de apoio a catadores de materiais recicláveis:
Indicador Institucional: Número de Reuniões do Comitê Interministerial para Inclusão dos Catadores de Lixo em 2010 (convertido pelo Decreto 7.405, de 23/12/2010, para Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis) ó 6 Reuniões Ordinárias e 2 Reuniões Extraordinárias.

3. PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010.

Não há.

4. PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010

4.1 Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores

Quadro 96 - A.4.1 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	17.004.920,50	0	9.824.204,50	7.180.716,00
2008	14.195.915,00	0	14.195.915,00	0
...				
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	12.516.233,36	2.401.383,00	8.264.840,36	1.850.000,00
2008	0	0	0	0
...				
Observações:				

Fonte: SIAFI Gerencial

No exercício de 2009 foi realizada a inscrição em Restos a Pagar nos valores de R\$ 17.004.920,50 para Restos a Pagar Processados - a pagar e R\$ 12.516.233,36 para restos a pagar não processados - a liquidar. Os empenhos inscritos na conta de Restos a Pagar Processados, no valor de R\$ 17.004.920,50, são relativos aos Convênios cuja formalização foi concluída em 31/12/2009, porém, por insuficiência de recursos financeiros no MDS não foi possível a realização do pagamento. Com relação à inscrição dos Restos a Pagar Não Processados no valor de R\$ 12.516.233,36 está fundamentada no inciso III do artigo 35 do Decreto nº 93.872/86, cujos recursos se destinam a atender transferências a instituições públicas e privadas, por meio de convênios, cuja despesa se encontrava em estágio de liquidação, com análise técnica do plano de Trabalho concluída e não foram processado devido, processos em fase final de instrução, bem como, o crédito orçamentário ter sido disponibilizado no final do exercício.

No exercício de 2010 foram realizados cancelamentos de Restos a Pagar não Processados, no valor de R\$ 2.401.383,00, por solicitação da Área Técnica, cujos processos encontram-se encerrados.

A razão da permanência do valor de R\$ 7.180.716,00, em restos a pagar processados ocorreu pela não liberação da segunda parcela referente aos convênios celebrados com os Governos dos Estados

de Alagoas (R\$ 1.615.796,00) e do Ceará (R\$ 4.964.920,00), devido à apresentação de baixa execução dos projetos.

Os restos a pagar não processados no valor de R\$ 1.850.000,00, referem-se aos convênios oriundos de emendas parlamentares para atender projetos de obras, que se encontram aguardando a análise e parecer de engenharia, devido a ausência de engenheiro no quadro da Secretaria.

5. PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010.

5.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos

Quadro 97 - A.5.1 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Autorizada	Efetiva		
1 Provimento de cargo efetivo	*	16	01	02
1.1 Membros de poder e agentes políticos	*	00	00	00
1.2 Servidores de Carreira	*	03	01	00
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	*	03	01	00
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	*	00	00	00
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório	*	00	00	00
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	*	00	00	04
1.3 Servidores com Contratos Temporários	*	12	00	02
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença	*	01	00	00
1.4.1 Cedidos	*	01	00	00
1.4.2 Removidos	*	00	00	00
1.4.3 Licença remunerada	*	00	00	00
1.4.4 Licença não remunerada	*	00	00	00
2 Provimento de cargo em comissão	*	29**	13	07
2.1 Cargos Natureza Especial	*	00	00	00
2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior	33	27	12	07
2.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	*	01	00	00
2.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	*	05	01	00
2.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas	*	09	04	04
2.2.4 Sem vínculo	*	12	07	03
2.2.5 Aposentado	*	00	00	00
2.3 Funções gratificadas	*	02	01	00
2.3.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	*	02	01	00
2.3.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	*	00	00	00
2.3.3 Servidor de outros órgãos e esferas	*	00	00	00
2.4 Estagiários	*	00	00	00
3 Total	*	45	14	09

Fonte: Sistema Date Warehouse ó DW/SIAPE ó CGRH/SAA/SE/MDS

*Inexiste quota individualizada para a UJ

** Os servidores de carreira que ocupam cargo em comissão ou função gratificada encontram-se somados nas linhas 2.

Quadro 98 - A.5.2 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS POR FAIXA ETÁRIA - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1. Provimento de cargo efetivo	05	06	04	01	00
1.1. Membros de poder e agentes políticos	00	00	00	00	00
1.2. Servidores de Carreira	02	01	00	00	00
1.3. Servidores com Contratos Temporários	03	05	03	01	00
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	00	00	01	00	00
2. Provimento de cargo em comissão	03	08	11	04	03
2.1. Cargos de Natureza Especial	00	00	00	00	00
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	02	07	11	04	03
2.3. Funções gratificadas	01	01	00	00	00

Fonte: Sistema Data Warehouse ó DW/SIAPE ó CGRH/SAA/SE/MDS

Quadro 99 - A.5.3 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS POR FAIXA ETÁRIA - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo	00	00	00	00	01	15	00	00	00
1.1. Membros de poder e agentes políticos	00	00	00	00	00	00	00	00	00
1.2. Servidores de Carreira	00	00	00	00	01	02	00	00	00
1.3. Servidores com Contratos Temporários	00	00	00	00	00	12	00	00	00
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	00	00	00	00	00	01	00	00	00
2. Provimento de cargo em comissão	00	00	00	00	01	28	00	00	00
2.1. Cargos de Natureza Especial	00	00	00	00	00	00	00	00	00
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	00	00	00	00	00	27	00	00	00
2.3. Funções gratificadas	00	00	00	00	01	01	00	00	00

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 ó Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.

Fonte: Sistema Data Warehouse ó DW/SIAPE ó CGRH/SAA/SE/MDS

5.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

Quadro 100 - A.5.4 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010

<i>Regime de proventos / Regime de aposentadoria</i>	<i>Quantitativo de Servidores</i>	<i>Aposentadorias em 2010</i>
1 Integral	00	00
1.1 Voluntária	00	00
1.2 Compulsório	00	00
1.3 Invalidez Permanente	00	00
1.4 Outras	00	00
2 Proporcional	00	00
2.1 Voluntária	00	00
2.2 Compulsório	00	00
2.3 Invalidez Permanente	00	00
2.4 Outras	00	00

Fonte: Sistema Data Warehouse ó DW/SIAPE ó CGRH/SAA/SE/MDS

Quadro 101 - A.5.5 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010

<i>Regime de proventos originário do servidor</i>	<i>Quantitativo de Beneficiários</i>	<i>Pensões concedidas em 2010</i>
1. Integral	00	00
2. Proporcional	00	00

Fonte: Sistema Data Warehouse ó DW/SIAPE ó CGRH/SAA/SE/MDS

5.3 Composição do Quadro de Estagiários

Quadro 102 - A.5.6 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício (Valores em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
Nível superior					
Área Fim	00	00	00	00	0,00
Área Meio	00	00	00	00	0,00
Nível Médio					
Área Fim	00	00	00	00	0,00
Área Meio	00	00	00	00	0,00

Fonte: Sistema Data Warehouse ó DW/SIAPE ó CGRH/SAA/SE/MDS

5.4 Quadro de custos de recursos humanos

Quadro 103 - A.5.7 - QUADRO DE CUSTOS DE RECURSOS HUMANOS NOS EXERCÍCIOS DE 2008, 2009 E 2010.

Valores em R\$ 1,00

Tipologias / Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis	
Membros de poder e agentes políticos								
2008	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão								
2008	30.839,91	0,00	21.336,85	4.782,32	0,00	3.935,42	178.567,59	239.462,09
2009	71.959,06	0,00	25.452,56	4.242,69	0,00	2.763,27	134.449,68	238.867,26
2010	51.875,38	3.677,85	32.645,80	2.853,52	0,00	4.185,84	134.029,02	229.267,41
Servidores com Contratos Temporários								
2008	241.142,31	0,00	35.088,33	5.593,32	0,00	885,16	75.469,16	358.178,28
2009	947.479,00	0,00	149.813,32	7.854,14	0,00	9.303,19	265.035,85	1.379.485,50
2010	1.005.560,00	0,00	170.540,00	30.547,70	0,00	16.515,84	336.032,72	1.559.196,26

<i>Servidores Cedidos com ônus ou em Licença</i>								
2008	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<i>Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial</i>								
2008	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<i>Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior</i>								
2008	0,00	803.118,31	137.066,73	30.461,26	0,00	4.737,77	241.225,82	1.216.609,89
2009	0,00	937.965,25	149.150,49	23.473,70	0,00	9.354,21	287.691,43	1.407.635,08
2010	0,00	503.180,72	89.145,06	19.145,39	0,00	8.937,60	184.127,44	804.536,21
<i>Servidores ocupantes de Funções gratificadas</i>								
2008	2.087,15	608,95	4.111,64	16,81	0,00	598,40	15.943,59	23.366,54
2009	14.652,34	1.461,12	5.863,87	949,68	0,00	1.765,62	28.300,17	52.992,80
2010	13.459,79	1.095,83	4.967,54	1.004,93	0,00	1.245,88	38.300,51	60.074,48

Fonte: Sistema Data Warehouse – DW/SIAPE – CGRH/SAA/SE/MDS

*Não se aplica. Os dados inerentes as indenizações, nas modalidades ajuda de custo, diárias, transporte e auxílio-moradia existem, mas não são desmembrados por UJ, tampouco por categoria funcional. Serão totalizados na ação respectiva, que constará no relatório da UJ Secretaria Executiva.

5.5 Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Quadro 104 - A.5.8 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Os dados referentes a este quadro serão consolidados no Relatório de Gestão da Secretaria Executiva.

Quadro 105 - A.5.9 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Os dados referentes a este quadro serão consolidados no Relatório de Gestão da Secretaria Executiva.

Quadro 106 - A.5.10 - DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL CONTRATADO MEDIANTE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Os dados referentes a este quadro serão consolidados no Relatório de Gestão da Secretaria Executiva.

5.6 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

No âmbito da SAIP, na qualidade de agregada à UJ Secretaria Executiva, nota-se a necessidade de fortalecimento quantitativo e qualitativo da equipe, que permita a incorporação de pessoal com perfil adequado à execução das atribuições da Unidade Organizacional, à vista principalmente do recorrente aumento do volume de trabalho.

De modo geral, entende-se que a execução realizada das atribuições institucionais está em sintonia com o quantitativo e competência da força de trabalho da Unidade, devendo-se considerar que em muitas oportunidades a eficiência e a sobrecarga de trabalho compensam o baixo quantitativo de pessoal. Com efeito, considera-se que a ampliação do quadro de pessoal em número a ser determinado, auxiliaria no saneamento dessa distorção, permitindo o cumprimento de sua missão institucional a contento.

Com relação à estrutura, importa destacar o rearranjo disposto pelo Decreto nº 7.079/2010, que incorporou à SAIP o número totalizado de 33 (trinta e três) cargos em comissão.

Ainda, no que diz respeito à carência de força de trabalho, a terceirização da mão-de-obra administrativa do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, especialmente no âmbito da SAIP, objetiva a prestação de serviços de atividades auxiliares, de suporte e de apoio técnico-administrativo aos servidores federais lotados no Órgão, para que, como benefício, concentrem suas atenções e esforços no aperfeiçoamento das práticas, procedimentos e resultados obtidos nas ações desenvolvidas, em cumprimento à missão institucional. À vista de que contava com as atividades de 19 (dezenove) terceirizados, em atividades de apoio e suporte administrativo, tal circunstância é ainda melhor observada e, por isso, enseja preocupação ante a perspectiva de encerramento do Contrato Administrativo nº 03/2005.

Nesse contexto, considerando que dentre o total de prestadores de serviços terceirizados, 10 (dez) desenvolviam atividades em desacordo com o Decreto nº 2.271/1997, o que é objeto do Termo de Conciliação Judicial para substituição dessa mão-de-obra por servidores públicos de carreira, fica mais evidente a necessidade da assunção de compromissos mútuos entre o órgão regulador de recursos humanos, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Este, por atuação ativa, de fato abster-se de utilizar prestador de serviço terceirizado para execução de atividades finalísticas. Aquele, em decorrência, autorizar a realização de concurso público e o provimento de cargos efetivos de nível superior que supram as lacunas que restarão com a não utilização das atividades terceirizadas.

A esse respeito, aguarda-se autorização do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para realização do concurso público para o provimento dos cargos inerentes à Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais de que tratam a Lei nº 12.094, de 2009 e o Decreto nº 7.191, de 2011, o que acarretará na substituição dos referidos serviços terceirizados, garantindo a continuidade da execução das ações e programas federais que o Órgão legalmente executa.

Em linhas gerais, não se observa frequência motivada ou não de faltas e atrasos dos servidores e demais colaboradores da Unidade, tampouco ocorrência de acidentes do trabalho e doenças ocupacionais, o que afasta a ocorrência de danos para a produção das atividades ocasionados pelo absenteísmo.

No que diz respeito à rotatividade, merece destaque a força de trabalho de servidores efetivos vinculados ao Plano Geral do Poder Executivo ó PGPE, única carreira que integra o quadro de pessoal do MDS. Em razão da precariedade de sua estrutura remuneratória, não emana condições de

oferecer segurança e conseqüentemente maior permanência do servidor no cargo público. Convocado e empossado no cargo público, o servidor do MDS não se abstém de continuar buscando aprovação em outros concursos, além daqueles que já ingressam no quadro de pessoal aprovados e aguardando a convocação para outro ente público. Ainda a esse respeito, o MDS, em sede de todas as seleções públicas já realizadas desde o ano de 2006, sofreu com o mesmo problema: impossibilidade de provimento de todos os cargos oferecidos, principalmente em razão do baixo índice de interesse dos candidatos aprovados e nomeados. De cada 10 (dez) candidatos nomeados, em média 50% (cinquenta por cento) não comparecem aos atos de posse e exercício.

Por fim, inerentemente à aplicabilidade dos conceitos de educação continuada, satisfação e motivação, disciplina e desempenho funcional, a SAIP, dentro de sua atuação institucional e nos limites da sobrecarga de trabalho, busca alcançá-los principalmente sob a forma de realização de periódicas reuniões, gerando a reciprocidade de instruções, conhecimentos e experiências entre seus colaboradores. Na medida do possível, a Coordenação-Geral de Recursos Humanos, que integra a UJ Secretaria Executiva, exerce sua atribuição regimental no sentido de manter uma estrutura de treinamentos voltada às atuações meio e fim dos colaboradores, investindo na constante busca pela atualização dos conteúdos necessários à execução do trabalho. A Unidade, nesse contexto, buscou e busca contribuir com o estabelecimento das diretrizes dessas capacitações, oferecendo subsídios à CGRH sob a forma de indicação de cursos e modalidades do gênero de aperfeiçoamento.

6. PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010.

6.1 Transferências efetuadas no exercício

6.1.1 Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2010

Quadro 107 - A.6.1 é CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO PARA INCLUSÃO PRODUTIVA									
CNPJ:					UG/GESTÃO: 550009/00001				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
1	701865	12.200.176/0001-76	3.615.523,00	362.930,00	0,00	1.636.797,00	31/12/2008	1/8/2011	1
1	701940	13.937.032/0001-60	13.241.747,66	1.422.640,16	2.672.026,50	8.612.009,50	31/12/2008	31/12/2011	1
1	702028	63.606.479/0001-24	22.031.732,00	2.247.022,00	6.452.178,00	13.071.313,00	31/12/2008	30/12/2011	1
1	702197	07.954.480/0001-79	16.805.366,00	2.235.348,00	0,00	6.318.343,00	31/12/2008	31/12/2011	1
1	706096	33.628.769/0001-08	737.523,00	59.820,00	174.518,00	174.518,00	31/12/2009	31/12/2011	1
1	707648	06.209.497/0001-39	2.173.215,36	174.006,36	999.604,50	999.604,50	31/12/2009	6/5/2011	1
1	709775	01.983.244/0001-02	1.677.825,62	133.453,92	900.098,36	900.098,36	31/12/2009	29/6/2011	1
1	711591	04.782.112/0001-00	1.867.440,00	76.400,00	597.680,00	597.680,00	31/12/2009	31/12/2011	1
1	717234	05.465.167/0001-41	19.243.009,00	3.862.500,00	0,00	4.715.281,00	31/12/2009	31/12/2012	1
1	717465	08.995.816/0001-04	20.000.000,00	2.000.000,00	900.944,50	900.944,50	31/12/2009	12/12/2012	1

1	717569	13.128.798/0013-37	10.747.900,36	1.074.790,04	931.995,00	931.995,00	30/12/2009	10/12/2012	1
1	718538	08.642.138/0001-04	14.431.092,24	1.444.000,00	4.743.534,05	4.743.534,05	31/12/2009	30/11/2012	1
1	721367	75.636.530/0001-20	103.000,00	3.000,00	0,00	0,00	31/12/2009	31/12/2010	7
1	721482	87.849.923/0001-09	163.960,00	63.960,00	100.000,00	100.000,00	31/12/2009	21/10/2011	1
1	721515	87.851.200/0001-36	103.878,95	3.878,95	100.000,00	100.000,00	31/12/2009	11/5/2011	1
1	721517	87.366.159/0001-02	112.525,24	12.525,24	0,00	0,00	31/12/2009	16/12/2011	1
1	722063	88.254.875/0001-60	217.400,00	17.400,00	200.000,00	200.000,00	31/12/2009	5/7/2011	1
1	722084	18.715.508/0001-31	108.700,00	8.700,00	100.000,00	100.000,00	31/12/2009	31/3/2011	1
1	722170	06.867.379/0001-18	103.000,00	3.000,00	100.000,00	100.000,00	31/12/2009	3/6/2011	1
1	722207	87.613.477/0001-20	219.312,50	19.312,50	200.000,00	200.000,00	31/12/2009	21/10/2011	1
1	722237	94.577.616/0001-73	104.250,00	4.250,00	100.000,00	100.000,00	31/12/2009	7/5/2011	1
1	722245	88.814.181/0001-30	160.100,35	60.100,35	0,00	0,00	31/12/2009	22/11/2011	1
1	722310	11.097.292/0001-49	313.000,00	13.000,00	300.000,00	300.000,00	1/1/2010	10/5/2011	1
1	722882	88.566.872/0001-62	109.000,00	9.000,00	0,00	0,00	31/12/2009	16/12/2011	1
1	723056	88.585.518/0001-85	189.500,00	89.500,00	0,00	0,00	31/12/2009	22/11/2011	1
1	723081	90.895.905/0001-60	130.576,42	30.576,42	0,00	0,00	3/1/2010	3/7/2010	7
1	723334	88.577.416/0001-18	219.983,87	19.983,87	0,00	0,00	31/12/2009	2/7/2011	1
1	723408	18.431.312/0001-15	300.000,00	30.000,00	270.000,00	270.000,00	31/12/2009	16/12/2011	1
1	723425	49.576.416/0001-41	163.190,23	13.190,23	0,00	0,00	31/12/2009	16/12/2011	1
1	723475	00.394.601/0001-26	160.000,00	60.000,00	0,00	0,00	31/12/2009	31/12/2010	7
1	723513	75.927.582/0001-55	130.484,19	30.484,19	0,00	0,00	31/12/2009	1/6/2010	7
1	723581	46.523.247/0001-93	543.500,00	43.500,00	500.000,00	500.000,00	31/12/2009	16/12/2011	1
1	723603	09.579.079/0001-21	224.000,00	24.000,00	0,00	0,00	31/12/2009	31/12/2010	7
1	723631	09.579.079/0001-21	168.315,00	18.315,00	0,00	0,00	31/12/2009	31/12/2010	7
1	723637	83.108.357/0001-15	100.000,00	10.000,00	90.000,00	90.000,00	31/12/2009	16/12/2011	1
1	723740	05.046.503/0001-11	730.000,00	80.000,00	0,00	0,00	31/12/2009	31/12/2010	7
1	723758	08.642.138/0001-04	3.174.467,40	1.374.467,40	1.800.000,00	1.800.000,00	31/12/2009	6/7/2011	1
1	728459	88.185.020/0001-25	110.976,81	10.976,81	0,00	0,00	31/12/2009	16/12/2011	1
1	728468	88.414.552/0001-97	102.500,00	2.500,00	0,00	0,00	31/12/2009	30/12/2010	7
1	728476	92.868.850/0001-24	102.998,02	2.998,02	0,00	0,00	31/12/2009	16/12/2011	1
1	728507	78.121.902/0001-73	102.500,00	2.500,00	0,00	0,00	31/12/2009	16/12/2011	1
1	728521	76.161.199/0001-00	315.000,00	15.000,00	0,00	0,00	31/12/2009	16/12/2011	1
1	728527	88.254.875/0001-60	271.800,00	21.800,00	0,00	0,00	31/12/2009	16/12/2011	1
1	728538	87.334.918/0001-55	120.000,00	20.000,00	0,00	0,00	31/12/2009	22/11/2011	1
1	728550	97.320.030/0001-17	205.000,00	5.000,00	200.000,00	200.000,00	31/12/2009	5/7/2011	1
1	728583	46.523.031/0001-28	165.000,00	15.000,00	150.000,00	150.000,00	31/12/2009	21/10/2011	1
1	728600	69.122.893/0001-44	250.000,00	50.000,00	0,00	0,00	31/12/2009	31/12/2010	7

1	728605	76.205.707/0001-04	122.787,38	22.787,38	0,00	0,00	31/12/2009	16/12/2011	1
1	728613	87.691.507/0001-17	105.000,00	5.000,00	0,00	0,00	31/12/2009	16/12/2011	1
1	728616	97.761.407/0001-73	139.000,00	39.000,00	100.000,00	100.000,00	31/12/2009	5/7/2011	1
1	728622	28.741.080/0001-55	163.052,00	13.052,00	150.000,00	150.000,00	31/12/2009	16/12/2011	1
1	728625	29.079.480/0001-00	306.122,45	6.122,45	0,00	0,00	31/12/2009	16/12/2011	1
1	728629	09.579.079/0001-21	168.315,00	18.315,00	0,00	0,00	31/12/2009	20/11/2010	7
1	728631	18.245.167/0001-88	163.050,00	13.050,00	0,00	0,00	31/12/2009	30/11/2011	1
1	728645	06.213.703/0001-84	102.200,00	2.200,00	0,00	0,00	31/12/2009	1/9/2011	1
1	728652	12.183.760/0001-60	261.000,00	11.000,00	0,00	0,00	31/12/2009	31/12/2010	7
1	728656	00.096.933/0001-24	104.400,00	4.400,00	0,00	0,00	31/12/2009	31/12/2010	7
1	729074	01.785.492/0001-30	154.510,30	4.510,30	0,00	0,00	31/12/2009	31/12/2010	7
1	741473	87.612.925/0001-71	102.200,00	2.200,00	100.000,00	100.000,00	18/11/2010	30/6/2011	1
1	741474	18.296.681/0001-42	112.245,00	2.245,00	110.000,00	110.000,00	2/12/2010	31/7/2011	1
1	741713	03.239.019/0001-83	153.770,00	3.770,00	150.000,00	150.000,00	16/12/2010	31/1/2011	1
1	742867	46.319.000/0001-50	157.415,50	17.415,50	0,00	0,00	29/12/2010	17/7/2011	1
1	746521	92.401.553/0001-74	155.000,00	5.000,00	150.000,00	150.000,00	16/12/2010	31/12/2011	1
1	747191	45.371.820/0001-28	122.929,00	22.929,00	0,00	0,00	1/11/2010	1/11/2011	1
1	749271	48.555.775/0015-55	209.400,00	9.400,00	200.000,00	200.000,00	29/12/2010	14/9/2011	1
1	751900	83.102.277/0001-52	108.700,00	8.700,00	0,00	0,00	29/12/2010	30/12/2011	1
1	752978	03.252.312/0001-80	19.539.360,00	3.907.872,00	0,00	0,00	30/12/2010	28/12/2012	1
1	753789	87.334.918/0001-55	108.700,00	8.700,00	0,00	0,00	30/12/2010	31/12/2011	1
1	753791	45.370.087/0001-27	109.555,00	9.555,00	0,00	0,00	31/12/2010	31/12/2011	1
1	753796	76.205.970/0001-95	216.026,79	16.026,79	0,00	0,00	31/12/2010	31/12/2011	1
1	753798	16.12.092/0001-23	210.000,00	10.000,00	0,00	0,00	30/12/2010	30/12/2011	1
1	753849	87.890.992/0001-58	226.981,95	26.981,95	0,00	0,00	31/12/2010	30/12/2011	1
1	753853	88.150.495/0001-86	217.400,00	17.400,00	0,00	0,00	30/12/2010	30/12/2011	1
1	753855	00.965.152/0001-29	102.077,00	2.077,00	0,00	0,00	30/12/2010	29/12/2011	1
1	753856	01.613.168/0001-35	103.000,00	3.000,00	0,00	0,00	31/12/2010	31/12/2011	1
1	753860	08.923.971/0001-15	110.822,00	10.822,00	0,00	0,00	31/12/2010	31/12/2011	1
1	753862	10.565.000/0001-92	40.543,00	40.908,00	0,00	0,00	31/12/2010	31/12/2011	1
1	753863	88.577.416/0001-18	217.400,00	17.400,00	0,00	0,00	30/12/2010	30/12/2011	1
1	754032	48.664.304/0001-80	104.733,00	4.733,00	0,00	0,00	31/12/2010	31/12/2011	1
1	754042	08.642.138/0001-04	3.600.000,00	1.100.000,00	0,00	0,00	31/12/2010	30/12/2011	1
1	754043	90.836.693/0001-40	110.787,40	10.787,40	0,00	0,00	31/12/2010	31/12/2011	1
1	754046	88.814.181/0001-30	155.000,00	5.000,00	0,00	0,00	31/12/2010	31/12/2011	1
1	754055	88.577.416/0001-18	110.838,37	10.838,37	0,00	0,00	30/12/2010	30/12/2011	1
1	754073	06.867.379/0001-18	204.100,00	4.100,00	0,00	0,00	31/12/2010	31/12/2011	1

1	754083	08.870.164/0001-81	119.000,00	19.000,00	0,00	0,00	20/11/2010	20/11/2011	1
1	754101	05.328.503/0001-04	204.100,00	4.100,00	0,00	0,00	31/12/2010	30/12/2011	1
1	754464	87.344.016/0001-08	155.000,00	5.000,00	0,00	0,00	31/12/2010	31/12/2011	1
1	754483	87.599.122/0001-24	160.012,00	10.012,00	0,00	0,00	31/12/2010	31/12/2011	1
1	754515	04.213.870/0001-08	168.900,23	18.900,23	0,00	0,00	31/12/2010	31/12/2011	1
1	754540	15.024.045/0001-73	153.400,00	3.400,00	0,00	0,00	31/12/2010	31/12/2011	1
1	754578	88.743.604/0001-79	102.367,49	2.597,91	0,00	0,00	1/12/2010	30/12/2011	1
2	TC N° 01/2010 SAIP	440002/00001	1.000.000,00	0,00	750.000,00	750.000,00	18/8/2010	10/12/2010	1
2	TC N° 02/2010 SAIP	135100/22211	12.213.000,00	0,00	6.500,00	6.500,00	20/10/2010	20/11/2011	1
2	TC N° 03/2010 SAIP	158092/26351	220.870,08	0,00	36.670,48	36.670,48	9/11/2010	31/12/2010	1

LEGENDA**Modalidade:**

- 1 - Convênio
- 2 - Contrato de Repasse
- 3 - Termo de Parceria
- 4 - Termo de Cooperação
- 5 - Termo de Compromisso

Situação da Transferência:

- 1 - Adimplente
- 2 - Inadimplente
- 3 - Inadimplência Suspensa
- 4 - Concluído
- 5 - Excluído
- 6 - Rescindido
- 7 - Arquivado

Fonte: SICONV e SIAFI

6.1.2 Quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios

Quadro 108 - A.6.2 ó RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

<i>Unidade Concedente ou Contratante</i>						
<i>Nome: SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO PARA INCLUSÃO PRODUTIVA</i>						
<i>CNPJ:</i>				<i>UG/GESTÃO: 550009/00001</i>		
<i>Modalidade</i>	<i>Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício</i>			<i>Valores repassados em cada exercício (Valores em R\$ 1,00)</i>		
	<i>2008</i>	<i>2009</i>	<i>2010</i>	<i>2008</i>	<i>2009</i>	<i>2010</i>
<i>Convênio</i>	4	54	37	6.318.343,00	18.911.196,00	23.542.578,91
<i>Contrato de Repasse</i>	0	0	0	00,00	00,00	00,00
<i>Termo de Parceria</i>	0	0	0	00,00	00,00	00,00
<i>Termo de Cooperação</i>	0	0	3	00,00	00,00	793.170,48
<i>Termo de Compromisso</i>	0	0	0	00,00	00,00	00,00
<i>Totais</i>	4	54	40	6.318.343,00	18.911.196,00	24.335.749,39

Fonte: SIAFI

6.1.3 Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferências que vigerão no exercício de 2011 e seguintes

Quadro 109 - A.6.3 ó RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA QUE VIGERÃO EM 2011 E EXERCÍCIOS SEGUINTE

<i>Unidade Concedente ou Contratante</i>					
<i>Nome: SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO PARA INCLUSÃO PRODUTIVA</i>					
<i>CNPJ:</i>			<i>UG/GESTÃO: 550009/00001</i>		
<i>Modalidade</i>	<i>Qtd. de instrumentos com vigência em 2011 e seguintes</i>	<i>Valores (R\$ 1,00)</i>			<i>% do Valor global repassado até o final do exercício de 2010</i>
		<i>Contratados</i>	<i>Repassados até 2010</i>	<i>Previstos para 2011</i>	
<i>Convênio</i>	82	141.120.356,34	48.772.117,91	92.348.238,43	34,56
<i>Contrato de Repasse</i>	0	00,00	00,00	00,00	0
<i>Termo de Parceria</i>	0	00,00	00,00	00,00	0
<i>Termo de Cooperação</i>	1	12.213.000,00	6.500,00	12.206.500,00	0,05
<i>Termo de Compromisso</i>	0	00,00	00,00	00,00	0
Totais	83	153.333.356,34	48.778.617,91	104.554.738,43	31,81

Fonte: SIAFI & SICONV

6.1.4 Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios e contratos de repasse

Quadro 110 - A.6.4 ó RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO E DE CONTRATOS DE REPASSE.

Não se aplica

6.1.5 Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse

Quadro 111 - A.6.5 - VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE

Não se aplica

7. PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010.

7.1 Estrutura de controles internos da UJ

<i>Aspectos do sistema de controle interno</i>	<i>Avaliação</i>				
	<i>1</i>	<i>2</i>	<i>3</i>	<i>4</i>	<i>5</i>
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					x
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			x		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				x	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					x
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				x	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				x	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				x	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.					x
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					x
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				x	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					x
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.					x
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.					x
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				x	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				x	
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				x	

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					x
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					x
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				x	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.					x
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			x		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				x	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					x
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					x
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				x	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				x	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				x	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					x
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				x	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					x
Considerações gerais: Não há					
<u>LEGENDA</u>					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no					

<i>Aspectos do sistema de controle interno</i>	<i>Avaliação</i>
<p><i>contexto da UJ, porém, em sua minoria.</i></p> <p><i>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</i></p> <p><i>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</i></p> <p><i>(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</i></p>	

8. PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010.

8.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro 112 - A.10.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? - Nas aquisições de bens que sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, que cumpram os requisitos ambientais para a certificação do INMETRO (Ex: Equipamentos eletro-eletrônicos).		X			
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.		X			
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).		X			
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	X				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?	X				
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	X				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	X				
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	X				
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.					X
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.					X

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.				X	
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	X				
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? - No âmbito da implantação da Coleta Seletiva, foi realizada campanha de conscientização dos usuários, na qual a base foi a proteção do meio ambiente, a preservação dos recursos naturais.				X	
Considerações Gerais:					
LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

9. PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU Nº107, DE 27/10/2010.

Não há

10. PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010.

10.1 Gestão de Tecnologia da Informação (TI)

Quadro 113 - A.12.1 ó GESTÃO DE TI DA UJ

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.					X
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.					X
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.					X
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	Servidores: 0 Terceirizados:0				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	X				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.		X			
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.				X	
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.		X			
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.					X
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.			X		
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.				X	
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	100,00%				
13. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.			X		
14. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.			X		
15. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?		X			
Considerações Gerais:					
1. O Planejamento Estratégico do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) é realizado anualmente sob a coordenação da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento (SPO),					

subordinada à Secretaria Executiva do Ministério. Por conseguinte, todas as Unidades Jurisdicionais (UJ) estão incluídas neste Planejamento Estratégico Institucional.

2. A área de Tecnologia da Informação (TI) conta com Planejamento Estratégico (PETIC) elaborado em 2007, com abrangência até 2011. Adicionalmente, a partir de 2010, conta com Plano Diretor de TI (PDTI), atualmente em sua versão 1.2, aprovado pelo Comitê Gestor de TI do Ministério (CGTI) e compatível com o PETIC.
3. Existe Comitê Gestor de TI (CGTI) órgão definido em Portaria específica e presidido pela Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI), com participação de representantes de todas as Secretarias do MDS.
4. Servidores: nenhum
Terceirizados: nenhum
A Secretaria faz uso de serviços da DTI e da SAGI.
5. Não há carreira de TI no órgão. Existem apenas servidores com gratificação do SISP (GSISP) e da carreira de Analista de TI do Ministério do Planejamento (ATI) alocados ao MDS.
6. A Coordenação Geral de Sustentação e Segurança (CGSS) da Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI) está aparelhada para tratar operacionalmente com questões de segurança, grupo informalmente constituído com características de CSIRT (Computer Security Incident Response Team) ou CERT (Computer Emergency Response Team), presidido pelo Coordenador Geral de Sustentação e Segurança, com endereço eletrônico informado ao Grupo de Segurança Institucional (GSI) do Planalto. A criação de Comitê de Segurança da Informação está proposta no PDTI 2010-2011 e está em análise pelo CGTI para decisão sobre sua composição.
7. Documento com proposta de PSI (Política de Segurança da Informação) foi apresentado ao CGTI para análise e aprovação. Em Ata de Reunião, definiu-se seu uso provisório, sempre que aplicável, até que haja posicionamento definitivo sobre ele.
8. Está em estágio inicial a avaliação dos contratos vis-à-vis as necessidades do MDS, conforme determinado pelo CGTI.
9. Conforme estabelecido no PDTI 2010-2011, adotam-se duas metodologias de desenvolvimento: OpenUp (Open Unified Process), para os desenvolvimentos de fábrica de software sob gestão da DTI; SCRUM para as atividades da fábrica responsável pelo desenvolvimento do SIGPBF (Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família), sob gestão da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC).
10. Em 2010, desenvolveu-se Catálogo de Serviços de TI, tendo por objetivo a estabelecimento de Níveis de Serviço (NS) da área de TI com seus clientes. Tais NS estão sendo discutidos, com objetivo de estabelecê-los em definitivo.
11. A maioria dos contratos de TI possui definição de níveis de serviço. Entretanto, tais níveis nem sempre são adequados a uma gestão efetiva dos contratos. Por tal razão, está-se discutindo mudanças para melhorá-los.
12. Os servidores da área de TI não possuem, com raras exceções, formação em TI. Por tal razão, a capacidade interna é praticamente nula, exigindo a participação de terceirizados em 100% dos casos.
13. A partir de 2010, contratações de TI passaram a ser feitas apoiadas por documentação aderente às recomendações da IN 04 SLTI (tanto para serviços como para bens). Nos documentos de planejamento da contratação, procura-se avaliar os benefícios para o MDS ou para a área usuária sendo endereçada.

Entretanto, como a ação é recente, a documentação ainda pode ser aperfeiçoada.

14. A gestão de contratos, em sua maioria, é feita pelo pessoal que recebe a gratificação do SISP (Sistema de Administração de Recursos de Informação e Informática), denominada GSISP, e, neste contexto, existe tentativa de estabelecer processo formal de gestão. Modelagem de processo está em andamento, com ferramenta BPM/BPEL (**B**usiness **P**rocess **M**anagement/ **B**usiness **P**rocess **E**xecution **L**anguage), para estabelecer ambiente de gestão com acompanhamento automatizado.
15. Tendo em vista a quase inexistência de pessoal com formação específica de TI na DTI, a transferência tecnológica é incipiente, por inviável. Existe transferência em relação à operação dos produtos.

LEGENDA

Níveis de avaliação:

(1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.

(2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.

(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.

(4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.

(5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.

11. PARTE A, ITEM 14, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/ 10/2010.

11.1 Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ

Certificação Fome Zero

A SAIP, como forma de reconhecimento e estímulo às ações de empresas e instituições não governamentais que exercem a responsabilidade social e contribuem para o combate à fome e à exclusão social, confere a essas instituições e empresas a certificação como Doador Eventual ou como Parceiro Fome Zero.

A) Certificação de Doador Eventual - desonera as empresas do pagamento do IPI e ICMS. A SAIP é responsável pela aplicação e publicação da isenção de ICMS e IPI às doações de mercadorias e prestação de serviços destinados ao Fome Zero. A norma que regulamenta este procedimento é o Convênio ICMS nº 18/03 de 04 de abril de 2003 (prorrogado até 31 de dezembro de 2012, pelo Convênio ICMS nº 1, de 20 de janeiro de 2010), firmado entre o MDS e o Conselho Nacional de Política Fazendária ó CONFAZ, que trata da isenção do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação ó ICMS, das saídas de mercadorias, em decorrência das doações nas operações internas e interestaduais destinadas ao Fome Zero. O referido convênio é regulamentado pelo Ajuste SINIEF 14, de 14 de dezembro de 2007, que dispõe sobre as condições, os mecanismos de controle e os procedimentos a serem observados em relação às doações de mercadorias e de prestações de serviço de transportes alcançadas pela isenção de ICMS, para atendimento ao Fome Zero. Quanto à isenção do Imposto Sobre Produtos Industrializados - IPI, as normas que regulam este procedimento são o Decreto 4.669/03, que altera a alíquota incidente sobre produtos doados ao Fome Zero, e a Portaria Interministerial/MF/MESA/nº 142/03, que regulamenta esse Decreto.

Retificando que o valor das doações referentes ao exercício de 2009 foi de R\$ 22.181.061,85 (vinte e dois milhões, cento e oitenta e um mil, sessenta e um reais, oitenta e cinco centavos), diferenciando do que havia sido informado no Relatório de Gestão de 2009. O valor apresentado no relatório de 2009 foi de R\$ 4.277.984,77, valor esse que tinha sido prestado conta nos dois primeiros meses de 2010. Esse novo valor refere-se às prestações de contas que foram recebidas e processadas no decorrer de todo o exercício de 2010.

O valor das doações dos diversos produtos no período relativo a 2010, cujas prestações de contas foram recebidas e processadas até fevereiro de 2011, é de R\$ 10.535.168,99 (dez milhões, quinhentos e trinta e cinco mil, cento e sessenta e oito reais, noventa e nove centavos). É importante ressaltar que, de acordo com as prestações de contas recebidas, a SAIP realiza o levantamento exato dos valores das mercadorias doadas.

A Tabela abaixo especifica os diversos tipos de mercadorias doadas ao Fome Zero em 2010, seus valores, quantidades e unidades de medida.

Tipo de Mercadoria	Valor	Quantidade	Unidade de Medida
Alimentos	7.626.803,81	2.138,55	Tonelada
Produtos de Higiene/Limpeza	2.765.028,68	378,55	Tonelada
Sementes de Milho/Feijão/Arroz/Sorgo	130.225,40	31,75	Tonelada
Fertilizantes/Adbuos	683,75	0,55	Tonelada
Mudas de Frutas/Hortaliças/Legumes	3.359,88	1.145	Unidade
Sementes de Hortaliças	708,00	5.900	Envelope
Vestuário	8.059,47	2.736	Unidade
Doação do Ibama (pescados)	-x-	0,38	
Objetos Doados ao Fome Zero destinados a Leilão	300,00	2	Unidade
TOTAL (R\$)	10.535.168,99	-x-	-x-
Fonte: DAP/SAIP			

B) Certificação de Parceiro Fome Zero - em 2010 não foram certificados novos parceiros, mantendo-se os mesmos 208 certificados até o exercício de 2008, cuja relação se encontra disponibilizada no sítio: www.fomezero.gov.br.

C) A SAIP é responsável apenas pela concessão do Certificado de Doador Eventual, de acordo com o Convênio ICMS/18/2003 do CONFAZ que ocorre após a doação do bem e respectiva apresentação prestação de contas.

11.2 Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida

Não se aplica

11.3 Contribuintes Beneficiados pela Renúncia ó Pessoa Jurídica e Física

Não há contribuintes diretos da renúncia ó pessoa física

Quadro 114 - A.14.3 - CONTRIBUINTES BENEFICIADOS PELA RENÚNCIA ó PESSOAS FÍSICAS

Não há

Quadro 115 - A.14.4 - CONTRIBUINTES BENEFICIADOS PELA RENÚNCIA ó PESSOAS JURÍDICAS

Não há

1 - Tonelada / Valor

UF(*)	2007		2008		2009		2010	
	Quantidade (Tonelada)	Valor Doação (R\$)						
AC	2,48	8.688,44	47,18	132.179,80	32,53	105.215,87	7,64	26.482,11
AL								
AP								
AM								
BA								
CE								
DF	166,88	1.280.875,16						
ES			6,30	62.289,17	0,13	1.169,34	4,73	24.409,69
GO								
MA								
MT								
MS	12,00	13.800,00	1,25	5.613,96				
MG	1.810,35	2.265.190,48	273,87	787.959,33	2.025,22	8.309.032,65	85,63	245.584,35
PA								
PB								
PR	355,64	1.586.275,37	454,18	3.479.492,71	85,42	614.103,04	329,67	1.827.969,36
PE								
PI								
RJ					10,32	1.214,29	9,03	1.937,91
RN								
RS								
RO								
RR								
SC								
SP	371,31	1.145.166,23	850,15	2.214.939,48	2.425,42	12.644.844,07	2.112,70	8.396.358,22
SE								
TO								
Σ	2.718,66	6.299.995,68	1.632,93	6.682.474,45	4.579,04	21.675.579,26	2.549,40	10.522.741,64

2 - Unidade / Valor

UF do Doador	2009		2010	
	Quantidade (Unidade)	Valor Doação (R\$)	Quantidade (Unidade)	Valor Doação (R\$)
MG	987.946	504.876,59	7.045	4.067,88
PR	6.060	606,00		
RS			2.736	8.059,47
Σ	994.006	505.482,59	9.781	12.127,35

Obs.: Não consta o valor de IPI nas notas fiscais de destinação das mercadorias doadas ao Fome Zero.

11.4 Beneficiários da Contrapartida da Renúncia Tributária - Pessoas Físicas e Jurídica

Não se aplica.

11.5 Programas Orçamentários Financiados com Contrapartida de Renúncia de Receita Tributária

Não se aplica.

11.6 Prestações de Contas de Renúncia de Receitas

Não se aplica.

11.7 Comunicações à RFB

Não se aplica.

11.8 Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas

Não se aplica.

11.9 Declaração

Não se aplica.

12. PARTE A, ITEM 15, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010.

12.1 Deliberações do TCU atendidas no exercício

Não houve deliberações do TCU.

12.2 Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício

Quadro 116 - A.15.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

<i>Unidade Jurisdicionada</i>					
<i>Denominação completa:</i>					<i>Código SIORG</i>
SECRETARIA EXECUTIVA					-
<i>Deliberações do TCU</i>					
<i>Deliberações expedidas pelo TCU</i>					
<i>Ordem</i>	<i>Processo</i>	<i>Acórdão</i>	<i>Item</i>	<i>Tipo</i>	<i>Comunicação Expedida</i>
01	017.252/2008-9	6446/2010 ó 1ª câmara	1.5.2 1.5.2.1 1.5.2.2 1.5.2.3 1.5.2.4 1.5.2.5 1.5.2.5.1 1.5.2.5.2 1.5.2.5.3 1.5.2.5.4 1.5.2.5.5 1.5.2.5.6	DE	OFÍCIO Nº 858/2010-TCU/SECEX-4
<i>Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação</i>					<i>Código SIORG</i>
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME					1945
<i>Descrição da Deliberação:</i>					
<p>determinar à SE/MDS que, em relação ao Convênio nº 1/SAIP/MDS/2004 (Siafi 510249), celebrado com o Instituto Paulo Freire, instaure a competente Tomada de Contas Especial, diante da não-comprovação da aplicação dos recursos repassados pela União e da contrapartida - glosando-se os valores que não atenderem aos requisitos legais, contratuais e relacionados ao objeto conveniado / plano de trabalho, exceto os já restituídos, e levando-se em conta ainda a restituição dos valores pendentes, no montante de R\$ 94.521,70, e as premissas constantes da instrução de fls. 616/671 dos autos (itens 218 a 220, 223, 241 a 245, 267, 268 e 298 a 300) e do relatório e voto condutores do Acórdão nº 549/2003-TCU-Plenário - e do descumprimento do entendimento expresso pelo Tribunal na referida deliberação, subitem 9.2.1, e dos seguintes dispositivos legais e contratuais:</p>					

<p>1.5.2.1. Convênio nº 1/SAIP/MDS/2004: Cláusulas 2ª, subitens 2.2.2 e 2.2.3; 6ª; 7ª; 9ª e 11ª, subitens 11.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4;</p> <p>1.5.2.2. Instrução Normativa STN nº 1/1997: artigos 2º, incisos II, V, §1º e §3º; 4º, caput e inciso II; 7º, incisos I e XIX; 8º, incisos I, IV, V, VI e VII; 20; 21, § 4º, incisos I, II e III; 22; 23; 27; 30 e 38;</p> <p>1.5.2.3. Lei nº 10.180/2001: art. 35, § 1º;</p> <p>1.5.2.4. Portaria MPOG nº 98/2003: art. 2º, incisos I e III;</p> <p>1.5.2.5. Lei nº 8.666/1993, em especial os seguintes preceitos envolvendo os processos de aquisição de bens e serviços:</p> <p>1.5.2.5.1. comprovação de pesquisa de preços a, no mínimo, três fornecedores;</p> <p>1.5.2.5.2. comprovação de que o princípio constitucional da isonomia e da seleção da proposta mais vantajosa foram observados no processo de compra;</p> <p>1.5.2.5.3. comprovação de que o processo de aquisição foi processado e julgado em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos;</p> <p>1.5.2.5.4. comprovação das propostas;</p> <p>1.5.2.5.5. comprovação da documentação de julgamento das propostas e de adjudicação do objeto adquirido pelo convenente;</p> <p>1.5.2.5.6. obrigatoriedade de documento de formalização da compra (incluindo a informação que os documentos fiscais devem ser emitidos com a devida identificação do título e número do convênio);</p>	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
SECRETARIA EXECUTIVA	-
Síntese da providência adotada:	
<p>Foi emitido o MEMO/GAB/SAIP/MDS/Nº 17/2011, de 27/01/2011, informando que o Convênio MDS 001/04, SIAFI (Siafi, 510249), celebrado com o Instituto Paulo Freire está registrado na Unidade Gestora 550005 ó Coordenação Geral de Logística e Administração/SAA/SE/MDS, unidade responsável pela análise financeira e aprovação da prestação de contas.</p> <p>O setor responsável está instruindo o processo no sentido de providenciar a instauração da tomada de contas especial.</p>	
Síntese dos resultados obtidos	
<p>A síntese dos resultados obtidos será informada pela Unidade Gestora 550005 - Coordenação Geral de Logística e Administração/SPA/SE/MDS, unidade responsável pela análise financeira e aprovação da prestação de contas.</p>	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

12.3 Recomendações do OCI atendidas no exercício

Quadro 117 - A.15.3 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa:	Código SIORG
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME	1945

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	Acórdão nº. 4827/2009/2010 – 2ª Câmara	1.1.4.1	SA 243939/003
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME / SECRETARIA EXECUTIVA			1945
Descrição da Recomendação:			
<p>Informamos que a ausência da informação com relação às inscrições no exercício de 2009 de Restos a Pagar Processados e não Processados ocorreu em virtude do Quadro apresentado no item 5 da Parte A do Anexo II da DN TCU nº 100, de 07 de outubro de 2009</p>			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO PARA INCLUSÃO PRODUTIVA			-
Síntese da providência adotada:			
<p>Por meio do Ofício nº 348/SE/MDS, de 23.6.2010, a Unidade acrescentou o seguinte:</p> <p>“Esta Unidade acata as recomendações da Auditoria. Acrescente-se que as informações sobre Restos a Pagar Inscritos no Exercício de 2009 foram encaminhadas à SFC/CGU por meio da Resposta/SA-243939/003, de 05/05/2010, conforme trecho abaixo transcrito: (...) A inscrição dos Restos a Pagar Não Processados no valor de R\$ 12.516.223,36 está fundamentada no inciso III do artigo 35 do Decreto nº 93.872/86, cujos recursos se destinam a atender transferências a instituições públicas e privadas, por meio de convênios, cuja despesa se encontrava em estágio de liquidação, com análise técnica do plano de Trabalho concluída e não foram processadas pelas seguintes razões:</p>			
<i>Empenho</i>	<i>Convênio</i>	<i>Valor</i>	<i>Situação</i>
900056 e 900057	717569/2009	931.995,00	Não foi possível realizar a liquidação, devido ao SICONV apresentar erro na abertura da conta bancária junto à CEF.
900058, 900059 e 900060	717465/2009	900.944,50	Não foi possível realizar a liquidação, devido ao SICONV apresentar erro na abertura da conta bancária junto à CEF.

900040	722063/200 9	200.000,00	Por equívoco, servidor do FNAS registrou o convênio na UG-330013, o que impossibilitou a liquidação pela SAIP, ocorrência regularizada pela STN no exercício de 2010, Anexo III.
900002	706096/200 9	225.901,00	Processo em fase final de instrução.
900003	707648/200 9	999.604,50	Processo em fase final de instrução.
900005	709775/200 9	900.098,36	Processo em fase final de instrução.
900006	711591/200 9	597.680,00	Processo em fase final de instrução.
900021	721367/200 9	100.000,00	Crédito disponibilizado para SAIP em 07/12/2009.
900028	722170/200 9	100.000,00	Crédito disponibilizado para SAIP em 07/12/2009.
900029	722207/200 9	200.000,00	Crédito disponibilizado para SAIP em 07/12/2009.
900041	723081/200 9	100.000,00	Crédito disponibilizado para SAIP em 07/12/2009.
900043	723408/200 9	200.000,00	Crédito disponibilizado para SAIP em 07/12/2009.
900044	723408/200 9	70.000,00	Crédito disponibilizado para SAIP em 07/12/2009.
900045	723425/200 9	150.000,00	Crédito disponibilizado para SAIP em 07/12/2009.
900046	723475/200 9	100.000,00	Crédito disponibilizado para SAIP em 07/12/2009.
900047	723513/200 9	100.000,00	Crédito disponibilizado para SAIP em 07/12/2009.
900048	723581/200 9	500.000,00	Crédito disponibilizado para SAIP em 07/12/2009.
900049	723603/200 9	200.000,00	Crédito disponibilizado para SAIP em 07/12/2009.
900050	723631/200	150.000,00	Crédito disponibilizado para SAIP em 07/12/2009.

	9		
900051	723637/200 9	90.000,00	Crédito disponibilizado para SAIP em 07/12/2009.
900052	723740/200 9	650.000,00	Crédito disponibilizado para SAIP em 07/12/2009.
900053	723758/200 9	1.800.000,00	Crédito disponibilizado para SAIP em 07/12/2009.
900061	728459/200 9	100.000,00	Crédito disponibilizado para SAIP em 28/12/2009.
900062	728468/200 9	100.000,00	Crédito disponibilizado para SAIP em 28/12/2009.
900063	728476/200 9	100.000,00	Crédito disponibilizado para SAIP em 28/12/2009.
900064	728507/200 9	100.000,00	Crédito disponibilizado para SAIP em 28/12/2009.
900065	728521/200 9	300.000,00	Crédito disponibilizado para SAIP em 28/12/2009.
900066	728527/200 9	150.000,00	Crédito disponibilizado para SAIP em 28/12/2009.
900067	728527/200 9	100.000,00	Crédito disponibilizado para SAIP em 28/12/2009.
900068	728538/200 9	100.000,00	Crédito disponibilizado para SAIP em 28/12/2009.
900070	728583/200 9	150.000,00	Crédito disponibilizado para SAIP em 28/12/2009.
900073	728550/200 9	200.000,00	Crédito disponibilizado para SAIP em 28/12/2009.
900074	728600/200 9	200.000,00	Crédito disponibilizado para SAIP em 28/12/2009.
900075	728605/200 9	100.000,00	Crédito disponibilizado para SAIP em 28/12/2009.
900076	728613/200 9	100.000,00	Crédito disponibilizado para SAIP em 28/12/2009.
900077	728616/200	100.000,00	Crédito disponibilizado para SAIP em 28/12/2009.

	9		
900078	728622/200 9	150.000,00	Crédito disponibilizado para SAIP em 28/12/2009.
900079	728625/200 9	300.000,00	Crédito disponibilizado para SAIP em 28/12/2009.
900080	728629/200 9	150.000,00	Crédito disponibilizado para SAIP em 28/12/2009.
900081	728631/200 9	150.000,00	Crédito disponibilizado para SAIP em 28/12/2009.
900082	728645/200 9	100.000,00	Crédito disponibilizado para SAIP em 28/12/2009.
900083	728652/200 9	250.000,00	Crédito disponibilizado para SAIP em 28/12/2009.
900084	728656/200 9	100.000,00	Crédito disponibilizado para SAIP em 28/12/2009.
900085	729074/200 9	150.000,00	Crédito disponibilizado para SAIP em 28/12/2009.
TOTAL		12.516.223,36	

Os empenhos inscritos na conta de Restos a Pagar Processados, no valor de R\$ 17.004.920,50, são relativos aos Convênios cuja formalização foi concluída em 31/12/2009, porém, por insuficiência de recursos financeiros no MDS não foi possível a realização do pagamento.”

Síntese dos resultados obtidos

- Em Relação aos Convênios 717569 e 717465 foi aberta a conta bancária junto à CEF e que o recurso foi liquidado e liberado para as convenentes.
- Em Relação ao Convênio que foi registrado por equívoco pelo servidor do FNAS informamos que o Convênio foi regularizado e que o mesmo foi liquidado e liberado para a convenente.
- Em Relação aos Convênios 706096, 707648, 709775 e 711591 foram instruídos, liquidado e liberado para as convenentes.
- Referente ao convênio 721367/2009, considerando que o projeto visava beneficiar entidade privada, o empenho foi cancelado e o convênio foi extinto.
- Em relação ao convênio 722170, o recurso financeiro foi liberado ao convenente em junho/2010 e o projeto se encontra em execução, com o final da vigência previsto para 03/06/2011.
- Em relação ao convênio 722207/2009, o recurso foi liberado ao convenente em novembro/2010 e o projeto se encontra em execução, com o final da vigência previsto para 21/10/2011.
- Em relação aos convênios 723081, 723475, 723513, 723603, 723631, 723740, 728468, 728600, 728629, 728652, 728656 e 729074, considerando que não houve o atendimento integral das exigências apontadas pelo Ministério, os empenhos foram cancelados e os convênios foram extintos.

- Em relação ao convênio 723408, o recurso financeiro foi liberado ao conveniente em dezembro/2010 e o projeto se encontra em execução, com o final da vigência previsto para 16/12/2011.
- Em relação aos convênios 723425, 728459, 728476, 728507, 728521, 728527, 728538, 728605, 728613, 728625 e 728631, considerando que os projetos de engenharia ainda não foram aprovados pela área técnica do MDS, não houve transferência de recurso e não foi iniciada nenhuma execução.
- Em relação ao convênio 723581, o recurso financeiro foi liberado ao conveniente em dezembro/2010 e o projeto se encontra em execução, com o final da vigência previsto para 16/12/2011.
- Em relação ao convênio 723637, o recurso financeiro foi liberado ao conveniente em dezembro/2010 e o projeto se encontra em execução, com o final da vigência previsto para 16/12/2011.
- Em relação ao convênio 723758, o recurso financeiro foi liberado ao conveniente em julho/2010 e o projeto se encontra em execução, com o final da vigência previsto para 06/07/2011.
- Em relação ao convênio 728583, o recurso financeiro foi liberado ao conveniente em novembro/2010 e o projeto se encontra em execução, com o final da vigência previsto para 21/10/2011.
- Em relação ao convênio 728550, o recurso financeiro foi liberado ao conveniente em julho/2010 e o projeto se encontra em execução, com o final da vigência previsto para 05/07/2011.
- Em relação ao convênio 728616, o recurso financeiro foi liberado ao conveniente em julho/2010 e o projeto se encontra em execução, com o final da vigência previsto para 05/07/2011.
- Em relação ao convênio 728622, o recurso financeiro foi liberado ao conveniente em dezembro/2010 e o projeto se encontra em execução, com o final da vigência previsto para 16/12/2011.
- Em relação ao convênio 728645, o processo está em fase final de instrução para pagamento, faltando somente a aprovação de termo aditivo.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Um aspecto foi determinante para o cancelamento de projetos, com a conseqüente anulação de empenhos e a extinção dos correspondentes convênios: o não atendimento, por parte dos convenientes (entes públicos e privados), dos ajustes apontados pela área técnica do Ministério, dentro do prazo legal estabelecido. Apesar de toda atenção e orientação repassada pelo MDS, não houve interesse no atendimento às solicitações e, por isso, os convênios acabaram cancelados.

Por outro lado, a inexistência de profissional de engenharia disponível na SAIP, para realizar a análise dos projetos de engenharia apresentados, contribuiu para que a quase totalidade dos convênios estivesse paralisada na área técnica. Entre todos os convênios com previsão de obra de engenharia apresentados, somente um convênio (Prefeitura de Canela/RS) está em condições de pagamento. O restante ainda depende da análise de engenheiro, com a devida disponibilização de um técnico para assumir essa tarefa.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME			1945
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	Acórdão nº. 4827/2009/2010 – 2ª Câmara	1.1.6.1	SA 243939/003
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME / SECRETARIA EXECUTIVA			1945
Descrição da Recomendação:			
<p><i>Recomendamos à Secretaria de Articulação para Inclusão Produtiva - SAIP que providencie junto ao conveniente a definição dos locais a serem realizadas metas do convênio SICONV nº 701940, com o Estado da Bahia e a apresentação de documentos comprobatórios dos plenos poderes de propriedade dos imóveis onde serão realizadas benfeitorias.</i></p>			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO PARA INCLUSÃO PRODUTIVA			-
Síntese da providência adotada:			
<p><i>Em atendimento à recomendação, o Estado da Bahia apresentou, em 14 de julho de 2010, por meio do Ofício GASEC N. 460/10, a definição completa dos locais de realização das metas do Convênio SICONV nº.701940. Em relação à falta de comprovação da propriedade dos imóveis onde serão realizadas as benfeitorias, informamos que não existem despesas previstas com obras e benfeitorias, custeadas com recursos do Convênio. Cumpre esclarecer que conforme PARECER CJ/MDS/0428/2007 (ANEXO II), emitido pela Consultoria Jurídica deste Ministério, em 31 de maio de 2007, podemos considerar que a atividade de recuperação da lavoura do sisal e plantio de mudas de sisal, prevista no Plano de Trabalho não têm natureza jurídica de benfeitoria, mas sim de acessão artificial. Conforme esse parecer “as benfeitorias distinguem-se da acessão artificial que, em suma, é tudo aquilo que adere ao solo por ação humana. Nesses termos é que o Art. 1248, V do Código Civil elenca as plantações como espécie de acessão”.</i></p>			
Síntese dos resultados obtidos			
<p><i>- Contratação de instituições para a execução das ações de capacitação profissional, nas áreas de caprinocultura leiteira, frutas nativas e processamento do sisal.</i></p> <p><i>- Execução da assistência técnica junto ao público beneficiário do convênio, sendo: povos e</i></p>			

<p>comunidades tradicionais de fundo de pasto, indígenas e assentados da reforma agrária.</p> <p>- Aquisição de equipamentos para apoiar as ações de capacitação profissional e de assistência técnica das comunidades.</p> <p>- Andamento da execução das ações (mapeamento e cadastramento das famílias) nos 51 municípios previstos no convênio.</p>
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Atraso no início da execução do projeto, no período de 12 meses, inviabilizou o cumprimento do cronograma inicialmente previsto dentro do convênio, gerando a definição de novos prazos para o atendimento das metas.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME			1945
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	Acórdão nº. 4827/2009/2010 – 2ª Câmara	1.1.6.2	SA 243939/003
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME / SECRETARIA EXECUTIVA			1945
Descrição da Recomendação:			
Recomendamos a Secretaria de Articulação para Inclusão Produtiva - SAIP que providencie junto ao participe do convênio SICONV nº 702197, Estado do Ceará, a definição dos locais de realização das metas referentes às atividades de Artesanato e Central de Formação de Serviços Profissionais.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO PARA INCLUSÃO PRODUTIVA			-
Síntese da providência adotada:			
Em atendimento à recomendação, o Estado do Ceará apresentou, em 22 de julho de 2010, por meio do Ofício GAB SEC n. 3128/2010, a definição dos locais de realização das metas referentes às atividades de Artesanato e Central de Formação de Serviços Profissionais.			
Síntese dos resultados obtidos			
- Os processos de contratação de serviços de terceiros e de pessoas jurídicas se encontram em			

tramitação na assessoria jurídica da STDS.

- Assinatura de termos de compromissos formais de acordo com a orientação da STDS/BNDES/MDS.

- Aquisição de kits para apicultura.

- Famílias pertencentes ao CadÚnico selecionadas aguardando a realização da licitação para iniciarem o processo produtivo de caprinocultura e produção do leite e derivados no município de Tauá.

- Encontra-se em andamento a capacitação das famílias pertencentes ao CadÚnico no município de Quixadá.

- Divulgação do projeto junto às organizações envolvidas na cadeia de reciclagem de óleos e gorduras residuais.

- Ampliação das ações do governo do estado voltadas para apoiar os trabalhadores envolvidos na cadeia de reciclagem de óleos e gorduras residuais.

- Discussões aprofundadas visando garantir a adoção de estratégias que assegurem o alcance dos objetivos definidos no projeto.

- Elaboração dos termos de referências norteadores para contratação dos serviços técnicos especializados essenciais para o alcance dos objetivos estabelecidos no projeto.

- Pactuação de compromissos com as entidades parceiras envolvidas nas ações do projeto.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Atraso no início da execução do projeto, no período de 06 meses, inviabilizou o cumprimento do cronograma inicialmente previsto dentro do convênio, gerando a definição de novos prazos para o atendimento das metas. No entanto, esse atraso não deverá ser impedimento para que o conveniente execute integralmente o projeto no prazo originalmente proposto, tendo apenas pequenos ajustes no cronograma de execução previsto, conforme pode ser comprovado pela fiscalização feita pela SAIP e equipe da Assessoria Especial de Controle Interno do MDS.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME			1945
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	Acórdão nº. 4827/2009/2010 – 2ª Câmara	1.1.6.3	SA 243939/003
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME / SECRETARIA EXECUTIVA			1945

Descrição da Recomendação:																			
<p>Recomendamos à Secretaria de Articulação para Inclusão Produtiva - SAIP que providencie mecanismo de controle e acompanhamento da execução dos convênios celebrados no seu âmbito (como fiscalizações), com a implementação de instrumentos e registros que informem a eficácia e efetividade do controle e acompanhamento realizado (boletins de ocorrências, relatórios de fiscalizações).</p>																			
Providências Adotadas																			
Setor responsável pela implementação	Código SIORG																		
SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO PARA INCLUSÃO PRODUTIVA	-																		
Síntese da providência adotada:																			
<p>No que se refere aos convênios tramitados por esta Secretaria, para o exercício de 2010, aguardamos o envio dos relatórios de execução do último período para proceder a análise e agendar a visita in loco para a fiscalização. Neste sentido a Secretaria de Articulação para Inclusão Produtiva—SAIP estabeleceu como mecanismo de controle e acompanhamento da execução dos convênios, os seguintes instrumentos e registros:</p>																			
<p>1) <i>Mecanismos de controle e acompanhamento da execução dos convênios — será feita matriz que evidencie as metas/atividades previstas e informações relacionadas para se acompanhar a execução técnica do projeto (à qual o desembolso de parcelas é condicionado), em modelo, como segue (quanto ao produto para a meta do objeto, o tempo de duração da atividade quando for o caso, o local da implantação, número de beneficiários e o custo por atividade):</i></p>																			
<table border="1"> <thead> <tr> <th>META</th> <th>Produto/ resultado</th> <th>T0---Tf</th> <th>LOCAL (cidade, bairro, etc.)</th> <th>nº de beneficiários (pessoas ou famílias)</th> <th>Custo (R\$)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Atividade 1</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Atividade...n</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>		META	Produto/ resultado	T0---Tf	LOCAL (cidade, bairro, etc.)	nº de beneficiários (pessoas ou famílias)	Custo (R\$)	Atividade 1						Atividade...n					
META	Produto/ resultado	T0---Tf	LOCAL (cidade, bairro, etc.)	nº de beneficiários (pessoas ou famílias)	Custo (R\$)														
Atividade 1																			
Atividade...n																			
<p>Essa planilha presta-se ao acompanhamento do projeto e – quando as ações forem iniciadas – se desdobrará em dois tipos de dados: “previsto” e “executado”, decorrido o tempo para a execução da atividade. Assim, o controle se dará na verificação da existência de diferença entre dados previstos e executados (sejam elas positivas ou negativas), no caso de acontecerem 1. Essa checagem tem por finalidade buscar garantir “a regularidade dos atos praticados e a plena execução do objeto”, conforme prevê o artigo 51 da Portaria Interministerial nº 127/2008 e respectivas alterações.</p>																			
<p>2) <i>Quanto à fiscalização, propriamente dita, há duas formas previstas: (1) checagem das informações prestadas pelo conveniado (por meio de relatórios trimestrais, apresentação de notas ou informações solicitadas a qualquer tempo); e (2) visitas a locais de implantação das atividades.</i></p>																			

3) *Quanto à implementação de instrumentos e registros que informem a eficácia e efetividade do controle e acompanhamento realizado (boletins de ocorrências, relatórios de fiscalizações), dentro dos mecanismos de controle e acompanhamento da execução dos convênios — há a previsão de pelo menos três instrumentos:*

- *Relatório Trimestral encaminhado pelo convenente com base em modelo 2 (Anexo II) a ser disponibilizado pelo MDS contendo indicadores de desempenho para aferir a sua eficácia)*
- *Relatórios de visita in loco (fiscalização)*
- *Relatório Trimestral Consolidado (concedente) contendo análise do desempenho e aferição da eficiência e da eficácia.*

Todos esses instrumentos com os devidos registros no SICONV.

Oportunamente, os gestores (concedente) poderão buscar apoio para checagens pontuais (exemplo: realização de uma determinada oficina de capacitação) por meio de parcerias com outros órgãos ou entidades, situados próximos ao local de aplicação dos recursos, conforme prevê o inciso Iº do artigo 66 da mencionada portaria.

Síntese dos resultados obtidos

No segundo semestre de 2010 a Equipe Técnica da SAIP, em conjunto com a Assessoria Especial de Controle Interno do MDS, organizou um Plano Operacional cujo objetivo era promover a fiscalização dos Convênios da Secretaria de Articulação para Inclusão Produtiva, no âmbito do Compromisso Nacional pelo Desenvolvimento Social.

Os objetivos específicos do Plano Operacional:

- *Acompanhar a implementação e consolidação de projetos de inclusão produtiva, no âmbito do Compromisso Nacional pelo Desenvolvimento Social:*
- *Averiguar o cumprimento do Plano de Trabalho, cumprimento de metas e prazos, e possíveis alterações;*
- *Verificar o atendimento a legislação pertinente;*
- *Avaliar as instâncias de gerenciamento, coordenação e execução do Programa no âmbito estadual, observando o desenvolvimento de suas competências e responsabilidades;*
- *Verificar observância do processo licitatório, bem como guarda e utilização dos bens permanentes, controle de despesas (ex: combustível, concessão de diárias e passagens e capacitação);*
- *Verificar a existência de ações similares financiadas por outros órgãos;*
- *Verificar a existência de ações do âmbito do presente convênio que estejam sendo financiadas com recursos de outra origem;*
- *Identificar os critérios de seleção de beneficiários e de empreendimentos;*
- *Consolidar as informações, em Nota Técnica, de modo auxiliar o gestor federal na promoção de melhorias na execução do objeto do convênio.*

A Assessoria Especial de Controle Interno, por meio de Acordo de Cooperação com a CGU,

forneceu as orientações à Área Técnica quanto à Metodologia apropriada, que consta do referido Plano Operacional.

Com base neste, a Área Técnica da SAIP, em conjunto com a Assessoria Especial de Controle Interno e com o apoio das seções regionais da CGU, realizou nas datas de 03 a 15 de outubro de 2010 e 18 a 29 de outubro de 2010 viagens para a fiscalização dos Convênios com o Estado do Acre e com o Estado do Ceará, respectivamente.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Cumpra registrar que, com base no trabalho acima descrito, a Equipe Técnica da SAIP sistematizou a Metodologia a ser utilizada no acompanhamento e monitoramento dos Convênios em questão em documento específico.

Mas com o encerramento das atividades da SAIP, e sua migração para a Secretaria Nacional de Segurança alimentar e Nutricional - SESAN, a responsabilidade de acompanhamento e monitoração dos convênios da SAIP integrará a sistemática desta nova secretaria.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME			1945
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	Acórdão nº. 4827/2009/2010 – 2ª Câmara	1.1.6.3	SA 243939/003
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME / SECRETARIA EXECUTIVA			1945
Descrição da Recomendação:			
Apresentar análise detalhada da SAIP sobre a solicitação do conveniente quanto aos remanejamentos e substituições de itens das metas do convênio, a exemplo da ocorrência de licitação/compra de 06 (seis) veículos no valor total de R\$ 719.400,00, conforme relatório de execução trimestral do conveniente, quando o Plano de Trabalho previa aquisição de 07 (sete) veículos, no valor total de R\$ 840.000,00.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO PARA INCLUSÃO PRODUTIVA			-
Síntese da providência adotada:			

O convenente solicitou alterações no Plano de Trabalho do projeto (processo nº 71000.586632/2008) por meio dos Ofícios nº 719/SEDSS/GAB de 31 de maio de 2010 e nº 887/SEDSS/GAB de 22 de julho de 2010; sendo que este segundo substituiu o primeiro, pois o convenente identificou divergências de quantitativos entre os itens registrados no SICONV, e a relação de itens a serem remanejados. Cabe registrar que de acordo com a legislação de convênios em vigor, todos os procedimentos devem ser executados naquele Sistema. Feito o histórico da análise desta Secretaria, ainda em andamento em função das solicitações por parte do convenente, cumpre informar que a SAIP diligenciou, por meio do Ofício 294/2010/SAIP/GAB/MDS aquela Secretaria de Estado para a complementação das informações acerca da solicitação do remanejamento, conforme ofício baseado no PARECER TÉCNICO Nº. 066/2010 CGP/DP/SAIP/MDS, de 10/08/2010:

“A análise técnica identificou a necessidade da apresentação:

- das cotações de Preços e Termos de Referência para serviços e materiais permanentes, relativos a todos os itens novos a serem inseridos no Plano de Aplicação Detalhado;
- da justificativa complementar, detalhando por grupo de itens a necessidade e importância dos remanejamentos para a consecução da Meta/Etapa a que se referem as alterações propostas.”

Síntese dos resultados obtidos

Acerca do remanejamento das caminhonetes, de 07 para 06, segue o detalhamento, conforme apresentado pelo convenente:

Itens a serem remanejados				
quantidade	item	valor unitário	Vlr total	
01	caminhonete	120.000,00	120.000,00	-120.000,00
02	Moto 150 cilindradas	13.000,00	26.000,00	
02	carretas térmicas para moto	40.000,00	80.000,00	
04	Reboques para carregar materiais, esterco e produção	3.000,00	12.000,00	
02	Frigobar	1.000,00	2.000,00	
				120.000,00

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Atraso no início da execução do projeto inviabilizou o cumprimento do cronograma inicialmente previsto dentro do convênio, gerando a definição de novos prazos para o atendimento das metas. Parcela desse atraso deveu-se à dificuldade de acesso às localidades beneficiadas pelo projeto, bem como o fenômeno amazônico (períodos de fortes chuvas e estiagem prolongada) o que inviabilizou a chegada dos técnicos do estado aos grupos beneficiados do projeto.

12.4 *Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício*

Não houve deliberações do OCI.

B. PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU N° 107/2010 6 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO

13. PARTE B, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010

A declaração do contador foi dada no âmbito da Unidade Jurisdicionada Secretaria Executiva.

14. PARTE B, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN N° 107, DE 27/10/2010.

Não há.

C. PARTE C DO ANEXO II DA DN 107/2010 ó CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS

15. PARTE C, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010.

Não há.

16. PARTE C, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010.

Não há.

17. PARTE C, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010.

Não há.

18. PARTE C, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010.

Não há.

19. PARTE C, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010.

Não há.

20. PARTE C, ITEM 16, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010.

20.1 Contratação de consultores na modalidade *õ*produtoö, no âmbito dos projetos de cooperação técnica com organismos internacionais

Quadro 118 - C.16.1 - CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE *õ*PRODUTOö NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização			Sigla		
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento			PNUD		
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto			Código		
Projeto de Apoio ao Programa de Promoção da Inclusão Produtiva de Jovens			BRA/05/028/BRA		
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade <i>õ</i>Produtoö					
Código do Contrato:2008/001639			Secretaria de Articulação para Inclusão Produtiva		
Objetivo da consultoria: Consultor especialista em processos de geração de trabalho e renda e inclusão produtiva para atuar na fase de implementação da metodologia de monitoramento e avaliação desenvolvida no âmbito do PRODOC 05/028 nos projetos do FNAS.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
17/11/2008	31/12/2009	46.000,00	0,00	13.000,00	46.000,00
Insumos Externos					
Passagens e diárias					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico contendo levantamento das informações referentes aos projetos de inclusão produtiva apoiados no âmbito do FNAS, nos anos 2004 a 2007, e apresentação em planilha			10/12/2008	7.000,00	
Documento técnico contendo o primeiro instrumental de coleta de informações aos projetos de inclusão produtiva apoiados no âmbito do FNAS e, manual de preenchimento; apresentação de			10/01/2009	6.000,00	

<i>instrumental para</i>		
<i>Documento técnico contendo análise dos dados obtidos através do primeiro instrumental de monitoramento dos projetos de inclusão produtiva implementados com apoio do FNAS</i>	10/02/2009	7.000,00
<i>Documento técnico contendo o segundo instrumental de coleta de informações aos projetos de inclusão produtiva apoiados no âmbito do FNAS</i>	10/02/2009	6.000,00
<i>Documento técnico contendo análise dos dados obtidos através do segundo instrumental de monitoramento dos projetos de inclusão produtiva implementados com apoio do FNAS; apresentação do perfil dos beneficiários</i>	25/04/2009	7.000,00
<i>Documento técnico contendo relatório das visitas técnicas realizadas em projetos selecionados a partir dos dados obtidos nos instrumentais de monitoramento, privilegiando-se as cinco experiências com</i>	25/05/2009	6.000,00
<i>Documento técnico contendo avaliação de meio-termo dos projetos de inclusão produtiva implementados no âmbito do FNAS, a partir dos dados levantados pelos instrumentais de monitoramento.</i>	25/06/2009	7.000,00
Consultor contratado		
<i>Nome do consultor: Romeu Baptista Pereira de Lemos</i>		<i>CPF: 531.653.064-00</i>
<i>Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: O contrato inicial tinha vigência de 17/11/2008 a 30/06/2009. Foi aditado por duas vezes, sendo a primeira até 30/11/2009 e a segunda até 31/12/2009. Os dois últimos produtos foram pagos fora da vigência do contrato.</i>		

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
<i>Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento</i>	<i>PNUD</i>
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
<i>Projeto de Apoio ao Programa de Promoção da Inclusão Produtiva de Jovens</i>	<i>BRA/05/028/BRA</i>
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade <i>õ</i>Produtoõ	
Código do Contrato:2010/000755	Secretaria de Articulação para Inclusão Produtiva
<i>Objetivo da consultoria: Contratação de serviços de pessoa física para consultoria na modalidade produto, para a execução das fases de admissão, análise e julgamento do processo de seleção de projetos de inclusão produtiva desenvolvidos por instituições superiores de ensino apoiados pelo PNUD PRÓDOC BRA 05/028, a ser realizado por meio de edital público, bem como desenvolvimento e aplicação de metodologia para acompanhamento e avaliação dos projetos selecionados.</i>	

Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
20/09/2010	18/08/2011	71.466,67	14.193,33	14.193,33	14.193,33
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Relatório de Acompanhamento da seleção de propostas apresentadas para regiões metropolitanas que compõem seu lote			25/11/2010	14.293,33	
Relatório de visitas para análise prévia dos grupos/empreendimentos			19/02/2011	10.720,00	
I Relatório de acompanhamento e avaliação			10/05/2011	10.720,00	
II Relatório de acompanhamento e avaliação			29/07/2011	17.866,67	
Relatório final de avaliação			18/08/2011	17.866,67	
Consultor contratado					
Nome do consultor: Gustavo Nogueira Lemos				CPF: 769.937.871-72	

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	PNUD
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
Projeto de Apoio ao Programa de Promoção da Inclusão Produtiva de Jovens	BRA/05/028/BRA
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade Produto	
Código do Contrato: 2010/000754	Secretaria de Articulação para Inclusão Produtiva
Objetivo da consultoria: Contratação de serviços de pessoa física para consultoria na modalidade produto, para a execução das fases de admissão, análise e julgamento do processo de seleção de projetos de inclusão produtiva desenvolvidos por instituições superiores de ensino apoiados pelo PNUD PRODOC BRA 05/028, a ser realizado por meio de edital público, bem como desenvolvimento e aplicação de metodologia para acompanhamento e avaliação dos projetos selecionados.	
Período de Vigência	Remuneração

<i>Início</i>	<i>Término</i>	<i>Total Previsto no contrato</i>	<i>Total previsto no exercício</i>	<i>Total pago no exercício</i>	<i>Total pago até o final do exercício</i>
20/09/2010	18/08/2011	71.466,67	14.293,33	14.293,33	14.293,33
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
<i>Descrição</i>			<i>Data prevista de entrega</i>	<i>Valor</i>	
<i>Relatório de Acompanhamento da seleção de propostas apresentadas para regiões metropolitanas que compõem seu lote</i>			25/11/2010	14.293,33	
<i>Relatório de visitas para análise prévia dos grupos/empreendimentos</i>			19/02/2011	10.720,00	
<i>I Relatório de acompanhamento e avaliação</i>			10/05/2011	10.720,00	
<i>II Relatório de acompanhamento e avaliação</i>			29/07/2011	17.866,67	
<i>Relatório final de avaliação</i>			18/08/2011	17.866,67	
Consultor contratado					
<i>Nome do consultor: Rafaella Silva de Carvalho</i>				<i>CPF: 718.030.501-44</i>	

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
<i>Nome da Organização</i>	<i>Sigla</i>
<i>Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento</i>	<i>PNUD</i>
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
<i>Título do Projeto</i>	<i>Código</i>
<i>Projeto de Apoio ao Programa de Promoção da Inclusão Produtiva de Jovens</i>	<i>BRA/05/028/BRA</i>
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade Produto	
<i>Código do Contrato:2010/000756</i>	<i>Secretaria de Articulação para Inclusão Produtiva</i>
<i>Objetivo da consultoria: Contratação de serviços de pessoa física para consultoria na modalidade produto, para a execução das fases de admissão, análise e julgamento do processo de seleção de projetos de inclusão produtiva desenvolvidos por instituições superiores de ensino apoiados pelo PNUD PRODOC BRA 05/028, a ser realizado por meio de edital público, bem como desenvolvimento e aplicação de metodologia para acompanhamento e avaliação dos projetos selecionados.</i>	
<i>Período de Vigência</i>	<i>Remuneração</i>

<i>Início</i>	<i>Término</i>	<i>Total Previsto no contrato</i>	<i>Total previsto no exercício</i>	<i>Total pago no exercício</i>	<i>Total pago até o final do exercício</i>
20/09/2010	18/08/2011	71.466,67	14.293,33	14.293,33	14.293,33
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
<i>Descrição</i>			<i>Data prevista de entrega</i>	<i>Valor</i>	
<i>Relatório de Acompanhamento da seleção de propostas apresentadas para regiões metropolitanas que compõem seu lote</i>			25/11/2010	14.293,33	
<i>Relatório de visitas para análise prévia dos grupos/empreendimentos</i>			19/02/2011	10.720,00	
<i>I Relatório de acompanhamento e avaliação</i>			10/05/2011	10.720,00	
<i>II Relatório de acompanhamento e avaliação</i>			29/07/2011	17.866,67	
<i>Relatório final de avaliação</i>			18/08/2011	17.866,67	
Consultor contratado					
<i>Nome do consultor: Sheyla Gomes de Almeida</i>				<i>CPF: 870.331.004-34</i>	

<i>Identificação da Organização Internacional Cooperante</i>	
<i>Nome da Organização</i>	<i>Sigla</i>
<i>Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura</i>	<i>UNESCO</i>
<i>Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica</i>	
<i>Título do Projeto</i>	<i>Código</i>
<i>Gestão da Política de Segurança Alimentar, Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza.</i>	<i>914/BRA/3026</i>
<i>Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade oProdutoö</i>	
<i>Código do Contrato: SHS01467/2010</i>	<i>Secretaria de Articulação para Inclusão Produtiva</i>
<i>Objetivo da consultoria: Realizar levantamento de informações e realização de análises sobre as condições, requisitos e necessidades, que permitam contribuir com políticas para o estabelecimento de processos de governança territorial nas áreas de influência - direta e indireta - de investimentos produtivos de grande porte, selecionados pela SAIP, com foco principal em Bacabeiras/MA, Ipojuca/PE e Alto Paraopeba/MG, doravante referidos como o polos de desenvolvimentoö.</i>	
<i>Período de Vigência</i>	<i>Remuneração</i>

<i>Início</i>	<i>Término</i>	<i>Total Previsto no contrato</i>	<i>Total previsto no exercício</i>	<i>Total pago no exercício</i>	<i>Total pago até o final do exercício</i>
<i>10/11/2010</i>	<i>30/11/2010</i>	<i>R\$ 18.000,00</i>	<i>R\$ 18.000,00</i>	<i>R\$ 0,00</i>	<i>R\$ 0,00</i>
<i>Insumos Externos</i>					
<i>Diária = R\$ 656,80</i>					
<i>Passagem = R\$ 541,88</i>					
<i>Produtos Contratados</i>					
<i>Descrição</i>			<i>Data prevista de entrega</i>	<i>Valor</i>	
<i>Propostas de mecanismos e instrumentos técnicos, políticos e institucionais que devem ser entabulados visando a apoiar o processo de governança territorial e as ações e intervenções que daí possam advir, bem como, lista de sucessão ideal de eventos que visem a consolidar o processo de governança territorial, incluindo encontros, visitas e debates a serem promovidos em conjunto pelos diversos interessados.</i>			<i>30/11/2010</i>	<i>R\$ 18.000,00</i>	
<i>Consultor contratado</i>					
<i>Nome do consultor: Armando Antonio de Negri Filho</i>				<i>CPF: 406.543.540-49</i>	
<i>Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: O produto foi pago após o fim do contrato. O produto pago ao consultor foi aprovado pela Secretaria finalística (vide código do contrato) e atendeu ao estabelecido no termo de referência.</i>					

<i>Identificação da Organização Internacional Cooperante</i>	
<i>Nome da Organização</i>	<i>Sigla</i>
<i>Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura</i>	<i>UNESCO</i>
<i>Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica</i>	
<i>Título do Projeto</i>	<i>Código</i>
<i>Gestão da Política de Segurança Alimentar, Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza.</i>	<i>914/BRA/3026</i>
<i>Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade ãProdutoö</i>	
<i>Código do Contrato: SHS01467/2010</i>	<i>Secretaria de Articulação para Inclusão Produtiva</i>
<i>Objetivo da consultoria: Otimizar a implementação do Compromisso Nacional pelo Desenvolvimento Social (CNDS) ó estabelecido pelo Decreto n.º. 6.393, de 12 de março de 2008 ó buscar formas de aperfeiçoar ações de inclusão produtiva que vêm sendo executadas em nível nacional, por meio, precipuamente, do desenvolvimento e aplicação de metodologia para acompanhamento e avaliação de projetos selecionados</i>	

<i>Período de Vigência</i>		<i>Remuneração</i>			
<i>Início</i>	<i>Término</i>	<i>Total Previsto no contrato</i>	<i>Total previsto no exercício</i>	<i>Total pago no exercício</i>	<i>Total pago até o final do exercício</i>
<i>01/10/2010</i>	<i>15/12/2010</i>	<i>R\$ 18.000,00</i>	<i>R\$ 18.000,00</i>	<i>R\$ 18.000,00</i>	<i>R\$ 18.000,00</i>
<i>Insumos Externos</i>					
<i>Diária = R\$ 2.205,20</i>					
<i>Passagem = R\$ 2.044,70</i>					
<i>Produtos Contratados</i>					
<i>Descrição</i>			<i>Data prevista de entrega</i>	<i>Valor</i>	
<i>Diagnostico apresentando a situação atual do desenvolvimento do projeto em nível estadual, apresentando as ações já realizadas no âmbito dos Convênios, bem como os métodos e recursos físicos e financeiros utilizados pelos gestores, bem como um Plano de Trabalho especificando os instrumentos de planejamento, gestão e avaliação, para a implantação de Projetos de Inclusão Produtiva no Estado, e contendo as estratégias, metodologia e agenda de atividades (reuniões de trabalho e visitas in loco) para a construção e acompanhamento do Plano de Gestão e Avaliação da execução do projeto.</i>			<i>05/11/2010</i>	<i>R\$ 6.000,00</i>	
<i>Relatório das Reuniões de planejamento realizadas com os governos estaduais e municipais e parceiros dos projetos, e das Visitas realizadas aos empreendimentos e associações apoiadas no âmbito dos projetos; e Relatório Analítico Final, contendo a avaliação da execução dos projetos, os entraves, deficiências e realizações positivas, bem como medidas propostas e sugestões de ajustes.</i>			<i>15/12/2010</i>	<i>R\$ 12.000,00</i>	
<i>Consultor contratado</i>					
<i>Nome do consultor: Carlos Alexandre Barboza P. dos Santos</i>				<i>CPF: 270.866.151-53</i>	
<i>Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Os produtos pagos ao consultor foram aprovados pela Secretaria finalística (vide código do contrato) e atenderam ao estabelecido no termo de referência.</i>					

<i>Identificação da Organização Internacional Cooperante</i>	
<i>Nome da Organização</i>	<i>Sigla</i>
<i>Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura</i>	<i>UNESCO</i>
<i>Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica</i>	
<i>Título do Projeto</i>	<i>Código</i>

<i>Gestão da Política de Segurança Alimentar, Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza.</i>				914/BRA/3026	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade <i>õ</i>Produtoõ					
Código do Contrato: SHS01132/2010			Secretaria de Articulação para Inclusão Produtiva		
Objetivo da consultoria: Realizar estudos conceituais e aproximações quantitativas sobre a economia familiar urbana, visando a subsidiar o desenho de política de apoio a esse segmento, por seu potencial de contribuir para a inclusão socioprodutiva dos beneficiários das ações do MDS, no âmbito do PROJETO UNESCO 914BRA3026.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
<i>13/08/2010</i>	<i>30/11/2010</i>	<i>R\$ 34.000,00</i>	<i>R\$ 34.000,00</i>	<i>R\$ 34.000,00</i>	<i>R\$ 34.000,00</i>
Insumos Externos					
<i>Diária = R\$ 737,02</i>					
<i>Passagem = R\$ 422,48</i>					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
<i>Revisão bibliográfica sobre a estrutura produtiva da economia brasileira.</i>			<i>10/09/2010</i>	<i>R\$ 10.000,00</i>	
<i>Revisão bibliográfica sobre os conceitos de economia social, economia solidária, economia popular, pequena empresa, empreendedor individual.</i>			<i>04/10/2010</i>	<i>R\$ 7.000,00</i>	
<i>Documento técnico contendo conceito operacional de economia familiar urbana.</i>			<i>05/11/2010</i>	<i>R\$ 10.000,00</i>	
<i>Diagnóstico sobre a magnitude e importância da economia familiar urbana na economia brasileira.</i>			<i>30/11/2010</i>	<i>R\$ 7.000,00</i>	
Consultor contratado					
Nome do consultor: <i>Edgard Luiz Gutierrez Alves</i>				CPF: <i>110.189.176-91</i>	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Os produtos pagos ao consultor foram aprovados pela Secretaria finalística (vide código do contrato) e atenderam ao estabelecido no termo de referência.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
<i>Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura</i>	<i>UNESCO</i>

Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
<i>Gestão da Política de Segurança Alimentar, Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza.</i>				914/BRA/3026	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: SHS01478/2010			Secretaria de Articulação para Inclusão Produtiva		
Objetivo da consultoria: <i>Otimizar a implementação do Compromisso Nacional pelo Desenvolvimento Social (CNDS) ó estabelecido pelo Decreto nº. 6.393, de 12 de março de 2008 ó buscar formas de aperfeiçoar ações de inclusão produtiva que vêm sendo executadas em nível nacional, por meio, precipuamente, do desenvolvimento e aplicação de metodologia para acompanhamento e avaliação de projetos selecionados</i>					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
01/10/2010	15/12/2010	R\$ 18.000,00	R\$ 18.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Insumos Externos					
Não					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
<i>Diagnostico apresentando a situação atual do desenvolvimento do projeto em nível estadual, apresentando as ações já realizadas no âmbito dos Convênios, bem como os métodos e recursos físicos e financeiros utilizados pelos gestores, bem como um Plano de Trabalho especificando os instrumentos de planejamento, gestão e avaliação, para a implantação de Projetos de Inclusão Produtiva no Estado, e contendo as estratégias, metodologia e agenda de atividades (reuniões de trabalho e visitas in loco) para a construção e acompanhamento do Plano de Gestão e Avaliação da execução do projeto.</i>			05/11/2010	R\$ 6.000,00	
<i>Relatório das Reuniões de planejamento realizadas com os governos estaduais e municipais e parceiros dos projetos, e das Visitas realizadas aos empreendimentos e associações apoiadas no âmbito dos projetos; e Relatório Analítico Final, contendo a avaliação da execução dos projetos, os entraves, deficiências e realizações positivas, bem como medidas propostas e sugestões de ajustes.</i>			15/12/2010	R\$ 12.000,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: Fábio Cidrin Gama Alves				CPF: 163.276.548-94	

Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato encerrado sem a entrega de nenhum produto.

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização			Sigla		
Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura			UNESCO		
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto			Código		
Gestão da Política de Segurança Alimentar, Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza.			914/BRA/3026		
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade oProdutoö					
Código do Contrato: SHS01475/2010			Secretaria de Articulação para Inclusão Produtiva		
Objetivo da consultoria: Otimizar a implementação do Compromisso Nacional pelo Desenvolvimento Social (CNDS) ó estabelecido pelo Decreto n°. 6.393, de 12 de março de 2008 ó buscar formas de aperfeiçoar ações de inclusão produtiva que vêm sendo executadas em nível nacional, por meio, precipuamente, do desenvolvimento e aplicação de metodologia para acompanhamento e avaliação de projetos selecionados.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
01/10/2010	15/12/2010	R\$ 18.000,00	R\$ 18.000,00	R\$ 18.000,00	R\$ 18.000,00
Insumos Externos					
Não					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Diagnóstico apresentando a situação atual do desenvolvimento do projeto em nível estadual, apresentando as ações já realizadas no âmbito dos Convênios, bem como os métodos e recursos (físicos e financeiros) utilizados pelos gestores, bem como um Plano de Trabalho especificando os instrumentos de planejamento, gestão e avaliação, para a implantação de Projetos de Inclusão Produtiva no Estado, e contendo as estratégias, metodologia e agenda de atividades (reuniões de trabalho e visitas in loco) para a construção e acompanhamento do Plano de Gestão e Avaliação da execução do projeto.			05/11/2010	R\$ 6.000,00	
Relatório das Reuniões de planejamento realizadas com os governos estaduais e municipais e parceiros dos projetos, e das Visitas realizadas aos empreendimentos e associações apoiadas			15/12/2010	R\$ 12.000,00	

no âmbito dos projetos; e Relatório Analítico Final, contendo a avaliação da execução dos projetos, os entraves, deficiências e realizações positivas, bem como medidas propostas e sugestões de ajustes.		
Consultor contratado		
Nome do consultor: Fernando Portella Rosa	CPF: 310.284.891-53	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Os produtos pagos ao consultor foram aprovados pela Secretaria finalística (vide código do contrato) e atenderam ao estabelecido no termo de referência.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Gestão da Política de Segurança Alimentar, Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza.				914/BRA/3026	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade Produto					
Código do Contrato: SHS01480/2010			Secretaria de Articulação para Inclusão Produtiva		
Objetivo da consultoria: <i>Otimizar a implementação do Compromisso Nacional pelo Desenvolvimento Social (CNDS) ó estabelecido pelo Decreto n.º 6.393, de 12 de março de 2008 ó buscar formas de aperfeiçoar ações de inclusão produtiva que vêm sendo executadas em nível nacional, por meio, precipuamente, do desenvolvimento e aplicação de metodologia para acompanhamento e avaliação de projetos selecionados</i>					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
01/10/2010	15/12/2010	R\$ 18.000,00	R\$ 18.000,00	R\$ 6.000,00	R\$ 18.000,00
Insumos Externos					
Diária = R\$ 2.104,35					
Passagem = R\$ 3.976,58					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Diagnostico apresentando a situação atual do desenvolvimento do projeto em nível estadual, apresentando as ações já realizadas no âmbito dos Convênios, bem como os métodos e			05/11/2010	R\$ 6.000,00	

<i>recursos físicos e financeiros utilizados pelos gestores, bem como um Plano de Trabalho especificando os instrumentos de planejamento, gestão e avaliação, para a implantação de Projetos de Inclusão Produtiva no Estado, e contendo as estratégias, metodologia e agenda de atividades (reuniões de trabalho e visitas in loco) para a construção e acompanhamento do Plano de Gestão e Avaliação da execução do projeto.</i>		
<i>Relatório das Reuniões de planejamento realizadas com os governos estaduais e municipais e parceiros dos projetos, e das Visitas realizadas aos empreendimentos e associações apoiadas no âmbito dos projetos; e Relatório Analítico Final, contendo a avaliação da execução dos projetos, os entraves, deficiências e realizações positivas, bem como medidas propostas e sugestões de ajustes.</i>	15/12/2010	R\$ 12.000,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: <i>Jair Ferreira de Souza</i>	CPF: 548.469.279-20	
<i>Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Os produtos pagos ao consultor foram aprovados pela Secretaria finalística (vide código do contrato) e atenderam ao estabelecido no termo de referência.</i>		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
<i>Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura</i>				<i>UNESCO</i>	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
<i>Gestão da Política de Segurança Alimentar, Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza.</i>				<i>914/BRA/3026</i>	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade òProdutoö					
<i>Código do Contrato: SHS00106/2010</i>			<i>Secretaria de Articulação para Inclusão Produtiva</i>		
<i>Objetivo da consultoria: Realizar estudos conceituais nos aspectos administrativo, jurídico, organizacional e comercial e suas aplicações para a constituição de empresas de propriedade social, visando à inclusão socioprodutiva no âmbito do PROJETO UNESCO 914BRA3026.</i>					
Período de Vigência		Remuneração			
<i>Início</i>	<i>Término</i>	<i>Total Previsto no contrato</i>	<i>Total previsto no exercício</i>	<i>Total pago no exercício</i>	<i>Total pago até o final do exercício</i>
<i>16/12/2009</i>	<i>16/09/2010</i>	<i>R\$ 34.000,00</i>	<i>R\$ 34.000,00</i>	<i>R\$ 34.000,00</i>	<i>R\$ 34.000,00</i>
Insumos Externos					
<i>Não</i>					

Produtos Contratados		
Descrição	Data prevista de entrega	Valor
<i>Documento técnico com sistematização de dados acerca de empresas de propriedade social e afins, bem como de experiências históricas, por exemplo: Iugoslávia, México, Chile, Peru e Brasil.</i>	<i>30/07/2010</i>	<i>R\$ 10.000,00</i>
<i>Documento técnico com análise textual, principiológica, conceitual e legal, das empresas de propriedade social, considerando a realidade do Brasil.</i>	<i>14/08/2010</i>	<i>R\$ 7.000,00</i>
<i>Proposta de estruturação administrativa, organizacional e de gestão para empresas de propriedade social.</i>	<i>01/09/2010</i>	<i>R\$ 7.000,00</i>
<i>Documento técnico com sugestão de contabilidade apropriada à realidade da empresa social, e de partilha dos resultados, entre os seus membros constituídos.</i>	<i>16/09/2010</i>	<i>R\$ 10.000,00</i>
Consultor contratado		
<i>Nome do consultor: José Reitor Rizzardi</i>		<i>CPF: 774.690.388-68</i>
<i>Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Os produtos pagos ao consultor foram aprovados pela Secretaria finalística (vide código do contrato) e atenderam ao estabelecido no termo de referência.</i>		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
<i>Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura</i>				<i>UNESCO</i>	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
<i>Gestão da Política de Segurança Alimentar, Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza.</i>				<i>914/BRA/3026</i>	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade Produto					
<i>Código do Contrato: SHS01479/2010</i>			<i>Secretaria de Articulação para Inclusão Produtiva</i>		
<i>Objetivo da consultoria: Otimizar a implementação do Compromisso Nacional pelo Desenvolvimento Social (CNDS) ó estabelecido pelo Decreto nº. 6.393, de 12 de março de 2008 ó buscar formas de aperfeiçoar ações de inclusão produtiva que vêm sendo executadas em nível nacional, por meio, precipuamente, do desenvolvimento e aplicação de metodologia para acompanhamento e avaliação de projetos selecionados.</i>					
Período de Vigência		Remuneração			
<i>Início</i>	<i>Término</i>	<i>Total Previsto no contrato</i>	<i>Total previsto no exercício</i>	<i>Total pago no exercício</i>	<i>Total pago até o final do exercício</i>

01/10/2010	15/12/2010	R\$ 18.000,00	R\$ 18.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Insumos Externos					
<i>Não</i>					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
<p><i>Diagnostico apresentando a situação atual do desenvolvimento do projeto em nível estadual, apresentando as ações já realizadas no âmbito dos Convênios, bem como os métodos e recursos físicos e financeiros utilizados pelos gestores, bem como um Plano de Trabalho especificando os instrumentos de planejamento, gestão e avaliação, para a implantação de Projetos de Inclusão Produtiva no Estado, e contendo as estratégias, metodologia e agenda de atividades (reuniões de trabalho e visitas in loco) para a construção e acompanhamento do Plano de Gestão e Avaliação da execução do projeto.</i></p>			05/11/2010	R\$ 6.000,00	
<p><i>Relatório das Reuniões de planejamento realizadas com os governos estaduais e municipais e parceiros dos projetos, e das Visitas realizadas aos empreendimentos e associações apoiadas no âmbito dos projetos; e Relatório Analítico Final, contendo a avaliação da execução dos projetos, os entraves, deficiências e realizações positivas, bem como medidas propostas e sugestões de ajustes.</i></p>			15/12/2010	R\$ 12.000,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: Luis César Siqueira				CPF: 024.928.208-90	
<p><i>Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Os produtos foram pagos após o fim do contrato. Os produtos pagos ao consultor foram aprovados pela Secretaria finalística (vide código do contrato) e atenderam ao estabelecido no termo de referência.</i></p>					

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
<i>Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura</i>	<i>UNESCO</i>
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
<i>Gestão da Política de Segurança Alimentar, Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza.</i>	<i>914/BRA/3026</i>
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade ôProdutoö	
Código do Contrato: SHS01010/2010	Secretaria de Articulação para Inclusão Produtiva

Objetivo da consultoria: Desenvolver estudos e propor alternativas de programas de inclusão socioeconômica para o público beneficiário dos programas sociais do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, no âmbito do PROJETO UNESCO 914BRA3026.

<i>Período de Vigência</i>		<i>Remuneração</i>			
<i>Início</i>	<i>Término</i>	<i>Total Previsto no contrato</i>	<i>Total previsto no exercício</i>	<i>Total pago no exercício</i>	<i>Total pago até o final do exercício</i>
<i>15/07/2010</i>	<i>30/11/2010</i>	<i>R\$ 45.000,00</i>	<i>R\$ 45.000,00</i>	<i>R\$ 27.000,00</i>	<i>R\$ 27.000,00</i>
<i>Insumos Externos</i>					
<i>Não</i>					
<i>Produtos Contratados</i>					
<i>Descrição</i>			<i>Data prevista de entrega</i>	<i>Valor</i>	
<i>Documento técnico contendo o resultado das avaliações realizadas sobre o desempenho do Governo Federal na área de trabalho e renda, nos últimos cinco anos.</i>			<i>05/08/2010</i>	<i>R\$ 27.000,00</i>	
<i>Documento propositivo contendo as linhas básicas de uma política de inclusão socioproductiva para essa população, com o desenho sintético de algumas estratégias de atuação e respectivos programas.</i>			<i>30/11/2010</i>	<i>R\$ 18.000,00</i>	
<i>Consultor contratado</i>					
<i>Nome do consultor: Marcus Vinicius da Costa Villarim</i>				<i>CPF: 391.240.027-04</i>	
<i>Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato encerrado sem a entrega do segundo produto. Os produtos pagos ao consultor foram aprovados pela Secretaria finalística (vide código do contrato) e atenderam ao estabelecido no termo de referência.</i>					

<i>Identificação da Organização Internacional Cooperante</i>	
<i>Nome da Organização</i>	<i>Sigla</i>
<i>Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura</i>	<i>UNESCO</i>
<i>Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica</i>	
<i>Título do Projeto</i>	<i>Código</i>
<i>Gestão da Política de Segurança Alimentar, Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza.</i>	<i>914/BRA/3026</i>
<i>Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade Produto</i>	
<i>Código do Contrato: SHS01481/2010</i>	<i>Secretaria de Articulação para Inclusão Produtiva</i>
<i>Objetivo da consultoria: Otimizar a implementação do Compromisso Nacional pelo Desenvolvimento Social</i>	

(CNDS) ó estabelecido pelo Decreto n.º 6.393, de 12 de março de 2008 ó buscar formas de aperfeiçoar ações de inclusão produtiva que vêm sendo executadas em nível nacional, por meio, precipuamente, do desenvolvimento e aplicação de metodologia para acompanhamento e avaliação de projetos selecionados

Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
01/10/2010	15/12/2010	R\$ 18.000,00	R\$ 18.000,00	R\$ 6.000,00	R\$ 6.000,00
Insumos Externos					
		Diária = R\$ 332,50		Passagem = R\$ 1.047,91	
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
<p><i>Diagnostico apresentando a situação atual do desenvolvimento do projeto em nível estadual, apresentando as ações já realizadas no âmbito dos Convênios, bem como os métodos e recursos físicos e financeiros utilizados pelos gestores, bem como um Plano de Trabalho especificando os instrumentos de planejamento, gestão e avaliação, para a implantação de Projetos de Inclusão Produtiva no Estado, e contendo as estratégias, metodologia e agenda de atividades (reuniões de trabalho e visitas in loco) para a construção e acompanhamento do Plano de Gestão e Avaliação da execução do projeto.</i></p>			05/11/2010	6.000,00	
<p><i>Relatório das Reuniões de planejamento realizadas com os governos estaduais e municipais e parceiros dos projetos, e das Visitas realizadas aos empreendimentos e associações apoiadas no âmbito dos projetos; e Relatório Analítico Final, contendo a avaliação da execução dos projetos, os entraves, deficiências e realizações positivas, bem como medidas propostas e sugestões de ajustes.</i></p>			15/12/2010	12.000,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: <i>Teresa Cristina Moreira</i>				CPF: <i>822.354.499-72</i>	
<p><i>Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Os produtos pagos à consultora foram aprovados pela Secretaria finalística (vide código do contrato) e atenderam ao estabelecido no termo de referência.</i></p>					

Análise Crítica

Os produtos pagos aos consultores de todos os acordos de cooperação técnica acima listados foram aprovados e atestados pelas Secretarias Finalísticas (vide código do projeto) e atenderam ao estabelecido no termo de referência.

21. PARTE C, ITEM 30, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010.

Não há.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
SECRETARIA EXECUTIVA

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010

AGREGADO III

Unidade Jurisdicionada	SECRETARIA EXECUTIVA
<i>Agregadas</i>	<i>Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza</i>

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 108/2010, da Portaria TCU nº 277/2010 e das orientações do órgão de controle interno.

Consolidada	SECRETARIA EXECUTIVA
Agregadas	Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza

SUMÁRIO

ITEM 1 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27 DE OUTUBRO DE 2010.....	5
RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO E AGREGADO.....	5
2. PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010	8
2.1 Responsabilidades institucionais da unidade	8
2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais.....	8
2.3 Programas de Governo sob a responsabilidade da Unidade.....	9
2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro.....	11
3. PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010.	15
4. PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010	15
4.1 Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores.....	15
5. PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010.	15
6. PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010.	15
7. PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010.	15
8. PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010.	15
9. PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU Nº107, DE 27/10/2010.	16
10. PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010.	16
11. PARTE A, ITEM 14, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/ 10/2010.....	16
12. PARTE A, ITEM 15, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010.	16
B. PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010 – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO	17
13. PARTE B, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010.....	17
14. PARTE B, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010.	17
C. PARTE C DO ANEXO II DA DN 107/2010 – CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS.....	18
15. PARTE C, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010.....	18
16. PARTE C, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010.....	18
17. PARTE C, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010.....	18
18. PARTE C, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010.....	18
19. PARTE C, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010.....	18
20. PARTE C, ITEM 16, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010.....	18
21. PARTE C, ITEM 30, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010.....	18

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – A.1.4 - IDENTIFICAÇÃO – RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO E AGREGADO	5
QUADRO 2 – A.2.1 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO	10
QUADRO 3 - A.2.2 - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ	11
QUADRO 4 - A.2.3 - IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	11
QUADRO 5 - A.2.4 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES	11
QUADRO 6 - A.2.5 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CAPITAL.....	11
QUADRO 7 - A.2.6 - QUADRO RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS.....	12
QUADRO 8 - A.2.7 - MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA.....	12
QUADRO 9 - A.2.8 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ	12
QUADRO 10 - A.2.9 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ .	12
QUADRO 11 - A.2.10 - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ	13
QUADRO 12 - A.2.11 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO	13
QUADRO 13 - A.2.12 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO	13
QUADRO 14 - A.2.13 - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO	14

Item 1 da Parte A do Anexo II da DN TCU nº 107, de 27 de outubro de 2010.

Relatório de Gestão Consolidado e Agregado

Quadro 119 ó A.1.4 - IDENTIFICAÇÃO ó RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO E AGREGADO

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação ou Supervisão: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome		Código SIORG: 001945	
Identificação da Unidade Jurisdicionada consolidadora e agregadora			
Denominação completa: Secretaria Executiva			
Denominação abreviada: SE			
Código SIORG: 001945	Código na LOA: 55101	Código SIAFI: 550003	
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Administração Pública em Geral		Código CNAE: 8411-6	
Telefones/Fax de contato:	(061) 3433-1087	(061) 3433-1084	(061) 3433-2911
Endereço eletrônico: secretaria.executiva@mds.gov.br			
Página da Internet: http://www.mds.gov.br			
Endereço Postal:			
Esplanada dos Ministérios, Bloco "C", 6º Andar, Sala 600			
CEP – 70.046-900 – Brasília (DF)			
Identificação das Unidades Jurisdicionadas consolidadas			
Nome	Situação	Código SIORG	
Subsecretaria de Planejamento e Orçamento	ativa	-	
Subsecretaria de Assuntos Administrativos	ativa	-	
Diretoria de Tecnologia da Informação	ativa	-	
Diretoria de Projetos Internacionais	ativa	-	
Corregedoria	ativa	-	
Ouvidoria	ativa	-	
Identificação das Unidades Jurisdicionadas agregadas			
Número de Ordem: 3			
Denominação completa: Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza			
Denominação abreviada: FCEP			
Código SIORG: -	Código na LOA: -	Código SIAFI: -	

Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Fonte de Recursos			
Principal Atividade: Administração Pública em Geral			Código CNAE: 8411-6
Telefones/Fax de contato:	(061) 3433-1087	(061) 3433-1084	(061) 3433-2911
Endereço eletrônico: secretaria.executiva@mds.gov.br			
Página da Internet: http://www.mds.gov.br			
Endereço Postal:			
Esplanada dos Ministérios, Bloco "C", 6º Andar, Sala 600			
CEP – 70.046-900 – Brasília (DF)			
Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas			
EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 31, de 14 de dezembro de 2000 (DOU 18.12.2000): Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzindo artigos que criam o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.			
EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 67, de 22 de dezembro de 2010 (DOU 23.12.2010): Prorroga, por tempo indeterminado, o prazo de vigência do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.			
LEI COMPLEMENTAR Nº 111, de 6 julho de 2001 (DOU 09.07.2001): Dispõe sobre o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, na forma prevista nos artigos 79, 80 e 81 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.			
DECRETO Nº 4.564, de 1º janeiro de 2003 (01.01.2003): Define o órgão gestor do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza e o funcionamento do seu Conselho Consultivo e de Acompanhamento, dispõe sobre doações de pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras, para o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, e dá outras providências.			
LEI Nº 10.683, de 28 de maio de 2003 (DOU 28.05.2003): Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências;			
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 163, de 23 de Janeiro de 2004 (Convertida na Lei Nº 10.869, de 13.5.2004) (DOU 23.01.2004): Altera a Lei Nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências;			
LEI Nº 10.869, de 13 de maio de 2004 (DOU 14.05.2004): Altera a Lei Nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências;			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas			
DECRETO Nº 5.074, de 13 de maio de 2004 (DOU 12.05.2004, republicado DOU 14.05.2004): Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e dá outras providências;			
DECRETO Nº 5.550, de 22 de setembro de 2005 (Revoga o Dec. 5.074/2004) (DOU 23.09.2005): Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e dá outras providências.			
DECRETO Nº 7.079, de 26 de janeiro de 2010 (Revoga o Dec. 5.550/2005) (DOU 27.01.2010): Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e dá outras providências.			
PORTARIA MDS Nº 416, de 12 de agosto de 2005 (DOU 15.08.2005): Aprovar o Regimento Interno do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.			
PORTARIA MDS Nº 330, de 11 de outubro de 2006 (DOU 13.10.2006): Aprovar o Regimento Interno do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.			

DECRETO Nº 5.997, de 21 de dezembro de 2006 (DOU 22.12.2006): Dispõe sobre o percentual máximo do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza a ser destinado às despesas administrativas para o exercício de 2006, e dá outras providências.	
DECRETO de 6 de março de 2007 (DOU 07.03.2007): Dispõe sobre o percentual máximo do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza a ser destinado às despesas administrativas para o exercício de 2007, e dá outras providências.	
DECRETO Nº 6.636, de 5 de novembro de 2008 (DOU 06.11.2008): Dispõe sobre o percentual máximo do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza a ser destinado às despesas administrativas para o exercício de 2008.	
DECRETO Nº 6.978, de 8 de outubro de 2009 (DOU 09.10.2009): Dispõe sobre o percentual máximo do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza a ser destinado às despesas administrativas para o exercício de 2009.	
DECRETO Nº 7.316, de 22 de setembro de 2010 (DOU 23.09.2010): Dispõe sobre o percentual máximo do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza a ser destinado às despesas administrativas para o exercício de 2010.	
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas	
Texto (identificação da norma e data de publicação)	
GUIA DE POLÍTICAS E PROGRAMAS DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME: http://www.mds.gov.br/portalfederativo/	
PROGRAMA FOME ZERO: http://www.fomezero.gov.br/	
Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Código SIAFI	Nome
135326	Unidade Estoque Estrategico/SP
135461	CONAB Sede Sureg Rondonia
550002	Setorial de Orçamento e Finanças/MDS
550007	Secretaria Nacional de Renda de Cidadania
550008	Secretaria Nacional de Seg. Alimentar e Nutricional
550009	Secretaria de Articulação para Inclusão Produtiva
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Código SIAFI	Nome
00001	Tesouro Nacional
22211	Companhia Nacional de Abastecimento
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
135326	22211
135461	22211
550002	00001
550007	00001
550008	00001
550009	00001

2. PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010

2.1 Responsabilidades institucionais da unidade

O Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza - FCEP foi instituído por intermédio da Emenda Constitucional nº 31, de 14 de dezembro de 2000, e regulamentado pela Lei Complementar nº 111, de 6 de julho de 2001, e previsto para subsistir até 2010.

Ao final do exercício de 2010, foi aprovada a Emenda Constitucional nº 67, de 22 de dezembro de 2010, pela qual foi prorrogada, por tempo indeterminado, o prazo de vigência do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

Até o início de 2003 a gestão do FCEP ficou a cargo do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão ó MP, sendo que o Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003, definiu o extinto Gabinete do Ministro de Estado Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome ó MESA como órgão gestor e o funcionamento do seu Conselho Consultivo e de Acompanhamento.

Posteriormente, a Medida Provisória nº 163, de 23 de janeiro de 2004, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, convertida na Lei nº 10.869, de 13 de maio de 2004, designou ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome ó MDS a gestão do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

O FCEP visa proporcionar aos brasileiros acesso a níveis dignos de subsistência, sendo que seus recursos devem ser aplicados em ações suplementares de nutrição, habitação, educação, saúde, reforço de renda familiar ou de relevante interesse social voltados à melhoria da qualidade de vida.

Os recursos do Fundo são direcionados a ações que tenham como alvo: famílias cuja renda per capita seja inferior à linha de pobreza, assim como indivíduos em igual situação de renda; e as populações de municípios e localidades urbanas ou rurais, isoladas ou integrantes de regiões metropolitanas, que apresentem condições de vida desfavoráveis.

Dessa maneira esses recursos são consignados de forma complementar em ações orçamentárias cujo objetivo contemple o público alvo estabelecido pela Lei Complementar nº 111, de 2001. Salienta-se que estas ações podem estar alocadas em diversos Órgãos e que sua gestão administrativa é de responsabilidade da respectiva unidade executora.

2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais

O plano estratégico consiste em alocar os recursos financeiros nas ações consignadas a este Ministério, em consonância à vinculação definida na Lei Complementar nº 111, de 6 de julho de 2001.

O FCEP não se constitui um Fundo Especial, como especificado na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, uma vez que não possui estrutura própria e não é instituído como Unidade Orçamentária. Neste sentido este Fundo sempre foi gerenciado como fonte de recursos.

A partir da criação do MDS procurou-se implementar instrumentos que facilitassem o acompanhamento das metas e gestão dos recursos do Fundo. Observou-se que o volume de

recursos previstos para o combate à pobreza nos orçamentos anuais vinha excedendo em quantitativo os valores arrecadados pelo FCEP. Dessa forma, a partir do exercício de 2005, centralizaram-se todos os recursos do citado Fundo em um número restrito de ações orçamentárias de maior monta, facilitando o acompanhamento de sua aplicação.

Em 2010 os recursos disponíveis do FCEP foram consignados nas seguintes ações deste MDS: Construção de Cisternas para Armazenamento de Água, Promoção da inclusão Produtiva, Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza (Lei nº 10.836, de 2004). Salienta-se que esta alocação de recursos respeitou o objetivo do FCEP e seu público alvo específico, bem como o percentual máximo de 7,0% dos recursos do FCEP a serem destinados a despesas administrativas, conforme Decreto nº 7.316, de 22 de setembro 2010.

2.3 *Programas de Governo sob a responsabilidade da Unidade*

Não há Programa de Governo sob a gestão do FCEP.

Relação dos programas e suas principais ações;

Deve-se ressaltar que quase a totalidade da receita do FCEP era proveniente da Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira ó CPMF, nos termos do inciso I do art. 80 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias. Entretanto, a cobrança da CPMF foi extinta em 31 de dezembro de 2007, acarretando em significativa queda nos recursos vinculados a este fundo.

Portanto, os únicos recursos arrecadados ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza em 2010 foram provenientes de doações para combate à fome, no montante de R\$ 395.590,00 (trezentos e noventa e cinco mil, quinhentos e noventa reais).

Em 2010 também foram incorporados ao FCEP os valores de R\$ 17.444.000,00 (dezessete milhões, quatrocentos e quarenta e quatro mil reais) e R\$ 1.036.000 (um milhão e trinta e seis mil reais) de doações para o combate à fome originada de superávit de exercícios anteriores apurados pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, nos termos da tabela 18 da Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional nº 185, de 29 de março de 2010.

A tabela a seguir demonstra a execução orçamentária do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza ó FCEP no exercício de 2010. O quadro a seguir totaliza a execução das fontes de recursos: 79 ó Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza e 94 ó Doações para o Combate à Fome:

R\$ mil

<i>Programa / Ação e Fonte de Recursos</i>	<i>Dot. Final</i>	<i>Empenhado</i>		<i>Liquidado</i>		<i>Pago</i>	
	<i>(a)</i>	<i>(b)</i>	<i>(b/a)</i>	<i>(c)</i>	<i>(c/a)</i>	<i>(d)</i>	<i>(d/a)</i>
<i>Acesso à Alimentação</i>	500	500	100%	500	100%	0	0%
<i>Construção de Cisternas ara Armazenamento de Água - 94</i>	500	500	100%	500	100%	0	0%
<i>Economia Solidária</i>	31.144	1.066	3%	0	0%	0	0%
<i>Promoção da Inclusão Produtiva - 94</i>	31.144	1.066	3%	0	0%	0	0%
<i>Transferência de Renda com Condiionalidades - Bolsa Família</i>	17.444	17.444	100%	17.444	100%	17.444	100%
<i>Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza (Lei nº 10.836, de 2004) - 79</i>	17.444	17.444	100%	17.444	100%	17.444	100%
<i>Total</i>	49.088	19.010	39%	17.944	37%	17.444	36%

Fonte: Siafi Gerencial

Quanto aos gastos com despesas administrativas realizadas com recursos do Fundo, a Lei Complementar nº 111, de 2001, determina que o percentual máximo destinado a este tipo de despesa será definido a cada ano pelo Poder Executivo. Assim, foi publicado o Decreto nº 7.316, de 22 de setembro 2010, que determinou que o percentual máximo de recursos do FCEP a serem destinados a despesas administrativas seria de 7,0%. Cabe destacar que ocorreram despesas administrativas em 2010 na conta de recursos do FCEP o valor de R\$ 36.500,00 (trinta e seis mil e quinhentos reais), que equivale a 0,1% do total de recursos previstos no orçamento.

As informações sobre a execução física e financeira dos programas e ações que recebem recursos do FCEP estão detalhadas nos Relatórios de Gestão da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania ó SENARC, da Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias ó SAIP e da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar ó SESAN.

2.3.1 Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

Quadro 120 ó A.2.1 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO

Tendo em vista que o FCEP não é constituído como Unidade Orçamentária e, conseqüentemente, não possui orçamento próprio, não há necessidade do preenchimento deste quadro. Salieta-se que as dotações orçamentárias movimentadas pelo FCEP estão inclusas nos Relatórios de Gestão da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania ó SENARC, da Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias ó SAIP e da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar ó SESAN

2.3.2 Execução Física das ações realizadas pela UJ

Quadro 121 - A.2.2 - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

Tendo em vista que o FCEP não é constituído como Unidade Orçamentária e, conseqüentemente, não possui orçamento próprio, não há necessidade do preenchimento deste quadro. Salienta-se que as dotações orçamentárias movimentadas pelo FCEP estão inclusas nos Relatórios de Gestão da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania ó SENARC, da Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias ó SAIP e da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar ó SESAN

2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro

2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa

Quadro 122 - A.2.3 - IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

Tendo em vista que o FCEP não é constituído como Unidade Orçamentária e, conseqüentemente, não possui orçamento próprio, não é possível o preenchimento deste quadro.

2.4.1.1 Programação de Despesas Correntes

Quadro 123 - A.2.4 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES

Tendo em vista que o FCEP não é constituído como Unidade Orçamentária e, conseqüentemente, não possui orçamento próprio, não há necessidade do preenchimento deste quadro. Salienta-se que as dotações orçamentárias movimentadas pelo FCEP estão inclusas nos Relatórios de Gestão da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania ó SENARC, da Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias ó SAIP e da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar ó SESAN

2.4.1.2 Programação de Despesas de Capital

Quadro 124 - A.2.5 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CAPITAL

Tendo em vista que o FCEP não é constituído como Unidade Orçamentária e, conseqüentemente, não possui orçamento próprio, não há necessidade do preenchimento deste quadro. Salienta-se que as dotações orçamentárias movimentadas pelo FCEP estão inclusas nos Relatórios de Gestão da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania ó SENARC, da Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias ó SAIP e da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar ó SESAN

2.4.1.3 *Quadro Resumo da Programação de Despesas*

Quadro 125 - A.2.6 - QUADRO RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS

Tendo em vista que o FCEP não é constituído como Unidade Orçamentária e, conseqüentemente, não possui orçamento próprio, não há necessidade do preenchimento deste quadro. Salienta-se que as dotações orçamentárias movimentadas pelo FCEP estão inclusas nos Relatórios de Gestão da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania ó SENARC, da Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias ó SAIP e da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar ó SESAN

2.4.1.4 *Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa*

Quadro 126 - A.2.7 - MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA

O Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza não constitui uma Unidade Gestora, portanto não realiza movimentações financeiras externas ou internas.

2.4.2 *Execução Orçamentária da Despesa*

2.4.2.1 *Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ*

2.4.2.1.1 *Despesas por Modalidade de Contratação*

Quadro 127 - A.2.8 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ

Tendo em vista que o FCEP não é constituído como Unidade Orçamentária e, conseqüentemente, não possui orçamento próprio, não há necessidade do preenchimento deste quadro. Salienta-se que as dotações orçamentárias movimentadas pelo FCEP estão inclusas nos Relatórios de Gestão da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania ó SENARC, da Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias ó SAIP e da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar ó SESAN

2.4.2.1.2 *Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa*

Quadro 128 - A.2.9 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ

Tendo em vista que o FCEP não é constituído como Unidade Orçamentária e, conseqüentemente, não possui orçamento próprio, não há necessidade do preenchimento deste quadro. Salienta-se que

as dotações orçamentárias movimentadas pelo FCEP estão inclusas nos Relatórios de Gestão da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania ó SENARC, da Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias ó SAIP e da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar ó SESAN

2.4.2.1.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Quadro 129 - A.2.10 - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ

Tendo em vista que o FCEP não é constituído como Unidade Orçamentária e, conseqüentemente, não possui orçamento próprio, não há necessidade do preenchimento deste quadro. Salienta-se que as dotações orçamentárias movimentadas pelo FCEP estão inclusas nos Relatórios de Gestão da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania ó SENARC, da Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias ó SAIP e da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar ó SESAN

2.4.2.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

2.4.2.2.1 Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

Quadro 130 - A.2.11 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

Tendo em vista que o FCEP não é constituído como Unidade Orçamentária e, conseqüentemente, não possui orçamento próprio, não há necessidade do preenchimento deste quadro. Salienta-se que as dotações orçamentárias movimentadas pelo FCEP estão inclusas nos Relatórios de Gestão da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania ó SENARC, da Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias ó SAIP e da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar ó SESAN

2.4.2.2.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Quadro 131 - A.2.12 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

Tendo em vista que o FCEP não é constituído como Unidade Orçamentária e, conseqüentemente, não possui orçamento próprio, não há necessidade do preenchimento deste quadro. Salienta-se que as dotações orçamentárias movimentadas pelo FCEP estão inclusas nos Relatórios de Gestão da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania ó SENARC, da Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias ó SAIP e da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar ó SESAN

2.4.2.2.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Quadro 132 - A.2.13 - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

Tendo em vista que o FCEP não é constituído como Unidade Orçamentária e, conseqüentemente, não possui orçamento próprio, não há necessidade do preenchimento deste quadro. Salienta-se que as dotações orçamentárias movimentadas pelo FCEP estão inclusas nos Relatórios de Gestão da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania ó SENARC, da Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias ó SAIP e da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar ó SESAN

2.4.3 Indicadores Institucionais

Não há

3. PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010.

Não há.

4. PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010

4.1 Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores

Não se aplica por não se tratar de UJ. Caso haja registros de restos a pagar, estes serão mencionados nos respectivos relatórios das Unidades Gestoras executoras dos recursos do Fundo.

5. PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010.

Não se aplica, uma vez que o FCEP é uma fonte de recursos, portanto, não possui quadro de pessoal.

6. PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010.

Não se aplica por não se tratar de Unidade Gestora ou Unidade Orçamentária. As transferências com as fontes de recursos consignadas ao FCEP estão mencionados nos respectivos relatórios das Unidades Gestoras executoras do Fundo.

7. PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010.

Não se aplica.

8. PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010.

Não se aplica.

9. PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU Nº107, DE 27/10/2010.

Não há

10. PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010.

Não há.

11. PARTE A, ITEM 14, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/ 10/2010.

Não há.

12. PARTE A, ITEM 15, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010.

Não houve deliberações do TCU acerca do FCEP.

B. PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU N° 107/2010 é INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO

13. PARTE B, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010

Não se aplica por não se tratar de Unidade Gestora ou Unidade Orçamentária. As declarações contábeis das dotações movimentadas com do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza estão nos respectivos relatórios das Unidades Gestoras executoras.

14. PARTE B, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU N° 107, DE 27/10/2010.

Não há.

C. PARTE C DO ANEXO II DA DN 107/2010 ó CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS

15. PARTE C, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010.

Não há.

16. PARTE C, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010.

Não há. No que pese estar denominado como Fundo, o FCEP é gerenciado como uma fonte de recursos.

17. PARTE C, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010.

Não há.

18. PARTE C, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010.

Não há.

19. PARTE C, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010.

Não há.

20. PARTE C, ITEM 16, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010.

Não há.

21. PARTE C, ITEM 30, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010.

Não há.